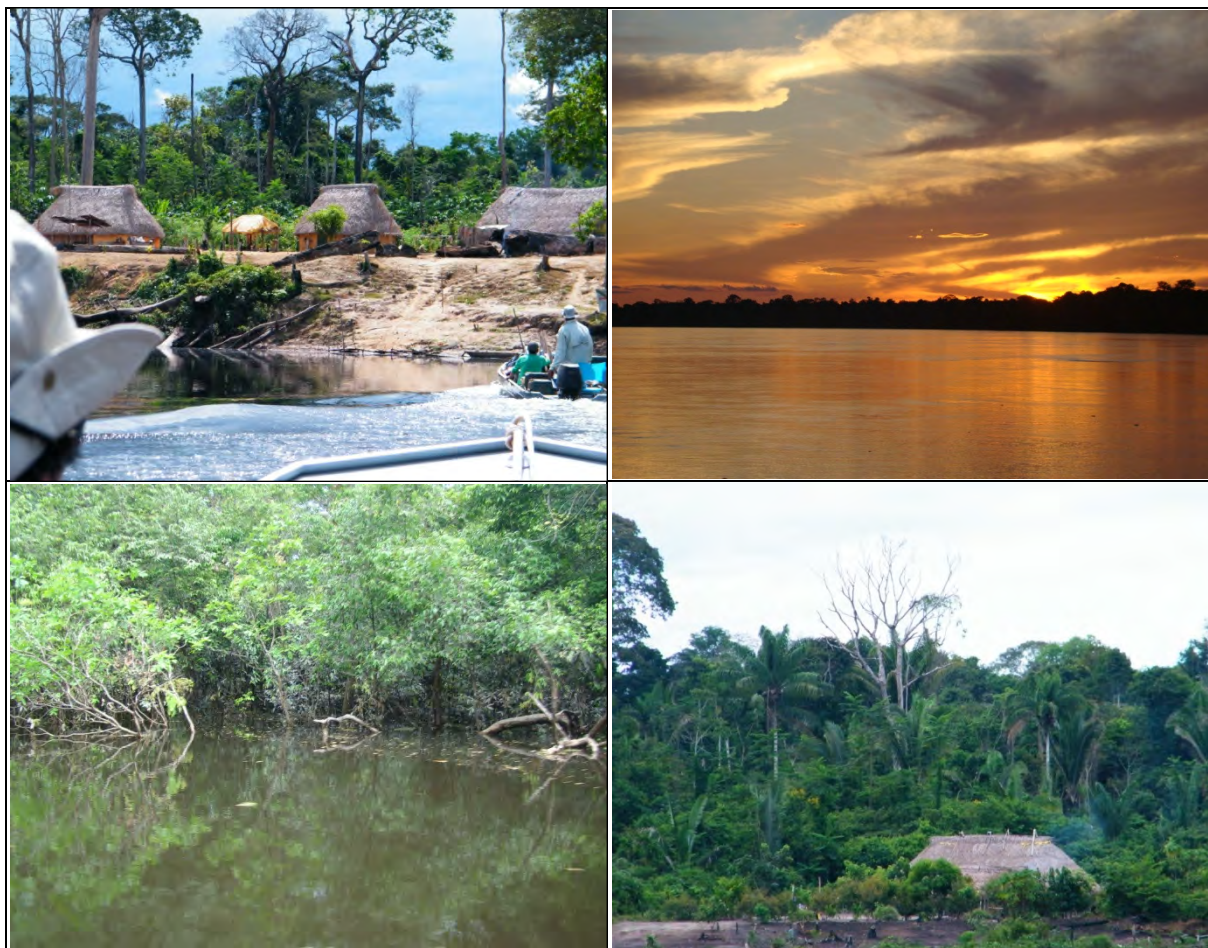


ESTUDOS DO COMPONENTE INDÍGENA DAS UHE SÃO MANOEL E FOZ DO APIACÁS

REVISÃO E COMPLEMENTAÇÃO

Terras Indígenas Kayabi, Munduruku e Pontal dos Apiaká



Julho de 2011

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “double sided”)

Estudos do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz do Apiacás Revisão e Complementação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	_____	I
--------------	-------	---

Parte I Revisão e Complementação do Conteúdo Antropológico

1	INTRODUÇÃO	_____	5
2	INFORMAÇÕES GERAIS DO AMBIENTE CIRCUNDANTE DO TELES PIRES E DOS GRUPOS INDÍGENAS HABITANTES DE SEU BAIXO CURSO	_____	10
2.1	Panorama ambiental geral do Teles Pires	_____	10
2.2	Condicionantes ambientais da bacia	_____	12
2.3	Migrações e ocupação histórica do Teles Pires	_____	13
2.4	Informações gerais dos grupos indígenas	_____	16
	2.4.1 Kaiabi	_____	17
	2.4.2 Apiaká	_____	19
	2.4.3 Munduruku	_____	20
2.5	Demografia e avaliação dos índices demográficos	_____	22
3	IMPORTÂNCIA DO RIO TELES PIRES PARA OS GRUPOS INDÍGENAS	_____	24
3.1	Mobilidade tradicional e história de ocupação do Teles Pires	_____	24
	3.1.1 Cosmografias Indígenas	_____	27
	3.1.2 Cosmografia Mercantil da Borracha	_____	31
3.2	Construção histórica do território	_____	34
3.3	Relações ecológicas dos Kaiabi	_____	50
	3.3.1 Tempo do rio	_____	52
	3.3.2 Tempo da roça	_____	56
3.4	Relações ecológicas dos Apiaká	_____	60
	3.4.1 As aldeias Apiaká	_____	62

3.4.2	<i>Atividades produtivas</i>	64
3.5	Importância do Teles Pires para os Kaiabi moradores do Xingu	68
3.5.1	<i>Dificuldades na transferência</i>	69
3.5.2	<i>Política e ligações territoriais</i>	76
4	MAPEANDO RELAÇÕES ECOLÓGICAS	79
4.1	Aldeias antigas e lugares de importância	80
4.2	Caça	87
4.3	Pesca	93
4.4	Coleta e extrativismo	98
5	ELEMENTOS PARA REAVALIAÇÃO DE IMPACTOS E RESPECTIVOS LOCAIS DE VULNERABILIDADE	107
5.1	Histórico do Conflito Socioambiental e Situação Legal da TI Kayabi	108
5.2	Etnografando o Conflito da TI Kayabi	112
5.2.1	<i>Atores sociais e a dinâmica socioeconômica da região</i>	115
5.3	Dinâmica Socioeconômica e Eixos de Rivalidade/Solidariedade	136
5.3.1	<i>Fato Gerador e as Aparições Oficiais dos Atores</i>	137
5.3.2	<i>Operação do Lago Azul</i>	138
5.3.3	<i>Contestando a presença dos Kaiabi</i>	140
5.3.4	<i>Novas alianças dos Kaiabi</i>	142
5.3.5	<i>Operação Angelim</i>	145
5.3.6	<i>Operação Kayabi</i>	147
5.3.7	<i>Efervescências locais</i>	148
5.3.8	<i>Zoneamento Socioeconômico-Ecológico</i>	149
5.3.9	<i>Idas e vindas na demarcação</i>	150
5.3.10	<i>Desdobramentos recentes</i>	151
5.4	Encaminhamentos do Conflito	152
5.5	Adaptações necessárias e programas socioambientais	155
5.5.1	<i>A ecologia da vida e os lugares de importância</i>	157
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
7	BIBLIOGRAFIA	162
	ANEXOS - MAPAS DAS TERRAS INDÍGENAS	167

Parte II

Caracterização das Microbacias e Indicação das Áreas de Vulnerabilidades

1	INTRODUÇÃO	186
2	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO EM ESTUDO	187
2.1	Caracterização Geral	187
2.2	Caracterização das Microbacias	188
3	INDICAÇÃO DAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE	199
3.1	Histórico de Ocupação	200
3.2	Frentes de Ameaças	201
3.3	Processos Impactantes	203
3.4	Áreas de Vulnerabilidade	206
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
5	REFERÊNCIAS	214
	ANEXO 1 - AS PRINCIPAIS FORMAÇÕES VEGETAIS DA REGIÃO	217
	ANEXO 2 - MAPAS E FIGURAS	226

Parte III

Revisão da Avaliação de Impactos

1	INTRODUÇÃO	238
2	MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	241
3	REVISÃO DOS IMPACTOS ASSOCIADOS AO COMPONENTE INDÍGENA	247
3.1	Interferência sobre a flora e fauna terrestre e os recursos de caça	248
3.2	Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca à jusante da barragem	254
3.3	Alteração da dinâmica fluvial	261

3.4	Aumento da incidência de doenças na população indígena _____	266
3.5	Criação ou intensificação de conflitos territoriais _____	271
3.6	Alteração nas relações dos índios com as atividades econômicas ____	280
3.7	Alteração na Paisagem e Perda de Referenciais Socioespaciais e Culturais _____	284
3.8	Matrizes de Impacto _____	292
4	CUMULATIVIDADE E SINERGIA _____	295
4.1	Avaliação e Descrição _____	297
4.2	Matriz de Impactos _____	303
5	PROGRAMAS E MEDIDAS _____	305
5.1	Diretrizes para Complementação de Programas _____	305
5.2	Programas Específicos _____	307
5.3	Matriz de Reversibilidade _____	312
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	318
7	BIBLIOGRAFIA _____	321
	EQUIPE TÉCNICA _____	322

Parte IV

Estudos Complementares - Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.

1	INTRODUÇÃO _____	327
2	CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS CORPOS HÍDRICOS DAS TERRAS INDÍGENAS _____	328
2.1	Recursos Hídricos: Caracterização da Bacia do rio Teles Pires _____	328
2.2	Avaliação complementar dos impactos das usinas sobre a ictiofauna_	337

APRESENTAÇÃO

O Estudo do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz do Apiacás (ECI), do qual o presente relatório é parte integrante, se ocupa de examinar aspecto específico identificado no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) desses empreendimentos, quais sejam as repercussões sobre as comunidades indígenas radicadas em áreas de influência dos projetos, especialmente as que habitam as Terras Indígenas (TI) Kayabi e Munduruku. Nessas terras vivem indivíduos de três etnias diferentes, a saber: Apiaká, Kayabi e Munduruku.

O ECI foi desenvolvido com base no Termo de Referência (TR) emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em outubro de 2009. Em agosto de 2010, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) protocolou junto à Funai o volume que documentou o estudo. Os levantamentos de campo foram realizados entre maio e junho daquele ano, por uma equipe composta por uma antropóloga, um engenheiro agrônomo, uma especialista em comunicação e cultura, um economista e um biólogo. Restringiu-se às comunidades que habitam a TI Kayabi uma vez que os indígenas da TI Munduruku negaram o ingresso de pesquisadores em suas terras.

A Funai se manifestou sobre esse estudo nos primeiros meses de 2011, listando uma série de demandas que, em seu entendimento, deveriam ser atendidas com vistas à adequada avaliação dos impactos dos empreendimentos sobre as comunidades indígenas. Essas demandas podem ser resumidas em cinco grandes temas:

- a) revisão e complementação do conteúdo antropológico do ECI;
- b) revisão da caracterização das microbacias e identificação de áreas de vulnerabilidade;
- c) avaliação complementar da qualidade da água dos corpos hídricos nas TI;
- d) avaliação complementar dos impactos das usinas sobre a ictiofauna e
- e) revisão da matriz de impactos.

As demandas (c) e (d) requereram investigações de campo e foram comuns às exigências feitas à Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A., licitante vencedor do leilão da usina hidrelétrica Teles Pires, justo a montante do projeto de São Manoel, no curso principal da bacia. Assim, reproduz-se nesse volume as partes do estudo realizado pela JGP Consultoria e Participações Ltda. para a Companhia Hidrelétrica

Teles Pires no âmbito do licenciamento da UHE Teles Pires, tendo em vista obtenção da Licença de Instalação.

A revisão da caracterização das microbacias - item (b) - não demandou investigações de campo complementares, uma vez que tanto os dados primários quanto os secundários levantados no primeiro semestre de 2010 para a elaboração do ECI eram suficientes para atender a demanda da Funai. Isto é, o esforço complementar foi basicamente de escritório, na compilação e no tratamento de informações já disponíveis.

O mesmo não ocorreu na revisão e complementação do conteúdo antropológico do ECI - item (a). Nesse caso, havia duas possibilidades: ou se realizavam novas investigações de campo junto às comunidades indígenas, desde logo limitadas pela negativa daquelas que se situam na TI Munduruku, comprometendo o objetivo do Governo Federal de ter um posicionamento definitivo sobre o licenciamento prévio ambiental dos projetos hidrelétricos de São Manoel e Foz do Apiacás ainda em 2011, ou se recepcionavam os estudos e levantamentos recentes realizados pelo antropólogo Frederico César Barbosa de Oliveira com vistas ao seu doutoramento, cuja tese intitulada *“Quando resistir é habitar: lutas pela afirmação territorial dos Kaiabi no Baixo Teles Pires”* foi concluída e publicada em 2010, enriquecendo o ECI dos empreendimentos com a incorporação dos resultados por ele obtidos. Observe-se que o trabalho de Barbosa de Oliveira é considerado referência no estudo das etnias do baixo Teles Pires.

Por óbvio, a revisão da matriz de impactos, considerando as conclusões e recomendações das demais complementações, não demandaria, per se, novas investigações, podendo ser concluída a partir de todo o material levantado.

Nesse contexto, a peça principal dos trabalhos para atendimento às demandas apresentadas pela Funai é a revisão e complementação do conteúdo antropológico do ECI dos empreendimentos em tela. Apresentado à questão, Barbosa de Oliveira aceitou a proposta da EPE de enfrentar o desafio de rever e complementar o conteúdo antropológico do ECI. Assim, optou-se pela segunda das alternativas anteriormente enunciadas, principalmente porque a autoridade do Dr. Barbosa de Oliveira sobre a matéria confere ao estudo ora apresentado à Funai uma qualidade que, de outra forma, dificilmente poderia ser obtida, além de que tal encaminhamento agiliza o processo de licenciamento ambiental.

Pela importância da peça antropológica ora incorporada ao ECI de São Manoel e Foz do Apiacás, convém tecer alguns comentários sobre o esforço desenvolvido com o apoio fundamental do Dr. Barbosa de Oliveira.

A revisão e complementação do ECI dos projetos hidrelétricos em tela pautou-se por métodos históricos e conceitos territoriais fundados em uma antropologia ambiental preocupada em reconhecer os relacionamentos entre os indígenas e seu ambiente biofísico como componente chave, sem perder de vista os aspectos políticos, que representam também um importante papel. Dessa forma, buscou-se ir além de descrições elementares que se mostram em geral insuficientes para demonstrar, com propriedade, os modos particulares que os grupos indígenas possuem para construir historicamente seu território e para se relacionar com parcelas específicas de seu ambiente ancestral.

Seguindo a linha teórica desenvolvida por Barbosa de Oliveira, adotou-se uma abordagem apoiada na noção de “ecologia da vida” desenvolvida por Tim Ingold, que propõe uma alternativa às noções correntes e saturadas de separação entre pessoas e natureza, levando em conta a percepção dos organismos na relação de engajamento direto com seu ambiente. Por esse motivo, a inspiração na ecologia foi constantemente acionada para mostrar que somente uma abstração desconectada do mundo vivido pode isolar um organismo de seu ambiente.

Na revisão e complementação do ECI abordou-se de modo especial a história de ocupação do Teles Pires. Ao invés da abordagem tradicional, a história foi descrita de forma que o passado estivesse sempre presente, permitindo que a voz dos nativos surgisse de forma que por vezes pode parecer incompreensível para aqueles que vêm da sociedade ocidental moderna. Neste trabalho, conferir historicidade aos grupos indígenas habitantes do baixo Teles Pires significou mais definir a sociogênese de sua configuração atual do que apresentar evidências históricas de ocupação antiga de seu território ou vasculhar, no passado, traços de sua cultura original, imaculada de qualquer tipo de contaminação proveniente do contato.

Para trabalhar com os fluxos de pessoas no curso do Teles Pires, as histórias de ocupação e os conflitos socioambientais, as referências chave foram os conceitos de “territorialidade” e “cosmografia”, provenientes de uma antropologia territorial renovada, desenvolvida por Paul Little, e com fortes bases na ecologia política. Contando ainda com o suporte da abordagem etnográfica para entender as formas específicas das diversidades de territórios, analisou-se o processo histórico a partir da perspectiva dos múltiplos grupos sociais que estão lutando por seus territórios. Não se limitou à descrição de suas reivindicações coletivas para as áreas que ocupam

fisicamente; incluiu-se também os artifícios políticos que eles utilizam para assegurar e defender suas demandas. Dessa maneira, detectou-se os paralelos diacrônicos e estruturais que permitem melhor entendimento da especificidade de processos territoriais na região.

A partir da contribuição do Dr. Barbosa de Oliveira foi possível trabalhar com mapas elaborados juntamente com os Kayabi e usar um aporte cartográfico que foi de grande utilidade para as conclusões a respeito dos relacionamentos ecológicos, da importância territorial e da ligação afetiva das comunidades indígenas com o Teles Pires. A idéia foi trabalhar com mapas que não estivessem desconectados da forma como as pessoas conduzem suas vidas, interagindo, movimentando e “ressignificando” diariamente o ambiente circundante, ainda que desafiando princípios clássicos da cartografia convencional. O uso desses mapas serviu ainda como transição de uma abordagem perceptiva das relações entre os Kayabi e o ambiente que habitam para outra de caráter político, discursivo e relativo à luta por direitos territoriais, em particular a demarcação integral de suas terras e a manutenção do seu estilo de vida caso venha a ocorrer a implantação das usinas hidrelétricas.

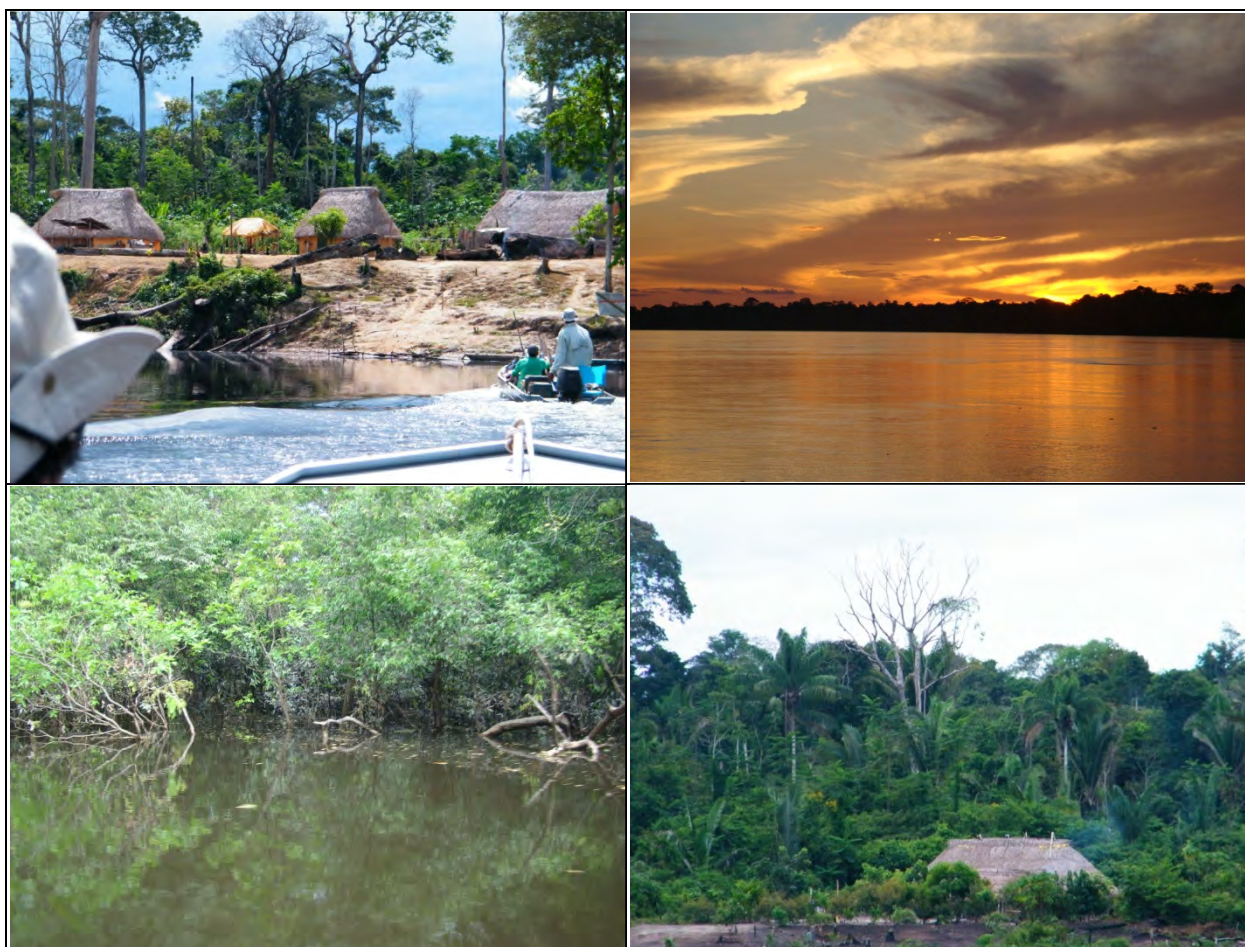
Nessas condições, espera-se que a revisão e complementação do ECI ora apresentada atenda às críticas, comentários e solicitações manifestadas pela Funai no processo de licenciamento ambiental das UHE São Manoel e Foz do Apicás.

ESTUDOS DO COMPONENTE INDÍGENA DAS UHE SÃO MANOEL E FOZ DO APIACÁS

REVISÃO E COMPLEMENTAÇÃO

PARTE I Revisão e Complementação do Conteúdo Antropológico

Terras Indígenas Kayabi, Munduruku e Pontal dos Apiaká



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “double sided”)

Estudos do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz do Apicás Revisão e Complementação

Parte I Revisão e Complementação do Conteúdo Antropológico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	INFORMAÇÕES GERAIS DO AMBIENTE CIRCUNDANTE DO TELES PIRES E DOS GRUPOS INDÍGENAS HABITANTES DE SEU BAIXO CURSO	10
2.1	Panorama ambiental geral do Teles Pires	10
2.2	Condicionantes ambientais da bacia	12
2.3	Migrações e ocupação histórica do Teles Pires	13
2.4	Informações gerais dos grupos indígenas	16
2.4.1	<i>Kaiabi</i>	17
2.4.2	<i>Apiaká</i>	19
2.4.3	<i>Munduruku</i>	20
2.5	Demografia e avaliação dos índices demográficos	22
3	IMPORTÂNCIA DO RIO TELES PIRES PARA OS GRUPOS INDÍGENAS	24
3.1	Mobilidade tradicional e história de ocupação do Teles Pires	24
3.1.1	<i>Cosmografias Indígenas</i>	27
3.1.2	<i>Cosmografia Mercantil da Borracha</i>	31
3.2	Construção histórica do território	34
3.3	Relações ecológicas dos Kaiabi	50
3.3.1	<i>Tempo do rio</i>	52
3.3.2	<i>Tempo da roça</i>	56
3.4	Relações ecológicas dos Apiaká	60
3.4.1	<i>As aldeias Apiaká</i>	62
3.4.2	<i>Atividades produtivas</i>	64

3.5	Importância do Teles Pires para os Kaiabi moradores do Xingu	68
3.5.1	<i>Dificuldades na transferência</i>	69
3.5.2	<i>Política e ligações territoriais</i>	76
4	MAPEANDO RELAÇÕES ECOLÓGICAS	79
4.1	Aldeias antigas e lugares de importância	80
4.2	Caça	87
4.3	Pesca	93
4.4	Coleta e extrativismo	98
5	ELEMENTOS PARA REAVALIAÇÃO DE IMPACTOS E RESPECTIVOS LOCAIS DE VULNERABILIDADE	107
5.1	Histórico do Conflito Socioambiental e Situação Legal da TI Kayabi	108
5.2	Etnografando o Conflito da TI Kayabi	112
5.2.1	<i>Atores sociais e a dinâmica socioeconômica da região</i>	115
5.3	Dinâmica Socioeconômica e Eixos de Rivalidade/Solidariedade	136
5.3.1	<i>Fato Gerador e as Aparições Oficiais dos Atores</i>	137
5.3.2	<i>Operação do Lago Azul</i>	138
5.3.3	<i>Contestando a presença dos Kaiabi</i>	140
5.3.4	<i>Novas alianças dos Kaiabi</i>	142
5.3.5	<i>Operação Angelim</i>	145
5.3.6	<i>Operação Kayabi</i>	147
5.3.7	<i>Efervescências locais</i>	148
5.3.8	<i>Zoneamento Socioeconômico-Ecológico</i>	149
5.3.9	<i>Idas e vindas na demarcação</i>	150
5.3.10	<i>Desdobramentos recentes</i>	151
5.4	Encaminhamentos do Conflito	152
5.5	Adaptações necessárias e programas socioambientais	155
5.5.1	<i>A ecologia da vida e os lugares de importância</i>	157
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
7	BIBLIOGRAFIA	162
	ANEXOS - MAPAS DAS TERRAS INDÍGENAS	167

1 INTRODUÇÃO

A Parte I do presente relatório tem por finalidade oferecer elementos e análises de cunho antropológico para complementar os Estudos do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz do Apiacás (ECI), elaborado e encaminhado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), visando atender ao Termo de Referência emitido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com propósitos concernentes ao licenciamento ambiental para a construção das referidas usinas no curso do rio Teles Pires e do rio Foz do Apiacás.

Esta parte do relatório se pauta por métodos históricos e conceitos territoriais fundados em uma antropologia ambiental preocupada em reconhecer os relacionamentos entre os indígenas e seu ambiente biofísico como componente chave, sem perder de vista os aspectos políticos que representam também um importante papel. A opção por esses métodos visa ir além de descrições elementares insuficientes para demonstrar com propriedade os modos particulares que os grupos indígenas possuem para construir historicamente seu território e para se relacionarem com parcelas específicas de seu ambiente ancestral.

Nesse sentido, é relevante tomar como orientação central, os princípios gerais que regem o processo de licenciamento ambiental, que surge como uma das principais ferramentas da Política Nacional de Meio Ambiente, destinado a promover um campo de debates democráticos e participativos. No intuito de manter esse propósito, recuperamos brevemente alguns conceitos da análise desenvolvida por Andrea Zhourri (2008) sobre os processos de licenciamento ambiental e a participação das populações indígenas ou “tradicionais”. Segundo Zhourri (: 100), o capital específico do campo é constituído pela reputação técnica e/ou científica dos agentes, pela “representatividade” de determinado segmento da sociedade e, finalmente pelas relações pessoais. Nesse sentido, se configura um círculo vicioso que propicia a perpetuação de uma visão dominante acerca dos recursos naturais, ou seja, da apropriação invariavelmente capitalista da natureza. Este “campo”, para fazer referência ao conceito clássico de Pierre Bourdieu (2001), é constituído por inúmeras posições altamente hierarquizadas e com níveis desiguais de capital social. As formas simbólicas de representação do meio ambiente são disputadas nesse contexto e ali mesmo se estabelecem enquanto objetividades destinadas a favorecer interesses específicos.

O jogo político se constitui, pois, sob as bases do paradigma da adequação ambiental, o qual é destinado a viabilizar o projeto técnico, reunindo certas “externalidades” sociais e ambientais na forma de medidas mitigadoras e compensatórias, desde que logicamente não inviabilizem o projeto do ponto de vista econômico orçamentário. As análises nessa direção se fundamentam sobre uma concepção de meio ambiente como realidade externa às relações sociais. Logo, as diversidades culturais são suspensas em razão de uma concepção parcial legitimada pela cientifização e juridificação das políticas e imposta com o propósito de representação do bem comum da nação. Nesse sentido, o formato técnico das discussões e documentos entra como outra ordem de limitações simbólicas. Considerando a luta pela apropriação do meio ambiente, a técnica entra como mecanismo de desqualificação e deslegitimação das populações “tradicionais” envolvidas por projetos de infra-estrutura com as barragens e usinas hidrelétricas. Então, a adequação encontra-se na contramão das iniciativas que visam a constituição de um paradigma transformador para a sustentabilidade. Como consequência, as populações locais, vítimas das injustiças ambientais acabam não apenas sendo excluídas dos processos decisórios, mas assumem todo o ônus dos conflitos e do desenvolvimento.

Não obstante, ao buscar atender às revisões antropológicas solicitadas pela FUNAI, ao Estudo do Componente Indígena apresentado pela Empresa de Pesquisa Energética, este relatório segue os princípios básicos de conectar relações sociais e relações ecológicas numa unidade comum de análise. Com o propósito de ir além do paradigma da adequação, as descrições aqui constantes seguem as ligações afetivas e os relacionamentos historicamente ecológicos engajados que os grupos indígenas estabelecem com o ambiente do rio Teles Pires. Tais fundamentos constituem a base da afirmação étnica e não um componente secundário a ser equacionado para se ajustar às demandas englobantes do desenvolvimento econômico. Dado que não houve a possibilidade de realizar pesquisa de campo complementar, os análises estão baseadas em grande medida na tese de doutorado do antropólogo Frederico Oliveira (2010), que realizou pesquisa de campo de 2006 a 2010 entre os Kaiabi do Baixo Teles Pires e também possui conhecimentos sobre o modo de vida dos grupos Apiaká e Munduruku.

Seguindo, então, a linha teórica desenvolvida por Frederico Oliveira, uma abordagem que se mostra bastante pertinente para trabalhar conceitos mais próximos dos mundos vividos pelas pessoas pode ser alcançada pela noção de “ecologia da vida” desenvolvida por Tim Ingold (2000: 18). O autor propõe uma alternativa às noções correntes e saturadas de separação entre pessoas e natureza, que leva em conta a

percepção dos organismos na relação de engajamento direto com seu ambiente. Por esse motivo, a inspiração na ecologia foi constantemente acionada para nos mostrar que somente uma abstração desconectada do mundo vivido pode isolar um organismo de seu ambiente.

De fato, o trabalho de Ingold pretende ser mais do que uma crítica aos modelos ortodoxos de antropologia e ecologia humana. Com a utilização do termo *dwelling*, tomado de empréstimo do ensaio “*Building, dwelling, thinking*”, escrito em 1971, por Martin Heidegger, Ingold estabelece as bases de uma aproximação fenomenológica capaz de descrever os relacionamentos entre organismos e ambientes. O conceito de *dwelling* utilizado por ambos inverte a ontologia de que primeiro construímos um mundo de significados para em seguida habitarmos esse mesmo mundo (“we dwell before we build”). Ao contrário, o *dwelling* visa romper com os paradigmas construcionistas (Chapman, 1985, Gellner, 1982) e epistemologias centradas na linguagem (Brookfield, 1969) e na representação, dando ênfase aos relacionamentos diários estabelecidos pelas pessoas com seres humanos e não humanos que compõem e agem com intencionalidade em seu ambiente. Evitando pensar em culturas descontínuas, Ingold desenvolve a idéia de “mundos contínuos”, em que as pessoas estabelecem diferentes tipos de relações com o mundo, possibilitando que um mesmo mundo seja visto por vários pontos de vista tomados de dentro. Tal noção, não apenas remove o fundamento básico da ciência moderna, baseado na oposição entre relativismo e realismo, como também dissipa o problema da tradução cultural. Ingold absorve, ainda, outras influências, como a de Maurice Merleau-Ponty (1971) e a fenomenologia da percepção, deslocando o foco de análise de um ser abstrato que dá sentido ao mundo, para um ser-*no*-mundo.

Outro componente a ser tratado com o devido cuidado é a forma como é contada a história de ocupação do Teles Pires. Ao invés de analisar a história pelo tempo que passa, dando ênfase àqueles que ganharam, pensando que os que assim o fizeram são melhores e mais bem preparados representantes da sociedade moderna, a história é descrita de forma que o passado está sempre presente e a voz do suposto perdedor ressurgir de forma incompreensível para àqueles mais adeptos dos paradigmas da modernidade. Assim, conferir historicidade aos grupos indígenas habitantes do Baixo Teles Pires significa mais definir a sociogênese de sua configuração atual do que ficar apresentando evidências históricas de seu território de ocupação antiga ou vasculhar no passado por traços de sua cultura original, imaculada de qualquer tipo de contaminação proveniente do contato. É nesse sentido que foi dada especial importância à compreensão de que os grupos dominados, através da manifestação de aspectos próprios de suas culturas podem apresentar outra forma de existência,

inteiramente ignorada ou mesmo clandestina face às tradições e saberes histórico-científicos dominantes em âmbito nacional ou regional, em particular, noções de território que desafiam os pressupostos do Estado-Nação e da propriedade privada (Oliveira Filho: 1999: 104).

Para então trabalhar com os fluxos de pessoas no curso do rio Teles Pires, as histórias de ocupação e os conflitos socioambientais, as referências chave serão os conceitos de “territorialidade” e “cosmografia”, provenientes de uma antropologia territorial renovada, desenvolvida por Paul Little (1997) e com fortes bases na ecologia política. Contando ainda com o suporte da abordagem etnográfica para entender as formas específicas das diversidades de territórios, é possível analisar esse complexo processo histórico a partir da perspectiva de múltiplos grupos sociais que estão lutando por seus territórios, não apenas descrevendo suas reivindicações coletivas para as áreas que ocupam fisicamente, mas também os artifícios políticos que eles utilizam para assegurar e defender suas demandas. Dessa maneira é possível detectar os paralelos diacrônicos e estruturais que podem nos dizer mais sobre a especificidade de processos territoriais numa dada porção da região Amazônica. Por essas razões a territorialidade humana pode ser mais bem compreendida como um processo contínuo de ocupação, afirmação e defesa altamente disputado.

Com os mapas elaborados juntamente com os Kaiabi, foi utilizado ainda um aporte cartográfico às conclusões a respeito dos relacionamentos ecológicos, acerca da importância territorial e da ligação afetiva com o Teles Pires. Desafiando alguns princípios clássicos da cartografia convencional a proposta é apresentar mapas que não estejam desconectados da forma como as pessoas conduzem suas vidas, interagindo movimentando e resignificando diariamente o ambiente circundante. O uso dos mapas serve ainda como transição de uma abordagem perceptiva das relações entre os Kaiabi e o ambiente que habitam, realizada anteriormente, para outra de caráter político, discursivo e relativo à luta por direitos territoriais, em particular a demarcação integral de suas terras e a manutenção do seu estilo de vida caso venha a ocorrer a implantação das UHE's.

Este relatório se encerra a partir do estudo do conflito socioambiental relativo à Terra Indígena Kayabi. Sustentada em princípios da ecologia política e aliada à prática etnográfica, a análise se desenvolve seguindo as percepções territoriais dos principais envolvidos, buscando, acima de tudo situar historicamente as perspectivas, demandas e estratégias com aspectos morais e identitários. O conflito é apresentado em termos de choques de percepção a respeito dos modos mais adequados dos distintos grupos humanos se relacionarem com a natureza. Com esse propósito, é

possível não apenas proporcionar uma compreensão mais ampla da dinâmica socioeconômica da região, mas principalmente oferecer informações elaboradas que nenhum dos participantes do conflito possui e quiçá propiciar um encaminhamento mais razoável, orientando possíveis medidas socioambientais para os empreendimentos hidrelétricos, considerando as expectativas das partes, sem tratá-los como heróis ou vilões da história mais recente de ocupação das terras ao norte de Mato Grosso.

Ao final serão apresentados anexos contendo os mapas participativos, desenhos da Terra Indígena elaborados pelos Kaiabi e um ensaio fotográfico a fim de corroborar visualmente as descrições escritas.

Como o propósito é produzir um conhecimento não apenas dos Kaiabi, mas dos índios Apiaká e Munduruku, foram também utilizados dados secundários que fornecem informações complementares sobre o modo de vida e relacionamento desses grupos com o rio Teles Pires. Logicamente, o ideal seria que estudos antropológicos mais prolongados pudessem ser realizados com todas estas etnias visando produzir um trabalho unificado e ao mesmo tempo diverso, capaz de contemplar com graus aproximados suas formas de relacionamento ecológico e divulgar de maneira explícita suas principais demandas e expectativas a respeito das usinas. Assim, ainda que as apreciações ecológicas que demandem maior proximidade do antropólogo fiquem mais circunscritas aos Kaiabi, já é possível ter uma noção adequada de que se tratam de concepções territoriais completamente fora da lógica do mercado, do regime de propriedade privada e que carecem de outro tipo de disposição para serem compreendidas.

2 INFORMAÇÕES GERAIS DO AMBIENTE CIRCUNDANTE DO TELES PIRES E DOS GRUPOS INDÍGENAS HABITANTES DE SEU BAIXO CURSO

2.1 Panorama ambiental geral do Teles Pires

A faixa de terras compreendida entre os rios Xingu e Tapajós se constitui como uma ampla área florestal da hiléia amazônica, situada inteiramente no território brasileiro. Além das florestas tropicais, este cenário também é composto por mangues, cerrados, várzeas e outros ecossistemas que se inserem no contexto ecológico/político mais amplo da Amazônia Legal. Os tributários que seguem na direção de qualquer um dos dois grandes rios cortam, do divisor à foz, densas matas onde são encontradas as mais variadas e exploradas espécies largamente valorizadas pela indústria extrativa: a seringueira, o caucho, a castanha, a poaia, os timbós e a copaíba. Seguindo na direção norte, esses rios desembocam no médio curso do rio Amazonas se constituindo em dois dos principais afluentes que encorpam ainda mais suas águas.

Praticamente cortando ao meio essa extensa faixa espacial, aparece a bacia hidrográfica do rio Teles Pires, que servirá como entidade geográfica chave a orientar os movimentos mais localizados que caracterizaram os padrões territoriais que se instalaram nessa região e afetaram decisivamente a territorialidade dos grupos indígenas que habitam o Baixo Teles Pires. A partir das cartas hidrográficas, o rio Teles Pires está inserido na bacia do rio Tapajós, pois apesar de não se constituir exatamente como um de seus afluentes, é um dos seus formadores, juntamente com o rio Juruena. Será na Barra do São Manoel (ponto em que se encontram e desembocam as águas do rio Teles Pires - a leste - e do rio Juruena¹ - a oeste) que temos a nascente do rio Tapajós, com suas águas marcadamente esverdeadas.

O rio Teles Pires tem suas nascentes localizadas nas Serras Azul e do Finca Faca, próximas à cidade de Paranatinga, no sudeste do estado de Mato Grosso. Até que se tivesse um conhecimento completo pelas autoridades oficiais do curso desse rio, nas primeiras décadas do século XX, ele era conhecido em seu alto curso como rio

¹ Segundo Henri Coudreau (1977), expedicionário que viajou pelo rio Tapajós, em 1896, o rio Juruena era conhecido como Alto Tapajós pelas fontes oficiais daquela época. Teria, pois, recebido o nome de Juruena mais recentemente, por volta de 1930, em razão de possuir um fluxo bem parecido com o do rio Teles Pires, o que desqualificava este último para ser afluente do primeiro. O fato é que nessa época não se sabia ao certo a extensão e origem do rio Teles Pires, como explicarei adiante.

Paranatinga e em seu baixo curso como rio São Manoel, ou rio das Três Barras. Inclusive, até hoje os moradores próximos a esses locais e até algumas cartas hidrográficas têm o costume de nomear o Teles Pires por essas designações. O curso baixo desse rio inscreve-se na região chamada de Serra e Blocos Planálticos do Norte, uma área de floresta ombrófila aberta, com densidade populacional de menos de um habitante por quilômetro quadrado, com as cidades de Alta Floresta (MT) e Itaituba (PA) representando os dois pólos regionais.

A bacia do rio Teles Pires atravessa uma região de transição entre as paisagens abertas do Brasil Central e a grande massa florestada da Amazônia. A região a ser enfocada nesse relatório se trata de uma transecção através de uma variedade de ecossistemas: o predomínio de formações vegetais savânicas da porção sul cede lugar, na parte central, à vegetação de transição, para ser substituída, no extremo setentrional, pela densa floresta tropical ombrófila, caracterizada por uma considerável diversidade de fauna e flora. Certamente essas formações não apresentam configurações homogêneas ao longo do curso do Teles Pires, ocorrendo com frequência entre elas áreas arenosas, de mangues e terrenos alagados, distribuídos de maneira pouco uniforme.

Percorrendo uma extensão total de 1.431 km, dos 15 graus de latitude sul até os 7 graus também de latitude sul, cruzando a faixa de terras Xingu-Tapajós, no sentido Sudeste-Noroeste, o rio Teles Pires proporciona diferentes tipos de configurações em sua própria fisionomia hidrográfica, além de apresentar diversas formas vegetais, de relevo e ocupações humanas. Para melhor localizar as formações de relevo e vegetação, além das seqüências de eventos que se sucederam no curso desse rio, adotaremos aqui, bem como na seqüência desse relatório, as terminologias de Alto, Médio e Baixo Teles Pires. O alto curso tem início a 800 metros de altitude, nas nascentes, correndo sobre a Chapada dos Parecis e seguindo até o encontro com um dos seus principais afluentes, o rio Verde. O médio curso vai do rio Verde até o Salto Sete Quedas, na divisa com o estado do Pará, pouco abaixo da foz do rio Peixoto de Azevedo. O baixo curso começa no Salto Sete Quedas e termina na sua foz, quando se encontra com o rio Juruena, dando início ao alto curso do rio Tapajós, descendo até 95 metros de altitude.

No Alto Teles Pires a vegetação típica do Cerrado, como as matas de configuração mais rala, é a que mais predomina. Nesse trecho, o rio oferece uma conformação mais estreita e menos agitada até o encontro com o rio Verde, apesar de apresentar corredeiras de pequeno porte em vários pontos do seu curso. É uma área conformada por relevo plano e de colinas características da Chapada dos Parecis. No Baixo Teles

Pires é a Floresta Tropical Amazônica que determina a configuração da paisagem, com árvores de grande porte e solos menos propícios à atividade agrícola. Predominam extensas áreas de planícies fluviais seguindo o vale do rio até a sua foz, recortadas por uma grande faixa de corredeiras. Da sua foz, no Tapajós, até a foz do rio Paranaíta, representa o divisor territorial dos estados de Mato Grosso e Pará. Em seu trecho médio o rio alcança trechos de maior largura. Ocorrem as formações vegetais de transição Cerrado-Floresta Tropical, ocupando principalmente áreas de chapadas e de topografia mais plana. Nessa etapa o rio rompe a Serra dos Apiacás, apresentando maior declividade e conseqüentemente, uma quantidade maior de cachoeiras, pequenos travessões e corredeiras. A presença de ilhas fluviais de grande porte é outra característica marcante do médio curso. (IBGE, 1991; Projeto RADAMBRASIL, 1981).

De montante à jusante seus principais afluentes são: rio Caiapó, rio Peixoto de Azevedo, rio Cristalino, rio São Benedito, rio Cururuzinho ou Cururu-Açu (pela margem direita) e rio Verde, rio Paranaíta, rio Apiacás, rio Ximari (pela margem esquerda). Em seu curso geral, a distribuição das expressões da vegetação evidencia que há uma ampla biodiversidade, que se reduz do norte para o sul da bacia do rio Teles Pires, à medida que vai se distanciando do bioma² amazônico e se aproximando do Cerrado. Essa complexa rede de rios e igarapés possibilitou ao longo dos séculos passados, que muitos grupos indígenas habitassem, comercializassem e estabelecessem conflitos pelos usos ou controles de determinados recursos ou porções de terra, que significavam de alguma maneira uma afirmação de sua territorialidade.

2.2 Condicionantes ambientais da bacia

O regime das águas está dividido em duas estações nitidamente delimitadas: a cheia ou “inverno”, período das chuvas, que vai de novembro a abril, aproximadamente, e a seca ou “verão”, que se inicia em meados de maio e se encerra em outubro, alterando-se consideravelmente a paisagem e a oferta natural de alimentos. Nos meses de junho, julho e agosto, ocorrem períodos mais frios, característicos da região amazônica, que faz as temperaturas caírem bruscamente por dois ou três dias consecutivos.

O rio Teles Pires, seus afluentes e as formações de solo, relevo e vegetação que compõem parte do cenário da Amazônia meridional são para os grupos indígenas que

² O termo bioma será aqui entendido no sentido utilizado pela ecologia natural, como unidade biológica composta por diversos ecossistemas restritos a um espaço geográfico e definidos por características comuns de macroclima, vegetação, solos e altitude.

habitam essa região agentes ambientais de crucial importância na elaboração e afirmação de sua territorialidade. O ordenamento do dia a dia vivido no Teles Pires, expressa conceitos de tempo e espaço reconhecíveis somente através do relacionamento entre as condições que o ambiente oferece aos índios e a forma como eles se apropriam dessas condições. Desse modo, ao invés de apresentar a dinâmica da bacia do Teles Pires como uma entidade externa, autônoma e determinante nas vidas dos indivíduos, partimos do pressuposto que a interação contínua entre essas duas partes é capaz de produzir conhecimentos relevantes para acessarmos tanto a dinâmica ambiental da região como para levantar e discutir posteriormente possíveis impactos socioambientais ocasionados pelos empreendimentos hidrelétricos. A partir das recíprocas interações entre pessoas e ambiente, os ritmos da vida diária dos sujeitos humanos encontram um tipo particular de ressonância capaz de envolver os participantes numa relação que não pode ser adequadamente compreendida partindo das dualidades convencionais natureza e cultura.

É importante evidenciar que somente o rio Teles Pires (e nenhum outro rio) possui a capacidade de operar como eixo de identificação ou *embodiment*³ (“incorporação”) dos grupos indígenas que habitam historicamente e os ritmos da vida/natureza. Pela maior proximidade maior com os Kaiabi durante a pesquisa de doutorado de Frederico Oliveira, alguns dados constantes nas seções seguintes serão mais aprofundados em seus relacionamentos específicos com o Teles Pires. A fim de complementar as informações dos Kaiabi, serão utilizados dados da pesquisa de Giovana Tempesta (2009, 2011) que fazem referência aos mesmos tipos de relações ecológicas comprometidas e engajadas que os Apiaká e Munduruku estabelecem com o ambiente envolvente. Foi, portanto, buscando uma aproximação ambientalmente situada com o dia a dia vivido pelos Kaiabi, mas também trazendo a importância dessa relação com os Apiaká e Munduruku, que é apresentado um caminho produtivo para acessar informações pertinentes de suas relações de *dwelling* atuais com o Teles Pires.

2.3 Migrações e ocupação histórica do Teles Pires

Poucos ambientes terrestres escaparam de algum nível de interferência antrópica (Balée, 1998, Stahl, 2008). A despeito da visão romântica que permeia boa parte do

³ *Embodiment* é um conceito que aparece com frequência na fenomenologia do espaço desenvolvida por Merleau-Ponty (1962), significando uma aproximação unificada entre corpo e ambiente quando os indivíduos desempenham rotineiramente suas tarefas num determinado lugar de significação.

senso comum, acerca do caráter prístino e homogêneo da floresta amazônica, as paisagens dessa região são caracterizadas pela diversidade e pela longa convivência com o ser humano. Não se sabe ao certo a partir de que período a floresta amazônica passou a ser ocupada pelos seres humanos. A própria história da chegada do homem ao continente americano continua bastante controversa e apoiada em teorias de caráter consideravelmente especulativo (Dewar, 2004). Muitas disciplinas científicas estudam e proporcionam hipóteses sobre a dinâmica desses deslocamentos humanos, como a arqueologia, a etnografia, a lingüística, a genética, a paleoecologia, entre outras. No tocante à Amazônia, estudos contemporâneos indicam que ao invés de uma floresta tropical intocada, algumas áreas são mais bem compreendidas como paisagens “domesticadas”, dramaticamente alteradas por grupos indígenas no passado. Tem sido verificado um elevado grau de desenvolvimento social e tecnológico a partir do início da era cristã, que levou a modificações no potencial dos grupos humanos no que se refere à transformação da paisagem. Indicativos de queimadas antropogênicas, assentamentos, montículos, ilhas de florestas antropogênicas, diques circulares, terra preta, campos elevados, redes de transporte e comunicação, estruturas para manejo da água e da pesca, entre outros, apontam para o estabelecimento de sociedades organizadas e com relativo grau de complexidade (Erickson, 2008; Heckenberger, 2007; Neves, 2006). A baixa disponibilidade e espacialidade dos dados constituem-se nos principais entraves para as pesquisas que buscam lançar alguma luz sobre o passado pré-colonial da floresta amazônica. A insuficiência de dados faz com que a delimitação de grupos humanos distintos, a partir de peculiaridades culturais e sua respectiva correlação com o domínio de tecnologias e (ou) um determinado nível de organização social, ainda não seja bem definida, apesar do esforço acadêmico recente ter resultado em avanços significativos para algumas localidades.

A bacia hidrográfica do rio Teles Pires, enquanto tributária do rio Tapajós, se insere numa área de considerável interesse para a arqueologia brasileira. Nessa ampla região realizaram-se, em épocas pré-coloniais, diversificados processos culturais, dos quais alguns têm sido mais intensamente investigados, a partir de abordagens teóricas variadas. Tais estudos vêm proporcionando campo para discussões clássicas da arqueologia brasileira e sul-americana, tais como: a antiguidade pleistocênica da ocupação humana na América do Sul; as expansões das culturas “neolíticas” amazônicas de grupos falantes de línguas tupi-guarani e arawak, com a difusão da tecnologia cerâmica, das línguas, do cultivo e do estabelecimento das grandes

aldeias; a ocorrência de contatos culturais entre grupos culturalmente diversos e a emergência de padrões sociais complexos⁴.

Mesmo quando é possível traçar a localização espacial desses grupos indígenas mais recentemente, tais informações não indicam nem de perto a grande mobilidade que certamente tiveram ao longo dos anos, pelos mais variados motivos, em especial aqueles grupos falantes de línguas do tronco tupi (Métraux, 1950). Antes do contato com os europeus, os grupos indígenas da Amazônia tinham por costume realizar diversos tipos de movimentos espaciais, não possuindo limites rigidamente definidos para seus territórios. De expedições nômades de caça e coleta a migrações grupais, de fugas ou guerras com outros inimigos a busca por lugares sagrados, de pesquisas por materiais para trabalho ou roças a simplesmente viajarem para conhecer, essas eram algumas das razões que impulsionavam os grupos amazônicos a uma constante mobilidade e reterritorialização. Assim, quando se propõe localizá-los inicialmente de maneira estática nessa faixa Xingu-Tapajós, a idéia está voltada para se iniciar uma análise territorial, que permita evidenciar os diversos fluxos humanos e territoriais (não apenas de grupos indígenas) que se direcionaram para essa região, e como passaram a afetar paulatinamente a territorialidade dos grupos indígenas que atualmente habitam o Baixo Teles Pires.

A partir do início do século XVIII, documentos de agências oficiais, estudos etnográficos e lingüísticos vêm tornando possível identificar alguns grupos indígenas que habitavam essa faixa espacial Xingu-Tapajós, que se insere no contexto mais amplo de Amazônia Centro-Meridional, segundo as áreas etnográficas propostas por Melatti (2002). Os Munduruku merecem destaque especial, uma vez que exerceram durante muito tempo grande domínio demográfico, territorial e cultural em boa parte dessa região, em particular do Alto Tapajós, bem como do Médio e Baixo Teles Pires (Murphy, 1960). Bastante temidos em razão de sua capacidade militar por outros grupos habitantes desse domínio, pode-se mencionar os Munduruku como o principal grupo responsável pelas dispersões e constantes migrações dos demais grupos, antes do contato mais intensivo com as frentes de expansão do governo

⁴ Exemplo do elevado potencial arqueológico da região é o Sítio Arqueológico Pedra Preta (localizado próximo a Paranaíta - MT), constituído por um afloramento de granito que emerge em meio à floresta circundante, no qual podem ser observadas inscrições rupestres de baixo relevo. Uma das características marcantes dessa expressão rupestre é a grande proporção das figuras, que correspondem a recursos gráficos de diferentes combinações, compondo motivos classificados como biomorfos (antropomorfos, zoomorfos e fitomorfos), além de figuras geométricas. O Sítio da Pedra Preta e outros sítios na região da bacia do rio Teles Pires, ainda não foram estudados de maneira a serem contextualizados no tempo, mediante datações; nem tão pouco é ainda possível atribuí-los a uma determinada ocupação pré-colonial. Até o momento, ainda não foram realizadas pesquisas arqueológicas que envolvessem prospecções sistemáticas mais profundas e escavações que fornecessem dados sobre a cultura material, de forma a permitir a progressão dos estudos. (Fonte: Prefeitura Municipal de Paranaíta)

nacional⁵. Vale ainda ressaltar que durante os primeiros momentos do período de extração de látex, os Munduruku mantinham sua hegemonia enquanto grupo guerreiro e caçador de cabeças, mesmo inseridos no mercado da borracha e trabalhando para os seringalistas locais⁶. Dentre os outros grupos que se antagonizavam com os Munduruku temos os Kaiabi, os Apiaká, os Canoeiros, os Panará. Como outros habitantes dessa região em sua porção leste temos os Juruna e os Suyá, com também uma considerável presença dos Krenacore e Kayapó, mais a nordeste. Mais ao sul temos os Nambiquara, os Bakairi, os Xavante e os Beißos-de-Pau.

2.4 Informações gerais dos grupos indígenas

As terras baixas que compõem o cenário dos dois principais rios formadores do Tapajós se configuram como uma região de marcada influência cultural tupi. A análise das categorias diante das quais os Apiaká, Kaiabi e Munduruku elaboram sua relação com o passado, combinada aos registros escritos, indica que a historicidade indígena é formulada no interior do conjunto simbólico tupi, na medida em que ressalta a ambivalência da relação com o Outro, concebida como absolutamente necessária para a afirmação da identidade, ainda que seja consideravelmente arriscada. Em termos gerais, as sociedades do tronco tupi são caracterizadas como povos agricultores, que tendem a ocupar áreas cobertas por florestas, fundando aldeias grandes e de caráter permanente, avançando pelo território em ritmo lento, buscando regularmente manter algum tipo de relação com suas ocupações anteriores (Laraia, 1986; Noelli, 1996).

A organização social vem sendo qualificada por alguns antropólogos como patrilinear, poligínica e patrilocal, com ocorrências não raras de uxorilocalidade e casos mais incomuns de existência de metades exogâmicas e antropofagia (Laraia, 1986). A busca pela "Terra sem Males", com há muito mostrou Alfred Métraux (1950) fazendo alusão aos tupi do litoral, apesar das características messiânicas, não estava diretamente ligada à chegada dos europeus. Recebeu mais de uma interpretação, como a de Pierre Clastres (1988), que seria uma forma de evitar a formação de uma nova organização política centrada num crescente poder do chefe da comunidade. A liderança na aldeia costuma estar vinculada exclusivamente ao carisma e à

⁵ Certamente outros motivos são também relevantes para essas migrações tais como: cisões internas, busca por alimentos e melhores condições para agricultura, movimentos messiânicos, entre outros. Destaco aqui a influência dos Munduruku, mais para enfatizar esse fator do contato entre os grupos indígenas dessa região, que teve forte impacto na territorialidade de todos aqueles que habitavam essa porção mais próxima aos rios Teles Pires e Tapajós.

⁶ Segundo Murphy (1960), ao final do século XIX, os Munduruku, a fim de terem acesso aos bens manufaturados, atuavam muitas vezes como mercenários a serviço dos brancos.

capacidade agregadora do chefe. O casamento entre primos cruzados, juntamente com as obrigações inerentes à relação entre sogro e genro se constituem como práticas centrais de consolidação da unidade social mais importante: a família extensa (Fernandes 1970; Schaden 1962). A cisão radical entre os domínios político e religioso é um traço tupi-guarani marcante, segundo Hélène Clastres (1978). Tais povos são conhecidos pela aparente baixa elaboração de sua morfologia social e política, combinada a um rico e complexo universo cosmológico. Com relação às sociedades tupi-guarani, podemos ainda acrescentar a predominante tendência às manifestações performativas, em particular o xamanismo, e dinâmicas abertas a incorporações e elaboração de eventos exteriores contingentes (Viveiros de Castro, 1986).

Os Kaiabi e os Apiaká se constituem como grupos tupi centrais, falantes de línguas pertencentes à família lingüística tupi-guarani. Os Munduruku compartilham o mesmo tronco tupi e possuem uma família lingüística única para seu grupo. A enorme dispersão dos povos tupi-guarani por uma imensa área geográfica, conjugada com um longo isolamento, provocou diferentes transformações em seus sistemas de crenças. Alfred Métraux (1950) sugeriu que a área original de dispersão dos tupi-guarani estaria compreendida entre a margem direita do Amazonas, o Paraguai, o Tocantins e o Madeira. A seguir é apresentado um breve panorama da realidade histórica e social das três etnias, expandido à medida que as descrições forem avançando.

2.4.1 Kaiabi

A caracterização dos Kaiabi enquanto grupo autônomo é conhecida desde pelo menos 1850 quando foram mencionados na literatura antropológica como “Cajahis” (Castelnuau, 1949)⁷. Sua filiação lingüística foi inicialmente confundida com os Caribe, por Pyrineus de Souza (1916: 74), em razão da proximidade desse expedicionário com os índios Bakairi, que viviam próximos aos Kaiabi. Seria somente a partir de 1929, através das primeiras incursões da Max Schmidt pelos afluentes do Xingu, coletando indiretamente mais de cem vocábulos da língua Kaiabi, que este grupo foi

⁷ A origem do nome Kaiabi vai além da memória dos mais velhos, que não sabem ao certo como surgiu essa designação. É bem possível que se refira à forma pela qual os Apiaká ou Bakairi a eles se referiam, uma vez que estavam em constante contato e foi a partir de informações dessas duas etnias que se teve as primeiras notícias dos Kaiabi. Outra auto-denominação mais antiga do grupo é *ipitunuun* (“nosso pessoal”). Atualmente, os professores do Parque do Xingu grupo decidiram optar pela grafia Kaiabi (Senra *et alli*, 2006), assim utilizada neste trabalho, salvo as formas originais das citações e em sua forma como sobrenome. Temos ainda a denominação *kawaiweté* (“gente do mato”), esta mais recente, que inclusive existe um movimento partindo do Parque do Xingu para que os Kaiabi passem a ser chamados por esta designação. Em relação aos termos indígenas, serão transcritos de acordo com a grafia indígena utilizada pelos Kaiabi do Xingu e do Teles Pires.

corretamente agrupado como falante de uma língua pertencente à família lingüística tupi-guarani. A primeira menção mais efetiva da importância de se estudar os Kaiabi e sua cultura foi feita por Darcy Ribeiro (1957). Contudo, apenas três trabalhos antropológicos foram realizados com esses índios. Georg Grünberg, na década de 1960, empreendeu trabalho de campo com os Kaiabi do rio dos Peixes, descrevendo aspectos gerais da cultura simbólica e material, como requisito para sua Tese de Doutorado pela Universidade de Viena. Nas décadas de 1980 e 1990, dois trabalhos foram realizados entre os Kaiabi do Xingu. Elizabeth Travassos estudou o xamanismo e a musicologia Kaiabi e Suzanne Oakdale fez pesquisa, dando ênfase aos cânticos guerreiros, narrativas míticas e constituição da pessoa.

Dada a inexistência de qualquer mecanismo que institua formas hierárquicas de organização política e social, a unidade do grupo está referida - como em muitos grupos ameríndios - apenas à necessidade das trocas matrimoniais e às relações de parentesco a elas associadas, especialmente o casamento entre primos cruzados e a residência uxorilocal. Os Kaiabi são, portanto, uma sociedade acéfala, onde os grupos de descendência unilineares (*wyri*) se constituem em famílias extensas, como verdadeiras unidades autônomas em termos políticos e econômicos. A proximidade das moradias, a cooperação na atividade agrícola, os esquemas de reciprocidade e as alianças políticas devem ser pensados em termos de potencialidades e obrigações embutidas na terminologia de parentesco. A tendência ao atomismo das famílias pode ser contrabalançada no conhecimento das narrativas míticas e em contextos cerimoniais, em que o universo mítico-ritual passa a ser partilhado por todos.

Até o final do século XIX e meados do século XX os Kaiabi habitaram praticamente toda a extensão do vale do médio rio Teles Pires, no centro do estado de Mato Grosso. Pressionados pelas frentes econômicas dedicadas à expansão nacional, especialmente com a chegada de seringueiros e a implantação de projetos de colonização do Brasil Central, parte do grupo deslocou-se em direção ao extremo norte do estado, na divisa com o Pará, empreendendo, no início do século XX, a ocupação daquela que iria se constituir como Terra Indígena Kayabi; localizada nos Municípios de Jacareacanga (PA) e Apicás (MT), no baixo curso do rio Teles Pires. Existem também Kaiabi habitando o rio dos Peixes (reconhecidamente outras terras de ocupação e significação ancestral) e o Parque do Xingu, em razão dos processos de transferência que vivenciaram por causa dos já citados projetos de desenvolvimento da porção central-leste do estado de Mato Grosso.

A ligação que os índios Kaiabi estabeleceram com as terras baixas que seguem o eixo do rio Teles Pires remonta há mais de dois séculos. Presente em muitas narrativas

míticas e relatos históricos contados pelos mais velhos, este rio se configura como um marco ecológico, histórico e cultural fundamental na afirmação territorial dos Kaiabi até os dias atuais. Apesar das inúmeras pressões sofridas por diferentes grupos representantes da sociedade nacional, os Kaiabi buscaram mediante artifícios variados resistirem de deixar o Teles Pires para trás, mesmo estando distantes fisicamente. Diante de lutas, mortes e reorganizações territoriais o caminho mais efetivo que vêm encontrando para afirmarem sua identidade étnica, estando próximos ao Teles Pires, é acionando expedientes de engajamento prático com esse ambiente ancestral, estratégias de memória e intensos posicionamentos políticos, a fim de não perderem esse contato.

2.4.2 Apiaká

A informação mais antiga de que se tem notícia sobre os Apiaká data de 1746, e é de autoria de João de Souza Azevedo, o qual, por ocasião da primeira navegação oficial do rio Tapajós a partir de Mato Grosso, menciona um “reino dos Apiacás” no baixo Arinos (apud Fonseca 1880: 68). Naquele ano haviam sido descobertas jazidas de diamante na província de Mato Grosso; sua notícia mobilizou inúmeras “entradas” e “bandeiras” que partiam de São Paulo em direção ao rio Cuiabá e além. A região das cabeceiras do rio Arinos recebeu destaque dois anos depois, em 1748, quando se descobriram aí minas de ouro e diamantes, dentre as quais as célebres minas de Santa Isabel.

Os Apiaká podem ser reconhecidos atualmente como um exemplo de povo indígena autônomo que vem lutando e conseguindo resultados expressivos, após a Constituinte de 1988, para se reestruturar após trágicos massacres ocorridos no passado. Desde o século XVIII, pelo menos, os muitos grupos indígenas que ocupavam e exploravam de variadas maneiras aquela porção da Amazônia meridional reagiram de formas diversas à chegada dos colonizadores, cindindo-se, amalgamando-se e se combinando em blocos micro-regionais - misturando-se, enfim. O fator marcante de continuidade desse grupo parece residir, pois, na necessidade da troca com o exterior para a reprodução enquanto grupo autônomo, um tema clássico e recorrente nas pesquisas sobre os povos tupi (Tempesta, 2009: 22)

A virada para o século XX foi um período particularmente desastroso para os Apiaká e outros povos que viviam na área de confluência dos rios Juruena e Teles Pires. A empresa seringalista se estabeleceu como alternativa econômica à mineração, mas o problema do escoamento dos produtos da floresta persistia. O projeto de ligação entre Cuiabá e Belém, que data de meados do século XVIII, estava prestes a se consolidar; a partir da rota Arinos-Juruena-Tapajós, que se configurava como uma

das vias de acesso fundamentais de penetração do centro do continente. É nesse contexto que podemos compreender os vários massacres sofridos pelos Apiaká e seu violento decréscimo populacional, agravado por epidemias. Após terem sido aldeados no rio dos Peixes, na segunda metade do século XX, os Apiaká somam hoje perto de mil pessoas, distribuindo-se em sete aldeias localizadas nos rio dos Peixes, Teles Pires, Juruena, e também em cidades dos estados de Mato Grosso, Amazonas e Pará.

De modo similar aos Kaiabi, têm na família extensa a base de sua organização social, verificando-se uma tendência à uxorilocalidade e a divisão do trabalho por gênero. As famílias extensas gozam de grande autonomia política e econômica na aldeia, embora a figura do cacique seja indispensável na condução dos assuntos de interesse comum, designadamente na interação com agências estatais e com os regionais compradores de castanha-do-pará. O prestígio político do chefe, que raramente se transforma em poder de mando, advém da habilidade retórica e da capacidade de distribuir alimentos e bens industrializados. A residência, estruturada a partir do princípio de reciprocidade, é um importante fator de pertencimento étnico. As concepções sobre a formação do ser, o componente animal da pessoa e a alma, que pode se separar temporariamente do corpo, resistiram aos séculos de catequização. A visão de mundo, a concepção de pessoa e a organização sociopolítica dos Apiaká seguem uma lógica claramente coletivista (por oposição à lógica burguesa, individualista) (:23).

2.4.3 Munduruku

Dentre os grupos indígenas que habitaram a porção centro-sul da Amazônia, os Munduruku se destacavam pelo número e pela belicosidade. Desde os primeiros relatos de cronistas e viajantes a percorrer áreas consideradas “inóspitas” da Amazônia Meridional, os Munduruku são constantemente referidos como grupo de guerreiros colecionadores de cabeças a exercer vasto domínio territorial em grande parte do Alto e Médio Tapajós, com populações que superavam facilmente 20 mil indivíduos (Coudreau, 1977). Tendo inicialmente assumido uma atitude hostil em relação aos colonizadores, em 1795, após uma expedição punitiva enviada pelo governo do Pará ao Alto Tapajós, os Munduruku tornaram-se seus aliados e passaram a atuar como “ponta de lança” na ocupação do território, realizando grandes “correrias” e organizando-se em tropas que empurravam os inimigos tradicionais para outros pontos, onde não representassem obstáculo à colonização, em troca de mercadorias (Menéndez 1981: 358). Cabe ressaltar que, no momento em que a frente da borracha avançava em direção ao Alto Tapajós (meados do século XIX), representantes do governo e os religiosos não estavam presentes; nessa conjuntura,

os indígenas tinham duas opções: aceitar as condições impostas pelos colonizadores ou deslocar-se para zonas ainda não ocupadas pelos brancos. A fim de conseguirem certa autonomia política e se manterem em seu território, os Munduruku optaram por servir aos interesses dos brancos, sem que seus modos de vida fossem consideravelmente alterados.

Durante o *boom* da borracha, a força produtiva dos Munduruku passou a interessar mais aos brancos do que sua competência bélica, e as guerras tribais foram abandonadas. Os Munduruku, que haviam estabelecido uma relação amistosa com os colonizadores em 1795, engajaram-se no trabalho de extração da seringa e passaram a desejar as mercadorias, afastando-se progressivamente das práticas tradicionais realizadas nas savanas. Segundo Murphy: “A total falta de atividade militar minou algumas das bases da solidariedade social Munduruku e expôs a instituição da chefia às rivalidades inerentes à organização política” (1960: 187). Para o autor, não eram as mercadorias em si, mas o modo de obtê-las que entrava como fator decisivo da transformação social, na medida em que os Munduruku se colocavam cada vez mais em relações de dependência com os patrões, as quais comprometiam as relações dentro da aldeia.

Murphy explica que o nome é o principal critério de pertencimento à sociedade Munduruku. De acordo, com o fundamento de descendência patrilinear, é o pai que transmite o *status* social e a condição de membro de um clã aos filhos (Murphy 1960: 82). A regra de residência uxorilocal, porém, leva à situação de não-coincidência entre as condições de membro do clã e membro do grupo local, fazendo com que um homem seja sempre um forasteiro na aldeia dos parentes da esposa (: 130). Tal discrepância redundaria em forte instabilidade, a qual conduziria, na ausência de mecanismos internos de resolução de conflitos, às cisões internas e à constituição de novas aldeias.

Os Munduruku que atualmente habitam a TI Kayabi, são descendentes de famílias ribeirinhas que não estavam aldeadas no passado, que viviam em pequenos afluentes do Tapajós e foram convidadas, em 1987, por um dos chefes de posto da FUNAI a se instalarem no Posto Kayabi, que posteriormente se chamaria Posto Teles Pires. O objetivo desta ação era garantir a ocupação da Terra da Indígena, haja vista que os Kaiabi não estavam acostumados a viver no ambiente de cerrados predominante onde se localiza o Posto Teles Pires. Em troca da assistência da FUNAI e de serviços de saúde, eles se comprometeram a auxiliar na fiscalização e ocupação da área mais ao norte, tornando-se moradores permanentes. Atualmente a população dos Munduruku que vive na Terra Indígena Kaiabi é próxima de 500 pessoas. Contudo, a Terra

Índigena Munduruku, situada de modo contíguo à Terra Indígena Kaiabi, abriga mais de 10 mil Munduruku, que exercem importantes influências políticas e territoriais em seus vizinhos.

2.5 Demografia e avaliação dos índices demográficos

A situação demográfica dos Kaiabi manifestou um acentuado declínio antes e depois da transferência para Xingu e mostrou uma forte reversão a partir da década de 1970. O primeiro censo realizado da população Kaiabi foi feito pelo padre João Dornstauder em 1955 (Grünberg, 2004). Naquela época, ele estimou a população em 341 pessoas, distribuídos em várias aldeias do Teles Pires (103 pessoas), Rio dos Peixes (108 pessoas) e alguns que já haviam se mudado para Xingu (40 pessoas), além dos moradores dos postos do SPI, como José Bezerra (45 pessoas) e posto Kaiabi (45 pessoas). Havia ainda outros Kaiabi outros dispersos nos barracões de seringueiros em ambas as regiões e alguns no posto indígena "Fraternidade" (Igreja Católica), em Barra dos Bugres (Meliá, 1993).

Durante os anos 1960, antes da transferência para o Xingu, muitos Kaiabi morreram de epidemias de sarampo, especialmente na região do Teles Pires, onde o acesso aos serviços de saúde era muito precário em comparação com o Rio dos Peixes, que teve o apoio da Missão Anchieta e do padre João Dornstauder. Naquela época, a decadência dos postos do SPI no Teles Pires levou os Kaiabi a procurarem apoios assistenciais na "Missão Cururu" no rio Cururu para troca de produtos. Lá, alguns deles foram infectados com o vírus do sarampo, o que trouxe uma epidemia desastrosa para o grupo que tentava aos poucos estabelecer sua subsistência no Baixo Teles Pires (Rodrigues, 1994). De acordo com o cacique Atú e seu irmão João, moradores da aldeia Kururuzinho, após as epidemias de sarampo, apenas quatro pequenas aldeias permaneceram na área do Teles Pires. Com a transferência da maioria do grupo ao Xingu, cerca de trinta pessoas permaneceram no Teles Pires (Rodrigues, 1994). No rio dos Peixes havia cerca de 53 pessoas restantes em 1966, após os eventos principais de transferência para o Xingu (Meliá, 1993). Entre 1970 e 1999, a população dos Kaiabi no Xingu população aumentou de 204 para 758 habitantes, significando um crescimento absoluto de 4,5% ao ano (Pagliaro, 2005). Esta taxa é muito alta quando comparada com a taxa demográfica da população brasileira em geral, que para o ano de 2000 foi de 1,64% (IBGE, 2000). Esta taxa também pode ser considerada alta para as populações indígenas e é superior ao crescimento demográfico dos outros grupos indígenas do Xingu, que mostram uma taxa de crescimento média de 3,5% ao ano (Rodrigues, 2001). Os Kaiabi são atualmente o grupo mais numeroso no Xingu, com uma população total de cerca de 1.226 em 2006

(ISA, 2007). Após a década de 1990, os níveis de mortalidade estabilizaram-se em um patamar mais baixo em comparação com décadas anteriores. A partir do levantamento demográfico realizado pelo chefe de Posto Clóvis Nunes, no Teles Pires, em 2006, apenas referente às aldeias Kaiabi, o número de habitantes era de 155, chegando a próximo de 200, em 2011. De acordo com dados da WWF (2006) a população das três etnias habitando a TI era de 640 indivíduos. A taxa de fecundidade também aumentou na década de 1990, com cada mulher na fase reprodutiva tendo uma média de 9,5 filhos, tanto no Xingu como no Teles Pires. De acordo com Heloísa Pagliaro, que estudou a demografia dos Kaiabi do Xingu (2005), os principais fatores que causam esse crescimento populacional estão relacionadas a alguns fatores: 1) melhor qualidade na assistência de saúde; 2) situação de maior isolamento dos convívios com a sociedade nacional e 3) o desejo manifesto de recuperar sua estrutura sócio-cultural, após a transferência. De fato no Teles Pires, os Kaiabi possuem um planejamento de evitarem o controle de fecundidade, reconhecendo a necessidade de mais pessoas habitando e garantindo seus direitos sobre esta que é uma importante região de habitação ancestral.

Vale ressaltar que no rio dos Peixes, o índice de casamentos interétnicos é maior do que entre os grupos Kaiabi que habitam o Teles Pires e o Xingu. De acordo com a última estimativa da soma das três áreas Kaiabi, elas totalizam 1.647 em 2006, em comparação a 341 em 1955. Em 51 anos, a população cresceu significativamente. Cabe ainda destacar que a soma de 1.647 indivíduos não inclui os Kaiabi que vivem nas cidades, como Canarana, Juara e Alta Floresta, que não é insignificante, tendo em conta que muitos Kaiabi estão agora trabalhando como agentes de saúde, funcionários da FUNAI e de associações indígenas (principalmente ATIX no Xingu e Kawaip no Teles Pires), que estabeleceram escritórios em cidades próximas às terras indígenas.

3 IMPORTÂNCIA DO RIO TELES PIRES PARA OS GRUPOS INDÍGENAS

O relacionamento afetivo com a natureza e a tradição de acesso comunal à terra, orientados por elaborados sistemas cosmológicos compõem as bases dos relacionamentos constituídos entre os grupos indígenas e o ambiente biofísico na Amazônia. Tomando como ponto de partida o referencial ecológico, os meios geralmente utilizados pelos povos autóctones no tocante à sua adaptação biofísica estão fundados principalmente numa consciência íntima dos ecossistemas amazônicos, através de experiências diárias, historicamente fundadas, capazes de proporcionar uma fina sintonia com os ciclos naturais e uma sustentabilidade de longo prazo. Com relação ao referencial territorial, esses grupos têm elaborado modos coletivos de exercer algum tipo de influência e uso do espaço geográfico, uma modalidade que posiciona suas demandas territoriais num campo distinto da propriedade privada e da exploração de recursos visando obter algum tipo de ganho econômico.

3.1 Mobilidade tradicional e história de ocupação do Teles Pires

Para melhor compreender a situação presente dos Kaiabi, Apiaká e Munduruku e a importância que esses grupos conferem aos modos de vida que mantêm no Baixo Teles Pires, uma descrição histórica fundada em conceitos de uma antropologia territorial e ecológica, fornece valiosos subsídios para avaliação dos fluxos de pessoas, interesses e relações de poder. Foi utilizada, portanto, a concepção de *cosmografia* como um marco teórico chave a guiar essa perspectiva etnográfico-histórica dos processos de ocupação e colonização do centro e norte do estado de Mato Grosso. O conceito de cosmografia foi usado aqui para analisar o processo de estabelecimento de territórios humanos, que considera, seguindo a inspiração de Franz Boas, a importância de uma ciência que considere o estudo “das mutuas influências que a terra e seus habitantes estabelecem em cada um”. Dando a este conceito um conteúdo cultural específico, referências geográficas e uma concepção histórico-temporal, Paul Little traz para o campo das Ciências Sociais um importante guia para a análise das disputas territoriais nas fronteiras Amazônicas. Cosmografia é definida aqui como:

“Identidades coletivas, historicamente contingentes, ideologias e sistemas de conhecimentos ambientais desenvolvidos por um grupo social para estabelecer e manter territórios humanos.

Cosmografia pode ser entendida como uma conjuntura entre *cosmologia* e *geografia*, em que as visões culturais do mundo (cosmos) são inscritas (grafia) em áreas geográficas. O conceito de cosmografia é diferente daquela noção mais geral de “visão de mundo”, uma vez que está invariavelmente ligado a localizações geográficas específicas com características biofísicas específicas” (1997: 3).

A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e suas formas de defesa. Ao conectar cosmografias mais amplas com grupos sociais em particular, a análise histórica e etnográfica fica facilitada no sentido de que cada cosmografia é capaz de se disseminar por diferentes tipos de territórios humanos, a partir de suas formas sociais específicas. Então, cosmografia, da forma como foi usada aqui, é um conceito amplo, assim como aquele de território, mas este acaba sendo em última instância altamente influenciado pelo primeiro. Território deve ser entendido como resultante de uma ação conduzida num espaço geográfico, a princípio ideologicamente homogêneo, por um determinado grupo social em qualquer nível (Raffestin, 1993: 143). Assim, o território enquanto construção conceitual e prática vivida, ganha corpo e identificação com as pessoas, quando os atores “territorializam” o espaço, proporcionando certas qualidades que antes não existiam. Dessa forma, os dois conceitos encontram-se diretamente interligados, posto que um território de um grupo social está invariavelmente fundado num distinto conjunto de princípios cosmográficos. Nesse sentido, territorialidade deve ser entendida como esse processo de produzir qualidades heterogêneas num espaço geográfico, usando, controlando e se identificando com ele transformando num território, como uma prática característica de todos os grupos humanos. Em suma, cosmografia condensa os princípios que fornecerão a base conceitual para atender aos fins desse relatório: os valores culturais que estruturam os agrupamentos humanos e a relação direta com a afirmação da territorialidade que mais lhes convém.

O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social indica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Isso implica que um não é mais legítimo do que outro e que todos eles podem sempre ter mapeadas suas origens sejam a partir de raízes históricas

profundas ou de rizomas mais superficiais (Glissant, 2005)⁸. Como afirma David Nugent (1998), para começarmos a pensar com clareza sobre o surgimento e a valorização de novas identidades é imprescindível afastar a idéia de territórios estáticos ou vínculos imemoriais com determinados tipos de valores e considerar a fronteira e as definições territoriais como processos fluidos, que juntamente com a história recebe continuamente novas definições. A partir de noções recentes de etnogênese importa mais compreender os padrões organizacionais dos grupos - seguindo desdobramentos do modelo clássico de Fredrik Barth - e como estas formações elaboram circunstancialmente seus valores para demarcar ou reelaborar suas fronteiras num determinado lugar em particular, a partir de algum tipo de disputa.

As cosmografias e os territórios humanos que essas disputas engendram, estão sobrepostos no tempo, no espaço e nas relações de poder. Esse aspecto de sucessão ao invés de implicar necessariamente uma melhora ou superação sobre o modelo anterior, apenas significa que um grupo diferente chegou, se estabeleceu posteriormente e está promovendo a instalação de um novo território, fundado numa dada cosmografia. Conseqüentemente, as cosmografias sucedem, mas não substituem uma à outra no tempo. Geograficamente, uma sobreposição horizontal ocorre quando sobre a territorialidade de um grupo é colocada parte ou toda a territorialidade de outro, sem necessariamente extinguir a anterior. Desse modo, as cosmografias e territorialidades se sobrepõem, mas não necessariamente suplantam uma à outra no espaço, uma vez que podem existir simultaneamente, mesmo que ainda possam estabelecer demandas sobre o mesmo espaço geográfico. Após séculos de constantes conquistas e reconquistas regionais, foi gerada uma grande variedade de cosmografias, freqüentemente contraditórias, que sobrepostas umas sobre as outras desencadearam processos que alteraram radicalmente as cosmografias indígenas, sem necessariamente eliminá-las.

A sobreposição de cosmografias cria uma dinâmica complexa de poder, que é invariavelmente assimétrica. Novas cosmografias emergem durante épocas históricas particulares e são geralmente apoiadas por poderosas forças que buscam se afirmar territorialmente, impondo sua hegemonia sobre as cosmografias preexistentes. Isso invariavelmente produz situações de conflitos que podem provocar - se a desigualdade de poder entre as forças é suficientemente grande - a extinção de sociedades inteiras e com elas suas territorialidades. Não obstante, o processo de

⁸ Glissant (2005) retoma a idéia de Deleuze e Guatarri, quando se remete aos problemas da identidade, em particular diante de sua análise do Caribe e das Américas. Diz respeito à noção de raiz única e à noção de rizoma. Segundo Glissant, “a raiz única é aquela que mata à sua volta, enquanto o rizoma é a raiz que vai ao encontro de outras raízes” (:71).

sobreposição não está limitado a situações de conflito, extermínio e conquista. Frequentemente, situações simultâneas de incorporação, interpenetração e acomodação emergem e provocam a contínua transformação das cosmografias e reivindicações territoriais, resultando em múltiplas formas de sobreposição de territorialidades.

3.1.1 *Cosmografias Indígenas*

- **Kaiabi**

Os Kaiabi se encaixam de maneira apropriada nas caracterizações mais gerais dos povos tupi-guarani, que os apresentam como tendo uma aparente simplicidade em sua morfologia social e política, sustentada por um rico e complexo universo cosmológico. Prevalece a tendência de demonstrações performativas, particularmente o xamanismo e outras dinâmicas sociais abertas a situações contingentes, domesticações e elaborações de eventos exteriores de acordo com os mais importantes princípios de organização social (Viveiros de Castro, 1986). As guerras intertribais representam um papel decisivo até os dias atuais na definição da pessoa Kaiabi, na integração tribal e também como estratégia de conquista e ocupação de novos territórios. Praticam o enorme ritual total “Jowosi”, que afirma a importância da qualidade guerreira, apenas para enfatizar a necessidade de incluir hierarquicamente a alteridade em seu sistema social usando o canibalismo como metáfora chave.

O uso dos rios e dos cursos d’água fornece um ponto de partida para o entendimento da cosmografia Kaiabi que tem operado e continua a operar na porção sudeste da Amazônia. Dentro do esquema compreensivo desse complexo hídrico, a territorialidade Kaiabi é frequentemente prescrita por sistemas de parentesco e descendência. O casamento entre primos cruzados, juntamente com as obrigações implícitas nos relacionamentos entre sogro e genro são práticas centrais na consolidação da mais importante unidade social: a família extensa. Além disso, o costume de dar nomes aos lugares e conectar esses lugares com a história oral tem servido durante séculos como a estratégia básica para os Kaiabi constituírem sua “região”, promovendo uma relação emocional estável com o ambiente circundante e construindo historicamente sua territorialidade. Nesse sentido, tal complexo amálgama de relações ecológicas está intimamente relacionado com sua história cultural e os mitos de criação que aconteceram nessa área em particular. É precisamente essa história cultural, ou pelo menos os padrões de significação territorial, que ainda hoje orientam e define os movimentos espaciais e as novas fixações de aldeias ou lugares de importância.

A presença dos Kaiabi sempre foi registrada no alto, médio e baixo cursos do rio Teles Pires, e também próximo ao rio dos Peixes, um afluente do rio Arinos (Meliá, 1993). Combinando relatos de viajantes, exploradores e etnólogos com as narrativas dos Kaiabi mais velhos é possível concluir que o território histórico de influência Kaiabi se estendia por uma vasta área do Brasil central, entre os rios Xingu e Tapajós, e sempre tendo Teles Pires como eixo principal (Barbosa de Oliveira, 2010: 31). Devido às dificuldades de acesso à área previamente ocupada e pelo pouco interesse manifestado em manter contatos regulares com a sociedade nacional, os Kaiabi eram dentro de seu território praticamente desconhecidos pela etnologia brasileira até a década de 1940. O rio Teles Pires está inextricavelmente ligado ao mito de criação e à formas de afirmação territorial Kaiabi.

O mito em que Tuiararé (o mais poderoso e antigo demiurgo) cria os Kaiabi e vários outros grupos, próximo às margens do rio Teles Pires, possui aspectos rituais e lingüísticos que estão presentes em muitas outras histórias contadas pelos anciãos⁹. Esses aspectos certamente são cruciais para compreender os valores relativos ao seu modo de vida e territorialidade. Quando as famílias extensas costumavam viver em grandes malocas, o *wyriat* (patriarca da família extensa) costumava quase todas as noites, deitado em sua rede, contar essas histórias para que os mais novos pudessem se familiarizar com seus heróis fundadores, lugares de importância, redes de relacionamento e a origem dos costumes e criaturas que habitam áreas mais remotas da floresta.

Atualmente as aldeias são compostas de um aglomerado de casas que compõem o centro do sistema topográfico pelo qual os Kaiabi organizam suas atividades. Além da aldeia existem outros círculos concêntricos que gradualmente se distanciam do centro, passando pelas roças até alcançarem pontos mais distantes da floresta. Na prática, apesar da aparente homogeneidade, a floresta é também considerada como dividida em espaços concêntricos, repletos de espaços de socialização. À medida que as pessoas se distanciam do centro constituído pelas aldeias, os espaços periféricos tornam-se menos hospitaleiros e podem apresentar algumas ameaças. As áreas de coleta intensiva localizadas próximas à aldeia formam o primeiro círculo concêntrico. As roças podem ser encontradas em áreas de coleta ou em pontos mais distantes, podendo levar algumas horas de caminhada para serem alcançadas. Existem ainda outras áreas maiores dedicadas a caça e pesca cotidianas, que coincidem com habitações de famílias próximas. Áreas mais distantes e menos familiares utilizadas em expedições de caça podem levar alguns dias para serem alcançadas.

⁹ A versão completa do mito é muito extensa para ser aqui reproduzida, mas pode ser encontrada em Barbosa de Oliveira, 2010: 36.

Durante a exploração de áreas mais distantes das aldeias, os rios adquirem importância fundamental na orientação e definição do espaço como *locus* de sociabilidade, mas sempre reconhecido pelo perigo que oferece aos Kaiabi. As direções acima e abaixo nada têm a ver com os pontos cardeais norte e sul, mas seguem o fluxo do rio, de modo que as nascentes estão localizadas acima e sua foz abaixo. Os principais rios, igarapés, lagos, corredeiras, cachoeiras e morros possuem algum tipo de denominação na linguagem Kaiabi. Existe sempre um nome genérico e um nome específico, este último freqüentemente fazendo referência a alguma característica do lugar, derivando do sufixo “y”, que significa água ou rio em tupi-guarani. Assim, a abundância de algum animal ou vegetação nas margens de um rio, algum tipo de configuração visual peculiar ou alguma batalha que ali ocorreu no passado, são boas razões para a escolha de nomes para os rios e pontos em seus arredores. Logo, o conhecimento dessa toponímia está em estreita consonância com o conhecimento prático do território daqueles que por ele caminham. As áreas geográficas familiares ou aquelas com algum potencial se constituem como lugares destinados a serem habitados por “seres humanos”. A partir da aldeia, que é o local de maior segurança, até as áreas de perambulação, que apresentam maior perigo e são exploradas por guerreiros experientes, os nomes são estabelecidos e prontamente inseridos numa rede de relacionamentos e narrativas que devem retornar à aldeia, proporcionando um contínuo movimento entre o Outro e o Mesmo, de acordo com o padrão cultural Kaiabi de fabricação da pessoa (Oakdale, 2005).

- **Apiaká**

Com base em documentos e textos dos séculos XVIII, XIX e XX, é possível chegar a um consenso de que o território histórico habitado pelos Apiaká correspondia à uma extensa área entre o médio curso do rio Arinos e afluentes (ao sul), o alto curso do rio Tapajós (a norte), afluentes da margem esquerda do Juruena (a oeste) e afluentes da margem direita do rio Teles Pires (a leste). Todavia, a relação traumática com coletores de impostos, estabelecida nos primeiros anos do século XX, levou à redução drástica da população Apiaká (bastante numerosa até o final do século XIX). A distribuição atual das aldeias Apiaká é uma consequência direta do processo de colonização e à dispersão populacional. No entanto, a continuidade de um padrão de ocupação próprio se exprime na escolha dos locais para implantação de casas e aldeias, que são os pontos mais elevados do território, encontrados em maior quantidade no trecho que corresponde ao estado de Mato Grosso. O fator topográfico é, pois, determinante da configuração do padrão de ocupação Apiaká: as moradias são geralmente construídas em locais elevados (não-inundáveis), com manchas de

terra preta, na proximidade de cursos d'água, no interior do território histórico do povo (Tempesta, 2009).

Seguindo as premissas que orientam a cosmografia Apiaká, a casa ou a aldeia e seu entorno imediato compõem o único espaço concebido como propriamente social e adequado para os humanos. A aldeia opõe-se ao fundo do rio e à floresta, lugares que encerram muitos mistérios e perigos para as pessoas e que abrigam seres sobrenaturais. O mundo subaquático é concebido como uma réplica do mundo humano, com roçados e casas; os temidos seres encantados que aí habitam, designadamente a mãe d'água (*ajáng*), a sucuriju (*mosahúa*, a dona dos peixes) e os botos (*piraputóa*), por vezes tentam seduzir as pessoas; quando conseguem capturar a “sombra” (*ang*, sinônimo de espírito e alma) de uma pessoa, seu corpo pode definhar até a morte (Tempesta, 2011). Em meio a perigos e mistérios, a aldeia surge como produto físico do trabalho continuado de transformação do ambiente executado pelos corresidentes. Aldeias bem conservadas e limpas são motivo de grande orgulho para os Apiaká.

A comunidade Apiaká está organizada a partir conjunto de famílias extensas fundada no princípio de que todos os corresidentes são de alguma maneira aparentados. Essa formação sociopolítica exprime de maneira sucinta o modo particular como o povo concebe as transformações históricas e sociais. A comunidade demonstra a importância da residência e dos valores morais que lhes são correlatos. Logo, fazer parte de uma comunidade é um importante critério de classificação social. Se, por um lado, prevalece entre os Apiaká o princípio de que “parente” é aquele que vive com e como os Apiaká, por outro lado existe sempre a possibilidade de um corresidente “virar bicho” e praticar ações nefastas contra os seus, uma possibilidade que as regras de sociabilidade visam, justamente, aplacar. Neste sentido, a principal missão do cacique e das lideranças é manter a harmonia na aldeia, o que significa assegurar o bem-estar de todos os corresidentes, de modo a impedir a eclosão de conflitos que podem resultar em cisão política, doença e morte. A reciprocidade é o valor central da comunidade, é o eixo da lógica da dádiva, que impõe a obrigatoriedade de dar, receber e retribuir, em franca oposição à lógica capitalista (individualista). A lógica da dádiva condensa o caráter coletivista da apropriação da terra e dos recursos naturais, obrigando à partilha do produto da caça, da pesca, da coleta e da agricultura (Tempesta, 2009: 271). A ética social ultrapassa as fronteiras da aldeia e abrange as relações que os Apiaká estabelecem com aquilo que os ocidentais chamam de “natureza”. O pensamento e a prática Apiaká ganham forma no horizonte de um sistema simbólico anímico, em que se atribui aos seres naturais o status de pessoas, que exibem emoções e habilidades humanas, bem como normas

sociais. A relação que os humanos estabelecem com esses seres são relações de proteção, sedução, hostilidade, aliança ou troca de serviços. “Natureza” e “sociedade” não são percebidas, pois, como entidades conceituais fixas, como realidades radicalmente distintas que não se comunicam, mas sim como domínios de um todo único, que se influenciam mutuamente de modo complexo, uma dinâmica simbólica ilustrada por mitos contados pelos anciãos.

Em uma comunidade Apiaká, assim como ocorre com outros povos indígenas amazônicos, evidencia-se uma equação simbólica entre os processos de produção de laços sociais e de seres humanos plenos. É como se a pessoa Apiaká apenas pudesse existir plenamente no interior da comunidade, isto é, dentro da esfera de socialidade territorializada tida como apropriada. O modelo de socialidade Apiaká se insere num padrão regional em que se considera como parente aquele com quem se tem um vínculo genealógico e com o qual se observa a conduta apropriada. Ou seja, pode ser classificada como “Apiaká” a pessoa que, além de ter um vínculo de consanguinidade ou afinidade com outro Apiaká, viva de acordo com o padrão moral instituído, oferecendo ressonância aos apelos facultados pelo parentesco, designadamente demandas de dádivas alimentares. Ao constituir uma rede de trocas, postulando que todas as pessoas podem causar doenças e fazer mal umas às outras, voluntária ou involuntariamente, os Apiaká estão afirmando que é preciso ensinar cada corresidente a ser uma pessoa plena, isto é, deve-se inculcar nele as habilidades propriamente sociais, para que se torne verdadeiramente um parente. Não se trata, aqui, de relações estritamente biológicas ou contratuais, mas sim de um modo específico de relação social. “Parentesco” se refere, pois, a um princípio de classificação social, que articula descendência, residência e código de conduta.

3.1.2 Cosmografia Mercantil da Borracha

Apesar da reconhecida aptidão extrativa, desde o século XVII, seria mais especificamente com o látex que a Amazônia se tornaria um ator chave na economia mundial, no século XIX (Little, 2001: 27). Ainda que a borracha fosse produzida de uma variedade de árvores encontrada na América tropical, nenhuma era capaz de produzir uma borracha de alta qualidade como a seringueira (*Hevea brasiliensis*), encontrada principalmente na bacia amazônica e no território brasileiro. Em meados do século XIX, o estabelecimento da frente da borracha assumiu proporções calamitosas para os povos indígenas da região. As utilidades da *Hevea brasiliensis* começaram a ser divulgadas na Europa pelo naturalista francês Charles de La Condamine, que viajou pelo Amazonas em 1743 e observou que os indígenas extraíam um líquido viscoso daquela árvore, o qual, após coagulado, transformava-se numa

substância maleável, elástica e impermeável, porém muito sensível a alterações de temperatura (Weinstein 1993: 22). A região amazônica passou a exportar borracha bruta para a Europa nas primeiras décadas do século XIX, permanecendo como única produtora mundial até 1880.

A estrutura de transporte já existente, com os regatões, que atuavam com produtos da floresta, permitiu que já em meados do século XIX, se intensificasse a extração de látex na Amazônia. De 1825 até 1850, a produção estava concentrada principalmente em torno de Belém e distritos próximos. Havia, pois, duas frentes de penetração que se direcionavam ao sul da Amazônia. A primeira vinha de Belém e já havia alcançado o os maiores afluentes do Alto Tapajós (Coudreau, 1977). Seguindo os padrões do norte amazônico, essas áreas rapidamente receberam uma grande concentração de seringueiros na confluência Arinos-Juruena, espacialmente o Baixo Juruena. Foi com essa frente que os Munduruku se encontraram e aos poucos estabeleceram relações de dependência e cooperação. A segunda área de penetração vinha de Cuiabá e Diamantino, seguindo pelo Alto Teles Pires e pelo rio Verde e seus afluentes, a partir de 1850. Muitos Kaiabi e Apiaká viviam nessa área e começaram a estabelecer os primeiros contatos não regulares com seringueiros. A partir de 1899, com a recuperação dos preços da borracha no mercado mundial, os seringueiros sistematicamente avançaram na direção norte, pelas florestas que seguiam o Teles Pires e o rio Verde.

A frente da borracha reunia indígenas numa área extensa para o sistema de trabalho forçado dos seringais, espalhando doenças contagiosas, inviabilizando a vida ritual tradicional, impondo o uso exclusivo da língua portuguesa, reunindo arbitrariamente pessoas de etnias distintas e avalizando violências de toda espécie, incluindo massacres premeditados. Sem negligenciar o peso da coerção e da violência exercidos pelos “patrões” da borracha, a configuração local das relações interétnicas permitiu que alguns povos se mantivessem em seus territórios tradicionais e conservassem seus usos e costumes, de forma dinâmica, evidentemente. Os Kaiabi que ali habitavam, resistiram agressivamente durante as primeiras décadas do século XX. Com o aumento do contingente de seringueiros, aumentaram também os abusos e a violência, e os Kaiabi acabaram se dividindo em três grupos: 1) o grupo que permaneceu no Médio Teles Pires (estabelecendo contatos mais regulares com os postos do SPI e sendo posteriormente transferidos para o Parque do Xingu); 2) os Kaiabi do rio dos Peixes (que conseguiram permanecer virtualmente isolados até a década de 1950) e 3) os Kaiabi do Baixo Teles Pires (que se estabeleceram no baixo curso desse rio, a fim de manter relações mais autônomas com seu ambiente

ancestral)¹⁰. No caso dos Apiaká, foram cercados por seringueiros, e maioria acabou se engajando na extração de látex, mas, ao final do século XIX, uma fração do povo retornou para a floresta, recusando terminantemente o contato com os brancos (Tempesta, 2009: 56).

Durante a pesquisa de campo realizada no Parque Indígena do Xingu, foram ouvidos alguns Kaiabi mais velhos que têm na memória os acontecimentos referentes aos contatos mais intensivos com seringueiros, quando começaram a avançar pelo Teles Pires, no sentido Sul-Norte. Kupeap (aldeia Capivara) e Tamanaú (aldeia Ilha Grande) foram indagados sobre como os seringueiros foram se instalando na área Kaiabi, quando começaram a descer o curso do Teles Pires e, com a tradução de Siranho, eles afirmam que:

(Kupeap) Primeiro chegou o pessoal que abria caminho, eles abriam picada pra cada pé de seringa e trabalharam por todo lugar, até lá em baixo. Depois veio a turma que ficou pra tirar seringa. Então o primeiro chefe dos seringueiro era o Baiano, mas ele mesmo maltratou um peão dele, que chamava Paraíba. Aí um outro peão ligou pra outra sede pra contar que o chefe tinha maltratado seu colega. Aí esse Baiano sumiu, com medo da polícia, ele morou um tempo na nossa aldeia e depois sumiu. O primeiro contato com os seringueiros, eles não falou nada com a gente, eles chegaram entrando e foram fazendo o trabalho deles, nem falaram nada com a gente.

(Tamanaú) Só que com a chegada dos brancos e seringueiros, eles chegaram logo atacando as índias, eles pegavam as índias na frente da família dela pra transar, o cara estava armado com espingarda, aí nós não podia fazer nada...Aí nós Kaiabi decidiu que a assim não vai dar certo e nós tinha que fazer alguma coisa...Por isso houve a mudança de cada grupo¹¹.

Pelos relatos de Kupeap e Tamanaú, é possível notar que as primeiras incursões da cosmografia mercantil representada pela expansão do ciclo da borracha, estavam mais interessadas nas mulheres do que em disputar o território ou mesmo recrutar a mão de obra indígena e pouco afetaram a territorialidade Kaiabi. Após se

¹⁰ Vide Anexo 1.1 (Mapa das Terras Indígenas atualmente habitadas pelos Kaiabi)

¹¹ Tamanaú ainda complementa dizendo que antes, para fugir dos ataques violentos dos Munduruku, os Kaiabi vinham subindo o Teles Pires no sentido de Cuiabá, mas foi após os primeiros contatos com seringueiros que começaram a descer novamente esse rio.

estabelecerem, os seringueiros se mostravam amistosos, oferecendo mercadorias e ensinando os índios a trabalhar com a seringa para terem acesso às mercadorias industrializadas. Com o tempo, passaram a matar os homens Kaiabi e abusar de suas filhas e mulheres, gerando diversos conflitos e mortes.

Com a chegada de elementos não-índigenas atraídos pelo *boom* da borracha à região dos formadores do rio Tapajós, os indígenas foram recrutados como mão-de-obra para os seringais, passando a viver longe de suas aldeias por períodos cada vez mais longos, estando sujeitos a epidemias e a desmandos dos patrões. Dessa forma, os Apiaká ficaram “espalhados” e acabaram se casando com migrantes nordestinos, negros e índios de outras etnias, arregimentados pela frente extrativista, processo que teria enfraquecido sua unidade política e levou ao abandono da língua, dos rituais e de diversas técnicas e elementos de cultura material (Tempesta, 2009: 40). Nos últimos anos do século XIX, os Apiaká foram alvo de violências e massacres promovidos por vários coletores de impostos e patrões, o que quase causou a extinção do povo.

A criação de extensivos seringais estabeleceu uma nova entidade territorial na Amazônia brasileira, que iria dominar amplamente a região até o declínio do ciclo desenvolvimentista global, com o fim da Segunda Guerra Mundial. De fato, o *boom* da borracha proporcionou uma ligação entre estruturas organizacionais pré-existentes com novas instituições e intermediários para financiar a extração de produtos da floresta, particularmente o látex (Schmink & Wood, 1992: 42). Como resultado, se estabeleceu o sistema do ‘aviamento’ a partir de três características básicas: suprimento, crédito e controle da força de trabalho. A borracha coletada na floresta era embarcada pelo aviador local para a casa ou empresa do aviador em Belém. Essas grandes casas de comércio - figura central do sistema da borracha - alcançaram grande poder e proeminência durante o *boom* da borracha e eram responsáveis pelo recebimento da borracha de áreas remotas da floresta amazônica, financiavam a vasta cadeia de abastecimento, recrutavam mão-de-obra e expandiam as atividades de extração de borracha em novas áreas para darem conta da demanda internacional.

3.2 Construção histórica do território

A “narrativa fundadora” que fornece as bases para os relacionamentos e significações territoriais dos Kaiabi com o Baixo Teles Pires ainda é em grande medida a história contada pelo cacique Atú, que abrange a chegada de seu pai Manekú e seus companheiros, com a transposição e “conquista” do Sete Quedas, a convivência com

os seringueiros e a posterior resistência dramática à transferência para o Parque do Xingu. Embora Atú não seja o mais velho vivendo no Teles Pires e não tenha passado diretamente por todas essas situações, o cacique apresenta capacidades de memória e oralidade impressionantes. Gesticulando, produzindo expressões faciais diversas, alterando o tom de voz e dando o tempo necessário para o ouvinte conectar as informações, Atú é capaz de reproduzir inúmeras vezes os episódios narrados por seu pai, sem praticamente alterar uma vírgula, inserindo sua platéia numa atmosfera muito próxima daquela que os Kaiabi antigos deveriam ter experimentado no passado. Atú comenta que nunca se interessou por essas coisas de fazer peneira, cestos, artesanato, mas gostava muito de perguntar a seus pais sobre as histórias mais antigas e os nomes dos lugares. Dessa forma, as pessoas eram indagadas a respeito de seu conhecimento sobre a região, sempre faziam menção aos lugares e às histórias narradas por Atú.

Os Kaiabi, assim que passaram a habitar definitivamente o Baixo Teles Pires, para trabalharem como seringueiros, automaticamente começaram a aplicar seu padrão de ocupação territorial a esse ambiente, que antes era utilizado somente como local de perambulação. Foi então seguindo como de costume o eixo orientador do Teles Pires, conferindo nomes aos lugares e cursos d'água, caminhando e contando histórias, que o Baixo Teles Pires, claramente reconhecido como extensão do ambiente anteriormente habitado pelos Kaiabi, foi aos poucos se constituindo como um ambiente familiar. Quando era jovem, Atú andava freqüentemente com seu pai, auxiliando no trabalho da seringa. Foi durante essas andanças que passou a conhecer não somente os nomes e histórias de cada um dos lugares, mas os caminhos e emoções que fluíam entre eles, que são até hoje capazes de conferir o senso de pertencimento e unidade à região do Baixo Teles Pires.

- **Transposição do Sete Quedas**

Após 1914, com a queda do preço da borracha no mercado mundial houve uma retração do número de seringueiros na região sul do Pará e norte de Mato Grosso. Como a penetração dos seringueiros vindos do norte não avançou sobre a área habitada pelos Kaiabi, o grupo que resolveu descer o Teles Pires conseguiu se manter durante alguns anos praticamente sem contato com os seringueiros. Abriram aldeias menores, estabeleceram roças com as sementes que tinham trazido de suas aldeias antigas e deram preferência por habitar os igarapés mais próximos ao Teles Pires, como o rio Jaguarú e outros cursos d'água próximos ao rio Peixoto de Azevedo. Os Kaiabi tinham conhecimento que estavam entrando no território de influência dos Krenacore (Panará), parentes dos Kayapó, também muito temidos por sua capacidade

guerreira. Apesar de nesse momento os Kaiabi estarem separados em três grupos, os contatos entre as famílias do Médio e Baixo Teles Pires e rio dos Peixes ainda ocorriam com frequência, devido às aptidões para viagens e grandes caminhadas apresentadas pelos Kaiabi. Como é a história de ocupação do Baixo Teles Pires que queremos aqui descrever, seguiremos agora mais de perto os passos desse grupo, sem deixar de lado os acontecimentos mais marcantes com os Kaiabi que permaneceram no Médio Teles Pires e os habitantes do rio dos Peixes.

Após alguns anos vivendo no Baixo Teles Pires, os Kaiabi resolveram explorar a região abaixo do Salto Sete Quedas. Cruzando os relatos de alguns interlocutores com alguns eventos dessa época, é provável que tal movimento deve ter ocorrido ao final década de 1920, quando o SPI entrou de recesso. O próprio Pyrineus de Souza, no levantamento que fez do rio Teles Pires, após ter deixado a região habitada pelos Kaiabi, em 1915, rompeu o Salto Sete Quedas e encontrou uma figura que seria chave no projeto futuro que os Kaiabi iriam empreender de descer mais ainda o Teles Pires. Pyrineus comenta que, há aproximadamente 2 km abaixo da foz do rio Apiacás, a expedição encontrou o barracão São José do maranhense Elias Praxedes do Nascimento. Segundo Pyrineus de Souza:

“Elias Praxedes trabalha com 24 seringueiros, tirando a cada safra de 8 a 9 mil quilos de borracha, que entrega ao Colletor de Mato-Grosso, Sr. José Barreto, de quem é aviado. Para alimentação de seus seringueiros tem grande plantação de mandioca, arroz, feijão e milho. Pedindo-lhes que obtivesse um práctico para nos acompanhar até a Colletoria de Matto-Grosso, à Barra do Teles Pires, prontificou-se ele mesmo a nos levar em suas “montarias possantes”. O barracão São José dista 1159 km das cabeceiras do Paranatinga e 758 km do barracão do Morocó, o último dos seringueiros matto-grossenses. Nesse intervalo há bonitos seringais inexplorados e muitos castanhais”. (1916: 52-53)

Pyrineus ainda acrescenta que Elias aparentava ter entre 30 e 40 anos de idade, vivia há seis anos nesse rio, com sua mãe, dona Athanzia, de 65 anos e estava criando duas filhas órfãs Apiaká, provavelmente sobreviventes do massacre ocorrido logo após a instalação da Coletoria, na foz do Teles Pires. Esse encontro de Pyrineus com Elias ocorreu pouco após a borracha sofrer queda acentuada no mercado mundial e as

atividades seringueiras na Amazônia declinarem consideravelmente. Como antes de pesquisa de doutorado de Frederico Oliveira não havia nenhum trabalho etnográfico com os Kaiabi do Teles Pires, foi tomando por base alguns documentos oficiais e os relatos dos interlocutores Kaiabi, que atualmente vivem ou viveram no Baixo Teles Pires, que o autor procurou compreender o curso dos acontecimentos e os processos de reterritorialização que os Kaiabi viveram após cruzarem o Sete Quedas.

É importante destacar que o Salto Sete Quedas representava uma verdadeira barreira geográfica tanto para os Kaiabi quanto para os navegantes daquela época. Inclusive foi ao tentar transpor esse acidente geográfico, que faleceu a 3 de maio de 1890 o capitão Antônio Lourenço Telles Pires, chefe da malograda primeira expedição destinada a explorar esse rio.

O Salto se localiza a 1.102 km da cabeceira do Paranatinga e como bem descreve Pyrineus de Souza, não se trata de uma única e grande queda d'água, mas de um momento em que o rio se divide em dois grandes canais, cortados por travessões de pedra, com um volume de água vultoso, que parecem sempre querer lançar as embarcações contra as pedras. O rio segue como se estivesse entre dois paredões de pedra não permitindo rotas de fuga, para então começar a primeira queda propriamente dita. Na realidade são dez quedas, repletas de rebojos e redemoinhos, com o rio se alargando e estreitando de forma abrupta e não permitindo qualquer tipo de transposição por meio de navegações convencionais. A própria expedição de Pyrineus teve que arrastar suas embarcações com cordas pela margem do rio e num dado momento tiveram que soltá-las após a sétima queda, sendo que apenas dois dos quatro barcos chegaram inteiros ao final do Salto, quando o rio corta a Serra dos Apiacás. Por terra, outro grupo de canoeiros teve que vencer uma distância superior a 15 km transportando os mantimentos em terrenos bastante acidentados (1916: 47-48).

No idioma dos Kaiabi o Salto recebe o nome de *Imanakap* ou *Imanakawareté* e significa um lugar onde a cachoeira corta o rio, com a idéia de que é uma barragem que impede o fluxo normal da água ou algo assim. Pelos relatos de Siranho¹², existe uma conotação bastante forte como se a cachoeira cortasse o rio e ele continuasse de novo depois que termina a cachoeira. O cacique Atú comenta que, apesar de não terem àquela época estabelecido aldeias nessa região abaixo do Sete Quedas, ela já era conhecida pelos mais velhos, narrada em várias histórias e tida pelos Kaiabi como região de perambulação e também território de influência dos Munduruku. Tanto pela dificuldade de acesso como pelo medo dos Munduruku, era um terreno até então

¹² Siranho é o cacique da aldeia Ilha Grande no Xingu.

evitado pela maioria dos Kaiabi. Contudo, o que antes representava uma barreira, nesse momento se configurava como mais uma oportunidade para os guerreiros Kaiabi caminharem, viajarem, conhecerem e amansarem outras pessoas, adquirir conhecimentos e talvez algumas cabeças para celebração do “Jowosi” e finalmente regressarem para suas aldeias contando as novidades, experiências e mudanças de nome. Nesse primeiro grupo que resolveu se aventurar rompendo o Sete Quedas, estavam os jovens órfãos: Manekú (pai de Atú), Jatop, Kupekani e Xupé (ainda vivo, morador da aldeia Tuiararé no Xingu). Foi, então, utilizando alguns documentos oficiais, mas principalmente os relatos da memória de Atú e Xupé que é apresentado esse novo e decisivo momento para a territorialidade dos Kaiabi do Baixo Teles Pires.

(Atú) Os índios não desciam o Sete Quedas porque tinha muito Munduruku, mas Munduruku não é dessa região não, é lá da região de Manaus. Até hoje ainda tem Munduruku lá pra baixo. Como os seringueiros vinham também de cima, os Munduruku desceram e encontraram com os Kaiabi. Então os Kaiabi não atravessavam o Sete Quedas por causa do Munduruku e não cruzavam o Teles Pires pro lado do Pará por causa do Panará. De primeiro só os guerreiros que andavam por aqui; quando chegavam no verão eles vinham por aqui, eles vinham varando desde Sinop até varar aqui, só que não atravessava pro lado de cá (do Pará) por causa do Panará, que ficava do lá de cá, do lado do Peixoto. Quando era o inverno, ficava tudo assim juntinho na aldeia né? Quando chegava o verão, começava a sair. Verão é o tempo da roça, quando pára a chuva. Às vezes eles tiravam casca de árvore pra atravessar o rio, mas andava mais era no mato mesmo. No verão é assim mesmo, saía lá do Batelão (rio dos Peixes) passando por aqui, até no Pontal, até o Juruena, até chegar na aldeia de volta. Quando morria, enterrava por ali mesmo. Depois que começou a chegar os brancos e abrir essas fazendas nunca mais que andaram. Os Kaiabi viviam, antes do contato, pelas bandas do Batelão e lá perto de Sinop. Aquela região toda tinha aldeia dos índios. Água preta, que ficava logo acima de Sinop, era a última aldeia. Lá que era a central dos índios. Com a chegada dos brancos, (seringueiros), muitos índios se assustaram e atravessaram pra cá. Mas ainda ficaram muitos por lá. Antes

não tinha aldeia aqui não, eles andavam isso tudo aí pra procurar comida, mas aldeia mesmo não tinha não. Matavam os outros e traziam cabeça pra fazer festa. Não tinha branco pra atrapalhar o caminho dos índios. Às vezes passava quatro, cinco meses no mato. Às vezes passava o inverno tudo no mato.

Então, o pessoal dessa aldeia começou tudo com esse finado que morreu agora Kupekani (Serrumão), o tio da minha velha (Jatop), o Xupé e o meu pai; foi os que varou primeiro, né? Porque você sabe que o índio não para, né? E os pais desse pessoal tinha tudo sido morto pelo seringueiro, aí resolveram vir pra cá. Aí ficaram um tempo pra cá e o pessoal que ficou lá pra cima achou que eles tinham morrido; eles acharam que esse pessoal tinha sido comido pelos Munduruku. Depois vieram ver e viram que eles estavam trabalhando com os seringueiros e aí chamaram os outros pra vir pra cá, aí vieram um bocado. Quando os índios resolveram vir pra cá, acharam o chefe dos seringueiros no Pará que era o Elias. O Elias que era o chefão mesmo dos índios. Não foi nem ele que foi atrás, foi os índios que vararam. Depois eles foram levar a notícia para os que tinham ficado e aos poucos foram chegando mais índios e fizeram aldeia lá no Tabuleiro, que fica pra cima um pouquinho do rio Apiacás; era lá que ficava o Tabuleiro. Aí depois que começaram a chegar os índios, o Elias mandou embora todos os funcionários brancos e quis ficar só com os índios. Porque tem muito branco que não trabalha direito, a cabeça dele é meio atrapalhada, porque misturava aquele barro branco no leite da seringa pra pesar mais. Aí o Elias começou a descobrir, cortaram a borracha e viram o barro dentro do leite, e mandou eles tudo embora. Quando cortaram a borracha dos índios não viram nada dentro e por isso que contrataram só os índios pra trabalhar na seringa e mandaram os brancos embora. Quando alguém chegava querendo matar os índios, o Elias não deixava, ele era bom pros índios, dava mercadoria pra gente e não deixava ninguém matar e também falava pra gente não matar ninguém. Depois os Munduruku saíram, o Elias pediu pro padre levar os Munduruku de volta lá pra Missão e deixar essa região para os Kaiabi. O padre juntou os Munduruku na Missão e o Elias juntou os Kaiabi no Tabuleiro. Aí o Elias falou com os

Kaiabi: “Agora vocês vão chamar os parentes de vocês”; aí eles chamaram e passaram a ocupar a região do Baixo Teles Pires. Isso tudo aconteceu antes da chegada do SPI, eu não sei que órgão que era. Parece que antes não tinha órgão que dava proteção pros índios. Depois que veio o outro chefe (Tayup - queixo comprido). Eu mesmo não cheguei a ver o Elias, então foi meu pai que me contou como aconteceu a vinda dos Kaiabi pra cá. O meu pai me contava que a calça do Elias era muito grande (risos) O Tayup, eu cheguei a ver, ele era bom também. De primeiro vinha só gente bom. Depois que o Elias morreu, o SPI mandou o Tayup e depois veio o Chuvás e os índios continuaram trabalhando com a seringa. Tayup morava no remanso bem acima da aldeia. O Tayup queria abrir um posto aqui próximo, mas Chuvás que já trabalhava com os Munduruku lá em baixo não queria. Aí o Chuvás mandou abrir um posto lá no Teles Pires, por causa da cachoeira porque o barco grande não subia. Aí fizeram a casa dos índios lá pra baixo e eles se mudaram lá pra baixo do Teles Pires. Foi assim que começou, aí ficou assim mesmo. Aí depois que viram que tinha branco pra todo lado, os índios pararam de andar, porque de primeiro o índio andava isso aí tudo.

(Xupé) Aí o nosso pessoal que era rapaz começamos a ir pra lá, mas eu me lembro de tudinho que aconteceu. Na verdade foi esse grupo mesmo do Jatop, Manekú, Kupekani e eu que começou a trabalhar pro Elias, mas antes já teve muito Kaiabi que desceu o Sete Quedas pra brigar com seringueiro. Porque antes nós chegava e matava os caras mesmo, porque Kaiabi era ruim, ruim mesmo! Não gostava de ninguém! Aí foi o Elias que tentou acabar de vez com essas matanças, aí deu presente pra gente e ensinou a gente a trabalhar com a seringa e falou pra nós chamar nossos parentes. Aí o finado Elias estava de saída, porque ele trabalhava tirando borracha, castanha, tudo isso ele colhia. Aí no dia que a gente chegou ele tava arrumando pra descer, naquele tempo não tinha motor, não tinha nada. Aí a gente desceu e ele desceu com a gente, isso já era pra baixo do Tabuleiro. Aí que os seringueiros ficaram com medo porque os

índios tinha matado um branco lá e eles falaram que se o índio mexesse com ele, ele ia matar tudo, mas não fez nada com ninguém, porque o Elias era falador e não deixava eles matar índio. Aí nós ficamos lá muito tempo, acho que foi uns cinco anos que nós ficamos lá morando com o Elias. Aí ele desceu foi em Belém, fez operação, aí o enteado dele estava brigando, o Elias tava operado, mas tava bem, aí ele se levantou pra separar a briga e arreventou tudo a barriga e acabou morrendo. Os Kaiabi chamava ele de “Papairi” (papai Elias), porque ele falava assim: “eu sou o pai de vocês”, por isso que a gente chamava ele assim. Aí chegaram João Chuvas e o finado Beré; esses aí que vieram e depois pegaram nós. Aí eles fizeram o posto lá em baixo, o finado Beré ficou com a gente e o Chuvas ficou com os Munduruku. Assim que começou o trabalho, lá no posto ainda não tinha ninguém, só tinha nós, aí arrumaram as coisas lá, trouxeram mercadoria pra dar pro pessoal, aí o pessoal foi descendo pra ficar perto do posto. Aí quando tava tudo pronto começaram a chegar, chegar, chegar, aí botou a gente pra trabalhar, tirar borracha, fazer farinha, um tanto de coisa. Aí nessa época já não tinha mais branco. Aí nós ficamos lá muitos anos.

Diante das falas de Atú e Xupé sobre o processo de ocupação do Baixo Teles Pires há que se ressaltar a noção de limites que as próprias relações entre as etnias estabeleciam quase que de maneira tácita. Tomando os cursos d’água como referência central, os Kaiabi tinham noção de quando estavam entrando em território inimigo. Se a conformação da pessoa amazônica não está dada de antemão, em sentido análogo, o território também não é estável e se define invariavelmente de modo relacional. Era também comum os habitantes de um território deixarem flechas ou sinais para os outros grupos reconhecerem que estavam entrando em território inimigo e evitarem a aproximação. Assim, muito distante de qualquer tipo de regime de propriedade baseado em limites rígidos pré-estabelecidos, os índios tinham uma boa idéia de onde começava e terminava o seu território e onde se localizavam as zonas intersticiais e as áreas de perigo. Como vinham fazendo durante séculos, era justamente adentrando nas proximidades desses limites que os guerreiros Kaiabi colocavam em risco, na prática, a noção de território afirmada por outras etnias. Assim, os guerreiros funcionavam como verdadeiras linhas de frente no reconhecimento e estabelecimento territorial dos Kaiabi. Foi, então, sabendo que estavam entrando em território Munduruku que resolveram descer o Sete Quedas. Da

mesma forma, sabiam que os Panará estavam próximos. Percebendo que esses índios não mais exerciam o domínio de anteriormente e amparados pela segurança do chefe dos seringueiros, os Kaiabi iniciaram um novo processo de territorialização aceitando a sobreposição da cosmografia dos seringueiros de forma marcante e definitiva.

Até os dias atuais, esses lugares fundados em histórias antigas propiciam os alicerces necessários para ordenamento dos movimentos que os Kaiabi estabelecem no Teles Pires. Certamente outros lugares vêm sendo constituídos, através de experiências mais recentes, novas histórias vem sendo contadas, possibilitando aos Kaiabi uma mescla entre elementos do presente e do passado, na composição de uma teia de pertencimentos formada a partir das antigas trilhas caminhadas por seus antepassados. Vejamos mais um comentário de Atú sobre esse processo de construção histórica do território:

Aí quando eu cresci nessa região só tinha mato, mato mesmo, não tinha nada de fazenda, nem avião. Antes dos Villas-Boas juntar os índios nos andamos por isso aí tudo. Andamos pra banda de Sinop, lá tem muita cachoeira, eu sei o nome das cachoeiras tudo, lá tem a cachoeira do gavião (kuanunpap), cachoeira do makuapa'iam onde tinha aldeia que morava o Sikito com a família. O nome indígena atual é y'aciman, que é quando a pessoa que roda e balança muito. Tem a cachoeira do machadinho, porque acharam uma pedrinha daquele machadinho de índio no fundo, tem a cachoeira y'tufuku, que a gente chama de cachoeira comprida, que é a última do Teles Pires, quando a gente passava três dias dentro d'água puxando a canoa. Tem a cachoeira do gavião e por aí vai. Você sabe, índio como é que é, é porque tinha aquele gavião, mergulhão que ficava lá no fundo. É assim que o índio vai dando nome pras coisas. Os índios vai colocando os nomes depois daquilo que viram, ou alguma coisa que aconteceu por lá. A gente coloca o nome do rio é por causa das coisas que tem. Aqui em baixo, depois do uruwoe'o, quando eles vararam diz que acharam capivara, acharam que era "onça do fundo" e os índios ficaram reparando as capivaras na praia. Diz que levantou um e caiu dentro da água, caiu mais um e os índios ficaram cochichando com medo e colocaram o nome de diauar'y (onça

d'água - animal espiritual). Fica aí pra cima, acima de Alta Floresta. A onça d'água diz que é diferente das outras onças, é tipo de bicho, diz que é mais venenoso, eu nunca vi não. Aquele rio y'patewo'i, que nós chama, um riozinho antes de chegar naquela ponte que vai pra Alta Floresta tem esse nome porque a beira dele é muito cerrado.

É precisamente reconhecendo como os Kaiabi passam o tempo nos lugares e narram essas experiências, produzindo linhas, que se estabelecem as relações de *dwelling* com certa porção do ambiente do rio Teles Pires. Desse modo, todas as aldeias atuais e as principais aldeias antigas possuem nomes na língua Kaiabi (ou na língua portuguesa), assim como os principais rios, igarapés, micro-regiões de recursos, corredeiras, cachoeiras, lagos, montanhas¹³. Contudo, somente aqueles que podem ser efetivamente caminhados apontam diretamente para um lugar, que representa uma posição na matriz de relações, histórias e movimentos que constituem a região do Baixo Teles Pires que os Kaiabi ativamente habitam. A respeito das caminhadas no ambiente urbano, porém num sentido muito próximo àquele de região que estamos trabalhando, Michel de Certeau afirma que:

“The history begins on the ground level, with footsteps. They are myriad, but they do not compose series. They cannot be counted because each unit has a qualitative character: a style of tactile apprehension and kinesthetic appropriation. Their swarming mass is a innumerable collection of singularities. Their intertwined paths give shape to spaces. They weave places together (1984: 97)¹⁴.”

Considerando essa analogia de uma cestaria, a região vista de dentro por aqueles que participam diariamente de seu ritmo de vida está constituída de diversos tipos de

¹³ Gow (1995), que teve acesso às relações ambientais dos Piro, relata que a noção de paisagem, de forma similar aos Kaiabi, se afasta de uma natureza exterior e distanciada, sendo reconhecida como um mosaico de pequenas zonas.

¹⁴ A história se inicia ao nível do solo, seguindo passos. Eles são miríades, mas não chegam a compor séries. Eles não podem ser contados, pois cada unidade possui um aspecto qualitativo: um estilo de apreensão tátil e apropriação sinestésica. A sua massa totalizante é uma enorme coleção de singularidades. Seus caminhos interconectados conferem formas aos espaços. Eles entrelaçam, como uma cestaria os caminhos num mesmo conjunto. (Tradução livre).

linhas tortuosas de movimento, que indicam tanto caminhos, como emoções condizentes com o estilo de vida apropriado para os Kaiabi de acordo com as condições ambientais oferecidas pela região do Baixo Teles Pires. Andar por caminhos significativos já caminhados significa, pois, criar uma organicidade móvel no ambiente, uma seqüência fática entre os topônimos (: 99). Logo, mover-se de um lugar a outro significa tanto reforçar a validade de uma determinada linha historicamente narrada, como sentir-se parte integrante do complexo de ligações que constituem essa região. Da mesma maneira, quando um novo lugar é constituído ou uma nova linha é traçada no ambiente que consideram familiar, os Kaiabi procuram se movimentar seguindo o padrão de orientação considerado “correto” nas relações com o ambiente, adotando basicamente os dois parâmetros que irei desenvolver mais adiante: o ciclo hidrológico conduzido pelo ritmo do Teles Pires e o calendário agrícola.

Quando novos lugares ou novas linhas são instituídos fora desse padrão, os Kaiabi prontamente reconhecem e agem de maneira distinta, ou de modo semelhante como agem quando estão na cidade ou no relacionamento corriqueiro com os brancos. Entendo, então que a capacidade de produção de mapas dos Kaiabi (*mapping*) encontra-se estreitamente vinculada às experiências de movimentos corporais emotivos em seu mundo. Por oposição, os mapas cartográficos (*mapmaking*) suprimem ou colocam entre parênteses os movimentos práticos das pessoas em suas idas e vindas, o que Ingold chama de “ilusão cartográfica” (Ingold, 2000: 234). Quando os Kaiabi se movimentam de acordo com práticas já estabelecidas, em lugares caminhados e narrados é possível vislumbrar os limites de sua região num dado momento. Devo destacar que não são limites rigidamente demarcados e que se encontram abertos a novas configurações. É nesse sentido que a noção de *wayfinding* se institui através de linhas irregulares e de movimentos que não estão voltados exclusivamente para alcançar um determinado ponto da forma mais rápida possível. Por outro lado, quando fogem desse princípio, imperam as linhas retas e os padrões convencionais de locomoção otimizada através do espaço, ou seja, *navigation*.

- **Desenhando emoções**

Foi então, com o propósito alcançar uma aproximação do tipo de relação que os Kaiabi estabelecem com o ambiente do Baixo Teles Pires, que foi solicitado a alguns habitantes que desenhassem livremente a Terra Indígena. De fato, muitas foram as conversas a respeito dos recursos, lugares sagrados, limites e conflitos envolvendo a Terra Indígena. Também foram visitados a maior parte dos lugares de importância e examinada de perto a rotina vivida pelos Kaiabi em suas movimentações diárias pelo

território. O objetivo ao solicitar os desenhos era receber as impressões, colocadas no papel e em seguida buscar interpretá-las da forma mais próxima possível de sua prática diária. Infelizmente os mais velhos não tinham qualquer afinidade com lápis e papel. Então, pedi a dois habitantes mais antigos (Valdir - 43 anos e José - 45 anos), dois xinguanos bem estabelecidos no Teles Pires (Myau - 28 anos e Awoé - 26 anos), dois jovens nascidos no Teles Pires (Tymajuvi - 23 anos e Josiane - 22 anos) e a Iracildo Munduruku (26 anos) fixado no Kururuzinho há 8 anos¹⁵.

O que chamou a atenção num primeiro momento, quando os desenhos foram ficando prontos é que nenhum deles contemplava a totalidade da Terra Indígena estabelecida de acordo com os mapas oficiais da FUNAI. Quando entregaram os desenhos, José e Valdir inclusive chegaram até a se justificar dizendo: “me desculpe, eu sei que tem mais coisa, mas eu só desenhei o que eu conheço”. Após conversar com cada um deles foi possível compreender que esse tipo de reação demonstra muito bem que mesmo os Kaiabi conhecendo o mapa da FUNAI e imaginando que seria algo desse tipo que eu esperava, não conseguiram fazer seus desenhos sem deixar de lado os padrões práticos de linhas interconectadas com lugares narrados, que na prática constituem sua região e suas redes de movimentos diários. Diferentemente dos processos convencionais de produção de mapas, em que o processo de produção é eliminado do produto final, os mapas desenhados pelos Kaiabi se apresentam diretamente vinculados às suas experiências emocionais na porção de terras restritas que têm condições de se movimentar atualmente na Terra Indígena. É possível reconhecer os lugares de morada antiga dos mais velhos, o Morro do Jabuti, capoeiras, barreiros de anta, ilhas no leito do rio e micro-regiões de recursos. Vale destacar como contraponto, que o mapa entregue por Iracildo estava com os limites propostos pela FUNAI e também as aldeias marcadas de modo bastante semelhante. Iracildo não é Kaiabi, mas mora no Kururuzinho desde que se casou com Aldenira Kaiabi e já foi inclusive presidente da Associação Indígena dos Kaiabi. Quando perguntado porque havia desenhado o mapa daquela maneira, ele respondeu: “eu tenho um mapa da FUNAI na minha casa, aí você pediu um mapa da Terra Indígena, então desenhei um igual ao que eu tenho pra você”. Possivelmente por não conhecer as histórias dos Kaiabi a respeito de sua terra e ter vivenciado a luta pela demarcação a partir do olhar do órgão indigenista, Iracildo foi capaz de fazer seu mapa desconectado do contexto prático de sua produção pelos Kaiabi.

É interessante notar que juntamente com os lugares de significância ecológica, agrícola ou sagrada, os mapas também indicam a presença das fazendas, pousadas e invasores, que constantemente vem fazendo parte da rotina de conflitos vivenciada

¹⁵ Vide os anexos 1.2 a 1.8.

pelos Kaiabi e querendo ou não estão na sua matriz de linhas. De fato a localização dessas fazendas em seus mapas parece demonstrar um evidente constrangimento ao uso irrestrito do território ao qual têm direito, principalmente no estado de Mato Grosso. Com relação ao ambiente abaixo da cachoeira Rasteira¹⁶, nos mapas de Awoé, Myau, Tymajuwi, os limites estavam estabelecidos até a aldeia Sapé, que é a primeira aldeia logo abaixo da cachoeira, habitada por Sebastião Munduruku da qual os Kaiabi ainda recebem algum tipo de influência. Nos outros mapas, embora haja menção à aldeia Mairowi e ao Posto Teles Pires, é possível notar que os pontos que aparecem fazendo referência a essas aldeias estão muito próximos das figurações pictóricas, de ordem mais representativa, que compõem os mapas cartográficos convencionais, como próprio o mapa da FUNAI. Foi então seguindo as indicações contidas nos mapas desenhados que passamos agora à uma descrição escrita da região habitada pelos Kaiabi.

Retomando as histórias narradas por Atú e as linhas deixadas por seu pai, não é por acaso que a criação do atual Posto Kayabi (aldeia Kururuzinho) pela FUNAI, em 1987, visava atender a antigas demandas dos Kaiabi para que o posto fosse estabelecido no último local de moradia de Manekú e sua família. Em 1976, quando a FUNAI passou a trabalhar com os Kaiabi, após mais de 20 anos de abandono pelo órgão indigenista oficial, o Posto Kayabi (atual Posto Teles Pires) havia sido fundado no mesmo local escolhido pelo SPI, em 1934 (abaixo da cachoeira Rasteira - *yuanu'iam*). Entretanto, desde a época da seringa os Kaiabi já deixavam evidente a pouca afinidade com o ambiente abaixo da Rasteira, predominantemente tomado por campos e cerrados e muito pobre em terras pretas e peixes de maior porte. Inclusive, o velho Kuruné confirma que o tipo de estranhamento que os Kaiabi manifestam com relação ao ambiente abaixo da Rasteira é muito semelhante àquele que expressam com o ambiente do Parque do Xingu. A questão é que os Kaiabi estão constantemente em busca de florestas mais altas (*ka'araté*) para estabelecerem aldeias e capoeiras de terras pretas para plantarem suas roças (*kofet'rareté*), encontradas com mais frequência acima dessa cachoeira.

Reconhecendo a importância da ligação entre seres humanos e ambiente natural na constituição de uma região, os Kaiabi parecem não vislumbrar a possibilidade de um relacionamento completo se algumas das variáveis ambientais chave não estiverem presentes. Pode-se então, reconhecer a Rasteira como uma espécie de perímetro imaginário que separa os Kaiabi não apenas das outras etnias que vivem mais abaixo, mas também estabelece um tipo de limite entre sua região e o espaço que não

¹⁶ Existe um acordo tácito entre os Kaiabi, Apiaká e Munduruku de que o controle da região abaixo da Rasteira deve ser exercido prioritariamente pelos Apiaká e Munduruku.

consideram muito propício para sua forma padrão de habitação. Desse modo, mesmo que alguns pontos abaixo dessa cachoeira tenham nomes na língua, não se constituem efetivamente como lugares inseridos na matriz de movimentos que constituem sua região. Logo, quando os Kaiabi descem a Rasteira é mais com o objetivo de realizarem algum tipo de negócio com os garimpeiros ou participarem de reuniões políticas com os Munduruku e Apiaká no Posto Teles ou na aldeia Mairowi.

As dimensões das aldeias Kaiabi se modificaram ao longo dos contatos mais freqüentes com a sociedade nacional. Atualmente a aldeia Kaiabi tem o formato de grande aldeia devido às contingências do contato, onde a concentração de várias famílias numa mesma aldeia torna-se importante para a defesa e proteção do grupo face às ameaças da proximidade dos não índios - garimpeiros, madeireiros, fazendeiros e outros, bem como para facilitar o acesso a recursos provenientes da assistência estatal e privada. A micro-região em que se localiza a aldeia Kururuzinho é chamada de *misisin*, fazendo alusão a uma doença em que a pele vai ficando branca. Na época de seringa, Atú conta que um seringueiro que tinha essa doença ali vivia e foi morto pelos Kaiabi. É uma região composta em sua maior parte por florestas do tipo *ka'araté*, com predominância de terra vermelha e algumas manchas de terra preta distribuídas irregularmente. Nos arredores da aldeia existem ainda locais de coleta, especialmente frutas nativas. A aldeia Kururuzinho está localizada às margens do rio Teles Pires (estado do Pará) e conta atualmente com aproximadamente 180 habitantes. São na grande maioria Kaiabi descendentes das famílias que decidiram permanecer no Teles Pires e mais alguns migrantes recém chegados do Xingu. Alguns Apiaká e Munduruku, casados com Kaiabi, também vivem nessa aldeia.

A primeira aldeia a ser fundada após o estabelecimento da aldeia Kururuzinho, foi a aldeia Coelho (1998), pelo Munduruku Vitorino Krixí, casado com Regina Kaiabi, que ali vive como chefe de uma família extensa. Vitorino e sua família se fixaram do lado direito do rio Teles Pires (estado do Pará), poucos quilômetros abaixo da foz do rio São Benedito, em busca de melhores condições para fazer roça e também num local estratégico para coleta de ovos de tracajá. Em frente à aldeia Coelho (Mato Grosso) existe uma extensa faixa de *kofet*, identificada como antigo local de uma grande aldeia Kaiabi, com considerável potencial agrícola e extrativista. Essa área habitada pela família de Vitorino é conhecida como “mineração”, pois foi bem ali que se estabeleceu a antiga sede da Mineração São Benedito, com pequenos comércios, pista de pouso e acampamento de peões. Bem próximo à sua casa existe também um cemitério, com mais de 200 pessoas enterradas, em razão da violência e condições precárias da vida no garimpo. No idioma Kaiabi, o lugar é conhecido, antes da

chegada do garimpo, como *jasi'uok*, que quer dizer casa das muriçocas, fazendo jus à grande concentração de insetos hematófagos de hábitos noturnos. Encontra-se numa área de *ipão* (restinga), numa porção de terra mais elevada na margem do rio, circundada por igapós. É possível ainda reconhecer inúmeros montes de areia e pedra nessa porção do rio, comumente conhecidos como “arrotos de garimpo”, além de ferragens abandonadas de dragas, enferrujando tanto na beira quanto no leito do Teles Pires.

Duas outras aldeias foram abertas nos anos seguintes, também por chefes de família de outras etnias, casados com mulheres Kaiabi, por motivos muito semelhantes. A aldeia Minhocal, situada sobre uma grande mancha de terra preta, há poucos quilômetros abaixo da aldeia Kururuzinho, foi fundada por Fernando Paleci (Apiaká), segundo ele em razão de desentendimentos políticos com alguns Kaiabi. Seu Fernando, casado com Dona Rosinha Kaiabi, procurou viver distante o suficiente da aldeia para fugir dos problemas políticos e próximo o bastante para se beneficiar da assistência de saúde e para seus netos poderem estudar na escola. Acima um pouco do Kururuzinho, Albertino Hakai (Munduruku), casado com Inês Kaiabi, resolveu abrir a aldeia Lageirinha, que tem esse nome em função das várias corredeiras de pequeno porte localizadas em frente à aldeia. Segundo Albertino, ali é mais calmo, a terra é boa pra plantar e não tem briga, que as vezes acontece no Kururuzinho. Ambas as aldeias têm por volta de 20 habitantes cada, estão inseridas na região do *mississin* e também se localizam no estado do Pará.

A partir de 2006, duas razões (ecológicas e políticas) vêm levando os Kaiabi a estabelecerem aldeias em locais mais espalhados da Terra Indígena. Primeiramente, em função das capoeiras já quase esgotadas que circundam a aldeia Kururuzinho, juntamente com as dificuldades de caça e pesca nas redondezas. Em segundo lugar, os Kaiabi vêm sendo instruídos pelo Ministério Público Federal a ocuparem pontos de habitação antigos - principalmente no estado de Mato Grosso - a fim de fazer valer seus direitos sobre a totalidade da Terra Indígena legalmente delimitada pelos mapas oficiais, mas ainda não fisicamente demarcada, em razão dos conflitos envolvendo os ocupantes não indígenas. Ainda que esse processo venha acirrando os ânimos dos invasores, vem também proporcionando aos Kaiabi a reapropriação de partes importantes de seu território.

A primeira aldeia a ser constituída nesse movimento mais recente, foi a aldeia São Benedito (12 habitantes), aberta pelo velho Kuruné e seu genro Eroit, no próprio rio São Benedito (*yuonu'um* - rio da água preta), numa região composta de grandes castanhais e localizada há menos de 30 minutos de caminhada da fazenda ocupada

por um dos maiores desafetos dos Kaiabi, conhecido como Pioneiro. O rio São Benedito também foi muito castigado na época do garimpo, mas atualmente parece ter se recuperado quase por completo, apresentando a água com coloração mais escura e temperatura mais fria que os demais rios utilizados pelos Kaiabi. A segunda aldeia foi estabelecida por Valdir, genro de Kuruné, no rio Ximari, há aproximadamente 1 hora de barco de sua foz (10 habitantes). Trata-se de um lugar inserido na micro-região do “Morro do Jabuti”, cortado por planaltos de formação calcária, característicos da Serra dos Apicás. A escolha da aldeia Ximari foi estratégica primeiramente no sentido de explorar recursos numa área repleta de *kofets*, lagos e castanhais. A contar pelo número de pés de manga nas imediações da aldeia - indício primário mais acionado pelos Kaiabi para evidenciar a habitação antiga - é de se imaginar que tenha sido bastante utilizada pelos Kaiabi antes da transferência para o Xingu, mas que recentemente estava um tanto esquecida. Outro propósito da aldeia Ximari é de fiscalizar os desmatamentos de um dos maiores madeireiros suspeitos de extrair madeira ilegalmente da Terra Indígena, conhecido como Passarini.

A aldeia Dinossauro foi organizada por José Kaiabi, genro de Atú, do lado de Mato Grosso, por volta de 20 km acima da aldeia Kururuzinho, num trecho bastante pedregoso, em que o Teles Pires apresenta um forte e desafiador conjunto de corredeiras. Exatamente nesse trecho os Kaiabi já perderam dois barcos com motor, que num descuido do piloto foram ao fundo rapidamente. No momento, José vem utilizando esse local mais como roça e ainda não se mudou definitivamente com sua família. A aldeia Dinossauro recebeu esse nome em razão de algumas ossadas de animais de mega-fauna pré-histórica que foram retirados do fundo do rio por pesquisadores há mais de 10 anos. A principal razão pela qual, José escolheu esse local foi em função da extensão da área de terras pretas. De fato, na aldeia Dinossauro é de se espantar a quantidade de cacos de cerâmica, machados e lâminas de pedra que é possível encontrar numa curta caminhada. A aldeia se situa na área requerida pela empresa multinacional BRSCAN, que foi adquirida inicialmente com objetivos de especulação imobiliária e atualmente já possui atividades de pecuária. A aldeia mais recente a ser aberta pelos Kaiabi é a aldeia Tukumã (15 habitantes), fundada pelo Kaiabi recém chegado do Xingu, chamado de Pará (*Meaute'é*). Pará é irmão do recém falecido seu André que esteve juntamente com Manekú desde a resistência à transferência para o Xingu. Apesar de Pará ter sido levado ainda jovem para o Parque, lá estabeleceu família, mas nunca conseguiu se acostumar com o ambiente predominante de cerrados do Xingu. Por essa razão, resolveu se mudar de vez para o Teles Pires, trazendo sua família e viver próximo de seu irmão, na terra considerada original dos Kaiabi. Pará resolveu se estabelecer um pouco acima da foz

do rio Cururuzinho, do lado direito de quem desce o Teles Pires, numa região chamada de Kaipá, fazendo alusão a seu tio que ali vivia antes da transferência e que hoje mora no Xingu. A grande vantagem em viver nesse lugar, além da proximidade com um grande castanhal, é a possibilidade de poder utilizar as riquezas do rio Cururuzinho, que é tido pelos Kaiabi como um rio de importância sagrada, por abrigar em suas cabeceiras o “chefe dos bichos” (*mama'é*), que dá origem a todos os seres vivos da floresta.

Na definição das micro-regiões que compõem a região do Baixo Teles Pires, os Kaiabi consideram como fatores relevantes a largura do rio, a quantidade de cachoeiras e também a frequência de ilhas fluviais. Segundo esses critérios, abaixo da foz do rio Santa Rosa ainda são identificadas mais duas micro-regiões antes de chegar à cachoeira Rasteira, que ainda recebem visitas com relativa frequência. Inicialmente temos o Pacu, que foi bastante habitado na época da seringa e por isso apresenta muitas capoeiras que os Kaiabi visitam regularmente em busca de frutas nativas¹⁷. Em certos pontos, do lado de Mato Grosso, também existem locais específicos para a retirada da folha do babaçu para a cobertura das casas. Nesse trecho aumentam o número de corredeiras e a dificuldade de transposição, principalmente no verão. Em seguida vem a micro-região do Caititu em que a configuração da paisagem se constitui por inúmeras ilhas e o estreitamento do curso principal do Teles Pires. Ali os Kaiabi vão à procura de açaí e patauí principalmente.

3.3 Relações ecológicas dos Kaiabi

Para iniciar essa aproximação é importante tornar familiar algumas categorias básicas utilizadas pelos próprios Kaiabi na classificação e disposição prática do ambiente. Para os Kaiabi, o tempo surge em primeira instância pela dinâmica do ciclo da água e do ciclo das roças, fortemente marcados pelo ritmo das estações. A manifestação visual da duração e intensidade dos períodos de inundação é o fator primário utilizado para marcar o início de uma estação e o término de outra. Isto se evidencia pelo discernimento dos dois principais micro-ambientes *yapopet* (floresta inundável na época das chuvas) e *ka'areté* (floresta de terra firme que nunca inunda). O micro-ambiente com vegetação mais baixa que cobre as praias e ilhas (*ypo'ó*) também recebe um estatuto diferenciado, consideravelmente sujeito às influências fluviais, podendo apresentar caráter efêmero, surgindo ou desaparecendo com o passar das estações. Outras duas configurações que caracterizam marcadamente o visual paisagístico no Teles Pires são nomeados de *ywytyt* e

¹⁷ Essa micro-região leva esse nome, por haver grandes quantidades desse peixe nas redondezas.

ywytyti'í, sendo o primeiro relacionado aos morros e o segundo aos morros menores. Portanto, a influência das relações fluviais tanto na diferenciação dos sub-ambientes como na passagem do tempo e ciclo da vida anual dos Kaiabi é de fundamental importância.

A dimensão espacial também reconhece de modo relevante a influência da água, expressa através do grau de hidromorfismo presente em diversificados setores ambientais. Por exemplo, a identificação dos *ka'apapawet* (mato na beiras das lagoas) e *yatarã* (planícies pantanosas, constantemente alagadas, no interior das florestas de terra firme). Em alguns casos, “y” vem acompanhado de um prefixo ou sufixo, quando está fazendo referência a uma característica hidromórfica mais específica. Da mesma forma, as transições entre sub-ambientes reguladas pelo nível da água e ambientes de terra seca são explicitamente reconhecidas. Os Kaiabi chamam de *ywyantã* ao ponto máximo onde a água alcança, quando se iniciam as terras mais altas, onde ficam os animais como anta, paca e tatu. O termo *ywit* se refere à orla ou linha que estabelece o limite entre o *yapopet* e o *ka'areté*; também para fazer referência à margem de um rio.

Os Kaiabi também possuem a capacidade de identificar um conjunto diversificado de variações ambientais que condicionam a existência ou predominância de recursos particulares. Nos locais onde ocorre maior expressão da planície fluvial de pequenos e médios igarapés no interior da floresta (*yatarã*), a condição de permanente umidade propicia a ocorrência do açaí, buriti, patauá, entre outras espécies. É no *yatarã* que os Kaiabi saem em expedições mais curtas em busca de caça, coleta de plantas úteis, em especial a fibra do arumã rugoso empregada na confecção de peneiras, um de seus artefatos com grande significado mítico e importância na afirmação étnica.

Sob o viés da composição estrutural do ambiente em que vivem, os Kaiabi mencionam o *ka'areté* (mato alto) como uma floresta de terra firme, mais densa, aparentemente sem intervenção antrópica, composta de árvores maiores, em contraposição ao *jusing* (mato branco), que se configura como uma vegetação arbustiva baixa, com muito capim e ao *jun*, em que o campo limpo, a vegetação rasteira e afloramentos rochosos predominam. O *kuiauram* se refere a um tipo de “mata suja”, normalmente presente na beira dos rios, com predominância de cipós e que não tem utilidade. Seguindo as informações prestadas pelos mais velhos, o *ka'areté* é o tipo de vegetação preferida pelos Kaiabi, quer dizer “mato puro” ou “mato verdadeiro” no idioma Kaiabi, com predominância da terra vermelha (*ywypiran*), muito utilizado em atividades de caça, coleta e extrativismo.

Geralmente escolhem esse tipo de micro-ambiente para abrirem suas aldeias, tanto pelo aspecto de segurança na estação chuvosa, como pela proximidade que apresentam com áreas de capoeira.

No interior dos micro-ambientes descritos acima existe ainda outra maneira de classificar ambientes menores, que vão além da identificação de unidades ambientais mais amplas (como o *ka'areté* ou *yapopet*), enfatizando os agrupamentos populacionais de determinadas espécies de grupos vegetais ou ilhas de recursos. Tais agrupamentos também constituem unidades ambientais diferenciadas pelos Kaiabi. Com exceção dos castanhais, os principais agrupamentos vegetais identificados nesse contexto normalmente estão relacionados às palmeiras que fornecem materiais diversificados para uso diário e produção de artesanato. Os principais são: buritizal (*myrysityp*), tucunzal (*tukumanyyp*), inajazal (*inatatyp*), patauzal (*pinowatyp*), pacoval (banana brava - *pacova*), entre outros.

3.3.1 Tempo do rio

O ritmo do Teles Pires orienta e também é orientado por uma grande variedade de “sinais” da natureza. Os Kaiabi não fazem uma estrita categorização em termos de causa e efeito de qual acontecimento determina o outro, mas estão sempre atentos a novas mudanças para também orientarem suas atividades. Os aspectos pelos quais as estações são definidas com maior clareza são aqueles que incitam os movimentos dos Kaiabi. Na realidade, os elementos naturais parecem estar todos imbricados numa continuidade comum que move seu mundo e com ele as mudanças cíclicas que indicam o andamento do ano, baseado em seus princípios de interação com o ambiente. Embora os Kaiabi conheçam perfeitamente a passagem dos meses e do ano, também se orientando pelo calendário gregoriano, quando estão na aldeia o ritmo de vida é regido por essa outra dinâmica. É, portanto, seguindo o ritmo das estações do ano (tempo do sol e o tempo da chuva) que os Kaiabi interagem com o ciclo anual de cheia e vazão do Teles Pires, se movimentando no sentido do *wayfarer* descrito por Ingold (em oposição à mera locomoção), produzindo linhas não necessariamente voltadas para um destino final, como é o caso do transporte ou locomoção. O *wayfarer*, nesse sentido, é um só com sua linha, seguindo o engajamento ativo com a região que se abre ao longo do caminho percorrido. Em suas perambulações na região de habitação familiar, eles vão deixando trilhas em forma de pegadas, caminhos e sendas. Cada uma dessas trilhas equivale a uma forma de vida, que tomadas juntas, compõem um emaranhado de vidas tipicamente tortuosas de uma região (Ingold, 2006).

- **Tempo do sol (*kwarip*)**

Um primeiro sinal observado pelos Kaiabi de que o rio não subirá mais é a presença em grande quantidade das borboletas amarelas (*panã-panã*) nas margens dos rios. Na aldeia Kururuzinho, os índios observam quando as águas alcançam duas mangueiras próximas ao porto principal, identificando o ponto máximo de alagamento quando atingem suas raízes, formando a linha que chamam de *ywit*. A estação seca se inicia quando o nível do rio Teles Pires atinge certa estabilidade, após ter baixado durante as últimas semanas do mês de março, coincidindo geralmente com a queda dos últimos ouriços de castanha. O canto do pássaro *junyra*, que praticamente não pia durante a estação chuvosa, o aparecimento do gavião *towotauu*, que só surge durante a estação seca, além do amarelecimento e queda das folhas da árvore *yagyp*, na capoeira, são indícios claros de que não deve chover nos próximos meses (Silva, 1999). Pássaros como o jacu, mutum, jaó e macuco cantam com entusiasmo pela manhã. Da aldeia é possível ouvir os gritos estridentes do macaco bugio dentro da floresta. No por do sol, as maritacas, em grande algazarra, fazem revoadas em grupos bastante numerosos. Não é difícil perceber o ânimo dos Kaiabi, quando começam a reconhecer os primeiros indícios da chegada do verão.

O lugar normalmente a ser procurado com mais regularidade após o término da estação chuvosa é o Lago do Jabuti (ou Morro do Jabuti), que na língua Kaiabi quer dizer “lago do morro” (*y’piawã*) ou “lago verdadeiro” (*ypi’aweté*). Localiza-se aproximadamente 15 km acima da aldeia Dinossauro, do lado de Mato Grosso. Em termos de materiais para artesanato, coleta e caça é o lugar preferido. O Lago do Jabuti desperta emoções antagônicas nos Kaiabi e pode ser considerado o lugar verdadeiramente sagrado dentro da Terra Indígena. Muitas são as histórias contadas pelos mais velhos a respeito do espírito de um pajé que vive dentro de uma caverna na base do morro. Além disso, existem muitos antepassados enterrados nas redondezas do lago. Os Kaiabi jamais tiveram coragem de se aventurar dentro da caverna, mas contam que em seu interior existe uma mesa de pedra e o dono vive como um ser humano. Contam que logo na frente da entrada existem pés de mamão, pimenta, banana e outras frutas cultiváveis, indicando a necessidade do cuidado humano para que essas plantas se desenvolvam. Se os Kaiabi retirarem algumas dessas frutas sem a autorização do pajé, correm sérios riscos de serem perseguidos em sonho e ficarem doentes. Apesar do medo que experimentam ao se aproximarem do Lago do Jabuti, este é o lugar preferido para extraírem as folhas do babaçu para cobrirem suas casas, a matéria prima para confecção de arcos (*siriva*), assim como castanha e frutas variadas. Também é tido como o ponto mais apropriado para caçar porcos do mato, que começam a se alimentar nos buritizais antes alagados. É nesse

sentido que ao se aproximarem do lago, os Kaiabi demonstram muita atenção e cuidado, procurando nunca se desgarrarem do grupo. Durante todo o verão, são constantes as idas e vindas ao Lago do Jabuti para a caça ou coleta de algum recurso necessário.

O verão é uma época de intensa movimentação pelo território. Os Kaiabi aprendem a se movimentar pelo curso do Teles Pires e dos rios menores, reconhecendo os principais canais para desviar das pedras, se orientando prioritariamente pelas curvas do rio e pelas corredeiras. O mês de abril normalmente é o mês em que o rio começa a baixar sensivelmente, as praias começam a aparecer, a chuva diminui e os peixes podem ser pescados com mais facilidade. A temperatura muda, os dias ficam mais quentes e as noites, mais frias e estreladas. Além disso, as nuvens de piuns começam a se dissipar, o ar e os solos ficam consideravelmente mais secos, propiciando queimadas espontâneas (e intencionais causadas pelas fazendas ao redor) e muita fumaça na aldeia. Os peixes, já desovados, descem o rio e os animais de caça ficam mais gordos e acessíveis. Nessa época, os Kaiabi pegam as voadeiras e costumam explorar outros rios como o Cururuzinho e o Santa Rosa (*piavu'y* - rio do matrinchã) em busca de peixes incomuns, como o bodó ou cascudo, que costumam se alimentar do lodo nas pedras, mas particularmente estão à procura de antas, porcos do mato e mutuns, que são as caças mais apreciadas e muito raras no período de cheia. No Teles Pires, vão em busca de grandes peixes de couro como a pirarara, o jaú ou a piraíba, jogando suas linhas em poços mais profundos no meio do rio. É comum realizarem pequenas expedições de caça e pesca começando no Morro do Jabuti e virem descendo a até chegar ao Kururuzinho. No mês de julho são os patos que estão em alta. Julho também é o mês em que os tracajás mais sobem à superfície facilitando sua pesca. Em agosto e setembro, os meses mais quentes do ano, é muito comum realizarem pequenas excursões com suas famílias em busca dos ovos desse quelônio subindo o Teles Pires até a foz do São Benedito. Levam uma grande quantidade de farinha e passam semanas caçando e pescando, retornando com muitos ovos e algumas histórias, principalmente de onças, para contar. O florescimento das castanheiras é um primeiro sinal relevante que indica a chegada das primeiras chuvas.

- **Tempo da chuva (*amanip*)**

A entrada da estação chuvosa é marcada quando as tartarugas deixam de botar ovos, que geralmente coincide com o final do mês de setembro ou início de outubro, quando o Teles Pires atinge seu nível mais baixo. Por oposição ao período da seca que é de grande mobilidade pelo território, os Kaiabi raramente se afastam

demasiado das imediações da aldeia. Por se tratar de um período de maior escassez de animais de caça e peixes de maior porte, a preferência é dada às frutas nativas (açai, pataúá, biriba, cacau, pupunha, tucumã, ingá, entre outras) que costumam estar maduras no auge da cheia. As áreas de coleta ao redor das aldeias são as primeiras a serem esgotadas. Se no verão as movimentações ocorrem mais no sentido que sobe o Teles Pires, no inverno os Kaiabi se deslocam até as micro-regiões do Pacu e Caititu em busca de frutas e palha para renovar suas casas. Pelo aumento da profundidade dos rios, que vazam além de suas margens formando enormes igapós (*ypi'aretumakã* - perna de água), aumentando a área de escape dos peixes, somado à época da piracema, em que eles sobem até as cabeceiras para desovar, é de fato um momento em que as grandes pescarias não costumam ocorrer. Quando muito, conseguem pescar alguns peixes menores no rio Cururuzinho, como piau e lambari. É costume os Kaiabi saírem em grupos familiares em busca de tucunarés, que tem por hábito se alimentarem em águas mais rasas e repletas de pequenos peixes, características dos igapós. As caças, por sua vez, também se afastam mais do leito regular do rio para se alimentarem no interior da floresta. As antas passam para as partes mais altas, sendo muito raro de encontrá-las nessa época, os porcos se embrenham nas matas e as aves emigram. Antas e porcos são raramente abatidos, quando encontrados realizando a travessia dos rios.

Outro indício que também confirma o auge do inverno, juntamente com a maturação das frutas e aumento dos piuns é o nível de gordura dos macacos, que se alimentam principalmente de ingá e inajá nas beiras dos rios e são muito apreciados, em especial o macaco prego e o aranha. É muito comum os Kaiabi carpirem o mato ao redor das casas, pois é mais nessa época de chuva que cobras e escorpiões se aproximam da aldeia e ocorrem alguns acidentes. Quando a chuva não dá trégua ou quando estão desanimados para saírem em busca de alimento, alguns animais de criação, principalmente galinhas, são abatidos. As famílias se concentram nas casas maiores, ou em suas espaçosas cozinhas, onde os homens ficam deitados nas redes conversando, enquanto as mulheres realizam algum tipo de trabalho de preparar alimentos ou artesanato. Em geral, os coquinhos de tucum e inajá ficam queimando bem na frente da porta das casas, a fim de afugentar os piuns durante o dia. O mês de janeiro representa uma espécie de mês de verão no meio do inverno, pois as chuvas diminuem consideravelmente e permite aos índios realizarem algumas incursões em locais mais afastados da aldeia, principalmente para coletarem castanhas e mel. Nos dois últimos meses da estação chuvosa, uma pequena fruta chamada de cabaçarana, bastante abundante por todo o curso do Teles Pires, começa a cair. Desse momento, até o final do inverno, os Kaiabi podem contar com a presença constante de pacus e matrinchãs em suas refeições, uma vez que estes

peixes sobem à superfície para se alimentar e são fígados em pequenas canoas, uma vez que o motor de popa os assustaria. Na época de final de inverno, é bem comum o tempo fechar, com a ocorrência de várias trovoadas, raios e em seguida uma chuva bem fina cai e logo em seguida o tempo abre.

3.3.2 *Tempo da roça*

Se por um lado, os Kaiabi não se configuram como exímios caçadores ou pescadores, por outro, a agricultura segue certos passos extremamente refinados, que devem ser seguidos à risca e representa um aspecto fundamental no entendimento da ligação afetiva que constituem com o Teles Pires. As técnicas de caça e pesca que utilizam atualmente são mais do que suficientes para atenderem às suas demandas, porém, foram aprendidas, em grande medida, em suas constantes convivências com seringueiros e gateiros que durante quase todo o século passado ocuparam o curso do Baixo Teles Pires juntamente com os Kaiabi. Além disso, como já mencionado, o ambiente relativamente amigável não lhes exige o desenvolvimento de alguma técnica mais apurada nesse sentido. Por outro lado, as técnicas agrícolas foram aprendidas no tempo em que os grandes pajés *Mait* ainda habitavam esta terra e representam um importante papel em aproximar o ritmo social do ritmo natural. O que estou querendo dizer é que no caso da agricultura entre os Kaiabi, o uso adequado das técnicas em sintonia com a passagem do tempo também oferece subsídios para acessarmos certas relações não duais entre pessoas e ambientes. Logo, não é possível divorciar o conceito de cultura da sua experiência situada no ambiente. Como na seção anterior apresentamos a relação que o ciclo hidrológico do Teles Pires manifesta nas relações cíclicas anuais dos Kaiabi com seu ambiente, indicando prioritariamente aspectos relativos a seus movimentos pela região a fim de desempenharem atividades de caça, pesca e coleta, os ciclos agrícolas, com seus diversificados cultivos, possuem sinais próprios, além de uma forma peculiar de dialogarem com a natureza.

Seguindo as instruções do mito de *Kupeirup*, até hoje os Kaiabi procuram ordenar suas roças, plantios e colheitas de acordo com os ensinamentos desta que foi uma das *Mait* mais poderosas a habitar a terra antes da retirada desses seres para o céu superior. Inclusive, quando estão envolvidos em conversas com seus próprios parentes, na língua Kaiabi e querem se referir a alguma acontecimento passado não muito recente, é comum utilizarem termos associados aos momentos do ciclo agrícola, como por exemplo: na época da primeira chuva, ou na época de plantar milho ou colher mamão, enfim. É nesse sentido que podemos concluir que não é o social que proporciona a medida do tempo e o momento de executar as tarefas, mas

o ambiente e os indivíduos num conjunto processo de construção. Nas palavras de Ingold:

“By watching, listening, perhaps even touching, we continually feel each other’s presence in the social environment, at every moment adjusting our movements in response to its ongoing perceptual monitoring” (2000: 196).¹⁸

Um dos fatores que muito bem pode explicar a importância que os Kaiabi atribuem em viver no Teles Pires, diz respeito à grande ocorrência das “terras pretas” (*ywyon*), compostas de solos arqueológicos (antropogênicos), muito propícios ao bom desenvolvimento de suas diversificadas e exigentes culturas, baseadas no sistema hortícola da mandioca, que possui pelo menos dez variedades distintas. Também entram como cultivos de destaque o milho massa (além de outras cinco variedades), o amendoim, tubérculos (cará, inhame, taioba, batata doce), favas, abóboras, pimentas, dentre outras. Apesar de no Xingu, os Kaiabi possuírem uma rede integrada de troca de sementes e preservarem com mais qualidade as espécies antigas, no Teles Pires, as roças sempre ocuparam um lugar de destaque nas rotinas diárias, mesmo após algumas mudanças de hábitos ocorridas a partir do contato com diversas frentes econômicas¹⁹.

As categorias próprias para classificação dos solos apresentam certa independência em relação aos tipos de vegetação. Considerando que *ka’areté* quer dizer “mato puro”, sem intervenção do homem, as áreas geralmente utilizadas para o plantio das roças são descritas considerando prioritariamente a sucessão secundária, denominadas em português de “capoeira” e no idioma Kaiabi são chamadas de *ko* (roça) e *kofet* (local onde a roça já foi feita). Este nome geral comumente é acrescido por prefixos ou sufixos, que conferem à roça algum tipo de característica relativa ao solo ou nível de sucessão secundária. Dentre estes, o sufixo *eté/reté* marcadamente presente em muitas palavras da língua tupi-guarani, significa “verdadeiro, legítimo, original” (Tibiriçá, 1984). Assim, da mesma maneira que *ka’areté* se refere ao mato verdadeiro mais adequado para encontrar caça e materiais de coleta, o *kofet’rareté* significa a capoeira original dos Kaiabi,

¹⁸ É observando, ouvindo, talvez mesmo tocando, que nós continuamente sentimos a presença de cada um no ambiente social, a cada momento ajustando nossos movimentos em resposta a seu constante monitoramento perceptivo (Tradução livre).

¹⁹ Informações mais detalhadas sobre o sistema agrícola Kaiabi, a partir de uma perspectiva agrônoma, podem ser encontrados em Silva (1999).

compostas em sua maior parte por terra preta e consideradas as “capoeiras legítimas”, mais apropriadas ao desenvolvimento de seus policultivos alimentares. Em contraste, nas áreas de *ka’areté* (com terra vermelha - *ywypirang*), o plantio de culturas menos exigentes como o milho e a mandioca é dominante. No *kofet’rareté* é possível encontrar, nas terras pretas, cacos de cerâmica e machados de pedra em praticamente todas as áreas abertas para cultivo.

O conhecimento local é centrado nos horizontes superficiais, enfatizando suas características mais diretamente relevantes para o uso agrícola das terras - que também são afetadas pelo seu histórico de uso - e sua distribuição na paisagem. Os Kaiabi empregam a cor como característica diferencial mais notória, seguida da textura, que pode determinar uma subclasse, como as terras pretas (*ywyon*) e terras pretas meio arenosas (*ywysigo’on*). Sempre reconhecendo o valor da água, a influência do hidromorfismo também é considerada. O cheiro da terra como característica acessória é também empregado para produzir diferenciações. É comum o nome de uma terra expressar uma situação intermediária ou transicional entre atributos característicos de duas terras “mais puras”, como *ywy’pira’on*, ou falsos *kofets*, compostas por uma mistura de terras pretas e vermelhas. Existem também terras que os Kaiabi nomeiam de *ywyputan*, se referindo à terra meio marrom e meio amarelada, também muito comum no Teles Pires. O *ywysin* é a terra com grande quantidade de areia, que ocorre mais no Parque do Xingu ou em beiras de cerrados. Esses dois tipos de terra não são apropriados para o plantio do amendoim, cará ou culturas mais exigentes. Em termos gerais, a somatória das características de uma terra informa-se incluindo uma apreciação conjunta da vegetação, uma estimativa da fertilidade do solo no local (considerando as sucessões secundárias) e a possibilidade de inundação.

As capoeiras (*kofet*) são matas muito valorizadas, sendo muito importante viver em suas proximidades. Os *kofets* se configuram como ótimos locais para plantar, caracterizados pela presença marcante de árvores como o jatobá, a barriguda, o inajá e outros tipos de plantas, que tem por costume ficarem em locais de terra preta. Existem muitas outras árvores que os Kaiabi chamam de *jatua’yp*, *kwasingywi*, *ka’a enupy’ã*, que também aparecem com frequência na terra preta. Os *kofets* invariavelmente ocorrem em matas e roças que foram feitas por povos antigos, que ali habitaram muito antes da chegada dos Kaiabi. Normalmente são áreas de vegetação baixa, em que se pode plantar todo tipo de cultura. Os Kaiabi identificam a capacidade de produção de uma terra associando o desempenho do milho e da banana na terra preta e da mandioca na terra vermelha (*ywypirang*). As capoeiras

são ainda reconhecidas como bons lugares para caçar, principalmente porcos e antas que estão em busca de sais minerais, muito abundantes na terra preta.

Durante todo o ano, os Kaiabi estão envolvidos com suas roças, seja plantando, seja colhendo, cuidando ou ainda esperando. Toda roça deve ter um dono, que tem que ser casado e já ter cumprido suas obrigações de prestação de serviços em relação ao sogro. Um dos primeiros sinais para se começar a fazer a roça é quando um sapo chamado *kutap* começa a cantar muito na beira do rio, geralmente nos meses de maio e junho. A roçada é feita normalmente em uma semana de trabalho, envolvendo todos os membros da família. O mesmo tempo, em média, é requerido para a derrubada de árvores maiores com machados ou motosserras. Por ser um trabalho mais perigoso, somente os homens jovens e adultos podem participar. O período desejável para iniciar a queimada das roças é no meio setembro, quando as castanheiras começam a florescer ou quando o tracajá deixa de botar ovos. As queimadas começam quando surgem os primeiros sinais de trovão no céu, ou quando começa a aparecer com frequência um pássaro pequeno de rabo comprido que os Kaiabi chamam de *wyra'i takama*. Quando o canto da cigarra começa a engrossar, também é sinal de queimar a roça. Essa prática é realizada por grupos de homens ateando fogo em diversos pontos, das bordas para o centro, em dias de brisa suave e com a roça protegida por aceiros. Usam em algumas situações chifre de boi pra avisar que estão queimando numa certa direção, para evitar acidentes. Quando bem executado o trabalho, as roças queimam bem, chegando a fumegar por até três dias. Os Kaiabi ainda têm o costume de gritar para a dona das roças (*Kupeirup*) pedindo pra ela produzir plantas boas e pedem que ela cuide da roça e das plantações. As roças abandonadas são cultivadas novamente em média após cinco anos e nesse intervalo, são ocasionalmente visitadas para coletar frutas e sementes das árvores remanescentes.

Logo antes do início das chuvas, depois que a roça está bem seca, começa o plantio. Existe uma ordem a ser seguida tanto para o plantio como para a colheita. A primeira fruta a ser plantada é a melancia. O milho representa um importante marco temporal, pois só deve ser plantado logo após a primeira chuva que cai na terra. Em seguida vem a mandioca, banana, cana, cará e batata. Na segunda e terceira chuvas se planta mais mandioca, cana, cuia, abóbora, depois cará mangarito e mais milho. Por último vem o amendoim, que deve ser plantado num local limpo no centro da roça, com o pau de *api* (uma pequena fruta nativa vermelha), mas não pelo dono da roça, que procura uma pessoa com a “mão boa” para plantar milho e melancia, mamão e batata. Não é segredo que o amendoim ocupa uma condição especial, devendo ser plantado na época de maturação do mesmo *api*, que tem seus galhos

utilizados no plantio (aproximadamente em meados de outubro). Terminado o plantio, somente o dono da roça pode visitá-la. Porém, as visitas não podem ser constates, a fim de que *Kupeirup* possa fazer seu trabalho. É comum os donos realizarem uma ou duas limpezas de ervas daninhas com facão ou ainda empregarem técnicas agronômicas e xamânicas para o controle de pragas ou doenças e também para evitar ataques dos queixadas e caititus.

3.4 Relações ecológicas dos Apiaká

A paisagem do território habitado pelos Apiaká consiste em um “mosaico” de unidades de recurso complementares, em diferentes estágios de recomposição. A maneira como são utilizados os recursos é historicamente configurada e culturalmente determinada. Os artifícios de subsistência desse povo estão relacionadas a um refinado conhecimento das unidades de paisagem e unidades de recursos, das etnoespécies da flora e da fauna presentes em cada uma delas, do comportamento reprodutivo das plantas, do padrão de atividade e dieta dos animais, do uso das unidades de paisagem pela fauna e também do comportamento (sazonalidade) dos rios. Devido à transmissão bem-sucedida das estratégias de manejo desenvolvidas, verifica-se que a geração atual utiliza uma paisagem em certa medida produzida pelas gerações anteriores. O conhecimento sofisticado dos processos ecológicos permite aos Apiaká realizar interferências que asseguram a manutenção da biodiversidade, respeitando-se as características e limitações e favorecendo as potencialidades do meio ambiente; trata-se, portanto, de uma estratégia adaptativa eficiente e de baixo impacto.

Os Apiaká classificam o ambiente em 12 unidades de paisagem, combinando os critérios de forma da superfície terrestre, tipo de solo, ocorrência de espécies de flora e fauna e modo de interação entre elas, além do regime das águas. Alguns ambientes são sazonais, ou seja, só ocorrem em determinada época do ano, como é o caso do igapó, que aparece no inverno, e da praia e da várzea, que aparecem no verão. A utilização das distintas unidades de paisagem se faz de modo integrado. Algumas unidades de paisagem (mata, campo, capoeira, rio, igarapé, lago, praia, ilha, roça e aldeia) e algumas unidades de recurso (castanhal, buritizal, palhal, copaibal, entre outras) recebem nomes próprios, que muitas vezes se referem ao representante da família extensa que as ocupou/utilizou por mais tempo. Neste sentido, o reconhecimento da existência de um vínculo de parentesco com os antigos moradores faculta a uma família o direito de ocupar determinado ponto no território.

Como já mencionado anteriormente o princípio cosmográfico chave da territorialidade Apiaká associa residência e parentesco num mesmo e amplo conjunto de significações sociais e históricas. Assim, cada grupo de famílias extensas (parentelas) Apiaká é identificado ao lugar onde viveu por mais tempo. Desse modo, a parentela Morimã é associada ao Rio dos Peixes (Terra Indígena Apiaká-Kayabi); a parentela Paleci, ao Anipiri e ao médio Teles Pires; a parentela Kamassori, aos rios Anipiri e baixo Teles Pires; a parentela de Xivico Apiaká, ao baixo Juruena; e os Apiaká “puros” (os quatro velhos que ainda falam a língua) são apontados como originários do rio São Tomé, onde ainda viveriam os isolados. O território é investido simbolicamente e se configura como o espaço vital onde se pode desenvolver plenamente um modo de vida específico, concebido como apropriado pelos e para os Apiaká.

As aldeias Apiaká no estado do Mato Grosso são: Mayrob e Figueirinha, no Rio dos Peixes (TI Apiaká-Kayabi); Pontal (na área delimitada), no rio Juruena; Minhocuçu e Mairowy, no rio Teles Pires (TI Kayabi, declarada). No estado do Pará são: Vista Alegre e Bom Futuro, também às margens do rio Teles Pires (TI Munduruku, homologada). Embora essas aldeias existam como unidades políticas independentes, um forte sentimento de solidariedade grupal, com expressão étnica, as mantém unidas; após décadas de desestruturação sociopolítica e exílio em território inimigo, a luta pela demarcação da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados agrupou indígenas de diversas aldeias, atribuindo um renovado senso de dignidade ao povo, exprimindo assim o valor do vínculo simbólico e material com o território, que alimenta o projeto de futuro do povo Apiaká. Existem, portanto, dois blocos microrregionais de aldeias Apiaká: aquelas no Rio dos Peixes, cujo centro político é Mayrob, e aquelas nos rios Teles Pires e Juruena, tendo por centro Mairowy.

Juntamente com os Apiaká, vários outros povos tupi-guaranis, como os Avá-Canoeiros (Silva, 2005), os Tapirapé (Wagley, 1988) e os Xetá (C. Silva 1998), tiveram uma história trágica, mas se mostraram capazes de se reerguerem, amparados pela legislação indigenista definida na Constituição Federal de 1988. Se após os massacres ocorridos na sede da coletoria de impostos de Mato Grosso (Barra de São Manuel), nos primeiros anos do século XX, os Apiaká demoraram quatro gerações para voltar a estabelecer uma aldeia às margens do Juruena, fizeram-no de acordo com os princípios básicos Tupi de nunca abandonar definitivamente um território já ocupado e de manter os inimigos por perto, fenômeno que atesta a continuidade, até os dias atuais, de um modo específico de ocupação territorial com raízes pré-colombianas. Territorialidade esta que, embora exercida há séculos pelos indígenas, apenas muito

recentemente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, passou a ser reconhecida pelo Estado como fundamento de direito.

Uma capoeira pode voltar a ser utilizada para implantação de roçado ou moradia após aproximadamente uma geração (25 anos) de pousio; as capoeiras comumente são identificadas pelo nome de seu(s) último(s) dono(s). Trata-se, portanto, de um modo de ocupação extensivo (não intensivo) do território, que tem importantes implicações do ponto de vista ambiental. Este processo de “humanização” do território integra um conjunto de práticas e saberes sobre o espaço que também é fonte de direito sobre ele. Desse modo, qualquer Apiaká pode vir a fixar moradia num local já ocupado por outro Apiaká, sendo que um Munduruku deve obter a anuência dos Apiaká se quiser fazer o mesmo.

Assim, embora constrangida pelo avanço das frentes econômicas extrativistas desde meados do século XIX, a territorialidade Apiaká é marcada pela continuidade ecológica, uma vez que a migração do povo orientou-se pelo sistema fluvial Arinos-Juruena-Teles Pires. O movimento principal se deu no sentido sul-norte, desde o curso médio do Arinos até a confluência com o Juruena, seguindo, posteriormente, o curso deste último rio e abrangendo seus tributários ocidentais (dentre os quais o São Tomé), até o encontro com o Teles Pires, a partir de onde os indígenas alcançaram o Anipiri, seu afluente, e o Cururu, afluente do Tapajós.

3.4.1 As aldeias Apiaká

O estabelecimento de uma aldeia Apiaká consiste num processo complexo: primeiro se escolhe o lugar apropriado, depois se abrem as clareiras para as casas e roçados e somente após mais ou menos um ano as pessoas começam a construir as casas, que não necessariamente passam a ser habitadas imediatamente. Há que se descobrir/definir as rotas de caça e de coleta, o que requer a observação minuciosa da movimentação dos animais e da disposição das árvores no trecho específico. A mudança em geral se dá em ritmo lento e por etapas, e geralmente aqueles que se mudaram continuam freqüentando a aldeia de origem, seja para visitar os parentes que lá permaneceram, seja para caçar, pescar e coletar. A aldeia não é a única modalidade de ocupação Apiaká. A coexistência de aldeias e casas de “ribeirinhos” (note-se que o termo se refere a padrão de residência, sem implicações do ponto de vista da identidade étnica) nas margens dos rios Juruena e Teles Pires, articuladas em termos sociopolíticos, consiste numa estratégia de ocupação do território, importante tanto do ponto de vista da utilização de recursos naturais como do ponto de vista da manutenção do equilíbrio das relações sociais e políticas e também da vigilância da área.

Para ser “boa de viver”, uma aldeia deve ser estabelecida numa região de terra preta, mais fértil; deve ser circundada por mata fechada, onde haja abundância de macacos, queixadas, antas, pacas, cutias, tatus e várias aves utilizadas na alimentação; o rio deve oferecer diversidade e abundância de peixes e quelônios; na mata deve haver espécies vegetais empregadas para fins medicinais e para se confeccionar embarcações, casas, adornos corporais, arcos, flechas, bordunas, bancos, peneiras, paneiros, tipoias, além de castanheiras, de árvores onde vários tipos de abelhas melíferas constroem suas colmeias, das palmeiras de cujos frutos se fazem “vinhos” (de açai, bacaba, buriti, patauá). O espaço que se pode percorrer durante caçadas e viagens de coleta deve ser extenso, pois “Apiaká gosta de andar”. A quantidade de casas deve ser restrita, pois, para além de um certo limite, a aldeia adquire um aspecto desordenado. No entorno das casas devem haver palmeiras nativas e frutíferas introduzidas, os terreiros devem ser amplos e limpos. As condições ambientais de uma área são, pois, avaliadas com base num conjunto de variáveis ecológicas e valores morais e estéticos, que compõem o parâmetro de bem-estar para os Apiaká.

A construção das habitações, salão, escola, casas de farinha e outras estruturas permanentes é realizada após a extração da matéria-prima e seu respectivo beneficiamento, consistindo em atividade masculina e coletiva. A extração dos recursos vegetais envolve necessariamente o uso de diferentes unidades de paisagem, uma vez que as unidades de recursos se encontram distribuídas de maneira difusa na região do Pontal.

As roças são mais valorizadas do que as casas pelos Apiaká. Embora a casa, o terreiro, os roçados, o porto e as trilhas que os interligam sejam “individualizados”, todo o território da aldeia, isto é, o entorno das casas utilizado para atividades econômicas, é de posse coletiva. O acesso a terra e aos recursos naturais é mediado por mecanismos simbólicos e políticos específicos. Não existe entre os Apiaká nada parecido com o princípio ocidental de propriedade privada da terra e dos recursos naturais; o que existe é a prerrogativa de uso de cada família conjugal, que é válida por tempo indeterminado. “Dono” é a pessoa (mais propriamente, o casal ou a família) que habita, cultiva ou frequenta de modo mais intensivo um trecho do território; é, portanto, aquele que domestica e cuida do espaço.

Em termos sociopolíticos, o território Apiaká é configurado por uma rede de sociabilidade que articula as aldeias Mairowy, Pontal, Bom Futuro, Vista Alegre, PIN Teles Pires, Papagaio, Primavera, Missão Cururu e Minhocçu às casas de “ribeirinhos” às margens do Juruena e do Teles Pires. Neste sentido, os rios são

concebidos como trilhas que interligam os grupos locais, assim como são referências de limites entre os territórios dos Apiaká, Kaiabi, Munduruku e isolados. Tais limites não se referem apenas a locais de moradia de uma etnia, mas também a áreas utilizadas para agricultura, coleta, caça e pesca, de acordo com critérios ecológicos específicos.

Praticamente todo o baixo curso dos rios Juruena, Teles Pires e São Tomé foi habitado, em diferentes períodos ao longo dos séculos XIX e XX, pelos antepassados e pelos próprios moradores Apiaká e Munduruku atuais. No entorno das áreas atualmente habitadas e também no entorno dos pontos de habitações/aldeias antigas, observam-se capoeiras em diferentes estágios de regeneração, próximas a zonas utilizadas para caça, pesca e coleta, indicando que toda a extensão do Pontal é ocupada de modo permanente. A região se caracteriza pela grande oferta de espécies animais e de recursos para a confecção de utensílios que podem ser utilizados para caça e pesca, como o pau d'arco e a pupunha-brava, que podem ser utilizados para fabricar arcos; a taquara kamayú, que serve para fazer a haste da flecha; e a palha de babaçu, utilizada para fazer tocaias.

O caráter permanente da ocupação indígena no Pontal é correlato da relação de pertencimento que os Apiaká mantêm com este território, a um só tempo elemento crucial de sua organização social atual, fundamento da memória coletiva e base da perspectiva de futuro do povo.

3.4.2 Atividades produtivas

A subsistência do povo Apiaká baseia-se nas atividades tradicionais de agricultura, caça, pesca e coleta, desenvolvidas a partir de um conhecimento ecológico refinado, associado a técnicas e saberes sobre o ambiente, transmitido de geração a geração, no horizonte de uma concepção de mundo específica. A forma de utilização dos recursos naturais está intimamente ligada à apreensão do tempo, do espaço e da interação entre eles, podendo ser melhor entendida em termos de unidades de paisagem, compostas por unidades de recursos.

A organização das atividades produtivas nas aldeias Apiaká pauta-se pelo regime das águas. No ecossistema amazônico, a variação do nível dos rios pode chegar a vários metros, alterando radicalmente a paisagem ao longo do ano. Os Apiaká distinguem duas grandes unidades de tempo: o *inverno* (época das chuvas, que vai de outubro a março) e o *verão* (período em que chove menos, que vai de abril a setembro).

Os Apiaká conhecem uma imensa variedade de peixes, mamíferos, aves e plantas silvestres, mas utilizam um número proporcionalmente pequeno. Os peixes são a principal fonte de proteína, de obtenção mais segura, embora a carne de caça seja considerada a “comida verdadeira”, mais saborosa e substanciosa. As roças fornecem a mandioca, a partir da qual se prepara a farinha, principal alimento vegetal, importante também do ponto de vista simbólico. Por fim, a coleta (animal e vegetal) fornece alimentos importantes tanto do ponto de vista nutricional quanto do ponto de vista da sociabilidade.

Entre os Apiaká, a comensalidade (tanto a cotidiana como a festiva) fundada nos princípios da dádiva é um dos eixos da solidariedade aldeã, e as refeições respeitam certos preceitos morais, estéticos e cosmológicos. As técnicas e o saber ecológico a elas associado estão imbricados no processo de formação da pessoa e na dinâmica das redes de relações sociais que compõem a comunidade. A realização das atividades de subsistência é regida pelos critérios de gênero e idade. A partir do momento em que começa a andar, a criança é inserida paulatinamente, de acordo com o padrão de comportamento determinado pelo gênero, na rotina produtiva da família. Trata-se de um aprendizado ativo: a criança se engaja efetivamente na agricultura, na caça, na pesca, na coleta e nos serviços domésticos, sendo que o apoio modesto oferecido nos primeiros anos de vida vai se ampliando gradualmente. A diferença entre o trabalho das crianças e o trabalho dos adultos é, portanto, uma diferença de magnitude, não de natureza. Da perspectiva de gênero, as atividades desempenhadas por homens e mulheres são complementares. Cabe prioritariamente aos homens obter recursos fora da aldeia (caçar, pescar, coletar) e, às mulheres, transformar tais recursos em comida verdadeira e zelar por sua distribuição adequada entre as casas, a fim de sustentar relações concebidas como propriamente sociais. O mesmo ocorre com os artefatos de uso cotidiano: os homens fabricam utensílios de fibras vegetais (cestos, paneiros, jamaxins, peneiras etc.) para as mulheres, enquanto estas confeccionam enfeites (colares, pulseiras e anéis) para eles.

No que diz respeito à agricultura, o espaço disponível para os roçados é limitado pelas características de relevo e solo. Para os Apiaká, o local para fazer roça deve conjugar pelo menos três pré-requisitos: estar próximo da aldeia, não inundar no inverno e apresentar barro vermelho ou barro amarelo. Outro pré-requisito desejável é que no local também haja terra preta, um tipo de solo antropogênico especialmente fértil. Os pontos mais elevados correspondem aos “terraços pluviais”, presentes nas margens do baixo curso dos rios Teles Pires e Juruena, chamados pelos indígenas de “terra firme”. É importante destacar que todos os roçados atuais e

todas as capoeiras (em diferentes estágios de regeneração) no Teles Pires, Juruena e São Tomé estão localizadas em terra firme. Atualmente os roçados dos Apiaká, grandes e diversificados, se dispõem nos pontos mais elevados ao longo do baixo curso do rio Teles Pires (margem esquerda) e do baixo curso do rio Juruena (margem direita). Além disso, as capoeiras de antigas aldeias ao longo do rio São Tomé podem vir a ser pontos de novos roçados e moradias, no futuro próximo. Os trechos de vegetação natural (mata de terra firme e/ou capoeira) são derrubados e queimados para se fazer a roça-de-toco (agricultura de coivara) e, depois de cultivados por um ou dois anos, são deixados em pousio por pelo menos quatro anos. O sistema de pousio garante a manutenção da fertilidade do solo, permitindo que a área possa ser utilizada por mais tempo, evitando que novas áreas tenham que ser continuamente desmatadas. Quando o sistema de pousio não rende mais a produção esperada, uma nova área é aberta, e o cultivo é realizado enquanto a área antiga se regenera com espécies nativas, como é o caso das capoeiras antigas situadas no São Tomé.

A caça é uma atividade masculina que deve ocorrer dentro dos parâmetros éticos que regulam a interação entre humanos e não-humanos. Para os Apiaká, trata-se de uma atividade influenciada pelos perigos e mistérios da mata. Os animais da mata têm um “dono”, uma espécie de espírito guardião que zela pelo bem-estar das espécies e que precisa ser convencido a liberar uma certa quantidade de indivíduos para a alimentação dos humanos. Toda caçada envolve um nível de incerteza e risco, o que é sintetizado no código simbólico da “panema”. A panema é um fenômeno bastante difundido na região amazônica e consiste num estado de desânimo geral e azar nas caçadas e pescarias, que acomete o homem; trata-se da quebra de uma regra moral apontada como causa do insucesso no desempenho das atividades de subsistência. Geralmente os homens saem para caçar em duplas ou trios, e utilizam técnicas previamente combinadas. De volta à aldeia, os caçadores deixam os animais no porto da família, onde serão lavados, eviscerados, cortados e posteriormente repartidos e distribuídos pelas mulheres. Não é possível prever o resultado de uma expedição de caça, e geralmente a abundância de presas é celebrada com refeições comunitárias no salão ou na casa do cacique. Os Apiaká identificam pelo menos 169 etnoespécies de aves, das quais 31 são utilizadas na alimentação, e 52 etnoespécies de mamíferos, das quais 24 são utilizadas na alimentação. Aves e mamíferos podem, ainda, ser criados como “xerimbabos” (espécie de animal de estimação). Os Apiaká e Munduruku caçam com mais frequência nas imediações das aldeias Pontal e Mairowy e nos arredores das casas nas margens dos rios Juruena e Teles Pires; nas caçadas realizadas em pontos mais distantes, são abatidas presas maiores (queixada, cateto, veado e macacão), que podem dar ensejo a refeições festivas no salão ou na casa do cacique.

A pesca é a fonte mais segura de proteína para os Apiaká, que identificam 94 etnoespécies de peixes e consomem 87. Eles dominam técnicas variadas e um conhecimento apurado sobre os hábitos das diferentes espécies, do qual depende diretamente o sucesso nesta atividade. Os Apiaká pescam mais intensamente no baixo curso dos rios Teles Pires, Juruena e São Tomé, não apenas em seu leito como também nos igapós, igarapés e lagos com os quais se comunicam, enquanto os isolados pescam, provavelmente, no alto curso do rio São Tomé. A obtenção de grandes quantidades de peixes geralmente suscita a realização de refeições coletivas de caráter festivo.

As atividades de coleta envolvem o uso de etnoespécies animais, vegetais e de cogumelos e se destinam basicamente à subsistência. A coleta animal consiste na coleta de ovos de tracajá e de tartaruga nas praias e lagoas que se formam no rio São Tomé, entre os meses de julho a setembro (verão), ocasião em que os diferentes grupos locais se voltam para um mesmo ponto do território (a porção central do Pontal), em busca de um mesmo alimento, o que gera certo nível de tensão. A coleta vegetal caracteriza-se por uma grande variedade de espécies utilizadas para a alimentação, para fins medicinais e para a confecção de edificações, embarcações e diversos utensílios. A coleta de grandes quantidades de açaí, bacaba, buriti e pataúá propicia a realização de sessões de “vinho” no salão ou na casa do homem que obteve os frutos. Mulheres e crianças podem acompanhar os homens até a mata para ajudar a transportar os frutos, e são as mulheres que se encarregam da preparação da bebida, que é consumida com farinha de mandioca. Assim como os banquetes de carne e peixe, as sessões de vinho desempenham importante papel na intensificação da sociabilidade aldeã. A coleta vegetal se baseia em 64 etnoespécies distribuídas pela várzea, terra firme, igapó, beira de rio, beira de igarapé, quintal e roça. A maior oferta de frutos ocorre nos meses de janeiro, fevereiro e março. Ademais, os Apiaká pretendem explorar economicamente, sob a forma de projetos sustentáveis, a castanha-do-pará, a copaíba, o látex de seringueira e o mel.

De modo complementar, atividades de horticultura e criação de animais de pequeno porte são desenvolvidas pelas mulheres Apiaká nos terreiros.

As atividades produtivas estão a serviço da socialidade, isto é, as práticas de subsistência são, em si, mecanismos que asseguram a continuidade do modo de vida Apiaká como um todo. Neste sentido, a extensão territorial necessária à realização dessas atividades é importante também da perspectiva da reprodução social e cultural do povo, e não apenas da perspectiva da subsistência estrita. Com efeito, a socialidade Apiaká se fundamenta nos processos articulados de produção, circulação

e consumo de alimentos, que se coadunam nas refeições domésticas cotidianas e nas refeições coletivas no salão. Pessoas que, ao longo dos anos, participam ativa e reiteradamente de tais processos se tornam semelhantes e se concebem como parentes verdadeiros. Ao contrário, acumular, reter e se recusar a dar alimentos são atitudes associadas; a mesquinha alimentar é tida como o pior defeito de uma pessoa, e não é tolerada nem mesmo entre crianças muito pequenas.

3.5 Importância do Teles Pires para os Kaiabi moradores do Xingu

Para dar continuidade às emoções vividas e às relações cotidianas que os Kaiabi estabelecem com a região do Baixo Teles Pires, é relevante também acessar a memória ecológica e afetiva dos mais velhos habitantes do Xingu, que vieram transferidos do Teles Pires e ainda encontram mecanismos eficazes de perpetuarem essa relação ainda que à distância (Vide Anexo 1.9). Apesar dos relatos dos habitantes do Teles Pires de que algumas famílias do Xingu pensam em retornar assim que se concretizar a demarcação e homologação da totalidade da Terra Indígena Kayabi, as informações recebidas, acerca daqueles que haviam sido transferidos e as relações que mesmo à distância ainda mantinham com esse ambiente, sempre chegavam de maneira um tanto desencontrada e difusa.

Foi acreditando na afirmação de Kay Milton (2002), de que a memória coletiva está fundada em relações que se fez necessária uma incursão ao Parque do Xingu para compreender os acontecimentos afetivos, fundados em relações ecológicas, na confiança de que mesmo após quarenta anos da transferência, os Kaiabi ainda seriam capazes de expressar suas emoções como se tal evento tivesse ocorrido há poucos dias. Assim, com o propósito de ouvir, sem intermediários, as histórias e tentar captar a força do sentimento de ligação que ainda alimentam com o Teles Pires que este trabalho também se funda em dados de campo e entrevistas com os Kaiabi do Xingu. A partir das histórias de sobrevivência narradas pelo cacique Atú, relativas à heróica resistência simbolizada pelo desejo de ficar de seu pai Manekú, é possível concluir que o rio Teles Pires significa para os Kaiabi muito mais do que um local em que ocasionalmente passaram a ocupar ao longo de suas andanças pela Amazônia meridional. Habitar próximos ao Teles Pires e das condições que o ambiente circundante proporciona, não apenas confere sentido à vida dos Kaiabi, mas serviu por muito tempo como um importante marco diacrítico para identificação étnica do grupo.

3.5.1 Dificuldades na transferência

O motivo principal do trabalho de campo de Frederico Oliveira no Parque Indígena do Xingu, em julho de 2008, foi de conhecer com mais propriedade, a partir da perspectiva dos Kaiabi mais velhos, as narrativas, sofrimentos e dificuldades enfrentados quando da transferência do Teles Pires, que se iniciou em 1950 e teve fim em 1973. Logo no início, Makupá, uma das principais lideranças políticas, já advertiu para tomar cuidado em não acirrar os ânimos a respeito de uma antiga desavença que os Kaiabi parecem nunca ter chegado a um acordo. Ele estava se referindo exatamente ao processo de transferência incentivado pelos irmãos Villas-Boas, liderado pelo finado Prepori, que até os dias atuais não encontra uma opinião unânime se foi realmente a melhor opção terem deixado o Teles Pires. A questão é que a esposa de Prepori, juntamente com seus filhos e netos, vivem na aldeia Kuarujá e freqüentemente enfrentam algum tipo de preconceito por terem convencido os Kaiabi a abandonarem sua terra e seus parentes ali enterrados.

Diante das conversas com os Kaiabi mais velhos no Xingu, o maior descontentamento narrado por eles a respeito da transferência se deu pelo fato de que muitas promessas teriam sido feitas, de que no Xingu eles receberiam tudo de que necessitassem e também poderiam voltar ao Teles Pires assim que desejassem. Desse modo, a opção de irem ao Xingu parecia se configurar como uma espécie de visita de reconhecimento a um local que poderia retirá-los dos maus tratos que vinham sofrendo diante da convivência com seringueiros. Não obstante, muitos estranharam as novas condições e quando descobriram que não mais poderiam retornar, ficaram desapontados, com o sentimento de que foram enganados, sabendo que haviam deixado para trás seus pertences, roças por colher, parentes enterrados e principalmente o ambiente sagrado com o qual estavam acostumados a viver durante séculos. Por outro lado, existem aqueles que afirmam que foi melhor assim, pois os Kaiabi estavam sofrendo muitos abusos pelos seringueiros e a atitude de Prepori e dos Villas-Boas foi fundamental para evitar um grande massacre.

Nesse sentido, dois elementos emocionais fundamentais se destacam diante dos demais como marcos iniciais na compreensão das dificuldades, dos sentimentos relativos à transferência e da ligação com o Teles Pires: 1) as relações ecológicas/cotidianas que por muito tempo vinham mantendo com o Teles Pires e 2) a proximidade ou distanciamento dos parentes. Relacionando as falas dos mais velhos com as descrições ambientais citadas acima, a impressão inicial é que nos primeiros momentos, a sensação de desorientação foi geral, chegando a se acomodar com o tempo, mas em nenhum momento os Kaiabi mais antigos chegam a afirmar que

estão completamente à vontade ao Xingu. Como estavam sendo deslocados para um ambiente consideravelmente diferente, que apresenta outra dinâmica hidrológica, assim como distintos sinais da natureza relativos à passagem do tempo e às atividades agrícolas, muitos tentaram retornar, porém sem sucesso²⁰. Quando indagados se ainda manifestam o desejo de retornar algum dia, muitos admitem sentir saudades, mas aguardam a demarcação da Terra Indígena em sua totalidade para tomar sua decisão. Outros dizem que já estão em idade avançada e preferem morrer mesmo no Xingu, junto com seus parentes, apesar de todos serem enfáticos em afirmar que a verdadeira terra dos Kaiabi é o Teles Pires, juntamente com o rio dos Peixes. Associado a este aspecto das relações com a antiga terra, a forte vinculação que os Kaiabi estabelecem com seus parentes que ficaram para trás, vivos ou enterrados no Teles Pires, se apresenta como outro fator importante na desagregação e falta de significados que alguns ainda enfrentam no Xingu. Foi, portanto, relacionando esses dois aspectos, que seguem as interpretações considerando as falas mais ilustrativas dos velhos Kaiabi, para alcançar uma síntese que mais elaborada de como vem sendo trabalhada e mantida viva a memória do antigo ambiente onde costumavam habitar. Iniciamos com a forma pela qual Tamanaú, da aldeia Ilha Grande, define sua chegada no Xingu e o processo de adaptação, com a tradução de seu filho Siranho²¹:

(Pergunto como foi a sua chegada ao Xingu) Da primeira vez que eu cheguei, eu arrumei muita confusão com o Cláudio, aí eu fiquei sem saber se ia ficar no Xingu, mas com o tempo eu fui ficando mais calmo, até porque toda a família que tinha tio, primo, vieram tudo pro Xingu também, ficou só meu irmão pra trás. Aí eu pensava, se eu voltar lá pro Teles Pires, eu fico sem parente lá, aí até um tempo eu fui acabei esquecendo essas idéias de voltar. Mas só que hoje, com o falecimento de todos os meus parentes que vieram pro Xingu, eu estou só! Os únicos velhos que tá vivo hoje é o Sikito, que tá lá em baixo, o Maciá e tem também um velho que mora lá no Capivara e o nome dele é Kupeap. Então como hoje só tá meu irmão vivendo lá no Pará, onde a gente viveu, que lá é território do Kaiabi, então hoje eu penso que eu gostaria de morar com meu irmão.

²⁰ Cabe lembrar o exemplo de seu Fernando, que hoje habita o Kururuzinho, que resolveu retornar ao Teles Pires sem a autorização dos Villas-Boas, enfrentando uma jornada de quase oito meses na floresta, com sua família, até conseguirem cumprir o percurso de volta.

²¹ Falas retiradas da tese de doutorado de Frederico Oliveira (2010)

Já que eu perdi todos esses parentes que eu tinha, o que eu tô fazendo aqui no Xingu? Então é isso que eu penso hoje, porque quando minha primeira mulher faleceu, eu queria ir embora, só que naquela época o pessoal não deixou eu abandonar o Xingu, mas hoje ninguém me segura mais, porque eu tô cansado de ficar assim, eu quero ficar junto com a família do meu irmão, trabalhar junto, porque todo dia ele fica pedindo as coisas pra mim, semente, eu já preparei as coisas pra levar pra ele, eu quero ficar um tempo lá, um tempo aqui, é assim que eu quero fazer. Chega de ficar só no Xingu, porque já vivi muito tempo aqui no Xingu.

*(Pergunto sobre a importância do Teles Pires para os Kaiabi)
Você deve ter prestado atenção. Aqui você não viu nenhuma árvore muito alta e também não viu nenhuma serra. Nós damos o nome pra cada tipo de mato. Nós conhece assim e já vem de muito tempo esses nomes. Não é hoje, não sou eu que estou dando nome. Lá no Pará não existe muita lagoa igual tem aqui e também tem muita sujeira na beira. Lá é o rio e a mata verdadeira chega na beira do rio. A gente dá valor pra aquela região por causa do material que aqui não tem pra gente fazer as coisas. Mesmo pra enfeite e mesmo pra fazer as coisas de uso, lá que tem as coisas que a gente precisa como peneira, fruta nativa que existe lá, aqui não tem, como castanha, siriva, como açai, como cacau, patauí, pupunha. Por aqui, por dentro mato você anda e não encontra nada. Aqui por exemplo não tem mel nativo. É por causa dessas coisas que a gente valoriza essa terra, lá a terra é muito boa de plantar. Lá você anda e só encontra o ka'areté e a terra preta. Por aqui você encontra mais é daquela terra vermelha e aquele mato sujo que não serve pra fazer nada.*

No discurso de Tamanaú, é possível perceber de forma conjunta a importância da ligação com a família e com os materiais que os Kaiabi utilizam costumeiramente, tanto para artesanato como para atender suas necessidades diárias. Além disso, a busca por frutas ou materiais sempre se configurou como um importante artifício a impulsionar os Kaiabi a se movimentarem e estabelecerem laços com o ambiente circundante. A madeira da siriva (pupunha brava), por sua resistência e elasticidade

é a mais apropriada na confecção de arcos, não sendo encontrada no Xingu. A fibra do arumã, utilizada para fazer peneiras, assim como as tinturas para pintá-las, somente são encontrada nas margens de igarapés ou em áreas alagadas no Teles Pires. O mesmo acontece com as flechas, confeccionadas a partir de uma espécie de bambu, chamado de taquari. As frutas nativas além de serem componentes chave na alimentação, sempre funcionaram como marcos temporais sinalizando as mudanças de estações, diretamente relacionadas ao calendário agrícola.

Merece um relevante destaque a ausência da castanheira no Parque do Xingu. Sempre que eram indagados sobre qual o tipo de recurso sentiam mais falta no Xingu, a castanha invariavelmente era o primeiro item a ser mencionado. Além ser a base para muitos alimentos, a castanha se constitui como um dos mais importantes ícones de garantia de que estão habitando sua verdadeira terra²². Assim, quando foram transportados a um ambiente sem as frutas nativas, sem a castanha, com limitadas porções de terra preta e diferentes interações com a natureza, os Kaiabi pareciam ter perdido completamente a noção de espaço e tempo, daí o sentimento de desorientação descrito por muitos. Nesse sentido, a família servia como ponto de apoio fundamental, para se situarem conjuntamente e buscarem elaborar novas relações com o um novo ambiente²³.

Num primeiro momento Tamanaú se sentiu desorientado por estar longe do Teles Pires, mas quando se deu conta de que praticamente toda sua família estava com ele, foi aos poucos aprendendo a viver no Xingu, mas quando percebeu que somente lhe restava o velho Kuruné como parente, que vive no Teles Pires, atualmente vem se organizando cada vez mais para voltar à sua terra antiga. O caso da aldeia Ilha Grande é bastante emblemático para se compreender como ao longo dos anos alguns Kaiabi do Xingu fazem questão de não perderem o elo com o Teles Pires. Ainda sobre a família, vejamos as impressões de Kaipá (com a tradução de Siranho), que atualmente vive na aldeia Três Buritis e veio transferido após a morte dos parentes e constituiu outra família no Xingu:

²² A castanha significa fruta verdadeira na língua Kaiabi (*ywa'eté*). Inclusive os Kaiabi já tentaram em algumas ocasiões, porém sem sucesso, trazer mudas de castanheira e arumã para plantarem no Xingu.

²³ Evidenciando esse desejo de retorno de Tamanaú, em julho de 2009, ele passou 6 meses com seu irmão Kuruné no Teles Pires, nas proximidades da aldeia São Benedito. Nesse período esteve pesquisando locais para abertura de roças novas e para o estabelecimento de sua aldeia tão logo se concretize a demarcação. Além disso, levou sementes para diversificar os cultivos de seu irmão e construiu um alojamento, como ponto de apoio para aqueles que estão em trânsito entre a aldeia Kururuzinho e a cidade de Alta Floresta.

Quando eu cheguei no Xingu eu estava muito triste porque tinha perdido toda a minha família por causa do sarampo. Depois eu comecei a acostumar e sentir bem aqui, porque aqui tinha remédio, aí eu não conseguia me lembrar mais do lugar onde eu morava porque eu tinha perdido todo mundo. Não ficou ninguém, morreu primo, morreu irmão, morreu tudo mesmo! Por isso que eu nunca pensei em retornar pro Teles Pires. Se eu retornar pra lá, eu não vou encontrar ninguém dos meus parentes, então eu vou ficar por aqui mesmo no Xingu, hoje eu tenho um filho aqui e vou ficar por aqui.

Uma metáfora regularmente acionada pelos Kaiabi para explicar as relações de parentesco, associando as proximidades ou distanciamentos entre as famílias é a raiz da batata doce (*jetyk*). É como se os Kaiabi estivessem também plantados na terra, juntamente com suas famílias. Nesse sentido, cada família extensa, constituída desde o patriarca mais velho até os primos de primeiro grau, se configura como um nodo da raiz, sendo que todos os nodos derivam de uma origem comum, mas à medida que se distanciam são reconhecidos como parentes com menor proximidade. Em alguma medida os Kaiabi reconhecem que todos são parentes, contudo o sentimento de proximidade está diretamente vinculado ao pertencimento a um mesmo nodo. É a esta metáfora que está se referindo Kaipá, quando afirma que perdeu todos os parentes no Teles Pires e chegou muito triste ao Xingu. Nesse sentido, o caso de Kaipá mostra que o pertencimento à terra não encontra fundamento se estiver desconectado das relações que a família estabelece com o ambiente. A fala de Kaipá se adéqua muito bem à afirmação feita por Milton de que aquilo que aprendemos com nosso ambiente gera em nós certas emoções e influenciam a forma como nos aproximamos do ambiente, que influencia o que aprendemos com ele, continuamente de forma cíclica (2005: 34). A presença e intensidade de emoções particulares relativas ao que aconteceu num dado ambiente afeta a facilidade para lembrarmos certas coisas. Em função dos tipos de memórias e as emoções a elas associadas, a conexão entre o parentesco e a terra pode se configurar tanto pelo aspecto da afirmação territorial, como pela rejeição no caso específico de Kaipá. Assim, quando conseguiu novamente se estabelecer num nodo familiar, passou a encontrar algum sentido em viver no Xingu. Por outro lado, o seu desejo de não mais retornar ao Teles Pires, em função das más recordações, mortes

e sofrimentos que vivenciou neste ambiente, parece evidenciar a uma disposição emocional distanciadora²⁴.

Se para alguns, as recordações do Teles Pires não são boas, para outros, a ligação emocional que mantinham durante sua vida cotidiana é fundamental para conferir sentido ao mundo. Apesar de possuírem a base do parentesco para buscarem novas relações ecológicas com o Xingu, para alguns mais velhos a memória coletiva das relações emocionais estabelecidas no Teles Pires parece difícil de ser apagada. É esta a impressão que Frederico Oliveira relata ter percebido com o depoimento de Miarakaiá, atualmente vivendo na aldeia Tuiararé:

Eu mesmo quando cheguei aqui, não me acostumei não, ficava pra lá e pra cá, ficava muito triste, meio sem rumo. Até que a finada mãe da minha esposa chegou pra mim e falou que aqui é diferente mesmo de lá do Teles Pires. Aí eu morei um tempo lá na aldeia Ilha Grande, aí eu fui acostumando. Mas não é assim acostumar, acostumar mesmo, na verdade a gente vai aprendendo a viver. Porque aqui não tem quase nada, lá no Pará tem muita coisa, lá você anda um pouquinho e já encontra muita coisa. Aqui mesmo quase não tem nem mato, é muito cerrado, o mato é muito baixo e a única coisa que tem é esse coquinho aqui, o tucum. Lá tem muita fruta, por isso que o pessoal que veio pra cá primeiro naquela época do Orlando não se acostumou pra cá e queria voltar, mas aí não deixaram eles voltar não, eu mesmo queria voltar, mas ele não deixou não. Eu não tenho muito parente aqui, o único que eu tenho é meus parentes lá no Ilha Grande, não tenho mais nada. Lá no Teles Pires tenho o meu filho e também tenho muito parente enterrado.

Diante das experiências de inúmeras vidas que habitaram o Teles Pires ao longo dos anos, as relações ecológicas que seus ancestrais estabeleceram servem de base não apenas para sua sobrevivência material, mas para a definição dos movimentos diários no envolvimento imediato com o mundo. Assim, mesmo tendo consciência de que a

²⁴ Sobre as relações que os Kaiabi estabelecem com a morte, pude perceber que nem todas seguem um mesmo padrão. Se por um lado, alguns preferem viver próximos de seus parentes enterrados, outros preferem se mudar e guardar uma certa distância.

paisagem do Xingu não é parecida com a paisagem do Teles Pires, os Kaiabi vêm tentando seguir suas vidas de modo a estarem sempre se adaptando às novas condições que o Xingu lhes proporciona. Contudo, seguimos a inspiração de Ingold de que a vida humana é um processo envolvido na passagem do tempo, que conseqüentemente está inserido na formação das paisagens vividas pelas pessoas. Dando continuidade à proposta de irmos além de abordagens naturalistas que consideram a paisagem como uma entidade externa e neutra às atividades humanas e de aproximações culturalistas de que cada paisagem se configura aos moldes simbólicos particulares de organização do espaço, relembramos nosso objetivo em descrever essas relações de um modo mais próximo do dia a dia vivido pelas pessoas, por meio da perspectiva do *dwelling*. É por essa razão que a paisagem é entendida como uma espécie de “registro duradouro”, nas palavras de Ingold, de que as vidas e os trabalhos de gerações passadas ali habitaram e deixaram sua marca para aqueles habitantes mais recentes (2000: 189).

Não é segredo que os Kaiabi vêm conseguindo com sucesso considerável se perpetuar e já podem ser considerados a etnia mais populosa do Parque do Xingu, com uma reconhecida história de adaptação ao ambiente. No entanto, apesar de terem se “acostumado”, Miarakaiá é bem enfático ao afirmar que não é o mesmo sentimento que tinham quando viviam no Teles Pires. Como ele mesmo diz: os Kaiabi estão “aprendendo a viver”. Nesse sentido, certos elementos perceptivos da paisagem ainda aparecem com relativo destaque sempre lembrando aos Kaiabi de que sua verdadeira terra não é ali, como é o caso das diferenças de configuração entre o cerrado do Xingu e as florestas altas e fechadas do Teles Pires (Vide o anexo 2, com o ensaio fotográfico ao final). Além das relações com os chamados materiais da floresta, com as frutas nativas, a terra preta e o parentesco, a ligação com certos elementos da paisagem característica do Teles Pires também foi e ainda é um importante complemento a ser sentido pelos Kaiabi que vivem no Parque. Também é digno de destaque um breve comentário de Miauí, filho do finado Kupekani, que veio para o Xingu ainda adolescente e ressalta alguns aspectos perceptivos interessantes da falta que sentia do Teles Pires, evidenciando que a paisagem, diferentemente do espaço, é qualitativa e heterogênea:

Quando eu cheguei aqui, o Xingu era muito estranho pra mim. O que eu mais estranhei é que aqui não tinha cachoeira. Aí eu andava assim, meio perdido procurando cachoeira, mas só achava praia e mais praia. Aqui também tem muito lago. Lá não, lá tem muita cachoeira, tem a zoada da cachoeira que

você ouve, tem vários bichos fazendo barulho no mato e aqui quase não tem.

3.5.2 Política e ligações territoriais

Se até aqui foram apresentadas algumas falas de pessoas relacionando as dificuldades enfrentadas após a transferência, bem como as diferenças mais sentidas entre os ambientes do Teles Pires e do Xingu, relacionando os aspectos ecológicos com o parentesco, é importante também destacar conclusões de uma importante liderança indígena a respeito de todo esse processo. Nesse sentido, o aspecto emocional e perceptivo das relações ecológicas não foi deixado de lado, mas uma abordagem mais distanciada e crítica do indigenismo atual também poderá auxiliar a compreender de que maneira os Kaiabi mais experientes na condução das associações indígenas vêm articulando todas essas dificuldades e lutando na arena política mais ampla para equacionar essas questões emocionais e políticas, a fim de defender os interesses do grupo como um todo. Vejamos a fala de Makupá, duas vezes presidente da ATIX (Associação Terra Indígena Xingu), que sempre admitiu uma ligação especial entre os Kaiabi e o Teles Pires, realizando uma síntese bem elaborada da atuação dos Villas-Boas junto aos Kaiabi, da criação do Parque e da política indigenista atual²⁵:

Avaliando a história e o trabalho do Orlando por um lado, ele salvou mesmo os Kaiabi. Com a chegada do seringueiro e gateiro, esses brancos chegaram junto com a doença e não tinha como proteger os índios da doença, por isso eu acho que ele fez um trabalho importante, mas ele não fez um trabalho completo. Se ele tivesse feito um trabalho completo talvez seria mais bonito, né? Quando eu falo que o trabalho dele não foi completo é assim. Se o Orlando tivesse feito pesquisa sobre recursos naturais daqui, talvez ele teria colocado certas áreas dentro do Parque que tem castanha, por exemplo. Se ele tivesse feito esse levantamento, talvez ele pegasse a cabeceira do Peixoto pra colocar dentro do Parque, por causa da flecha e da siriva também, né? As abelhas nativas também, elas ficam nesse meio entre Xingu e Teles Pires. Se ele tivesse feito essa pesquisa a gente não estaria passando essa dificuldade de hoje. Pra fazer melhor ainda, se Orlando tivesse pensado de não tirar

²⁵ Relato retirado do trabalho de doutorado de Frederico Oliveira (2010).

os Kaiabi de lá, de demarcar a área lá mesmo, talvez era mais completo ainda e a gente ia se sentir a vontade hoje. Então a gente pensa que eles fizeram um bom trabalho, mas não foi o trabalho completo. Igual eu falo pro pessoal da FUNAI hoje, pra FUNAI demarcar uma Terra Indígena hoje, a FUNAI deveria estudar a cosmologia daquela área primeiro, mas vai lá e demarca de qualquer jeito e aí quem descobre é a gente. Aí fica muita coisa de fora e pra você ter que ficar pedindo autorização pros fazendeiros toda hora é muito ruim. Pedindo autorização pra entrar numa coisa que é sua, o que é pior ainda! É assim que eu fico olhando o trabalho do Orlando. Ele fez coisa boa pra gente, ele trouxe o pessoal da Escola Paulista pra dar vacina na gente, desde de 1961 que eles estão aqui dando vacina pra gente. Com certeza a gente não tem como saber o que ia acontecer se a gente tivesse ficado por lá, mas a gente fica observando, como é que o pessoal do Pará está vivo até hoje? Por que não a gente também estaria vivo se estivesse morando lá? Mas isso é uma dúvida que vai ficar pra sempre. Mas a nossa briga no Xingu agora é pegar essa parte do Rio Arraias, até a BR. O Parque mesmo não era pra pegar aquela parte do Diauarum, aí aumentaram o Parque porque acharam Txicão, acharam Suyá, Juruna, Kaiabi, Kayapó e ainda teve os Panará que não estão mais aqui. Não sei se você sabe a história do Diauarum, porque o Diauarum era acampamento dos brancos, aí depois que saíram os brancos e aumentaram o Parque, senão ia ficar só aquela parte do Alto mesmo, lá já estava virando uma vilinha. Aí foi há quatro ou cinco anos atrás que um fazendeiro estava tentando tomar essa terra da gente na justiça, mas aí não sei o que é que deu...risos. Então é assim que a gente fica avaliando, porque tudo bem, tudo bem que o Cláudio trouxe a gente pra cá, mas a gente vem sendo ameaçado pelos outros povos do Xingu, vem sendo criticado, porque muitas vezes quem trabalha mais na fiscalização, quem fiscaliza os invasores são os Kaiabi, Juruna e Suyá e muitas vezes a gente recebe crítica do pessoal daqui. E outras vezes é com projeto de turismo e a gente fala que turismo não tá na hora, vamos deixar isso pra depois e eles falam: “quem manda aqui somos nós, vocês não são daqui!”. É uma palavra ofensiva

ouvir esse tipo de coisa! Será então que a gente tem que continuar por aqui ouvindo essa conversa? Muitas vezes a gente ouve umas conversas bem construtivas nas reuniões dos povos do Xingu, mas quando sai, o pessoal vira as costas e começa e destruir tudo. E a gente fica, pô como é que nós vamos viver, vamos continuar assim? A gente fica pensando, pô a gente tá aqui brigando pelas coisas dos outros, pra proteger as coisas dos outros, mas eles mesmo não procura agradar, agradecer, será que não é melhor a gente começar a brigar por aquilo que é nosso? Essa é uma coisa que deixa a gente bem chateado.

Um ponto chave que vale ser ressaltado no discurso de Makupá é quando diz que se tivesse havido a demarcação de uma terra para os Kaiabi, no Teles Pires, à época da transferência, hoje eles se sentiriam à vontade. Esse parece ser um aspecto que resume muito bem a sensação de muitos Kaiabi vivendo hoje no Xingu, que apesar de terem sido protegidos dos contatos nocivos e doenças dos brancos, além de terem recebido um tratamento médico de boa qualidade ao longo dos anos, é como se ainda faltasse algo para se sentirem à vontade. Esse algo a mais, que passa despercebido a observadores menos atentos, se encontra estritamente fundado nas relações ecológicas emocionais constituídas na prática e no dia a dia vivido com o Teles Pires. É precisamente esse tipo de reconhecimento da ligação entre ambiente e pessoas que vem sendo cobrado por Makupá junto aos órgãos oficiais, que seja considerado não apenas nos processos de identificação e demarcação, mas também nos projetos de desenvolvimento econômico que se voltam para as Terras Indígenas. Trata-se uma crítica com fortes elementos da ligação territorial que os índios estabelecem com seu ambiente a ser inserida nos procedimentos atuais do governo brasileiro. De fato os Kaiabi reivindicam a ampliação de uma parte do Parque do Xingu, relativa ao rio Arraias, que foi considerado um marco importante quando da sua chegada, além de possuir solos de terra preta propícios para suas culturas. E ainda, outra atitude que também estimula os Kaiabi a considerarem seriamente a mudança de volta ao Teles Pires, além do aspecto da ligação ecológica, são as desavenças com os povos do Alto Xingu, que insistentemente atribuem aos Kaiabi a condição de forasteiros no Parque²⁶.

²⁶ Frequentemente quando ocorre alguma morte inesperada entre os Kaiabi, é comum acusarem as etnias do Alto Xingu de terem lançado algum tipo de feitiçaria, em função de um mal entendido político recentemente ocorrido.

4 MAPEANDO RELAÇÕES ECOLÓGICAS

O interesse maior que orienta a produção de mapas com os Kaiabi é a possibilidade de gerar informações que tenham sentido para as pessoas em suas relações ecológicas com o Teles Pires, mas que possam também servir como instrumento político na luta pela demarcação de suas terras, pela afirmação de seu modo de vida territorial e de seu mapa vivido. Reconhecemos antes de qualquer coisa que o sentido fundamental do mapa não é o de dominar ou apresentar um sobrevôo (*bird's eye view*) sobre a vida ritual ou cultural dos Kaiabi, mas se aproxima dos antagonismos da vida cotidiana das aldeias e dos modos particulares com que se movimentam pelos lugares, produzindo linhas emocionais e significados que conferem o sentimento de pertencimento. Assim, se anteriormente foram indicados os fluxos temporais dos rios e das roças, que conferem sentido ao dia a dia dos Kaiabi, agora é o momento de evidenciar com mais detalhes como e por onde essas linhas são produzidas, considerando a memória de longo prazo e as experiências acumuladas durante as vivências com o Teles Pires.

Durante o trabalho de campo da pesquisa doutorado de Frederico Oliveira, foi realizado um levantamento o mais amplo possível da região do Baixo Teles Pires, lançando mão da cosmografia Kaiabi, das histórias contadas pelos mais velhos e de visitas aos lugares de importância mais destacada. Foram também realizadas entrevistas e oficinas com as famílias, quando pedia a eles que colocassem sobre um mapa base da Terra Indígena os principais pontos que consideravam importantes e que estavam acostumados a visitar a fim de cumprirem com suas atividades diárias. A essas informações também foram agregados outros lugares coletados a partir das conversas com os mais velhos do Xingu. Nos lugares que houve a oportunidade de visitar na companhia dos Kaiabi, as coordenadas geográficas foram registradas com o auxílio do GPS. Também foram colhidos outros pontos com o chefe de posto Clóvis Nunes, registrados em suas fiscalizações regulares das áreas invadidas. Desse modo, a metodologia aplicada estava fundamentada na etnografia contextualmente situada, na construção de mapas elaborados juntamente com os próprios índios, considerando aspectos do passado, presente e futuro, identificando pontos de significação cultural, ecológica e histórica.

Deve-se ainda ressaltar que não se preocupu demasiadamente em inserir os pontos nos mapas de acordo com suas coordenadas geográficas exatas. Tanto pelos altos custos em percorrer toda a extensão da Terra Indígena, como em razão dos riscos em adentrar áreas invadidas, procurou-se acompanhar e cruzar as indicações dos Kaiabi

para marcar os lugares no mapa. Seguindo a premissa de Almeida (1994), de que quando a desinformação impera no cenário de fronteira amazônica, serve invariavelmente aos propósitos daqueles que estão no controle, a orientação principal foi de proporcionar informações que em alguma medida sirvam para dar maior visibilidade à relação dos Kaiabi com seu ambiente, desnaturalizando os mecanismos estatais de imposição territorial e valorizando uma razão histórica, pouco considerada e que não é necessariamente instrumental. Logo, os mapas aqui propostos são dinâmicos, compostos de desdobramentos e sobreposições, que consideram a etnografia da paisagem - em suas diversas transformações - como forte instrumento capaz de envolver sentimento e pertencimento a uma região.

4.1 Aldeias antigas e lugares de importância

Como já foi indicado anteriormente, desde pelo menos o século XVIII os Kaiabi habitavam praticamente todo o curso do rio Teles Pires, acima da foz do rio Verde (onde foi implantado o posto José Bezerra) até a foz do rio Juruena, no Baixo Teles Pires. Viajavam regularmente por toda essa extensão visitando parentes, coletando artigos importantes como matérias primas para seus artesanatos, alimentos, plantas medicinais, além de estarem constantemente pesquisando a floresta em busca lugares apropriados para fazerem suas roças e fixarem novas aldeias. Com a transferência para o Parque do Xingu, a única porção desse rio ainda sob o controle dos Kaiabi diz respeito ao seu baixo curso, que passou a ser habitado ativamente a partir de 1920 aproximadamente, quando começaram a trabalhar com os seringueiros. Os Kaiabi tanto do Teles Pires quanto do Xingu afirmam que a relação deles com esta terra é peculiar, devido principalmente aos tipos de interações ecológicas fundadas em caminhos percorridos por seus ancestrais e pelas histórias narradas, conferindo valor e o estatuto de sagrado à região que atualmente habitam e lutam para ser integralmente demarcada.

Um comportamento que contribui decisivamente na sustentação do sentimento de habitação e pertencimento que os Kaiabi desenvolvem em relação ao Teles Pires, é seu padrão de ocupação territorial. O caso dos processos de ocupação dos Kaiabi é relevante e paradigmático, uma vez eles têm o costume de estabelecerem aldeias e roças em locais ancestrais de habitação, que se tornaram sítios arqueológicos. Segundo os mais velhos, esse tipo de prática não está vinculada apenas aos locais ocupados outrora por seus parentes, mas a qualquer grupo de humanos, seja do período pré-colombiano, seja de outras etnias mais recentes ou ainda moradias de seringueiros. Assim, quando vão abrir novas aldeias, os Kaiabi dão preferência para se fixarem nas proximidades de terras pretas (*ywyon*) e capoeiras (*kofet*), indicativos

fundamentais de que houve algum tipo de ocupação humana antes de sua chegada. Desse modo, iniciar a história espacial dos Kaiabi no Teles Pires significa descrever de que maneira as linhas traçadas pelos mais velhos continuam a influenciar as emoções e comportamentos dos mais novos em sua relação de proximidade com o ambiente. Foi, portanto, analisando como esses movimentos ocorreram no passado e continuam ocorrendo atualmente, que é apresentado o mapa de aldeias antigas no Baixo Teles Pires.

Diferentemente dos demais mapas a serem apresentados a seguir, a elaboração do mapa das aldeias antigas não foi realizada a partir de oficinas e entrevistas com as famílias do Teles Pires. A fim de reconstituir as trilhas de antigas moradias dos Kaiabi, articulando-as com as movimentações atuais, utilizou-se prioritariamente a memória dos habitantes antigos do Teles Pires (Atú, André e Kuruné) e dois outros ex-moradores, atualmente vivendo no Xingu (Tamanaú e Xupé). Atú é filho mais velho do finado Manekú, líder do grupo que, em 1970, resistiu à transferência para o Xingu. Com quase 70 anos, pode ser considerado o portador das histórias antigas que fundam o relacionamento que os Kaiabi estabelecem com o Baixo Teles Pires. Por seu interesse nas histórias contadas por seu pai e por sua capacidade de transmiti-las, Atú foi indicado para a posição de cacique. Seu André, apesar de falar pouco, nasceu nessa região, conhece bem os movimentos dos Kaiabi e faleceu alguns meses após o trabalho de campo em 2009. Xupé, que fazia parte do grupo de Manekú estava entre os primeiros Kaiabi a se fixarem no Teles Pires e também apontou informações relevantes sobre os lugares de importância. Os irmãos Kuruné e Tamanaú, separados pela transferência, também forneceram relatos emocionados, constantemente vinculando o Teles Pires ao lugar “original” dos Kaiabi.

O eixo das conversas com os Kaiabi seguiu as informações constantes no relatório do grupo de trabalho da FUNAI elaborado por Patrícia Rodrigues (1994), quando foram identificados 40 pontos de importância, entre aldeias e lugares antigos. O objetivo primário de Rodrigues era o de fornecer subsídios para as autoridades competentes de que os Kaiabi habitaram e ainda mantêm vínculos simbólicos e materiais com o lado de Mato Grosso, justificando assim a ampliação de suas terras. Pelas conversas mais prolongadas, pela observação do comportamento territorial dos Kaiabi e pelas visitas aos locais de importância realizadas por Frederico Oliveira, o pesquisador afirma não ter dúvidas de que os Kaiabi habitaram por muito tempo o outro lado do Teles Pires. Logo, as conversas e questionamentos consistiram também em confirmar as informações prestadas no relatório de Rodrigues, mas estavam mais voltados a obter narrações históricas/mnemônicas que permitissem uma melhor compreensão das movimentações do passado, que ligassem emocionalmente os Kaiabi à sua região,

considerando os indicadores ambientais das antigas aldeias e de alguns locais que tive a oportunidade de visitar. Com relação à memória, pretende-se agregar elementos do processo de ocupação das aldeias, seus moradores desde a fundação até o abandono e as associações com práticas mais recentes de habitação. Quanto às características ambientais, foram obtidas informações sobre os processos que deram nome aos lugares e levaram os moradores a habitá-los ou abandoná-los. Buscou-se ainda indicadores de ocupação, visando entender se foram os Kaiabi, seringueiros ou habitantes mais antigos a morarem em determinados sítios. Esta seção conta ainda com o importante aporte da pesquisa arqueológica mais recente de Francisco Stuchi (2010) para complementar algumas lacunas em todos esses quesitos.

Entre a década de 1920 e a década de 1960 os Kaiabi ocuparam, abandonaram e reocuparam várias aldeias distribuídas ao longo das margens do Baixo Teles Pires e em seus principais afluentes. Apesar das descrições aqui apresentadas estarem aquém das linhas de mobilidade das habitações fundadas pelos Kaiabi nesse período, é possível ter uma idéia adequada dos fundamentos básicos que sustentam sua rede de significações territoriais, que tem nas relações estabelecidas com o ambiente do Teles Pires, seu eixo central de referência (Anexo 1.10). A primeira aldeia indicada no relatório de Rodrigues (1994: 171) aponta o aldeamento fundado por Elias Praxedes, nas proximidades do seu barracão, que foi chamado de Tabuleiro (A1), situado um pouco abaixo da foz do rio Apiacás, do lado esquerdo de quem desce o Teles Pires. Segundo Atú e Tamanaú, os Kaiabi não usavam o outro lado do rio (margem direita) devido à presença dos Panará rio acima e dos Munduruku abaixo do rio São Benedito. O Tabuleiro funcionava como uma espécie de ponto centralizado de apoio e abastecimento do barracão São José, chefiado por Elias. Apesar de não terem morado ali por muito tempo, o aldeamento Tabuleiro é sempre referido nas histórias dos mais velhos como o primeiro lugar que os Kaiabi habitaram, assim que decidiram se fixar ao norte do Salto Sete Quedas e de onde partiram para fundar outras pequenas aldeias, no Baixo Teles Pires e seus afluentes. A esse aldeamento os Kaiabi deram o nome de *kanaktyt* ou *tapererou*, que significa flechal, fazendo referência à abundância do bambu (taquari) usado costumeiramente na confecção de suas flechas. Outro aspecto que confere significância ao Tabuleiro é que ali existe um cemitério com mais de 50 Kaiabi enterrados. Com a morte de Elias e o fim do aldeamento Tabuleiro, ainda na década de 1920, juntamente com o declínio das atividades de extração da borracha e da população de seringueiros, os Kaiabi deram início ao processo de habitação do Baixo Teles Pires, distribuindo-se em várias aldeias, seguindo seu padrão de darem nomes aos lugares de acordo com características ambientais, priorizando as áreas de capoeira de terra preta (*kofetrareté*) e florestas de mato alto do tipo *ka'areté*.

Passaram, então, a morar em duas aldeias na margem esquerda do Teles Pires (em Mato Grosso), em um ponto mais abaixo do Tabuleiro, entre a foz do rio Apiacás e a foz do rio Ximari. A primeira aldeia abaixo do Tabuleiro chamava-se *siakâpwypy* (A2) querendo dizer “pau d’arco”, em razão da grande quantidade de árvores de siriva (pupunha brava) na entrada da aldeia. A segunda aldeia mais abaixo, chamava-se *u’ienap* (A3) (lugar de farinha) porque os Kaiabi abandonaram um alqueire de farinha que acabou estragando (:172). Posteriormente essa aldeia seria abandonada pelos Kaiabi, ocupada pelos garimpeiros, que lhe dariam o nome de Bonfim, e ainda reocupada pela família de Joaquim (*Kawaip*) antes de sua transferência ao Parque do Xingu.

Confirmando as informações de Rodrigues (: 173), os Kaiabi alegam que no rio São Benedito habitaram em pelo menos seis aldeias a serem indicadas em ordem progressiva, desde a foz do rio até seu médio/alto curso. A primeira delas situava-se no ponto de confluência do rio São Benedito com o Teles Pires, na margem esquerda desse afluente. Em português se chamava Siqueira, por causa de uma grande pedra lisa que existe em frente à aldeia. Em Kaiabi chamava-se *itaoakatu* (A4), ou seja, morada da pedra lisa. No trecho demarcado que os Kaiabi possuem desde 1976, no rio São Benedito, entre a sua embocadura e o ponto onde foi colocado um marco da FUNAI, existiam duas aldeias. A primeira chamava-se “Lago Azul” ou *ypiaowy* (A5) e não pode ser mais freqüentada, pois ali se encontra um dos invasores que mais ameaças tem feito aos Kaiabi, nomeado de Pioneiro. A outra aldeia, antes ainda do marco, era conhecida como *ypoowkai* (A6), que se localiza na roça atual da aldeia São Benedito (Stuchi, 2009: 169). Outro nome para essa aldeia é “Patauzal” (*pino’watyp*) referindo-se à grande quantidade dessas palmeiras nas vizinhanças da aldeia. Segundo Kuruné, essa aldeia já foi habitada três vezes por Kaiabi, sendo sua família a última, antes de se mudarem para Kururuzinho e retornarem mais recentemente. Em um ponto acima do marco colocado pela FUNAI no rio São Benedito, indicando o fim da área demarcada, os Kaiabi lembraram a existência de três outras aldeias menores referidas pelo mesmo nome, relativo à Cachoeira do Rebução (*ywy’ampororok*), situadas às margens do São Benedito (A7, A8, A9). Segundo Atú, acima dessas três aldeias não existiu nenhuma outra, pois se iniciava uma região de campos, escassa em recursos naturais de interesse.

No rio Cururu-Açu ou Cururuzinho, os Kaiabi moraram em pelo menos nove aldeias distribuídas ao longo de suas margens, que serão também relacionadas de sua foz até a cabeceira. Cerca de 15 minutos de voadeira, subindo o Cururu-Açu, a partir de sua embocadura, existia em sua margem esquerda a aldeia onde Chico (*Kupeywy*), André e sua família moravam antes da transferência para o Xingu. Nas pescarias que

realizei com os Kaiabi no Cururuzinho, sempre faziam referência a esse lugar, chamado de *itaipawuk* (A10). Antes ainda da cachoeira da Varanda, na margem esquerda de quem desce o rio, num ponto repleto de palmeiras do açaí, morou outra família de Kaiabi, mas que Atú não soube precisar (A11). Seguindo de voadeira em um ponto que fica cerca de uma hora rio acima, a partir do fim das corredeiras, havia a “Aldeia do Buriti” ou *myrsityp* (A12) em razão das muitas palmeiras dessa fruta existentes no local. Nessa aldeia morou durante muitos anos Joaquim Kaiabi (*Kawaip*), na época da seringa, que foi inclusive chefe dos Kaiabi nomeado por Elias e faleceu pouco tempo após a longa caminhada do Xingu para o Teles Pires. Segundo Atú essa aldeia ficava bem próxima à divisa que atualmente a Terra Indígena faz com a base área do Cachimbo. Da foz do Igarapé Arapari seguindo em direção às cabeceiras do Cururuzinho ainda existiam seis locais diferentes que foram habitados pelos Kaiabi. Logo após o Arapari havia a aldeia seringal, cujo nome foi dado em razão da existência de duas seringueiras próximas à aldeia (*ajai’ytyp*) (A13). Atú conta que quando caminhava nas margens do Cururuzinho com seu pai, essa aldeia já havia sido abandonada pelos Kaiabi e sua clareira estava sendo ocupada por alguns seringueiros. Rio acima os Kaiabi ainda moraram em quatro pequenas aldeias familiares, as quais não eram conhecidas por nenhum nome específico (A14, A15, A16, A17). A última aldeia do rio Cururuzinho situava-se na foz do seu maior afluente, identificado nos mapas como rio Cururu. Como havia muitos pés de manga chamava-se “Aldeia do Mangal” (*mamagatyp*) (A18).

Além dos afluentes da margem direita do Teles Pires, no Pará, os Kaiabi também viveram em aldeias situadas nos afluentes da margem esquerda, ou seja, onde hoje é o estado de Mato Grosso. É o caso do rio Ximari, ao norte do rio Apiacás, que desemboca no Teles Pires em frente a uma grande ilha chamada de Guandu. A montante desse rio existiram três aldeias Kaiabi em seu médio curso, distantes da confluência com o Teles Pires. A aldeia mais afastada da foz foi habitada no passado pelo filho de Kaipá, que acabou falecendo em decorrência do sarampo, ficava logo abaixo do salto *Imocapi* (A19). Mais abaixo um pouco havia uma aldeia situada em meio a uma região de castanhais, chamada “Aldeia do Castanhal” (*ywatyp*) (A20). Posteriormente foi também morada de seringueiros. A partir de 2006, Valdir e sua família organizaram um acampamento nas proximidades desse castanhal a fim de checarem a viabilidade da abertura de uma nova aldeia. Pela dificuldade de subir com o barco na época da seca e por estar situada numa planície que alaga regularmente no inverno, resolveram se estabelecer um pouco mais abaixo (30 minutos de voadeira), em outra aldeia antiga, chamada de aldeia Cachoeirinha (*ytu*) (A21), exatamente por estar estabelecida abaixo de uma seqüência de corredeiras. Ainda hoje existem pés de tangerina, manga e outras frutas que foram plantadas

pelos Kaiabi nas aldeias do rio Ximari, além de fragmentos de cerâmica. Esta porção de terras concentra grande número de invasões por grileiros, posseiros e madeireiros.

Na confluência do Igarapé Piranha Preta, com o rio Teles Pires, existe um ponto de importância para os Kaiabi chamado de “Lugar das Piranhas” (*Pira’i*), porque ali em frente havia piranhas pretas em grande quantidade. Pelo depoimento de Atú e pelo relatório de Rodrigues não está claro se ali se localizava uma aldeia, ou se estavam fazendo referência à Ilha Branca (*y’poāsisin*) (A22), localizada no meio do rio Teles Pires, onde de fato havia uma aldeia, que foi habitada pelo finado Temé. Por ter havido uma grande roça próxima ao Igarapé Piranha Preta e pela presença de capoeira (*kofet*) no local, achamos pertinente também marcar esse ponto no mapa (A23). Mais ao norte, na foz do rio Santa Rosa, Atú e sua família moraram na aldeia *piavu’y* (A24), (lugar dos matrinchãs), onde atualmente existe a pista de pouso da Pousada Santa Rosa. Subindo mais o rio, havia também a aldeia *yjwaru’ok* (A25), que quer dizer casa em cima do remanso. Abaixo da foz do rio Santa Rosa, no Teles Pires, na Ilha do Caititu, a família do finado Kupekani²⁷ morou na aldeia (*taiteto*) (A26), ao mesmo tempo em que possuía uma roça na margem esquerda do Teles Pires. Antes ainda dessa habitação, essa parte do rio já era conhecida como *ajwaru’unun*, porque existe um remanso, numa parte muito pedregosa, que faz muito barulho quando o rio está cheio. Rodrigues ainda faz referência a outra aldeia ao norte da ilha (A27), não muito distante, em que outra família Kaiabi morou na foz do igarapé do Limão, o qual não consta na carta geográfica com esse nome (1994: 177).

Além das aldeias já citadas nos afluentes de ambas os lados do Teles Pires havia aldeias estabelecidas nas margens desse rio. Inicialmente serão relacionadas aquelas que existiam rio acima (ao sul) do atual Posto Kayabi (aldeia Kururuzinho), fundado no local onde Manekú e sua família se fixaram após a transferência de seus parentes para o Xingu. Uma aldeia que foi bastante habitada pelos Kaiabi na época da seringa foi a aldeia Saúva (A28), situada a alguns minutos de caminhada acima da atual aldeia Kururuzinho. Trata-se de uma reocupação de um sítio de terra preta (Stuchi, 2010: 167), com áreas de capoeira em seu entorno que ainda são visitadas pelos moradores do Kururuzinho em busca de frutas e sementes. Seu André comenta que esse foi o primeiro lugar que tem em sua memória de ter morado com seu pai e seu irmão Chico por muitos anos. Como não deu certo, se mudaram novamente para o outro lado do Teles Pires, em frente à foz do rio Cururuzinho, para um lugar nomeado de *ypenem* (A29) (quer dizer lugar com cheiro ruim, porque os Kaiabi

²⁷ Lembrando que Kupekani estava no grupo de Manekú, juntamente com Xupé e Jatop, que cruzaram o Sete Quedas e começaram a trabalhar com os seringueiros. Kupekani foi transferido ao Xingu no primeiro grupo levado do Baixo Teles Pires e faleceu no Parque em 2007.

mataram peixe e deixaram ali estragando)²⁸. Segundo seu André, o principal motivo que levava os Kaiabi a se movimentarem era quando a terra não estava produzindo com a mesma força. Acima da aldeia Saúva, porém, antes da foz do Cururuzinho, na margem direita do Teles Pires, existiu outra aldeia Kaiabi, que foi habitada pelo falecido Joaquim (A30). Ali morava o seringueiro com doença de pele (*misisin*) que foi morto pelos Kaiabi e dá nome à essa micro-região. Posteriormente esse lugar serviu de base para o estabelecimento da atual aldeia Lageirinha, habitada por Albertino e sua família. Ainda na margem direita do Teles Pires, o cacique Kaipá, que foi para o Xingu em conseqüência da morte de seus parentes, num período posterior à demarcação da área, morava com sua família, numa aldeia situada um pouco abaixo do “Lago do Kaipá” (A31). De acordo com Atú, essa aldeia já havia sido anteriormente habitada por Kupekani perto da mata ali próxima chamada de *myrricy’nyp*, em razão da grande quantidade de um tipo de cipó navalha. Meaute’e, recém chegado com sua família do Xingu, abriu (em 2007) a aldeia Tukumã exatamente sobre a clareira anteriormente ocupada por seu tio Kaipá. Segundo relata Frederico Oliveira, na oportunidade em que visitou o primeiro acampamento de Meaute’e, quando esse mostrava suas roças de mandioca, foi verificada a existência dos esteios de madeira (itaubeira) da casa principal, a qual possuía estilo arredondado usado antigamente. Meaute’e ainda mostrou uma mangueira, também relacionada à antiga aldeia de seu tio. Segundo o próprio Kaipá no Xingu, de acordo com o costume dos Kaiabi, ele havia enterrado dentro dessa moradia quase todos seus parentes que morreram por causa do sarampo.

Continuando rio acima, existe um aglomerado de aldeias nas proximidades do Morro do Jabuti. Em duas ilhas situadas em frente à entrada para o lago, havia duas aldeias que foram habitadas por Xupé e sua família (A32, A33). Segundo Xupé, tratavam-se de aldeias grandes, em que muitos Kaiabi estão enterrados, o que confere maior força afetiva a esse lugar. Inclusive, Tamanaú e outros velhos do Xingu, quando fazem referência a seus parentes mortos que ficaram no Teles Pires, apontam invariavelmente o Jabuti. Na entrada da lagoa existia uma aldeia menor (A34), assim como outra em suas margens (A35), esta habitada pela família do finado Jurupanau’á. Segundo Frederico, nas caminhadas que realizou com os Kaiabi pelos locais de antigas aldeias ao redor do lago, foram observados alguns pés de manga e laranja.

Acima da “Lagoa São Benedito”, onde esteve instalada por quase duas décadas a Mineração São Benedito, existe a micro-região *jasi’uok* que levava o mesmo nome dessa lagoa, fazendo referência à grande quantidade de carapanãs ali existentes.

²⁸ Numa rápida visita a essa moradia antiga de seu André, pude observar algumas mangueiras.

Havia duas aldeias praticamente uma em frente à outra (A36, A37), conhecidas como aldeias do Remanso, a primeira situada onde foi aberta a pista de pouso que era alugada aos garimpeiros, um pouco abaixo da foz do rio São Benedito. No idioma Kaiabi as duas aldeias eram indicadas pelo nome de *y'jewyruu*, se referindo a um lugar do rio em que a água fica rodando. Atú conta que chegou a morar quando era jovem, na aldeia maior, que ficava do lado de Mato Grosso. Quando a empresa mineradora chegou ao Teles Pires, os Kaiabi já não moravam mais nessas aldeias. Atualmente a aldeia Coelho está fundada um pouco abaixo desse remanso. No rio Teles Pires, em uma ilha um pouco acima (ao sul) da antiga sede da Mineração, o cacique Kaipá também morou antes de ir para o Xingu (A38).

Nas proximidades da atual aldeia Kururuzinho, Manekú e sua família tinham aldeia num lugar ainda conhecido como “Tapera Velha” (*pirapewyi*) (A39), onde seu filho João possui uma roça. Foi ali que os Kaiabi se aglutinaram após a transferência para o Xingu buscando se reorganizarem após muitas mortes por doenças e a chegada dos garimpeiros. Praticamente em frente à aldeia Kururuzinho José Kaiabi afirma ter nascido numa pequena aldeia familiar (*opevu'y*) (A40) localizada numa ilha. Descendo até a cachoeira do Pacu temos ainda uma aldeia que foi habitada por seu Fernando após a chegada da FUNAI, chamada de *y'wantã* (A41)²⁹. Na ilha do Caititu, bem próximo à cachoeira Rasteira, Xupé chegou a morar (A42) antes de estabelecer aldeia no Jabuti. Por fim devemos destacar que abaixo da cachoeira Rasteira, os Kaiabi fizeram referência apenas ao antigo Posto Kayabi (A43), que hoje é habitado em sua maioria por índios Munduruku. Portanto, o mapa das aldeias antigas mostra que os rastros de outrora, deixados por seus antepassados, são em grande medida seguidos no presente, indicando que a região narrada e habitada pelos Kaiabi tem de fato essa cachoeira como espécie de limite imaginário. Inclusive, toda essa micro-região abaixo da Rasteira recebe o nome de *ywykga'í* (lugar da mangaba), já evidenciando a predominância da vegetação que não agrada os Kaiabi de campos e cerrados.

4.2 Caça

As atividades de caça praticadas pelos Kaiabi gozam de um estatuto que ultrapassa o objetivo primário de obtenção de carne ou de estabelecer uma segurança alimentar em termos de fonte de proteínas. Na concepção social acionada pelos Kaiabi a fim de se definirem em relação aos outros grupos humanos e pelo valor concedido à guerra,

²⁹ Stuchi (2010: 178) destacou a quantidade e diversidade de plantas introduzidas ainda existentes, indicando o abandono relativamente recente dessa aldeia por seu Fernando (2009: 178).

eles são antes de tudo caçadores. Tornar-se um caçador significa conquistar um nível fundamental para os homens, na escala que determina as etapas a serem alcançadas no ciclo de vida de um indivíduo que deseja ser um guerreiro. Desde cedo as crianças já brincam com arcos menores e armas de madeira feitos por seus pais e avós. A caça está associada diretamente aos mecanismos de pacificação do Outro, afirmação da humanidade do grupo, organização e controle social numa aldeia Kaiabi.

A caça é uma atividade essencialmente masculina e a uma mulher é estritamente proibido manusear um arco ou uma arma de fogo. Segundo os homens, quando uma mulher toca em algum de seus instrumentos de caça, alguma coisa ruim acaba acontecendo na caçada. Contudo, são as mulheres que limpam a caça e escolhem as partes a serem distribuídas para seus parentes ou vizinhos mais próximos, fazendo circular uma série de obrigações sociais. Dado que os Kaiabi não realizam mais o costume da reclusão para marcar a passagem da adolescência para a vida adulta, o jovem passa a desempenhar certas responsabilidades dessa etapa (como de prover alimentos para sua família), quando começa a acompanhar nas caçadas seu pai, irmãos mais velhos, primos e tios. Conforme mencionado pelos Kaiabi, desde a idade em que uma criança é capaz suportar o disparo da espingarda ela é iniciada no universo de conhecimentos que abarcam a atividade de caça. É nesse momento que os jovens Kaiabi começam a conhecer na prática o ambiente em que vivem, os lugares diante dos quais estabelecem algum tipo de controle e as formas apropriadas de se relacionarem com sua região. Conhecer o relevo, a hidrografia, a vegetação os nomes dos lugares e os hábitos dos animais (locais onde comem, bebem, dormem, se refugiam e reproduzem, etc.) é fundamental para o sucesso do caçador. É importante, também, reconhecer várias informações sobre a caça por meio dos rastros, como as últimas ações realizadas pelo animal, seu tamanho, a espécie e a distância em que se encontra do caçador. O conjunto dessas informações permite não apenas a formação do caçador enquanto indivíduo social preparado para se casar e sustentar uma família, mas também propicia aos homens a noção espacial que compõe os mapas mentais vividos, narrados e caminhados dos Kaiabi.

Dependendo do objetivo, do lugar e da presa a ser perseguida, as caçadas podem ser realizadas individualmente, com algum parente ou ainda de forma coletiva. Na realidade as caçadas podem ter início a qualquer momento, pois sempre que saem de suas aldeias, seja pela razão que for, os Kaiabi levam consigo suas espingardas e navegam ou caminham sempre perscrutando o mato ao redor. Quando se dirigem a locais considerados mais perigosos, principalmente quando vão caçar animais de maior porte como porcos do mato e anta, ou num lugar de ocorrência reconhecida onças, é comum os Kaiabi reunirem um grupo de caçadores. Quando em grupo

abatem um animal de menor porte, aquele que viu primeiro tem o direito de ficar com a caça. Sendo a caçada diurna, saem de manhã e seguem uma direção previamente combinada com os demais homens, podendo cada um escolher o seu caminho de caça. Os Kaiabi não fazem normalmente piques de caça, pois procuram caçar mais nas proximidades dos rios e aldeias, não adentrando demasiado na floresta. Nesse empreendimento percorrem distâncias que não chegam a superar 10 km, a partir do ponto de entrada na floresta. Em geral, utilizam a técnica de “caça a curso”, em que seguem caminhando e emitindo sons de animais para poderem se localizar à medida que vão adentrando na floresta. Essa entrada pode ser logo após as roças que circundam suas casas, ou navegam um trecho, até chegarem a um local que sirva de ponto de entrada, sendo freqüentemente uma capoeira ou locais de habitações antigas. Se a caça ocorrer no período da seca, em pontos mais distantes, o afastamento será a partir do local de acampamento. Os locais de acampamento são os mais variados, preferindo pontos mais próximos a um curso d’água, e que podem ser determinados por objetivos de coleta, como a coleta do ovo de tracajá, ovo de tartaruga ou frutas nativas. Nas caçadas noturnas, é comum fazerem a “caça de espera”, quando caminham sempre juntos, já com um lugar pré-determinado e vão em busca da presa, baseados em seus hábitos alimentares, onde ficam aguardando em cima de árvores por sua chegada. No passado, quando estavam inseridos no comércio de peles de felinos, os Kaiabi tinham por costume caçar com armadilhas, para não danificarem as peles com os disparos de armas de fogo, mas atualmente abandonaram essa prática. Também não caçam com cachorros, pois segundo eles este animal faz muito barulho e acaba afastando a caça.

Durante as entrevistas e oficinas, realizadas por Frederico Oliveira, os Kaiabi fizeram referência aos seguintes animais mamíferos caçados para alimentação: anta, porco do mato (queixada e caititu), veado (da capoeira, roxo e mateiro), macaco (prego, aranha, zogue-zogue, coatá, cuxiu, guariba e bugio), paca, tatu (canastra e galinha), coati, cotia, capivara. Caçam ainda alguns animais com o propósito específico de obter prestígio, provando coragem e retirando seus dentes para servir de troféus e enfeites como: onça (preta, parda e pintada), jaguatirica e outros tipos de macaco. Aqueles que se destacam na primeira categoria de caça entre os mamíferos são os porcos do mato, o veado e a anta. Seguindo o mito de Tuiararé, da criação dos animais (comestíveis e não comestíveis), os Kaiabi não comem em hipótese alguma a carne de jacaré, tamanduá, ariranha, lontra, cigana e saracura. Caçam também diversas aves, para obter carne e penas. O mutum (castanha e carijó) é reconhecidamente a ave de caça preferida. Em seguida temos o nambu, macuco, gavião, jacamim, galeguinha, pato, jacu, socó, tucano, arara e papagaio. Esses três últimos têm mais utilidade no artesanato, pois os índios utilizam suas penas e plumas

na confecção de enfeites e flechas. No passado costumavam capturar o gavião real e criá-lo em gaiolas para obterem suas penas. No Teles Pires esse costume foi abolido, mas na aldeia Capivara, no Xingu, a captura desse animal, para essa finalidade, ainda pode ser observada.

No momento de fazerem a relação entre a caça e o lugar onde pode ser encontrada com maior facilidade, os Kaiabi manifestaram uma tendência a se referirem primeiramente ao nome ou localização do lugar, em seguida indicando o micro-ambiente (quando era o caso) e por fim qual(is) animal(is) têm por hábito freqüentá-lo. De acordo com José Kaiabi é esta a maneira como eles se expressam na língua. Os principais pontos inseridos no mapa pelos Kaiabi dizem respeito aos cursos d'água com maior incidência de caça, capoeiras, "ilhas de recursos" e barreiros, comumente associados às chamadas "caças grandes". Ainda cabe ressaltar que as informações estavam com freqüência associadas às proximidades da aldeia em que vivem e foram se irradiando para outros pontos da Terra Indígena. Foi, então, seguindo essa referência, tomando a aldeia Kururuzinho como referência, que foi feita a descrição do mapa de caça elaborado juntamente com os Kaiabi do Teles Pires (Anexo 1.11).

Nas proximidades da aldeia Kururuzinho os Kaiabi costumam caçar nas imediações da roça atual de João Kaiabi, inserida numa grande área da capoeira, onde se localizava no passado a antiga aldeia de seu pai Manekú. Ali os Kaiabi identificam como lugar propício para encontrarem porcos, cotia, mutum, macaco e outros tipos de aves que vem se alimentar dos tubérculos e também de árvores frutíferas. Um pouco mais próximo à pista de pouso da aldeia existe um patauazal que também é visitado com freqüência em busca de macacos e porcos. Descendo um pouco mais o Teles Pires, bem próximo à aldeia de seu Fernando (aldeia Minhocal) se encontra um pequeno barreiro que os Kaiabi podem abater antas nas proximidades do Kururuzinho. Bem em frente a aldeia Minhocal, os Kaiabi também costumam caçar seguindo o Igarapé Piranha Preta. Subindo um pouco mais o rio até a aldeia Dinossauro é possível encontrar nos fundos da clareira aberta por José Kaiabi um barreiro em que os Kaiabi têm o costume de fazer caça em espera, principalmente durante a noite.

Em primeira instância, os barreiros são acionados pelos Kaiabi como bom lugar de caça, pois terminam por reunir, em períodos diferentes do dia e num espaço restrito, uma ampla rede trófica de potenciais animais de caça, em que os Kaiabi também estão incluídos. Os barreiros são áreas de depressões, com reduzida cobertura vegetal e solos úmidos, procurados por muitos animais. O consumo de solo nestes locais é reconhecido para várias espécies de animais em diversas áreas da Amazônia, sugerindo que sejam importantes componentes do hábitat desses organismos.

Animais como a queixada, o caititu, o veado, o macaco bugio, a cutia, o mutum e outros tipos de aves têm por costume freqüentar os barreiros para se alimentarem de seu solo, rico em sais minerais. Os Kaiabi indicaram a presença de todos esses animais, mas também foram enfáticos em afirmar que a anta é quem mais freqüenta os barreiros e, logo, é em busca desse animal que se deslocam até esses micro-ambientes, ficando também satisfeitos se conseguirem abater os animais menores já mencionados. Pela mesma razão que os Kaiabi, as onças e jaguatiricas também estão sempre atentas às movimentações nos barreiros em busca de alguma presa mais distraída. Nesse sentido, os Kaiabi admitem que devem tomar cuidado ao se aproximarem dos barreiros, pois podem rapidamente passar da condição de caçadores à categoria de caça.

Os dois pontos preferidos de caça, contudo, se encontram um pouco mais distantes do Kururuzinho e são preferencialmente visitados na época do verão. Subindo o rio Teles Pires, acima da aldeia Dinossauro, foram dadas algumas indicações a respeito da importância que o Morro do Jabuti possui para os Kaiabi. Pela presença de buritizais, patauzais e castanhais, além de manchas de terra preta, os Kaiabi indicam o Morro do Jabuti como a mais importante ilha de recursos e o melhor lugar para se caçar porcos em toda a Terra Indígena. Segundo Awoé: *“aqui a gente sente mesmo a presença dos nossos parentes que morreram e a gente sempre pede eles pra ajudar a encontrar caça”*. Conhecendo muito bem as técnicas de caça, percebem à distância o odor inconfundível de uma vara, rastreiam com facilidade os caminhos deixados pelos porcos e cercam o grupo, atirando somente na direção em que estão sendo encurralados. Por estar inserido na área requerida pela empresa BRSCAN, o Morro do Jabuti vem sendo motivo de muitos desentendimentos, pois a empresa exige que os Kaiabi peçam autorização toda vez que ali entrarem, mas eles se negam a cumprir essa determinação, pois segundo Atú: *“eu não preciso pedir autorização pra entrar num lugar que é nosso”*.

Outro lugar constantemente apontado como próprio para caça é o rio Santa Rosa, que assim como o Morro do Jabuti, encontra-se na área ocupada pela BRSCAN e gera o mesmo tipo de complicações para os Kaiabi. No período diurno, se dirigem ao rio Santa Rosa prioritariamente com o propósito de pescar matrinhãs e pacus. Não é por acaso que este rio recebe o nome de rio do matrinhã (*piavu’y*), contudo não é incomum abaterem um anta fazendo a travessia ou mutuns e jacus na beira do rio, que se alimentam de frutas.

Mais acima um pouco do Morro do Jabuti, os Kaiabi também exploram, o rio Cururuzinho (estado do Pará) e o rio Ximari (estado de Mato Grosso) com o propósito

de obter caça. Segundo as histórias narradas por Atú, é na cabeceira do Cururuzinho que vive a mãe de todos os animais da floresta e de lá nascem e se espalham todos os animais. Na prática, este o rio mais procurado para caça no período das cheias, sendo conhecido como melhor lugar para se caçar macacos, que se alimentam nas beiras, repletas de árvores frutíferas como inajá e ingá. Também durante a noite, quando a lua se põe, vão em busca de pacas, que são encontradas se movimentando nos barrancos desse rio. Além de ser uma carne muito apreciada, os Kaiabi atribuem capacidades medicinais ao fel (bílis) da paca, que segundo me disse Atú é utilizado para “puxar espinho” e para tirar inflamação do estômago. No verão o Cururuzinho é mais procurado pelos moradores das aldeias Tukumã e Lageirinha. Na micro-região conhecida como Kaipá, os Kaiabi indicam capoeiras antigas como locais propícios para encontrar animais de menor porte. Recentemente numa expedição que os Kaiabi realizaram para fiscalizar a reserva, encontraram num afluente do Cururuzinho, chamado de Cururu-mirim, um barreiro, que segundo eles é do tamanho de dois campos de futebol. Segundo João: *“lá parece que você tá andando num curral, tem anta que não acaba mais, é igual boi e tudo mansinha, você pode matar escolhendo”*. Contudo, esse barreiro fica num ponto da Terra Indígena dominado por um grupo de pequenos posseiros que já ameaçaram os Kaiabi em algumas ocasiões, logo, não é um lugar que podem freqüentar com regularidade.

O rio Ximari localizado no complexo de morros que compõem a micro-região do Morro Jabuti é utilizado raramente pelos moradores do Kururuzinho para caçar porcos do mato. Segundo Atú, as cabeceiras do Ximari eram muito freqüentadas no passado por seus antepassados. Atú ainda menciona a existência de um caminho que os mais velhos utilizavam para visitar seus parentes no rio dos Peixes, que se iniciava um pouco acima do salto. Com relação aos usos atuais do Ximari, quem mais destacou esse lugar, como ponto de caça, foram os familiares de Valdir, que fundou recentemente uma aldeia nesse rio, também com propósitos de fiscalizar as invasões. Assim, apesar do potencial de caça do rio Ximari e pela ocorrência de pelo menos três capoeiras antigas, ainda é pouco utilizado pelos Kaiabi, principalmente em razão da distância para a aldeia Kururuzinho.

São observados, ainda, outros pontos assinalados no mapa, que indicam lugares com razoável potencial de caça, mas que tanto pela distância como pela inserção em zonas de risco vêm sendo utilizados pelos Kaiabi de forma limitada. Há que se destacar o igarapé da Anta, afluente do rio São Benedito, que tem início num lago cristalino. Os Kaiabi comentam que na época da seringa era um dos pontos mais visitados pelos caçadores, mas que hoje se encontra na “propriedade” de um dos invasores. Sobre esse lugar Kuruné comenta que: *“aquele é um lugar muito bonito,*

que eu ia muito com meu irmão pra gente matar anta, hoje eu não sei como é que tá, pelo jeito já deve estar tudo acabado”. Também comentam a respeito do Tabuleiro (primeiro acampamento dos seringueiros), no rio Teles Pires mesmo, um pouco abaixo da foz do rio Apiacás, como um lugar abundante de queixadas, que atualmente se encontra ocupado por uma beiradeira chamada Norberta.

4.3 Pesca

Se a caça está mais voltada para as obrigações recíprocas entre as famílias extensas, reforçando a afirmação dos Kaiabi enquanto grupo autônomo em suas relações dentro e fora da aldeia, a pesca se constitui como uma atividade direcionada para fazer fluir certos compromissos no seio da família nuclear. No passado, a família nuclear sempre esteve subordinada às regulamentações da família extensa, assim como a pesca tinha importância menor do que a caça. Segundo Atú, antes dos Kaiabi encontrarem os seringueiros, suas aldeias se localizavam nas cabeceiras de igarapés que não secavam. *“Antes a gente só comia desses peixinho pequeno, a gente nem conhecia esses peixes de couro que a gente come hoje que nem jaú e pirarara”*. Pela forte tradição guerreira, além das dificuldades no acesso aos peixes, as carnes de caça sempre dominaram a preferência alimentar dos Kaiabi. Além disso, o caçador e o guerreiro estavam sempre na linha de frente para a afirmação étnica e territorial do grupo, visando também prover seu grupo familiar de alimentos e cabeças de humanos para as grandes celebrações da índole guerreira do povo Kaiabi, simbolizadas de diversas maneiras pelo ritual *Jowosi*. Contudo, esta relação parece ter se invertido ao longo dos anos. Após a sedentarização das aldeias em razão dos contatos mais intensivos com os seringueiros e da política de terras do estado brasileiro, somada às proibições e constrangimentos de matarem outros humanos, os Kaiabi passaram a conceder à pesca um valor maior até do que à caça, em suas atividades diárias e em sua dieta. Após a mudança de suas aldeias para as margens do rio Teles Pires, também aprenderam a usar linhas de náilon e anzóis, além das principais técnicas relacionadas aos tipos específicos de peixes. Principalmente em função dos relacionamentos com a territorialidade dos seringueiros, que incentivavam as famílias nucleares a se organizarem para coletarem seringa, além das dificuldades que os homens Kaiabi enfrentavam em deixar suas famílias desprotegidas, ao saírem para caçar, que se explica proeminência da pesca nos últimos anos. Desse modo, a atividade pesqueira se adequava de modo mais apropriado à vida no seringal do que as jornadas de caça, que poderiam tomar alguns dias de caminhada. Apesar de não viverem mais juntamente com a territorialidade do seringal, a fixação das aldeias proposta pela atual política indigenista, parece também combinar melhor com a pesca do que com a caça. Pode-se então concluir,

que a família nuclear é a unidade social mais forte entre os Kaiabi do Teles Pires³⁰ e o peixe juntamente com a farinha de mandioca brava se constitui atualmente na segurança alimentar e fonte garantida de proteína das aldeias.

A despeito de ser uma atividade eminentemente masculina, a pesca também conta com a presença das mulheres e assim como a caça também serve como importante instrumento de ligação afetiva, conhecimento e fiscalização da região do Baixo Teles Pires. Os mais novos, desde a idade mais tenra, já brincam com anzol e linha nos portos das aldeias, se sentindo bastante orgulhosos em capturar iscas de peixes menores para os mais velhos realizarem suas pescarias. Além disso, várias outras atividades que os Kaiabi realizam na Terra Indígena têm origem na pescaria, tais como: visitar parentes em outras aldeias, coletar frutas ou sementes, caçar e fiscalizar as invasões.

Com relação à distribuição do alimento, normalmente os pescadores deixam os peixes no porto para as mulheres limparem e prepararem. Se a quantidade de peixes for mais do que suficiente para alimentar uma família nuclear, os parentes mais próximos também são convidados para comer. Desse modo não existem maiores segredos quanto ao padrão de distribuição. Os peixes que não são consumidos no mesmo dia são deixados moqueando na brasa fumegante por mais dois ou três dias, quando são dados aos cachorros e outras criações. Quando a pesca é muito farta ou quando vários pescadores saem com a finalidade de pescar muitos peixes seja para uma comemoração ou para alimentar aqueles que estão fazendo trabalhos para a comunidade, sempre é o cacique quem deve organizar o direcionamento dos peixes.

A pesca é realizada pelos Kaiabi durante todo o ano, contudo ao longo do verão em que os rios estão mais baixos e a água mais clara, esta atividade é facilitada, sendo possível percorrer distâncias maiores. Os Kaiabi se aproveitam do período de seca para saírem com as famílias conhecendo seu ambiente, contando histórias aos mais novos, coletando ovos de tracajá, sementes, frutas e pescando em locais mais afastados das aldeias em que vivem. Nessa época as aldeias ficam praticamente desocupadas, principalmente nos meses de agosto e setembro. Segundo Machado: *“tem a época em que nós saímos da aldeia e vamos para as praias. Esse é um costume que a gente tem faz muito tempo, só que agora por causa da escola não dá pra ficar muitos dias. Nós passamos uma ou duas semanas nas praias e voltamos para*

³⁰ Em relação a essa mudança da pessoa Kaiabi, me parece pertinente propor uma aproximação com as concepções de Marcel Mauss sobre a noção de “eu”. Entendo que em função das sobreposições de cosmografias de diversas frentes econômicas, a pessoa Kaiabi foi com o tempo se tornando mais individualizada e menos ligada ao seu papel desempenhado nos relacionamentos e obrigações impostas pela família extensa.

casa. Essa é uma época em que estamos tirando sementes; isso também é uma aprendizagem para os jovens, porque eles aprendem a pescar, a fazer acampamentos e a coletar as sementes que usamos nas roças e no nosso artesanato". No inverno, as dificuldades em conseguirem peixes maiores aumentam e costumam os Kaiabi pescarem mais no Teles Pires, nas proximidades da aldeia ou em igapós que se formam ao longo da margem do rio.

Os Kaiabi também estabelecem uma nítida diferenciação entre peixes de couro, peixes de escama e animais de casco duro, ainda que todos estejam inseridos na categoria de animais de pesca. A arraia é o único que não comem e está diretamente associada à má sorte do pescador. Dentre os animais de pesca, presenciados durante o trabalho de campo, acompanhando suas pescarias e aqueles destacados pelos Kaiabi temos: tracajá, matrinchã, pacu, piau, jundiá, piranambu, jaú, piraíba, pirarara, peixe-cachorro, bicuda, kuiu-kuiu, traíra, abotoado, curimatá, trairão, piranha (branca, preta, vermelha), jundiá, tambaqui, pacu (borracha, ferrugem, - açu,), bagre, acari, corvina, tucunaré, barbado, pintado (surubim), cachara, bodó, tartaruga, peixe elétrico. No caso da corvina e do peixe elétrico, os Kaiabi ainda aproveitam seus otólitos para confeccionarem pequenas figuras zoomórficas a serem usadas como pingentes.

Para apanharem esses animais, especialmente os peixes, empregam algumas técnicas e iscas que são mais eficazes conforme o período do ano. Observando o comportamento dos peixes, o lugar e o tipo de alimentação preferida, procuram aplicar a técnica mais adequada. Antes utilizavam o timbó, mas em razão da grande mortandade de peixes pequenos que não eram aproveitados, os Kaiabi afirmam que não vêm empregando mais esse tipo de técnica. A pesca com linha, chumbada e anzol certamente é a técnica mais difundida, principalmente pelo baixo custo e maior eficiência para pesca em águas rasas ou fundas. Além disso, certos peixes exigem do pescador maior sensibilidade no momento em que mordem a isca, além dos maiores demandarem força e paciência para poderem retirá-los da água. A preferência é dada às primeiras horas do dia ou ao fim da tarde, para evitarem o forte calor, os piuns e também as piranhas. Alguns homens que têm renda própria possuem molinetes e iscas artificiais utilizadas principalmente para a pesca de tucunarés e matrinchãs. No inverno, costumam pescar pacus, com varas de bambu debaixo das árvores frutíferas na beira do rio. A zagaia e a flecha ainda são utilizadas em águas mais rasas e límpidas ou no caso daqueles peixes que não físgam o anzol, como o bodó (cascudo) comumente encontrado nas cachoeiras (Anexo 1.12).

Assim como fizeram com o mapa da caça, os Kaiabi marcaram no mapa de pesca os lugares mais procurados, em seguida descrevendo os tipos de peixes que ali podiam ser encontrados. O Teles Pires foi reconhecido como principal rio para se pescar peixes de couro e tracajás, por sua maior profundidade. Apesar de já ter se recuperado consideravelmente dos resíduos tóxicos deixados pelo garimpo, o Teles Pires ainda apresenta águas impróprias para o consumo. Embora os Kaiabi evitem de beber a água desse rio, afirmam que por razões práticas é o lugar mais próximo preferido de pegar peixe. A fim de apanharem peixes menores, principalmente o piau, os Kaiabi exploram o igarapé Piranha Preta, localizado em frente à aldeia Minhocal, do lado de Mato Grosso.

A partir do relacionamento rotineiro com o Teles Pires, os Kaiabi conhecem certos lugares que são mais propícios de pescarem determinados tipos de peixes, havendo um consenso maior quanto às praias e remansos. O Lago do Jabuti, juntamente com o Lago do Kaipá (próximo à aldeia Tukumã) foram constantemente mencionados como referências para pesca de tucunaré. Contudo, cada família tem suas experiências e percepções particulares, não havendo nenhuma unanimidade a respeito dos pontos específicos no curso do Teles Pires. Os Kaiabi em suas pescarias saem normalmente sem destino determinado, mas quando vêm um lugar que lhes parece apropriado param o barco e jogam suas linhas. Sobre esse caráter errante das pescarias, Arlindo comenta que: *“não existe lugar certo que a gente vai no Teles Pires, cada um conhece um lugar bom, ou poço em que a água é mais funda, aí a gente vai ver como está de peixe. Se não estiver muito bom, ou estiver dando muita piranha a gente vai pra outro lugar”*. Desse modo, a única regularidade que existe na pesca no Teles Pires é a porção do rio utilizada por aqueles que vivem nas aldeias Kururuzinho, Dinossauro, Lageirinha e Minhocal, que vai desde o Lago do Jabuti até a cachoeira Rasteira. Os habitantes das outras aldeias costumam subir um pouco mais o Teles Pires, até a foz do rio Apiacás. Os pontos do Teles Pires assinalados para coleta de ovos de tracajá foram a cachoeira do Pacu e a micro-região da Mineração.

Dois outros rios mais visitados no verão e com destacada importância de pesca para os Kaiabi são o rio Cururuzinho e o rio Santa Rosa. No passado, havia aldeias Kaiabi até bem próximo das cabeceiras do rio Cururuzinho e José Kaiabi mesmo conta que já habitou em três aldeias no curso desse rio, anos antes da fundação do atual Posto Kayabi. Segundo José, hoje em dia os Kaiabi têm por costume subir esse rio apenas até sua quarta cachoeira, conhecida como cachoeira da Varanda. O Cururuzinho forma algumas praias durante o auge do verão, que são pontos garantidos de coleta de ovos de tracajá. Além disso, peixes de couro, em particular o pintado e a cachara são facilmente encontrados. Em frente à foz do Cururuzinho, na outra margem do

Teles Pires, num lugar chamado de *ypenem*, é um ponto recomendado para a pesca do jundiá. Em pontos mais rasos, peixes como corvina, curimatá e o piau podem ser pescados. Em suas corredeiras, os Kaiabi param o barco nas margens e pescam pacus ou ainda bodós que se alimentam nas pedras. Quando saem a noite para pescar esse rio é o rio mais procurado.

José comenta que o Cururuzinho é um rio sagrado para os Kaiabi e vem sendo constantemente explorado por pescadores predatórios que quando abordados pelos índios não manifestam o menor constrangimento. Além disso, as três pousadas de pesca esportiva que atuam dentro da Terra Indígena vêm disputando ativamente o direito de poderem levar seus turistas nesse rio. Até as duas primeiras cachoeiras, suas águas são cristalinas podendo-se avistar com facilidade os pintados, pirararas e arraias se movimentando calmamente debaixo da voadeira. As palmeiras de açáí, inajá e buriti são uma constante companhia no curso do rio. Subindo a terceira cachoeira, as corredeiras formam, juntamente com a cor azul esverdeada que a água toma com luminosidade do sol, um cenário impressionante.

O rio Santa Rosa é freqüentado com regularidade pelos Kaiabi, em grupos maiores e com o propósito principal de trazerem para a aldeia grande quantidade de matrinchãs e pacus. De modo geral, as pescarias neste rio costumam voltar com a voadeira cheia de peixes. Peixes de couro não são encontrados, sobretudo devido à pouca profundidade desse rio. A técnica empregada pelos Kaiabi ao pescarem no Santa Rosa consiste em subir o rio por pelo menos uma hora, até que desligam o motor e deixam o barco descer seguindo suavemente o fluxo da correnteza. O piloto fica com um remo na popa, assegurando-se que o barco siga pelo meio do rio. Enquanto isso, pelo menos três pescadores lançam e retiram rapidamente suas linhas, bem próximas à beira do rio com o objetivo de capturarem os peixes que se alimentam do lodo nas pedras e frutas que caem nas margens. Diferentemente das pescas em espera, quando as linhas são jogadas no fundo do rio e fica-se aguardando a mordida do peixe, nesse caso os matrinchãs principalmente, são apanhados como peixes de fígada rápida, que ficam próximos à superfície. Cabe ainda mencionar, que assim como o Cururuzinho, o rio Santa Rosa é bastante procurado por pescadores de pesca esportiva. Freqüentemente se encontram embarcações de turistas no curso desse rio.

Os rios Ximari, São Benedito e Apiacás também apresentam importante potencial de pesca, sendo mais utilizados pelos moradores das aldeias Coelho, Ximari e São Benedito. A vantagem dos habitantes dessas aldeias é que não precisam se deslocar muito para terem acesso aos ovos de tracajá e tartaruga, nos meses de agosto e

setembro. Isto porque todos esses rios formam praias em suas margens quando atingem o auge da vazante na estação seca. Principalmente o Ximari (até o salto) e o São Benedito são mais freqüentados em busca de tracajás, peixes de couro e também de bodós. O rio Apiacás, até pela distância das aldeias, é mais procurado, em razão dos ovos de tracajá e tartaruga.

Para concluir a descrição do mapa de pesca vale mencionar que outro aspecto que se sobressaiu na elaboração do mesmo é a percepção prática dos Kaiabi de que a diminuição de peixes e tracajás vem acontecendo de forma acentuada nos últimos anos, apesar de ainda não se configurar como uma ameaça à sua segurança alimentar. Nas imediações da aldeia Kururuzinho os Kaiabi reconhecem que o principal fator está relacionado ao adensamento populacional e aumento da pressão sobre os animais de pesca nos últimos anos. Essa é uma das razões que vem levando algumas famílias a abrirem aldeias em outros pontos da Terra Indígena. Também destacam a ação dos turistas de pesca esportiva, que mesmo soltando os peixes, muitos acabam morrendo ou não fígando mais o anzol. Contudo, os maiores responsáveis pela diminuição de peixes, apontados pelos Kaiabi, são os pescadores ilegais que mesmo no período da piracema pescam com malhadeira principalmente acima do rio Cururuzinho. Segundo João, o Cururu sempre vinha sendo o refúgio dos Kaiabi nas épocas mais difíceis, principalmente quando o garimpo havia inviabilizado a pesca no Teles Pires, mas segundo ele: *“até no Cururu às vezes você vai lá pescar e não pega nada”*. Desse modo, a visualização nos mapas de que as áreas de atuação de muitos pescadores (ilegais ou não) coincidem com os pontos de pesca freqüentados e valorizados pelos Kaiabi, vem servindo como um instrumento prático para o reconhecimento de um problema que vem se tornando mais preocupante nos últimos anos. Assim, um assunto que começou a surgir durante e após as reuniões de elaboração do mapa de pesca é a necessidade da inclusão dos tópicos “melhor distribuição das pescarias” e “maior controle dos pescadores externos” nas discussões comunitárias de planejamento e uso dos recursos de pesca da região do Baixo Teles Pires.

4.4 Coleta e extrativismo

Se a caça e a pesca estão mais associadas à movimentação e reconhecimento territorial dos Kaiabi, a coleta e o extrativismo de produtos da floresta se constituem como aquelas atividades que decisivamente estão vinculadas ao engajamento prático com seu ambiente. Ainda que o ambiente do Xingu tenha condições de proporcionar similaridades no que diz respeito aos animais de caça e pesca, as frutas e materiais que por muito tempo fazem parte do relacionamento que os Kaiabi constituem com o

ambiente em que vivem, somente podem ser encontrados satisfatoriamente no Teles Pires e no rio dos Peixes. É justamente a esse tipo de interação ecológica contextual que os mais velhos moradores do Xingu se referem constantemente, ao manifestar a falta que sentem da região do Baixo Teles Pires. Desse modo, vale ressaltar mais uma vez a importância desses elementos não apenas na composição da vida material dos Kaiabi, mas, sobretudo, na afirmação de um estilo de vida entre pessoas e ambiente, capaz de proporcionar as regularidades necessárias para que os Kaiabi sintam que estão habitando sua região, ao invés de estarem meramente ocupando um espaço inerte e desconectado de suas vidas.

Para melhor compreender a importância desses recursos cabe antes fazer uma breve recapitulação das questões legais que impedem os Kaiabi de acessarem de modo irrestrito o lado de Mato Grosso. Em seu baixo curso, o rio Teles Pires separa os estados de Mato Grosso e Pará. A área que os Kaiabi possuem demarcada desde 1976, contempla apenas terras inseridas no estado do Pará. Contudo, a ampliação da demarcação requerida com o relatório antropológico de Rodrigues (1994), já ratificada por uma portaria declaratória do Ministério da Justiça (2002), concede aos Kaiabi também direitos de usufruto de outras áreas utilizadas por seus ancestrais localizadas no estado de Mato Grosso. No entanto, uma considerável parcela dessas terras se encontra ocupada por fazendeiros, pecuaristas, madeireiros, pousadeiros e pequenos posseiros, que em muitos casos não admitem a presença dos Kaiabi. Diante da fala de Atú é possível já ter uma boa idéia de como os Kaiabi foram incitados a deixar o Mato Grosso³¹:

Para os Kaiabi que moram hoje nessa região, é mais importante o lado de Mato Grosso do que o lado do Pará, porque daquele lado até a boca do Apicás, é tudo “terra preta”. Nós morava tudinho daquele lado, antes a roça ficava tudo daquele lado. Lá no Morro do Jabuti, naquele capoeirão, tudo ali é terra preta. Banana dava da grossura dessa lata. Lá tem também muito daquela pedra de amolar machado. Lá na boca do Ximari, finado meu pai fez roça e lá tem aquele amendoim, amendoim cavalo que tapuim fala né, era dessa grossura a castanha do amendoim, mas por aqui não dá. Nós morava lá, mas depois nós atravessamos pra cá, você sabe como o branco é né. De primeiro, nós era besta pro branco, diziam que lá não

³¹ Entrevista retirada da tese de doutorado de Frederico Oliveira (2010).

era nosso município e que tinha que atravessar pra cá, aí nós atravessamos. Eles não ameaçavam não, só falavam que a gente tinha que vir pra cá aí a gente vinha. Nós ainda não tinha esse negócio de defender nossa terra e nossos direitos, aí falaram pra gente ficar dentro no nosso município, que é Jacareacanga, que ficava mais fácil de atender a gente, por causa da saúde, aí a gente atravessou pra cá. Mas a gente nunca se esqueceu daquela área, às vezes a gente ainda faz roça lá.

(Pergunto o que mais que tem de interessante para os Kaiabi daquele lado de lá?). Tem castanha, palha, pupunha pra fazer arco, inclusive, por baixo do Apiacás, perto do Tabuleiro, tem muito índio enterrado lá, porque quando eles vararam, pegaram muita doença de branco e foram enterrados ali. Morria era de doença mesmo, não era de branco matando não, porque o Elias, esse moço que pegou os índios, não deixava os brancos matar os índios. Quando os Villas-Boas vieram pra levar os índios pro Xingu, nós estava morando bem ali embaixo. Aí começaram a pegar os índios, o pessoal que era tudo besta levaram tudo. Nós achamos melhor ter ficado é por causa da castanha, porque lá não tem. Por isso que nós quer que demarca aquela área pra nós, porque a terra é muito boa, ali pra baixo de onde o Bocú mora (aldeia Sapezal) é tudo cerrado até pra baixo da Rasteira e a planta parece que não cresce direito. No Mato Grosso, do outro lado do rio, é tudo mato mesmo, até o Pontal. Por isso é que os fazendeiros, que não são bobos, estão de olho nas terras do lado de Mato Grosso. Pra cá não tem mogno, do lado de lá tem mogno, madeira boa, por isso que o pessoal está de olho. Lá no Jabuti tem três índios enterrados. Meu sogro foi enterrado no Lago Azul, bem pra baixo do rio Apiacás, o pai da Judite (esposa) tá enterrado lá, morreu de sarampo. No Lago Azul tem outro índio enterrado, lá pra aquele lado de cima tem muito índio enterrado, pra cá não tem muito não. Lá no Jabuti que meu tio Xupé morava. Na época que a gente andava lá no pé do salto Ximari, era a última aldeia, última aldeia.

(Pra que serve a terra para os Kaiabi?) A terra pro Kaiabi serve pra plantar mandioca, pra caçar, pra andar por aí, pra percurá comida e pra não perder a cultura da gente. Se a terra acabar a gente fica igual o branco mesmo. Aqui tem aquele arumã que faz peneira, lá no Xingu não tem o pau que usa pra fazer cesta. O pessoal vem do Xingu pra tirar aqui e levar pra lá. Não pode ser outra terra pra nós, porque é aqui que nós acha os material pra fazer as coisa da gente. Esse pedaço aqui até no Batelão é tudo material que a gente usava, tem pupunha brava, tem flecha. Material que tem lá no Batelão tem tudo aqui, mas pra cá não tem (no Pará). Esses lugar antigo, eu sei tudo onde fica, lá onde o Valdir tá fazendo a roça (aldeia Ximari), tem dois pé de mangueira, lá pros lado do Ximari. É lá que ele e família dele tá plantando roça. Eles tão procurando fazer roça em outro lugar, porque como eu falei, aqui a terra é muito fraca, aí eles tão procurando outro lugar pra eles plantar onde tem mais terra preta. Acho que no outro ano eles vão fazer roça pra aquele lado. Se demarcar a terra nós vai tudo pra aquele lado, porque é melhor.

Chama a atenção, a consciência de Atú de que se os Kaiabi perderem essa terra perdem a condição de habitantes que vêm mantendo ao longo dos anos e se transformam em ocupantes assim como os brancos. Pelo depoimento de Atú, os Kaiabi teriam sido mais uma vez ludibriados pela aparente boa fé dos primeiros ocupantes que estavam se estabelecendo no Teles Pires, antes ainda da chegada da FUNAI e da fundação mais recente do posto indígena. Desse modo, estabeleceram suas aldeias do lado do Pará, ainda explorando e fazendo roças em Mato Grosso. Contudo, com o passar dos anos foram gradualmente perdendo controle da parte mato-grossense, até que a demarcação de 1976 lhes concedeu apenas direitos relativos ao lado do Pará. Foi então a partir da década de 1990, que assessorados por seus parentes do Xingu (mais experientes em questões políticas), passaram a lutar pela terra que havia sido perdida, convencendo a FUNAI a enviar um grupo de trabalho em 1993, a fim de avaliar a legitimidade de suas reivindicações, para no ano seguinte propor a ampliação de suas terras.

Essa faixa de terras, constituída como o limite sul da Terra Indígena, é formada predominantemente por florestas do tipo *ka'áreté* e solos do tipo *ywywon* (terra preta), em contraposição com a margem direita, onde hoje se localiza a aldeia

Kururuzinho, em que prevalece uma vegetação de transição floresta/cerrado, áreas alagadas e o cerrado propriamente dito, ou campo (*jusing*) como os Kaiabi denominam, que se estende a norte, sobre a bacia do rio Cururuzinho, até a Serra do Cachimbo. São extensas as áreas alagadas nessa margem, o que limita o aproveitamento dos Kaiabi, cuja economia e o modo de vida estão fortemente integrados ao ecossistema florestal. Diante dos depoimentos de seu André, Kuruné e outros habitantes mais antigos, também ficou evidente a importância que os materiais encontrados majoritariamente do outro lado do rio tem para os Kaiabi. Qualificam aquela margem e a respectiva faixa territorial como seu “supermercado”, onde acessam não apenas alimentos e a terra para roças, mas também materiais de construção, remédios, matéria prima para confecção de variados instrumentos de trabalho e artesanato, além do fundamental valor simbólico e afetivo de muitos de seus sítios.

Ainda que a fala de Atú seja elucidativa a respeito do valor concedido ao lado de Mato Grosso, a proposta de reconhecer o poder das linhas em estabelecer ligações emocionais conectando lugares narrados e constituindo regiões, carece de uma aproximação mais próxima dos comportamentos diários dos Kaiabi em suas atividades de coleta e extrativismo, para irmos além do valor material proporcionado pelos materiais. Dito isso serão apresentadas as movimentações atuais que os Kaiabi realizam em sua região a fim de proporcionar mais um mapa capaz de legitimar o estilo de vida Kaiabi no Teles Pires (Anexo 1.13).

Os materiais da floresta são retirados e usados de diferentes maneiras, possuindo épocas específicas e, em alguns casos, técnicas próprias para serem extraídos. Nessa atividade, homens e mulheres estão envolvidos ativamente durante todo o ano. Apesar de poderem ser encontrados em praticamente toda a extensão da Terra Indígena, os produtos são explorados em certas épocas e, sobretudo em certos lugares já definidos, que os Kaiabi adquiriram o hábito de frequentar ao longo dos anos. Em muitas situações os Kaiabi mencionaram lugares de destaque dentro de terras invadidas por não índios, especificamente no estado de Mato Grosso. Nesse sentido, o mapa de coleta procura evidenciar, dentre outras coisas, que o outro lado esquerdo do rio Teles Pires não pode ser desvinculado das linhas de movimentação rotineiras que utilizam para se estabelecerem enquanto habitantes de sua região. Como pode ser notado no mapa produzido juntamente com os Kaiabi, os pontos marcados estão de acordo com o seu padrão de relacionamento com o ambiente, delimitando lugares de importância, que podem ser representados por meio de três categorias principais: 1) capoeiras (onde são retiradas mudas, plantas medicinais, frutas e sementes para artesanato e composição de novas roças), 2) castanhais e 3)

ilhas de recursos (em que são procuradas palmeiras, frutas, mel, arumã e espécies vegetais utilizadas para extrair óleos, fazer casas e arco). Haja vista que duas dessas três categorias coincidem com locais regularmente freqüentadas por animais de caça, não é de se estranhar que as áreas de coleta e extrativismo se sobreponham às de caça em muitas ocasiões.

A primeira capoeira a ser indicada pelos Kaiabi circunda a aldeia Kururuzinho e se estende até as proximidades da aldeia Minhocal. A maioria dos Kaiabi possuem roças nessa capoeira, que tem como limite leste a antiga roça de seu André e limite oeste a roça atual de João. Em razão do esgotamento da capacidade produtiva das roças do lado do Pará, pela predominância de terras pretas do lado de Mato de Grosso e a partir dos incentivos do Ministério Público para que os Kaiabi voltem a ocupar o outro lado do rio, a capoeira localizada exatamente em frente à aldeia, vem sendo utilizada gradualmente. Ali já possuem roça Atú, Awoé, Machado e Kuruné. Descendo o Teles Pires, no rio Santa Rosa, também existe uma capoeira normalmente procurada quando os Kaiabi saem para caçar nesse rio. Subindo o Teles Pires, do lado direito, José Kaiabi vem estabelecendo a aldeia Dinossauro sobre uma antiga capoeira que há muitos anos não vinha sendo explorada. Também a aldeia Tukumã, recentemente fundada por Meaute'e, na micro-região do Kaipá, está sobre uma capoeira antiga. No rio Ximari onde Valdir estabeleceu aldeia com o nome desse rio, foi assinalada a presença de outra capoeira em suas proximidades. Em frente à micro-região da mineração, onde Murici e Vitorino possuem roças e também na aldeia fundada por Kuruné e Eroit, no rio São Benedito, temos as duas últimas capoeiras reconhecidamente utilizadas pelos Kaiabi.

As frutas silvestres além de servirem como importante base alimentar, particularmente no período das chuvas, se afirmam como componentes chave na ligação que os Kaiabi nutrem em relação ao Teles Pires. As principais frutas coletadas nas capoeiras são: pajurá, jubá, cabeça de cigana, mamão do mato, sitiriwá (mão-de-cachorro), fruta-pão, api, mão-de-jabutí, pequi, murici, cacau do mato, café-de-macaco, pupunha, tucum, patauí, açáí. No passado derrubavam as palmeiras para retirarem seus frutos, mas recentemente os Kaiabi vêm escalando seus troncos, removendo apenas os cachos maduros e deixando a árvore em pé. Das frutas das palmeiras extraem a polpa mediante o uso do pilão para obterem o suco. Essa técnica é aplicada a diversos tipos de cocos também encontrados nas capoeiras: açáí, bacaba, patauí, buriti, tucum, inajá. Com o coco do inajá fazem também mingau, quando cozinham o coco que a seguir pilam para depois coarem na peneira com água.

Além dos sucos que obtêm dos frutos de algumas palmeiras, utilizam diversas partes para finalidades várias. Do inajá e do tucum utilizam o coco para confeccionarem colares. O coco do tucum ainda serve para a obtenção do óleo para alimento (este último é misturado ao urucum resultando num repelente de insetos); utilizam o coró (larva) que se desenvolve no coco que, assado ou frito é por eles ingerido (ou ainda serve de isca nas pescarias). Os índios comem também sua polpa; a folha é por eles utilizada para a fabricação de paneiro e a madeira resistente serve para fazerem bordunas. A paxiuba tem seu tronco aproveitado para fazer parede de pau-a-pique ou para montar um jirau e sua raiz, envolvida de espinhos, serve para ralar mandioca e castanha. Suas sementes são coletadas para confecção de colares. Apesar de também usarem do inajá para cobertura das casas, as folhas do babaçu são o principal item que os Kaiabi utilizam para esta finalidade³². De sua castanha obtêm um óleo semelhante ao extraído da castanha-do-brasil. A partir do laudo antropológico de Eugênio Wenzel (2005), Atú comenta que algumas plantas medicinais são encontradas nas capoeiras, tais como: *Hamany* (usada para banhar o doente e baixar a febre); *Muakanã* (raspam a casca dessa árvore, tiram o sumo e passa no local do corpo com dor); *Mu'ami* (raiz macerada, que ajuda a criança a ficar mais forte); *Ku'revemó* (encontram esse cipó nos dois lados do rio Teles Pires, usado para dar banho na criança para evitar picada de cobra)³³.

Dando continuidade às classificações assinaladas no mapa pelos Kaiabi, a respeito dos lugares de importância mais destacada para coleta, os castanhais ocupam um estatuto valorizado tanto no aspecto alimentar quanto no imaginário dos índios. À diferença das capoeiras, em que os Kaiabi visitam com o propósito de coletarem tipos diversificados de plantas, frutas e sementes, os castanhais são freqüentados, sobretudo, na época das chuvas (dezembro a fevereiro) com objetivo exclusivo de coletarem ouriços de castanha caídos, a serem utilizados gradualmente em sua composição alimentar. Dela extraem o leite para cozinhar carne de caça ou peixe, além de ser utilizado como ingrediente em mingau de vários tipos, incluindo o de milho. Seu óleo serve também para passarem em seus cabelos que com isso se conservam pretos, asseguram. Os índios misturam a castanha ralada com a massa de mandioca para produzir um tipo de bolo quebradiço, a exemplo do bolo canapé. Os Kaiabi também acrescentam a castanha ralada na tapioca ou como ingrediente em beiju. Além disso, viver nas proximidades de um castanhal e visitá-lo com regularidade, acompanhando a passagem do tempo através das mudanças do ciclo da

³² Pude observar que no Xingu predominam as casas cobertas com palha de inajá, até porque o babaçu dificilmente é encontrado no Parque.

³³ Conforme o relatório de Rodrigues (1994: 12), os índios utilizam outras plantas medicinais: castanha de arara para ataque, cipó amargo para diarreia, marupazinho para dor de barriga.

castanheira, fornece aos Kaiabi o sentimento de que estão vivendo em sua terra verdadeira. Atú mesmo comenta em sua fala anterior que esse foi um dos motivos principais que levou o grupo liderado por seu pai - que já havia caminhado pelo Xingu - a resistir à transferência incentivada pelos Villas-Boas, assumindo seriamente o risco de serem mortos por doenças ou pelos garimpeiros que estavam chegando.

Diferentemente do ambiente do Xingu em que raramente se avista uma castanheira solitária no meio do cerrado, a região do Baixo Teles Pires é composta por extensos castanhais, especialmente do lado de Mato Grosso. Um vasto castanhal se estende do Lago do Jabuti até a Cachoeira da Rasteira, seguindo a margem esquerda do Teles Pires. É nas bacias do Ximari, Piranha Preta e Santa Rosa onde coletam castanhas. Outros castanhais ainda foram apontados no Kaipá, também nas imediações da aldeia São Benedito, em frente à Mineração e no Tabuleiro (nas proximidades da foz do rio Apiacás).

Nos lugares classificados como ilhas de recursos, os Kaiabi encontram distintos aglomerados de produtos florestais. O Morro do Jabuti mais uma vez se destaca, como ampla fonte de produtos necessários à afirmação dos hábitos de relacionamento dos Kaiabi com o Teles Pires. Localizado em uma grande mancha de terra preta, este é sem dúvida o principal ponto de retirada de folhas de babaçu para cobertura das casas, da madeira da pupunha brava (siriva) usada na fabricação de arcos³⁴ e também de mel nativo. Além do mais, logo atrás do morro mais alto, coletam frutas silvestres, visitam regularmente um castanhal ali situado e também encontram a *jemejap*, pedra sagrada utilizada para amolar machados e facões. Grande parte da matéria prima usada para a confecção do artesanato feminino advém dessa faixa territorial. Espécies madeireiras como a itaúba e a carúba usadas como esteio das casas podem também ser encontradas em suas imediações. A copaíba, com propriedades de cicatrização e alívio da dor é explorada também no Morro do Jabuti. Em outra ilha de recursos, na altura da cachoeira do Pacu, do lado de Mato Grosso, também encontram a palha do babaçu, frutas nativas e pedra de amolar machado. Os rios Santa Rosa e o Cururuzinho foram apontados como importantes fontes de frutas, em especial o patauá, o açai, ingá e o buriti, que tem presença marcante ao longo de suas margens, além do cipó empregado na amarração das madeiras na construção da casa. O Santa Rosa possui também palha de babaçu e jenipapo usado nas pinturas corporais.

³⁴ Os Kaiabi a extraem também nas bacias do rio Ximari até seu salto, e no rio Apiakás. Encontram um pouco dessa madeira em terras paraenses na bacia do rio Cururu-açu.

Para finalizar esse mapa alguns pontos isolados de coleta de materiais apreciados devem ser mencionados, uma vez que são procurados com finalidades específicas. Particular ênfase deve ser dada aos flechais de taquari que são somente encontrados em áreas ocupadas por não índios, tais como: os campos alagados acima da foz do rio Apiacás, o salto do Ximari e também no afluente do rio Cururuzinho, conhecido como Cururu-mirim (próximo à base aérea do Cachimbo). No igarapé Piranha Preta encontram a cera utilizada para fixar as penas em flechas ou adornos. Um pouco acima da Rasteira as áreas de cerrado (*jusing*) são visitadas, principalmente no verão, em busca de frutas como a mangaba, o uxi e o pequi.

5 ELEMENTOS PARA REAVALIAÇÃO DE IMPACTOS E RESPECTIVOS LOCAIS DE VULNERABILIDADE

O capítulo cinco fecha este relatório a partir do estudo do conflito socioambiental relativo à Terra Indígena Kayabi, guiado pelos mapas elaborados sobre as invasões não indígenas. Sustentada em princípios da ecologia política e aliada à prática etnográfica, a análise se desenvolve seguindo as percepções territoriais dos principais envolvidos, buscando, acima de tudo, traçar de maneira mais abrangente a dinâmica socioeconômica da região, situando historicamente as perspectivas, demandas e estratégias com aspectos morais e identitários.

Os conflitos socioambientais em terras indígenas, via de regra, não possuem como causa primeira apenas uma disputa, relacionada a um único fato gerador ou contestações referentes a um recurso natural. Conflitos por recursos como água, madeira, minerais, caça e peixes podem ser elencados como elementos importantes a serem devidamente considerados num plano analítico mais específico. Contudo, para se alcançar um entendimento mais abrangente do conflito a terra foi considerada, aliás, a percepção territorial dos atores, seguida das lutas, em diversas escalas, pela afirmação de suas percepções particulares, como o componente sócio-natural chave e unificador para o estudo do conflito na Terra Indígena Kayabi. Trata-se, portanto, de um conflito de percepções, ou seja, uma disputa sobre a maneira mais adequada de compreender e interagir com a terra, fundada, especialmente, nos relacionamentos que os atores desempenham historicamente com o ambiente em que estão acostumados a viver.

A pesquisa etnográfica dos conflitos socioambientais, ancorada nos fundamentos da ecologia política, não apenas contribui para sua compreensão, mas “visibiliza” atores marginalizados e revela controvérsias, conexões e relações de poder até então desconhecidas. Esse tipo de estudo carrega o potencial de propiciar aos atores sociais uma visão mais distanciada da situação, podendo se apropriar do conhecimento produzido, gerar questionamentos de políticas públicas vigentes e propostas de novos tipos de ação e controle público (Little, 2006: 98). Ao identificar as distintas percepções territoriais em conflito e os direitos a elas associadas, é possível expandir o debate político a fim de inserir direitos culturais ou sociais ignorados pelo Estado ou por agentes hegemônicos. Quando surge inicialmente com a situação de um conflito nessas proporções a impressão inicial é de uma enorme confusão de atores, repleta de atitudes intempestivas e desencontradas. Somente quando se avalia a situação de uma posição mais distanciada e ao mesmo tempo aproximada das

concepções e estratégias dos principais envolvidos, torna-se possível reconhecer certas regularidades que permitem analisar e tirar conclusões mais seguras. Antes, contudo, de apresentar a análise propriamente dita do conflito é importante entender historicamente a sua formação. Foi utilizada como referência central a perspectiva dos Kaiabi, também trazendo a perspectiva Apiaká e Munduruku, sempre que as informações etnográficas permitiram.

5.1 Histórico do Conflito Socioambiental e Situação Legal da TI Kayabi

Durante os séculos que viveram no rio dos Peixes e no Alto, Médio e Baixo curso do rio Teles Pires, os Kaiabi, da mesma forma que as demais etnias indígenas do Brasil, constantemente passaram por guerras e situações conflituosas a fim de afirmar o território em que viviam. Já foram mencionados anteriormente os embates com outras etnias, em particular os Munduruku, que pelo menos desde o século XVIII, se configuraram como o principal motivo de deslocamento dos Kaiabi na direção das cabeceiras do Teles Pires. Após a fundação de Cuiabá e a expansão da atividade seringueira, ao final do século XIX, foram paulatinamente descendo o Teles Pires evitando contatos violentos com essa frente econômica. A instalação dos Postos Pedro Dantas e José Bezerra, pelo SPI, na década de 1920, no médio curso desse rio, inseriu os Kaiabi nos contatos mais frequentes com a sociedade brasileira, na política nacional indigenista de viés positivista e conseqüentemente no mercado de extração da borracha. Com o avanço das ideologias (ou cosmografias) e empreendimentos governamentais de desenvolvimento econômico, na década de 1940, os Kaiabi viram seu território ancestral e os principais lugares sagrados serem loteados e vendidos para empresas colonizadoras, que estimulavam a ocupação e as atividades agropecuárias na Amazônia meridional. O encontro com a Fundação Brasil Central e a transferência ao Parque do Xingu, no início da década de 1950, representaram tanto uma saída providencial para aqueles que vinham sofrendo com assassinatos e mortes por doenças provenientes das relações com os brancos, como também uma separação radical, eivada de sofrimento, para os que tinham o Teles Pires como sua terra sagrada. Os que resistiram à mudança, particularmente os habitantes do Baixo Teles Pires, chegaram muito próximos de serem extintos nessa região, devido às epidemias de sarampo e à falta de assistência do SPI, que entrara em recesso. Se por um lado, os relacionamentos com seringueiros, gateiros, garimpeiros, missionários e funcionários do SPI trouxeram uma série de dificuldades e transformações ao sistema social desse grupo, em contrapartida também contribuíram para o fortalecimento de um projeto particular de territorialidade e afirmação étnica, fundado, sobretudo, na resistência heróica do grupo de remanescentes, contando com as ligações afetivas e ecológicas estabelecidas com o ambiente do rio Teles Pires.

Quando timidamente se iniciava uma política fundiária destinada a conceder e regularizar porções de terras aos índios do Brasil, os Kaiabi talvez tivessem imaginado que os conflitos territoriais teriam chegado ao fim e poderiam usufruir de forma irrestrita de uma pequena parte do território que seus ancestrais viveram e caminharam. Em virtude da fundação dos Postos Munduruku e Kayabi no início dos anos 1940, ambos envolvidos em contínua atividade comercial, o chefe da 2ª Inspeção Regional do Pará solicitou ao governo estadual a “concessão” de terras aos índios Munduruku do Tapajós e aos Kaiabi do Teles Pires, em março de 1945. No âmbito federal, o SPI não conseguiu a sanção de nenhum decreto para melhor garantir as áreas indígenas contra as concessões estaduais destinadas à exploração da borracha. Assim, como os Kaiabi e Munduruku eram assistidos pela Inspeção Regional do Pará, apenas o governo estadual lhes concedeu terras. A regularização de uma área em favor dos Kaiabi teve início com o Decreto nº 251, de 09 de março de 1945, pelo Interventor Federal, que lhes concedeu uma área de terra situada à margem direita do rio Teles Pires, distante de sua foz cerca de 100 quilômetros, entre o igarapé do Prata e o rio São Benedito, tendo duas léguas de fundo. Segundo relata o cacique Atú, os Kaiabi teriam sido incentivados pelos funcionários da empresa mineradora a se instalarem na margem direita do Teles Pires, para terem acesso ao atendimento de saúde e outros tipos de serviço pelo município de Jacareaganga, no estado do Pará. Apesar de o SPI ter requerido uma área com cerca de 1.790.000 hectares, reconhecendo a ocupação do Mato Grosso, a extensão proposta pelo decreto equivalia a cerca de 166.500 hectares. No entanto, essa extensão foi alterada para 117.246 hectares devido a um engano - ou possivelmente má fé da empresa contratada - nos nomes dos igarapés Preto e Prata durante a demarcação realizada em 1976, o que excluiu as terras da Mineração São Benedito. Pela Portaria nº 1.372/E/FUNAI, de 24 de março de 1982, a área foi declarada e pelo Decreto nº 87.842, de 22 de novembro de 1982, homologada com a superfície de 117.246 hectares, sendo posteriormente registrada no CRI da Comarca de Itaituba em 28 de abril de 1983.

Apesar de terem perdido boa parte da área proposta em 1945, os Kaiabi sequer estavam familiarizados com esse novo estatuto de demarcação de terras indígenas, os regimes de propriedade nele imbuídos, não possuíam claramente conhecimento das implicações envolvidas no fato de o Teles Pires dividir dois estados da Federação e muito menos tinham qualquer possibilidade de lutar judicialmente pela garantia de seus direitos, quando a prioridade era a sobrevivência e reestruturação do grupo. Em razão de não haver nenhum centro urbano mais desenvolvido nas imediações de suas terras e pela diminuição das atividades seringueiras a partir da de 1945, os Kaiabi não tiveram maiores problemas em atravessar o rio Teles Pires e extraírem os

recursos naturais que necessitavam do lado de Mato Grosso, que não estava incluído em sua área. Foi então ao final da década de 1970 e início da década de 1980, que coincide com a fundação das cidades de Alta Floresta, Apiacás e Paranaíta, que se iniciaram os primeiros desentendimentos com a população regional, em razão do lado de Mato Grosso, com o considerável aumento das grilagens de terras públicas, ameaças e o estabelecimento de projetos agropecuários, iniciando assim, um processo gradativo de restrição de acesso dos Kaiabi ao outro lado do rio.

Assessorados por seus parentes do Xingu, com os quais se reencontraram na década de 1980, os Kaiabi do Teles Pires passaram, a partir de 1987, a discutir a ampliação da área, principalmente com referência ao Decreto n° 251/45, que resultaria na TI Kayabi Gleba Sul referente aos 166.500 hectares inicialmente previstos. Nesse mesmo ano, os Kaiabi reivindicaram a área perdida durante a demarcação de 1976 e algumas áreas situadas à esquerda do rio Teles Pires, utilizadas para coleta de castanha, materiais para artesanato e produção de seringa. Em 31 de março de 1989, a Procuradoria Jurídica da FUNAI manifestou-se favoravelmente à interdição da área excluída da demarcação inicial. Em 03 de novembro do mesmo ano, os Kaiabi decidiram em reunião que a área a ser interditada deveria englobar as terras excluídas na demarcação e as cabeceiras do rio Cururuzinho ou Cururu-Açu, deixadas fora do Decreto n° 251/45. Pela Portaria n° 573/FUNAI, de 12 de junho 1990, foi interditada uma área com 52.500 hectares, denominada TI Kayabi Gleba Sul.

Diante de recentes inovações na legislação indigenista atinentes à ampliação de terras indígenas, os Kaiabi e os Munduruku do Teles Pires solicitaram, junto ao Administrador Regional de Itaituba, que se iniciassem as discussões para a ampliação de suas respectivas áreas indígenas, a partir do Decreto n° 251 de 1945. Nessa ocasião, o Administrador produziu um relatório declarando que a Mineração São Benedito já não mais utilizava a área entre o rio Cururuzinho e o São Benedito, sendo reconhecida como uma área de “terra preta”, bastante propícia para a agricultura, contrastando com a maior parte da área indígena, que é composta por campos pouco produtivos. Pela Portaria n° 1.137/FUNAI, de 12 de novembro 1993, foi constituído um grupo técnico que identificou e delimitou a área com 1.408.000 hectares, resultando no relatório técnico da antropóloga Patrícia Rodrigues (1994). Pelo Despacho n° 28, de 23 de junho de 1999, do Presidente da FUNAI, foram aprovadas as conclusões do resumo do relatório de identificação e delimitação da terra com 1.408.000 hectares e 900 quilômetros de perímetro, validando os estudos de identificação. Num termo de ajuste efetivado com os representantes do Campo de Provas Brigadeiro Velloso (Base Aérea do Cachimbo), os Kaiabi, Apiaká e Munduruku concordaram em abrir mão de uma quantidade de terras que se sobrepunha à base

aérea, em troca do acesso autorizado à área cedida, além da proteção e fiscalização dos militares. Atualmente os Kaiabi, Munduruku e Apiaká reivindicam uma área de 1.053.000 hectares junto ao governo federal, que segundo eles diz respeito ao território de ocupação mais antigo dos grupos a partir do início do século XX. Em 02 de outubro 2002 foi publicada a Portaria Declaratória nº 1.149 pelo Ministério da Justiça, reconhecendo a Terra Indígena como de posse permanente e de usufruto exclusivo dos Kaiabi, Apiaká e Munduruku. O próximo passo seria a FUNAI realizar a licitação pública para contratação da empresa de agrimensura para efetivar a demarcação da Terra Indígena.

Contudo, atualmente a demarcação encontra-se suspensa devido à reivindicação de outros grupos de interesse que protestam por direitos relativos a supostas propriedades no interior da Terra Indígena e pelo reconhecimento de formas distintas e conflitantes de usufruir da terra. Tudo indica, no entanto, que aqueles que se estabeleceram com algum tipo de registro oficial, no interior da área a ser delimitada, o fizeram após a publicação do relatório de Rodrigues. Conforme consta no processo, à época do relatório de 1994, o cartório de imóveis de Alta Floresta informou apenas três registros de propriedades relativas à Terra Indígena³⁵, uma vez que o cartório de Itaituba/PA declarou não constar registros na área. O cartório de Alta Floresta/MT informou ainda, em 1994, haver 42 matrículas que julgava, mas não tinha certeza, encontrar-se nas proximidades da Terra Indígena devido à dificuldade de localizar as mesmas em mapas. Em laudos posteriores elaborados pelos antropólogos Eugênio Wenzel e Marco Paulo Fróes, ambos em 2005, poucas informações puderam ser acrescentadas oficialmente a respeito dos nomes dos ocupantes, títulos de propriedade, extensão da área e data de ocupação. Isto porque o levantamento fundiário está vinculado ao fornecimento de informações pelos cartórios, que, não raro, dificultam o envio dessas informações, uma vez que dependem da autorização dos proprietários, que, também de modo geral, é negada, sendo necessário recorrer à autorização judicial, que na maior parte dos casos toma muito tempo.

Como é sabido, os trabalhos dos antropólogos peritos têm uma permanência em campo muito dinâmica, estão vinculados a prazos judicialmente estipulados e conseqüentemente apresentam dificuldades em adquirir dados precisos e oficiais para um levantamento fundiário mais efetivo. Em contrapartida, o trabalho do antropólogo pesquisador, ainda que não possua a legitimidade jurídica dos

³⁵ João de Souza, com área de 1.200 hectares, com tempo de ocupação de 11 anos e sem cadastro no INCRA; a antiga Fazenda Santa Rosa (que posteriormente seria adquirida pela BRASCAN), com área de 136.000 hectares e 18 anos de ocupação; Benedito Mendes, com área ocupada de 50 hectares, com tempo de ocupação de 15 anos e sem cadastro no INCRA.

antropólogos nomeados para fazer esse tipo de levantamento, goza da possibilidade de uma permanência maior em campo e da abordagem etnográfica mais aprofundada. Foi seguindo a proposta da “etnografia dos conflitos socioambientais”, que este trabalho foi elaborado, juntamente com os Kaiabi, produzindo um mapa de invasões, que servirá como importante complemento para as análises desta seção.

Durante a pesquisa em campo, os Kaiabi foram enfáticos em afirmar que, após os estudos de identificação notaram um aumento do número de sobrevãos sobre a terra, com o conseqüente avanço dos desmatamentos. Conforme o processo de regularização fundiária se adiantava, o desmatamento aumentava, cada vez com mais intensidade sobre as florestas delimitadas como constituintes da Terra Indígena. As atividades desenvolvidas por esses ocupantes se restringiam inicialmente à exploração madeireira seguida de agropecuária extensiva, com ênfase no gado de corte. Grupos de pequenos posseiros também se estabeleceram dentro da Terra Indígena, em razão de projetos de assentamento e reforma agrária realizados pelo INCRA, sem a devida consulta prévia à FUNAI. Além disso, dragas de garimpo remanescentes do período aurífero vêm operando no Teles Pires e também possuem demandas próprias relativas a certos direitos. Há ainda que se ressaltar o estabelecimento de pousadas de pesca esportiva, ao final da década de 1990, dentro da Terra Indígena ou que possuem rotas de pesca em seu interior. Por fim, deve-se também considerar a diversidade de interesses entre os Kaiabi, Munduruku e Apiaká, que manifestam distintos relacionamentos econômicos e ecológicos com o ambiente e com os demais grupos de interesse que influenciam a dinâmica social da Terra Indígena. Feito então esse preâmbulo apresentando a situação do conflito, é definido tratamento a ser dado à análise do conflito assim como a para esse estudo.

5.2 Etnografando o Conflito da TI Kayabi

A própria disposição de “etnografar” um conflito determinado representa uma escolha política, que tem a capacidade de transformar um problema social num tema de análise científica (Little, 2006). Ao classificar essa abordagem como científica, o principal fator a ser respeitado não é a frieza distanciada do observador em relação ao seu objeto, mas a possibilidade de produzir uma análise consistente com aquilo que está presente no conflito, tomando como pressuposto básico uma suspensão de valores constantemente acionada no trabalho do antropólogo na produção de um documento que busca mais chamar a atenção de um problema do que defender o lado de qualquer um dos grupos envolvidos.

Recentes pesquisas em conflitos ambientais vêm demonstrando que os grupos envolvidos, ou aqueles que confrontam ameaças e destruições ambientais, freqüentemente desenvolvem elaborações distintas do que é o conflito, o que deve ser feito e quem deve fazer. Na literatura sobre os conflitos, existe um conceito apropriado, em inglês, mas de difícil tradução para o português, que se refere a essas elaborações. O termo *frame* se refere ao processo pelo qual as pessoas, inseridas em seus grupos de interesse, constituem e representam as interpretações a respeito do mundo à sua volta (Lewicki, 2003: 12). A tradução mais próxima seria uma estrutura ou espécie de moldura que serve para compor ou fechar um campo de idéias e práticas. Além de ser um processo perceptivo, interativo e interpretativo que ajuda no entendimento e esclarecimento do que estamos experimentando, *framing* também permite às pessoas se localizarem e ocuparem uma posição em relação a uma dada experiência. Com os *frames* e a partir de interações constantes com pessoas de interesse similar, as pessoas aprendem a trabalhar estratégias para fortalecer essa posição.

A fim de não perder de vista o aspecto político de todas essas interações que visam conferir um estatuto de real a um cenário repleto de arbitrariedades, será proposta a aproximação com Pierre Bourdieu (2001), reconhecendo que o “campo de poder” que envolve o conflito tende gradativamente a atingir um conjunto relativamente autônomo de relações interligadas e com significados voltados exclusivamente àquele “campo”. Lançando mão de seu conceito *habitus*, é possível operacionalizar os *frames* e entender de que maneiras as articulações dos atores os levam a ocupar posições de maior ou menor prestígio no “campo de poder”.

Por trás de cada um desses *frames*, existe um grupo social específico com suas próprias regras e relacionamentos com a natureza, historicamente elaborados e territorialmente afirmados, através do modo de gerir os recursos naturais. Desse modo, quando os grupos se envolvem num conflito, a tendência é elaborar *frames* de maneiras diferenciadas, dependendo se são observadores, aliados ou opositores dos disputantes ou um dos disputantes. O *frame* pensado em paralelo com o *habitus* fornece, pois, uma base heurística sobre como organizar os dados em conjuntos significativos de informação, ou sobre como converter o arbitrário em algo objetivo. Logo, o “campo do conflito”, entendido como entidade autônoma, ajuda a compreender que sempre ao receber informações relativas à disputa ela é transformada de modo a se enquadrar nos interesses de cada grupo.

A fim de investigar os *frames* mais salientes para os atores em disputa e apreender em que medida eles contribuem para o desenvolvimento do conflito, alguns aspectos

principais devem ser observados. Serão descritas as maneiras pelas quais os *frames* cumprem o papel de auxiliar os grupos a alcançarem uma definição mais geral do problema, moldando suas ações e definindo quem deve desempenhá-las. Em seguida, busca-se entender como os grupos encontram formas estratégicas de resguardar suas posições, de que maneira justificam as tomadas de decisão e mobilizam pessoas como aliados em busca de lutarem por uma causa comum. Assim, os *frames* genéricos que permitem uma análise mais segura do conflito serão acionados para acompanhar os posicionamentos dos atores e como eles se movimentam no “campo de poder”: 1) *frames* de identidade (reconhecendo como os grupos se definem em relação ao seu papel social, regimes de propriedade e uso legítimo da terra); 2) *frames* de diferenciação (como os grupos definem seus opositores); 3) *frames* de gestão do conflito (quais os caminhos desejáveis para o encaminhamento do conflito apontado pelos grupos).

Para a análise do conflito, foram utilizadas as estratégias metodológicas da etnografia *multilocal* (Marcus & Fisher, 1986) e *multiator* (Little, 2006). De acordo com Little (2006: 93), a etnografia dos conflitos socioambientais difere da etnografia tradicional em vários aspectos essenciais. Primeiro, o foco da etnografia dos conflitos não está restrito ao modo de vida de um grupo social, mas tem como seu objeto principal a análise dos conflitos socioambientais em si e as múltiplas interações sociais e naturais que os fundamentam. Segundo, ainda que seu foco não esteja direcionado a um único grupo social, o pesquisado tem que lidar simultaneamente com vários grupos sociais. No nosso caso, o foco nos Kaiabi é o mais evidente, sendo importante saber equacionar a visão dos demais grupos com suas respectivas legitimidades. Terceiro, o recorte geográfico é raramente limitado ao âmbito local do grupo, já que incorpora vários níveis de articulação social. Desse modo, a preocupação é de focar não apenas os confrontos que ocorrem no âmbito da Terra Indígena em si, mas expandir as investigações ao nível local (Alta Floresta e cidades vizinhas), regional (Cuiabá), nacional (Brasília) e internacional. Por fim, enquanto as etnografias convencionais têm por costume destinar um capítulo ao habitat natural do grupo, na etnografia dos conflitos socioambientais, o ambiente biofísico se torna um elemento decisivo que perpassa, em diversas modalidades interpretativas, todos os níveis políticos de interação. Nesse sentido, os Anexos 1.14 e 1.15 (mapas dos conflitos socioambientais também elaborados juntamente com os Kaiabi) servirão de guias no andamento dessa análise.

As análises e os *frames* a serem apresentados nesse capítulo são baseados numa variedade de dados coletados a partir de uma ampla quantidade de fontes durante a pesquisa de doutorado de Frederico Oliveira (2010). Foram observados diretamente

momentos de maior tensão na própria Terra Indígena, participando do dia a dia dos Kaiabi e realizando entrevistas com os índios e com alguns envolvidos que não se opuseram em conversar sobre seus entendimentos do conflito. Na cidade de Alta Floresta, foram entrevistados moradores antigos da cidade, presidentes de sindicato, representantes de organizações governamentais e não governamentais e realizadas pesquisas documentais na biblioteca pública e também na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT). Ainda foram coletados exemplares de jornais, revistas e panfletos, além do pesquisador ter participado de audiências públicas em que os envolvidos no conflito, ou seus grupos de interesse, manifestavam abertamente suas opiniões. Em Cuiabá foram acessados a relatórios de desmatamento e Zoneamento Ecológico-Econômico, através da SEMA (Secretaria de Meio Ambiente). Frederico manteve conversas com o Procurador Geral e também pesquisou documentos relativos à investigação de crimes ambientais referentes à Terra Indígena Kayabi, juntamente ao IBAMA e à Polícia Federal. Em Brasília, participou com os Kaiabi de algumas audiências e reuniões no Ministério Público, além de ter explorado a fundo a biblioteca e os arquivos da FUNAI sobre o referido processo. Por fim, foram visitadas páginas da internet que pudessem prestar informações ou servir de subsídio para definição dos *frames*. Para iniciar a análise dos conflitos, serão apresentados os principais atores e seus *frames* de identidade, diferenciação e gerenciamento do conflito.

5.2.1 Atores sociais e a dinâmica socioeconômica da região

5.2.1.1 Kaiabi

- ***Frames* de identidade**

Muito já foi dito a respeito da história de chegada dos Kaiabi ao Baixo Teles Pires, as transformações em seus padrões de ocupação territorial e os artifícios mais recentes que vêm encontrando de manterem a ligação afetiva com a terra, sem perder de vista a importância das lutas políticas pela demarcação. Diante de todos esses processos, vale apenas ressaltar um dos aspectos mais relevantes para se entender a motivação que fundamenta os posicionamentos mais recentes dos Kaiabi no tocante às lutas políticas pela afirmação de sua territorialidade. Os Kaiabi do Teles Pires se definem, antes de tudo, como sobreviventes de um processo de perseguição e extermínio promovido pela sociedade nacional. É justamente a partir de uma série de narrativas destacando esse aspecto e vivências diretas com o ambiente, que encontram a força mais marcante para orientá-los na definição de seus *frames* de identificação. Atualmente eles compreendem que a forma mais adequada de darem

continuidade aos esforços promovidos por Manekú (pai de Atú) ao resistir à transferência para o Xingu é lutando pela demarcação integral da Terra Indígena, a fim de garantir o direito de uso e acesso irrestrito aos lugares de importância sagrada, que estão presentes em muitas de suas histórias. Com isso pretendem abrir caminho para o retorno de muitos de seus parentes que vivem no Xingu. Em termos gerais, pode-se afirmar que os Kaiabi sentem que essa terra tem tudo que necessitam para satisfazer não apenas suas necessidades materiais, mas também suas concepções acerca de como deve ser a relação entre humanos e natureza, o que igualmente engloba os meios materiais. Assim, para os Kaiabi, se perderem essa terra, estarão perdendo seu fator central de identificação, não apenas para a sociedade nacional ou para outros povos indígenas, mas para si mesmos.

Com os mapas de invasões e após as descrições na seção anterior das linhas de movimento que os Kaiabi constituem rotineiramente na região em que habitam, é possível uma aproximação do sentimento vivido diariamente no tocante às dificuldades relativas à sua necessidade de caminharem por sua região e os constrangimentos advindos das invasões. Os Kaiabi entendem, pois, que a causa central do conflito diz respeito às restrições que vêm sofrendo nas últimas décadas em acessar livremente os recursos e os lugares sagrados do lado de Mato Grosso. Assim, suas reivindicações estão voltadas, sobretudo, em garantir e preservar as terras que antigamente habitavam, que concentram boa parte das aldeias antigas, lugares sagrados e os pontos constantemente utilizados para caça, pesca e coleta, que aos poucos vêm perdendo o controle.

- **Regimes de propriedade**

Como este trabalho está voltado para uma combinação entre as práticas vividas e a construção social do território, os relacionamentos entre as territorialidades presentes na Terra Indígena Kayabi deve também abranger os regimes de propriedade, enquanto possibilidades razoáveis para entender o surgimento, as transformações e a afirmação dos *frames* dos atores envolvidos. Não é difícil reconhecer que entre os Kaiabi o regime de propriedade comunal é marcante, ou seja, a propriedade é coletivizada, cabendo à própria comunidade controlar o acesso de seus membros, regulando os direitos e deveres dos usuários e excluindo aqueles que não podem usufruir dos recursos. Segundo Atú, os Kaiabi viveram durante muitos anos sob esse regime regulado pela instituição da família extensa e quando as desavenças se tornavam incontornáveis, um dos grupos se separava, fundando uma nova aldeia. Atualmente a Terra Indígena possui o estatuto jurídico de uma propriedade estatal, com regras bem definidas sobre quem pode entrar e que tipos

de recursos podem ser explorados por não índios³⁶. Contudo, através de um cacique reconhecido e aprovado pela FUNAI, os Kaiabi também têm o direito de impor suas formas comunitárias de gerenciar os recursos, que diferem daquelas que utilizavam no passado. Mais recentemente vêm convivendo com invasões que em alguns casos reconhecem esse território como de acesso livre ou arrogam-se o direito de se estabelecerem enquanto proprietários privados, o que vem gerando uma série de desarticulações no sistema comunal dos Kaiabi.

É por esse conjunto desordenado de percepções territoriais disputando um mesmo espaço geográfico que os Kaiabi experimentaram diversos tipos de influências e lealdades, transformando seu sistema de gerenciamento de recursos naturais numa espécie de regime comunal com aspectos marcantes de outros tipos de regimes, de acordo com a terminologia de Hanna (1996: 94). Como já foi destacado, os Kaiabi, em nenhum momento no passado, tinham o costume de constituir lideranças políticas centralizadas na figura de um chefe e muito menos instituída de fora de sua sociedade. Assim, a própria concepção de um cacique, como líder não carismático, já é um fator que gera algumas desavenças. Além do mais, existe a Associação Indígena Kawaip Kayabi (AIKK), criada com o propósito de defender os interesses dos Kaiabi do Teles Pires - em especial a demarcação - que não raro entra em choque com as decisões do cacique. Se considerarmos principalmente a preeminência atual da família nuclear³⁷, além do que, praticamente todas as famílias possuem algum membro com renda mensal fixa (por aposentadoria, por exercerem cargos de auxiliar de saúde, trabalharem na escola ou como roteiros das pousadas), é uma tarefa complexa mobilizar toda a comunidade para pensarem em ações eminentemente coletivas. Sem contar que as decisões na arena política devem ser apresentadas de forma agregada pelos índios que habitam a Terra Indígena, porém as demandas dos Apiaká e Munduruku (estes últimos inimigos históricos dos Kaiabi) nem sempre convergem com as idéias dos Kaiabi. Atualmente essa é uma situação que exige atenção das lideranças Kaiabi, posto que o aspecto da mudança, quando trabalhado indevidamente, gera inúmeros tipos de desconfianças internas e coloca em alguns casos os próprios Kaiabi em situações de oposição, que podem acabar por comprometer sua luta maior pela demarcação e privilegiar os grupos com maior grau de organização.

Em relação às possíveis formas de encaminhamento do conflito, a variação dos tipos de respostas apresentadas pelos Kaiabi demonstra com propriedade as lealdades e

³⁶ De acordo com o artigo 231 da Constituição Federal, as terras indígenas são bens da União. Por isso, são terras inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis.

³⁷ Apesar de os Kaiabi ainda seguirem costumeiramente a prática de casamentos entre primos cruzados.

tensões citadas anteriormente. Evidentemente, todos querem a demarcação integral da Terra Indígena, sem abrir mão do que determina a Portaria Declaratória para nenhuma das partes. Não obstante, quando indagados sobre quais invasores seriam favoráveis de buscar algum acordo, as repostas se mostraram bastante variadas. Com relação aos fazendeiros, a maioria prefere que sejam retirados, porém existem poucos que acreditam que, por já terem desmatado a floresta, poderiam permanecer mediante o aluguel do pasto, com o compromisso de não desmatarem mais. Sobre os posseiros e beiradeiros, até em virtude dos inúmeros encontros mais intensos e ameaças de morte, a unanimidade é marcante a respeito de sua saída. No tocante ao garimpo e às pousadas é que as opiniões estão divididas, entre aqueles da área da saúde, que vêem o garimpo como fonte de doenças, juntamente com os que acham que esse dinheiro não serve para nada e outros que acreditam que esse tipo de ajuda serve para auxiliar os Kaiabi a obter combustível e se manterem quando estão na cidade. Por fim, a saída para geração de renda a partir de projetos elaborados pela FUNAI, em geral é desacreditada pela maior parte dos Kaiabi.

- **Frames de diferenciação e alianças locais**

Com relação aos *frames* de diferenciação, os principais atores mencionados pelos Kaiabi como seus principais opositores na conquista da demarcação são aqueles que costumeiramente interagem de forma antagônica aos seus interesses no dia a dia da aldeia ou da cidade de Alta Floresta. Inicialmente temos os fazendeiros que ocupam o lado de Mato Grosso e que mais apresentam oposição aberta aos Kaiabi. Segundo José Kaiabi, “*esses fazendeiros chegaram aqui ontem, vem derrubando o mato, tirando madeira, destruindo o que é nosso e agora vem falar que não tinha índio nessa terra!*”. Outro grupo que vem se desentendendo com os Kaiabi é o grupo de pequenos posseiros, ocupantes do lado do Pará e indicados pelos índios como de índole violenta. De acordo com Awoé: “*eu já dei de cara com eles uma vez; é uns cara bravo, que tem muitos guaxebas e vive ameaçando a gente quando nós chega lá perto pra pescar ou matar anta*”. Os pousadeiros e os garimpeiros são igualmente percebidos pelos Kaiabi como invasores, causando também problemas em certos momentos, contudo gozam do estatuto diferenciado de parceiros, pois compensam os índios financeiramente ou com mercadorias, por estarem utilizando a área. Segundo José Kaiabi: “*é uma saída que a gente vem encontrando pra compensar as falhas da FUNAI. A gente sabe que um dia eles vão ter que sair quando a gente conseguir a demarcação. Todo mundo sabe que o trabalho dos garimpeiros polui o rio, (...) os pescadores acabam matando peixe, mesmo sem querer, mas é uma ajuda que eles dão, é boa pra gente*”.

No plano local, os Kaiabi contam com o apoio de alguns atores que têm interesses na demarcação integral da Terra Indígena, porém a partir de *frames* e relacionamentos distintos com a região do Baixo Teles Pires. Inicialmente deve-se destacar os Apiaká e os Munduruku que, apesar de nem sempre atuarem de forma coordenada com os Kaiabi, também são favoráveis à demarcação, por possuírem ligações históricas e afetivas particulares com essa região. No caso da FUNAI, a orientação maior que guia seus posicionamentos é a categoria jurídica de Terra Indígena, que visa atender às exigências do Governo Federal, de assegurar o cumprimento dos direitos indígenas (de acordo com o artigo 231 da Constituição Federal, sobre terras tradicionalmente ocupadas)³⁸. Essa instituição pode ser identificada como o principal ator responsável pela inserção da territorialidade fundada em limites rígidos entre os povos indígenas, ao mesmo tempo em que tem oferecido caminhos legais institucionais para que possam lutar por seus direitos. O IBAMA, que também possui sede administrativa em Alta Floresta, tem por interesse central evitar e punir as iniciativas consideradas crimes ambientais. Logo, é favorável à demarcação, particularmente para coibir os desmatamentos ilegais, a matança de peixes por pescadores predatórios e a extração de ouro no interior da Terra Indígena. Há ainda as OSCIP's Sociedade Formigas e ICV (Instituto Centro de Vida) de cunho socioambientalista estabelecidas na cidade de Alta Floresta que vêm manifestando uma simpatia pela causa dos Kaiabi. Reconhecendo a localização estratégica da Terra Indígena no chamado “Arco do Desmatamento” e seguindo suas missões institucionais específicas, essas organizações têm proporcionado atividades e oficinas informais que possam “conscientizar” os índios a respeito da importância de conservarem a floresta, se orientando, em grande medida, pelas territorialidades do desenvolvimento sustentável.

5.2.1.2 Fazendeiros e Madeireiros

A partir da década de 1960, o Centro-Oeste e a Amazônia meridional se transformaram num cenário de ocupação territorial massiva, rápida e violenta. A política de terras do Estado brasileiro estava inserida no projeto maior proposto por Vargas, de integrar as fronteiras econômicas com as fronteiras geográficas. Essa frente pioneira marcou um momento decisivo na expansão do sistema capitalista no Brasil, implantando as bases do crescimento econômico, integrando terras “inóspitas” e expandindo as fronteiras agrícolas. O bandeirismo se revestia de aspectos civilizatórios e o governo militar se apresentava como guia maior dos “modernos bandeirantes”, para a realização de um “Brasil Grande” e unificado.

³⁸ Atualmente, após a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a Terra Indígena Kayabi é a maior área em extensão aguardando para ser demarcada.

Conquistar a Amazônia - alardeada como espaço selvagem e inabitado - deixava de ser simplesmente uma questão de luta por melhores condições de vida e realização pessoal, para também se afirmar como uma contribuição do cidadão à sua nação.

As transformações ocorridas em Mato Grosso, a partir da década de 1970, estão intimamente vinculadas às mudanças ocorridas no âmbito nacional, em especial às políticas públicas direcionadas para a Amazônia Legal. O governo conclamava o capital privado a participar da colonização dirigida, principalmente seguindo as ideologias anticomunistas de “integrar para não entregar” nosso território aos projetos tidos como revolucionários de reforma agrária. Além do mais, visava transferir excedentes populacionais do Sul do país, marginalizados pela mecanização da agricultura. Com a criação de núcleos urbanos de desenvolvimento econômico, sustentados por um conjunto de práticas organizadoras e dirigidas pelo Governo Federal, políticas de incentivos fiscais e a implementação de grandes eixos rodoviários na região Amazônica (BR-364: Cuiabá-Porto Velho e BR-163: Cuiabá-Santarém), estavam estabelecidas as principais estratégias para a ocupação do norte mato-grossense.

O que caracteriza a frente de expansão no Brasil, segundo Martins (1997), é justamente o uso privado das terras devolutas, que tem na figura do posseiro ou ocupante a linha de frente para a consecução de seus propósitos. Em abril de 1971, por decreto lei, o governo havia federalizado as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada eixo das rodovias já construídas ou em construção. Assim, cerca de 30% da área total do Brasil, que antes pertencia às esferas estaduais, passou a ser controlada pela União. Em 1972, o INCRA decidiria vender terras públicas da Amazônia para o desenvolvimento de projetos agropecuários (Guimarães Neto, 1996: 78).

No período posterior a 1974, é expressiva a quantidade de empresas colonizadoras que se instalaram em Mato Grosso, fundando pequenas cidades, que se tornariam pólos regionais, sob o ponto de vista econômico, político e estratégico. No norte do estado, particularmente, a existência de grandes extensões de terras devolutas motivou a execução e alienação indiscriminada de maior volume de terras arrecadadas pela União, entre 1970 e 1980 (Moreno, 2007)³⁹.

³⁹ De acordo com o recenseamento oficial, Mato Grosso foi o estado que apresentou maior crescimento populacional nos anos 1970, chegando a 90% nesse período. Nesse contexto, as projeções realizadas pelo IBGE mostram que a parte do estado mais afetada pelas correntes migratórias foi o norte mato-grossense. (Revista Mato Grosso S/A. Encarte Especial (Ano I, nº 1, out-nov/1983) - “A realidade da Nova Fronteira”, Centro-Oeste - Encontro Ano IV, Cuiabá - MT.

O empresário paulista e dono da colonizadora INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização), Ariosto da Riva, adquiriu 400 mil hectares de terras da União (Guimarães Neto, 1986: 83), organizando e viabilizando a criação de núcleos urbanos no eixo da BR-163, mais especificamente de Alta Floresta (1976), Paranaíta (1977) e já abrindo caminho para a colonização de Apicás (1983). Nesse processo de ocupação, empresários, colonos, colonizadores, aventureiros, grileiros, pequenos produtores (com ou sem terras) vieram do Sul do Brasil para o Mato Grosso - atraídos pela ampla propaganda oficial - a fim de ocupar “espaços vazios”, melhorar suas condições de vida, inserindo, em termos mais amplos, a Amazônia no propósito maior de unificação das fronteiras nacionais.

Na fronteira, é também constituída a figura mítica e heróica do pioneiro como desbravador. Ariosto da Riva acabaria se tornando uma figura legendária entre os colonos pioneiros, por sua coragem e empreendedorismo, ficando conhecido até hoje como o “semeador de cidades”. Os sofrimentos e ansiedades, daqueles que largaram tudo em busca de condições mais dignas de vida, são apenas considerados quando acompanhados por experiências de sucesso⁴⁰. Contudo, não foi esse o resultado que a maior parte das famílias de migrantes pôde experimentar, uma vez que a especulação imobiliária cresceu rapidamente, as terras e o clima não eram os mais apropriados aos seus cultivos praticados no Sul do Brasil (café principalmente) e os canais de distribuição e venda da produção eram ainda muito precários. Em algumas situações, as terras eram perdidas por causa de dívidas com o dono da colonizadora ou seus agenciadores, que pagavam antecipadamente os deslocamentos das famílias e forneciam alimentação. Em menos de cinco anos a maioria dos pequenos colonos foi forçada a vender suas propriedades para agricultores com maior potencial econômico, restando a opção de retornarem a seus estados de origem, ou se marginalizarem nas imediações de Alta Floresta com trabalhos esporádicos, especialmente no garimpo. Como consequência, grandes concentrações fundiárias passaram a se constituir nas mãos de empresários mais experimentados e daqueles que começaram a grilar terras. Portanto, se para os pequenos agricultores e colonos os resultados não atenderam suas expectativas, para os médios e grandes proprietários de terra, assim como para o Governo Federal, podemos dizer que essa empreitada foi mais do que bem sucedida, haja vista que gerou rendimentos

⁴⁰ As propagandas veiculadas pelos principais jornais e revistas de grande circulação da época, apontam invariavelmente as novas cidades como ideais para se vencer na vida. Os relatos mais comuns, contam das aventuras, dos sonhos realizados, das dificuldades vividas, das “epopéias” vividas pelos colonos, que mais se comparam aos heróis bandeirantes. A reportagem da Folha de São Paulo (09/06/1977), “Aripuanã, controverso caminho da Amazônia (III): Paranaenses que fazem nascer cidades”, ressalta as oportunidades que os colonos estão tendo de participarem de uma grande frente pioneira.

econômicos e *status* político aos empresários rurais e permitiu ao Governo distribuir melhor a população, inserindo a Amazônia Meridional em projetos econômicos voltados para o desenvolvimento do mercado nacional.

- **Frames de identidade e direitos de propriedade**

É nesse contexto histórico e regional, referente às ocupações territoriais do norte de Mato Grosso, que se situa a legitimidade dos *frames* de identidade acionadas pelos fazendeiros envolvidos no conflito. No caso dos ocupantes que reivindicam direitos no interior da Terra Indígena declarada pelo Ministério da Justiça, deve-se ir além de estereótipos reducionistas que rapidamente os qualificam enquanto destruidores da natureza e inimigos dos índios. Dessa forma, uma importante diferenciação deve ser traçada entre os fazendeiros remanescentes da época de abertura das cidades de Alta Floresta, Paranaíta e Apicás, e aqueles que adquiriram, por meio de leilão, terras públicas através da Colonizadora INDECO ou pelo INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso) em épocas mais recentes. Os primeiros, que apresentam maiores oposições locais aos Kaiabi, são identificados como Tico Paiva, Moisés, Jeremias, Délio Passarini e se definem como desbravadores e pioneiros do chamado “Nortão”, alegando nunca terem visto a presença de índios naquele pedaço de terras de Mato Grosso e exigindo respeito do Governo que os trouxe para lá, pelas dificuldades que passaram, e agora quer expulsá-los sem qualquer tipo de indenização⁴¹. No caso do segundo grupo, é possível perceber em mapas mais recentes da própria FUNAI que suas propriedades são também individualizadas, porém, encontram-se agrupadas em projetos empresariais mais amplos, unificados pelo mesmo CNPJ, com o intuito de explorar de forma padronizada a especulação imobiliária e projetos agropecuários. Nesse caso, os supostos donos vivem, em sua maioria, nas regiões Sul e Sudeste do país, possuindo uma relação mais distanciada com as terras, sobretudo, através de um gerente comum responsável por administrar os negócios. Aparecem como mais conhecidos a “Agropecuária Vale do Ximari” (BRASCAN), “Agropastoril, Madeireira e Colonizadora Sanhaço”, “Madeireira e Colonizadora Biguá”, “Agropecuária Apicás”, entre outras, que exigem o cumprimento de direitos referentes a áreas por eles adquiridas e ocupadas, assim como aos investimentos realizados principalmente em agropecuária.

As alegações mais gerais desses dois grupos dão conta de que se surpreenderam, a partir de 1994, quando foram informados que teriam de abandonar suas terras, pois

⁴¹ Informações retiradas da Revista Produtor Rural, Edição 160/junho - 2006 - Cuiabá/MT, pp. 18-21.

havam sido transformadas em Terra Indígena⁴². Nesse sentido, acreditam que o conflito existe principalmente pela falta de consideração do Governo Federal e pelo desrespeito aos direitos de propriedade daqueles que vem contribuindo para o crescimento do país. Estão vinculados diretamente à correlação entre propriedade privada e desenvolvimento econômico capitalista. Entendem que o encaminhamento mais razoável para o conflito é o respeito ao direito de propriedade, mediante um acordo com a FUNAI para a retirada das suas terras da área a ser demarcada, ou ainda o recebimento de indenizações de acordo com o investimento que realizaram.

Nessas cidades “planejadas e organizadas” a partir de projetos do governo militar, a propriedade privada é tida como princípio e símbolo maior daqueles que estão trabalhando há muitos anos, contribuindo para a geração de riquezas para o país. Logo, a natureza é valorizada enquanto capacidade produtiva e as pessoas que trabalham com a terra são reconhecidas a partir de sua aptidão em extrair recursos com valor de mercado. A economia é regulada pela racionalidade capitalista, influências políticas, empréstimos e financiamentos bancários orientados prioritariamente para o comércio de madeira e carne para os mercados nacionais e internacionais, ficando a agricultura familiar mais distante e marginalizada, com investimentos precários. As formas tecnológicas e econômicas supostamente superiores, apoiadas na racionalidade geradora de receitas, são concebidas, pois, como pertencentes a uma etapa que vem a superar as formas “primitivas” do uso da terra.

- **Frames de diferenciação e alianças locais**

Tomando-se os atores inseridos na escala pontual da Terra Indígena, os Kaiabi são mencionados abertamente pelos fazendeiros como opositores, principalmente por estarem ameaçando diretamente sua territorialidade historicamente estabelecida. Desse modo, utilizam constantemente em encontros, audiências públicas, matérias locais de jornais e revistas, certos tipos de *frames* padronizados para tentarem posicionar os Kaiabi, suas práticas e reivindicações numa posição marginalizada e digna de pouco crédito. Em alguma medida, todos esses *frames* estão voltados para afirmação das ideologias de progresso que incentivaram esses grupos a se interessarem por terras no estado de Mato Grosso e dão sentido ao tipo de relações que estabelecem com a natureza. O primeiro argumento a ser acionado, que toma por base territorial o regime de propriedade privada, é aquele que os índios não precisam de tanta terra para viver, acrescentando que as terras já demarcadas são

⁴² Referência ao Processo da FUNAI nº1053/95 - folhas 116,117.

mais do que suficientes para sua reprodução. Na realidade o alvo maior das críticas é o Governo Federal, por dar apoio aos índios, deixando os fazendeiros em situação difícil. Os fazendeiros cobram algum tipo de estima, pois se consideram os principais responsáveis pelo desenvolvimento e ocupação do norte do estado. A fim de se defender dos rótulos mais recentes afixados nos fazendeiros, Vicente da Riva, filho de Ariosto da Riva e atual presidente do sindicato dos produtores rurais de Alta Floresta, em audiência pública para tratar do Zoneamento Ecológico Econômico, em 2009, diz o seguinte: *“Fomos convidados para fazer o início desse desenvolvimento social pretendido pelo governo. Viemos atender uma questão nacional, não somos destruidores!”*

Um segundo argumento, que segue a esteira do primeiro, afirma que a ampliação da Terra Indígena iria prejudicar o desenvolvimento econômico do “Nortão”, inviabilizando a construção de hidrovias, hidrelétricas, a exploração das jazidas de calcário, localizadas próximas ao rio Santa Rosa, e diminuiria os interesses dos investidores. Em reuniões públicas em Alta Floresta, do Rotary e Lions Club, compostos eminentemente por famílias ligadas ao chamado “setor produtivo”⁴³ (madeireiro e pecuário), torna-se evidente que a população da cidade, em geral, foi educada também para valorizar esses ideais de progresso e desenvolvimento econômico, afirmando com veemência em seus debates que nunca existiram índios em Alta Floresta e enfatizando a necessidade de buscarem o crescimento econômico⁴⁴. Por essa razão, aqueles fazendeiros que lutam por direitos na Terra Indígena, recebem o apoio e solidariedade da maioria da população e de seus políticos mais influentes⁴⁵. Em algumas conversas mais informais alguns presentes chegavam a afirmar que *“esse tipo de situação poderia estar acontecendo com qualquer um de nós. Você coloca seu dinheiro numa terra e do dia pra noite fica sabendo que virou terra de índio e que você não tem direito a nada”*.

Um terceiro argumento, que vem ganhando força mais recentemente, dá conta de que os Kaiabi (e os índios em geral), juntamente com a FUNAI, IBAMA, pesquisadores, antropólogos e as ONG’s locais estão associados a organismos internacionais com a

⁴³ A própria autodenominação desse grupo exemplifica com propriedade que a forma fundamental de se diferenciarem de outros grupos é pelas relações com a natureza, capazes de gerarem algum tipo de produtividade para seus associados e para o município.

⁴⁴ A respeito de como a escola se constituiu - durante o processo formativo da identidade dos colonos de Alta Floresta - num dos mais relevantes espaços destinados à adaptação e fixação na Amazônia, recomendo a dissertação de mestrado de Rosane Seluchinesk (1999).

⁴⁵ Ainda que fazendeiros e madeireiros tenham suas rixas internas quanto aos incentivos e restrições que recebem do Governo, nessa situação de conflito na Terra Indígena, é possível reconhecer uma aproximação entre os grupos por uma causa comum.

finalidade de retirarem a Amazônia dos brasileiros⁴⁶. Esse tipo de movimento, alardeado regularmente em reuniões dos “setores produtivos” rurais, vem sendo qualificado como “Novo Colonialismo”, em que as Terras Indígenas e Parques Ecológicos vêm ocupando grandes extensões de terras em nosso território - áreas ricas em recursos que o Brasil não pode tocar - para ficarem à mercê da vontade de grupos de estrangeiros.

A fim de resumir em poucas palavras como operam na prática esses *frames*, vejamos as impressões obtidas, por fontes indiretas, de um fazendeiro que possui terras dentro da Terra Indígena:

Tenho 9 mil hectares dentro da Terra Indígena e não abro mão dessa terra. Imagina você que lá dentro tem uns 80 índios, se você pegar essa terra e dividir dá mais de 10 mil hectares pra cada um. (...) Eu acho que essas ONG's só trabalham porque recebem dinheiro do governo, um dinheiro que é nosso! (...) O problema é que entre nós fazendeiros mesmo, não tem muita articulação, a gente só se junta na dor. Na verdade, os índios não são nossos inimigos, eles são uns coitados, porque estão sendo manipulados pela FUNAI. Eu já estou cansado de brigar com o governo, ainda mais se você é do setor pecuário, acaba levando a fama pelo desmatamento. Deixar a floresta em pé não é lucrativo, mas derrubar também não está resolvendo nosso problema.

5.2.1.3 Posseiros

O grupo de posseiros, atualmente ocupantes do lado da Pará, também apresenta histórias e ligações territoriais dignas de consideração em relação à região do Baixo Teles Pires. Por suas oposições de ordem mais enérgica ocorridas na própria Terra Indígena, por serem oriundos majoritariamente da cidade de Paranaíta, por quase todos os ocupantes passarem boa parte do tempo fora da cidade e até por eles já reconhecerem a proximidade do pesquisador com os Kaiabi, seria inviável qualquer aproximação pessoal que pudesse captar elementos mais consistentes de seus *frames* de identidade e diferenciação associadas à sua afirmação territorial. Foi utilizado como documento base um depoimento elaborado e assinado pelo maior dos grupos a

⁴⁶ Apoiados principalmente nas idéias conspiratórias defendidas por Lorenzo Carrasco (2001) em seu livro *Máfia Verde*.

reivindicar seus direitos no interior da Terra Indígena⁴⁷, enviado à FUNAI, contando sua história de chegada e ocupação no Baixo Teles Pires. Para complementar algumas caracterizações, os depoimentos dos Kaiabi também serão incorporados.

Foi a partir da aquisição junto ao INCRA, de uma área localizada no lado do Pará, que Antônio Campanharo, acompanhado de sua mulher e filhos se deslocaram da cidade de Paranaíta, atravessando o Teles Pires, em direção ao rio São Benedito, no ano de 1983, com o intuito de estabelecerem residência e iniciarem atividades de agricultura e pecuária. A fim de localizar suas terras, situadas na floresta fechada e sem qualquer tipo de sinalização, teriam passado mais de três anos vivendo em habitações provisórias, abrindo vagarosamente estradas, até encontrarem seus lotes e começarem o processo de abertura. A exposição dessa narrativa, seguindo as nuances de uma saga, enfatizando os sofrimentos vividos por sua família, pode ser identificada como o primeiro aspecto marcante a configurar os *frames* de identificação em relação às terras que reivindicam no interior da Terra Indígena Kayabi. Em seu depoimento, afirma que estavam atrás de *“seu pedaço de chão o qual com muito sofrimento desbravando matas, não destruindo-as, mas enfrentando todos os perigos pertinentes, arriscando sua vida com sua família, devido ter comprado as terras a qual não iria abandoná-las”*. Justamente por ter sido a primeira família de posseiros a ocupar essa porção de terras, ficaram conhecidos como a “Família Pioneira” e Antônio Campanharo, simplesmente como “Pioneiro”.

Com a fixação de sua família próximo ao rio São Benedito e já com alguma estrutura de subsistência organizada, Pioneiro começou a incentivar outras ocupações, trazendo famílias do Pará e também de Mato Grosso. No início de 2002, os grupos começaram a chegar em maior número e possuir lotes de terras nas imediações das posses da família de Pioneiro, segundo consta em seu relatório nos autos da FUNAI. Segundo os Kaiabi, atualmente outros dois grupos gerenciados por Zanetti e Hilário também atuam juntos com Pioneiro, procurando manter os índios à distância e defendendo as terras que ocupam. A fim de reivindicar o reconhecimento de direitos de propriedade, aproximadamente 70 famílias teriam se unificado em torno de uma diretoria comum, com Antônio Campanharo como presidente, instituindo juridicamente a Gleba União, com sede na cidade de Paranaíta.

⁴⁷ Esse documento consta no Processo 1053/95 da FUNAI, folhas 764-770. É assinado por: Antônio Campanharo, Juscelino Della Lustina, Dionete Della Justina, Ailton Egler, Darcy Gisch, Edmar Pereira, Leila Maria de Souza, Wilson Campanharo, Margarida Campanharo, Valdir de Souza Maria, Natanael de Souza Maria, José Sidney Rodrigues, Vilmar José e André Egler.

Existem ainda alguns ocupantes isolados, caracterizados como beiradeiros, que não se constituem em torno de nenhum dos grupos mencionados e têm atuações independentes. São remanescentes dos ciclos econômicos do passado ou pessoas que resolveram ocupar por conta própria algumas porções de terra. De acordo com os Kaiabi eles são identificados como Norberta, Juraci, Ester, Monteiro, Bina e Evaldo Miranda. Sua atuação também se restringe ao plano local, principalmente mediante o incentivo da prática de pescaria predatória, que já resultou em encontros violentos e apreensões por parte dos índios de instrumentos e barcos de pesca.

- **Frames de identidade e regimes de propriedade**

A principal enunciação utilizada pelo grupo de posseiros liderado por Pioneiro para se definirem em relação à terra é que “*somos pessoas interessadas em adquirir um pedaço de chão para o próprio sustento, adquirimos a terra com o intuito de termos um local para plantar e colher, abrigando nossos filhos e familiares*”. Essa vinculação com a terra como meio de subsistência já se distancia daquela acionada pelos fazendeiros de acumulação de rendas e geração de riquezas para o país, evidenciando que se perderem essa terra, que tanto lutaram para encontrar e fazer produzir, nada terão para garantir sua sobrevivência. De forma semelhante aos fazendeiros, os posseiros também têm como guia principal para ordenar suas relações com a terra o regime de propriedade privada, contudo, de forma diferenciada, a terra está intimamente associada ao suor e ao trabalho capaz de alimentar suas famílias e gerar alguma renda extra. Pelas fotos aéreas tiradas em operações do IBAMA e da Polícia Federal (vide o anexo 2) é possível reconhecer que essa renda é adquirida principalmente com a extração de madeira e pela criação de gado de corte⁴⁸.

Por não se sentirem como invasores, acreditando terem tomado legalmente a posse de terras da União, acreditam estar em seu pleno direito e declaram veementemente que não aceitam em hipótese alguma receberem indenizações, acrescentando que irão se utilizar de todos os artifícios possíveis para permanecer em suas posses. De acordo com informações prestadas pelo próprio Pioneiro⁴⁹, a área total ocupada pela gleba União é de 38 mil hectares. A alegação maior desse grupo é que antes de ocuparem a terra, teriam se dirigido ao INCRA, na cidade de Miritituba, no Pará, onde tomaram conhecimento que as terras que iriam ocupar se enquadravam no

⁴⁸ Segundo os Kaiabi, a partir de informações do próprio Pioneiro, existem cerca de 2.500 cabeças de gado na chamada Gleba União.

⁴⁹ Referente a uma fiscalização conjunta entre IBAMA e FUNAI, entre os dias 6 e 15 de abril de 2010.

estatuto de terras devolutas. Ficaram, evidentemente, surpresos recentemente ao saberem que estavam morando em terras indígenas, de onde deveriam se retirar, sem direito a qualquer tipo de ressarcimento. Os posseiros ocupantes do Pará acreditam que o conflito existe porque apesar de já possuírem direitos sobre a terra desde 1983, somente no ano de 2002 foram informados da Portaria Declaratória que deveriam sair de suas terras. Contudo, afirmam ter pagado pelas terras e conseguido, em 2003, regularizar os documentos e impostos pendentes, obtendo, assim, uma Escritura Pública de declaração de Justa Posse.

- **Frames de diferenciação**

Não há dúvidas que os maiores opositores dos posseiros são os Kaiabi, principalmente pelas ocupações do grupo de Pioneiro estarem situadas nas proximidades do Lago Azul, que no passado era bastante freqüentado e ainda encontra-se presente em muitas histórias dos mais velhos⁵⁰. Desse modo, ocorreram algumas situações de tensão entre os dois grupos, com ameaças de morte de parte a parte, que são capazes de evidenciar a ligação que Pioneiro e seu grupo têm com a terra, assim como os *frames* que fazem dos Kaiabi. Em 2002, assim que foi publicada a Portaria Declaratória, uma operação do IBAMA foi deflagrada na área ocupada pelo grupo de Pioneiro, com a presença dos Kaiabi e alguns militares da Base do Cachimbo. Quando abordado pelos funcionários do IBAMA e informado que deveria abandonar suas terras, Pioneiro respondeu da seguinte maneira, segundo José Kaiabi, que coordenava os movimentos dos Kaiabi: *“daqui eu não saio, a não ser morto! Os índios tá aqui, eu sei disso, tem tanta terra por aí, não sei porque os índios querem minha terra porque eu já comprei, gastei dinheiro e não entrego essa terra, nem um palmo de terra eu dou pros índios. Eu saio daqui só ser for morto ou se índio me matar, mas vivo eu não saio daqui!”*.

A fala de Pioneiro ressalta com propriedade os *frames* que os posseiros possuem em relação aos Kaiabi, também segue a linha de que os índios já têm sua terra, não precisam tirar as terras daqueles que pagaram pela propriedade e dela dependem para sustentar suas famílias. Desse modo, podem contar apenas com o apoio do INCRA, haja vista que o IBAMA e a FUNAI aparecem como órgãos desacreditados, que não se preocupam em conhecer as histórias e as razões que levaram os posseiros a lutarem por essa terra. Foi a partir de 2002 que os encontros entre os Kaiabi e o grupo de Pioneiro passaram a gerar uma série ameaças passíveis de violência e morte de ambos os lados. Irei descrever alguns desses momentos na seção seguinte, quando

⁵⁰ Inclusive é esse o local planejado por Tamanaú para estabelecer a nova aldeia Ilha Grande, assim que sair a demarcação e puderem se mudar do Xingu para o Teles Pires.

serão tratadas as interações entre os atores. Contudo, é possível que principalmente pelos posseiros não possuírem o mesmo histórico de ocupação que os fazendeiros, conseqüentemente não gozando do mesmo prestígio político e econômico, que as alternativas enérgicas e violentas sejam as únicas encontradas para resguardar seu direito de posse e assegurar a única fonte de subsistência que possuem.

5.2.1.4 Garimpeiros

No início da década de 1970, com os primeiros estudos para a implementação do projeto de colonização de Alta Floresta, ainda não existiam garimpos de qualquer espécie no norte de Mato Grosso. Foram justamente os funcionários da INDECO, explorando as imediações do Teles Pires, que descobriram os primeiros sinais de ouro em alguns pontos desse rio. Os próprios Kaiabi confirmam que teria sido a partir de 1970 que se iniciaram as prospecções na região do Baixo Teles Pires, com a chegada de um grupo numeroso de pára-quadistas⁵¹. Durante alguns anos, as informações a respeito do ouro não ganharam muita importância, principalmente pela intervenção de Ariosto da Riva, que queria evitar uma chegada descontrolada de pessoas nas terras que estava começando a organizar. Contudo, pela confirmação da descoberta de grandes jazidas de ouro, devido também à proximidade com Serra Pelada e pelo tipo de ouro encontrado ser de aluvião, exigindo técnicas muito simples para ser retirado, os boatos se espalharam rapidamente, promovendo uma explosão populacional acelerada e sem precedentes no entorno de Alta Floresta, com aventureiros chegando de todos os cantos do país.

Sem condições de conter a chegada dessa frente desordenada de pessoas movidas por desejos de enriquecimento rápido, os colonizadores resolveram investir na abertura de mais duas glebas (Paranaíta e Apiacás), utilizando o avanço dos garimpeiros para ocupar os loteamentos mais distantes do município de Alta Floresta, criando assim duas cidades que teriam sua economia movida estritamente pela exploração e comércio do ouro. A idéia era direcionar os recursos adquiridos no garimpo para a aquisição de lotes e investimentos em agricultura. Juntamente com as explorações rudimentares gerenciadas por empresas mineradoras, dragas e balsas que já operavam no Tapajós começaram a chegar massivamente ao Teles Pires, com a exploração garimpeira alcançando seu auge em 1984, quando essas três cidades registraram um acréscimo populacional de mais de 100 mil pessoas. Foi nesse período exatamente que os Kaiabi relatam um movimento intenso de garimpeiros bem em

⁵¹ Afirmando que em pouco tempo todas essas terras seriam tomadas por atividades de extração de ouro, foi nesse período que os primeiros garimpeiros incentivaram os Kaiabi a se mudarem para o Xingu, constituindo uma segunda leva oriunda do Teles Pires.

frente às suas aldeias, tanto que podiam atravessar o Teles Pires, apenas caminhando por cima das balsas.

A decadência da exploração aurífera se confirmou entre os anos de 1989 e 1994, principalmente em razão do esgotamento das jazidas, da desvalorização do preço do ouro e das políticas de contenção do consumo do governo Collor. Dragas e balsas foram deixadas enferrujando no leito do rio e a maioria dos garimpeiros abandonou a região, voltou para seus estados de origem ou foram absorvidos como mão-de-obra nas fazendas e projetos agropecuários. No entanto, alguns remanescentes desse processo ainda operam com algumas dragas no interior da Terra Indígena Kayabi, localizados abaixo da cachoeira Rasteira. Seguindo o padrão de identificação característico dos garimpos, em que as pessoas são conhecidas por alcunhas, os donos das dragas são chamados de Marcos, Maranhão, Barba Roxa, Guarda, Paraná e Pinduca. Vejamos de que maneira esse grupo define sua identidade em meio às disputas relativas à Terra Indígena Kayabi, como se posicionam frente aos demais atores e como compreendem o conflito.

- **Frames de identidade e direitos de propriedade**

Diferentemente dos relacionamentos entre pessoas e ambiente apresentados até o momento, os garimpeiros, que trabalham com “dragas chupadeiras” no leito do Teles Pires, constituem seus *frames* de identidade não em função de algum tipo de ligação com a terra, mas principalmente a partir daquilo que o rio pode lhes proporcionar em termos de rendimentos financeiros. Suas embarcações estão sempre em movimento, à procura de algum poço mais profundo ou indicação de pontos de maior produtividade. Apesar de compartilharem da uma concepção similar à dos fazendeiros e posseiros, de que a natureza - tomada como entidade exterior - deve ser explorada com técnicas adequadas para gerar algum tipo de receita, operam com um tipo de territorialidade errante e sem limites mais rígidos, que não impõe qualquer tipo de conexão particular com a terra. As dragas mecanizadas são operadas por pelo menos cinco funcionários cada, que trabalham 23 horas por dia, sugando o cascalho do leito do rio e lançando em esteiras, fazendo posteriormente a filtragem do ouro agregado com o mercúrio. Desse modo, os garimpeiros possuem um acordo com os índios que os permitem atuar desde a Cachoeira Rasteira até a foz do Teles Pires.

Numa das conversas com Marcos, o chefe dos garimpeiros, ele afirmou que: “*nós não estamos aqui como invasores, temos trabalhado nessa região bem antes disso virar Terra Indígena. (...) Nossa idéia é ajudar os índios, tirar o nosso ouro e ajudar a*

preservar a natureza”. Marcos fez questão de enfatizar que apesar do desmatamento das margens e dos barrancos ao redor, pretendem se adequar às normas ambientais e afirma que utilizam o mercúrio somente na etapa final de separação do ouro.

É precisamente tomando uma disposição de indiferença e buscando assistir os índios em muitas de suas demandas, que os garimpeiros se esforçam para ser reconhecidos enquanto parceiros. Sua estratégia principal para continuarem com suas atividades é se aproximando dos índios, ouvindo suas reivindicações e adquirindo seu apoio, uma vez que qualquer desentendimento de maior proporção pode interromper seus trabalhos, pois as dragas ficam próximas às aldeias dos Munduruku e Apiaká principalmente⁵². Quando indagados sobre seu entendimento do conflito, Marcos afirma que já tinha conhecimento que os índios habitavam essa região há muito tempo e posteriormente começaram a chegar os fazendeiros também exigindo seus direitos. Argumenta também que é favorável à demarcação integral, pois tem planos de trabalhar com seus colegas de forma legalizada dentro da Terra Indígena, mas se tiverem que sair, não vê problemas em voltarem a operar no Tapajós.

- **Frames de diferenciação**

Para garantirem a continuidade de suas atividades, se afirmarem no relacionamento diário com os índios e ocuparem um posicionamento estável no “campo do conflito”, as atitudes dos garimpeiros estão voltadas principalmente para o plano local, a partir de posturas assistencialistas. Tudo indica que a manutenção do *status quo* é a melhor forma de gerenciamento do conflito, na visão dos garimpeiros. As seis dragas contribuem mensalmente com 100 gramas de ouro, 400 litros de combustível, além de regularmente patrocinarem os movimentos políticos dos Kaiabi na cidade⁵³. A fim de fazerem com que seus *frames* sejam incorporadas pelos Kaiabi, difundem constantemente o discurso de que são os maiores aliados dos índios na Terra Indígena e no processo de demarcação.

⁵² Pelas informações que obtive a partir dos comerciantes de ouro em Alta Floresta, o ouro extraído próximo à cachoeira Rasteira é o mais valorizado das redondezas por apresentar maior teor de pureza.

⁵³ Pela proximidade maior com as aldeias Munduruku e Apiaká, as compensações a esse grupo são ainda mais expressivas, contudo, por entenderem que os Kaiabi têm atuado com mais veemência na defesa de seus direitos territoriais, os garimpeiros também procuram mantê-los sob controle mediante algum tipo de contribuição.

Definem, pois, sua identidade por oposição aos órgãos que deveriam prestar algum tipo de apoio aos Kaiabi, Apiaká e Munduruku. Apresentam-se como aliados capazes de dar alguma autonomia em relação à tutela do órgão oficial. Afirmam que uma vez que a FUNAI não é capaz de cumprir com seu papel de proporcionar melhores condições de vida aos índios, eles vêm fazendo esse trabalho, em troca apenas da permissão de explorarem ouro sem serem importunados. Possivelmente pelo fato de os Kaiabi já estarem desde os primeiros contatos com Elias Praxedes, dependentes de algum tipo de amparo exterior, esse discurso assistencialista seja adotado e reproduzido rapidamente. Inclusive em reuniões com o IBAMA e a FUNAI, quando esses órgãos atacavam a atuação dos garimpeiros, eram prontamente retrucados pelos índios, com o discurso já padronizado, de que enquanto ninguém do Governo puder dar a assistência que merecem, não vão fazer nada para tirar os garimpeiros. Numa fala do cacique Atú, ele diz o seguinte: *“esse pessoal de IBAMA e da FUNASA vem com esse papo de meio ambiente e de doença que o garimpo traz pra gente, mas saber de ajudar mesmo a gente eles não quer. Só quem vive a nossa situação é que sabe!”*.

5.2.1.5 Pousadeiros

A pesca esportiva é uma das atividades de lazer mais praticadas em todo o mundo, envolvendo uma série de serviços relacionados ao (eco)turismo. É originária do mesmo conceito de pesca amadora, tendo se desenvolvido nos moldes atuais a partir da década de 1970, nos Estados Unidos. Encontra no Brasil condições promissoras para sua prática em função da existência de uma grande variedade de peixes e áreas relativamente preservadas, para atrair os grupos de pescadores. A pesca esportiva é praticada em todo território nacional com destaque para o Pantanal e a Amazônia.

No caso das pousadas de pesca esportiva atualmente presentes ou atuando na Terra Indígena Kayabi, todas elas passaram a operar justamente após a decadência das atividades garimpeiras no Baixo Teles Pires, quando as dragas e balsas deixaram o rio. Duas delas possuem sede fora da Terra Indígena (Pousada Thaimaçú - no rio São Benedito e Pousada Mantega - no rio Teles Pires, pouco abaixo do Salto Sete Quedas), com rotas de pescaria em seu interior, ao passo que a Pousada Santa Rosa se localiza há não mais do que vinte minutos de voadeira da aldeia Kururuzinho, descendo o rio. Aproveitando-se do *boom* do turismo ecológico em todo o Brasil, procuram oferecer um ambiente rústico de hospedagem, combinando os confortos básicos da cidade com experiências de proximidade com as “belezas naturais” da floresta Amazônica. Cobrando diárias que variam entre 600 e 900 reais por pessoa, o público alvo das pousadas está voltado principalmente a grandes empresários, jogadores de futebol, políticos e artistas.

- **Frames de identidade e direitos de propriedade**

É exatamente fazendo referência ao seu papel enquanto pessoas ligadas à preservação da Amazônia que os donos das pousadas procuram definir seus *frames* de identidade. O conceito de “belezas naturais” está constantemente presente em suas falas, assim como nas motivações que trazem os turistas do sudeste e sul do Brasil para estabelecerem um tipo de relação peculiar com a natureza. Diante das conversas entrevistas com os proprietários, Frederico Oliveira relata que ficou evidente que estão dispostos a explorar um ramo de negócios cada vez mais crescente no Brasil, aproximando seus clientes das particularidades que somente o bioma amazônico pode oferecer. Aquele relacionamento com o ambiente natural em termos de uma paisagem a ser contemplada e conservada parece ser o mais adequado para entender esse tipo singular de interação entre pessoas e natureza. Não é, portanto, explorando a natureza e dela retirando recursos com valor econômico que os pousadeiros e pescadores procuram se definir. Ao contrário, os pousadeiros se arrogam a função de preservar, enquanto os pescadores vêm de longe para contemplar e interagir sem nada retirar. Por essa razão, o regime de propriedade da pesca esportiva também não pode ser enquadrado facilmente no esquema de propriedade privada. Ainda que no caso da Pousada Santa Rosa os donos tenham a possibilidade de requerer algum tipo de direito sobre a propriedade que ocupam, não é esse o caminho que mais utilizam para defender sua territorialidade, mas sim reconhecendo que dependem da capacidade que os rios e a floresta podem oferecer em termos de abundância de peixes e paisagens exuberantes. Desse modo, as pousadas são favoráveis à demarcação da Terra Indígena, pois admitem que se essas terras ficarem nas mãos de fazendeiros, em pouco tempo não terão o que mostrar a seus clientes. Logo, seu interesse principal está voltado para continuarem tendo acesso livre de seus turistas a áreas conservadas e com maior incidência de peixes considerados exóticos.

Em razão dos acordos que os Kaiabi possuem firmados com as pousadas, é freqüente os encontros entre as duas partes. Desse modo, no período que da pesquisa de Frederico, algumas reuniões foram presenciadas. A seguir temos uma declaração que um dos donos prestou, numa conversa informal:

“Rapaiz, eu sou apaixonado por esse Teles Pires e pela pesca esportiva. Por isso eu quis abrir esse lugar aqui. Minha idéia é preservar pra poder atrair as mesmas pessoas que também são apaixonadas pela natureza. Porque se você tá achando que isso

aqui dá dinheiro, não dá nada! A despesa é muito alta e muitas vezes dá até prejuízo. Principalmente porque a gente não trabalha na época da piracema pra poder preservar e eu não deixo mais de 20 turistas hospedados, senão já começa a dar impacto no rio. Se demarcarem essa área mesmo, nós vamos tentar fazer outro acordo com os índios, senão eu vou pra outro lugar”.

Numa linha bastante similar, porém complementar, os pescadores e grupos de turistas que freqüentam essas pousadas, manifestam o interesse de contribuírem para a preservação da Amazônia, praticando a pesca não voltada para morte dos peixes e usufruindo das belezas naturais. Nas conversas com grupos de pescadores na cidade de Alta Floresta, ficou evidente que eles não estão preocupados se existe ou não conflito na área onde vão pescar e também não se importam em saber sobre a legalidade das pousadas operando no interior na Terra Indígena. Nesse sentido, apenas saber pelo dono da pousada que possuem algum tipo de acordo com os índios é mais do que suficiente.

A visão que o praticante da pesca esportiva tem desse tipo de atividade em muito se aproxima daquela noção do homem enfrentando a natureza e buscando provar sua superioridade em relação a ela, porém, sem destruí-la⁵⁴. Quem pratica esse tipo de pesca entende estar praticando um esporte que, além de divertido, não é agressivo e, ao mesmo tempo, imaginam estar preservando o ambiente e as espécies de peixes em extinção. Inclusive, procuram se definir por oposição aos “pescadores predatórios”, que não possuem as mesmas técnicas e cuidados no trato com a natureza. Desse modo, a luta do pescador para tirar o peixe da água e ser fotografado com ele é o que mais motiva os praticantes⁵⁵. A fim de entender um pouco mais sobre os níveis de dificuldades e divertimentos da pesca esportiva foi entrevistado Marcelo, um empresário de Ribeirão Preto que afirmou que o tucunaré é realmente um dos peixes mais valorizados, sendo conhecido como o “rei da briga”⁵⁶.

⁵⁴ Conforme o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA), é importante não jogar o peixe na água, sem qualquer tipo de cuidado, pois cansado e desorientado, se torna uma presa fácil para outras espécies predadoras. A orientação é para que o pescador coloque o peixe na água, apoiando-o com as mãos por baixo do corpo para que o exemplar se recupere lentamente e só saia quando estiver em condições e por conta própria. Nesse sentido, existe um conjunto de técnicas para devolver o peixe à água, diminuindo o risco de mortandade.

⁵⁵ A fim de validar as experiências de luta e o triunfo com a natureza, existe uma rede bastante desenvolvida pela internet, em que os participantes colocam os nomes de seus grupos, fotos com os peixes e contam casos referentes às dificuldades que passaram e situações cômicas que ocorreram em suas pescarias. Vejam por exemplo: (<http://www.turmadobigua.com.br/forum/>)

⁵⁶ No próprio site da pousada Thaimaçu existe uma enquete para os participantes votarem qual é o peixe “mais esportivo”. E o tucunaré tem mais de 70% dos votos.

Principalmente porque ele faz tudo para dificultar de ser fígado: vai ao fundo, pula por cima da linha da água, tenta enrolar a linha nas pedras, enfim, é o peixe que oferece mais dificuldades e ao mesmo tempo testa a habilidade do pescador. Já os peixes de couro oferecem mais o desafio de força e paciência. A cachorra também é considerada um peixe interessante, porque exige paciência e habilidade, porém, nem tanta força quanto o peixe de couro.

- **Frames de diferenciação**

De forma semelhante aos garimpeiros, os donos das pousadas procuram se definir em relação aos índios como parceiros, utilizando também de atitudes assistencialistas para manterem suas atividades. Propagandeiam freqüentemente, que sua presença na Terra Indígena é benéfica para as comunidades indígenas e para o meio ambiente. A partir também do argumento de que se interessam pela preservação da floresta e conseqüentemente da Terra Indígena, suas atuações estão regularmente voltadas para o plano local, a fim de manterem os índios sob certo controle e dependência, para não serem reconhecidos como inimigos. A Pousada Santa Rosa contribui com um valor mensal variável, além de ter comprado a casa sede da Associação Indígena Kawaip Kayabi, que também serve de apoio aos índios em trânsito, situada na cidade de Alta Floresta, e já está incorporada como patrimônio da Associação. A Pousada Mantega contribui com valor mensal pago em espécie e fornecimento de combustível, aquisição do veículo F-4000, barco, motor de popa e gerador a diesel, que servem a assistência dos índios. Atualmente a Pousada Thaimaçu não opera mais na Terra Indígena, devido a ameaças que teria sofrido dos posseiros que vivem próximos ao rio Cururuzinho, mas seu dono vem constantemente sondando os Kaiabi para voltar às atividades nesse rio⁵⁷, agora sob controle da Pousada Mantega. Nessa medida, é possível verificar que as próprias pousadas mantêm uma forte concorrência entre si para terem o acesso privilegiado para seus turistas dentro da Terra Indígena e este acesso na maioria dos casos está referido ao rio Cururuzinho.

O principal grupo diante do qual os pousadeiros procuram se definir por oposição são os garimpeiros. Posto que os dois grupos disputam a confiança dos índios de maneiras parecidas e além disso utilizam os rios como meio principal de desenvolverem seus negócios, não é raro que desentendimentos entre pousadeiros e garimpeiros venham a ocorrer deixando os índios em situações sempre delicadas. As desavenças normalmente ocorrem porque as pousadas gostariam de estender suas rotas de pesca abaixo da cachoeira Rasteira, contudo não seria uma visão nada agradável para seus

⁵⁷ Segundo informações dos Kaiabi, também teriam recebido uma proposta da recém instalada Pousada Portal da Amazônia para poder trabalhar no rio Cururuzinho.

clientes, “amantes da natureza”, a visão de dragas de garimpo desmatando os barrancos e poluindo o rio. Por outro lado, os garimpeiros têm o desejo de subir a Rasteira para terem acesso a uma porção valorizada e pouco explorada do rio. Para complicar ainda mais a situação, os Munduruku e Apiaká são mais favoráveis aos garimpeiros e determinam que as pousadas também lhes proporcionem compensações financeiras, ao passo que os Kaiabi são mais favoráveis aos pousadeiros e exigem que os garimpeiros aumentem o valor mensal de contribuição se subirem a Rasteira.

5.3 Dinâmica Socioeconômica e Eixos de Rivalidade/Solidariedade

A partir da descrição dos distintos modos de inter-relacionamento ecológicos dos atores envolvidos diretamente no conflito da Terra Indígena Kayabi, é possível aproximar uma compreensão do porquê, na maioria dos casos, os conflitos socioambientais relativos às afirmações territoriais sejam os mais difíceis de alcançarem uma resolução ou uma resolução que agrade a todas as partes. Diante das controvérsias inerentes aos processos sociais de ocupação territorial, das histórias regionais e dos relacionamentos entre pessoas e natureza, fica evidente que cada um dos grupos em disputa acredita estar no seu mais amplo direito ao buscarem defender suas territorialidades da maneira mais adequada que lhes convém, enquadrando seus opositores em *frames* que merecem menos consideração. Lançando mão da abordagem etnográfica e dos *frames* acionados pelos atores, foi possível apresentar não apenas as demandas e interesses, mas os principais sentimentos, valores e concepções da natureza que embasam seus posicionamentos e tornam legítimas suas reivindicações e contribuem para a perpetuação do conflito. Justamente por essas razões, e com o propósito de gerar uma compreensão mais abrangente, que o conflito é entendido como uma disputa intratável - repleto de tensões que se cruzam em diferentes escalas - que manifesta considerável potencial de durar por tempo indeterminado.

Para se alcançar uma análise mais consistente do conflito e da dinâmica socioeconômica da região não é o bastante apenas apresentar os atores e descrever suas concepções territoriais, que fundamentam distintas maneiras de interação com a natureza. Uma etapa complementar da etnografia dos conflitos socioambientais ainda deve ser apresentada, considerando particularmente a reconstituição de uma rede de relações sociais mais amplas e os movimentos dos atores no “campo do conflito”. Diante de uma base já estabelecida na seção anterior, capaz de conferir veracidade e profundidade histórica aos principais envolvidos, é possível seguir com mais segurança a proposta de trabalhar as interações sociais deixando em segundo

plano valores pessoais que rapidamente tendem a rotular, a partir de estereótipos mais consagrados, esse ou aquele grupo como mais ou menos dignos de consideração. Contudo, se o objetivo é trabalhar com certa suspensão de valores, não se pode agora abrir mão de analisar as motivações e direcionamentos de ordem política que informam não apenas os posicionamentos dos atores, mas todo o desenvolvimento do conflito.

5.3.1 Fato Gerador e as Aparições Oficiais dos Atores

O marco inicial que deu origem aos primeiros desentendimentos foi a publicação do relatório de identificação e ampliação da Terra Indígena, pela antropóloga Patrícia Rodrigues, em 1994. Se anteriormente ao relatório, as concepções territoriais hegemônicas em Mato Grosso enxergavam a floresta como espaço de especulação imobiliária ou como fonte de recursos e desenvolvimento econômico, essa visão passou a ser ameaçada com a possibilidade de transformação de uma considerável parcela de terras em área indígena. Segundo relatam os Kaiabi, apesar de terem verificado um aumento cada vez mais constante de desmatamentos e da presença de não índios nas terras recém identificadas, não chegaram a enfrentar propriamente qualquer tipo de embate mais intenso com os grupos de interesse que mencionamos anteriormente. Isto porque principalmente devido à contestação apresentada pelo Ministério da Defesa, referente à sobreposição da área delimitada sobre a Base Aérea do Cachimbo, não havia ainda a confirmação oficial de que aquela terra era de posse dos índios. Esse período pode ser identificado como um momento de latência do conflito, em que os atores vinham se mobilizando internamente, aguardando um posicionamento definitivo do Governo Federal para definirem suas estratégias de ação.

Foi somente em junho de 1999, que o presidente da FUNAI publicou no Diário Oficial a aprovação dos estudos de redefinição de limites. A FUNAI e o Ministro da Justiça concordaram em retirar do perímetro da Terra Indígena a sobreposição com as terras pertencentes ao Comando da Aeronáutica por incompatibilidade de usos, ratificando as demais proposições constantes no relatório de Rodrigues.

Da parte dos Kaiabi é digno de destaque a fundação, em abril desse mesmo ano, da Associação Indígena Kawaip Kayabi (AIKK), com o propósito de formalizarem uma organização juridicamente constituída para lutar por seus direitos, especialmente aqueles relativos à demarcação. Foram também mapeadas por Frederico Oliveira algumas manifestações mais relevantes da parte de não índios nesse momento, que, contudo, não obtiveram êxito. Foram oferecidas contestações pelo município de Apicás/MT e pela empresa Agropecuária Vale do Ximari (BRASCAN), que logo foram

consideradas irrelevantes do ponto de vista jurídico, posto que não conseguiram desconfigurar a ocupação tradicional indígena ou apontar vícios processuais capazes de comprometer os trabalhos de identificação e delimitação, como exige o parágrafo 8º do artigo 2º do Decreto nº 1.775/96 da Constituição Federal⁵⁸. Foi ainda realizada uma manifestação pela Comissão Pró-Hidrovia Teles Pires - Tapajós, do Rotary Internacional de Alta Floresta, quando enviaram uma carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso, solicitando que não aprovasse a ampliação da Terra Indígena. Conforme notícia publicada pelo ISA na época (em 16 de novembro de 1999), os plantadores de grãos da região alegavam que a ampliação da Terra Indígena atingia o ponto considerado ideal para o acesso rodoviário ao porto fluvial da hidrovia, no município de Apiacás, inviabilizando projetos ambiciosos de escoamento de soja utilizando o potencial de navegação de Teles Pires.

Com a publicação da Portaria Declaratória 1.149 de 02 de outubro de 2002 pelo Ministro da Justiça, ocorreu o marco jurídico fundamental para a consolidação da Terra Indígena, resultando na desconsideração de todo e qualquer título de propriedade ou ocupação referente a essa área e culminando rapidamente na irrupção manifesta do conflito socioambiental. A partir desse momento, os atores diretamente envolvidos pelas determinações da Portaria Declaratória começaram a se mostrar publicamente, buscando contar suas histórias, lutar por direitos e mobilizar pessoas e entidades, com distintos níveis de poder, que pudessem de alguma maneira transpor seu capital social a favor de um determinado tipo de territorialidade. Por um lado, os Kaiabi, Apiaká e Munduruku passaram a lutar abertamente por sua afirmação territorial, buscando ações coordenadas para alcançar a demarcação da terra, que seria o próximo passo. Da mesma forma, os fazendeiros, posseiros, garimpeiros e pousadeiros também se apresentaram, para aos poucos constituírem na prática o “campo do conflito” e defenderem suas posições. Se até aqui apresentamos os principais atores envolvidos, juntamente com as principais alianças no plano local, agora é o momento de analisar o conflito em movimento, mostrando as interações sociais, indicando as principais estratégias utilizadas, eixos de solidariedade/rivalidade e trazendo os atores de outras escalas que são chamados a intervir, a fim de influenciarem o direcionamento do conflito.

5.3.2 Operação do Lago Azul

Para iniciar a apresentação da dinâmica do conflito, bem como as interações e posicionamentos dos atores envolvidos, tomando como referência os eventos que ocorreram após a publicação da Portaria Declaratória de 2002, cabe mencionar uma

⁵⁸ Faço referência ao processo 1776/82, folha 641, dos autos da FUNAI.

situação anterior que, porém, foi decisiva para a concretização desse marco. Ao tomarem conhecimento de que a Portaria Declaratória encontrava-se na mesa do Ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, aguardando para ser assinada há mais de seis meses, os Kaiabi resolveram organizar uma operação a fim de pressionar as autoridades em Brasília. Este foi o primeiro movimento organizado pelos Kaiabi, em coordenação com seus parentes do Xingu, os Apiaká e Munduruku, IBAMA, FUNAI, os militares da Base Aérea do Cachimbo e com a logística patrocinada pela Pousada Thaimaçú⁵⁹, com o propósito de garantirem a execução dessa etapa crucial em todo processo relativo ao reconhecimento e demarcação de terras indígenas.

Os índios habitantes do Baixo Teles Pires, com mais 60 guerreiros do Xingu, agentes do IBAMA e policiais da base aérea escolheram como alvo exatamente o local ocupado por Pioneiro e sua família, próximo ao Lago Azul, às margens do rio São Benedito. Após a polícia ter realizado a prisão de Pioneiro, em razão de desmatamentos ilegais, os Kaiabi fizeram mais cinco outros ocupantes de reféns, levando-os para a aldeia Kururuzinho e alegando que só os soltariam caso tivessem a assinatura do Ministro da Justiça. Os demais ocupantes da área foram incentivados pelo IBAMA a sair sob pena de serem multados ou presos pela polícia. Assim, outras lideranças indígenas se dirigiram a Brasília a fim de garantir a confirmação da Portaria Declaratória. Três dias após, quando receberam a informação de que conseguiram a assinatura do ministro, os reféns foram soltos. Contudo, os Kaiabi não souberam se aproveitar de forma mais incisiva da situação, pois a área até então tomada pelo grupo de Pioneiro ficou pelo menos dois meses desocupada e os Kaiabi nada fizeram para tomar o controle. Logo, Pioneiro retornou ao mesmo local e a partir desse momento teria passado a incentivar outras famílias a possuírem lotes próximos à sua propriedade, abrirem estradas e desmatarem a fim de comprovarem possíveis direitos em relação à terra. Segundo José Kaiabi: *“essa Portaria ficou um tempão presa lá em Brasília. Aí só depois que nós prendemos esse pessoal aqui e fizemos essa operação que o ministro liberou esse documento. Pra você ver como é que são as coisas. Aí lá no Pioneiro ficou vazio, só que a bobeira nossa é que ninguém apareceu lá pra ocupar, eu digo assim, os índios, aí o cara voltou lá de novo. Ficou limpo lá e depois o Pioneiro voltou”*.

⁵⁹ É evidente que o interesse maior da pousada nessa operação não era de ajudar os índios, mas de desimpedir a área próxima ao rio Cururuzinho, bastante freqüentada por seus turistas e que vinha sendo constantemente explorada por pescadores predatórios convidados pelos posseiros.

5.3.3 Contestando a presença dos Kaiabi

A partir da declaração do então deputado estadual Sinval Barbosa (e agora governador), figura política ligada aos ruralistas do norte do Estado, ao Diário de Cuiabá (em 06 de dezembro de 2002), ficava evidente que os fazendeiros já buscavam algum tipo de apoio em escala regional e que as reações seriam enérgicas. Segundo Sinval, *“isso vai dar problema, pois nessa área existem agricultores, o que com certeza não resultará numa convivência pacífica”*. De fato, os desmatamentos que vinham crescendo a partir de 1994, se intensificaram de forma extraordinária ao final de 2002, assim que os fazendeiros tomaram conhecimento de que estavam em vias de perder suas propriedades. Como pode ser confirmado no mapa Anexo 1.16⁶⁰, essa medida até certo ponto desesperada propiciou a derrubada de mais de 19 mil hectares de floresta no interior da Terra Indígena, com a predominância na formação de pastos, haja vista que o solo do bioma amazônico não é muito propício para o cultivo da soja.

Se no plano local os fazendeiros procuravam garantir algum tipo de direito de propriedade demonstrando o uso pelo desmate e criação de gado, alguns grupos começaram a se organizar a fim de conseguirem suspender judicialmente a demarcação junto ao Superior Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2003, a “Agropastoril, Madeireira e Colonizadora Sanhaço LTDA”, juntamente com a “Madeireira e Colonizadora Biguá”, o município de Apiacás e Felipe Cordovez impetraram mandados de segurança contra a decisão do Ministro da Justiça, requerendo a concessão de uma liminar capaz de suspender a demarcação⁶¹. De modo geral, as atitudes desses atores e a própria organização dos documentos encaminhados à justiça estão fundados em seus *frames* de relacionamento com a natureza que valorizam o respeito à propriedade privada. O primeiro argumento constante nesse documento dá conta de que os requerentes adquiriram por meio de leilão público terras que foram arrecadadas e transcritas pelo Estado de Mato Grosso e vinham desde então, implantando nas respectivas áreas, projetos de exploração pecuária, sem sofrer qualquer restrição.

Num segundo momento procuram desqualificar a validade do laudo elaborado por Rodrigues, apresentando supostas inconsistências e insinuando regularmente que os índios jamais ocuparam “tradicionalmente” as terras declaradas do lado de Mato Grosso (município de Apiacás), que são dependentes de recursos dos brancos⁶², que

⁶⁰ Mapa elaborado pela equipe de conservação ambiental do ICV.

⁶¹ Mandados com os respectivos números de 8873-DF, 8882-DF e 8755-DF.

⁶² Supondo que não seriam índios legítimos, pois não são portadores de uma cultura intocada, uma vez que não vivem mais da maneira que viviam antes da chegada da colonização.

não necessitam de uma extensão tão grande de terras para se reproduzirem e que os investimentos ali realizados pelos fazendeiros seriam perdidos, causando danos irreparáveis a suas empresas⁶³. A defesa do município de Apiacás alegou ainda que a portaria do Ministério da Justiça violou o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório porque não foram averiguadas as peculiaridades nem a constatação da existência de índios no local.

Mediante a contratação do técnico Carlos Antônio de Siqueira⁶⁴, a partir de uma empresa de consultoria particular, os impetrantes adquiriram um contra-laudo com informações baseadas em algum tipo de pesquisa de campo, com a intenção de descaracterizar o relatório original de identificação, ou pelo menos convencer o juiz a solicitar provas mais contundentes a respeito da ocupação tradicional dos Kaiabi, de acordo com os quatro requisitos básicos do artigo 231 da Constituição Federal⁶⁵. Desse modo, o ministro Edson Vidigal do Superior Tribunal de Justiça resolveu, no dia 28 de janeiro de 2003, conceder a liminar suspendendo os efeitos da Portaria Declaratória, até o julgamento definitivo da ação.

Assim que tomou conhecimento dessa decisão, a FUNAI, através de sua Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF), se mobilizou e acionou a Advocacia Geral da União e a sua Procuradoria-Geral Especializada, adotando providências para que a Portaria Declaratória voltasse a vigorar o mais rápido possível e o processo de demarcação pudesse ser retomado. Como reação a essa situação, em setembro de 2003, os Kaiabi fizeram de reféns alguns funcionários da área ocupada pela BRASCAN, que estavam impondo restrições aos índios de pescarem no rio Santa Rosa e de extraírem recursos do lado de Mato Grosso. Juntamente com seus direitos de usufruírem da terra, os Kaiabi demandavam a anulação da liminar que segurava a demarcação. A partir de esforços da FUNAI, os ministros da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça julgaram extintos, em novembro de 2003, os três mandados de segurança contra a demarcação de terras indígenas dos Kaiabi, Apiaká e Munduruku. Conforme análise antropológica pericial apresentada ao STJ, após a concessão da liminar, a regra na região passou a ser explorar ao máximo e o mais rápido possível, antes que os índios obtenham decisão judicial favorável. Segundo informação do grupo da FUNAI que esteve presente na área logo após a decisão judicial: "*Está havendo uma mobilização de*

⁶³ Processo 1053/95, folhas 116-133, dos autos da FUNAI.

⁶⁴ Os advogados que redigiram o mandado, o tratam como "ilustre professor e antropólogo já pertencente aos quadros da FUNAI", mas pela minha verificação em seu currículo Lattes (atualizado pela última vez em 21 de fevereiro de 2007) Carlos Siqueira tem graduação em Ciências Sociais pela UFG, com curso de mestrado profissionalizante (iniciado em 2003 e não concluído).

⁶⁵ 1) As terras serem habitadas pelos índios em caráter permanente; 2) Serem por eles utilizadas para suas atividades produtivas; 3) Serem imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar; 4) Serem necessárias à sua reprodução física e cultural, tudo segundo seus usos, costumes e tradições.

*famílias sem-terra do município de Apicás para ocupar as florestas ainda preservadas dentro do território indígena. Uma estratégia de fazendeiros e madeireiros para legitimar ocupações*⁶⁶.

5.3.4 Novas alianças dos Kaiabi

Percebendo o aumento massivo de invasores em sua reserva os Kaiabi, juntamente com as articulações a partir da FUNAI regional em Colíder, conseguiram despertar o interesse do Ministério Público Federal em Mato Grosso e foram capazes de trazer um importante aliado em sua luta, em especial o procurador Mário Lúcio Avelar. O Ministério Público enquanto órgão da administração pública, independente dos três poderes principais do estado, tem como sua finalidade principal defender os direitos dos cidadãos e zelar pelo patrimônio público. No caso da Terra Indígena Kayabi, os índios conseguiram chamar a atenção desse órgão - mais especificamente da Sexta Câmara, que trata de direitos indígenas e de minorias - quando começaram a mostrar publicamente, às autoridades competentes, os crimes ambientais que estavam sendo cometidos nessa área⁶⁷.

Em fevereiro de 2004, atendendo às denúncias dos Kaiabi, foi realizada na Sexta Câmara uma reunião com representantes de FUNAI e das procuradorias regionais do Mato Grosso e Pará, com o propósito de traçar estratégias relativas à ocorrência de crimes ambientais na Terra Indígena e discutir as situações de tensão sofridas pelo grupo da FUNAI, que esteve presente na área para produzir as primeiras informações sobre o levantamento fundiário, em novembro de 2003. Nessa mesma reunião foram enviados ofícios destinados ao INCRA, INTERPA e IBAMA, informando a esses institutos, sobre a legislação vigente, que considera nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras de ocupação indígena.

Como resultado dessa reunião, foi realizada uma operação conjunta entre a Polícia Federal e o IBAMA, com a finalidade de identificar os principais ocupantes que estariam cometendo crimes e já preparar o terreno para a chegada do grupo de trabalho da FUNAI responsável por fazer o levantamento fundiário e iniciar, juntamente com a empresa contratada, os procedimentos de demarcação. O chefe

⁶⁶ Relato publicado no site da FUNAI, em dezembro de 2004.

⁶⁷ De acordo com o regime constitucional das Terras Indígenas, estas se enquadram na categoria de domínio público, contudo não de *uso comum do povo*. As Terras Indígenas pertencem ao patrimônio da União, sendo destinadas a garantir aos índios o exercício dos direitos que lhes foram reconhecidos constitucionalmente (CF, art. 231, §§ 2º, 3º e 7º). Logo é dever do Ministério Público defender essas terras de invasores e/ou crimes ambientais, que possam por colocar em risco a reprodução física e cultural dessas populações.

de posto, Clóvis Nunes, relata momentos de tensão durante essa operação, especialmente no momento em que ele, alguns índios e policiais federais estiveram presentes em Apiacás e sofreram ameaças de alguns fazendeiros que tinham suas propriedades ameaçadas. João Kaiabi, também confirma essa situação e comenta que: *“os caras ameaçou a gente lá em Apiacás e falou que no momento que ele visse um índio assim na rua, que eles ia mandar matar e não queria nem saber se a polícia tava lá e que a tendência dele era matar índio, só que só tinha três polícia federal lá com a gente. Só que o problema é que eles não vieram com nenhuma arma, eles vieram foi só com três daquele revolinho pequenininho. Rapaiz, os cara encararam nós, esse sujeito que tô te falando falou assim: ‘eu não vou deixar vocês entrar pra cá não e falou com os policiais que a gente não ia entrar e foi preciso nós ir embora de Apiacás com medo deles atirar na gente’”*.

No mês de março de 2004, os representantes da empresa de agrimensura já se encontravam em Alta Floresta para proceder aos primeiros levantamentos, acompanhados de técnicos da FUNAI. Pouco tempo após a sua chegada iniciaram-se uma série de ameaças anônimas na sede da Associação Indígena buscando intimidá-los. Nesse momento, foi solicitada a presença da Polícia Federal para acompanhar os trabalhos *in loco*, como precaução caso algumas das ameaças se concretizasse. Atuando ainda no plano federal, outro mandado de segurança foi impetrado, desta vez por Francisco Lino de Paiva (Tico Paiva) e outros⁶⁸, contra a FUNAI, solicitando novamente, e por motivos semelhantes aos anteriores, a suspensão dos efeitos da Portaria Declaratória. Nesse sentido, o juiz Cesar Augusto Bearsi da 3ª Vara Federal em Mato Grosso, deferiu em agosto de 2004, liminar favorável, requerendo a imediata realização de prova pericial antropológica, nomeando o perito Eugênio Gervásio Wenzel. Juntamente com essa decisão, o juiz determinou que as partes envolvidas deveriam interromper qualquer tipo de atividade envolvendo desmatamento no interior da Terra Indígena enquanto durassem os efeitos da liminar.

- **Antagonismos históricos**

Nesse ínterim, desde a nomeação do antropólogo, até a conclusão da perícia propriamente dita, os fazendeiros lançaram mão de artifícios mais agressivos, fora do

⁶⁸ De acordo com a consulta ao site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, processo nº 2004.36.00.002130-5, os demais requerentes são: João dos Santos Lopes Carrasco, Celso Roberto Sella, Denival Jacó de Souza, Adilson Cardoso de Oliveira, Jeremias Prado dos Santos, Moisés Prado dos Santos e Maria Renilda Leal dos Santos.

campo judicial, para tentarem conseguir algum tipo de avanço numa suposta suspensão permanente ou cancelamento da Portaria Declaratória. Em abril de 2004, os Kaiabi foram recebidos pelo administrador da BRASCAN, conhecido como Léo, na sede da fazenda, para uma conversa a respeito do interesse que os donos da sua empresa possuíam em relação o lado de Mato Grosso, ressaltando especialmente as jazidas de calcário ali existentes. A partir das instruções do presidente da BRASCAN, que tem escritório no Rio de Janeiro, foi proposto um acordo com a promessa de construção de um hospital com médico, escola equipada, asfaltamento da pista de pouso, fiscalização da reserva, um carro à disposição dos índios e aeronave para o transporte de doentes, além de uma oferta de 12 milhões de dólares, para os Kaiabi abdicarem do direito às terras de Mato Grosso. Em resposta a essa proposta, os índios disseram o seguinte: *"Você pode encher essa casa de ouro ou de notas de 100, para oferecer para nós, mas nós não vamos desistir da nossa terra. Porque o dinheiro se acaba e a terra não. Nós queremos a nossa terra do jeito que está delimitada, nem um palmo para lá e nem um palmo para cá. O que queremos é a terra e a nossa demarcação!"*

Após a primeira investida frustrada, o mesmo gerente Léo, agora utilizando as animosidades históricas entre os grupos indígenas, teria se aproximado de índios Apiaká e Kaiabi, residentes no município de Juara e os convenceu, mediante uma compensação financeira, a declararem publicamente que os Kaiabi do Teles Pires não são originários dessa região e que os Apiaká, ocupantes legítimos, não necessitam de tanta terra para viverem. A partir de um documento intitulado "Ata da reunião das Comunidades Kaiabi, Munduruku e Apiaká", com o subtítulo "Novo Mapa da TI Kayabi e TI Apiacás", de 20 de maio de 2004 (Cuiabá), os índios afirmam que não querem que a FUNAI fique brigando com o município de Apiacás por causa deles, continuam dizendo que *"é muita briga por uma terra que nunca ocupamos"*, que a antropóloga Patrícia Rodrigues confundiu aldeias com antigos seringais. Os participantes comentam ainda que os 600 mil hectares de terra incidentes no estado de Mato Grosso é muita terra e que *"nós achamos suficientes as terras do Pará (...)o dos outros é dos outros (...) manda levar lá pra prefeitura e pra FUNAI fazer outro mapa das nossas terras"*. Assinam o documento seis índios Apiaká, dois Munduruku e um Kaiabi⁶⁹.

A respeito dessa parte da área, referente ao Pontal (encontro dos rios Juruena e Teles Pires), Fernando Paleci, Apiaká que vive entre os Kaiabi do Teles Pires, relatou que Erivan - na ocasião, vice-cacique do Mairob, aldeia Apiaká, próxima ao Rio dos Peixes - tinha a pretensão de que a região do Pontal no Mato Grosso fosse reservada

⁶⁹ Os organizadores dessa reunião foram Erivaldo Morimã e Erivan Morimã.

exclusivamente para os Apiaká, buscando reconhecimento como território de sua etnia. Esse posicionamento, segundo Fernando é devido à relação que há muito tempo os Apiaká têm com os Kaiabi do Rio dos Peixes, onde, segundo ele, os Kaiabi barram a maior parte dos projetos requeridos pelos Apiaká, de modo que ficam relegados a um segundo plano. Como medida preventiva, teriam se posicionado contra os Kaiabi do Teles Pires, no momento do início da demarcação da Terra Indígena Kayabi. Como consequência a ata da referida reunião acabou sendo incorporada ao mandado de segurança impetrado pelos fazendeiros e contribui para a perda de credibilidade das reivindicações dos índios habitantes do Teles Pires.

Baseados nesse documento os fazendeiros envolvidos no conflito, juntamente com políticos do entorno, convocaram uma reunião em Alta Floresta buscando mobilizar o chamado “setor produtivo” para o reconhecimento de sua causa, afirmando que os próprios índios estavam abrindo mão da terra que antes reivindicavam. Ao tomarem conhecimento dessa reunião alguns Kaiabi que estavam na cidade também se fizeram presentes e só tiveram direito a falar quando o cacique Atú quebrou uma das mesas do palanque com um golpe de borduna. Conseguiram então se defender dizendo que os índios de outra região não podem falar por eles, acusando seus parentes de terem aceitado dinheiro para venderem suas próprias terras e afirmando que os Kaiabi habitantes do Teles Pires vêm sofrendo todo tipo de pressão de pessoas interessadas nas riquezas da floresta que querem proteger⁷⁰.

5.3.5 Operação Angelim

A partir do final de 2004 até o primeiro semestre de 2005 o conflito, de modo geral passava por um segundo momento de latência, até que fossem divulgadas as conclusões do perito. Aproveitando-se das dificuldades de fiscalização e da fraca administração de áreas protegidas do governo brasileiro, os ocupantes não índios continuavam desmatando e retirando madeira ilegalmente. Além disso, a roça de Vitorino foi incendiada pelo grupo ocupante do lado Pará, os Kaiabi iniciaram os primeiros desentendimentos com os beiradeiros que passaram a alugar suas casas para grupos de pescadores predatórios e o chefe de posto Clóvis Nunes registrou, junto à FUNAI de Colíder, ter sofrido ameaça de morte.

Em setembro de 2005, o antropólogo Eugênio Wenzel confirmou a validade do estudo de Rodrigues, entregando seu laudo ao juiz, acrescentando dados obtidos em campo, a respeito do estilo de vida atual dos Kaiabi, de sua necessidade a respeito dessa

⁷⁰ Os Kaiabi conseguiram ainda chamar a atenção da mídia nacional, quando apareceram num programa do Globo Repórter comentando sobre as pressões que vinham sofrendo e apontando a violência como única saída possível para chamar a atenção do poder público.

terra e das pressões externas que vêm sofrendo. A pedido da Procuradoria da República de Mato Grosso foi também apresentado outro laudo, pelo antropólogo Marco Paulo Fróes Schettino, analista pericial da Sexta Câmara, atacando a parcialidade do contra-laudo obtido pelos fazendeiros e também ratificando a ocupação “tradicional” e pregressa dos Kaiabi referente ao lado de Mato Grosso.

Satisfeitos com o resultado dos laudos, porém inconformados com a pouca presteza da justiça em se pronunciar favoravelmente à retomada da demarcação e vendo sua terra sendo cada vez mais invadida, os Kaiabi organizaram outro movimento, em dezembro de 2005, quando apreenderam uma balsa que realizava a travessia de caminhões carregados de madeira e fizeram 32 reféns, para chamar a atenção do Governo Federal⁷¹. Foi então realizada uma reunião na Câmara Municipal de Alta Floresta com a presença de lideranças Kaiabi do Teles Pires e do Xingu, do Procurador Mário Lúcio, policiais federais, agentes do IBAMA e representantes regionais da FUNAI para negociar a liberação das pessoas presas na aldeia. Após a mediação do procurador Mário Lúcio, garantindo aos Kaiabi que a liminar que suspendia a demarcação seria cancelada pelo juiz e atitudes seriam tomadas para punir os invasores, os reféns foram soltos.

Com a suspensão efetiva da liminar, os Kaiabi juntamente com o Ministério Público e IBAMA organizaram, em março de 2006, a Operação Angelim com o intuito de fazer um levantamento mais amplo e preciso dos desmatamentos, aplicando multas e já produzindo informações para uma futura operação da Polícia Federal. Os funcionários do IBAMA apresentaram a evolução da situação do desmatamento na terra indígena, constatado através de levantamento aéreo e de imagens de satélite, bem como as atividades garimpeiras realizadas abaixo da cachoeira Rasteira. A partir desse momento solicitaram o apoio dos Kaiabi para orientação na região e apresentação de denúncias. As lideranças apontaram o recente aumento do desmatamento, confirmando a movimentação de máquinas e atividade de derrubada já atingindo as proximidades da aldeia. Também foi informada a constância no trânsito de pequenos aviões na área, que de alguma forma estariam relacionados ao desmatamento. Foram ainda traçadas estratégias de proteção da Terra Indígena, com o objetivo de eliminar vazios de ocupação e a necessidade de capacitação dos índios para a gestão e defesa de seu território. Foi então sugerido que os Kaiabi passassem a habitar locais de antigas moradias tanto para consolidar sua presença de modo mais abrangente como

⁷¹ Há que se registrar que entre um dos reféns estava um funcionário da extinta Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (que foi posteriormente reestruturada em razão de escândalos de corrupção denunciados a partir da Operação Curupira), que estava realizando consultorias sobre projetos de exploração madeireira e agropecuária dentro da Terra Indígena.

para fiscalizarem os avanços no desmatamento. A partir daí ocorreu de fato a consolidação das aldeias Dinossauro, Ximari, São Benedito, novas roças, além da construção da escola do lado de Mato Grosso.

Pelas informações prestadas pelo IBAMA ficou confirmado um avanço constante no desmatamento a partir de 1999, com pico se evidenciando no ano de 2003. Até 2001, apenas 5.083 de mais de um milhão de hectares da Terra Indígena tinham sido desmatados. De acordo com imagens de satélite, só entre 2002 e 2003, cerca de 15 mil hectares de floresta foram derrubados. Nos dois anos seguintes o desmatamento foi menor, mas ainda preocupante: 6,3 mil hectares. Portanto, em quatro anos foram constatados pelo menos 21 mil hectares de floresta derrubada dentro da área protegida. Várias estradas para retiradas de toras foram encontradas, identificados os principais responsáveis pelos desmates e aplicadas multas de acordo com a amplitude dos crimes ambientais. Através do cruzamento de diversas fontes foi gerada uma lista com mais de 50 nomes, verificando-se que grande parte dos envolvidos representavam contratados, parentes de vários graus, arrendatários ou simplesmente massa de manobra, que não se constituíam como promotores diretos do avanço do desmatamento e grilagem na região, ou que agiam em outras infrações não relacionadas à questão ambiental.

5.3.6 Operação Kayabi

A partir desses nomes proporcionados pelo IBAMA e de investigações próprias, a Polícia Federal deflagrou, em novembro de 2006, a Operação Kayabi, resultando na prisão de mais de 70 suspeitos de crimes ambientais, incluindo políticos locais, empresários, funcionários da antiga FEMA e alguns dos ocupantes que já mencionamos na seção anterior. Em entrevista concedida ao Diário de Cuiabá, em 24 de novembro de 2006, o procurador Mário Lúcio Avelar afirma que o esquema já havia conseguido invadir, desmatar e explorar grandes extensões das terras indígenas. De acordo com o Ministério Público, os grileiros contavam com o “financiamento” de fazendeiros e madeireiros e, com isso, podiam contratar técnicos e consultores ambientais, e corromper funcionários do IBAMA e da FEMA para conseguir as licenças para desmate. Com ampla cobertura da imprensa regional e até nacional, a operação se estendeu aos estados do Sudeste e Nordeste, onde se encontravam muitos dos acusados pelos avanços exploratórios na Terra Indígena Kayabi. Enquanto a Polícia Federal executava as prisões, o IBAMA fazia a vistoria de pátios de madeiras localizadas nos municípios de Apiacás, Paranaíta e Alta Floresta, identificadas como receptoras de madeira na Operação Angelim. O total

das multas chegou a 34 milhões de reais. O IBAMA acredita que o movimento das madeiras retiradas da Terra Indígena pode ter gerado mais de 150 milhões de reais⁷².

Inconformados com a situação, o CODAM (Conselho para o Desenvolvimento da Amazônia Mato-Grossense), divulgou, em 30 de novembro de 2006, um “Manifesto de Indignação”, em nome da população de Alta Floresta, Paranaíta, Apicás e região, contra a Operação Kayabi. Acionando o argumento de que foram convidados pelo governo para ocupar e desenvolver a outrora inóspita região, seguindo o lema patriótico de “integrar para não entregar”, se diziam revoltados com o tratamento que passaram a receber como se fossem terroristas e bandidos de alta periculosidade. Comentam que muitas vidas foram sacrificadas gerando impostos e renda para a “nossa Pátria amada”, que antes eram reconhecidos como convidados especiais e agora são pisados ignorados e desrespeitados. Pedem ainda que os institutos como INCRA, INTERMAT E INTERPA sejam respeitados em termos de regularização fundiária das terras devolutas. Por fim, ressaltam as mudanças na legislação ambiental e da política fundiária, que foram alteradas para atender aos interesses “alienígenas”, sem considerar as opiniões locais da sociedade civil. Além desses protestos, os advogados do chamado “setor produtivo” agiram com rapidez, conseguindo reverter todas as prisões e em menos de uma semana todos os acusados já tinham conseguido a liberdade, apesar do processo criminal estar ainda tramitando na justiça.

5.3.7 Efervescências locais

Com os ânimos exaltados e com os atores aguardando os desdobramentos mais efetivos da Operação Kayabi, os encontros principalmente no interior da Terra Indígena já davam um sinal que eventos mais violentos poderiam ocorrer a qualquer momento. Apesar da Operação Kayabi ter prendido e indiciado muitos opositores dos índios, não foi capaz de agradar nenhuma das partes envolvidas. Não foi recebida com a devida satisfação por aqueles que lutam pela demarcação integral, pois os principais acusados de crimes ambientais foram rapidamente liberados sem prestarem maiores esclarecimentos. Os que sofreram com os efeitos das prisões, passaram a desacreditar ainda mais na Polícia Federal e IBAMA e voltaram sua insatisfação para atitudes mais agressivas a fim de pressionar os índios tanto no interior da Terra Indígena, como na cidade de Alta Floresta.

No início de 2007, a casa de Evaldo Miranda, beiradeiro estabelecido exatamente no ponto conhecido como Porto do Meio, foi incendiada a mando do grupo de posseiros

⁷² A partir de notícia prestada pelo site “O Eco”, em 24/11/2006.

que vivem no lado do Pará. Com o movimento dos Kaiabi de ocuparem definitivamente aldeias e roças do lado de Mato Grosso e intensificarem a fiscalização da reserva, novas reações dos ocupantes não índios puderam ser verificadas. A Pousada Thaimaçu deixou de operar no rio Cururuzinho devido ao aumento de pescadores predatórios e de ameaças que seus funcionários teriam sofrido dos posseiros do Pará, caso continuassem a levar turistas para pescar nesse rio. Frederico Oliveira relata que em que estava presente na aldeia realizando a pesquisa de campo, em maio de 2007, a casa recém construída por Murici, em frente à aldeia Coelho (lado de Mato Grosso) havia sido incendiada por beiradeiros ligados à Norberta. Além disso, os índios chegaram a apreender dois barcos a motor, de pescadores que vinham atuando ilegalmente, no Teles Pires, pouco abaixo da foz do rio Apiacás. Em agosto, dois grupos de Kaiabi e Apiaká que fiscalizavam as invasões sofreram uma emboscada próximo ao rio São Benedito e por muito pouco não foram mortos. Com a construção da escola indígena do outro lado do rio, juntamente com novas aldeias e roças, a BRSCAN também ofereceu resistências e entrou com mandado de reintegração de posse, alegando que os Kaiabi estariam invadindo uma propriedade privada. Enquanto isso, na cidade de Alta Floresta, o gerente da empresa, conhecido como Xaveta, regularmente se dirigia até a casa da Associação para informar aos Kaiabi que tomassem cuidado ao invadirem a fazenda, pois a escola poderia ser incendiada a qualquer momento.

5.3.8 Zoneamento Socioeconômico-Ecológico

Outro movimento que expõe claramente o descontentamento da população do chamado “Nortão” com as medidas tomadas pelo Governo, a respeito da criação de Parques e Terras Indígenas, vem acontecendo gradativamente durante todo o processo de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do estado de Mato Grosso, iniciado em 2008. Fundado nas premissas do desenvolvimento sustentável e com idéias bem avançadas para coibir a ilegalidade, a proposta tem por finalidade ordenar a exploração produtiva do estado, de acordo com as “aptidões” de cada região, combinadas com as características ambientais. O problema maior é que não existem diretrizes bem definidas para as áreas indígenas e muitos menos para o seu entorno.

No caso da Terra Indígena Kayabi, já declarada, porém não homologada, o município de Apiacás, interessado em não perder suas receitas, vem freqüentemente nas audiências públicas, excluindo estrategicamente a Terra Indígena dos mapas e colocando em seu lugar a referência de “região de consolidação de atividade agrícola e pecuária”. É sabido que os mapas vêm sendo utilizados para invisibilizar a presença

dos índios, utilizando a concepção da terra enquanto objeto capaz de produzir rentabilidade econômica ainda. Contando com o apoio dos produtores locais, tais pessoas alegam publicamente que o município e os fazendeiros não aceitarão a imposição unilateral do Governo Federal e estão dispostos a negociarem a consolidação da Terra Indígena, desde que os índios abrissem mão da área cujas fazendas já estão estabelecidas (em particular na parte sul do rio Santa Rosa em direção ao limite sul estabelecido para a Terra Indígena). A partir de um mútuo reconhecimento de interesses similares, os Kaiabi vêm contando com o apoio do ICV, particularmente através da produção de mapas regionais, incluindo a Terra Indígena, e constantemente chamando a atenção para o avanço das derrubadas na faixa de florestas conhecida como “Arco do Desmatamento”⁷³.

5.3.9 Idas e vindas na demarcação

No início de maio de 2008, os Kaiabi foram informados que o processo de demarcação havia sido novamente liberado e que a empresa de agrimensura contratada estaria chegando a Alta Floresta, juntamente com integrantes da FUNAI de Brasília para começarem os trabalhos. Assim que a equipe chegou à cidade, a notícia se espalhou rapidamente e as ameaças à casa da Associação Indígena e ao celular do gerente da empresa foram constantes, afirmando que se entrassem nas propriedades particulares para fazerem a demarcação, os supostos donos teriam que agir com violência, pois estariam protegendo seu patrimônio. Sem conseguirem o apoio da Polícia Federal, o grupo resolveu iniciar os trabalhos, resolvendo que não entrariam em enfrentamento com fazendeiros ou posseiros caso fossem confrontados. Foi então realizada uma reunião na aldeia, definindo os grupos de trabalho e determinando as etapas a serem seguidas, com uma previsão mínima para a concretização da demarcação de um mês.

De forma bastante similar como ocorreu em 2004, os advogados dos fazendeiros, aproveitando-se das falhas de comunicação entre as agências governamentais, bem como das diversas brechas existentes na legislação sobre a regularização de terras indígenas, conseguiram um agravo de instrumento capaz de suspender novamente a demarcação. Pela determinação dos juízes de Cuiabá e Brasília, ficou decidido, em abril de 2009, que uma nova perícia deveria ser realizada, nomeando desta vez o antropólogo Ivo Schroeder e pedindo provas mais contundentes a respeito dos

⁷³ Contando com o apoio da rede de contatos do ICV, os Kaiabi conseguiram publicar, no site na instituição, um manifesto recente, dando conta das pressões que vêm sofrendo e das dificuldades em conseguirem a demarcação (ANEXO - 3). Os funcionários do ICV também já manifestaram interesse em realizar um trabalho de manejo florestal na Terra Indígena, contudo, ainda aguardam os desdobramentos da demarcação para buscarem algum tipo de acordo com os índios.

desmatamentos ocorridos a partir de 2002. Com essa medida, os fazendeiros vêm sendo capazes não apenas de ganhar mais tempo, mas também vêm minando a confiança dos Kaiabi, Apiaká e Munduruku de que em algum momento poderão contar com a demarcação integral da reserva. Em reunião realizada na FUNAI de Brasília, em dezembro de 2009, os Kaiabi tomaram conhecimento de que os fazendeiros estavam se mobilizando com intenções mais ousadas de derrubarem a Portaria Declaratória de 2002.

5.3.10 Desdobramentos recentes

Em março de 2009, a Polícia Federal foi até a aldeia Kururuzinho cumprir um mandado do juiz da 3ª Vara de Cuiabá, concedendo à BRSCAN os direitos de reintegração de posse. Foi determinado que a escola deveria ser lacrada, as aldeias desocupadas e que os Kaiabi não mais poderiam pescar, caçar ou coletar materiais do lado de Mato Grosso, até que se configurassem as legitimidades das ocupações. Decepcionados não apenas com a decisão do juiz, mas principalmente com a pouca coordenação com a procuradoria jurídica da FUNAI em Cuiabá, os Kaiabi resolveram buscar a assistência do ISA, que já vinha auxiliando seus parentes no rio dos Peixes. A partir de um sobrevôo realizado, em julho, pelo procurador Mário Lúcio, o chefe de posto Clóvis e alguns Kaiabi, foram registrados pontos mais recentes de desmatamentos e preparado um documento multimídia, com o apoio do ICV, a ser distribuído publicamente, demonstrando que os pastos continuam sendo formados. A partir dessas informações e já contando com o apoio do ISA, os Kaiabi conseguiram a liberação do juiz para o funcionamento da escola, com o compromisso de nada derrubarem do lado de Mato Grosso.

Na mesma época vinham aumentando as investidas dos garimpeiros para subirem a cachoeira Rasteira. Os Kaiabi que possuem mais proximidade com os pousadeiros, passaram a receber fortes pressões dos Munduruku para que os garimpeiros pudessem subir a Rasteira. Com isso os donos das pousadas se mostraram insatisfeitos, pois constantemente teriam que expor seus turistas às paisagens degradadas pelas dragas e balsas. Nesse sentido, os Munduruku realizaram um movimento na Terra Indígena, ameaçando de fechar a Pousada Santa Rosa e exigindo que também lhes compensasse financeiramente com 11 mil reais mensais caso continuassem a usufruir das rotas de pesca abaixo da Rasteira. Como resultado, a partir da mediação dos Kaiabi, os garimpeiros não subiram a Rasteira, mas os pousadeiros não puderam mais descer a cachoeira.

Desde o final de 2009 e início de 2010, outras reuniões foram realizadas, em Brasília e Cuiabá, com a presença dos Kaiabi, do Ministério Público, FUNAI e IBAMA. Os temas

sempre recorrentes são novas invasões, ameaças dentro e fora da Terra Indígena e a necessidade de se organizar novas operações para coibir crimes ambientais e retomar o processo de demarcação. Contudo, enquanto o novo laudo pericial não é entregue, informações mais recentes vêm sendo processadas tanto para acelerar a retomada da demarcação como para produzir dados para novas intervenções da Polícia Federal. A fim de obter uma visão geral da situação ambiental da Terra Indígena, uma equipe composta por funcionários do IBAMA e da FUNAI realizaram, em abril de 2010, alguns sobrevôos e visitas aos ocupantes não índios. A situação encontrada não foi nada diferente de outras vistorias: presença de dragas de garimpo e balsas de travessia, áreas desmatadas, localização de estradas madeireiras, presença de tratores, caminhões e barracões, indícios de exploração florestal, pousadas, áreas de garimpo, fazendas já consolidadas e com atividade pecuária.

5.4 Encaminhamentos do Conflito

Procurou-se abordar os eventos chave dentro da perspectiva mais ampla de um processo de interação dirigida, em que as atitudes e expectativas dos atores, por mais divergentes que possam parecer, estejam referidas ao cenário sócio-natural em que se desenrolam, aos posicionamentos de seus concorrentes, bem como a uma dimensão linear específica. Uma vez deflagrado o processo interativo, em que os atores passam a reconhecer as capacidades mútuas de agência, em razão de experiências prévias, modelos de relacionamento e articulação são constituídos, baseados em seus respectivos *frames*. Por isso a importância de se encaixar cada movimento num eixo cronológico, que possibilite a articulação entre fatores contingentes e estruturantes, propiciando a compreensão dos acontecimentos como formadores sucessivos de uma realidade social específica. Como consequência, o “campo do conflito” ganha contornos próprios e passa a desempenhar um movimento uniformizado, que além de não produzir maiores efeitos de ordem prática, tende a beneficiar aqueles grupos que lutam pelo *status quo*, ou pela proliferação de um cenário de confusão e desinformação.

Em termos do debate antropológico, essa análise se apresenta como possibilidade mais ampla de pensar as disputas territoriais em terras indígenas associando ecologia política, conflitos socioambientais e etnografia, a fim de proporcionar discussões num campo ainda pouco elaborado. O fato dos Apiaká, Kaiabi e Munduruku terem aprendido a reorientar as formas de defesa de seu território não se deve à perda da relação emocional com a terra, mas justamente à compreensão de que necessitam se organizar politicamente, seguindo avanços mais recentes do enfraquecimento da tutela e das conquistas da sociedade civil organizada.

Como foi demonstrado nas descrições dos *frames* dos atores, todos os casos incluem uma hostilidade geral em direção ao poder público, com cada um dos grupos caracterizando diferentemente essa hostilidade e se reconhecendo enquanto vítimas. Percebe-se, pois, que os valores associados à terra e à relação que as pessoas constituem com a natureza, assim como as falhas no sistema brasileiro de regularização fundiária podem ser apontados com os fatores mais gerais que contribuem para a intratabilidade do conflito. Constantemente as agências governamentais entram em confronto porque cada uma promove os diferentes interesses de distintos segmentos da sociedade brasileira, com cotas de poder que oscilam ao longo dos anos em razão de momentos políticos, ambientais e econômicos. As ameaças às identidades críticas ancoradas no território, em regimes de propriedade particulares e com o envolvimento de vários grupos de interesse, tende a acirrar o conflito toda vez que um grupo ganha algum tipo de vantagem substancial. O “campo” social em que se desenvolve o conflito é claramente ambíguo, uma vez que nenhuma entidade governamental possui legitimidade suficiente para arbitrar adequadamente as disputas pela terra. A intratabilidade como definida neste trabalho, é tanto um processo que orienta as diferentes percepções do conflito, como um direcionador dos caminhos pelos quais ele se desenvolve. O caso da Terra Indígena Kayabi evidenciou com propriedade mudanças cíclicas e dramáticas do plano local, para o regional e nacional e depois para o local novamente, mostrando que o conflito alcançou certa regularidade em seu andamento, que somente poderia ser quebrada a partir de uma intervenção federal direta.

Um ponto que chama a atenção no processo de desenvolvimento do conflito é que todos os atores reconhecem, ainda que em última instância, a legitimidade das decisões jurídico-legais e direcionam suas estratégias visando, sobretudo, obter vantagens nessa esfera política. Mesmo num contexto de violência e ameaças de morte que compõem o plano local do conflito, a todo instante os planos regionais e nacionais influenciam nos posicionamentos locais, uma vez que o conflito transcorre num marco mínimo de respeito à institucionalidade do Estado. Significa dizer que os movimentos ocorrem no sentido de buscarem aliados que possam proporcionar maiores níveis de poder àquela instituição governamental que mais favorece os interesses de um determinado grupo e tem capacidade de influenciar os juízes regionais ou federais. Por exemplo, os fazendeiros e posseiros visam fortalecer as determinações do INCRA, INTERMAT e INTERPA, ao passo que os grupos indígenas e seus aliados buscam dar maior legitimidade às decisões da FUNAI e do IBAMA.

Esse aspecto, inclusive, explica em boa medida porque os indígenas vêm conseguindo manter vivas suas reivindicações e lutarem em condições de relativa igualdade contra grupos fortalecidos política e economicamente. A partir das influências de seus parentes dos Kaiabi do Xingu, mais experimentados na arena política, as apropriações que vêm fazendo dos sistemas de normas (leis) e valores (símbolos) utilizados pelo Estado e por protagonistas hegemônicos, têm proporcionado redefinições em sua alteridade e territorialidade, de modo a conseguirem alguns posicionamentos mais privilegiados no “campo de poder”. Pelo momento global favorável às políticas públicas destinadas à conservação de áreas de florestas tropicais, pela capacidade de mobilização dos Kaiabi e também devido ao importante apoio que vêm recebendo do Ministério Público Federal e de ONG’s de caráter socioambientalista, informações relevantes vêm sendo geradas e alguns avanços rumo à demarcação integral de suas terras vêm sendo alcançados. Deve-se também lembrar que os movimentos ambientalistas vêm reconhecendo que a demarcação das terras indígenas tem se constituído num dos mais relevantes marcos na conservação da biodiversidade nas últimas décadas (Santilli & Schwartzman, 1997). Contudo, cabe deixar claro que esse objetivo ainda está longe de ser conseguido, devido às inúmeras territorialidades que se encontram inseridas num mesmo espaço geográfico e ainda porque os opositores dos índios atuam agora no sentido de derrubarem a Portaria Declaratória de 2002.

O conflito ambiental, considerado pela perspectiva da intratabilidade, evidencia os distintos *frames* em torno do que vem a ser a natureza, colocando frente a frente projetos diversos de sociedade, que necessitam de um ambiente biofísico para se perpetuarem. Ao dar visibilidade a grupos marginalizados, envolvidos igualmente num conflito marginalizado, a intenção é de trazer à tona contradições e relações de poder circunscritas a uma região socioambiental do Brasil, que até então eram ignoradas e podem ser projetadas para produzir reflexões mais gerais sobre a crise ambiental e as disputas territoriais em terras indígenas.

Para solucionar um conflito como esse de forma definitiva, as múltiplas causas formadoras teriam de ser extintas e as divergências existentes entre as partes solucionadas de maneira pacífica, espontânea e consensual, o que raramente acontece na prática. Na situação em que foi apresentado o conflito fica evidente que as demandas territoriais em jogo são consideravelmente intensas e a margem para as concessões bastante restrita. Nesse sentido, os atores parecem ter compreendido que o encaminhamento do conflito será alcançado de cima pra baixo, pelo viés judicial ou por uma determinação mais direta da presidência da república. Por essa razão vêm buscando trabalhar de forma mais eficiente os processos políticos que possam de alguma maneira ser revertidos em resultados práticos favoráveis.

Contudo, nada indica que mesmo após a decisão final, as partes prejudicadas irão aceitar pacificamente as conseqüências. É difícil imaginar que os ocupantes não índios deixem a Terra Indígena sem receberem qualquer tipo de indenização, numa região de difícil acesso e onde a fiscalização é precária. Da mesma maneira os Kaiabi em particular continuarão utilizando os recursos do lado de Mato de Grosso, caso tenham que abrir mão dessa terra.

Afinal, as disputas que compõem o campo de ação política da Terra Indígena Kayabi em muito se assemelham à maioria das contendas referentes a outras terras indígenas do Brasil. Pode-se imaginar que a partir desses subsídios, apontando a legitimidade das territorialidades em jogo, os próprios atores possam reconhecer de onde parte o ponto de vista de seus opositores e comecem a abrir novas possibilidades para um diálogo conciliatório, de preferência com uma mediação bem intencionada. Portanto, entender a consolidação do paradigma ambiental, respeitando as territorialidades tradicionais e demandas locais parece ser o grande desafio para um gerenciamento mais tratável dos conflitos ambientais em terras indígenas.

5.5 Adaptações necessárias e programas socioambientais

Seguindo um dos propósitos deste relatório de se constituir num instrumento capaz de viabilizar em alguma medida os princípios democráticos e participativos do licenciamento ambiental, deve-se destacar alguns problemas subjacentes às noções correntes de “mitigação” e “compensação”. Desse modo, lançar mão de medidas ambientais sem uma reflexão do paradigma que engloba essa noção de mitigação e sem considerar as particularidades dos povos indígenas que habitam as Terras Indígenas do Baixo Teles Pires seria incorrer numa conjuntura que em pouco tempo trará sérios problemas para as comunidades indígenas, para a população regional e para os empreendedores, como exemplos recentes vêm demonstrando.

O problema maior, apesar de a legislação prever o contrário, é a falta de mecanismos institucionais capazes de considerar as demandas e os conhecimentos das comunidades na caracterização dos impactos socioambientais de um empreendimento. Nesse sentido, que surgem as chamadas medidas de mitigação e compensação como único instrumento para prover as comunidades de algum tipo de projetos para minimizar os ônus ambientais. Ademais, uma visão patrimonialista, cartorial e mercantil, contabiliza propriedades atingidas, ou seja, objetos passíveis de indenização, ao contrário de sujeitos atingidos, com suas intrincadas formas de apropriação e uso do território, além dos diversificados laços societários e culturais. (Zhour, 2008: 102).

O ponto chave ao se planejar os programas ecológicos que eventualmente irão suceder a implantação das usinas é não permitir que o ciclo ecológico (em conjunto com o ciclo social), orientado pelo regime anual das águas, seja radicalmente alterado, de modo a prejudicar o modo de vida tradicional dos Kaiabi, Apiaká e Munduruku. É exatamente este receita que se constitui na principal razão que leva as três etnias a se posicionarem contrariamente ao projeto técnico. Vale lembrar esse tipo de consciência presente nas falas do cacique Atú (Kaiabi), quando afirma que se perderem as conexões históricas e ecologicamente construídas ao longo do século passado, deixariam de ser habitantes para se tornarem ocupantes, como ocorre costumeiramente com o padrão de propriedade privada e progressão territorial das sociedades modernas e ocidentais. Após o sofrimento expresso pelos mais velhos habitantes do Xingu, fica evidente que não serve qualquer porção de terra para os Kaiabi e, além do mais, não serve o ambiente do Teles Pires se este estiver desprovido de suas características fundamentais para os Kaiabi estabelecerem suas relações de *dwelling*. E não basta simplesmente pensar que os índios manifestam, como de fato acontece, uma grande capacidade de resistência às mudanças ambientais, quando o que está em jogo são aspectos simbólicos e culturais, entrelaçados com a subsistência, que vão além da mera questão adaptativa.

Nesse sentido, deverá haver a preocupação de que os empreendimentos hidrelétricos previstos no rio Teles Pires não coloquem em risco os mais variados tipos de ecossistemas que dependem do fluxo da cheia e vazão desse rio.

Como já mencionado anteriormente, a Terra Indígena Kayabi encontra-se em processo de regularização fundiária, o que significa dizer que está povoada por distintos grupos de não-índios, cada qual com interesses e formas de pressão distintas sobre os índios. A chegada de novos contingentes populacionais tanto para a construção das usinas como para se aproveitarem do desenvolvimento temporário da região se constitui em mais uma cosmografia sobreposta, podendo gerar conflitos com os invasores não-índios, além de proporcionar dificuldades na demarcação integral da reserva e aumento da insegurança dos grupos indígenas quanto ao espaço territorial que poderão dispor no futuro para sua reprodução econômica e cultural. Em cosmografias anteriores, com a frente econômica da seringa, do comércio de peles e do garimpo, os grupos indígenas já enfrentaram uma intensificação desordenada da pressão antrópica, colocando em risco sua existência e redefinindo limites territoriais, que resultou invariavelmente na desestruturação de seus sistemas sociais e na quase extinção dos Apiaká. Tudo indica que a movimentação constante nos arredores das Terras Indígenas Kayabi, e Pontal dos Apiaká para a construção das barragens poderá provocar o aumento da competição por recursos naturais, em

particular a caça e a pesca, propiciando o aumento das tensões entre os próprios grupos indígenas, colocando os isolados em situação de maior vulnerabilidade e inserindo um forte componente capaz de acirrar ainda mais os conflitos socioambientais.

Há ainda que se mencionar os índios isolados que vivem no Pontal, que deverão sofrer de maneira ainda mais drástica as pressões populacionais e por recursos naturais. Por estarem mais propensos a contraírem doenças contagiosas, um contato desordenado pode resultar em conseqüências danosas para esses índios.

Como medida imprescindível para se iniciar as discussões sobre a viabilidade dos empreendimentos energéticos, levando-se em conta a intratabilidade do conflito já existente e as potencialidades prementes de sua intensificação, é necessário que a Portaria Declaratória nº 1.149 de 2002 seja efetivamente ratificada, com a demarcação física da Terra Indígena Kayabi e a conseqüente remoção dos invasores e indenização das benfeitorias de boa fé. A respeito das medidas mais específicas relativas à ictiofauna e demais transformações acarretadas com os barramentos do rio, sugere-se a incorporação dos conhecimentos indígenas tanto na elaboração quanto na implantação dos respectivos programas ambientais. Assim, o empreendedor deve constituir juntamente com os Apiaká, Kaiabi e Munduruku uma equipe técnica permanente, com reuniões regulares para avaliar e remodelar (caso haja necessidade) cada uma das etapas de instalação das usinas, tendo os índios uma participação ativa nas discussões e decisões.

5.5.1 A ecologia da vida e os lugares de importância

Os conceitos de *dwelling* e ecologia da vida, que guiaram as descrições ambientais anteriores, serão também utilizados nesta seção para enfatizar a importância de pensar as relações entre organismos e ambiente de forma integrada, ao invés da separação clássica já consagrada, que vem gerando diversos tipos de problemas. Nesse sentido, serão tratados de forma conjunta o ambiente do Teles Pires (concebido além de ser apenas um rio que corta a Amazônia meridional) e os grupos indígenas que ali habitam (além de pessoas buscando sua sobrevivência num território inerte e desprovido de sentido). É importante enfatizar que com os dados da pesquisa de doutorado de doutorado de Frederico Oliveira que orientaram esse relatório não é possível manifestar com autoridade as principais demandas e expectativas dos Kaiabi a respeito do projeto técnico ou ainda sobre as medidas de adequação ambientais, uma vez que o foco central do estudo não estava voltado para esse propósito e o presente relatório não está fundado numa nova pesquisa de campo. Considerando ainda, a justa demanda da FUNAI para que os três grupos sejam

contemplados num mesmo peso, não foram obtidos estudos semelhantes que retratassem as expectativas dos Munduruku e Apiaká.

Apesar dessas dificuldades, algumas informações podem ser prestadas, com o intuito de contribuir para um conhecimento mais próximo dos locais de vulnerabilidade e do significado desse conceito no dia a dia vivido dos Kaiabi, principalmente. Seguindo, pois, a terminologia mais apropriada de análises socioambientais recentes, inclusive constantes no Parecer Técnico da FUNAI, foi utilizado o conceito de *medidas e programas ambientais*, quando forem considerados os lugares de vulnerabilidade que demandam ações previstas capazes de controlar minimamente os efeitos dos impactos mais ameaçadores ao modo de vida dos grupos indígenas que habitam o Baixo Teles Pires. Seguindo principalmente a perspectiva dos Kaiabi é apresentada uma descrição que considera os lugares de importância juntamente com os ciclos ecológicos e aspectos simbólicos, para então se traçar algumas conclusões que devem nortear os projetos ambientais, caso as UHE's sejam implantadas no Baixo Teles Pires.

Uma informação importante que deve ser retificada do Estudo do Componente Indígena (Pág. 182) que este relatório vem revisar, diz respeito à notícia de que “muitas das espécies de peixes utilizadas na alimentação dos indígenas da TI Kayabi são capturadas nos tributários a jusante dos barramentos”. De fato, os índios utilizam com frequência os outros rios para pesca, mas a forma como está descrita no relatório pode levar o leitor a acreditar que o Teles Pires não é importante ou tem uma importância secundária para a pesca. Na realidade o Teles Pires é a principal fonte de peixes para os Kaiabi e também para os Apiaká, tanto por ser mais próximo das maiores aldeias, como por ter uma variedade maior e apresentar grande riqueza de peixes de couro e tracajás. Portanto, o rio Teles Pires se constitui como eixo sociocultural chave na elaboração das cosmografias dos povos em estudo. Foi tomando por base essa correlação que as análises a seguir serão direcionadas. Muitos desses chamados lugares de importância e vulnerabilidade já se encontram descritos juntamente com os mapas apresentados anteriormente. Assim, serão mais lembrados e descritos de forma mais pontual aqueles locais com algum potencial de sofrerem impactos imediatos capazes de alterar de maneiras drásticas ou irreversíveis os modos de vida histórica e ecologicamente constituídos pelos grupos indígenas do Baixo Teles Pires.

- **Salto Sete Quedas**

O Salto Sete Quedas situado fora dos limites da Terra Indígena Kayabi não está atualmente vinculado ao dia a dia vivido pelos grupos indígenas e não é considerado como lugar de visitação regular para aquisição de qualquer tipo de componente necessário às suas subsistências. A importância desse topônimo para os Kaiabi, em particular, é que ele representa um marco cultural chave quando resolveram cruzá-lo e se estabelecer definitivamente no Baixo Teles Pires, se relacionando com outros grupos de seringueiros e assumindo o risco de serem mortos pelos Munduruku e Panará. O Salto Sete Quedas está presente em muitos relatos e povoa constantemente a história oral dos Kaiabi tanto no Teles Pires, quanto no Xingu. Até hoje, no verão quando as famílias saem pela Terra Indígena para mostrar lugares de importância e contar as histórias antigas para os mais novos, mostrando os lugares onde elas aconteceram, o Salto Sete Quedas é constantemente visitado e tido como um marco espacial que expressa um grande feito dos Kaiabi realizado no início do século XX.

- **Tabuleiro**

Tabuleiro é nome de uma antiga aldeia, que era o barracão central do chefe dos seringueiros Elias Praxedes, onde os Kaiabi foram inicialmente aldeados antes de fundarem novas aldeias e constituir historicamente o território do Baixo Teles Pires. É reconhecido como lugar em que os Kaiabi entendem que “amansaram” os brancos e partiram para estender seu domínio territorial e cultural descendo e habitando gradativamente este rio. Essa aldeia estava situada logo abaixo da foz do rio Apiacás, do lado esquerdo de quem desce o rio Teles Pires. Pelos relatos de Atú e Kuruné, muitos de seus parentes mais velhos estão enterrados nas imediações dessa antiga aldeia. Tabuleiro é também uma micro-região que condensa pelo menos três aldeias antigas (entre elas a aldeia Tabuleiro) e possui um dos dois locais onde os Kaiabi encontram um tipo específico de bambu, chamado de taquari, bastante utilizado na confecção de flechas.

- **Praias dos rios São Benedito, Apiacás e Cururuzinho**

As praias que aparecem nas margens desses rios nos meses de verão são de extrema importância para os tracajás e tartarugas que as utilizam durante o período de seca para colocarem seus ovos. Pelo fato de estes rios serem os únicos em toda a Terra Indígena Kayabi com esse potencial, o alagamento dessas praias acarretaria certamente um distúrbio trágico para o ciclo reprodutivo desses quelônios, podendo propagar efeitos desconhecidos e não controláveis para o equilíbrio dos ciclos ecológicos, das cadeias tróficas e da capacidade de sustentação em todo o ambiente

do Baixo Teles Pires. Para os Kaiabi e os Apiaká seria também uma perda inestimável não mais poder contar com os ovos de tracajá e tartaruga, que compõem uma das principais bases alimentares de sua dieta na estação seca. Com a diminuição ou extinção dos tracajás e tartarugas os Kaiabi e Apiaká perdem também uma considerável fonte de proteínas, haja vista que estes animais são pescados durante todos os meses do ano.

- **Rio Cururuzinho**

Apesar de já se encontrar um pouco mais distante dos barramentos estipulados para as UHE's São Manoel e Foz do Apiacás, o rio Cururuzinho deve ser mencionado em razão de sua importância como local de pesca e caça durante todo o ano, além de ser considerado numa importância simbólica próxima ao Teles Pires, por abrigar em suas cabeceiras a mãe de todos os animais (*mama'é*). A preocupação maior em relação ao rio Cururuzinho é a chegada desenfreada de pescadores predatórios, que não respeitam os períodos da piracema, pescam com malhadeira e impõem ameaças de violências aos índios.

- **Rio São Benedito e Lago Azul**

A aldeia São Benedito, fundada próxima ao Porto do Meio, local de acesso por estrada ao rio São Benedito, já vem sofrendo constantes pressões por parte de madeireiros e fazendeiros, que avançam com o desmatamento dentro da Área Sul da TI Kayabi, ainda não regularizada e, com a melhoria dos acessos, sua vulnerabilidade poderá aumentar. As margens do rio São Benedito abrigam capoeiras e sítios arqueológicos que compõem um inventário de outro local de ocupação antiga e estabelecimento de cemitérios. É nas proximidades deste rio que existe o Lago Azul, local de grande abundância de antas, que os Kaiabi costumavam utilizar em suas caçadas no passado. Atualmente esta área encontra-se sob controle do grupo de pequenos posseiros e os Kaiabi não mais possuem acesso irrestrito como antes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se apresentar ao longo deste relatório os diferentes tipos de relações que os grupos indígenas do Baixo Teles Pires vêm constituindo historicamente com a uma parcela específica do ambiente com o qual estão acostumados a viver por pelo menos dois séculos. Os Kaiabi, que foram o foco do trabalho de Frederico Oliveira, são enfáticos ao afirmar que o Teles Pires é a única região que lhes resta, com uma extensão de terras e florestas ainda preservadas, do território de ocupação antiga de seu grupo. Após os contatos com diversas frentes da sociedade nacional, a afirmação da identidade e autonomia desse grupo passa diretamente pela garantia de direitos territoriais relativos à área que reivindicam principalmente do lado do estado de Mato Grosso.

Utilizando matrizes interpretativas capazes de aproximar da questão territorial a partir de distintas óticas, o objetivo foi de conjugar documentos oficiais, relatos míticos e históricos, pesquisa etnográfica em múltiplos níveis, com vertentes teóricas ainda pouco trabalhadas nos campos da antropologia territorial e ambiental que se encaixassem de modo mais adequado à situação dos povos indígenas. A etnografia, entendida menos como metodologia de coleta de dados para servir à análise antropológica, mas, sobretudo, como uma prática de descrição verbal e perceptiva foi trabalhada com o propósito de aproximar o pesquisador e o leitor de distintas realidades territoriais vivenciadas pelas pessoas no trato com o ambiente natural. Por fim, espera-se que este trabalho possa servir como um instrumento capaz oferecer alternativas viáveis ao paradigma da adequação ambiental, equacionando num mesmo patamar a diversidade cultural, a sustentabilidade ambiental e a democratização dos acessos e dos ônus relativos aos recursos naturais no processo de licenciamento ambiental.

7 BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. 1994. *Carajás: a Guerra dos Mapas*. Belém: Falangola Editora.
- BALÉE, W. 1998. “Historical ecology: premises and postulates”. In: *Advances in Historical Ecology*. Editado por W. BALÉE. New York: Columbia University Press, pp. 13-29.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, Frederico C. 2007. “O Projeto das Antropologias Mundiais diante do desafio da alteridade no mundo globalizado”. *Revista Antropológicas*, 18(1):7-35.
- _____, Frederico C. 2010. *Quando resistir é habitar: lutas pela afirmação territorial dos Kaiabi no Baixo Teles Pires*. Tese de Doutorado: Brasília, DAN/UnB.
- BECKER, Berta K. 1982. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. 2001. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- BROOKFIELD, H. C. 1969. “On the environment as perceived”. In: *Progress in Geography*, 1. pp: 51-80.
- CARRASCO, Lorenzo. 2001. *Máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial*. São Paulo: EIR.
- CASTELNAU, Francis de. 1949. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Tomo II. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CHAPMAN, M. D. 1985. “Environmental influences on the development of traditional conservation in the South Pacific region”. In: *Environmental Conservation*, 12(3). pp: 217-230.
- CLASTRES, Hélène. 1978. *Terra Sem Mal. O profetismo tupi-guarani*. São Paulo: Brasiliense.
- CLASTRES, Pierre. 1988. *A Sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. pp. 71-89.
- CONKLIN, Beth A. & Laura R. GRAHAM. 1995. “The shifting middle ground: Amazonian Indians and eco-politics”. In: *American Anthropologist* 97(4): 695-710.
- COUDREAU, Henri. [1897] 1977. *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte. Editora da Universidade de São Paulo - Livraria Itatiaia.
- DE CERTEAU, Michel. 1984. *The practice of everyday life*. University of California Press: Berkeley, Los Angeles and London.

- DEWAR, Elaine. 2004. *Bones: Discovering the First Americans*. New York: Carol & Graff Publishers.
- ERICKSON, C. L. 2008. "Amazonia: the historical ecology of a domesticated landscape". In: *Handbook of South American Archaeology*. Editado por H. Silverman & W. Isbell, pp. 157-183. New York: Springer.
- FERNANDES, Florestan. [1954] 1970. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- FONSECA, João Severiano da. 1880. *Viagem ao Redor do Brasil, 1875-1878*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C. Vol. 1.
- GELLNER, E. 1982. "Relativism and universals". In: M. Hollsand S. Lukes (eds.), *Rationality and Relativism*. Oxford: Basil Blackwell.
- GLISSANT, Édouard. 2005 [1981]. *Poética da diversidade*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- GOW, P. 1995. "Land, people and paper in Western Amazônia". In: Hirsh, E. & O'Hanlon, M. (Eds.). *The Anthropology of Landscape: perspectives on place and space*. Oxford: Clarendon Press.
- GRUNBERG, G. 2004. *Os Kaiabi do Brasil Central*. Brasília: Instituto Socioambiental.
- GUIMARÃES NETO, Regina B. G. 1986. *A lenda do Ouro Verde*. Dissertação de mestrado (História - Unicamp).
- HANNA, S; FOLKE, C; MALER, K. 1994. *Rights to nature: cultural, economic, political and economic principles of institutions for the environment*. Washington: Island Press.
- HECKENBERGER, M. J., RUSSEL, J. C, TONEY, J. R., SCHMIDT, M. J. 2007. The legacy of cultural landscapes in the Brazilian Amazon: implications for biodiversity. In: *Phil. Trans. R. Soc. B*, 362, 197-208.
- HEIDEGGER, Martin. 1971. "Building, dwelling, living". In: *Poetry, language, thought*. (Transl.) A. Hofstadter. New York: Harper and Row.
- IBGE. 1991. *Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal*. IBGE. Rio de Janeiro.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2005. *Censo Demográfico 1950-2000*. IBGE, Brasília.
- INGOLD. Tim. 2000. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.
- _____. 2006. 'Up, across and along', Place and Location. In: *Studies in Environmental Aesthetics and Semiotics*, 5: 21-36.
- ISA. 2007. *Censo das aldeias Kaiabi do Parque do Xingu, ano de 2006*. Instituto Socioambiental, São Paulo.

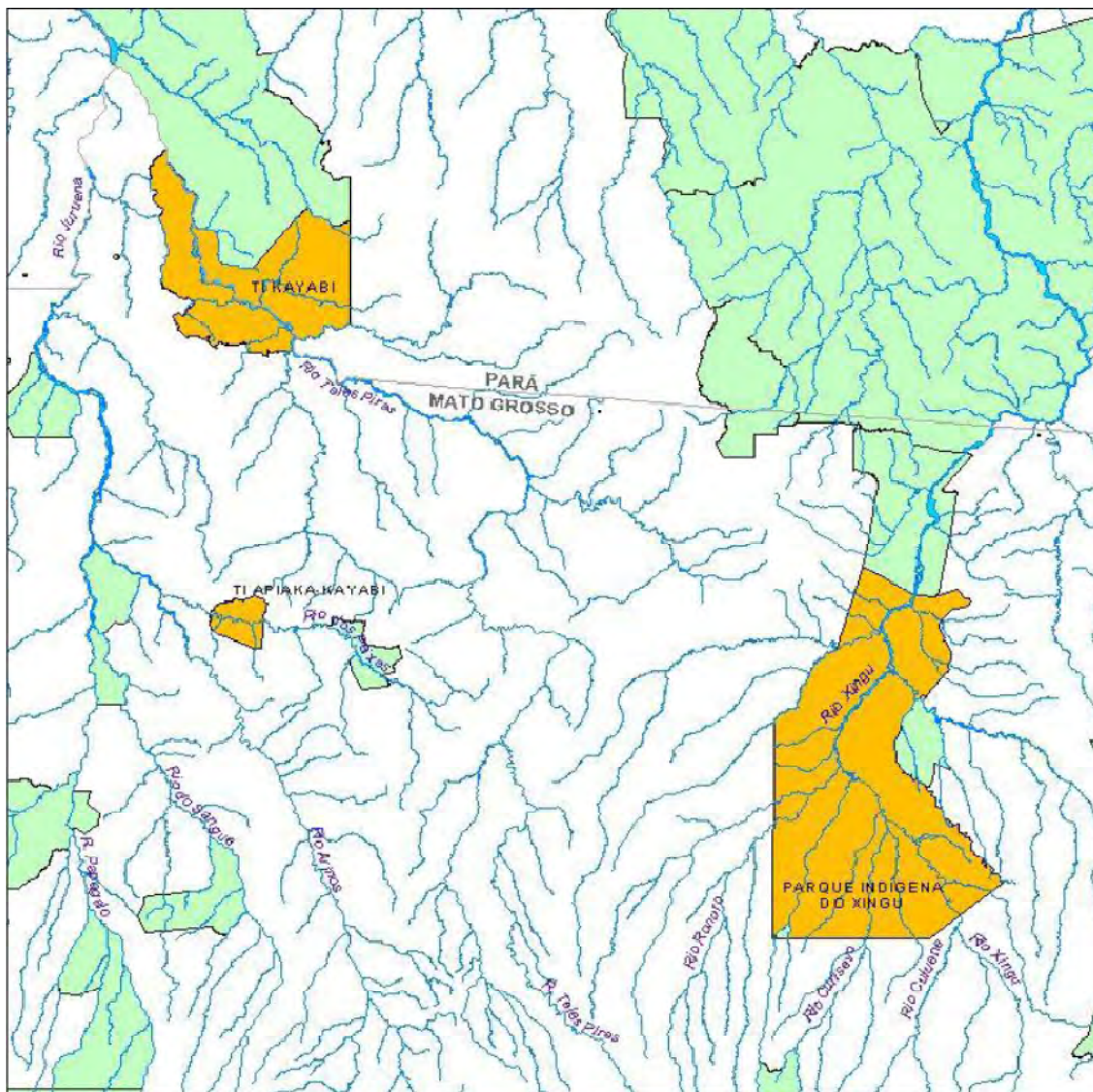
- LEWICKI, Roy; GRAY, Barbara & ELLIOTT, Michael. 2003. Making sense of intractable environmental conflicts. Washington, Covelo, London: Island Press.
- LITTLE, Paul E. 1997. “Superimposed cosmographies on regional Amazonian frontiers”. In: *Série Antropologia n° 219*, pp. 1-32.
- _____. 2001. *Amazonia: Territorial Struggles on Perennial Frontiers*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- _____. 2006. “Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico”. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n° 25, pp. 85-103.
- MARTINS, José de Souza. 1997. “Tempo da fronteira: retorno á controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. In: *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, pp. 145-60.
- MELATTI, Julio C. 2002. Índios da América do Sul - Áreas Etnográficas. In: <http://www.geocities.com/RainForest/Jungle/6885/ias.htm>.
- MELIÁ, Pe. Bartolomé. 1993. “Os Caiabis Não-Xinguanos”. In: *Karl Von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. (Org.) Vera Penteadó Coelho). São Paulo: EDUSP/FAPESP, pp. 485-509.
- MENÉNDEZ, Miguel. 1981/82. “Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira”. *Revista do Museu Paulista*, vol. XXVIII, USP: 289-388.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. 1962. *Phenomenology of perception*. Trans. C. Smith. London: Routledge & Kegan Paul.
- MÉTRAUX, Alfred. 1950. *A religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribus Tupi-Guaranis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MILTON, Kay. 2002. *Loving nature: towards an ecology of emotion*. New York and London: Routledge.
- . MORENO, Gislaene. 2007. *Terra e poder em Mato Grosso. Política e mecanismos de burla: 1891-1992*. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT
- MURPHY, Robert F. 1960. *Headhunter’s heritage: social and economic change among the Mundurucú indians*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- NEVES, Eduardo. G. 2006. *Arqueologia da Floresta Amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- NOELLI, Francisco Silva. 1996. “As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi”. In: *Revista de Antropologia*, vol. 39, no. 2, pp. 7-53.
- NUGENT, David. 1998. “Two, three, many barbarisms? the Chihuahuan frontier in transition from society to politics”. In: *Contested ground: comparative frontiers on the northern and southern edges of the Spanish empire*, Donna Guy e Thomas Sheridan, (eds). Tucson: University of Arizona Press, pp. 182-199
- OAKDALE, Suzanne. 2005. *I foresee my life: the ritual performance of autobiography in an Amazonian community*. Lincoln and London: University of Nebraska Press.

- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. 1999. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- PAGLIARO, H. 2005. “A mudança dos Kaiabi para o Xingu: uma história de sucesso demográfico”. In: R. G. Baruzzi, and C. Junqueira, eds., *Parque Indígena do Xingu. Saúde, Cultura e História*. Universidade Federal de São Paulo/Terra Virgem, São Paulo, PP. 201-226.
- PROJETO RADAMBRASIL, 1981. *Geologia, Geomorfologia, Pedologia*. Folhas SC22 - Juruena. Vol. 22. Rio de Janeiro.
- PYRINEUS DE SOUZA, Antônio. 1916. “Exploração do rio Paranatinga e seu levantamento topográfico bem como o dos rios S. Manoel e Telles Pires”. Relatório apresentado ao chefe da Comissão, Coronel Candido Mariano da Silva Rondon. In: *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro: Publicação nº 34.
- RAFFESTIN, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- RIBEIRO, Darcy. 1957. “Culturas e Línguas Indígenas no Brasil”. In: *Educação e Ciências Sociais*. Ano II, Vol. 2, nº6. Rio de Janeiro, pp. 5-102.
- RODRIGUES, D. 2001. *Relatório de Atividades. Distrito Sanitário especial Indígena do Xingu*. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo.
- RODRIGUES, Patrícia M. 1994. *Laudo antropológico*. Referência: processo nº 1137/93.
- SANTILLI, Márcio e Steve SCHWARTZMAN. 1997. “Indigenous reserves and land use change in the Brazilian Amazon”. Brasília: *Mimeo*.
- SCHADEN, Egon. 1962. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guaraní*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- SELUCHINESK, Rosane D. 1999. *A constituição da escola como um espaço de formação do colono junto aos projetos de colonização do norte matogrossense: Alta Floresta - 1976 a 1996*. Dissertação de mestrado em Educação (Universidade Federal do Paraná).
- SENRA, K. V, SILVA, G. M & ATHAYDE, S. F. 2004. “Posfácio: Os Kaiabi hoje: aspectos culturais e ambientais”. In: GRUNBERG, G. *Os Kaiabi do Brasil Central - História e Etnografia*. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 251-295.
- SCHMINCK, Marianne & WOOD, Charles H. 1992. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press.
- SILVA, Carmen Lucia. 1998. “Sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá”. Dissertação de Mestrado. UFSC.
- SILVA, Cristhian Teófilo da. 2005. “Cativando Maira: a sobrevivência avácanoero no alto rio Tocantins”. Tese de Doutorado. DAN/UnB.

- SILVA, Geraldo. M. 1999. “Agricultura Kaiabi e Yudja na paisagem norte do Parque Indígena do Xingu”. In: *Relatório Técnico*. São Paulo: Instituto Socioambiental / The Norwegian Rainforest Foundation. 91 p.
- STAHL, P. W. 2008. “The contributions of zooarchaeology to historical ecology in the neotropics”. In: *Quaternary International*, 180, pp. 5-16.
- STUCHI, Francisco F. 2010. *A ocupação da Terra Indígena Kaiabi (MT/PA). História indígena e etnoarqueologia*. Dissertação de Mestrado em Etnoarqueologia (Universidade de São Paulo).
- TEMPESTA, Giovana A. 2009. *Travessia de Banzeiros. Historicidade e organização sociopolítica apiaká*. Tese de doutorado (Antropologia Social - Universidade de Brasília).
- _____, Giovana, A. 2011. *Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Apiaká e Pontal dos Isolados*. Brasília: Processo FUNAI/BSB/0073/2010.
- TIBIRIÇÁ, Luis Caldas. 1984. *Dicionário Tupi-português*. Rio de Janeiro: Traço Editora.
- VILLAS-BOAS, Cláudio & VILLAS-BOAS, Orlando. 1989. *Os Kayabi do Rio São Manoel*. São Paulo: Kuarup.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1986. *Araweté, os Deuses Canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- WAGLEY, Charles. 1988. *Lágrimas de Boas-Vindas. Os índios Tapirapé do Brasil Central*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- WEINSTEIN, Bárbara. 1993. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- ZHOURI, Andréa. 2008. “Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: desafios para a governança ambiental”. In: *RBSE*, vol 23(68), pp 97: 107.

ANEXOS - MAPAS DAS TERRAS INDÍGENAS

Anexo 1.1: Mapa das Terras Indígenas atualmente habitadas pelos Kaiabi



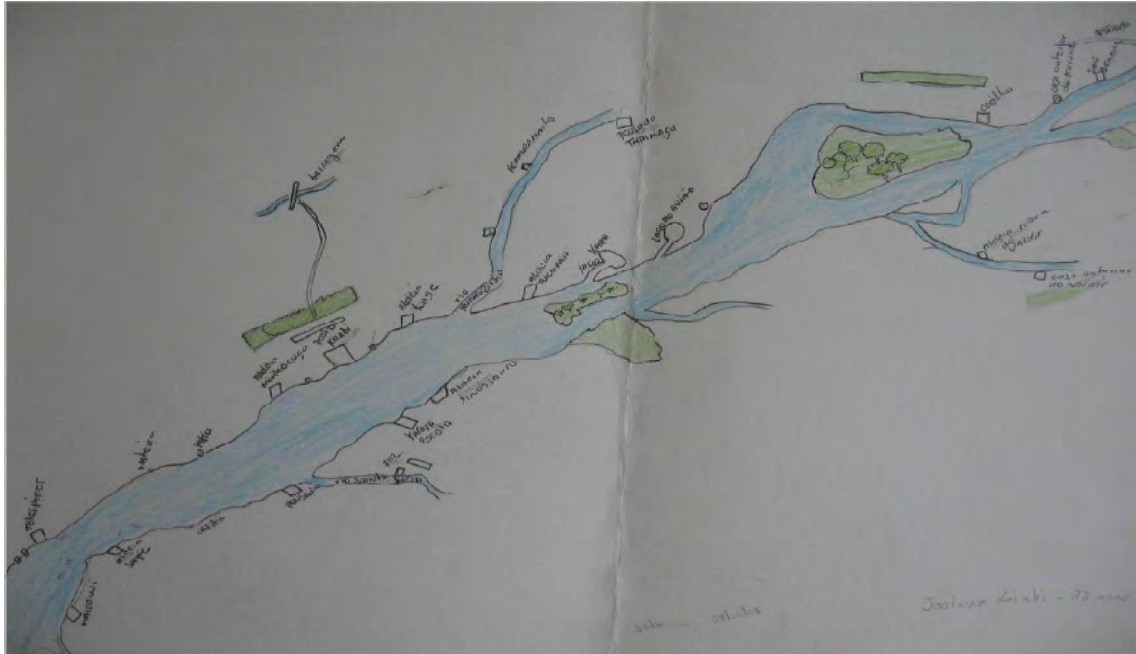
20 0 40 km

- Terras indígenas habitadas pelos Kaiabi
- outras terras indígenas

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2003



Anexo 1.2: Josiane



Anexo 1.4: José



Anexo 1.5: Valdir



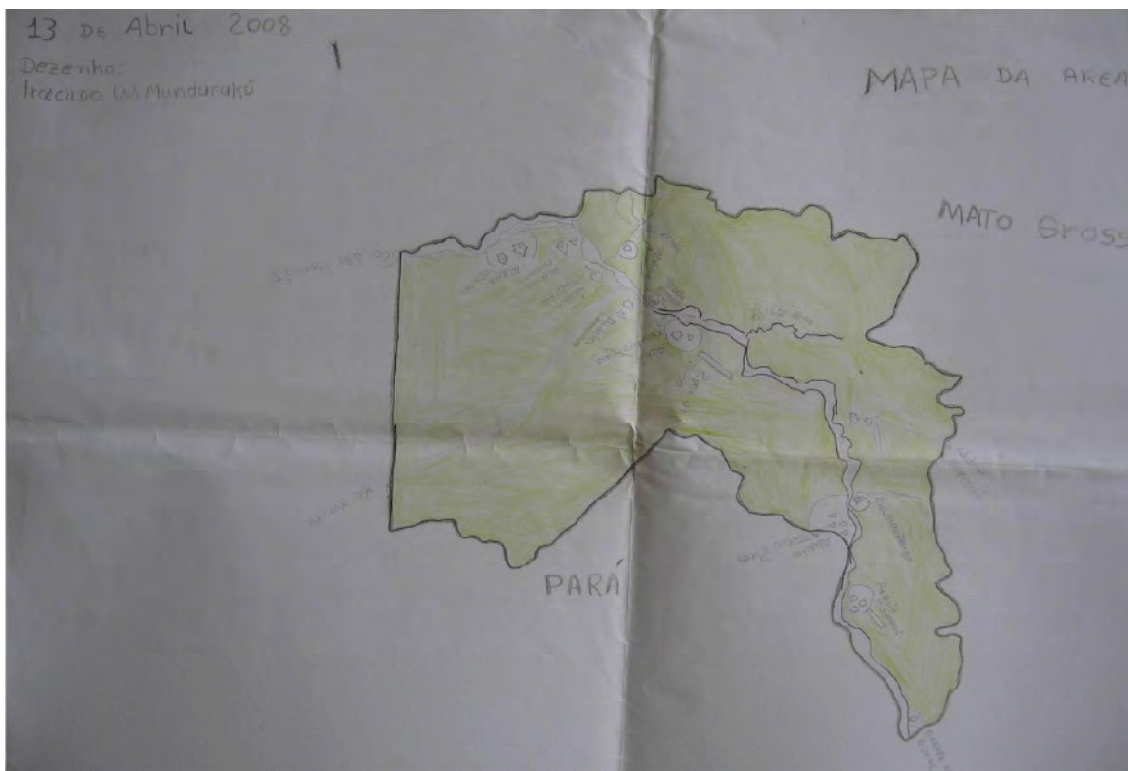
Anexo 1.6: Myau



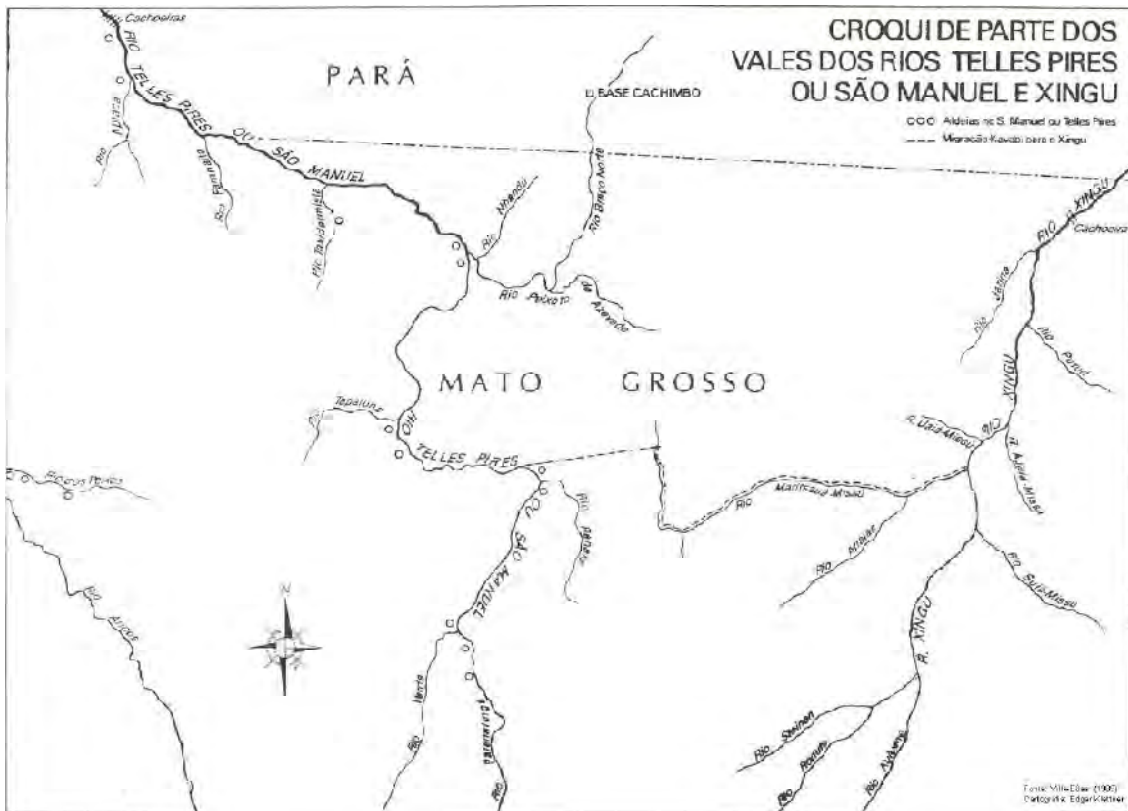
Anexo 1.7: Awoó



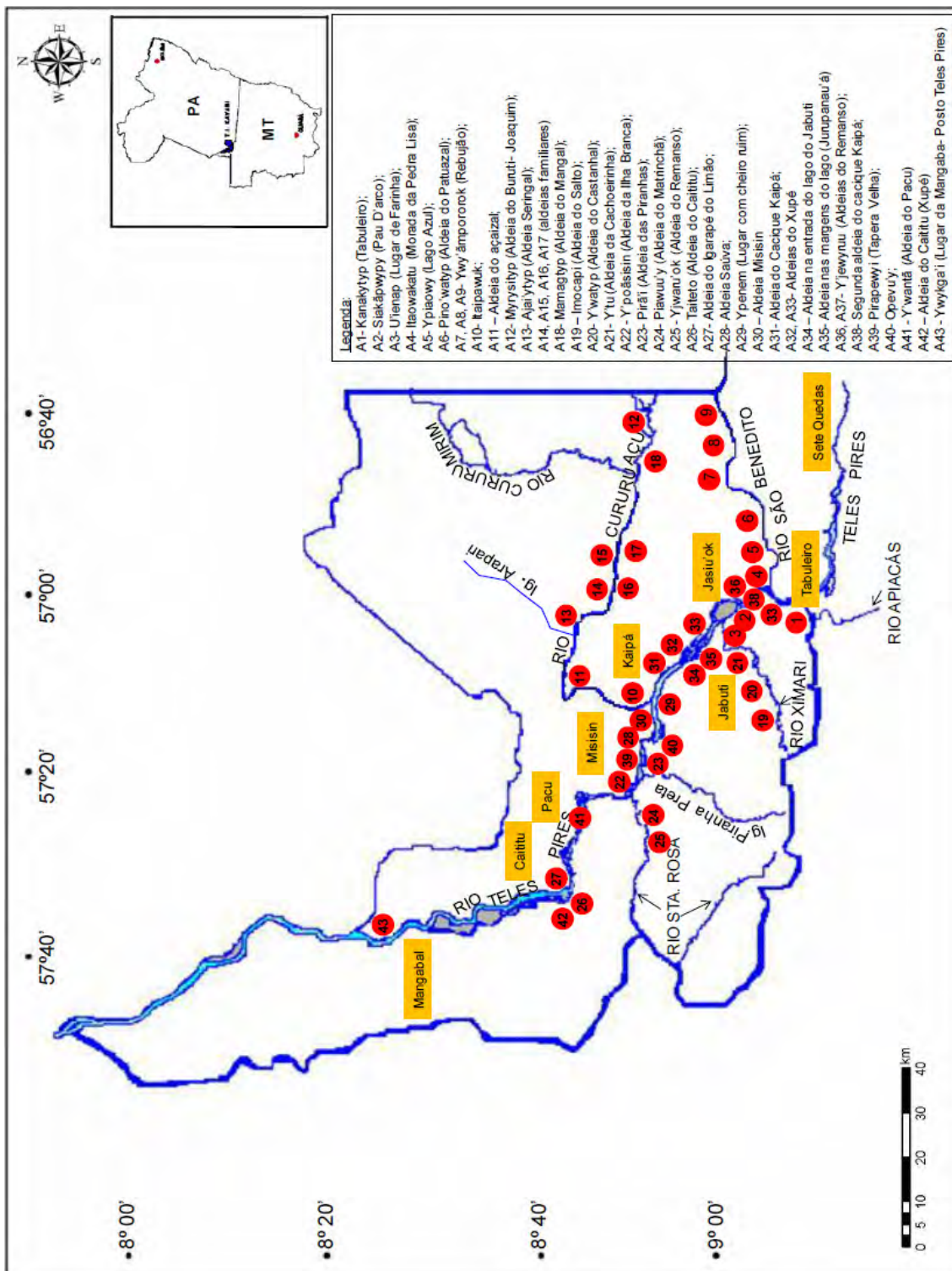
Anexo 1.8: Iracildo



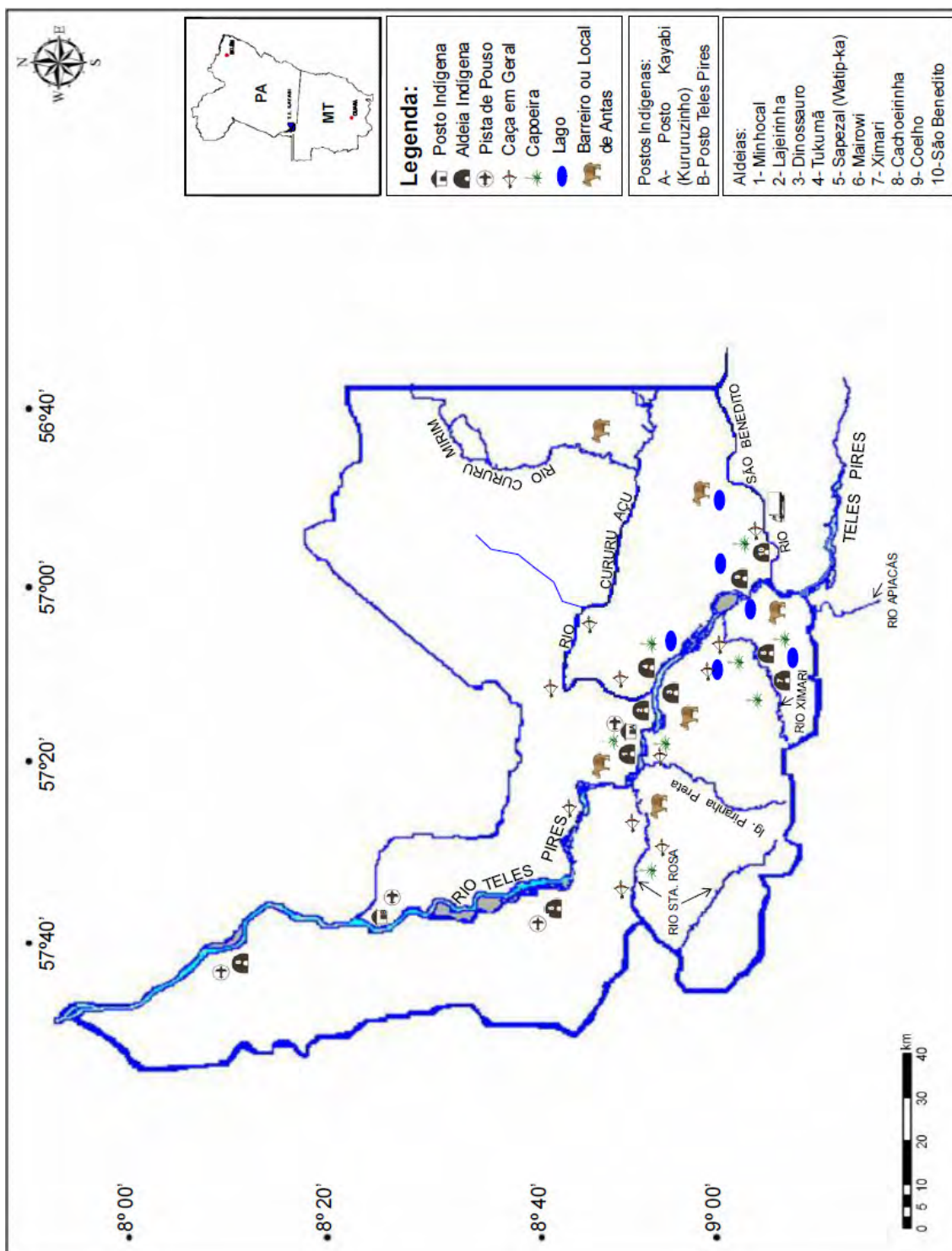
Anexo 1.9: Encontro dos Kaiabi com os Villas-Bôas no Teles Pires e o caminho percorrido até o Xingu



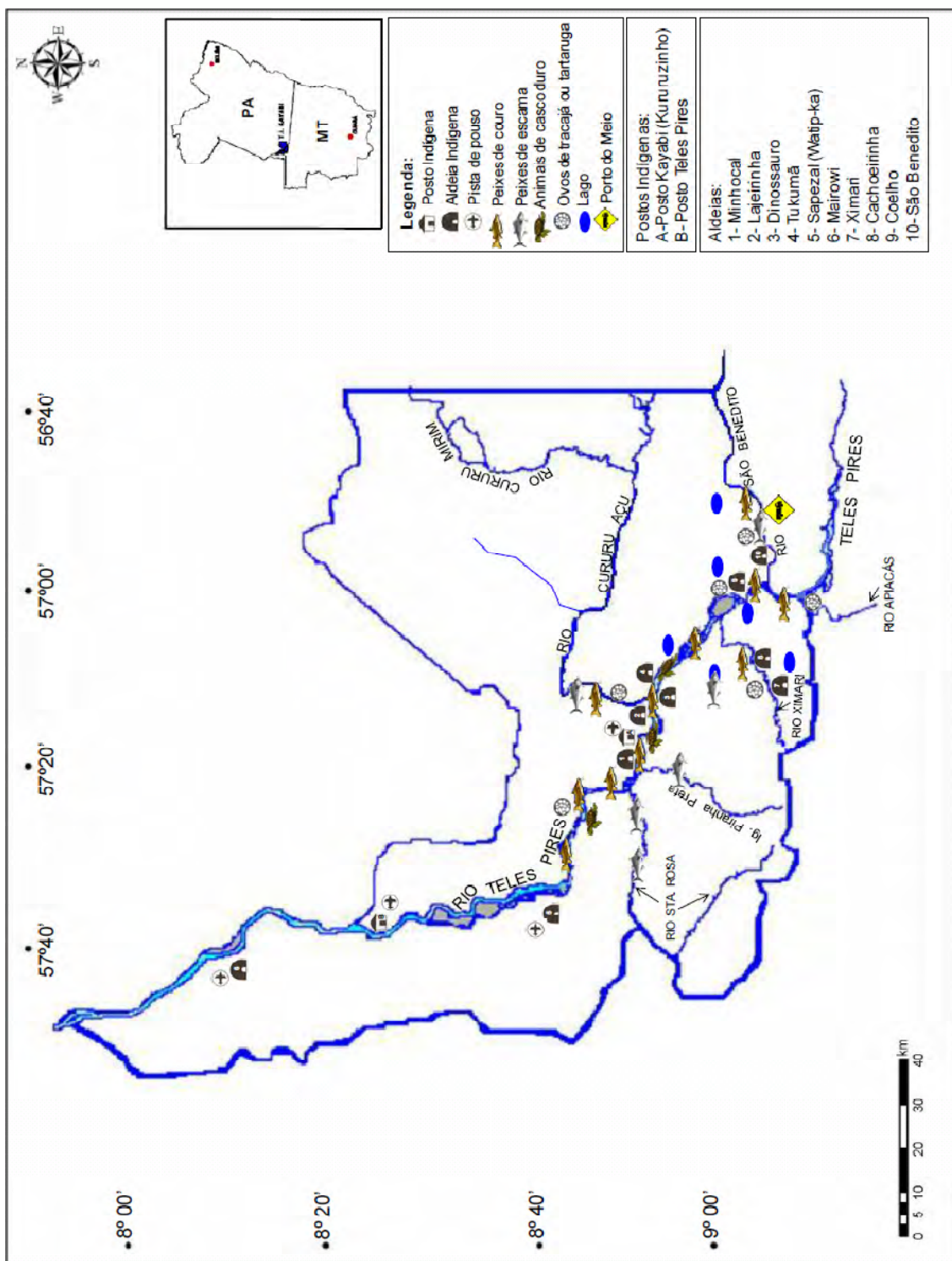
Anexo 1.10: Mapa de aldeias antigas - Terra Indígena Kayabi



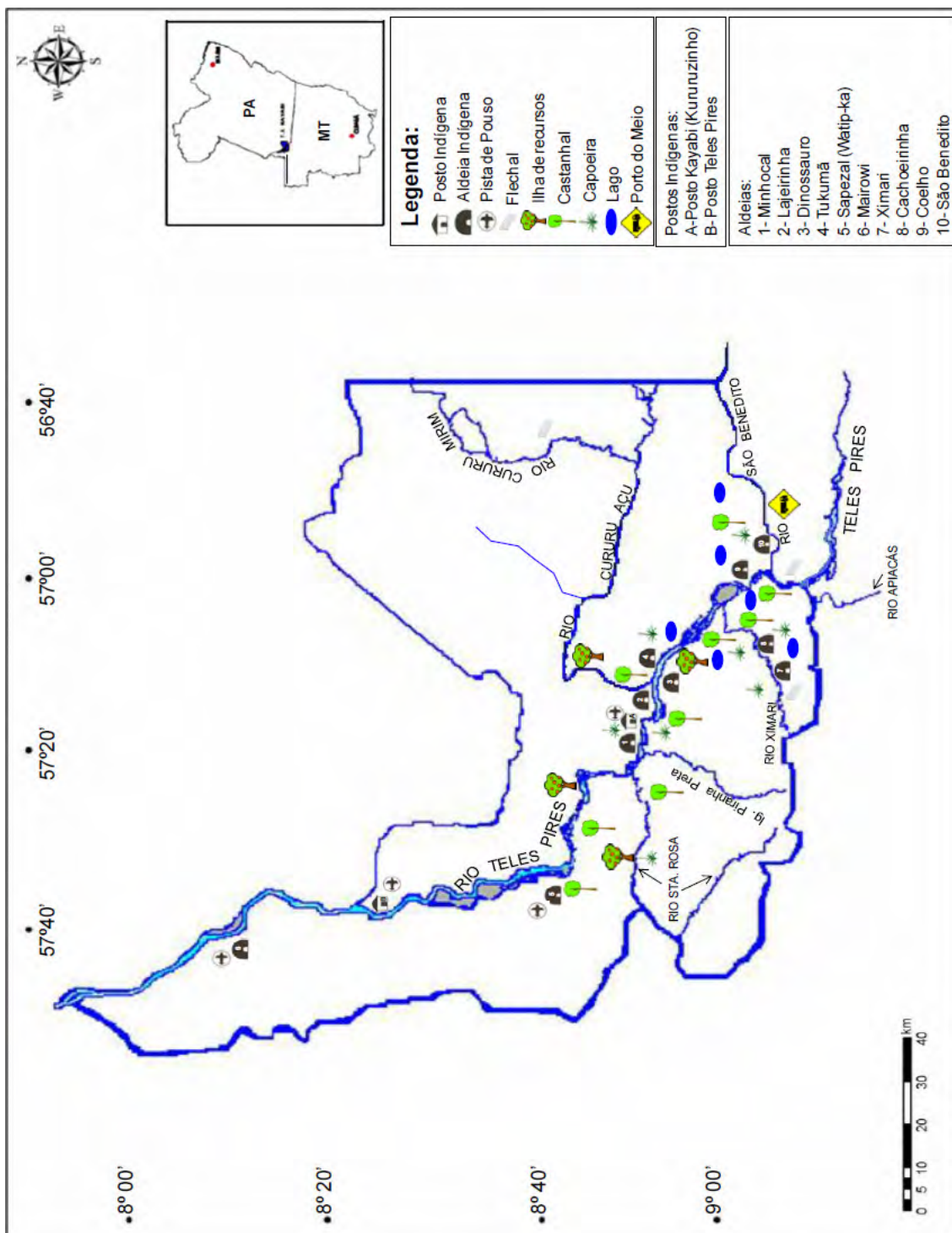
Anexo 1.11: Mapa de caça - Terra Indígena Kayabi



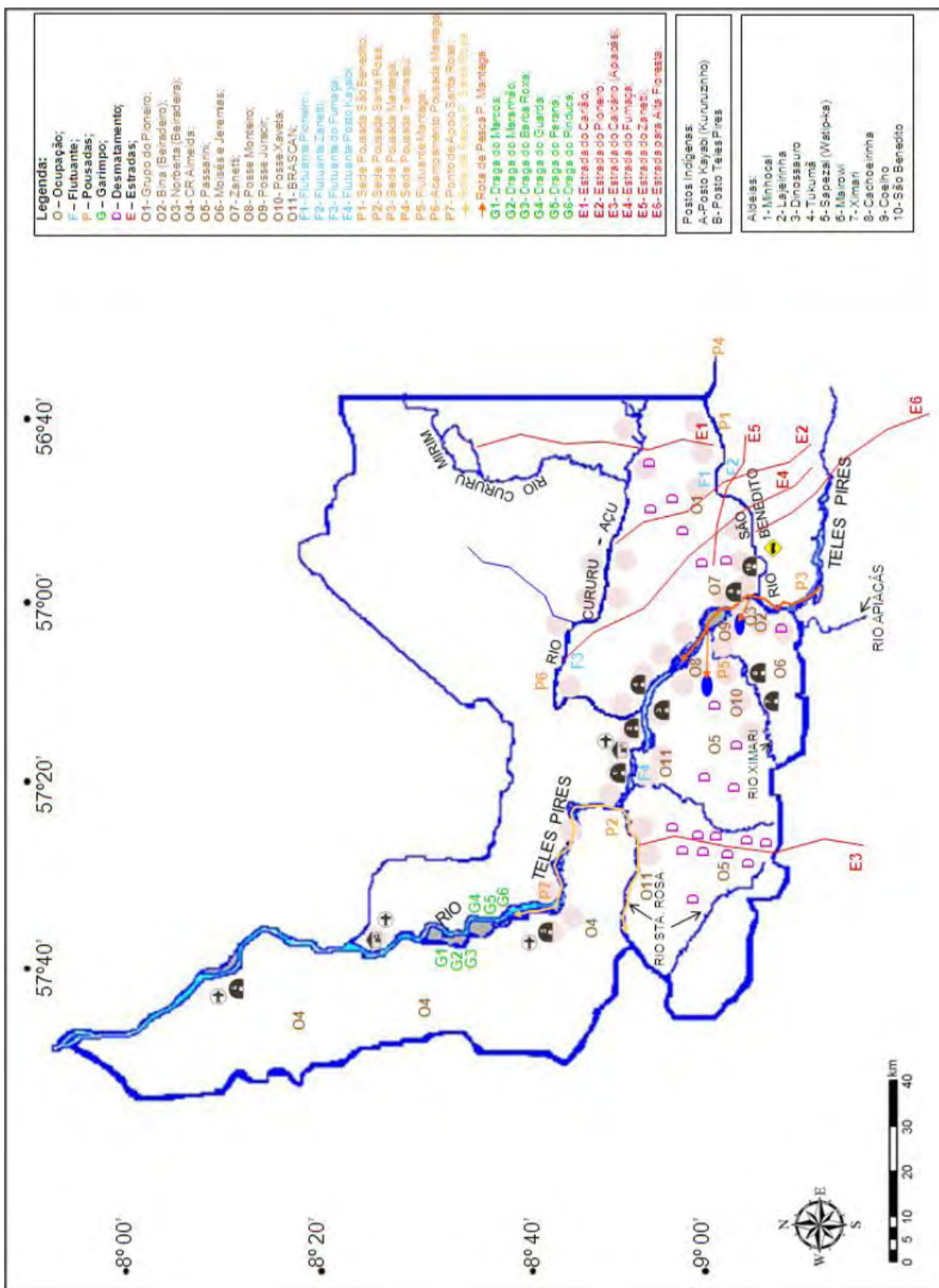
Anexo 1.12: Mapa de pesca - Terra Indígena Kayabi



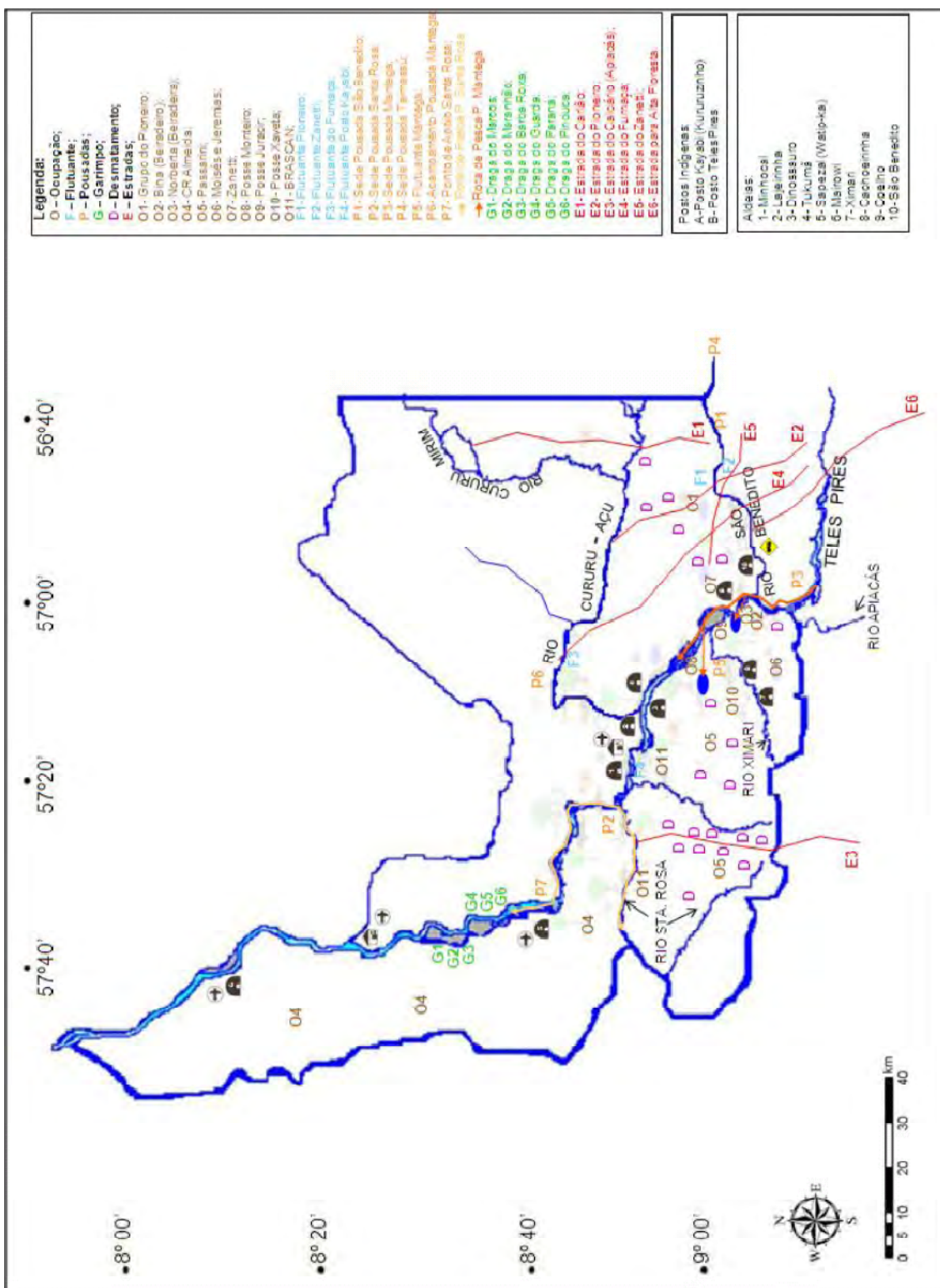
Anexo 1.13: Mapa de coleta e extrativismo - Terra Indígena Kayabi



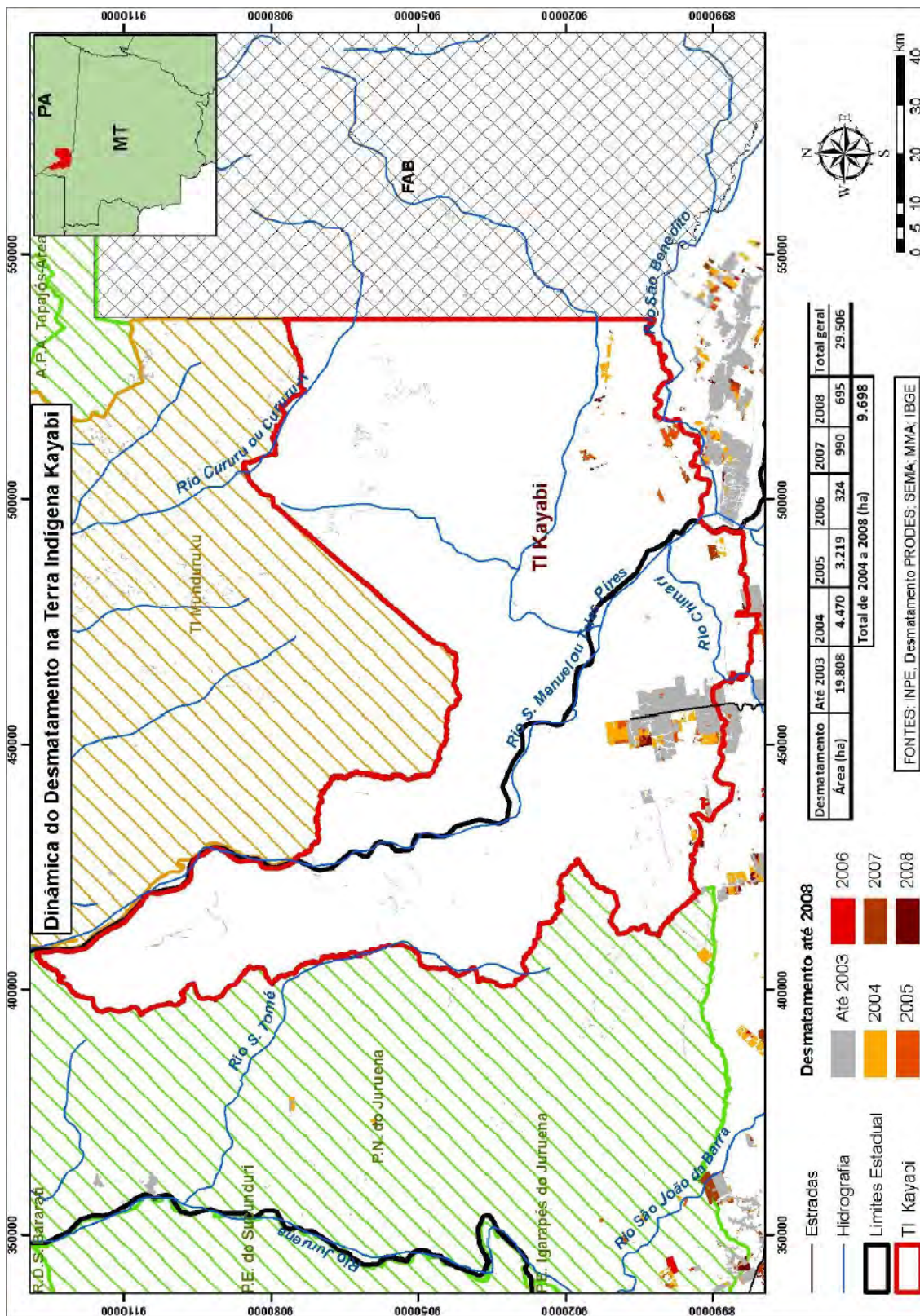
Anexo 1.14: Sobreposição de invasões aos locais de importância e aldeias antigas



Anexo 1.15: Sobreposição de invasões aos locais de utilização dos recursos



Anexo 1.16: Desmatamento TI Kayabi

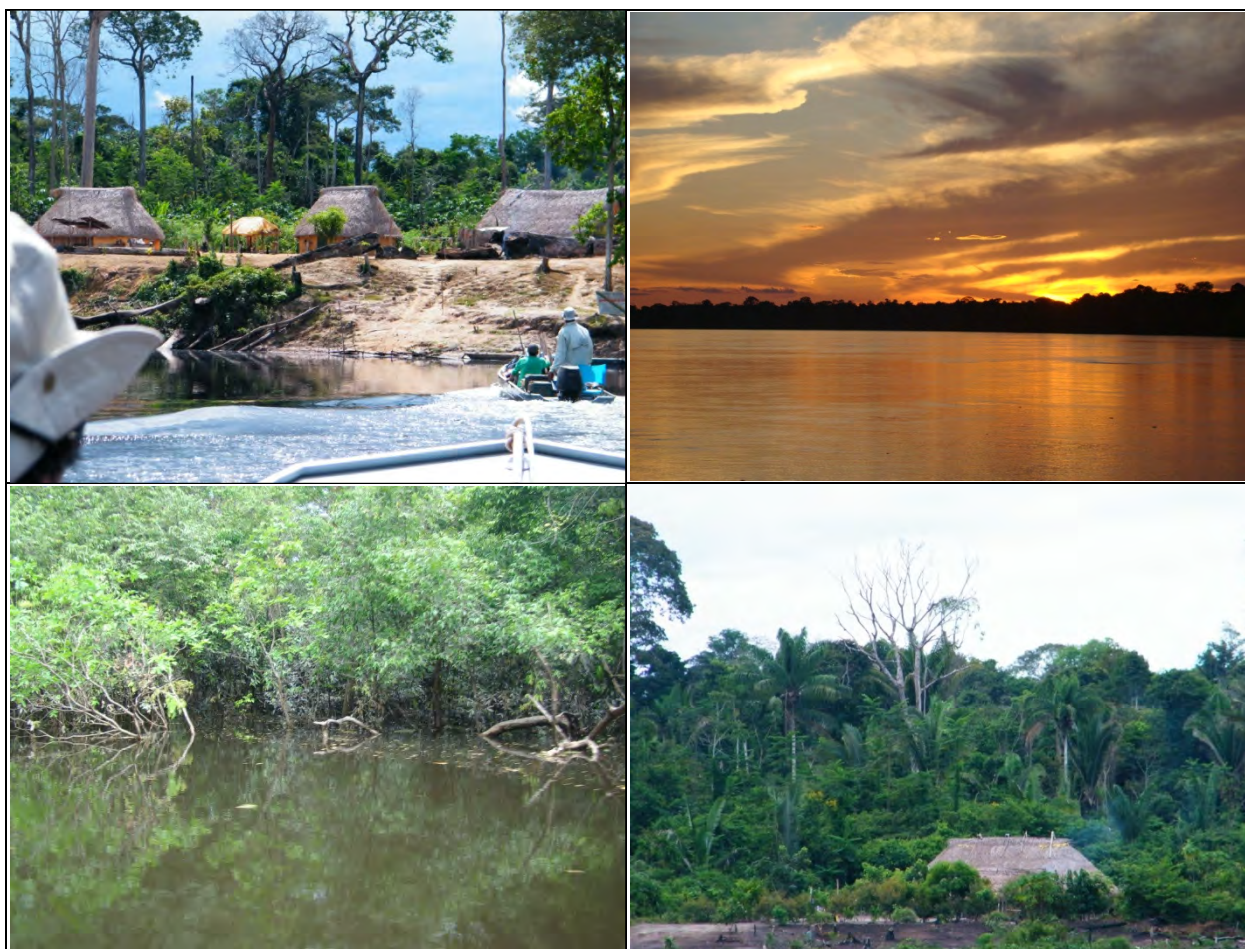


ESTUDOS DO COMPONENTE INDÍGENA DAS UHE SÃO MANOEL E FOZ DO APIACÁS

REVISÃO E COMPLEMENTAÇÃO

PARTE II Caracterização das Microbacias e Indicação das Áreas de Vulnerabilidade

Terras Indígenas Kayabi, Munduruku e Pontal dos Apiaká



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “double sided”)

Estudos do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz do Apicás Revisão e Complementação

Parte II Caracterização das Microbacias e Indicação das Áreas de Vulnerabilidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	186
2	CARACTERIZAÇÃO da REGIÃO EM ESTUDO	187
2.1	Caracterização Geral	187
2.2	Caracterização das Microbacias	188
3	INDICAÇÃO DAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE	199
3.1	Histórico de Ocupação	200
3.2	Frentes de Ameaças	201
3.3	Processos Impactantes	203
3.4	Áreas de Vulnerabilidade	206
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
5	REFERÊNCIAS	214
	ANEXO 1 - As Principais Formações Vegetais da Região	217
	ANEXO 2 - MAPAS E FIGURAS	226

1 INTRODUÇÃO

As microbacias objeto deste trabalho são aquelas sobrepostas às Terras Indígenas Kayabi e Munduruku, na região das divisas entre os estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas. As 11 microbacias que compõem esse universo correspondem a uma área de aproximadamente 112.200 km² e as TI somam aproximadamente 34.400 km² (FUNAI, 2010). Aproximadamente 30% da área das microbacias estudadas estão contidas nos limites das TI Kayabi e Munduruku.

O objetivo deste estudo é caracterizar as microbacias que compõem as TI Kayabi e Munduruku, com a descrição dos principais elementos de seu ambiente, e a indicação e mapeamento de áreas mais vulneráveis a ações antrópicas potencialmente degradantes.

Este relatório foi estruturado, pois, naqueles dois eixos analíticos. Primeiramente, são caracterizadas as microbacias. As descrições individualizadas dessas unidades são precedidas de um panorama regional das principais propriedades físico-bióticas. A caracterização foi realizada com base na subdivisão de ottobacias, nível 4, da Agência Nacional de Águas - ANA. A confiabilidade da base de dados e o nível de detalhamento adequado à escala da análise foram determinantes para essa opção. Adotou-se a desingação numérica das ottobacias (ANA) para identificação das microbacias. Dessa forma, por exemplo, a ottobacia 4426, conforme designação da ANA, é identificada neste relatório como microbacia 4426.

A seguir, são indicadas as áreas de vulnerabilidade das TI Kayabi e Munduruku, com base nas microbacias que as compõem. Foram identificadas atividades humanas de significativo potencial degradante atualmente desenvolvidas da região em estudo. Foi utilizado o histórico de ocupação da região, bases cartográficas e imagens de satélites. A análise dessas informações permitiu a localização de frentes de ameaças, definidas como blocos de ações antrópicas associadas entre si, que mantenham relação de proximidade espacial e que promovam alterações físico-bióticas significativas nos arredores das TI.

A partir das alterações físico-bióticas desencadeadas pelas frentes de ameaça, foram identificados processos impactantes associados. As áreas de vulnerabilidade foram definidas com base na avaliação do potencial de alteração dos sistemas ambientais contidos nas TI em face dos processos impactantes. Os procedimentos adotados para o desenvolvimento dos estudos são detalhados ao longo do relatório. São apresentados, ainda, mapas temáticos e analíticos.

As análises conduzidas por meio desses dois eixos analíticos, para além do atendimento ao objetivo principal desse estudo, podem permitir a eventual proposição de um quadro geral das condições de preservação atuais das terras indígenas e estimar um cenário hipotético tendencial de interferências sobre os ambientes nela contidos.

2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO EM ESTUDO

2.1 Caracterização Geral

A região em estudo abrange as microbacias associadas às Terras Indígenas Kayabi e Munduruku, localizadas próximas as divisas entre os estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas. Essa região está sob domínio do Bioma Amazônia em contato com o Bioma Cerrado (MMA, 2002), apresentando fisionomias típicas de ambos - Florestas Ombrófilas, Florestas Estacionais e Savanas - descritas no Anexo 1 - Principais Formações Vegetais da Região.

A principal unidade geomorfológica da região em estudo é a Chapada do Cachimbo, que cruza as Terras Indígenas Kayabi e Munduruku no sentido NO-SE e funciona como divisor de águas das bacias dos rios Tapajós, Xingu e Teles Pires. Essa chapada tem uma topografia geral aplanada, mas já dissecada, originando formas tabulares e interflúvios amplos (IBGE, 2002a; 2002b). Nessa formação geomorfológica, predominam as areias quartzosas, associadas às fisionomias de contato entre formações campestres e florestais.

Já nas porções norte e sul da região em estudo prevalecem os latossolos que, ao Norte, ocorrem no Planalto do Parauari-Tropas e, ao Sul, na Depressão Interplanáltica Juruena-Teles Pires (IBGE, 2002a; 2002b). Nessas áreas, ocorrem as Florestas Ombrófilas Densa e Aberta Submontanas, incluídas na classificação popular de “floresta de terra firme”, onde se constata alta biodiversidade (PIRES, 1973).

Os principais rios da região em estudo são o Tapajós, afluente da margem direita do Amazonas, e seus formadores, rios Teles Pires e Juruena, cuja confluência se dá na Chapada do Cachimbo. Ao longo desses rios, apresentam-se os gleissolos associados à Floresta Ombrófila Densa Aluvial. Esta formação se caracteriza pelo alagamento sazonal ou permanente do solo, o que seleciona as espécies vegetais, resultando em elevado grau de endemismo.

Essa região apresenta grande diversidade de ambientes aquáticos, onde se destacam cabeceiras, corredeiras, cachoeiras, lagoas marginais, várzeas, rios de águas claras e pretas. Como regra geral, a diversidade de ambientes e espécies aquáticas tende a aumentar em direção à foz de um rio (VANNOTE et. al., 1980). Com relação à importância individual dos habitats, as corredeiras e cachoeiras tendem a apresentar endemismos ou ocorrências exclusivas. As lagoas marginais e várzeas, por sua vez, configuram ambientes de alimentação ou reprodução para grande número de espécies aquáticas.

No que diz respeito à fauna terrestre, mamíferos e aves de grande porte, como onça-pintada (*Panthera onca*), anta (*Tapirus terrestris*), mutum-de-penacho (*Crax fasciolata*) e arara-canindé (*Ara ararauna*), são espécies registradas na região (EPE, 2010). Esses animais se beneficiam da

heterogeneidade de habitats da região. Estes habitats, por apresentarem composições florísticas distintas, ou pelo menos assincronia na frutificação, garantem oferta de alimento para a fauna herbívora durante grande parte do ano (LEVEY, 1988; LOISELLE & BLAKE, 1991).

De uma forma geral, a região em estudo é bastante preservada. Isso se dá principalmente pela grande concentração de áreas protegidas, tais como unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, terras indígenas e a Base Aérea do Cachimbo (Campo de Provas Brigadeiro Velloso). Além disso, não há grandes aglomerados urbanos e conflitos expressivos pelo uso da água (WWF/TNC, 2008).

Os mapas que compõem a caracterização ambiental das microbacias em estudo são apresentados no Anexo 2 - Mapas Temáticos e Analíticos.

2.2 Caracterização das Microbacias

A seguir serão caracterizadas as microbacias que drenam parte das Terras Indígenas Kayabi e Munduruku. A área dessas microbacias compreende aproximadamente 112.200 km², sendo que algo em torno de 30% está contido nos limites das TI Kayabi e Munduruku.

Para descrever as microbacias inseridas nas Terras Indígenas Kayabi e Munduruku foi adotada a subdivisão de ottobacias, nível 4, da Agência Nacional de Águas (ANA), conforme apresentado na Figura 1.

Para cada microbacia é apresentada a descrição dos principais corpos hídricos formadores da microbacia, informações sobre a qualidade das águas e principais ambientes, incluindo ainda informações sobre os solos, vegetação e eventual presença de endemismos.

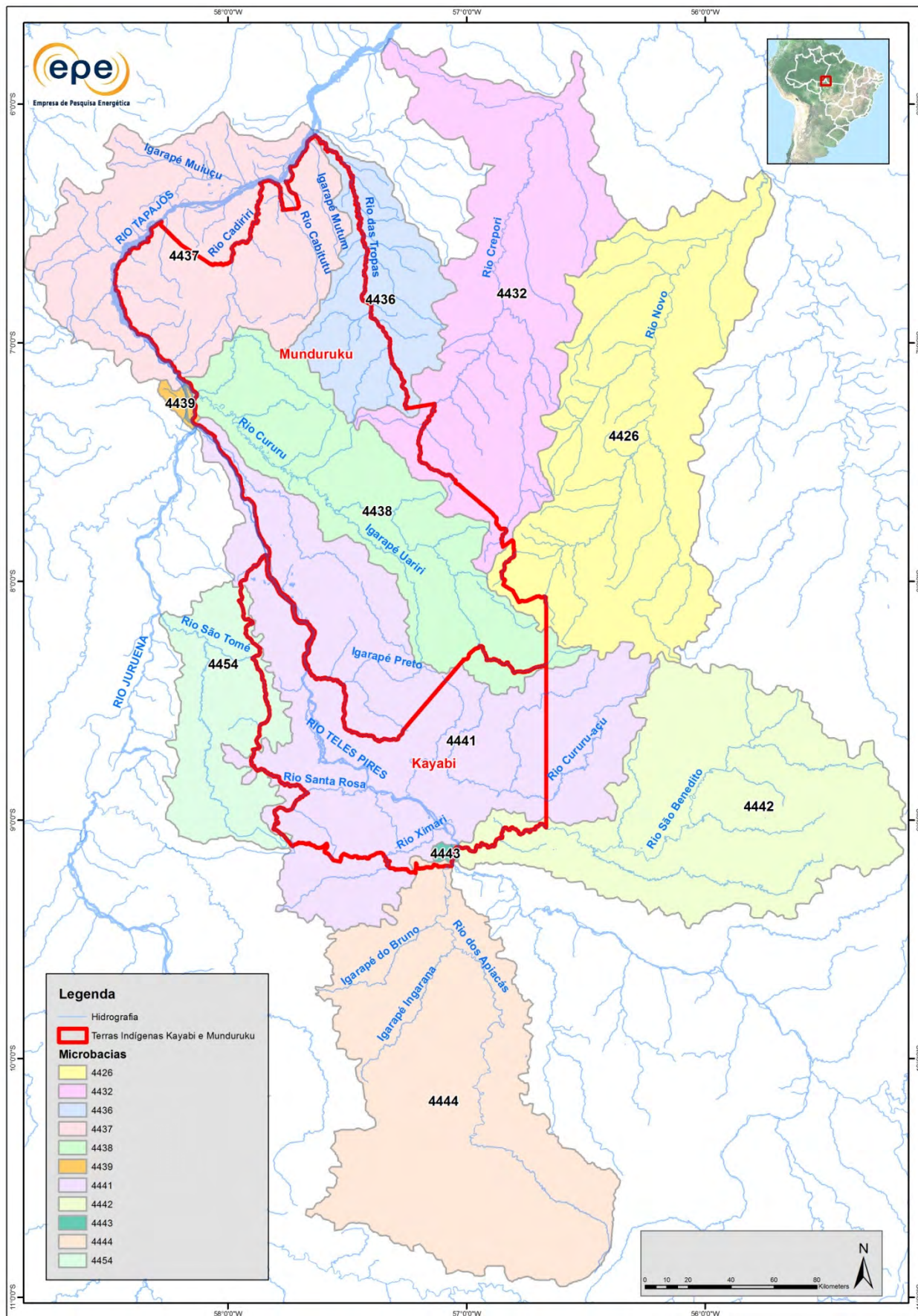


Figura 1 - Microbacias contidas nas Terras Indígenas Kayabi e Munduruku

a. Microbacia 4426

A microbacia 4426 é composta por parte das cabeceiras formadoras do rio Novo, seu principal corpo hídrico, na Chapada do Cachimbo. A área total de drenagem foi calculada em cerca de 15.800 km². O rio Novo drena para fora da Terra Indígena Munduruku e tem cerca de 250 km de extensão. Pouco menos de 2% da área da TI Munduruku está situada dentro dos limites da microbacia 4426.

A qualidade da água, em seu trecho médio/baixo, apresenta características oligotróficas, ou seja, baixa concentração de nutrientes e alta concentração de oxigênio dissolvido (MOSS, 2005), típicas de áreas bem preservadas. A vazão no trecho baixo varia de 20 m³/s durante a época de seca e chega a 800 m³/s na estação chuvosa (HYDROWEB, 2011). Porém, nas áreas de cabeceiras, contidas na TI Munduruku, a variação esperada é bem menor.

Esta microbacia se caracteriza por ambientes de cabeceira e outros rios de baixa ordem. As espécies de peixes geralmente encontradas em cabeceiras são de pequeno porte, como lambaris, carás e barrigudinhos (famílias Characidae, Cichlidae e Poecilidae). Nestes ambientes de cabeceira e em riachos de pequeno porte, a ocorrência de endemismos é mais frequente do que em trechos baixos dos rios (CASTRO, 1999). A vegetação marginal típica é constituída por ambientes abertos (cerrados e contatos destes com floresta estacional), cuja contribuição em energia (folhas, frutos e outros materiais orgânicos) deve ser relativamente menor que a de ambientes florestais. Ecossistemas às margens dos rios representam fonte de alimento para diversas espécies da fauna aquática, ou seja, fonte de energia alóctone para o sistema aquático (BEGON et al. 2007).

A microbacia 4426 está associada a areias quartzosas e nela predomina vegetação de contato Savana/Floresta Estacional, além de ocorrer Savana Arborizada. Regiões de contato representam transições entre fisionomias vegetais e podem ser mais ricas em espécies que uma das duas fisionomias originais, no entanto, menos ricas em endemismos (ODUM & BARRETT, 2008). Por outro lado, a fisionomia Refúgio Montano, que também ocorre nessa microbacia e está associado às maiores altitudes registradas nas Terras Indígenas Kayabi e Munduruku, apresenta, em geral, alto grau de endemismos. Essa característica decorre do isolamento imposto pelo soerguimento do terreno a diversas espécies vegetais e animais. O solo tende a ser raso, restringindo o porte dos indivíduos vegetais e a biomassa de organismos em geral. Espécies endêmicas de bromélias e orquídeas são comuns. É possível inferir que haja endemismos de répteis e invertebrados associados a essas fisionomias vegetais.

b. Microbacia 4432

A área da microbacia 4432 é de 13.740 km². Oito por cento dela, cerca de 1.100km², estão contidos na TI Munduruku. O principal corpo hídrico da microbacia 4432 é o rio Crepori, que drena para fora da TI Munduruku, tem aproximadamente 350 km de extensão e seu principal afluente é o rio Marupá. O trecho das cabeceiras, dentro da TI Munduruku, é preservado e possui vazão bastante baixa. No médio curso do rio Crepori, fora daquela TI, a vazão do rio varia de 30 m³/s (durante a seca) e 700 m³/s (estação chuvosa) (HYDROWEB, 2011). Nesse trecho, o rio tem característica eutrófica (MOSS, 2005), com índices de N e P total relativamente elevados, o que está relacionado à ocupação antrópica.

A fauna aquática e o papel da vegetação marginal do rio Crepori provavelmente são bastante semelhantes às da microbacia anterior. No entanto, as cabeceiras do rio Marupá, incluídas na TI Munduruku, são cobertas por vegetação florestal (Florestas Ombrófilas Aberta e Densa Submontanas), cuja contribuição para a entrada de energia (flores, frutos e outros materiais orgânicos) no sistema tende a ser maior, sustentando maior biomassa de organismos aquáticos. Nas cabeceiras, ambientes aquáticos desta microbacia inseridos nas terras indígenas, tipicamente se observam endemismos na flora e fauna aquáticas.

Nessa microbacia se misturam solos podzólicos e arenoquartzosos e há manchas de solo petroplântico. As areias quartzosas são cobertas pelas fisionomias vegetais de contato Savana/Floresta Estacional e Savana/Floresta Ombrófila, além de Savana Arborizada. Ao norte, nos solos petroplânticos e podzólicos, se intercalam as Florestas Ombrófilas Densa Submontana e Aberta Submontana.

c. Microbacia 4436

A microbacia 4436 é composta pela área de drenagem do rio das Tropas, de aproximadamente 5.290 km² e, aproximadamente, 48% dessa área está contida na TI Munduruku. Este rio define o limite geográfico da Terra Indígena Munduruku, que se situa em sua margem esquerda. O rio possui cerca de 120 km de extensão, desde as cabeceiras até o encontro com o rio Tapajós.

O rio das Tropas apresenta águas oligotróficas, com níveis de turbidez pouco acima do encontrado no rio Tapajós (MOSS, 2005). Em função da área de drenagem, estima-se que a vazão do rio durante a cheia seja algo em torno de 450 m³/s.

A diversidade da biota aquática desta microbacia é expressivamente maior do que as das microbacias da região. Essa inferência se justifica em razão da heterogeneidade de ambientes. As cabeceiras da microbacia 4436 estão sob domínio de fisionomias abertas (cerrados e contato) e os trechos médios dos seus contribuintes estão sob domínio de vegetação florestal (Floresta

Ombrófila Densa Submontana). O rio das Tropas possui em suas margens floresta aluvial, onde espera-se que ocorram peixes de grande porte, como pacus, que utilizam as várzeas para alimentação. Além disso, nas cabeceiras desta microbacia provavelmente são encontrados endemismos de fauna e flora aquáticos.

As nascentes dos rios das Tropas e Caburá e do igarapé Pau Branco localizam-se na Chapada do Cachimbo onde os solos são predominantemente arenoquartzosos e seguem em direção NE cortando o Planalto do Parauari-Tropas, região de latossolos. Esta transição entre os tipos de solo coincide com um gradiente das formações vegetais, se iniciando com a Savana Arborizada, faixa de contato Savana/Floresta Ombrófila e culminando com a Floresta Ombrófila Densa Submontana. Nos relevos da Planície Amazônica, onde corre o Rio das Tropas, ocorrem gleissolos associados aos corpos hídricos. Estes solos são cobertos pela Floresta Ombrófila Densa Aluvial.

d. Microbacia 4437

A microbacia 4437 tem 12.700 km² de área e é formada pelo rio Tapajós (180 km de extensão nesta microbacia e largura média de 1,5 km) e seus contribuintes da margem direita: Leste, Cadiriri, Cabitutu e igarapé Mutum (nenhum com mais de 50 km de extensão). Cerca de 46 % desta microbacia, aproximadamente 5.800 km², estão contidos na TI Munduruku.

A vazão do rio Tapajós varia de cerca de 4.000 m³/s na seca a 20.000 m³/s, durante a época de cheia (HYDROWEB, 2011). Segundo MOSS (2005), no trecho da microbacia 4437 o rio Tapajós apresenta águas oligotróficas, com níveis de condutividade, oxigênio dissolvido, pH e turbidez muito próximos aos naturalmente encontrados.

Em relação aos ambientes aquáticos presentes, sabe-se que os trechos baixos de rios de grande porte apresentam espécies típicas de corredeiras, bem como espécies que alcançam maior porte, as quais na região de estudo são representadas por tambaqui e jaú (*Colossoma macropomum* e *Zungaro zungaro*) e por espécies migratórias que se deslocam por longas distâncias, como o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) e o caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*) (EPE, 2010).

Essa microbacia se divide em duas unidades geomorfológicas: a Oeste, a Chapada do Cachimbo e a Leste, o Planalto do Parauari-Tropas. Na primeira, predominam as areias quartzosas nas bacias dos Igarapés Baunilha, Santa Maria e Açu, com manchas de solos hidromórficos. Já na segunda, região dos rios Cadiriri e Cabitutu e igarapé Grande, os latossolos são maioria.

A vegetação segue o gradiente de solos, a Oeste se caracteriza como uma região de contato das formações Savana/Floresta Ombrófila e a Leste, com solos mais profundos e úmidos, cobertos pela Floresta Ombrófila Densa Submontana com ocorrência de Floresta Ombrófila Densa Aluvial

nas margens do rio Tapajós e seus afluentes da margem direita. A estes locais de várzea provavelmente estão associadas espécies da flora e fauna terrestres endêmicas. Na Chapada do Cachimbo destaca-se a Savana Parque nos solos hidromórficos.

Importante ressaltar que os ambientes de contato entre Cerrado e Floresta Ombrófila no entorno do rio Tapajós proporcionam uma maior variedade de recursos alimentares para a ictiofauna associada à vegetação marginal.

e. Microbacia 4438

A microbacia 4438 possui uma área total de cerca de 9.500 km². Cerca de 94% da microbacia 4438 está contida na TI Munduruku e 4% na Kayabi. O principal curso hídrico é o rio Cururu, que possui águas oligotróficas com valores de pH predominantemente ácido. Esta característica, associada à cor da água observada por MOSS (2005) e à classificação de SIOLI (1984) indica que este rio se encaixa na classificação de rio de águas pretas, que podem apresentar baixa biomassa total de peixes. Como regra geral para a Amazônia, rios de águas brancas tendem a serem os mais ricos em nutrientes, seguidos dos rios de águas claras e, por fim, rios de águas pretas (FURCH et al. 1982). A concentração de nutrientes está diretamente correlacionada à produtividade autóctone (ESTEVES 1998). Os rios de águas pretas, além da tendência à menor produtividade autóctone que os demais, ainda apresentam acidez elevada, o que restringe a colonização de suas águas a espécies adaptadas a estas condições severas (BEGON et al. 2007) e pode resultar em maior grau de endemismo, mas menor biomassa total de organismos.

O rio Cururu tem cerca de 230 km de extensão e 90 m de largura em seu trecho baixo, que é bastante sinuoso, e apresenta diversos meandros abandonados que formam lagoas marginais, ambientes sensíveis a alterações antrópicas e que tendem a constituir sítios importantes para a reprodução de peixes. Na parte baixa da bacia do rio Cururu podem ser encontradas ainda diversas praias fluviais devido à deposição de sedimento na região interna dos meandros. Estes ambientes arenosos são potenciais áreas de desova de tartarugas.

A vazão do rio Cururu oscila entre 30 e 600 m³/s entre os períodos de seca e chuva, respectivamente (HYDROWEB, 2011). A sua margem esquerda se caracteriza por igarapés temporários, de extensão máxima de 10 km, devido à reduzida área de drenagem. Nestes ambientes temporários, há possibilidade de se encontrar espécies de peixes endêmicos da família Rivulidae. Em contraponto, a margem direita possui ampla área de drenagem, composta por igarapés permanentes.

O rio Tapajós é outro corpo hídrico importante que compõe a microbacia 4438, em trecho de 15 km desde sua formação, na confluência entre os rios Juruena e Teles Pires. Neste trecho

provavelmente se encontram as espécies de peixes típicas de rios de grande porte, como apontado na microbacia 4437. O rio Tapajós é classificado como rio de águas claras (SIOLI, 1984). Esta característica permite inferir que a floresta aluvial em suas margens contém maior densidade de biomassa do que aquela existente em corpos hídricos formados por águas pretas.

A microbacia 4438 é a de ambiente mais heterogêneo entre aquelas contidas nas Terras Indígenas Kayabi e Munduruku. Os ambientes de cabeceiras do rio Cururu se encontram sob domínio de vegetação de cerrado e floresta estacional. Os afluentes da margem direita e o curso médio-baixo permeiam ambientes de contato entre savana e floresta ombrófila e floresta ombrófila densa aluvial. Por um lado, a área alagada e que é classificada como floresta aluvial é a maior da bacia, por outro, o fato do rio ser classificado como de águas pretas pode resultar em baixa densidade de biomassa vegetal. Destacam-se também os ambientes da calha do rio, como as lagoas, praias, meandros e rios temporários, representando locais de endemismos e ambientes de reprodução para a fauna aquática.

A Chapada do Cachimbo é a unidade geomorfológica predominante nessa bacia. A topografia em geral é aplanada, mas já dissecada, com formas tabulares e interflúvios amplos. Os trechos mais elevados alcançam entre 400 e 500 m na porção sudeste da bacia. Nessa região, ocorrem majoritariamente solos arenoquartzosos. Desta chapada, os rios correm em direção à depressão interplanáltica Juruena - Teles Pires, na porção oeste da bacia, região onde predominam os latossolos. Ao longo do rio Cururu, na área sujeita a inundações periódicas da Planície Amazônica, ocorrem os gleissolos.

As fisionomias vegetais seguem a tendência da pedologia. Na região de planície com gleissolos, nota-se a presença da Floresta Ombrófila Densa Aluvial nas margens do rio Cururu e seus tributários. Na margem direita, sobre os solos arenoquartzosos, observam-se formações de contato entre Savana e Floresta Ombrófila, além de Savana Arborizada e Florestada. Nota-se novamente a Savana Parque sobre solos hidromórficos. Na margem esquerda, se verifica uma área coberta por Floresta Ombrófila Densa e Aberta Submontana, sobre os latossolos, mais profundos. Na porção SE da microbacia, onde são encontradas as maiores altitudes das TI, é marcante a região de contato Savana/Floresta Estacional, com ocorrência de refúgios submontanos e Floresta Estacional Semidecidual Submontana, todas fisionomias típicas de regiões mais secas. Na margem esquerda do rio Cururu, sobre os latossolos, observa-se a Floresta Ombrófila Aberta Submontana.

f. Microbacia 4439

A microbacia 4439 possui área relativamente pequena, entorno de 210 km², dos quais 11 km² dentro da TI Munduruku, o que representam 0,05% desta terra. Nela, encontra-se um pequeno

trecho do rio Tapajós, de 20 km de extensão e um igarapé temporário na margem esquerda. Como apontado anteriormente, o rio Tapajós apresenta espécies de peixes de grande porte e migratórios, e igarapés temporários tendem a apresentar endemismos.

Ao longo do rio ocorre solo aluvial associado à Planície Amazônica, coberta por Floresta Ombrófila Densa Aluvial. Encontram-se ainda solos podzólico vermelho-amarelo e latossolos, cobertos pela Floresta Ombrófila Aberta Submontana. A qualidade da água e a vazão provavelmente se assemelham às da microbacia 4437, pela semelhança nas características físicas e na baixa ocupação antrópica.

g. Microbacia 4441

A microbacia 4441 é a que possui maior área de drenagem dentre as microbacias aqui consideradas, com cerca de 20.330 km², 22% da área de TI Munduruku e 88% da área da TI Kayabi. O principal rio desta microbacia é o Teles Pires, com largura média da ordem de 700 m. A vazão ao longo dos seus 260 km de extensão varia de 1.300 a 10.000 m³/s durante a época de seca e cheia do rio, respectivamente.

As águas do rio Teles Pires nesse trecho são oligotróficas e têm pH levemente alcalino, com valores variando de 7,46 a 7,57 (MOSS, 2005). Os valores de oxigênio dissolvido encontram-se dentro dos limites preconizados pela legislação ambiental (Resolução CONAMA 357/05) para o enquadramento de águas na classe 2. A geomorfologia fluvial no trecho é composta de algumas corredeiras, sendo a principal delas denominada cachoeira Rasteira. Estes ambientes de corredeiras tendem a guardar endemismos e exclusividade de espécies, além daquelas que ocorrem preferencialmente em corredeiras, como os peixes cascudos (família Loricariidae), que ocorrem na região (EPE, 2010). A probabilidade de ocorrência de endemismos é potencializada pela ocorrência de macrófitas aquáticas da família Podostemaceae, com a qual algumas espécies de peixes e macroinvertebrados aquáticos tendem a ter afinidade específica.

Lagoas marginais e ilhas, identificadas no curso do rio Teles Pires, tendem a aumentar a heterogeneidade de ambientes no leito do rio, favorecendo a diversidade da fauna aquática. A vegetação nas ilhas e no trecho final do Teles Pires é predominantemente Floresta Ombrófila Aluvial. O rio é classificado como rio de águas claras (EPE, 2010), o que indica uma relação importante entre a fauna aquática e estes ambientes alagáveis. As florestas aluviais também se estendem ao Igarapé Anipiri, afluente da margem direita do rio Teles Pires. Esse igarapé pode se constituir em rota migratória de espécies de peixes de grande porte, principalmente se apresentar maior turbidez da água que o rio Teles Pires, como ocorre em outras bacias amazônicas, em que peixes migratórios tendem a procurar rios mais turvos para reprodução (AGOSTINHO et al., 2007).

Outros córregos e igarapés também são encontrados nesta microbacia na margem esquerda, rios Santa Rosa e Ximari, e na margem direita, igarapé Preto e rio Cururu-Açú. Este último, mais representativo em termos de área de drenagem, possui cerca de 80 km de extensão e águas pretas, apresentando valores relativamente elevados de amônia e nitrato, e indicação de aporte de nitrogênio na região, caracterizando suas águas como mesotróficas (MOSS, 2005).

A principal unidade geomorfológica da bacia é a Depressão Interplanáltica Juruena -Teles Pires, com relevo dissecado em topos tabulares, com rampas suavemente inclinadas e lombas esculpidas em coberturas sedimentares inconsolidadas. Predominam os latossolos vermelho-amarelo e areias quartzosas, com manchas de solos litólicos e podzólicos na região da TI Kayabi. As fisionomias vegetais predominantes são, sobre os latossolos, a Floresta Ombrófila Aberta Submontana, nas porções noroeste e central e sobre as areias, o contato Savana-Floresta Estacional, na porção sudeste. Nesta porção, que é a vertente direita da bacia, estão as cabeceiras dos rios Cururu-açu, e seus afluentes Ribeirão Cururu-mirim, Córrego Mandaçaia e Igarapé Arapari. Estas cabeceiras estão sobre a Chapada do Cachimbo, com relevos de topos convexos em geral esculpidos em rochas cristalinas. Nessa região, as altitudes chegam a 450 m. A variação do relevo resulta em manchas de Savana Arborizada e Floresta Estacional Semidecidual Submontana.

Partindo desta porção de elevadas altitudes em direção ao rio Teles Pires e prosseguindo por ele cerca de 50 km, observa-se uma mancha de areias quartzosas coberta por Savana Florestada. Uma faixa de Planície Amazônica, feição resultante da deposição fluvial, segue ao longo do curso principal do rio Teles Pires e dos Igarapés Anipiri e do Boto, sobre gleissolos. Sobre este substrato, encontra-se a Floresta Ombrófila Densa Aluvial. Na margem esquerda do rio observa-se um mosaico de formações vegetais, refletindo o mosaico de condições abióticas propiciado pela variação dos tipos pedológicos. Vale ressaltar que nesta margem a Floresta Ombrófila Densa e toda sua diversidade biológica está representada por pequenas manchas de vegetação ao sul e uma mancha maior no oeste. Se confirmada a ocorrência de Floresta Ombrófila Densa Aluvial nas ilhas do Teles Pires, estas poderiam constituir um corredor de vegetação densa entre essas manchas.

A heterogeneidade de ambientes terrestres e aquáticos indica que a diversidade da flora e fauna, tanto terrestres quanto aquáticas deve ser alta nessa microbacia, em relação às demais.

h. Microbacia 4442

Somente cerca de 2% da área da microbacia 4442 está incluída na TI Kayabi, especificamente na região próxima ao encontro com o rio Teles Pires, que drena para dentro desta TI. Esta microbacia é composta pelo rio São Benedito, que possui cerca de 250 km de extensão e uma

área de drenagem de aproximadamente 13.500 km². O rio São Benedito possui uma largura média de aproximadamente 110 metros em seu trecho final e uma vazão estimada de 710 m³/s, em função da área de drenagem.

Suas águas apresentam valores relativamente elevados de nitrogênio (nitrato e amônia) e fósforo (ortofosfato), caracterizando-se como mesotróficas próximo a foz e oligotróficas nas cabeceiras. A cor da água (“água escura”, segundo MOSS, 2005) também indica que o rio pode ser classificado como de águas pretas e que também pode ter sua fauna e flora peculiares modificados a médio/longo prazo caso ocorra eutrofização de suas águas.

A região da margem direita do Rio São Benedito dentro da TI Kayabi compreende a transição da Chapada do Cachimbo para a Depressão Juruena - Teles Pires. Os solos são predominantemente areias quartzosas, com manchas de solos litólicos. A vegetação classificada pelo ProBio indica a presença dos contatos Savana - Floresta Estacional e Floresta Ombrófila - Floresta Estacional e da Floresta Ombrófila Densa Submontana, em direção SO, descendo da Chapada do Cachimbo. Nesta microbacia, o solo e a vegetação não estão diretamente correlacionados como nas microbacias anteriormente descritas.

i. Microbacia 4443

A microbacia 4443 compreende uma área de aproximadamente 94 km² e engloba 9 km do rio Teles Pires, sem afluentes importantes. É a menor microbacia abordada neste estudo, com cerca de 76 km² contidos na TI Kayabi.

Na região existe uma lagoa marginal de importância turística, designada Lago Azul. A presença de lagoas marginais, importantes para a reprodução de fauna aquática, e de ilhas fluviais contribui para o aumento da heterogeneidade de ambientes no leito do rio. Assim como em outros trechos do rio Teles Pires, a água apresenta características oligotróficas, com baixa concentração de nutrientes e a vazão do rio principal deve se assemelhar à da microbacia 4441. A heterogeneidade de ambientes indica que a diversidade da fauna aquática pode ser relativamente alta nessa área.

Nesta região ocorre a Transição do Planalto do Apicás - Sucunduri para a depressão Juruena - Teles Pires. A Floresta Ombrófila Densa Submontana ocorre sobre solos arenosos e contato Savana - Floresta Estacional sobre solos litólicos. Assim como para a microbacia 4442, não foi possível estabelecer correspondência entre vegetação e solo.

j. Microbacia 4444

A microbacia 4444 possui 16.100 km² de área, sendo somente a região mais baixa, geralmente mais diversa em ambientes e espécies, inserida na TI Kayabi. O rio Apiacás, principal corpo hídrico desta microbacia, possui 260 km de extensão e drena para dentro da terra indígena. São encontrados na sua margem esquerda dois afluentes importantes: o igarapé do Bruno e o igarapé Ingarana. A vazão do rio em seu trecho final varia de 20 a 1200 m³/s, nas épocas de seca e cheia, respectivamente.

Os rios e igarapés da bacia hidrográfica do rio Apiacás foram considerados como ecossistemas de águas claras, com uma boa qualidade da água, pH variando entre águas ácidas e alcalinas, baixas condutividade elétrica, concentração de sólidos dissolvidos e em suspensão, e reduzidos valores de dureza e alcalinidade total. No trecho alto/médio, o rio Apiacás apresenta águas mesotróficas e maior quantidade de metais pesados. Já na região próxima à foz do rio, devido ao efeito da diluição e degradação destes elementos, o rio apresenta uma relativa melhora na qualidade da água (MOSS, 2005).

A pequena área da TI Kayabi contida na microbacia 4444 (0,4% da TI) contém a unidade geomorfológica Patamar Dissecado do Apiacás associada a solos litólicos e as formações Floresta Ombrófila Densa Submontana e contato Savana - Floresta Estacional.

k. Microbacia 4454

A microbacia 4454 possui cerca de 4.900 km² e inclui aproximadamente 5% da área da TI Kayabi, especificamente nas regiões de cabeceiras. Devido à baixa ocupação antrópica desta área, presume-se que as águas sejam oligotróficas. O principal rio é o São Tomé, afluente do Juruena que drena para fora da TI Kayabi. O rio São Tomé possui cerca 200 km de extensão, 60 m de largura e uma vazão estimada de 400 m³/s. São encontradas algumas lagoas marginais, formadas a partir de meandros abandonados na região próxima à desembocadura. As cabeceiras, área da microbacia inserida nas terras indígenas, tendem a guardar espécies endêmicas da fauna aquática.

A unidade geomorfológica predominante é a Depressão Interplanáltica do Juruena - Teles Pires. As altitudes variam de 150 a 260 m. Ocorrem na região solos podzólicos vermelho-amarelos, areia quartzosa e latossolo vermelho-amarelo. Há correspondência entre solo e vegetação, observando-se a ocorrência de Floresta Ombrófila Densa Submontana sobre os latossolos e os solos podzólicos. Sobre as areias, observam-se as Savanas Arborizada e Florestada e o contato Savana - Floresta Ombrófila. No limite oeste das TIs, às margens do Igarapé do Anil, ocorrem gleissolos sobre planície, cobertos por Floresta Ombrófila Densa Aluvial.

3 INDICAÇÃO DAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE

A abordagem de vulnerabilidade apresentada a seguir foi pautada nas atividades antrópicas do entorno das terras indígenas, nas características do meio natural no interior destas terras, e nos possíveis efeitos da interação entre essas duas variáveis.

A identificação das atividades antrópicas consideradas ameaças aos recursos naturais foi baseada no histórico de ocupação, em análises de base cartográfica disponível e de imagens de satélite atuais.

O histórico foi usado para contextualizar a ocupação humana e os vetores de expansão das atividades antrópicas. A base cartográfica e as imagens de satélites permitiram identificar as ameaças na região das Terras Indígenas através dos seguintes indicadores: ocorrências minerais, áreas desmatadas, infraestrutura viária e áreas com ocupação humana, consideradas como as principais ações antrópicas de risco para a integridade da região das TI.

O indicador ocorrências minerais (CPRM, 2010) apresenta os registros de localização de minérios e insumos, não indicando se esses recursos estão sendo explorados. A identificação de atividade minerária se deu por meio de inferências apoiadas nos seguintes elementos: análise de imagens de satélite para localizar áreas de garimpo; o histórico da região; e o desmatamento associado às ocorrências.

As atividades de exploração madeireira e agropecuária foram identificadas a partir do histórico de ocupação da região, da análise de mapas e informações disponíveis do uso do solo e do Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira (CARNEIRO FILHO, 2009).

As áreas desmatadas foram mapeadas utilizando-se dados do INPE (2010), que aponta o desmatamento entre 1997 e 2010. As estradas foram mapeadas segundo IBGE (2004), que permitiu localizá-las inclusive em áreas onde o desmatamento associado não era evidente. Adicionalmente, foram considerados vetores de pressão aos recursos naturais as cidades, localidades, núcleos e povoados (IBGE, 2004) e a cobertura vegetal e uso do solo (MMA, 2002) da região.

Estas atividades estão localizadas principalmente fora dos limites das terras indígenas, compondo frentes de ameaças aos recursos naturais das terras, descritas em maior detalhe no item 4.2. Tais ameaças desencadeiam processos impactantes sobre os ecossistemas terrestres e aquáticos, que podem afetar as terras indígenas, dependendo do ritmo do avanço das frentes e da interação dos ecossistemas com o entorno. Estes processos impactantes são descritos de forma ampla no item 4.3.

A interação das ameaças com os ecossistemas e a reação destes dependem de características específicas de sensibilidade do meio, ou seja, da alteração esperada diante de um impacto. A sensibilidade dos ecossistemas às ameaças existentes foi considerada para prever a vulnerabilidade destes sistemas, apresentadas em áreas de vulnerabilidade. Estas áreas de vulnerabilidade são aquelas no interior das terras indígenas próximas às respectivas frentes de ameaças, analisadas no item 4.4.

A Figura 2 apresenta os elementos considerados na identificação das áreas de vulnerabilidade nas terras indígenas em estudo.

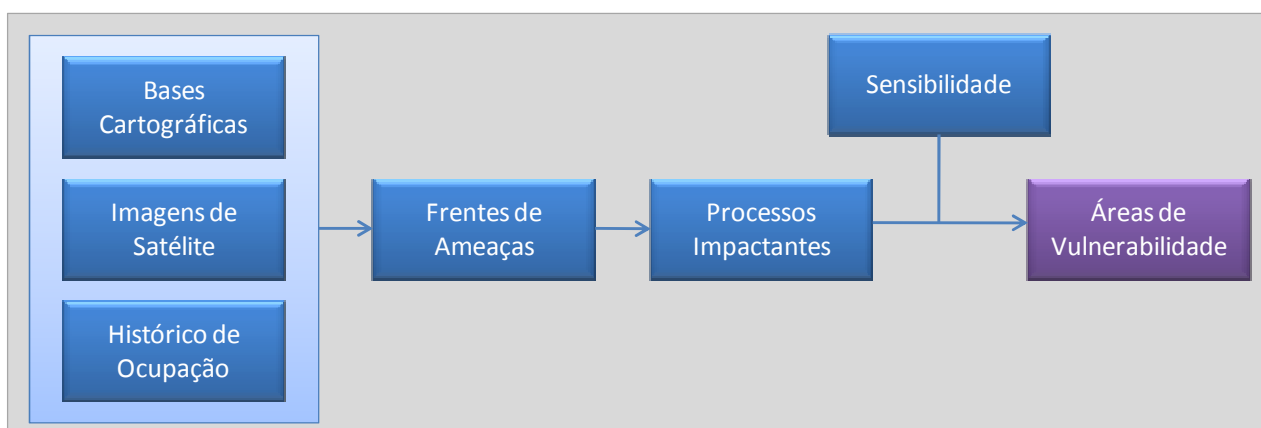


Figura 2 - Fluxograma do processo de identificação das áreas de vulnerabilidade das Terras Indígenas Kayabi e Munduruku

3.1 Histórico de Ocupação

O histórico da ocupação da região do rio Teles Pires está vinculado a diferentes ciclos da economia nacional. Os primeiros afluxos de migrantes foram provenientes de outras regiões do país e vinculados ao chamado ciclo da borracha. A ocupação da região foi intensificada na década de 1970 a partir de projetos de colonização públicos e privados fomentados pelo Governo. Essa ocupação culminou nos movimentos migratórios mais recentes decorrentes da atração de migrantes exercida pelas atividades de garimpo, da atividade madeireira e da expansão da fronteira agrícola e pecuária.

A partir da segunda metade do século XIX, a expansão da economia extrativista se tornou o sistema econômico característico da região, com a consolidação da exploração do caucho (*Castilloa elastica*) e especialmente, da seringueira (*Hevea brasiliensis*), dando origem ao ciclo da borracha, inserindo a Amazônia no mercado capitalista internacional. Segundo GRÜNBERG (2004), em 1861 foram observados os primeiros seringueiros na embocadura do rio Teles Pires. A

atividade seringueira provocou a invasão de territórios indígenas, obrigando o constante deslocamento das sociedades nativas em toda região amazônica.

Entre as décadas de 1940 e 1960, surgiram os primeiros projetos de colonização particulares, principalmente nas porções centro e norte da bacia do Teles Pires. A partir da década de 1970 houve uma aceleração desse processo, devido principalmente: à abertura da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163); ao lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN); ao início das pesquisas desenvolvidas para a adaptação de grãos, em especial a soja, ao clima e solo do cerrado; e à criação de núcleos de assentamentos organizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

É relevante destacar o forte papel da atividade garimpeira, principalmente do ouro, no processo de ocupação da Amazônia. A descoberta do ouro no rio Teles Pires aconteceu em 1978, atraindo milhares de garimpeiros e centenas de dragas para a região do sul do Estado do Pará e norte de Mato Grosso (EPE, 2007). A exploração garimpeira nessa região alcançou o seu auge em 1984, quando as cidades de Paranaíta, Alta Floresta e Apiacás registraram um acréscimo populacional de mais de 100 mil pessoas (OLIVEIRA, 2010). Entretanto, entre os anos de 1989 e 1994, registrou-se o declínio da atividade em razão, principalmente, do esgotamento das jazidas, da desvalorização do preço do ouro e de políticas restritivas do governo Collor. A maioria dos garimpeiros abandonou a região, retornando para seus estados de origem ou sendo absorvidos como mão-de-obra nas fazendas e projetos agropecuários.

A partir de 2000 no estado do Mato Grosso, verificou-se a intensificação da incorporação de novas áreas às atividades agropecuárias e agroindustriais. Essa intensificação reforçou o padrão econômico de desenvolvimento pautado na agricultura moderna com perfil agro-exportador, convivendo com a pecuária extensiva e com as frentes de extração mineral e madeireira.

3.2 Frentes de Ameaças

Tendo em vista o histórico de ocupação da região, as ações antrópicas de maior risco para a integridade do ambiente na região das TIs estudadas são agropecuária, exploração madeireira, mineração e a própria ocupação humana potencializada pelas aberturas de vias de acesso (malha viária). Essas ações resultam em ameaças: desmatamento e contaminação de corpos hídricos. Ressalta-se ainda a intenção de asfaltamento da BR-230, o que tende a aumentar o fluxo de veículos e a instalação de núcleos populacionais, intensificando os efeitos negativos sobre o meio físico-biótico da região.

Desta forma, foram identificadas três frentes de ameaças a essas terras indígenas descritas abaixo e apresentadas na Figura 3 e no Mapa 06 - Frentes de Ameaça, em anexo.

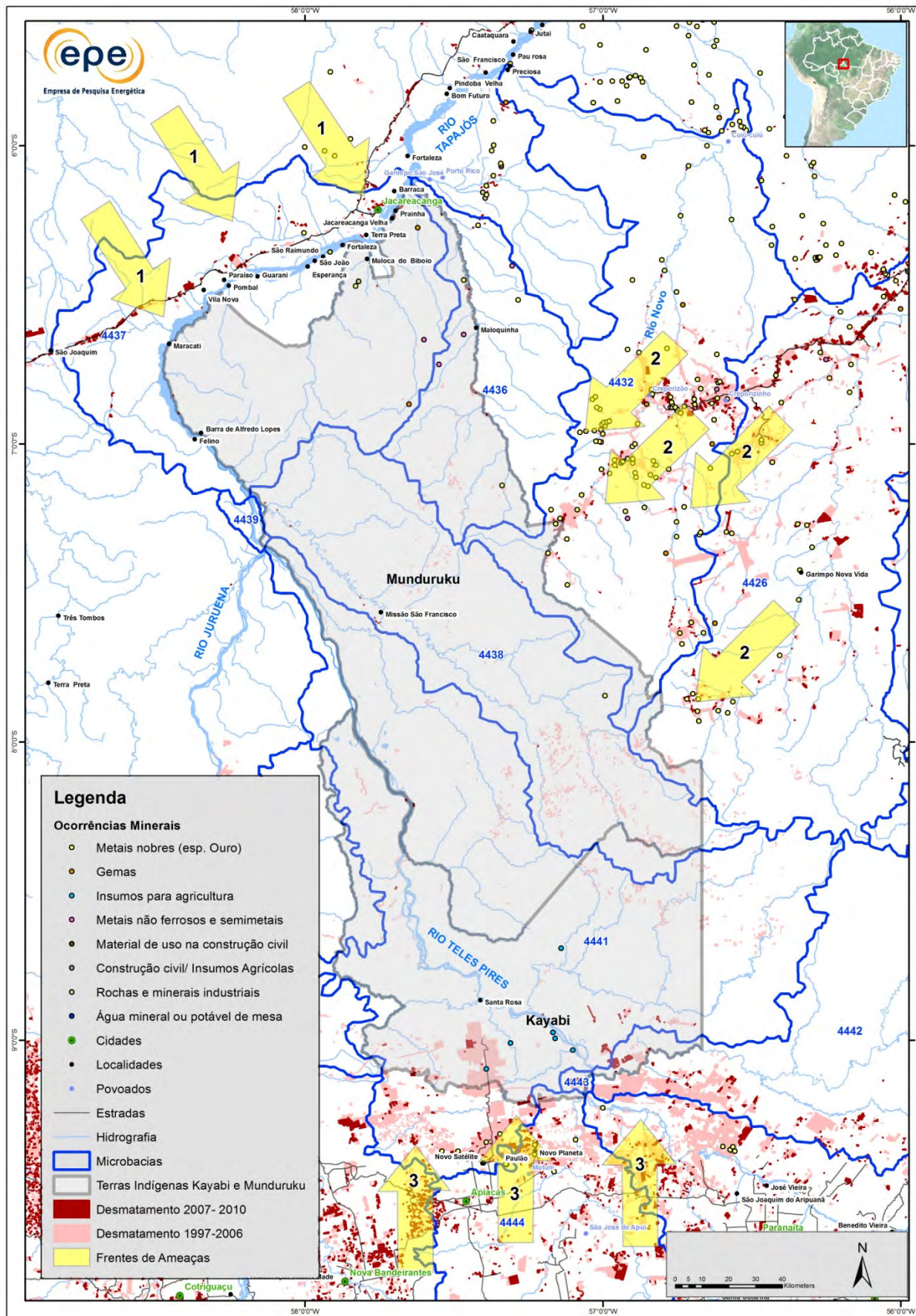


Figura 3 - Frentes de Ameaça

a. Frente de Ameaça 1

Localizada ao norte da TI Munduruku, essa frente se caracteriza pela ocupação humana ao longo da BR-230 (Transamazônica), onde são observados núcleos populacionais, inclusive a sede municipal de Jacareacanga. Conforme CARNEIRO FILHO (2009), o norte da TI Munduruku está inserido em uma das principais zonas madeireiras da Amazônia, indicando que há exploração de madeira na região, facilitada pela Transamazônica. Também são observadas áreas desmatadas associadas à ocorrência mineral ao longo dos rios, atestando a extração de ouro na região.

b. Frente de Ameaça 2

Esta frente está a leste da TI Munduruku, estendendo-se ao sul, e a principal ação antrópica observada é a extração mineral, sobretudo de ouro. O principal vetor de ocupação da região provém de estradas vicinais que surgem a partir da BR-163, avançando em direção à terra indígena. Mais ao sul, áreas dispersas de desmatamento, ao longo de rios e associadas à ocorrência mineral, indicam a expansão dessa frente em direção ao sudeste da TI Munduruku. A presença da rodovia provavelmente desempenhou e continua a desempenhar papel importante para o avanço dessas atividades.

c. Frente de Ameaça 3

Essa frente localiza-se ao sul da TI Kayabi, onde são observadas várias estradas vicinais associadas à atividade agropecuária, inclusive dentro da TI Kayabi. Além disso, há exploração de insumos para agricultura (calcário) dentro desta TI (OLIVEIRA, 2010) e extração ilegal de madeira (CARNEIRO FILHO, 2009).

3.3 Processos Impactantes

As ações antrópicas e ameaças descritas acima desencadeiam processos impactantes sobre os recursos naturais, conforme apresentado na Figura 4. Cabe ressaltar que os processos impactantes estão relacionados entre si, assim como as ameaças e as ações antrópicas que as originam.

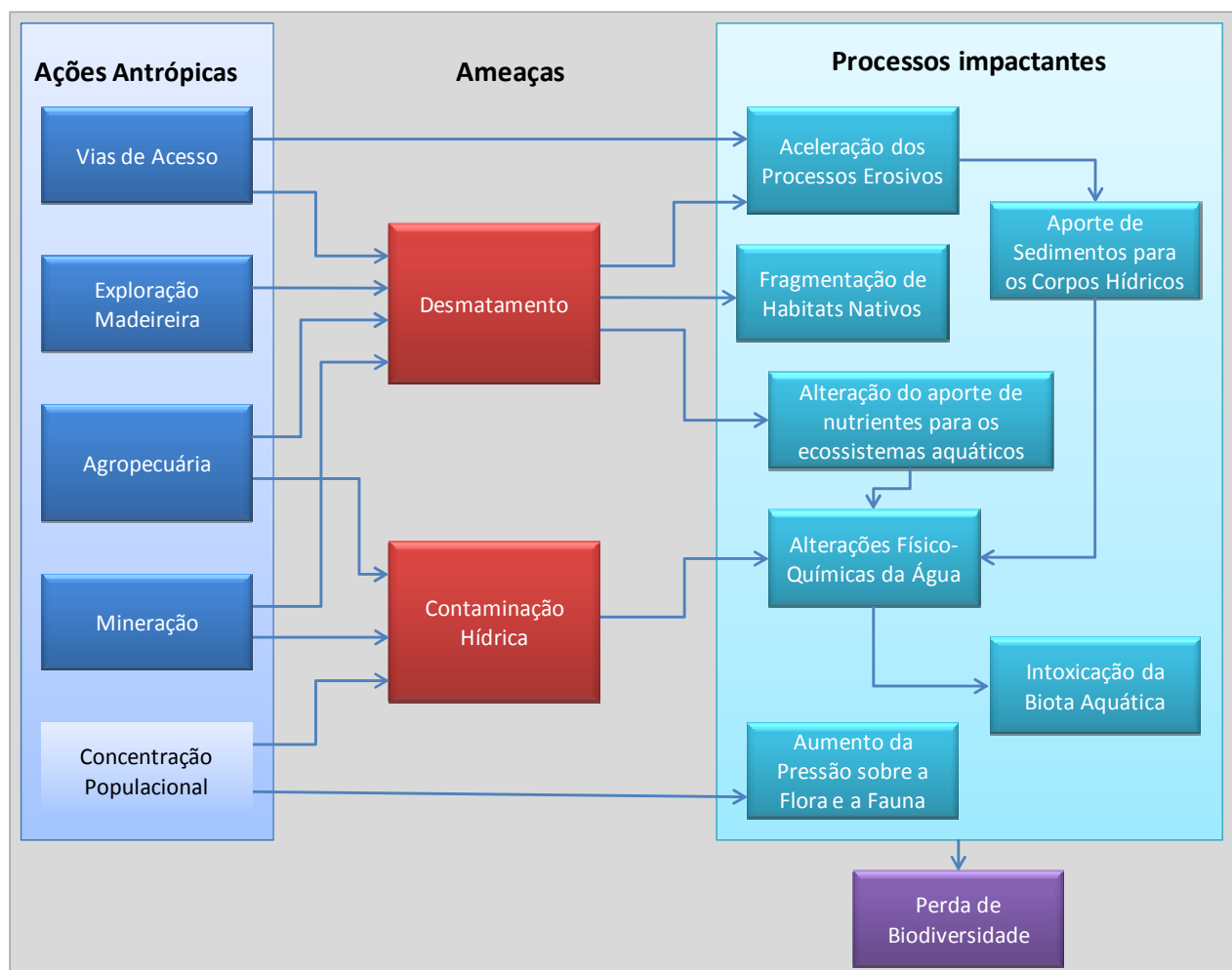


Figura 4 - Fluxograma do encadeamento das ações antrópicas, ameaças e processos impactantes

a. Processos impactantes associados ao desmatamento

O desmatamento na região em estudo está associado principalmente à extração mineral, à exploração madeireira, às atividades agropecuárias e à abertura de vias de acesso. Cabe ressaltar que para a conversão da floresta em agropecuária, assim como na reforma de pastos degradados, é comum o uso de fogo. Quando as queimadas fogem do controle, se tornam incêndios florestais, o que implica em áreas degradadas além do que seria necessário para a agropecuária.

O desmatamento ocasionado pelas diferentes atividades acima desencadeia, de forma geral, os seguintes processos impactantes:

Aceleração de processos erosivos: a erosão é um processo natural de desagregação do solo. Naturalmente, os solos apresentam diferente susceptibilidade em função de variáveis edáficas, geomorfológicas, climáticas e da cobertura e uso. A supressão da vegetação nativa e a

consequente substituição por gramíneas, culturas anuais ou ainda, solo exposto, tendem a tornar as áreas mais instáveis e intensificar os processos erosivos. A lixiviação do solo exposto provoca o carreamento de sólidos para os corpos hídricos, o que altera as propriedades físico-químicas da água e do leito dos rios, podendo resultar em assoreamento. Estas modificações têm como consequência prejuízos sobre a biota aquática e, em última instância, podem significar perda de biodiversidade.

Fragmentação de habitats nativos: a supressão de vegetação provoca a fragmentação de habitats nativos e expõe os remanescentes às influências dos ambientes antropizados do seu entorno, denominadas efeitos de borda. Tais efeitos consistem na alteração das condições físicas e biológicas originais, visto que os remanescentes são submetidos à outra dinâmica de paisagem que geralmente implica no aumento da temperatura, da incidência de luz solar, do vento e da exposição de espécies invasoras e predadoras. A fragmentação também implica na diminuição do fluxo gênico entre populações e na perda de biodiversidade.

Alteração do aporte de nutrientes para os ecossistemas aquáticos: o desmatamento da vegetação marginal implica em alteração no aporte de nutrientes para o rio com consequências para a dinâmica da teia trófica. Isto pode provocar a redução da biomassa de organismos e perda de biodiversidade.

b. Processos impactantes associados à contaminação hídrica

A contaminação hídrica na região em estudo está associada principalmente às atividades agropecuárias e minerárias e à própria concentração populacional, desencadeando processos impactantes devidos às alterações químicas da água. Estas alterações por si só constituem processos impactantes e resultam em outro processo, intoxicação da biota aquática.

Alterações físico-químicas da água: As atividades agropecuárias frequentemente utilizam fertilizantes químicos que podem ser lixiviados para os corpos d'água. Da mesma forma, os efluentes domésticos associados à concentração populacional contribuem diretamente para a contaminação hídrica. Esta contaminação está relacionada ao aumento do aporte de nutrientes e de matéria orgânica no meio aquático. Disto decorrem efeitos indiretos sobre a biota aquática, como a redução do oxigênio dissolvido e a eutrofização em ambientes lênticos e consequente simplificação da comunidade e perda de biodiversidade.

Intoxicação da biota aquática: Podem ser previstos também efeitos diretos sobre a biota aquática, resultantes da contaminação hídrica pelo mercúrio, associado à mineração de ouro. O mercúrio é um metal extremamente tóxico, e possui diversos efeitos deletérios ao ecossistema e, em última instância, às populações humanas. Particularmente, os efeitos do mercúrio sobre a comunidade dependem do processo de magnificação trófica, pelo qual este elemento tende a se

acumular em predadores de topo, podendo causar a simplificação da comunidade e perda de biodiversidade.

c. Processos impactantes associados diretamente à concentração populacional

Aumento de pressão sobre a flora e a fauna: a antropização do habitat pressupõe a presença humana o que aumenta a pressão sobre a flora e fauna terrestre e aquática, já que resultam em aumento da caça, pesca, turismo predatório e do extrativismo vegetal (produtos florestais madeireiros e não madeireiros). Isto tem como consequência a perda de biodiversidade.

d. Perda de biodiversidade

Todos os processos impactantes descritos anteriormente culminam com a diminuição de espécies da fauna e da flora no local, sobretudo aquelas mais sensíveis às alterações do meio. Como a ocupação humana da região ainda é incipiente, podem ocorrer extinções locais ou regionais de espécies endêmicas.

A biodiversidade ou diversidade biológica significa “a variabilidade dos organismos vivos de todas as origens, abrangendo os ecossistemas terrestres, marinhos, e outros ecossistemas aquáticos, incluindo seus complexos; e compreendendo a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas” (BRASIL, 1994).

3.4 Áreas de Vulnerabilidade

Cada área de vulnerabilidade analisada abaixo corresponde a uma parte das terras indígenas onde se espera que ocorram os efeitos da respectiva frente de ameaça sobre os ecossistemas aquáticos e terrestres. Essas áreas de vulnerabilidade são apresentadas, de forma esquemática na Figura 5 e no Mapa 07 - Áreas de Vulnerabilidade, em anexo.

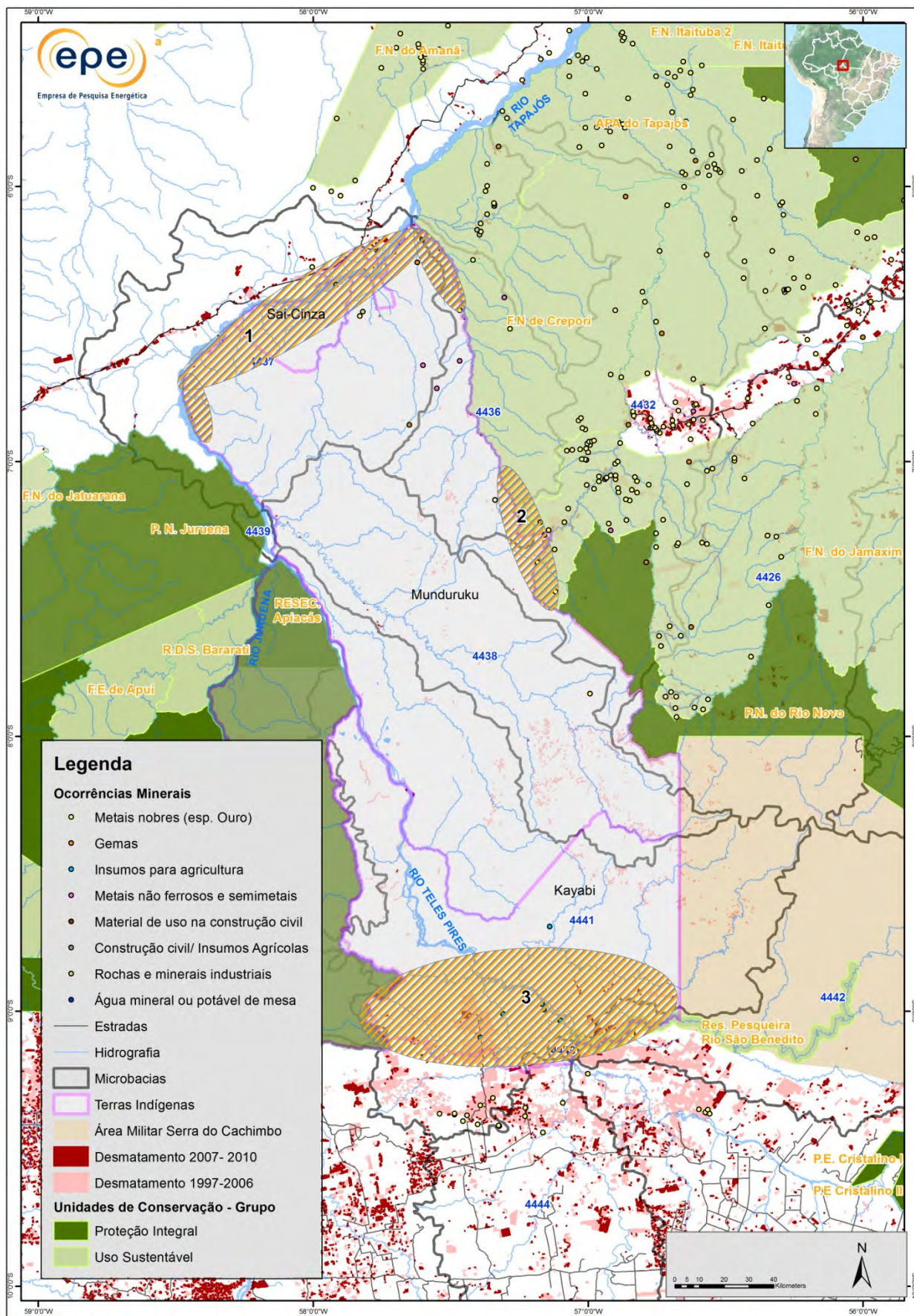


Figura 5 - Áreas de Vulnerabilidade

a. Área de Vulnerabilidade 1

Essa área de vulnerabilidade (microbacias 4436 e 4437) foi identificada em função da ocupação humana associada à BR-230 (Transamazônica) e da extração mineral do ouro verificada nas proximidades da TI Munduruku. Cabe ressaltar que o rio Tapajós e a TI Sai-Cinza dificultam o acesso e a expansão do desmatamento no interior da TI Munduruku. Ainda assim, a área foi considerada vulnerável, sobretudo a Leste e a Oeste da TI Sai-Cinza, ao longo do rio Tapajós.

A ocupação humana aumenta a pressão sobre a flora e a fauna terrestre, com o aumento da pesca, da caça, do extrativismo vegetal e do turismo predatório. Além disso, a abertura de novas estradas, surgimento de povoados e vilas podem acarretar no desmatamento de novas áreas e consequente fragmentação dos habitats nativos.

A Floresta Ombrófila Densa (FOD), que cobre boa parte da Área de Vulnerabilidade 1, é especialmente sensível à fragmentação dos habitats nativos e consequentes efeitos de borda provocados pela proximidade de áreas desmatadas. Por se tratar de uma formação mais fechada, é povoada por espécies preferenciais de interior, pouco ou nada adaptadas às condições de borda. Essa sensibilidade se aplica tanto à flora quanto à fauna associada à formação. A formação contato Savana/Floresta Ombrófila também é predominantemente florestal e, portanto, também foi considerada sensível.

No geral, a FOD possui muitas espécies de valor comercial madeireiro, o que a torna atrativa à atividade madeireira. As formações de contato Savana/Floresta Ombrófila também são atrativas sob esse aspecto. Além disso, inventários realizados pelo RADAM revelam um grande valor econômico das espécies identificadas nesses ambientes de contato Savana/Floresta Ombrófila, outra formação presente na área. Assim, esta área, como um todo, se destaca pela sensibilidade ao extrativismo à exploração madeireira decorrente da presença humana.

A Área de Vulnerabilidade 1 também se mostra sensível ao desmatamento já que apresenta grande variabilidade de espécies da flora e da fauna associadas às áreas de floresta densa e de contato, bem como a possibilidade de ocorrência de endemismos.

Sob o ponto de vista dos recursos hídricos, a ocupação humana altera a qualidade da água com o lançamento direto de efluentes domésticos nos corpos hídricos. No entanto, como essas localidades no entorno da BR-230 está distante do território indígena cerca de 12 km e o rio Tapajós corre para fora da TI Munduruku, esse impacto não foi considerado expressivo para o território indígena.

A outra atividade que exerce pressão sobre essa área de vulnerabilidade é a mineração. A leste da TI são observadas áreas desmatadas associadas a ocorrências minerais (Figura 4).

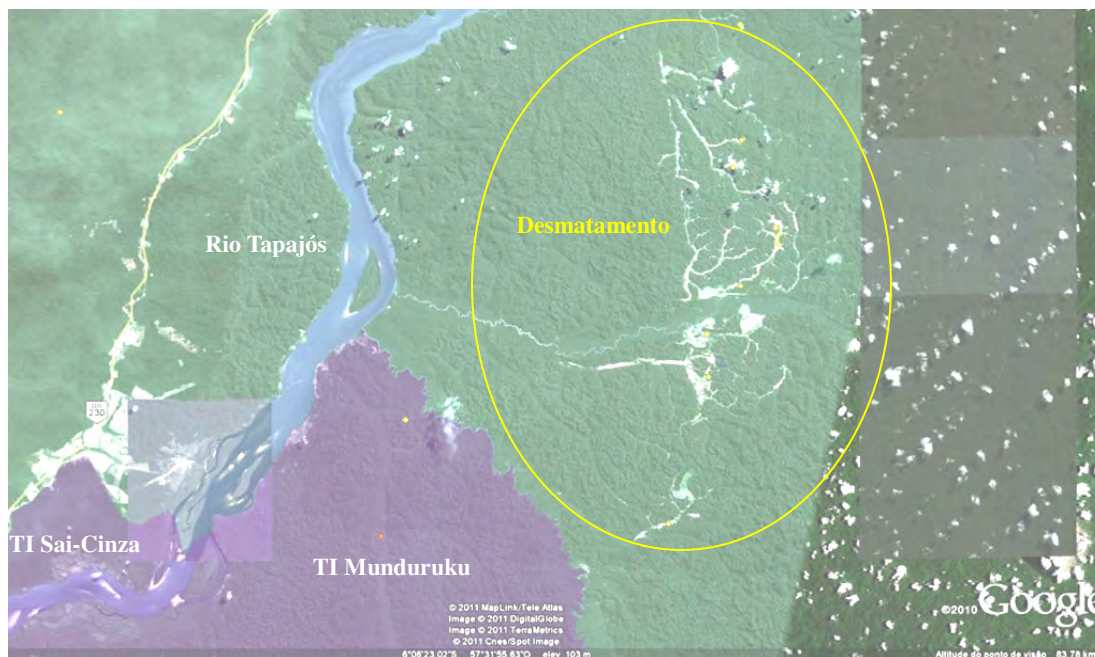


Figura 4 - Área de desmatamento associada à ocorrências minerais

Notam-se ainda outras pequenas áreas desmatadas decorrentes de extração mineral, inclusive na TI Munduruku. A mineração do ouro, no geral, não implica em desmatamento de grandes áreas, porém, como é realizada nas margens dos rios, afeta especialmente as várzeas do rio Tapajós e de seus afluentes da margem direita, onde se observam as Florestas Ombrófilas Densas Aluviais. Esses ambientes são importantes para alimentação e reprodução de diferentes espécies de peixes.

Apesar de pontuais, as interferências associadas à mineração são relevantes para os processos erosivos, pois implicam na remoção do solo, aumentando o aporte de sólidos para os corpos hídricos. Nesse contexto, as áreas a oeste, onde predominam areias quartzosas, se mostram mais sensíveis a essa ameaça.

A mineração de ouro resulta também em contaminação por produtos químicos e simplificação da fauna aquática. Os predadores de topo aquáticos na região de estudo são tipicamente os bagres de grande porte (jaú e caparari, por exemplo). Alguns desses bagres, por serem migratórios, podem transportar o mercúrio em sua massa corporal. Mesmo espécies de peixes de menor porte, como piaus (família Anostomidae), realizam migrações e, ao consumir o mercúrio no alimento (plâncton ou pequenos animais bentônicos ou nectônicos), podem transportá-lo para outros trechos de rio, onde poderão ser consumidos por peixes maiores.

b. Área de Vulnerabilidade 2

A segunda área de vulnerabilidade observada nas terras indígenas se localiza a Leste da TI Munduruku (microbacias 4426, 4432 e 4436). A principal atividade é a extração mineral, conforme indicam as numerosas ocorrências. Ao observar o Mapa 06 - Frentes de Ameça, áreas de desmatamento recente são evidentes no limite centro-leste (coordenadas) da TI Munduruku, confirmando o avanço de ações antrópicas na região. Como as áreas desmatadas estão localizadas principalmente ao longo dos rios e coincidem com as ocorrências minerais de ouro, infere-se que sejam áreas degradadas pela extração desse mineral e pela ocupação associada a essa atividade.

Cabe ressaltar que essa frente de ameaça não resulta em vulnerabilidade na porção sudeste da TI Munduruku. O primeiro aspecto que leva a esta conclusão é a presença da UC de Proteção Integral PARNA do Rio Novo e da Base Aérea do Cachimbo (Mapa 05) que funcionam como uma barreira ao avanço da ocupação, desde que essas áreas mantenham sua proteção e permaneçam em bom estado de preservação. O segundo aspecto é a ausência de indícios do avanço das ações antrópicas para dentro da TI Munduruku. Muito embora existam diversas áreas dispersas classificadas como áreas de desmatamento nesta TI (microbacia 4438), estas podem ser áreas ocupadas por fitofisionomias típicas de cerrado, o que dificulta a interpretação das imagens de satélite, especialmente aquelas obtidas em período seco. Isso pode induzir à interpretação de ambientes naturais campestres secos como áreas desmatadas por ação antrópica. Essa hipótese é reforçada quando se analisa o Mapa 04 - Cobertura Vegetal e Uso do Solo e as figuras A, B, C e D apresentadas no Anexo 2.

As formações vegetais mais próximas dessa frente de ameaça são: contato Floresta Ombrófila/Floresta Estacional, contato Savana/Floresta Ombrófila, Floresta Ombrófila Densa Submontana e Floresta Ombrófila Densa Aluvial. As duas primeiras são formações sensíveis por apresentarem alta diversidade biológica em função de muitas vezes serem povoadas por espécies de ambas as fisionomias. Já as Florestas Ombrófilas, por serem formações mais fechadas, são mais sensíveis aos efeitos de borda da fragmentação de habitats nativos. As Florestas Aluviais possuem destacada sensibilidade, pois se tratam de ambientes extremamente importantes para a fauna aquática e sofrem maior pressão com a exploração do ouro.

Outro impacto relevante dessa exploração é a contaminação hídrica por mercúrio. Apesar desse risco, a drenagem das microbacias corre para fora da área da TI Munduruku. No entanto, caso haja um avanço das atividades antrópicas no sentido oeste, podem ser esperados impactos diretos no interior da TI Munduruku. Dentre estes, pode-se destacar as alterações no aporte de nutrientes decorrentes do desmatamento da vegetação marginal que podem resultar em extinções locais da fauna aquática, inclusive de espécies endêmicas das cabeceiras das microbacias em questão.

c. Área de Vulnerabilidade 3

O norte de Mato Grosso é fronteira de expansão das atividades agropecuárias sobre a Amazônia, impulsionando o desmatamento que alcança a TI Kayabi ao sul (microbacias 4441, 4442, 4443, 4444 e 4454). Também é possível observar a presença de algumas lavras de metais nobres próximos ao limite da TI. Soma-se a isso, a aglomeração em núcleos populacionais, a existência de várias estradas vicinais associadas à agropecuária, bem como a exploração ilegal de madeira e a exploração de insumos para agricultura (calcário), inclusive nadentro dos limites da TI Kayabi.

Dentro desse contexto, a principal ameaça identificada para o meio físico e os ecossistemas terrestres é o desmatamento associado às atividades antrópicas, incluindo a própria ocupação humana. A supressão de vegetação nativa implica na fragmentação de habitats nativos, em efeitos de borda, na perda de biodiversidade e na aceleração de processo de erosivos, podendo ter como consequência a perda da biodiversidade.

Esses processos impactantes incidem sobre uma região de heterogeneidade considerável de ambientes florestais, campestres e de contato, que acompanham a variação do relevo e dos solos. O mosaico de ambientes indica que deve se tratar de uma área com grande diversidade biológica que ainda se torna mais sensível pela possível presença de um corredor biológico. Este corredor, formado pela Floresta Ombrófila Densa Aluvial nas margens do rio Teles Pires, conecta grandes remanescentes de floresta densa a oeste e ao sul da microbacia 4441).

Verifica-se a presença de ameaça para este corredor biológico frente à potencial expansão agropecuária, associada a estradas vicinais, que avança principalmente para o norte, na região da Depressão Interplanáltica do Juruena, onde os solos são mais apropriados para atividades agrícolas (Mapas 02 - Geomorfologia e Mapa 03 - Pedologia). Além disso, a ocorrência mineral de insumos para agricultura que ocorre na área de Florestas Aluviais do Teles Pires também contribui para a vulnerabilidade da área.

Destaca-se, ainda, que a ocupação humana gera uma pressão sobre a flora e a fauna, com o aumento do extrativismo vegetal, da caça e da pesca, além do turismo predatório. Caso ocorra um aumento expressivo do turismo predatório em ambientes sensíveis da região, como praias e lagoas marginais, essa atividade pode desestruturar a comunidade aquática. Mesmo que ocorra fora dos limites das terras indígenas, poderia atingir suas comunidades bióticas indiretamente, por interferir nas populações de tartarugas e peixes, organismos que podem se deslocar por longos trechos de rio.

Outro processo impactante decorrente da concentração populacional é a alteração físico-química da água, proveniente do lançamento de efluentes domésticos nos corpos hídricos. Essa alteração foi considerada um processo impactante relevante na Área de Vulnerabilidade 3,

principalmente devido ao aporte de nutrientes provenientes das atividades agropecuárias. Cabe ressaltar que o rio Cururu-açú, principal afluente do rio Teles Pires dentro da TI Kayabi, encontra-se bastante alterado, pois apresenta valores relativamente elevados de amônia e nitrato, indicando aporte de nitrogênio na região (MOSS, 2005).

Tanto o rio Cururu-açu, como os rios São Benedito, Teles Pires e Apiacás, (microbacias 4441, 4442, 4443 e 4444) que se localizam próximos à Frente de Ameaça 3, drenam suas águas para o interior do território indígena. Assim, as ações antrópicas que ocorrem nessas microbacias, mas fora dos limites geográficos das TIs, geram impactos às terras indígenas, devido ao carreamento de material lixiviado e efluentes para a calha do rio e conseqüentemente para o interior das TIs.

Diante do exposto, considerou-se que esta área de vulnerabilidade sofre a ameaça mais consolidada, visto a ocupação humana e as atividades desenvolvidas no entorno e dentro do território indígena. Este aspecto, associado à expressiva sensibilidade sob a ótica dos meios físico e biótico, indica que a área dessas microbacias pode ser considerada a de maior vulnerabilidade do território indígena.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Terras Indígenas Kayabi e Munduruku apresentam cobertura vegetal em bom estado de conservação. Nelas predominam fitofisionomias de contato entre florestas ombrófilas e savanas. A fauna terrestre da região se caracteriza por elementos típicos do interflúvio Xingu-Tapajós, conhecida zona de endemismos para vertebrados. A principal unidade geomorfológica da região é a Chapada do Cachimbo, que cruza ambas as terras indígenas, no sentido NO-SE. Ela funciona como divisor de águas das bacias dos rios Tapajós, Xingu e Teles Pires.

As 11 microbacias contidas nas Terras Indígenas Kayabi e Mundurukum apresentam ecossistemas aquáticos bastante heterogêneos, incluindo ambientes como cabeceiras, lagoas marginais e rios de grande porte. Isso tende a resultar em alta diversidade de espécies, bem como alto grau de endemismos. Suas águas em geral são consideradas oligotróficas, com a cor variando dentre águas claras, mais frequentes, e águas pretas.

Foram identificadas três frentes de ameaça associadas atividades humanas de exploração de recursos naturais e ocupação do território. Essas frentes de ameaças orientaram a identificação de três áreas vulneráveis nas Terras indígenas, quais sejam: 1) ao norte da TI Munduruku, relacionada à BR-230, tendo desmatamento, exploração madeireira e mineração como ações humanas principais; 2) a leste da TI Munduruku, área de desmatamento e mineração associados à BR-163. Neste caso, as ações antrópicas se aproximam mais dos limites da TI que a frente anterior e; 3) ao sul da TI Kayabi, onde predominam desmatamento, mineração e principalmente agropecuária.

A análise permite inferir que, comparativamente, a TI Kayabi apresenta vulnerabilidades mais significativas do que aquelas identificadas na TI Munduruku, dada a expressão da Frente de Ameaça 3 e a sensibilidade do ambiente ao sul da região.

Ficou evidente, ainda, a importância das áreas protegidas da região na garantia da integridade física e biótica dos recursos naturais das terras indígenas. As áreas protegidas que desempenham este papel são: as próprias terras indígenas (Munduruku, Kayabi e Sai-Cinza), as unidades de conservação de proteção integral (como PARNA do Rio Novo e PARNA do Juruena) e a Base Aérea do Cachimbo.

5 REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, A. A.; GOMES, L. C. & PELICICE, F. M. 2007. Ecologia e manejo de recursos pesqueiros em reservatórios do Brasil. Eduem, Maringá, 501p.
- BEGON, M., TOWNSEND, C. R. & HARPER, J. L. 2007. Ecologia. De indivíduos a ecossistemas. 4ª Ed. Artmed, Porto Alegre, 752p.
- BRASIL, 1994. Decreto Legislativo nº 2, de 03 de fevereiro de 1994. Brasília, 1994.
- CARNEIRO FILHO, A. Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira/ Arnaldo Carneiro Filho, Oswaldo Braga de Souza. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.
- CASTRO, R. M. C. 1999. Evolução da ictiofauna de riachos sul-americanos: padrões gerais e possíveis processos causais. PP. 139-155. In: Caramaschi, E. P.; Mazzoni, R. & P. R. Peres-Neto (eds). Ecologia de peixes de riachos. Série Oecologia Brasiliensis vol VI, PPGE, UFRJ.
- CPRM. Serviços Geológico do Brasil, 2010. Base Cartográfica de Ocorrências Minerais. Disponível em: www.cprm.gov.br. Acesso em: abril de 2011.
- CRACRAFT, J. Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna: areas of endemism. In: BUCKLEY, P. A. et. al. Neotropical Ornithology. Washington: American Ornithologists' Union (Ornithological Monographs n. 36), 1985. p. 49-84.
- DUELLMAN, W.E. Quaternary climatic-ecological fluctuations in the lowland tropics: frogs and forests. In: Prance, G.T. Biological diversification in the Tropics. New York: Columbia Univ. Press, 1982. p. 389-402.
- EPE. Empresa de Pesquisa Energética, 2007. Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Teles Pires. Rio de Janeiro: EPE.
- EPE. Empresa de Pesquisa Energética, 2010. Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de São Manoel.
- ESTEVES, F. A. 1998. Fundamentos de limnologia. 2a ed. Interciência, Rio de Janeiro. 602p.
- GRÜNBERG, G. 2004. Os Kaiabi do Brasil Central: História e Etnografia. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- FUNAI. Fundação Nacional do Índio, 2010. Base Cartográfica Delimitação das Terras Indígenas do Brasil. Disponível em: <http://mapas.funai.gov.br/> Acesso em: fevereiro de 2010.
- FURCH, K., JUNK, W. J. & KLINGE, H. 1982. Unusual chemistry of natural waters from the Amazon region. Acta Científica Venezuelana, 33: 269-273.
- HIDROWEB. Sistema de Informações Hidrológicas, 2011. Disponível em: <<http://hidroweb.ana.gov.br/>>. Acesso em: abril de 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004. Base Cartográfica Integrada ao Milionésio. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: abril de 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002a. Diretoria de Geociências.

- Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Projeto de Sistematização das Informações sobre Recursos Naturais. Carta SB - 21 - escala 1:250.000. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/banco_dados_georeferenciado_recursos_naturais/ Acesso em: abril de 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002b. Diretoria de Geociências. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Projeto de Sistematização das Informações sobre Recursos Naturais. Carta SC - 21 - escala 1:250.000. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/banco_dados_georeferenciado_recursos_naturais/ Acesso em: abril de 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992. Manual técnico da vegetação brasileira. Rio de Janeiro.
- INPE. Instituto de Pesquisas Espaciais, 2010. Projeto Desmatamento Amazônia (PRODES) 1997 - 2010. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html> Acesso em: março de 2011.
- LEVEY, D. J. 1988. Spatial and temporal variation in Costa Rican fruit and fruit-eating bird abundance. *Ecological Monographs* 58(4): 251-269.
- LOISELLE, B. A. & BLAKE, J. G. 1991. Temporal variation in birds and fruits along an elevation gradient in Costa Rica. *Ecology* 72 (1): 180-193.
- LUCAS, C. M. 2008. Within Flood Season Variation in Fruit Consumption and Seed Dispersal by Two Characin Fishes of the Amazon. *BIOTROPICA* 40(5): 581-589
- MMA. Ministério de Meio Ambiente, 2002. Secretaria de Biodiversidade de Florestas. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - Probio. Mapa de Cobertura Vegetal e Uso do Solo em Biomas - escala 1:250.000. Disponível em: www.mma.gov.br
- MOSS, G. 2005. Projeto Brasil das Águas. Brasília.
- ODUM, E. P. & BARRETT, G. W. 2008. Fundamentos de ecologia. Cengage Learning, São Paulo, 612p.
- OLIVEIRA, F. C. B., 2010. Quando resistir é habitar: lutas pela afirmação territorial dos Kaiabi no Baixo Teles Pires. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- PIRES, J. M. 1973. Tipos de vegetação da Amazônia. *Publ. Avul. Mus. Goeldi* 20: 179-202.
- RESOLUÇÃO CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.
- RYLANDS, A. B. Primate communities in Amazonian forests: Their habitats and food resources. *Experientia*, v. 43, n.3, p.265-279, 1987.
- SIOLI, H. 1984. The Amazon and its main affluents: hydrography, morphology of the river courses, and river types. In: *The Amazon* (Sioli, H. ed). W. Junk Publishers, Dordrecht.
- VANNOTE, R.L.; MINSHALL, G. W.; CUMMINS, K. W.; SEDELLAND, J.R.; GUSHING, C. E. The river

continuum concept. *Can. J. Fish. Aquat. Sci.* 37: 130-137, 1980.

WWF/TNC. World Wild Fund for Nature/The Nature Conservancy, 2008. Freshwater ecoregions of the world. Disponível em: http://www.feow.org/ecoregion_details.php?eco=320. Last updated: March 09, 2011. Acessado em 26/04/11.

ANEXO 1 - AS PRINCIPAIS FORMAÇÕES VEGETAIS DA REGIÃO

As principais formações vegetais ocorrentes na região correspondem a cada uma das grandes regiões fitoecológicas, Florestas Ombrófilas e Estacionais, além das Savanas, que são descritas abaixo em suas subdivisões, conforme a nomenclatura proposta pelo Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 1992).

- **Floresta Ombrófila Densa**

A Floresta Ombrófila Densa ocorre em locais com características bioclimáticas de curto período seco (não mais que 60 dias) e temperaturas acima de 25°C. Sua estrutura e forma são diversificadas devido à distribuição em diferentes ambientes, sendo constituída de árvores com alturas entre 20 e 30 m, com representantes de até 45 m, troncos retos e bem copados que representam os estratos dominantes e co-dominantes.

São exemplos das espécies encontradas: cajuacú (*Anacardium giganteum*), muiracatiara (*Astronium nelson-rosae*), castanheira (*Bertholletia excelsa*), pequiá (*Caryocar villosum*), caucho (*Castilloa ulei*), sumaúma (*Ceiba pentandra*), angelim (*Hymenolobium excelsum*), jatobá (*Hymenaea* sp.), seringueira (*Hevea brasiliensis*), bálsamo (*Myroxylum peruiferum*), maçaranduba (*Manilkara uberi*), angelim-de-saia (*Parkia pendula*), pau-rôxo (*Peltogyne densiflora*), ipê-amarelo (*Tabebuia serratifolia*), ucuuba (*Virola* spp), assim como as palmeiras paxiúba (*Iriatea* sp.), inajá (*Attalea maripa*), palmito (*Euterpe precatoria*), bacabas (*Oenocarpus* spp.).

A hierarquia topográfica (altitudes do terreno) é utilizada para subdivisão das diferentes fisionomias de Floresta Ombrófila, dadas as variações de condições de umidade e temperatura às quais essas formações são submetidas à medida que aumenta a altitude. Têm-se, assim, para a região estudada: Floresta Ombrófila Densa Aluvial (descrita no âmbito dos Ecossistemas Aquáticos) e Floresta Ombrófila Densa Submontana.

- **Floresta Ombrófila Densa Submontana**

A Floresta Ombrófila Densa Submontana ocorre em áreas situadas nas encostas dos planaltos e serras a partir dos 100 m de altitude até o limite de 600 m de altitude, com superfície recoberta por solos medianamente profundos classificados como Litólicos distróficos, Latossolo Vermelho-Amarelo e Podzólico Vermelho-Amarelo.

Consiste formação de composição florística bastante heterogênea, cuja principal característica fisionômica é o dossel emergente, constituído de indivíduos com diâmetro e altura considerável, alguns ultrapassando os 50 m, o que proporciona alto volume de madeira por hectare.

As múltiplas características fisionômicas desta formação são reflexos das formas do terreno, com predomínio e diferenças estruturais em cada unidade geomorfológica, ora dominando e ora sendo dominada pelos agrupamentos de palmeiras e de cipós (*Bauhinia* sp.).

A submata é limpa e de fácil acesso, integrada por grande número de plântula de regeneração arbórea e muitas variedades de arbustos (marantáceas, piperáceas, musáceas e violáceas). O estrato intermediário é constituído por indivíduos finos e baixos, mas com a mesma variedade de espécies que formam os outros estratos.

- **Floresta Ombrófila Aberta**

A Floresta Ombrófila Aberta, no conceito fisionômico-ecológico, é uma feição florestal composta de árvores mais espaçadas, com muitas palmeiras e sinúsia arbustiva densa com ou sem lianas lenhosas, o que reflete condições climáticas e pedológicas especiais.

As Florestas Abertas crescem sobre solos rasos com afloramentos rochosos, com pouca a mediana retenção hídrica, o que resulta em considerável deciduidade para os padrões de Florestas Ombrófilas amazônicas, denotando certo grau de sazonalidade.

Ocupam áreas caracterizadas por um bioclima de período seco pouco pronunciado, entre 2 a 3 meses, e temperaturas acima de 22°C, sendo considerada durante anos como um tipo de transição entre a floresta amazônica e as áreas extra-amazônicas. Apresenta dominância de formas biológicas fanerófitas ombrófilas rosulada e lianas lenhosas.

Embora ocorram espécies comuns na Floresta Ombrófila Densa e na Floresta Aberta, tais como a castanheira (*Bertholletia excelsa*), cedrorana (*Cedrelinga catenaeformis*), andiroba (*Carapa guianensis*), maçaranduba (*Manilkara huberi*) entre outras, estudos recentes apontam certa dissimilaridade entre essas formações. Esse aspecto pode estar associado à maior penetração da luz no sub-bosque das Florestas Abertas, favorecendo uma flora mais heliófila, em oposição ao ambiente umbrófilo das feições mais densas.

O caráter aberto permite o reconhecimento de faciações florísticas que alteram a fisionomia ecológica da Floresta Ombrófila Aberta. Para as condições da região estudada, tem-se a ocorrência de Floresta Ombrófila Aberta Submontana.

- **Formação Ombrófila Aberta Submontana**

A fisionomia da floresta aberta composta por cipós ocorre preferencialmente nas depressões, mas também ocupa as encostas das elevações rochosas, ficando disposta entre as fisionomias com palmeiras. É tipicamente caracterizada pelo envolvimento das árvores por lianas lenhosas, sendo as mais comuns: a escada-de-jabutí (*Bauhinia splendens*), unha-de-gato (*Bignonia unguigati*), verônica (*Dalbergia monetaria*) e cipó-de-fogo (*Dolioscarpus rolandri*), cipó-abuta (*Abuta* spp.), imbé (*Philodendron* sp.) e titica (*Heteropsis* sp.). Em razão do espaçamento existente entre as árvores, esses espaços são ocupados por denso emaranhado de lianas herbáceas como: o cipó-cruz (*Chiococca brachiata*), cipó-de-sangue (*Machaerium guinata*), rabo-de-camaleão (*Buettneria* sp.) e cipó-de-fogo.

O estrato arbóreo da fisionomia composta por cipós é constituído por indivíduos baixos, chegando no máximo a 20 m de altura, com troncos defeituosos, normalmente tortos ou bifurcados e não raro com cicatrizes ou estrangulamento provocados pelas grossas lianas que os envolvem, sendo freqüentes indivíduos de abiu-seco (*Pouteria laurifolia*) e muirapiranga (*Brosimum guianensis*). Também se nota a ocorrência de espécies como breu-sucuruba (*Trattinichia rhoifolia*), cupiúva (*Goupia glaba*), pau-jacarã (*Laetia procera*), mandioqueira (*Qualea* spp.), jutai-açú (*Hymenaea* sp.), paraparã (*Jacaranda* sp.), envira-preta (*Xilopia poeppigiana*), quarubatinga (*Vochysia guianensis*), quinarana (*Geissospermum sericeum*), carapanúba (*Aspidosperma carapauba*) e uxirana (*Saccoglothis guianensis*).

A fisionomia composta por palmeiras ocorre em manchas, ora formando contatos ora interrompendo outras formações da Floresta Ombrófila. Esta sub-formação é caracterizada pela presença de árvores espaçadas, formando um dossel uniforme e contínuo. Constata-se a dominância de Lauraceae entre os componentes arbóreos, como o louro-abacate (*Ocotea opifera*) e itaúba (*Mezilaurus itauba*), dentre outras espécies arbóreas como jacareúba (*Callophyllum brasiliensis*), guaraúba (*Clarisia racerosa*), saboeiro (*Pithecelobium jupumba*), uxirana, cumaru, breu-manga (*Protium* sp.), mandioqueiras e jutai-pororoca (*Dialium* sp.). As palmeiras mais freqüentes são o inajã (*Maximiliana regia*), o açai (*Euterpe oleracea*) e paxiúbas (*Iriarteia* spp.), verificando-se com menor freqüência o tucumã (*Astrocaryum tucuma*) e bacaba (*Oenecarpus bacaba*).

A submata mostra-se bastante adensada, com regeneração das Lauraceae, Vochysiaceae, Burceraceae, além de diversas Palmae, em mistura com arbusto de Melastomataceae, Piperaceae, Marantaceae, Musaceae, Pteridophyta e algumas Cyperaceae. Ocorrem algumas epífitas de Bromeliaceae e Orchidaceae. Lianas são pouco freqüentes.

- **Floresta Estacional Semidecidual**

O conceito ecológico das Florestas Estacionais relaciona-se à ocorrência de clima de duas estações, uma chuvosa, outra seca, ou à acentuada variação térmica. Essa alternância determina uma estacionalidade foliar dos elementos arbóreos dominantes, que possuem adaptações à alteração dos fatores climáticos podendo ser semidecidual ou decidual.

A Floresta Estacional Semidecidual apresenta, em suas comunidades, uma percentagem de árvores caducifólias em torno de 20 a 50%. Do ponto de vista fisionômico é descrita como uma formação pluriestratificada, apresentando dossel de 25-30 m de altura, com emergentes. Tem ocorrência associada a estacionalidade climática menos acentuada que em áreas de savanas, e a solos geralmente mais férteis do que aqueles observados sob as Savanas.

Apresentam grande complexidade estrutural e elevada biomassa, constituindo comunidades bastante diversas. Lianas e epífitas são freqüentes. São características, entre outras, as seguintes espécies: cedro (*Cedrela fissilis*), guatambus e perobas (*Aspidosperma* spp), cabreúva (*Myroxylon peruiferum*), paineira (*Chorisia speciosa*), mamica (*Zanthoxylum riedelianum*), pau-jangada (*Apeiba tibourbou*), bacuri (*Acrocomia aculeata*) e angelim-pedra (*Lonchocarpus* sp).

Dentre as árvores que perdem total ou parcialmente as folhas no período desfavorável destacam-se: ipês (*Tabebuia roseo-alba*, *T. serratifolia*, *T. impetiginosa*), guatambus e perobas (*Aspidosperma* spp.), embiruçu (*Pseudobombax longiflorum* e *P. tomentosum*), gonçalo-alves (*Astronium fraxinifolium*), angicos (*Anadenanthera macrocarpa* e *A. falcata*), e aroeira-preta (*Myracrodruon urundeuva*).

Há também ocorrência de palmeiras, tais como inajá (*Attalea maripa*), bocaiuva (*Acrocomia sclerocarpa*) e babaçu (*Orbignia speciosa*), esta última muito favorecida com as queimadas.

Tendo como principal característica a perda de folhas nos indivíduos mais altos, nas épocas mais desfavoráveis, este comportamento decíduo é observado em cerca de 30% das espécies.

Seu aspecto fisionômico é composto por árvores altas, grossas e de troncos retilíneos, com razoável densidade por unidade de área, sendo comum o gregarismo de espécies geralmente amazônicas, que perdem total ou parcialmente as folhas.

Entre as espécies que se destacam estão: *Aspidosperma* sp. (peroba), *Vochysia* sp. (quaruba), *Goupia* sp. (cupiúba) e *Hymenaea* sp. (jutaí-açu).

Esta formação está representada na região estudada pela sub-categoria denominada submontana.

- **Floresta Estacional Decidual**

Esta tipologia vegetacional é caracterizada por duas estações climáticas bem demarcadas, uma estação chuvosa seguida de um longo período biologicamente seco. Sendo que mais de 60% dos indivíduos perdem suas folhas no período desfavorável, apresentando o estrato dominante predominantemente caducifólio e com considerável número de epífitas. O sub-bosque é constituído de gramíneas e espécies decíduas sobre uma camada espessa de material orgânico não decomposto.

Apresenta razoável número de indivíduos adultos, variando em torno de 50 a 60 por hectare e geralmente de alturas medianas, ocorrendo a formação de colônias homogêneas de determinadas espécies do estrato emergente, a exemplo do jatobá (*Hymenaea* sp.), o amarelão (*Apuleia* sp.), ipês (*Tabebuia* spp.) e copaíba (*Copaifera* sp.), cerejeira (*Torresia* sp.) e paineira (*Chorisia* sp.)

Na região estudada a Floresta Estacional Decidual somente foi observada em sua forma submontana.

- **Savana (Cerrado)**

Ocorre amplamente na América do Sul, circundando a Floresta Amazônica, formando um bioma que situa-se entre este e outros biomas, quais sejam, Floresta Atlântica, Pantanal e Caatinga. Representa um bioma de grande expressão territorial no Brasil e de área contínua.

Savanas ou Cerrados são formações mais abertas e estruturalmente mais simples que as florestas, com maior insolação no nível do solo, fator determinante da expressividade e diversidade do estrato herbáceo-arbustivo. Ocorrem em climas marcados pela sazonalidade climática, com 4 a 6 meses de seca ao longo do ano.

Este tipo de vegetação normalmente reveste solos lixiviados, aluminizados, apresentando sinúsias de hemicriptófitos (plantas herbáceas que secam no período desfavorável), geófitos (ervas com órgãos de crescimento subterrâneos), caméfitos (herbáceas ou arbustos com gemas de crescimento situadas acima do solo) e fanerófitos oligotróficos de pequeno porte, com ocorrência por toda zona neotropical. Morfológicamente, as árvores possuem folhas simples, coriáceas, muitas vezes com mecanismos de controle de perda da água.

As subdivisões Savana Florestada (Cerradão), Savana Arborizada (Campo-Cerrado) e Savana Parque são observadas na região estudada.

- **Savana Florestada (Cerradão)**

A Savana Florestada caracteriza-se por árvores de pouco mais de 5 m de altura, densamente dispostas, mas cujas copas não se tocam, sem um nítido estrato arbustivo e com um tapete graminoso ralo, em tufos, podendo ocorrer palmeiras anãs intercaladas a plantas lenhosas rasteiras.

Fisionomicamente é descrita como a expressão florestal das formações savânicas. As árvores que constituem o dossel possuem troncos geralmente grossos, com espesso ritidoma, porém sem a marcante tortuosidade observada nas savanas. A estratificação é simples e o componente arbóreo é perenifólio.

A composição florística do cerradão é geralmente diversificada, contendo espécies das expressões mais abertas das savanas, que assumem hábito arbóreo, e da floresta estacional, raramente presente em outras fisionomias savânicas. Epífitas são raras.

Entre as espécies mais comuns podem ser citadas:

- no estrato arbóreo entre 4 e 8 m: muricis (*Byrsonima* spp.), lixeira (*Curatella americana*), oiti (*Licania humilis*), pau-santo (*Kielmeyera coriacea*);
- no estrato arbóreo entre 8 a 15 m: sucupira-branca (*Pterodon pubescens*), sucupira preta (*Bowdichia vigilioides*), pau-de-sobre (*Emmotum nitens*), carvoeiro (*Sclerolobium paniculatum*), capitão (*Terminalia argentea*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), tingui (*Magonia pubescens*), pau-terra (*Qualea grandiflora* e *Q. parviflora*), jacarandá (*Machaerium* sp. e *Dalbergia* sp.), pau-de-arara (*Salvertia convallariaeodora*).
- no estrato intermediário: marmelada-de-cachorro (*Alibertia edulis*), unha-de-vaca (*Bauhinia* sp), melastomataceas, ciperáceas, rubiáceas, palmeiras e gramíneas;
- no estrato herbáceo: gramíneas, ciperáceas, bromeliáceas, musáceas, pteridófitas.

Essas áreas de savana aparecem principalmente em terrenos com solos areníticos lixiviados profundos, e quase sempre se encontram intercaladas com os agrupamentos da formação de fisionomia arbóreo aberta.

Preferencialmente, recobrem áreas de relevos tabulares ou afloramentos rochosos, sobre solos profundos e de média fertilidade, freqüentemente do tipo podzólico e latossolos.

- **Savana Arborizada (Campo-Cerrado)**

A savana Arborizada caracteriza-se por apresentar fisionomia menos densa e mais baixa que a Savana Florestada, com origem natural ou antrópica, sujeita ao fogo anual. É representada por árvores baixas (entre 2 e 5 metros), esgalhadas, de fustes finos e bastante tortuosos, esparsas e entremeadas por arbustos e plantas lenhosas rasteiras geralmente providas de xilopódios formando um tapete.

Ocorrem variações fisionômicas e estruturais, ora apresentam adensamento do estrato arbóreo arbustivo, ora com predomínio de componentes herbáceos, isso em decorrência das características pedológicas e de perturbações antropogênicas, se identificando pela irregularidade da distribuição dos indivíduos arbóreos. As sinúsias dominantes formam uma fisionomia raquítica em terrenos degradados.

A composição florística, apesar de semelhante à da Savana Florestada, apresenta ecótipos dominantes que caracterizam o ambiente de acordo com o espaço geográfico.

Variações fisionômicas e estruturais, decorrentes de características pedológicas diferenciadas e de perturbações antropogênicas expressam-se pela distribuição espacial irregular de indivíduos, ora com adensamento do estrato arbustivo-arbóreo, ora com predomínio do componente herbáceo. A altura varia entre 2 m e 7 m, apresentando como característica marcante, o estrato arbóreo composto de exemplares de troncos e galhos retorcidos, casca espessa e folhas grandes, muitas vezes coriáceas.

As espécies características compreendem: jatobá-do-cerrado (*Hymenaea stigonocarpa*), ipê-do-cerrado (*Tabebuia caraiba*), araticum (*Annona coriacea*), pequiheiro (*Caryocar brasiliensis*), mangaba (*Hancornia speciosa*), lixeirinha (*Davilla elliptica*), colher-de-arara (*Salvertia convallariaeodora*), lixeira (*Curatella americana*), pau-santo (*Kielmeyera* sp), pau-terra (*Qualea* sp), muricis (*Byrsonima* sp), entre outras. A ocorrência de lianas não se dá de forma agressiva, sendo a maioria herbácea ou semilenhosa.

Em relação a essa formação, cumpre ainda destacar o fato de que, em geral, essas áreas são utilizadas para pastoreio do gado, sendo periodicamente manejadas com fogo, podendo representar feições alteradas de Savanas Florestadas, submetidas às pressões antrópicas (DSEE-MT).

A savana arborizada pode ocorrer associada ou não às florestas de galerias.

- **Savana Parque**

Esta formação é essencialmente constituída por grandes extensões cobertas por gramíneas, geralmente com rabo-de-burro (*Andropogon bicornis*), seguida por um estrato arbustivo, com indivíduos arbóreos presentes de forma esparsa.

No estrato herbáceo também é freqüente a ocorrência de leguminosas, tornando a composição florística bastante diversificada.

O estrato arbustivo e arbóreo (com altura entre 1 a 2 m) constitui-se de plantas características da Savana Arborizada, porém de pouca riqueza de espécies. Algumas espécies lenhosas são: cajuzinho (*Anacardium humile*), araticum (*Annona dioica*), faveira (*Dimorphandra mollis*), marmelo (*Alibertia* sp.), lobeira (*Solanum lycocarpum*), colher-de-arara (*Salvertia convallariaeodora*).

- **Áreas de Tensão Ecológica - Contatos**

Caracterizam-se pela interpenetração de diferentes floras pertencentes a dois ou mais grupos de vegetação diferentes, esses contatos têm características estruturais e densidade próprias ligadas à vegetação de origem.

- **Contato Savana - Floresta Ombrófila**

Este tipo de cobertura vegetal tem estreita relação com o tipo de relevo, com elementos da Floresta Ombrófila próximo às linhas de drenagem, onde os solos são mais profundos e úmidos, e com a savana desenvolvida nas partes mais elevadas do terreno.

Há uma mistura das espécies comuns da Savana Florestada com as espécies da Floresta Ombrófila, tornando a fisionomia destas áreas praticamente indivisível, sendo os aspectos relacionados aos solos litólicos que determinam a expressão florística comuns a cada sítio.

Há grande valor econômico das espécies identificadas nesses ambientes. As Vochysiaceae, representadas pelas mandioqueiras, e as lauráceas, em que se destacam o louro-preto e o louro-cravo, podem ser citadas como das mais representativas do valor econômico destas Áreas de Tensão Ecológica.

Outras espécies típicas da Floresta Ombrófila são notadas como: castanheira (*Bertholetia excelsa*), itaúba (*Mezilaurus itauba*), palmitero (*Euterpe precatoria*) e sororoca

(*Phenakospermum guianense*), e as espécies características da Savana como: sucupira-branca (*Pterodon pubescens*), sucupira-preta (*Bowdichia virgilioides*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), tingui (*Magonia pubescens*), pau-terra (*Qualea* sp), pau-santo (*Kielmeyera coriacea*).

- **Contato Savana - Floresta Estacional**

Ocorre com diferentes fisionomias da Savana e da Floresta Estacional, com destaque para as formações de Savana Florestada, e está relacionado aos fatores edáficos e à transição climática. Esta formação de contato é representada por elementos de ambas as fisionomias, apresentando características fisionômicas de uma floresta mais aberta que a estacional, com menor expressão de lianas e epífitas, sendo que a decidualidade depende das espécies que prevalecem.

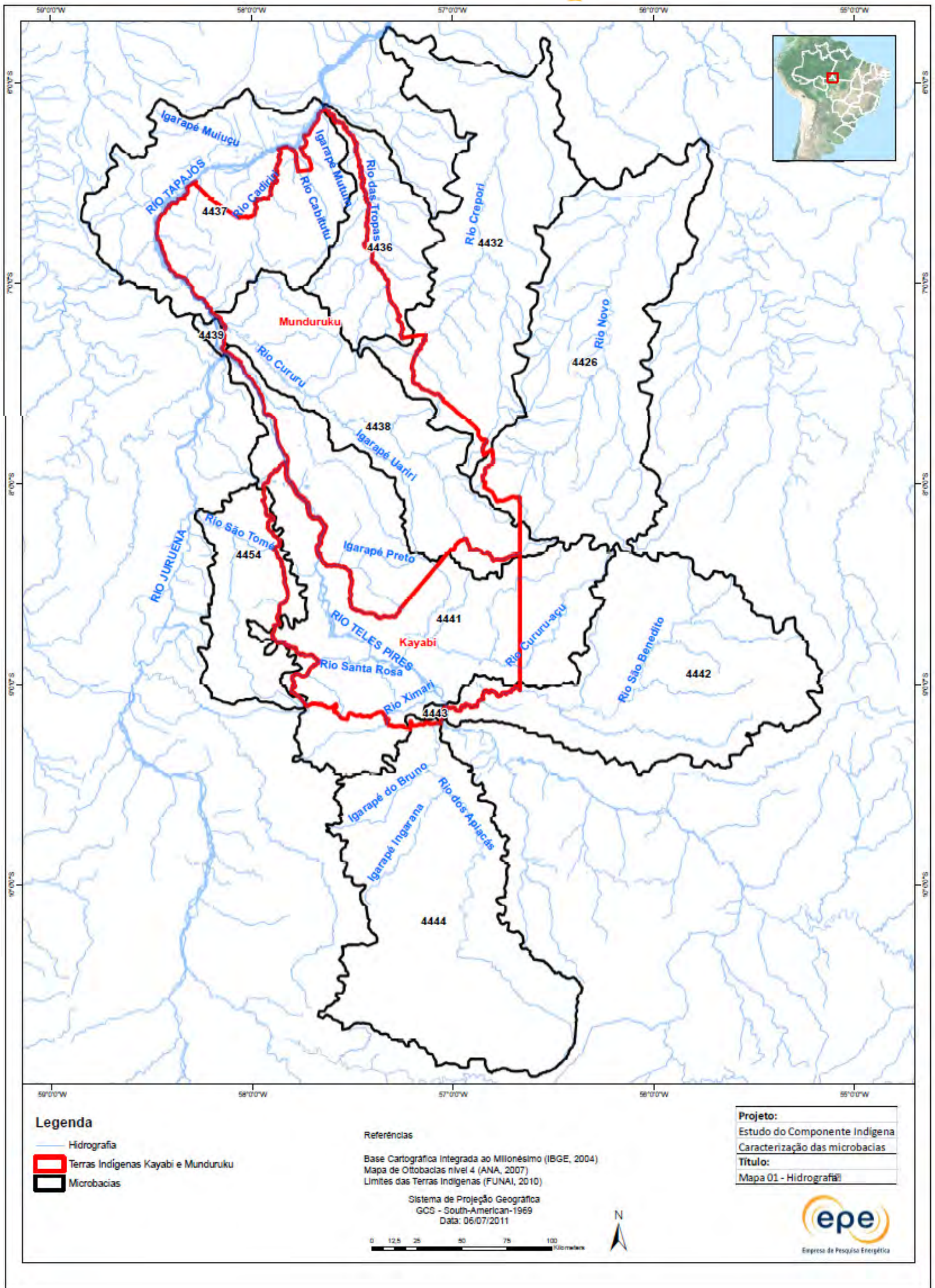
Espécies que tem ocorrência registrada nessa formação de contato são: mutamba (*Guazuma* sp.), pau-pombo (*Tapirira* sp), mandiocão (*Didymopanax morototoni*), gonçalo-alves (*Astronium fraxinifolium*), maricá (*Physocalymma scaberrimum*), cumbaru (*Dipteryx* sp.) e tarumá (*Rhamnidium elaeocarpus*).

- **Contato Floresta Ombrófila - Floresta Estacional**




Apresenta fisionomia de ambas as formações, com certa equivalência nos contatos, ora a Floresta Estacional domina sobre a Ombrófila com cipó e vice-versa, dependendo das características do substrato.

Entre as espécies características da Floresta Ombrófila estão presentes: castanheira (*Bertholletia excelsa*), itaúba (*Mezilaurus itauba*), palmitreiro (*Euterpe precatoria*) e sororoca (*Phenakospermum guianense*).

ANEXO 2 - MAPAS E FIGURAS



Legenda

-  Hidrografia
-  Terras Indígenas Kayabi e Munduruku
-  Microbacias

Referências

Base Cartográfica Integrada ao Milionésimo (IBGE, 2004)
 Mapa de Ottobacias nível 4 (ANA, 2007)
 Limites das Terras Indígenas (FUNAI, 2010)

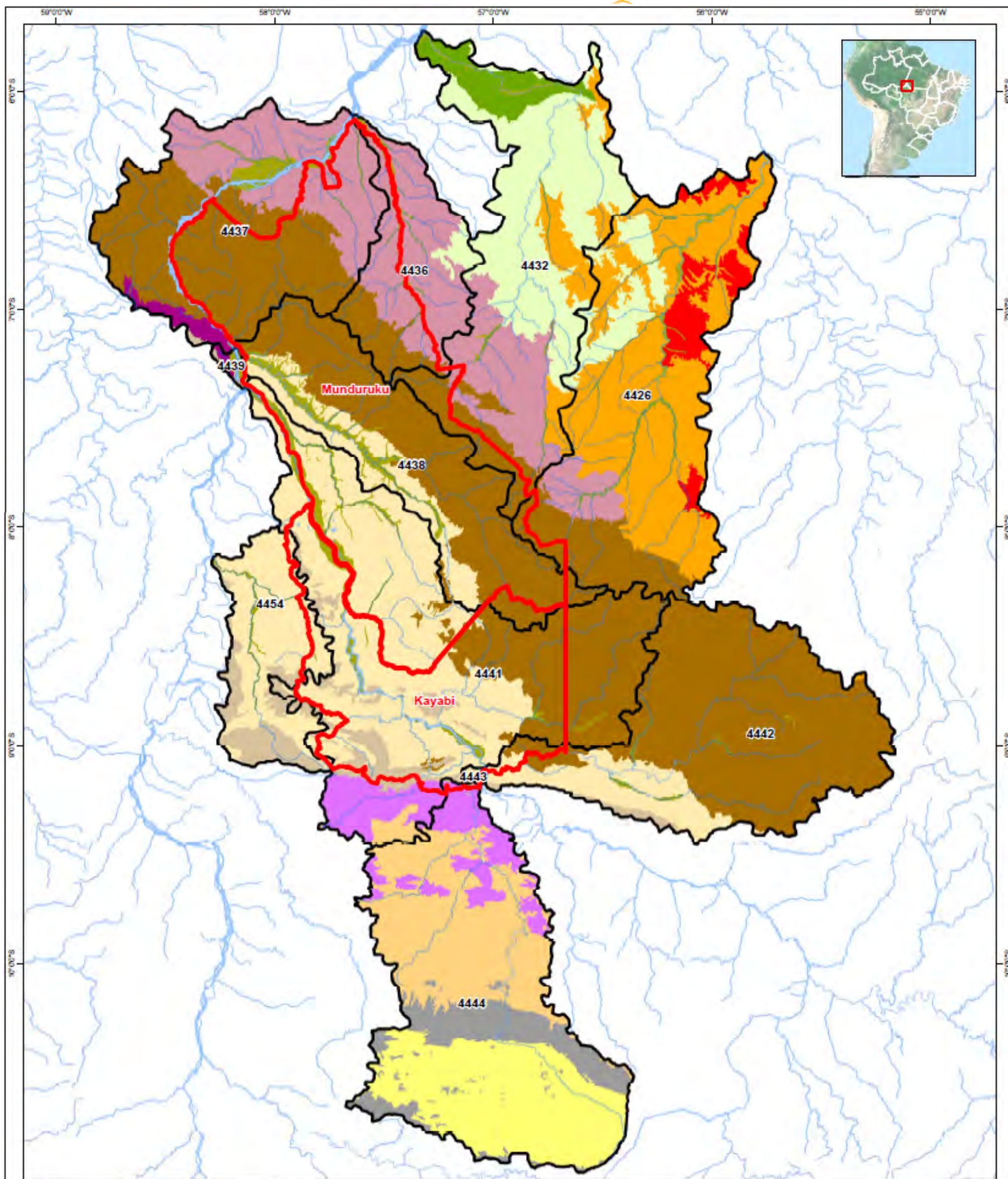
Sistema de Projeção Geográfica
 GCS - South-American-1969
 Data: 06/07/2011

0 12,5 25 50 75 100
 Kilômetros



Projeto:
 Estudo do Componente Indígena
 Caracterização das microbacias
Título:
 Mapa 01 - Hidrografia





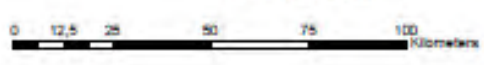
Legenda

- | | |
|---|---|
| — Hidrografia | — Planalto Dissecado dos Aplancks |
| ▭ Terras Indígenas Kayabi e Mundurucu | ▭ Planalto do Crapezi |
| ▭ Microbasins | ▭ Planalto do Parauari – Tropes |
| Geomorfologia | ▭ Planalto do Rio Juruá – Médio Sucunduri |
| ▭ Chapadas do Cachimbo | ▭ Planalto do Tepejós |
| ▭ Depressão Interplanáltica Juruena – Teles Pires | ▭ Planalto dos Aplancks – Sucunduri |
| ▭ Depressão Interplanáltica de Alta Floresta | ▭ Planaltos Residuais do Sul do Park |
| ▭ Depressão Interplanáltica de Juara | ▭ Planície Amazônica |
| ▭ Depressão Interplanáltica dos Calábis | ▭ Serra dos Calábis |
| ▭ Depressão do Jamarém – Xingu | |

Referências

Base Cartográfica SB-21 SC-21 Geomorfologia 1:250.000 (IBGE, 2002)
 Base Cartográfica Integrada ao Milionésimo (IBGE, 2004)
 Mapa de Ottobacias nível 4 (ANA, 2007)
 Limites das Terras Indígenas (FUNAI, 2010)

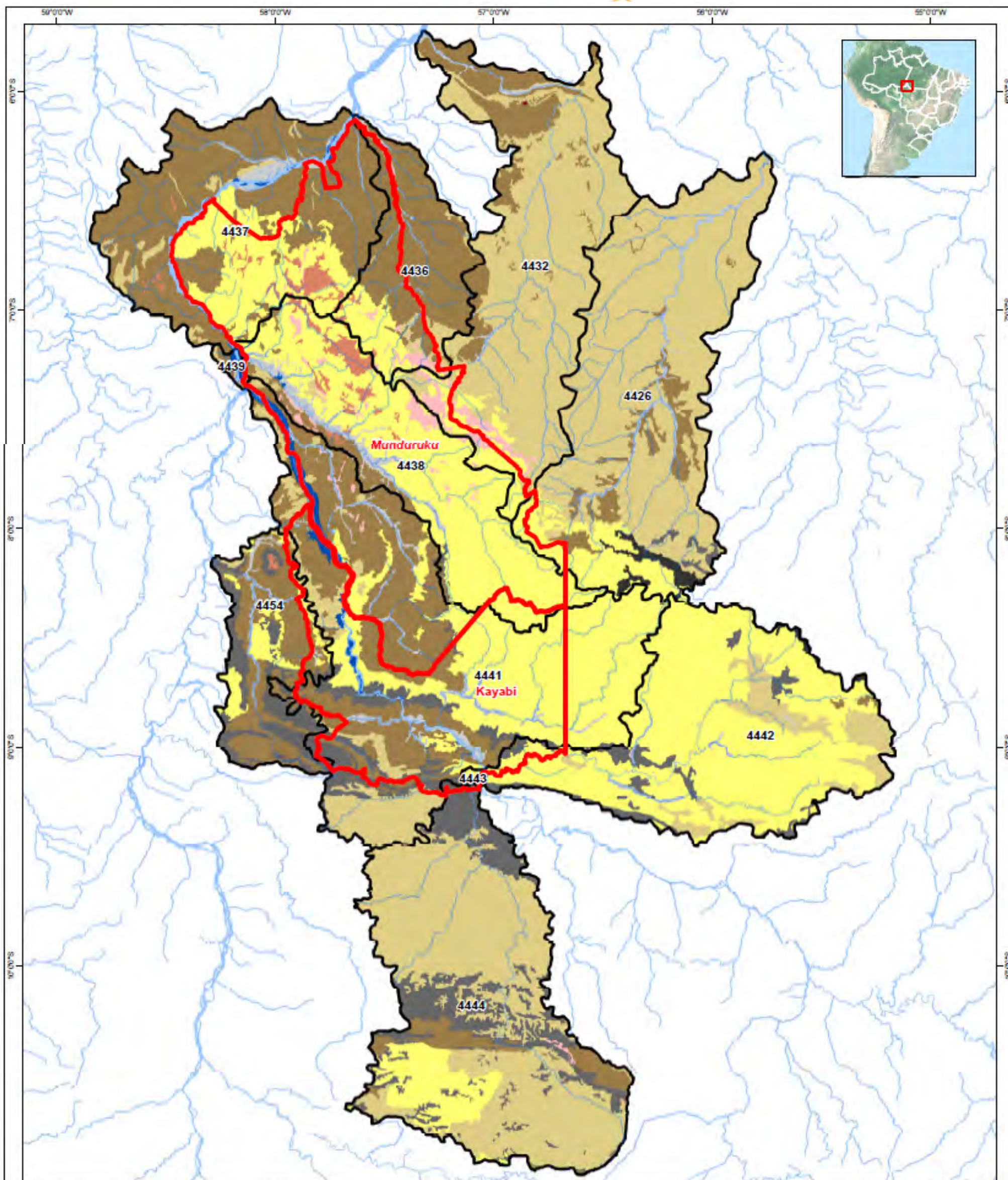
Sistema de Projeção Geográfica
 GCS - South-American-1969
 Data: 06/07/2011



Projeto:
 Estudo do Componente Indígena
 Caracterização das microbasins

Título:
 Mapa 02 - Geomorfologia





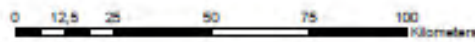
Legenda

- | | |
|-------------------------------------|----------------------------|
| Hidrografia | Gleissolo |
| Terras Indígenas Kayabi e Mundurucu | Latossolo |
| Microbacias | Podzol Hidromórfico |
| Pedologia | Podzólico Vermelho-Amarelo |
| Afloramentos de Rochas | Solo Aluvial |
| Areia Quartzosa | Solo Litólico |
| Cambissolo | Solo Petroplântico |

Referências

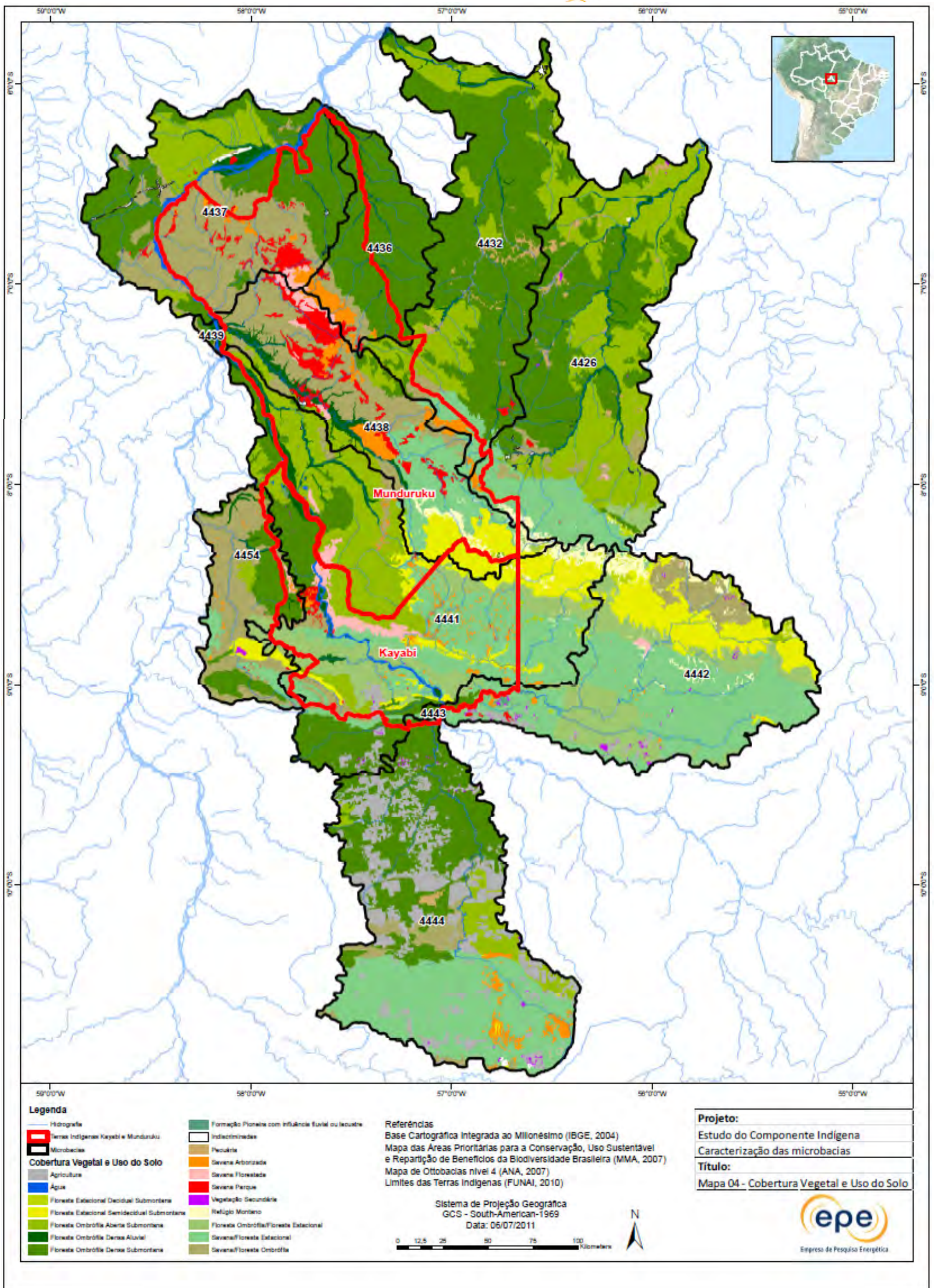
Base Cartográfica SB-21 e SC-21 Pedologia 1:250.000 (IBGE, 2002)
 Base Cartográfica Integrada ao Milionésimo (IBGE, 2004)
 Mapa de Ottobacias nível 4 (ANA, 2007)
 Limites das Terras Indígenas (FUNAI, 2010)

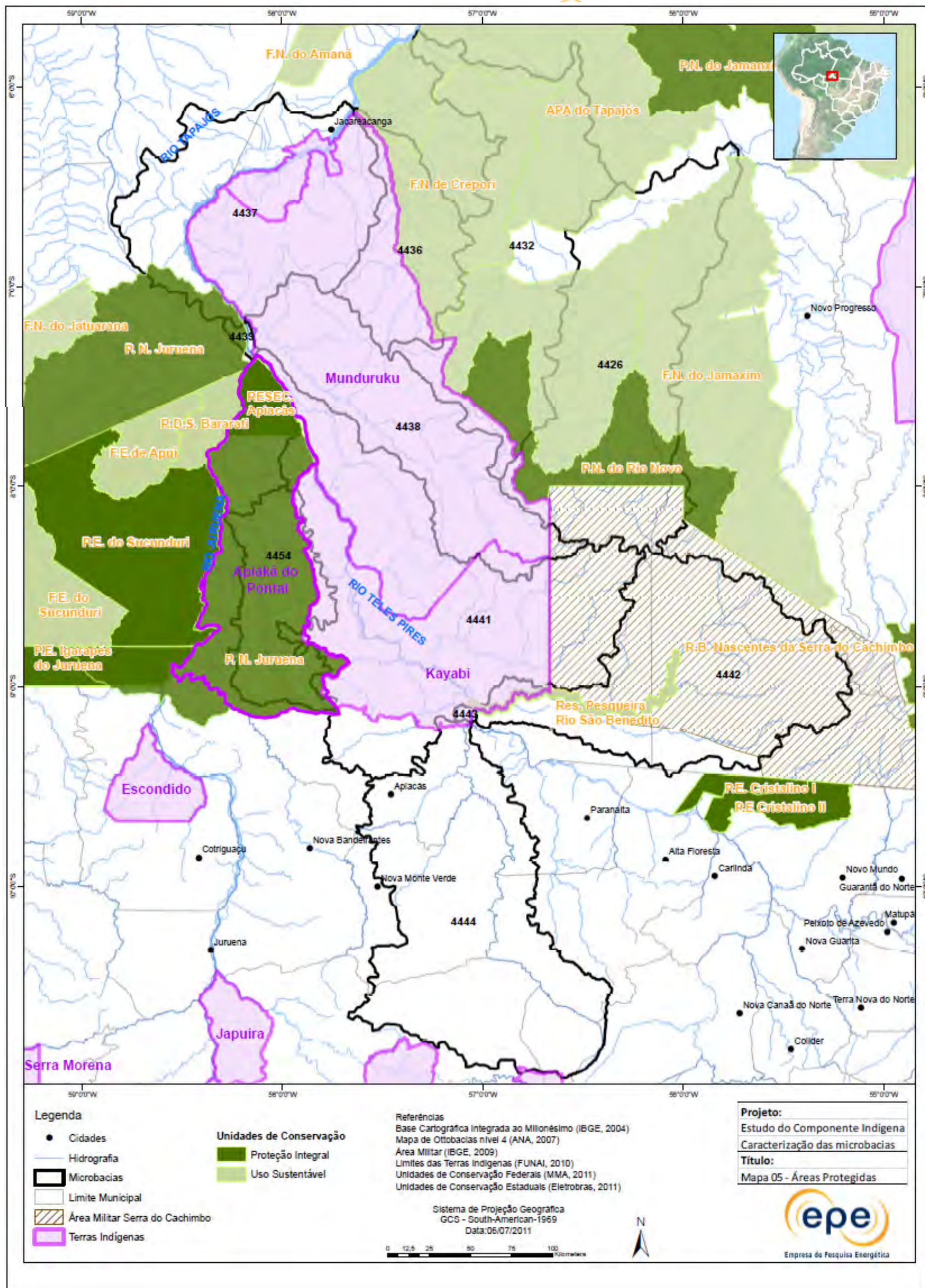
Sistema de Projeção Geográfica
 GCS - South-American-1969
 Data: 06/07/2011

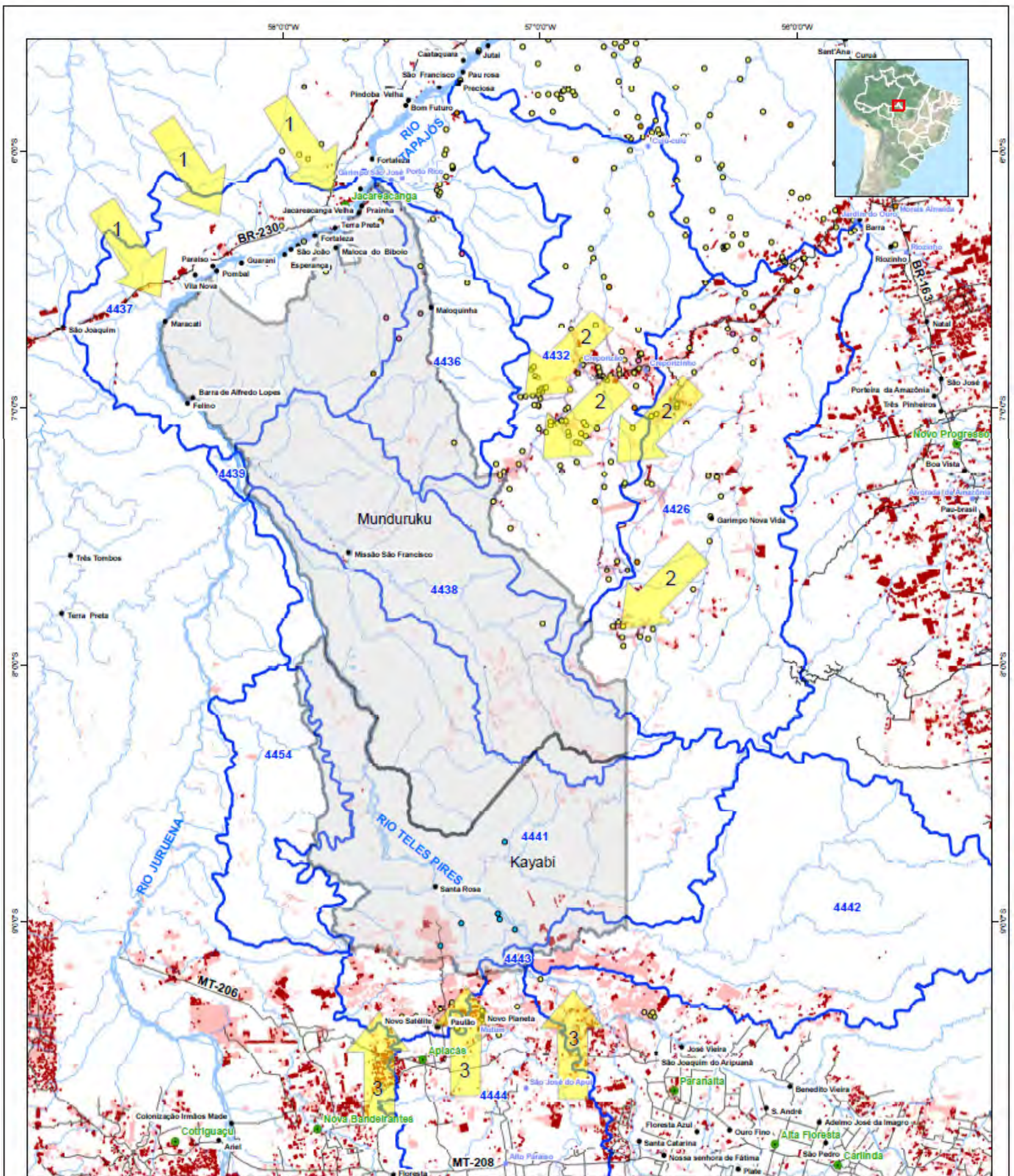


Projeto:
 Estudo do Componente Indígena
 Caracterização das microbacias
Título:
 Mapa 03 - Pedologia









Legenda

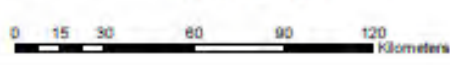
Ocorrências Minerais

- Metais nobres (esp. Ouro)
- Gemas
- Insumos para agricultura
- Metais não ferrosos e semimetals
- Material de uso na construção civil
- Construção civil/ Insumos Agrícolas
- Rochas e minerais industriais
- Água mineral ou potável de mesa
- Cidades
- Localidades
- Povoados
- Estradas
- Hidrografia
- Terras Indígenas Munduruku e Kayabi
- Microbasins
- Desmatamento 1997-2006
- Desmatamento 2007- 2010
- ➔ Frentes de Ameaças

Referências

- Base Cartográfica Integrada ao Milionésimo (IBGE, 2004)
- Mapa de Ottobacias nível 4 (ANA, 2007)
- Limites das Terras Indígenas (FUNAI, 2010)
- Projeto Desmatamento Amazônia - PRODES (INPE, 2010)
- Ocorrências Minerais (CPRM, 2010)

Sistema de Projeção Geográfica
GCS - South-American-1969
Data: 06/07/2011



Projeto:

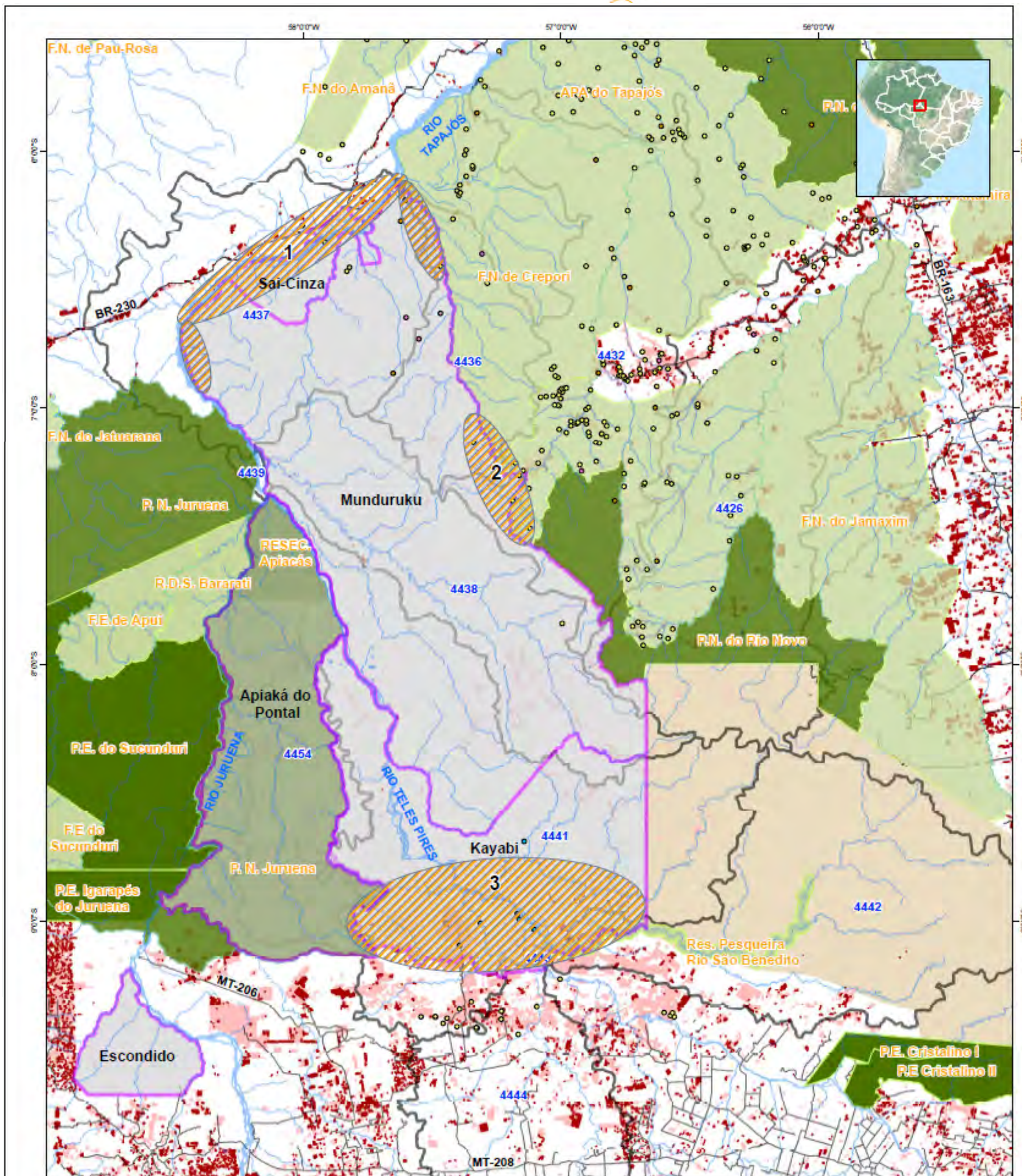
Estudo do Componente Indígena
Caracterização das microbasins

Título:

Mapa 06 - Frentes de Ameaças



Empresa de Pesquisa Energética



Legenda

Ocorrências Minerais

- Metais nobres (esp. Ouro)
- Gemas
- Insumos para agricultura
- Metais não ferrosos e semimetals
- Material de uso na construção civil
- Construção civil/ Insumos Agrícolas
- Rochas e minerais industriais
- Água mineral ou potável de mesa
- Estradas

- Hidrografia
- Terras Indígenas
- Proteção Integral
- Uso Sustentável
- Proteção Integral
- Uso Sustentável
- Microbasias
- Desmatamento 2007- 2010
- Desmatamento 1997-2006
- Área de Ilícito Ambiental

Referências

- Base Cartográfica Integrada ao Milionésimo (IBGE, 2004)
- Mapa de Ottobacias nível 4 (ANA, 2007)
- Área Militar (IBGE, 2009)
- Limites das Terras Indígenas (FUNAI, 2010)
- Projeto Desmatamento Amazônia - PRODES (INPE, 2010)
- Ocorrências Minerais (CPRM, 2010)

Sistema de Projeção Geográfica
GCS - South-American-1969
Data: 06/07/2011

0 15 30 60 90 120
Kilômetros



Projeto:

Estudo do Componente Indígena
Caracterização das microbasias

Título:

Mapa 07 - Áreas de Vulnerabilidade



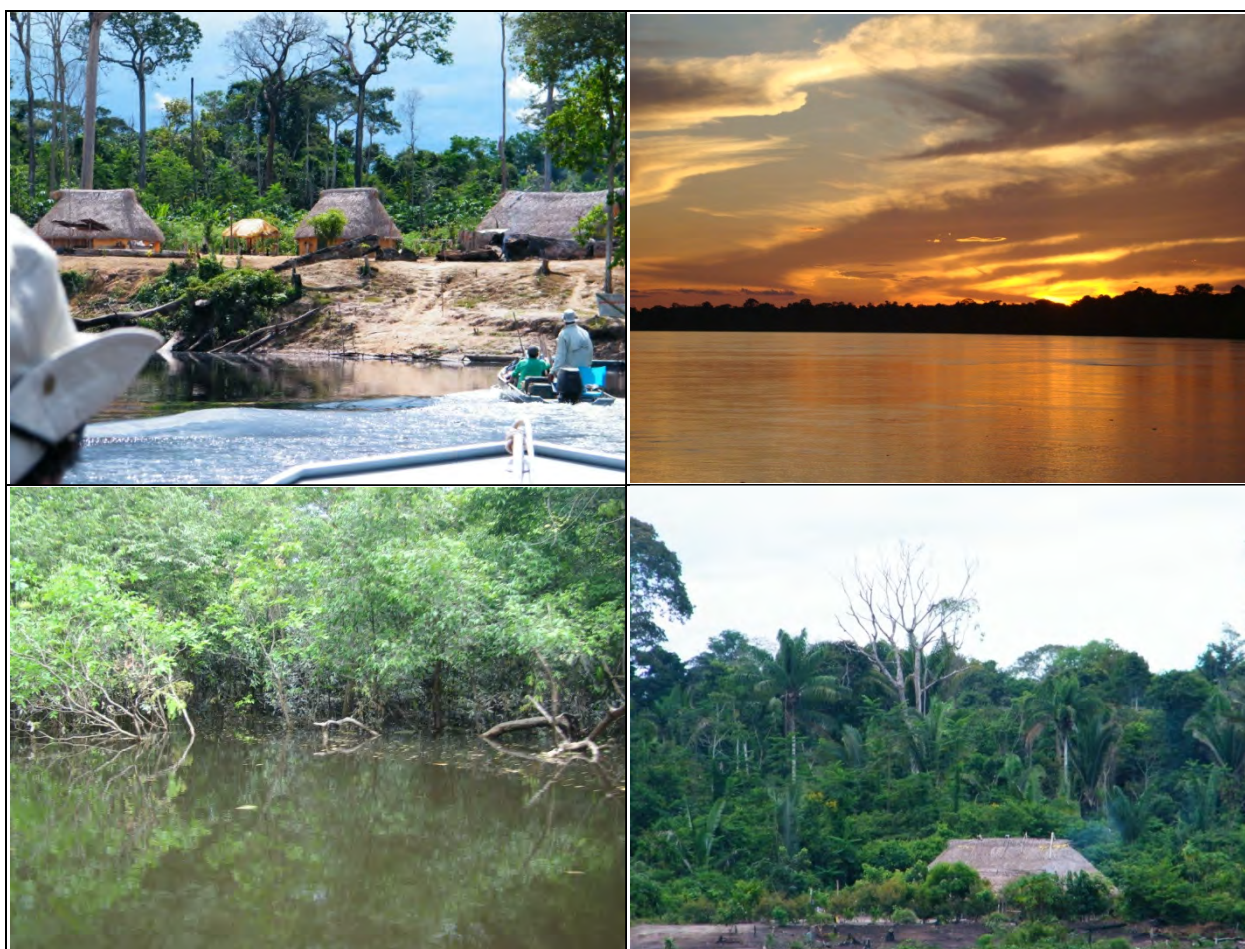
Empresa de Pesquisa Energética

ESTUDOS DO COMPONENTE INDÍGENA DAS UHE SÃO MANOEL E FÓZ DO APIACÁS

REVISÃO E COMPLEMENTAÇÃO

PARTE III Revisão da Avaliação de Impactos

Terras Indígenas Kayabi, Munduruku e Pontal dos Apiaká



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “double sided”)

Estudos do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz do Apicás Revisão e Complementação

Parte III Revisão da Avaliação de Impactos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	238
2	MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	241
3	REVISÃO DOS IMPACTOS ASSOCIADOS AO COMPONENTE INDÍGENA	247
3.1	Interferência sobre a flora e fauna terrestre e os recursos de caça	248
3.2	Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca à jusante da barragem	254
3.3	Alteração da dinâmica fluvial	261
3.4	Aumento da incidência de doenças na população indígena	266
3.5	Criação ou intensificação de conflitos territoriais	271
3.6	Alteração nas relações dos índios com as atividades econômicas	280
3.7	Alteração na Paisagem e Perda de Referenciais Socioespaciais e Culturais	284
3.8	Matrizes de Impacto	292
4	CUMULATIVIDADE E SINERGIA	295
4.1	Avaliação e Descrição	297
4.2	Matriz de Impactos	303
5	PROGRAMAS E MEDIDAS	305
5.1	Diretrizes para Complementação de Programas	305
5.2	Programas Específicos	307
5.3	Matriz de Reversibilidade	312
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	318
7	BIBLIOGRAFIA	320

1 INTRODUÇÃO

O objetivo dessa reavaliação foi estimar as implicações dos projetos das UHE São Manoel e Foz do Apicás para as populações das Terras Indígenas Kayabi e Munduruku. Mais especificamente, o enfoque do trabalho recaiu sobre eventuais interferências em padrões socioculturais das etnias envolvidas - Kaiabi, Munduruku e Apiaká, em especial nos significados socialmente compartilhados das relações desses grupos com o território, provocadas ou induzidas pela execução daqueles projetos e pela operação das usinas. A UHE Teles Pires foi incorporada à análise quando abordadas em conjunto as UHE São Manoel e Foz do Apicás.

A região de estudo foi constituída pelas Terras Indígenas Kayabi e Munduruku, que se localizam nas cercanias da divisa entre Pará, Mato Grosso e Amazonas e perfazem área total de aproximadamente 34.400 km² (FUNAI, 2010). Muito embora os limites institucionalizados das Terras Indígenas constituam parâmetro importante, a abordagem adotada no estudo e o enfoque inerente aos temas nele discutidos induzem à relativização das fronteiras estritamente legais. Espaços territoriais de importância simbólica foram incorporados à avaliação de impactos, ainda que fora dos limites das Terras Indígenas.

O projeto da UHE São Manoel será localizado no rio Teles Pires, com reservatório formado sobre território dos municípios de Paranaíta e Jacareacanga. Devem ser contratados até 4 mil trabalhadores para sua construção. A barragem da UHE Foz do Apicás está projetada para construção nos municípios de Apicás e Paranaíta. Seu reservatório deve afetar, ainda, o município de Nova Monte Verde. Dois mil trabalhadores diretos devem ser contratados para sua construção. A UHE Teles Pires tem construção prevista no médio Teles Pires, a 46 km acima da foz do rio dos Apicás. As obras de construção devem atrair até 7 mil trabalhadores no período de pico e, em média, 4 mil. O reservatório afetará os municípios de Paranaíta e Jacareacanga. A Figura 1 apresenta mapa contendo os limites das Terras Indígenas e reservatórios das usinas abordadas.

A principal fonte de dados sobre as relações etnoecológicas das populações indígenas envolvidas neste estudo foi a Revisão do Conteúdo Antropológico, estudo associado à Revisão e Complementação do ECI. A disponibilidade de informações para a realização desse estudo foi diferenciada, em termos de etnias. Além da bibliografia disponível, foram obtidos dados primários sobre os Kaiabi. Já informações sobre os Munduruku e Apicá foram colhidas basicamente a partir de fontes secundárias (conforme informado na Revisão e Complementação do Conteúdo Antropológico do ECI). Essa heterogeneidade de informações por etnia se reflete no volume e no detalhamento das análises, sendo as informações

referentes aos Kaiabi maiores em volume e profundidade, comparativamente àquelas disponíveis sobre os Munduruku e Apiacá. No entanto, ressalta-se que o conjunto total de informações é suficiente para a adequada revisão da avaliação de impactos, na medida em que permite considerável ganho analítico, comparativamente aos impactos tais quais propostos e avaliados no ECI (EPE, 2010c).

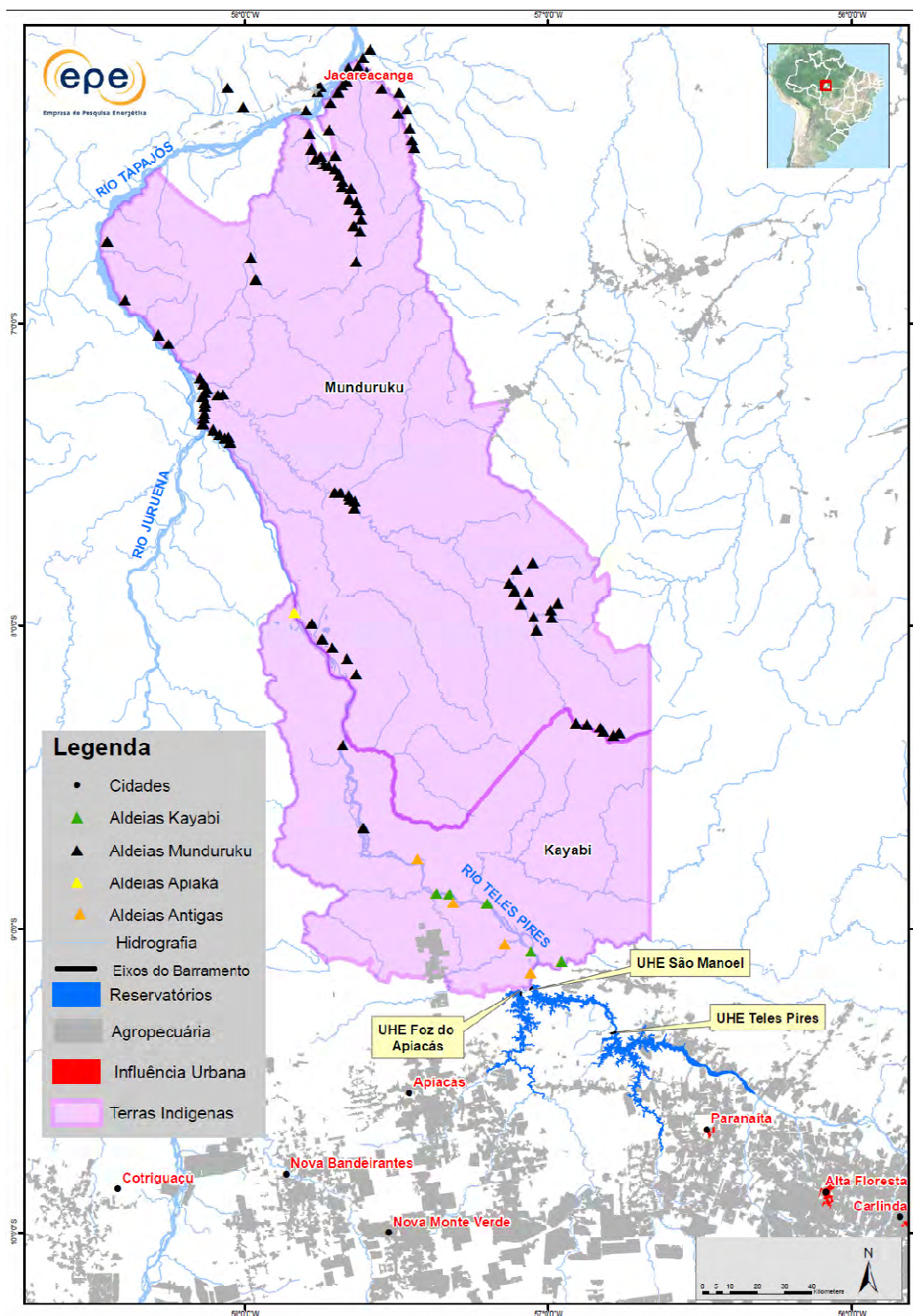


Figura 1 - Mapa geral da região de estudo

Este relatório está organizado de maneira que são apresentados inicialmente os impactos incidentes especificamente sobre as populações indígenas, conforme revisão do ECI. Esta seção contém matrizes de impacto considerando isoladamente as UHE São Manoel e Foz do Apiacás. Em seguida, são analisadas cumulatividade e sinergia entre impactos e empreendimentos. Esta análise se baseia na avaliação das UHE São Manoel e Foz do Apiacás em conjunto com a UHE Teles Pires e é complementada por matriz de impacto conjunta, considerando a construção e operação das três usinas. Por fim, são elencadas as diretrizes para adaptação de programas e medidas de mitigação e controle, em função dos impactos revisados. Esta seção contém quadro de reversibilidade, que oferece esboço dos efeitos estimados das complementações propostas para os programas sobre os impactos identificados.

2 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Os procedimentos de análise adotados foram pautados por métodos de ordem qualitativa. Essa opção se justifica em razão da própria natureza do objeto preferencial desse estudo, qual seja, nexos de significância entre padrões comportamentais partilhados socialmente e a construção social do território e do meio natural. Além disso, o manancial teórico-metodológico utilizado na principal fonte de pesquisa do comportamento das etnias em tela resultou em um conjunto de informações pouco aderente a leituras pautadas por procedimentos quantitativos. De fato, o conhecimento construído com base em pesquisa etnográfica, aplicação de instrumental teórico à revisão historiográfica e análise de conflitos, por exemplo, está mais afeito a avaliações qualitativas. Dessa forma, a análise, descrição, e classificação dos impactos ora apresentados são desenvolvidas de forma discursiva. O encadeamento dos procedimentos adotados é apresentado de forma esquemática no fluxograma apresentado a seguir, na Figura 2.

O estudo ora relatado teve início com a análise dos impactos propostos no ECI (EPE, 2010c). Também foram analisados os impactos constantes nos Estudos de Impacto Ambiental das UHE

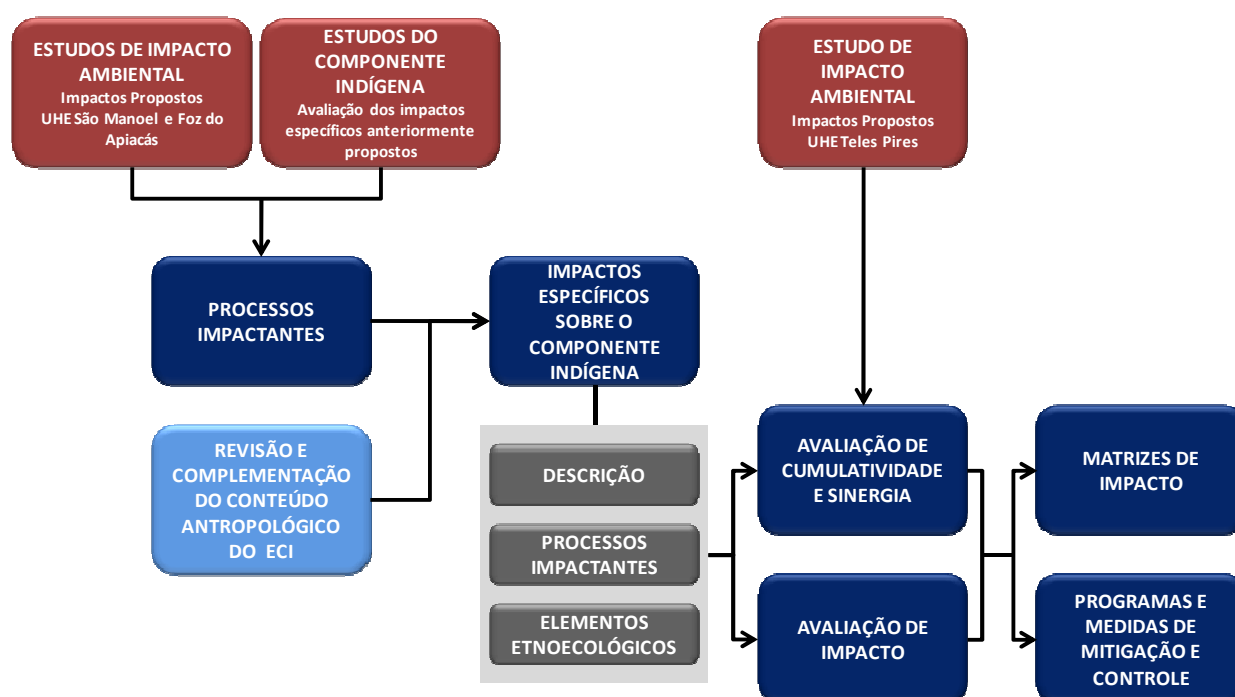


Figura 2 - Fluxograma de procedimentos adotados para reavaliação de impactos

São Manoel e Foz do Apiacás¹. Estes impactos, propostos com base em prováveis desequilíbrios dos meios físico, biótico e socioeconômico, foram agrupados neste estudo segundo tipologia de impacto relacionada aos elementos etnoecológicos considerados relevantes. Dessa forma, foram definidos grupos de impactos (oriundos dos EIA) associados a impactos (identificados pelo presente estudo) específicos sobre as populações indígenas. Essa correlação é apresentada na Tabela 1, abaixo. A correlação entre os impactos identificados no ECI (EPE, 2010c) e os impactos revisados segundo o estudo ora relatado é apresentada na Tabela 4, no Capítulo 4.

Tabela 1- Correlação entre impactos avaliados nos EIA das UHE São Manoel e Foz do Apiacás e impactos específicos sobre o Componente Indígena.

Impactos Identificados nos EIA	Impactos Específicos sobre as Populações Indígenas Reavaliados
Perda de cobertura Vegetal	Interferência sobre a flora e fauna terrestre e os recursos de caça
Perda de <i>Habitats</i> da Fauna local	
Aumento da pressão antrópica sobre a fauna terrestre	
Aumento da pressão antrópica sobre a vegetação	
Alteração dos Níveis de Pressão Sonora e Vibração	
Interferência em rotas migratórias para a ictiofauna	Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca à jusante da barragem
Alteração da estrutura populacional da ictiofauna a jusante da barragem	
Mortalidade de peixes nas turbinas	
Aumento da pressão antrópica sobre a fauna aquática	
Aprisionamento de peixes em áreas ensecadas	
Instabilidade de encostas, ocorrência de processos erosivos e carreamento de sedimentos	Alteração do regime fluvial
Alteração das características hidráulicas do escoamento	
Retenção de sedimentos no reservatório	
Alteração da qualidade da água a jusante da barragem	

¹ Houve casos em que fenômenos análogos receberam designações diferentes em cada EIA. Diante dessas situações, arbitrou-se, em casos conflitantes, a adoção da nomenclatura do EIA da UHE São Manoel. Ressalta-se que se trata de procedimento visando mera padronização da nomenclatura dos impactos, sem repercussão sobre análises de conteúdo.

Impactos dos EIA	Impactos específicos do Componente Indígena
Alteração na dinâmica demográfica	Aumento da incidência de doenças na população indígena
Aumento da incidência de doenças	
Alteração da Estrutura dos Habitats de Dípteros Hematófagos	
Incremento das populações de entomofauna vetora	
Proliferação de vetores de esquistossomose	
Alteração da qualidade da água a jusante da barragem	
Disponibilização do mercúrio para a cadeia alimentar	
Acréscimo da prostituição	Criação ou intensificação de conflitos territoriais
Alteração na dinâmica demográfica	
Geração de expectativas na população	
Valorização e especulação imobiliária	
Dinamização da economia	
Melhoria do sistema viário	
Modificação das relações sociais e culturais	Alteração nas relações dos índios com as atividades econômicas
Dinamização da economia	
Geração de empregos	
Modificações das condições para atividades turísticas	
Modificação das condições atuais de extração mineral	Alteração na paisagem e perda de referenciais socioespaciais e culturais
Alteração da paisagem	
Perda de cobertura vegetal	
Perda de habitat da fauna local	
Aumento da pressão antrópica sobre a fauna terrestre	
Redução da riqueza e abundância de espécies da fauna	
Instabilização de encostas, ocorrência de processos erosivos e carreamento de sedimentos	
Alteração do regime fluvial	
Alteração da qualidade da água à jusante da barragem	

Os impactos específicos sobre as populações indígenas identificados nesse estudo são apresentados por meio de uma descrição geral orientada por elementos como natureza e fase

de ocorrência. Em seguida, são elencados e descritos os processos impactantes relacionados, de maneira que as relações de causa e efeito entre impactos dos meios físico, biótico e socioeconômico e o respectivo impacto específico sobre populações indígenas sejam evidenciadas. A descrição dos processos impactantes é conduzida com base na avaliação de impactos contida nos EIA.

A reavaliação de impactos foi realizada, portanto, tendo em vista as alterações no ambiente provocadas pelas diferentes etapas de construção das usinas, os consequentes impactos específicos sobre as populações indígenas, os processos impactantes indutores e os elementos etnoecológicos sensíveis associados.

Nessa revisão o pressuposto metodológico principal é o de que as sociedades indígenas possuem um sistema de conhecimentos e práticas sociais, culturais e políticas com intensa ligação e dependência do meio em que vivem. A interação e integração das sociedades indígenas com os ecossistemas e a dependência de seu equilíbrio ecológico são, certamente, preponderantes na garantia de sua reprodução social, em seu sistema de classificação e representação do mundo. Considerar, de forma integrada, os impactos que irão afetar diferentes dimensões da vida dos grupos indígenas é reforçar o fato de que as interferências diretas e indiretas que se darão no ecossistema local e regionalizado a partir da implantação dos empreendimentos podem fazer com que o sistema de manutenção do tecido social indígena anteriormente equilibrado sofra interferências irreversíveis na estrutura social das diferentes etnias. Nesse sentido, a partir dos estudos realizados nas Terras Indígenas integrantes das áreas de influência das três usinas foco desse relatório, foi possível identificar preliminarmente as formas tradicionais de uso dos recursos naturais, as manifestações simbólicas e as práticas sociais das etnias Kaiabi, Munduruku e Apicáká. Para compreender os riscos de interferência nesses grupos a partir da possível implantação das usinas, não seria suficiente considerar os impactos isoladamente, ou restritos aos meios biótico, físico e socioeconômico, mas como múltiplos processos impactantes em algumas dimensões da vida dos grupos indígenas, conforme apresentado na Tabela 1.

A avaliação de cumulatividade e sinergia foi realizada de forma qualitativa e apresentada discursivamente. Nela, foram consideradas conjuntamente as UHE São Manoel, Foz do Apicákás e Teles Pires. O seu objetivo foi avaliar os processos impactantes com foco nas suas interações e sua tendência para intensificar ou atenuar os impactos nas populações indígenas. Nessa ótica, cumulatividade e sinergia se referem a efeitos derivados da interação entre os processos impactantes de uma ou mais usinas. Esses efeitos podem alterar a forma e a probabilidade de incidência dos impactos sobre as populações indígenas. Os conceitos de cumulatividade e sinergia adotados nesses estudos são apresentados no Capítulo 6, que apresenta matriz sintética contendo a incidência paralela dos processos impactantes

induzidas pelas três usinas e os consequentes efeitos de cumulatividade e sinergia.

As matrizes de impactos foram revisadas e definidas a partir da reavaliação de impactos e da análise de cumulatividade e sinergia. São apresentadas três matrizes, uma para a UHE São Manoel, uma para a UHE Foz do Apiacás e uma para o conjunto das duas primeiras e da UHE Teles Pires. As matrizes apresentam a classificação dos impactos específicos sobre as populações indígenas segundo as categorias utilizadas para orientar a avaliação de impactos. Cada uma das matrizes apresentadas está segmentada por etnia. Portanto, os impactos são categorizados por usina (ou conjunto de usinas) e por etnia implicada. A Tabela 2 apresenta a conceituação das categorias utilizadas na avaliação de impactos e discriminadas nas matrizes de impacto.

Tabela 2 - Categorias de análise dos impactos e respectivas conceituações.

Categoria de Análise	Conceituação	Classificação
Natureza do Impacto	O caráter benéfico ou prejudicial previsto para os efeitos dos processos impactantes sobre o meio estudado define a natureza do impacto, que pode ser positivo, negativo ou ambivalente.	Positivo Negativo Ambivalente
Prazo de Permanência	O período de manifestação dos efeitos dos processos impactantes sobre o meio estudado é qualificado quanto ao seu caráter temporário ou permanente. Não há definição <i>a priori</i> de prazos considerados temporários e permanentes. Os prazos que definem essa classificação são estabelecidos com base em análises das especificidades dos processos impactantes e das particularidades dos elementos do meio estudado mais afeitos àqueles processos.	Temporário Permanente
Reversibilidade	A existência de alternativas viáveis para mitigação capazes de atenuar ou eliminar efeitos de processos impactantes define um impacto como reversível. A inexistência dessas alternativas leva à classificação de um impacto como irreversível.	Reversível Irreversível
Probabilidade de Ocorrência	A probabilidade de ocorrência de um impacto está vinculada à probabilidade de ocorrência de cada processo impactante que lhe deu origem. A interação esperada das populações indígenas com cada um desses processos também concorre para a definição da probabilidade de ocorrência de um dado impacto.	Pouco Provável Provável Muito Provável Certo
Intensidade	As classes de intensidade procuram expressar o grau da força com que os processos impactantes incidem sobre as populações indígenas. Essa categoria está associada à magnitude dos processos impactantes, segundo classificação adotada nos EIA de São Manoel e Foz do Apiacás.	Baixa Média Alta

Significância	A significância visa expressar a capacidade dos processos impactantes e da ocorrência dos seus efeitos para desestabilizar a estruturação de elementos etnoecológicos, socioespaciais e culturais considerados importantes para a manutenção da sociabilidade das etnias estudadas.	Baixa Média Alta
Importância	A categoria Importância representa a síntese da avaliação de impactos. Ela exprime o resultado global dos procedimentos de avaliação e permite visualizar o conjunto de impactos comparativamente. A classificação da Importância dos impactos foi estabelecida com base em avaliação combinada das categorias Intensidade e Significância, conforme Tabela 3.	Baixa Média Alta

Tabela 3 - Critério de classificação de Importância, segundo Significância e Intensidade

	Intensidade Baixa	Média	Alta
Significância			
Baixa	Baixa	Baixa	Média
Média	Média	Média	Alta
Alta	Média	Alta	Alta

Os programas de mitigação e controle propostos nos EIA e no ECI foram avaliados e agrupados segundo os impactos identificados neste estudo. São propostas diretrizes para complementação daqueles programas tendo em vista mitigação e controle de impactos específicos sobre as populações indígenas. Quatro programas adicionais são propostos. Eles têm caráter de fiscalização e acompanhamento, gestão das especificidades associadas às populações indígenas que deverão ser incorporadas transversalmente aos programas anteriormente propostos, valorização das manifestações e das práticas culturais das comunidades indígenas e inclusão das populações indígenas no planejamento e execução de ações de monitoramento. Por fim, é apresentado quadro contendo reavaliação sucinta dos impactos propostos considerando a efetividade dos programas complementados pelas diretrizes específicas para as populações indígenas.

3 REVISÃO DOS IMPACTOS ASSOCIADOS AO COMPONENTE INDÍGENA

A reavaliação dos impactos constantes dos EIA de São Manoel e Foz do Apiacás tendo em vista a Revisão do Conteúdo Antropológico do ECI embasou a proposição dos impactos que implicam de forma específica as populações indígenas das Terras Indígenas Kaiaby e Munduruku. São impactos associados ao desequilíbrio dos meios físico, biótico e socioeconômico, mas que se caracterizam pelos efeitos sobre os padrões de sociabilidade de Kaiabis, Mundurukus e Apiacás, notadamente quanto aos fatores de interação com o território. Os impactos propostos são apresentados no Tabela 4, que contém, ainda, a correlação com os impactos avaliados originalmente no ECI. Os impactos assim definidos serão descritos, qualificados e avaliados neste capítulo.

Tabela 4 - Correlação entre os impactos propostos no ECI e os impactos específicos sobre as populações indígenas revisados.

Impactos Específicos do Componente Indígena Revisados	Impactos Específicos do Componente Indígena Propostos Originalmente no ECI
Interferência sobre a flora e fauna terrestre e os recursos de caça	Interferência na flora e fauna terrestre
	Aumento no trânsito de veículos
	Impactos do adensamento populacional
Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca à jusante da barragem	Impacto na ictiofauna utilizada como recurso alimentar
	Impactos do adensamento populacional
Alteração da dinâmica fluvial	Impactos na qualidade da água
	Modificações do regime fluvial
Aumento da incidência de doenças na população indígena	Aumento da incidência de doenças na população indígena
	Impactos na qualidade da água
Criação ou intensificação de conflitos territoriais	Impactos do adensamento populacional
	Pressão sobre as terras e culturas indígenas
	Alteração da relação dos índios com a atividade turística
	Aumento da especulação imobiliária
	Dinamização da economia

Impactos Específicos do Componente Indígena Revisados	Impactos Específicos do Componente Indígena Propostos Originalmente no ECI
	Geração de expectativas na população indígena
Alteração nas relações dos índios com as atividades econômicas	Alteração da relação dos índios com a atividade turística
	Contratação de indígenas nas atividades de implantação do empreendimento
	Dinamização da economia
Alteração na paisagem e perda de referenciais socioespaciais e culturais	Pressão sobre as terras e culturas indígenas
	Interferência na flora e fauna terrestre

3.1 Interferência sobre a flora e fauna terrestre e os recursos de caça

3.1.1 Descrição do Impacto

O desequilíbrio dos ecossistemas em diferentes escalas espaciais induzido pela implantação e operação de usinas hidrelétricas pode redistribuir as espécies de fauna e ocasionar a perda de indivíduos. Essa interferência pode afetar os hábitos de caça das comunidades indígenas enquanto prática social e a disponibilidade de alimentos de caça, podendo interferir em sua segurança alimentar. Adicionalmente, o aumento do contingente populacional nas cercanias das terras indígenas potencializam as pressões antrópicas sobre os recursos da flora e fauna, inclusive no interior daqueles territórios protegidos.

Interferência sobre a flora e fauna terrestre e os recursos de caça é um impacto **negativo** com incidência nas fases de **construção e operação**, com efeitos **permanentes e irreversíveis**. Sua intensidade, assim como a probabilidade de ocorrência, variam de acordo com o porte das usinas e com a distância entre as usinas e as aldeias e locais específicos de caça.

3.1.2 Processos Impactantes

Os impactos identificados pelos EIA das UHE de São Manoel e Foz do Apicás que constituem processos impactantes por apresentarem relação de causa com o impacto sobre as populações indígenas ora avaliado são os seguintes:

- *Perda de cobertura vegetal*
- *Perda de habitats da fauna local*
- *Aumento da pressão antrópica sobre a fauna terrestre*
- *Aumento da pressão antrópica sobre a vegetação*

- *Alteração dos níveis de pressão sonora e vibração*

Dentre esses impactos, alguns têm incidência direta sobre o meio biótico como a perda de cobertura vegetal e a alteração dos níveis de pressão sonora e vibração. Os demais impactos são classificados como indiretos e são provocados em boa medida ou pela perda de cobertura vegetal ou pelos impactos sobre a dinâmica demográfica regional.

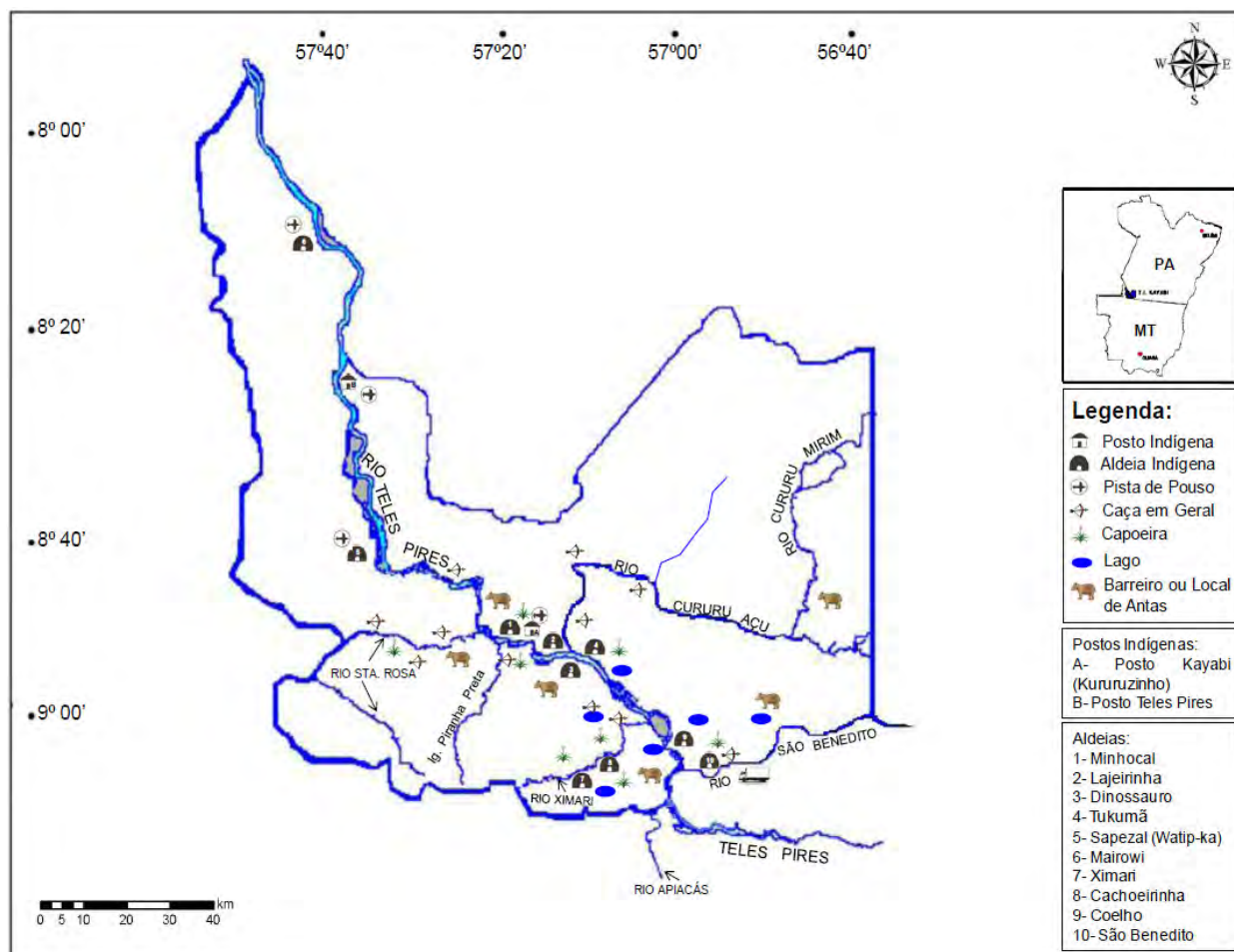
a) Impactos relacionados à perda de cobertura vegetal

De acordo com o EIA da UHE São Manoel, na fase de implantação do empreendimento a retirada de vegetação se processa pela abertura de vias de acesso, limpeza das áreas destinadas ao canteiro de obras, pela disposição de material nos taludes de drenagem, devido às obras de desmatamento e terraplenagem, e por intervenções em áreas de empréstimo e de bota-fora e desmatamento da área dos futuros reservatórios.

Nesse processo, espécies de ambiente sombreado poderão ser afetadas e deverão buscar áreas mais internas da mata, disputando território e alimento com outros espécimes ali estabelecidos. Com o desmatamento, as espécies tendem a escapar marginalmente, provocando o desequilíbrio das populações da fauna local. A escala desse efeito pode, eventualmente, extrapolar os limites das áreas de influência direta e indireta previstas nos EIA. A entrada de novos indivíduos leva a disputas territoriais, que podem culminar na expulsão ou mesmo na morte de alguns animais. Esse desequilíbrio pode se estender inclusive para as florestas do interior da TI Kayabi.

Em médio prazo espera-se que o ambiente do entorno das usinas encontre um novo equilíbrio, contando com novo quantitativo de indivíduos e uma nova distribuição espacial das espécies.

O enchimento do reservatório vai interferir com as praias localizadas na área diretamente afetada que atualmente são utilizadas para postura de ovos de jacarés e quelônios aquáticos. Como o novo ambiente não é adequado para manutenção destas espécies, pode haver um declínio populacional decorrente dessas modificações. Deve-se destacar, entretanto, que foram observados poucos registros de desova, e que, de acordo com as entrevistas, os principais locais de desova estão à jusante da junção dos rios Juruena e Teles Pires. A Figura 3 apresenta as áreas de caça da Terra Indígena Kayabi.



Fonte: OLIVEIRA 2010.

Figura 3 - Mapa de caça da Terra Indígena Kayabi

Espera-se, ainda, que a alteração na dinâmica natural dos rios Teles Pires e Apiacás no trecho a ser ocupado pelos futuros reservatórios terá impacto sobre algumas espécies de aves migratórias, que utilizam bancos de areia e pedras expostas no leito do rio no período de seca como abrigo, local de forrageamento e nidificação. São exemplos de espécies afetadas: o talha-mar (*Rhinchops niger*), o trinta-réis-grande (*Phaetusa simplex*), o trinta-réis-pequeno (*Sternula superciliaris*), a batuíra-de-esporão (*Vanellus cayanus*) e toda a sorte de maçaricos e batuíras (*Charadriidae* e *Scolopaciidae*). O novo ambiente criado não será o ideal para manutenção destas espécies, que necessitarão encontrar alternativas de rota ou outros locais de pouso fora da área de influência das UHE em questão.

b) Impactos relacionados às alterações na dinâmica demográfica regional e movimentação humana

Segundo o EIA da UHE São Manoel, a pressão antrópica sobre a fauna terrestre se dará sobre os diferentes grupos de vertebrados terrestres, motivada por interesses diversos, como lazer,

comércio ou complementação alimentar e se manifestará nas seguintes formas:

- *Afugentamento de fauna nos arredores da área do empreendimento;*
- *Atropelamentos em vias de acesso;*
- *Aumento da caça de avifauna e mastofauna;*
- *Interferência no processo de reprodução de espécies*

Os ruídos gerados pelo uso de equipamentos/veículos e a intensa movimentação humana no canteiro de obras e seu entorno tende a afugentar espécies de mamíferos e aves (EPE, 2010a). Os indivíduos afugentados ocuparão novos ambientes, causando desequilíbrios ecológicos que podem chegar a atingir os ecossistemas existentes dentro da TI Kayabi.

Entre os mamíferos mais sujeitos a atropelamentos citam-se os tatus *Euphractus sexcinctus* e *Dasybus novemcinctus*, o cachorro-do-mato *Cerdocyon thous*, o mão-pelada *Procyon cancrivorus*, o furão *Galictis* cuja, e diversas espécies de felinos.

Obras de grande magnitude, como as obras das UHE São Manoel e Foz do Apicás, recebem um contingente grande de funcionários, dentre os quais a caça pode ser prática corrente. É esperado que com a abertura de acessos para implantação do canteiro de obras e outras frentes de trabalho na área de influência direta, a caça furtiva, já comum na região, possa ser intensificada em todo o entorno da obra, inclusive na área da TI Kayabi.

Esse impacto deve afetar mais significativamente espécies de aves de maior porte, em especial os Cracídeos (mutuns, jacutingas e jacus), Tinamídeos (macucos e inhambús), Psophídeos (jacamins) e Columbídeos (pombos), podendo causar declínio das populações locais das espécies mais sensíveis e de menor densidade (mutuns e macucos, por exemplo).

Em geral, os mamíferos de maior interesse na região são os primatas, porcos-do-mato, anta, veados, tatus e os grandes roedores e, conseqüentemente, com maiores chances de sofrer impacto em suas populações quando do início da obra.

3.1.3 Elementos Etnoecológicos Associados

De uma forma geral, embora os impactos acima descritos apresentem incidência na região em estudo, é muito pouco provável que os desequilíbrios ecológicos citados se estendam além da TI Kayabi. Sendo assim, em razão das características dos processos impactantes e da distância envolvida, considera-se que as etnias Munduruku e Apicá estão muito pouco vulneráveis a esse tipo de impacto. Por essa razão, esse tópico se restringirá à análise da etnia Kaiabi.

Como demonstrado na Revisão do Conteúdo Antropológico do ECI, os índios Kaiabi possuem hábitos de caça baseados fundamentalmente nas variações sazonais e no mapeamento mental

dos locais ideais de caça. De acordo com esses hábitos, o inverno, ou tempo das chuvas, é uma época de pouca caçada já que os animais de maior interesse ficam mais escassos e a preferência é dada às frutas nativas. Já o verão, ou tempo do sol, é uma época de grande mobilidade quando os Kaiabi costumam pegar as voadeiras e explorar rios como o Cururuzinho e o Santa Rosa (piavu'y - rio do matrinhã) em busca de peixes incomuns como o bodó ou cascudo, mas particularmente estão à procura de antas, porcos do mato e mutuns, que são as caças mais apreciadas e muito raras no período de cheia. O mapeamento das referências espaciais relevantes para os Kaiabi consta na Figura 4.

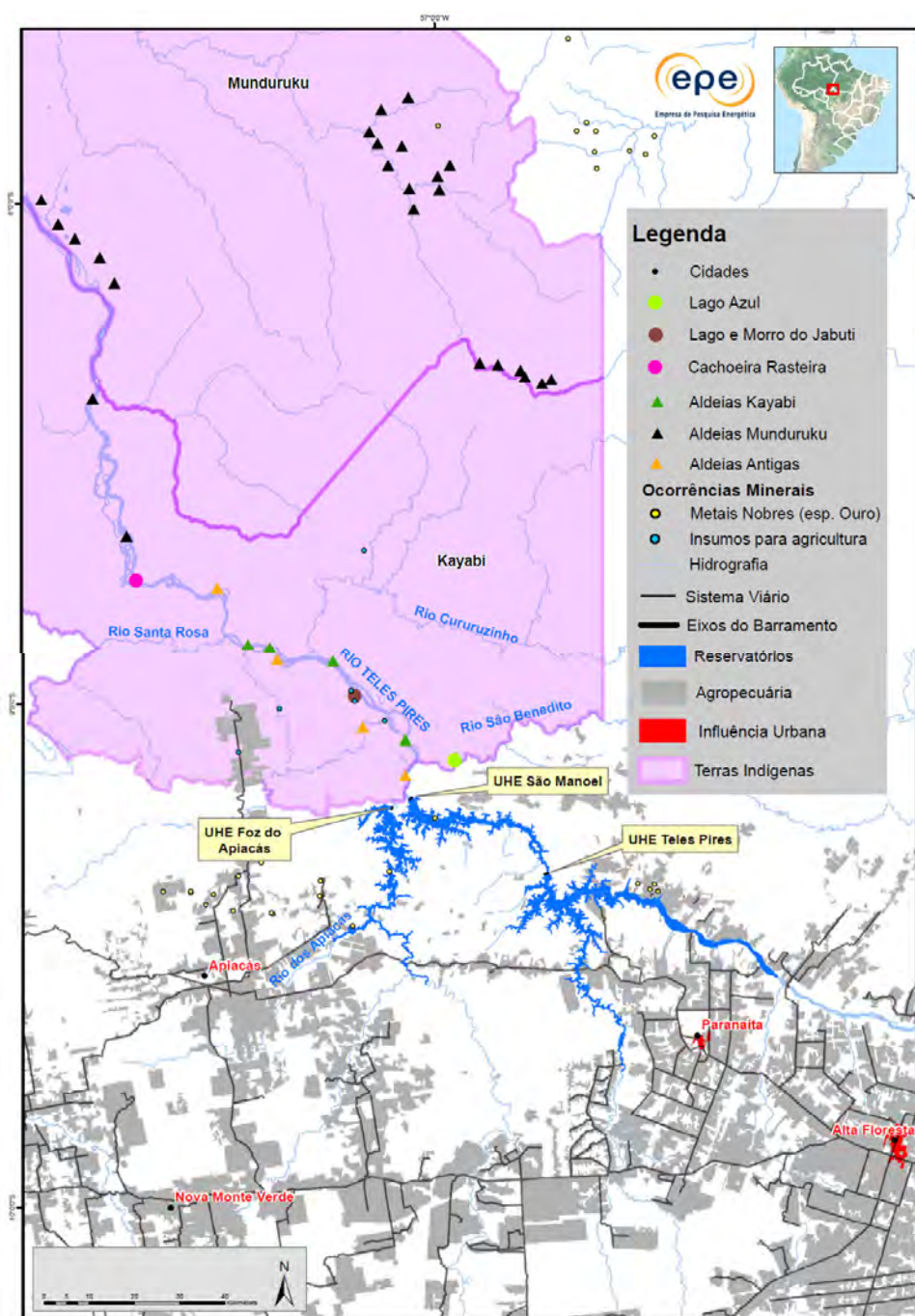


Figura 4 - Mapa de referências espaciais relevantes

Ainda segundo a Revisão do Conteúdo Antropológico do ECI, no verão é comum os Kaiabi realizarem pequenas expedições de caça e pesca começando no Morro do Jabuti, descendo até chegar ao Cururuzinho. No mês de julho, costumam caçar patos sendo também o mês em que os tracajás mais sobem à superfície facilitando sua pesca. Em agosto e setembro, os meses mais quentes do ano, é muito comum realizarem pequenas excursões com suas famílias em busca dos ovos desse quelônio subindo o Teles Pires até a foz do São Benedito. Nessas excursões chegam a passar semanas caçando e pescando, retornando com muitos ovos e algumas histórias, principalmente de onças, para contar.

Alguns locais são destacadamente importantes para os índios Kaiabi no que se refere à caça, como por exemplo o Lago do Jabuti, os barreiros e as capoeiras. Pela presença de buritizais, patauzais e castanhais, além de manchas de terra preta, os Kaiabi indicam o Morro do Jabuti como a mais importante ilha de recursos e o melhor lugar para se caçar porcos em toda a Terra Indígena. Já os barreiros são reconhecidos pelos Kaiabi como bom lugar de caça, pois terminam por reunir, em períodos diferentes do dia e num espaço restrito, uma ampla rede trófica com potenciais animais de caça. Animais como a queixada, o caititu, o veado, o macaco bugio, a cutia, o mutum e outros tipos de aves têm por costume frequentar os barreiros para se alimentar de seu solo, rico em sais minerais. Apesar dessa diversidade, os Kaiabi são enfáticos em afirmar que a anta é quem mais frequenta os barreiros e, logo, é em busca desse animal que se deslocam até esses microambientes. As capoeiras também são reconhecidas como bons lugares para caçar, principalmente porcos e antas que vão em busca dos sais minerais abundantes na terra preta.

Ainda no que diz respeito aos locais de caça, os Kaiabi também exploram o rio Cururuzinho (Pará) e o rio Ximari (Mato Grosso) com o propósito de obter caça. É importante destacar que de acordo com a cosmologia Kaiabi é nas cabeceiras do rio Cururuzinho que vive a mãe de todos os animais da floresta e de lá nascem e se espalham todos os animais. Este é o rio mais procurado para caça no período das cheias, sendo conhecido como melhor lugar para se caçar macacos, que se alimentam nas beiras, repletas de árvores frutíferas como inajá e ingá. Também durante a noite, quando a lua se põe, vão à busca de pacas, que são encontradas se movimentando nos barrancos desse rio.

Os mamíferos aos quais os Kaiabi fazem referência como principais animais de caça são a anta, o porco do mato (queixada e caititu) e o veado (da capoeira, roxo e mateiro). Caçam ainda: macaco (prego, aranha, zogue-zogue, coatá, cuxiu, guariba e bugio), paca, tatu (canastra e galinha), coati, cotia, capivara. Costumam caçar alguns animais com o propósito específico de obter prestígio, como a onça (preta, parda e pintada), a jaguatirica e outros tipos de macaco. Por questões mitológicas, os Kaiabi não comem em hipótese alguma a carne de jacaré, tamanduá, ariranha, lontra, cigana e saracura. Caçam também diversas aves, para

obter carne e penas. O mutum (castanha e carijó) é reconhecidamente a ave de caça preferida. Em seguida temos o nambu, macuco, gavião, jacamim, galeguinha, pato, jacu, socó, tucano, arara e papagaio. Esses três últimos têm mais utilidade no artesanato, pois os índios utilizam suas penas e plumas na confecção de enfeites e flechas. No passado costumavam capturar o gavião real e criá-lo em gaiolas para obterem suas penas, mas esse costume foi abolido pelos Kaiabi do rio Teles Pires.

Convém resaltar ainda que as técnicas de caça e pesca utilizadas atualmente pelos Kaiabi são suficientes para atenderem às suas demandas e que foram aprendidas, em grande medida, em suas constantes convivências com seringueiros e gateiros que durante quase todo o século passado ocuparam o curso do Baixo Teles Pires juntamente com os Kaiabi.

Por último destaca-se que algumas das áreas citadas como importantes para a caça dos Kaiabi estão hoje sob conflito, como é o caso do Morro do Jabuti que, por estar inserido em área requerida pela empresa BRASCAN, vem sendo motivo de disputas, pois a empresa exige que os Kaiabi peçam autorização para entrada na área, que por sua vez se negam a cumprir essa determinação. Outro lugar constantemente apontado como próprio para caça é o rio Santa Rosa, que assim como o Morro do Jabuti, encontra-se na área ocupada pela BRASCAN, gerando o mesmo tipo de complicações para os Kaiabi. Relata-se também a existência de áreas propícias para a caça e que hoje são ocupadas por posseiros, gerando conflitos semelhantes.

3.2 Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca à jusante da barragem

3.2.1 Descrição do Impacto

A criação de reservatórios a partir de barramentos normalmente atua sobre aspectos fundamentais na ecologia da ictiofauna. Funciona como barreira física ao movimento longitudinal dos peixes, interrompendo os deslocamentos migratórios para áreas de alimentação, crescimento e/ou reprodução a jusante e a montante do barramento; interfere diretamente na ocorrência de diversas espécies, no desenvolvimento e distribuição de alevinos, larvas e ovos de peixes; altera ou exclui *habitats*; provoca mortandade e/ou migrações forçadas de espécies de peixes para fora do ambiente natural, podendo, até mesmo, acarretar extinção local; modifica a estrutura das comunidades de peixes a montante e a jusante do barramento; por fim, pode alterar a diversidade de peixes.

No que tange ao componente indígena, esses impactos são relevantes por poderem interferir diretamente sobre a disponibilidade e a diversidade de recursos alimentares oriundos da pesca e nos hábitos de pesca dos índios Kaiabi, Munduruku e Apiacá.

Trata-se de um impacto **negativo** com incidência nas fases de **construção e operação**, com efeitos **permanentes e irreversíveis**. A probabilidade de ocorrência é **certa** e a intensidade, pode variar em função da existência de espécies migradoras, da existência de rotas migratórias a jusante, de obstáculos naturais para o fluxo migratório de peixes a montante e a jusante, assim como pela existência de sistemas de transposição no arranjo da usina e a eficiência associada a esses sistemas.

3.2.2 Processos Impactantes

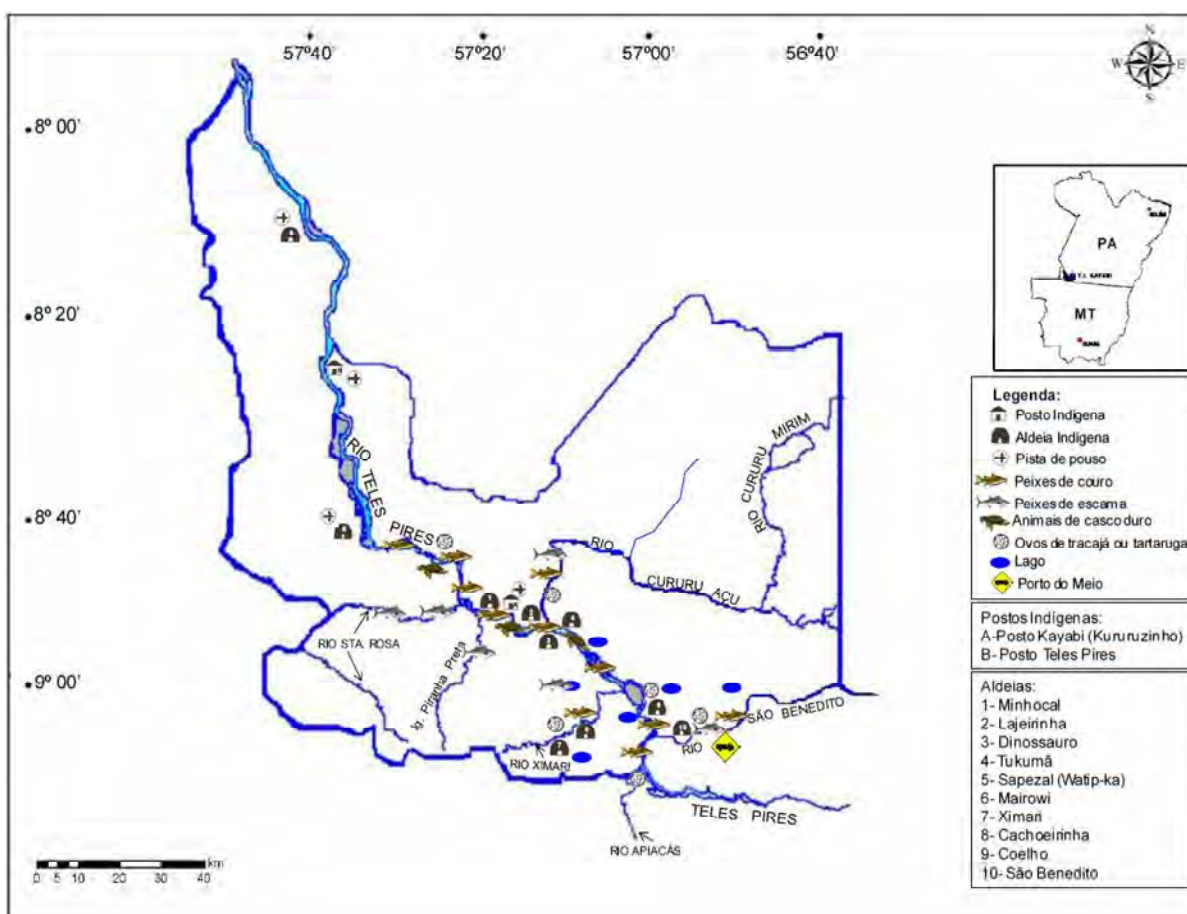
Os Impactos identificados pelos EIA das UHE de São Manoel e Foz do Apiacás que apresentam relação de causa com o impacto sobre o componente indígena ora avaliado são os seguintes:

- *Interferência em rotas migratórias para a ictiofauna*
- *Alteração da estrutura populacional da ictiofauna a jusante da barragem*
- *Mortalidade de peixes nas turbinas*
- *Aumento da pressão antrópica sobre a fauna aquática*
- *Aprisionamento de peixes em áreas ensecadas*

Alguns dos impactos sobre a ictiofauna ocorrem na fase de construção e outros na fase de operação. Em conjunto, os efeitos desses impactos podem atuar no sentido de alterar a estrutura das populações da ictiofauna, interferindo diretamente sobre a disponibilidade e na diversidade de peixes que compõem a dieta alimentar dos grupos indígenas que vivem a jusante das duas barragens. As áreas de pesca da Terra Indígena Kayabi estão apresentadas na Figura 5.

De acordo com o EIA da UHE Foz do Apiacás, toda a região a montante e a jusante de um barramento sofre interferência e os efeitos sobre a ictiofauna podem extrapolar os limites físicos de uma hidrelétrica.

Convém ressaltar, entretanto, que as TI Kaiabi e Munduruku, assim como os respectivos locais de pesca das três etnias em estudo, estão todos localizados a jusante dos barramentos das UHEs São Manoel e Foz do Apiacás o que justifica que a avaliação desse impacto sobre o componente indígena seja restrita ao trecho de jusante do reservatório.



Fonte: OLIVEIRA 2010.

Figura 5 - Mapa de pesca da Terra Indígena Kayabi

a) Impactos da fase de construção.

Na fase de construção, existe a necessidade de desviar o rio por meio de ensecadeiras para que a obra da barragem principal e vertedouro possam ser executadas a seco. Embora tenha interferência no curso do rio, não há barramento e, assim, não há interrupção dos fluxos migratórios de peixes. Por outro lado, geralmente essa condição impõe o isolamento de pequenos trechos do rio a ser barrado, com conseqüente formação de bolsões de água nos locais com maiores profundidades. Na área ensecada, é comum o aprisionamento de peixes, às vezes em altas concentrações, com a conseqüente mortandade. As causas principais são a asfixia ou simplesmente a falta de água.

A atração de um grande contingente de pessoas para a região provocará um aumento na demanda pelos recursos pesqueiros para alimentação, o que poderá estimular o crescimento do comércio irregular de pescado. Além disso, uma das alternativas de lazer da população operária será a pesca, que poderá também ter função de complementação alimentar. Há, portanto, um grande risco de prática de pesca ilegal predatória, por meio de rede e espindel.

Esse impacto ocorre tanto na fase de construção quanto na fase de operação, devendo ser mais intenso na fase de construção, já que boa parte do contingente populacional atraído pela obra se dissipa ao término da construção das usinas.

b) Impactos da fase de Operação

Espera-se que os barramentos provoquem alteração na estrutura da população da ictiofauna a jusante da barragem em razão da perda de recrutamento pelos seguintes fatores:

- *Regressão reprodutiva a jusante da barragem;*
- *Reduzido potencial de fertilização dos óvulos no canal de fuga;*
- *Perda de matrizes férteis pela pesca predatória;*
- *Perda de matrizes férteis durante a parada para manutenção de máquinas.*

Sabe-se que a formação de reservatórios para aproveitamento energético pode provocar alterações nas rotas migratórias naturais de peixes para reprodução, alimentação e/ou crescimento, tanto a montante quanto a jusante do barramento. Isso ocorre em razão da sua interferência física, ou seja, interrupção do movimento horizontal da ictiofauna por meio de uma barragem.

As primeiras interferências desse tipo ocorrem no enchimento do reservatório, quando cessa o acesso aos trechos de montante e as espécies migradoras tendem a se concentrar nos canais de dissipação e de fuga.

Algumas espécies de peixes consideradas grandes migradoras foram identificadas pelo EIA da UHE Foz do Apicás: os bagres *Pseudoplatystoma fasciatum* (cachara) e *Zungaru zungaru* (jaú); o curimatã *Prochilodus nigricans*, os matrinxãs *Brycon spp.*, os pacus *Myleus spp.*, as piavas *Leporinus spp.*, além da provável ocorrência da piraíba *Brachyplatystoma filamentosus*.

Consta no EIA da UHE São Manoel que não houve registro de espécies ameaçadas de extinção, mas que as espécies migratórias são, em geral, vulneráveis e de grande valor econômico, tanto para a pesca comercial quanto para a pesca esportiva, que sustenta o movimento de pousadas na região, como é o caso da piraíba (*Brachyplatystoma filamentosus*).

Alguns indivíduos conseguirão desovar no pé das barragens, porém a fertilização dos óvulos poderá ser prejudicada pela excessiva turbulência na saída da barragem. Outros não conseguirão desovar e suas gônadas regredirão, resultando em redução de recrutamento populacional naquele trecho.

No caso da construção das duas usinas em questão, a rota migratória alternativa para os grandes migradores que vivem no Teles Pires seria o rio São Benedito. Porém, esse rio pode

não garantir a manutenção dos estoques atuais, devido ao seu menor porte.

É importante destacar que ambas usinas contam com sistema de transposição de peixes visando minimizar os impactos sobre a ictiofauna. Porém, como não há consenso sobre a efetividade desse tipo de estrutura, ambos EIA propõem, além da construção do mecanismo de transposição, um programa de monitoramento da eficiência desses sistemas a jusante da barragem.

O outro impacto que pode atuar cumulativamente para a redução dos estoques de peixe é provocado pela parada de máquinas para a manutenção dos equipamentos de geração. Nessa manobra, os peixes atraídos pela redução da vazão conseguem penetrar no canal de sucção e alcançar as turbinas ainda em movimento. O risco de acidentes como esse é maior durante a piracema, quando cardumes se acumulam no canal de fuga. Não há consenso sobre soluções adequadas ao problema, de maneira que os projetos devem conter estratégias específicas para cada arranjo.

3.2.3 Elementos Etnoecológicos Associados

Segundo a Revisão do Conteúdo Antropológico do ECI as três etnias dependem da pesca tanto pela relevância alimentar, quanto pelos aspectos simbólicos a ela associados. No entanto, em razão da disponibilidade de informações a análise que segue está centrada nas práticas kaiabi.

Na forte tradição guerreira dos Kaiabi, a caça sempre teve papel preeminente e as carnes dela provenientes dominaram a preferência alimentar. A carne de caça é tradicionalmente mais acessível, em comparação ao produto da pesca. Contudo, esta relação parece ter se invertido ao longo dos anos. Após a sedentarização das aldeias, em razão dos contatos mais intensivos com os seringueiros e da política de terras do Estado, os Kaiabi passaram a conceder à pesca um valor maior até do que à caça, em suas atividades diárias e em sua dieta.

Após a mudança de suas aldeias para as margens do rio Teles Pires, também aprenderam a usar linhas de náilon e anzóis, além das principais técnicas relacionadas aos tipos específicos de peixes. Apesar de não viverem mais juntamente com a territorialidade do seringal, a fixação das aldeias proposta pela atual política indigenista, parece também combinar melhor com a pesca do que com a caça, o que leva a conclusão de que a família nuclear é a unidade social mais forte entre os Kaiabi do Teles Pires e o peixe, juntamente com a farinha de mandioca brava, se constitui atualmente na segurança alimentar e fonte garantida de proteína das aldeias.

Além da importância na dieta, a pescaria representa ainda elementos culturais importantes para os Kaiabi. Os mais novos, desde a idade mais tenra, já brincam com anzol e linha nos portos das aldeias, se sentindo bastante orgulhosos em capturar iscas de peixes menores para os mais velhos realizarem suas pescarias. Além disso, várias outras atividades que os Kaiabi realizam na Terra Indígena têm origem na pescaria, tais como: visitar parentes em outras aldeias, coletar frutas ou sementes, caçar e fiscalizar as invasões.

A pesca é realizada pelos Kaiabi durante todo o ano, contudo ao longo do verão, época em que os rios estão mais baixos e a água mais clara, esta atividade é facilitada, sendo possível percorrer distâncias maiores. Os Kaiabi se aproveitam do período de seca para saírem com as famílias conhecendo seu ambiente, contando histórias aos mais novos, coletando ovos de tracajá, sementes, frutas e pescando em locais mais afastados das aldeias em que vivem, principalmente nos meses de agosto e setembro.

Já no inverno, ou tempo das chuvas, as dificuldades em conseguirem peixes maiores aumentam e os Kaiabi costumam pescar mais no Teles Pires, nas proximidades da aldeia ou em igapós que se formam ao longo da margem do rio.

Os Kaiabi conhecem certos lugares que são mais propícios de pescarem determinados tipos de peixes, havendo um consenso maior quanto às praias e remansos. O Lago do Jabuti, juntamente com o Lago do Kaipá (próximo à aldeia Tukumã) são constantemente mencionados como referências para pesca de tucunaré. Contudo, cada família tem suas experiências e percepções particulares, não havendo nenhuma unanimidade a respeito dos pontos específicos no curso do Teles Pires. Saem normalmente sem destino determinado em suas pescarias, mas quando vêem um lugar que lhes parece apropriado para o barco e jogam suas linhas. Existe regularidade de pesca no rio Teles Pires somente na porção do rio utilizada por aqueles que vivem nas aldeias Kururuzinho, Dinossauro, Lageirinha e Minhocal, que vai desde o Lago do Jabuti até a cachoeira Rasteira. Os habitantes das outras aldeias costumam subir um pouco mais o Teles Pires, até a foz do rio Apicás.

Os Kaiabi também estabelecem uma nítida diferenciação entre peixes de couro, peixes de escama e animais de casco duro, ainda que todos estejam inseridos na categoria de animais de pesca. A arraia é o único que não comem e está diretamente associada à má sorte do pescador. Os animais de pesca presente nos hábitos dos Kaiabi incluem: tracajá, matrinhã, pacu, piau, jundiá, piranambu, jaú, piraíba, pirarara, peixe-cachorro, bicuda, kuiu-kuiu, traíra, abotoado, curimatá, trairão, piranha (branca, preta, vermelha), jundiá, tambaqui, pacu (borracha, ferrugem, -açu), bagre, acari, corvina, tucunaré, barbado, pintado (surubim), cachara, bodó, tartaruga, peixe elétrico. No caso da corvina e do peixe elétrico, os Kaiabi ainda aproveitam seus otólitos para confeccionarem pequenas figuras zoomórficas a

serem usadas como pingentes. Ou seja, uma grande variedade de peixes, dentre elas várias espécies migradoras.

Os índios Kaiabi reconhecem o Teles Pires como principal rio para se pescar peixes de couro e tracajás, por sua maior profundidade. Embora os Kaiabi evitem beber a água do Teles Pires devido aos resíduos tóxicos deixados pelo garimpo, afirmam que por razões práticas é o lugar mais próximo preferido de pegar peixe. A fim de apanharem peixes menores, principalmente o piau, os Kaiabi exploram o igarapé Piranha Preta, localizado em frente à aldeia Minhocal, do lado de Mato Grosso.

Dois outros rios mais visitados no verão e com destacada importância de pesca para os Kaiabi são o rio Cururuzinho e o rio Santa Rosa. O Cururuzinho forma algumas praias durante o auge do verão, que são pontos garantidos de coleta de ovos de tracajá. Além disso, peixes de couro, em particular o pintado e a cachara são facilmente encontrados. Em frente à foz do Cururuzinho, na outra margem do Teles Pires, num lugar chamado de ypenem, é um ponto recomendado para a pesca do jundiá. Em pontos mais rasos, peixes como corvina, curimatá e o piau podem ser pescados. Em suas corredeiras, os Kaiabi param o barco nas margens e pescam pacus ou ainda bodós que se alimentam nas pedras. Quando saem à noite para pescar esse é o rio mais procurado.

Por último é importante destacar a percepção prática dos Kaiabi de que a diminuição de peixes e tracajás vem acontecendo de forma acentuada nos últimos anos, apesar de ainda não se configurar como uma ameaça à sua segurança alimentar. Os Kaiabi citam vários motivos para tal fenômeno, como o adensamento populacional e pressão sobre os animais de pesca e a ação dos turistas de pesca esportiva, que mesmo soltando os peixes, muitos acabam morrendo ou não fisingando mais o anzol. Contudo, os maiores responsáveis pela diminuição de peixes, apontados pelos Kaiabi, são os pescadores ilegais que mesmo no período da piracema pescam com malhadeira principalmente acima do rio Cururuzinho, um rio considerado sagrado para os Kaiabi. Além disso, as três pousadas de pesca esportiva que atuam dentro da Terra Indígena vêm disputando ativamente o direito de poderem levar seus turistas nesse rio.

Os Apiaká, por sua vez, conhecem uma imensa variedade de peixes, mamíferos, aves e plantas silvestres, mas utilizam um número proporcionalmente pequeno. Os peixes são a principal fonte de proteína, de obtenção mais segura, embora a carne de caça seja considerada mais saborosa e substanciosa.

Os Apiaká identificam 94 etnoespécies de peixes, das quais consomem 87. Eles dominam técnicas variadas e um conhecimento apurado sobre os hábitos das diferentes espécies, do qual depende diretamente o sucesso nesta atividade. Os Apiaká pescam mais intensamente no baixo curso dos rios Teles Pires, Juruena e São Tomé, não apenas em seu leito como também

nos igapós, igarapés e lagos com os quais se comunicam, enquanto os isolados pescam, provavelmente, no alto curso do rio São Tomé. A obtenção de grandes quantidades de peixes geralmente suscita a realização de refeições coletivas de caráter festivo.

3.3 Alteração da dinâmica fluvial

3.3.1 Descrição do Impacto

Alterações na dinâmica fluvial são as interferências capazes de modificar o regime de escoamento hidráulico e/ou a dinâmica de transporte de sedimentos do rio. A implantação de usinas hidrelétricas provocam alterações no regime hídrico que variam segundo o projeto e a fase de construção.

Os impactos da fase de construção estão mais relacionados ao aporte de sedimentos para o leito do rio como resultado das atividades que envolvem revolvimento de rocha/solo. Nesse caso, se o aporte de sedimentos for maior do que a capacidade de transporte do rio, haverá assoreamento do leito.

Na fase de operação, os impactos estão mais relacionados à retenção de sedimentos pela barragem e à modificação do regime de escoamento hidráulico proporcionado pelo barramento do rio e pela formação do reservatório. Os impactos a jusante do barramento dependem basicamente do arranjo construtivo e da regra operativa adotada para o reservatório. As usinas de São Manoel, Foz do Apicás e Teles Pires serão operadas em regime a fio d'água, o que significa que após a fase de enchimento dos reservatórios o regime de escoamento hidráulico a jusante das barragens será preservado, respeitando as variações sazonais naturais.

Os impactos sobre a dinâmica fluvial são especialmente relevantes no contexto do componente indígena porque as relações de *dwelling*² dos índios Apiaká, Munduruku e Kaiabi são altamente vinculadas a essa dinâmica. Suas atividades baseiam-se fortemente no comportamento sazonal do rio, assim como nas intrincadas relações ecológicas resultantes do ciclo hidrológico, como será detalhado adiante no subitem 4.3.3.

Os processos impactante que incidem sobre a dinâmica fluvial no trecho do Teles Pires a jusante das UHE São Manoel e Foz do Apicás são os de maior relevância para o estudo dos impactos sobre as populações indígenas, em razão da localização das terras indígenas Kayabi e Munduruku.

Trata-se de um impacto **negativo** com incidência nas fases de **construção e operação**, com efeitos **permanentes e irreversíveis**. Nesse caso específico, a classificação do impacto como permanente está associada especificamente à questão da retenção de sedimento, pois as alterações no regime hidráulico são temporárias, restritas à fase de enchimento do reservatório. A probabilidade de ocorrência é **certa** e a intensidade pode variar basicamente em função da regra operativa da usina, do tempo de residência do reservatório e do volume de sedimentos naturalmente transportado pelo rio.

3.3.2 Processos Impactantes

Os Impactos identificados pelos EIA das UHE de São Manoel e Foz do Apicás que apresentam relação de causa com o impacto sobre o componente indígena ora avaliado são os seguintes:

- *Instabilidade de encostas, ocorrência de processos erosivos e carreamento de sedimentos*
- *Alteração das características hidráulicas do escoamento*
- *Retenção de sedimentos no reservatório*

² “Com a utilização do termo *dwelling*, tomado de empréstimo do ensaio ‘*Building, dwelling, thinking*’, escrito em 1971, por Martin Heidegger, [Tim] Ingold estabelece as bases de uma aproximação fenomenológica capaz de descrever os relacionamentos entre organismos e ambientes. O conceito de *dwelling* utilizado por ambos inverte a ontologia de que primeiro construímos um mundo de significados para em seguida habitarmos esse mesmo mundo (‘we dwell before we build’). Ao contrário, o *dwelling* visa romper com os paradigmas construcionistas (Chapman, 1985, Gellner, 1982) e epistemologias centradas na linguagem (Brookfield, 1969) e na representação, dando ênfase aos relacionamentos diários estabelecidos pelas pessoas com seres humanos e não humanos que compõem e agem com intencionalidade em seu ambiente. Evitando pensar em culturas descontínuas, Ingold desenvolve a idéia de ‘mundos contínuos’, em que as pessoas estabelecem diferentes tipos de relações com o mundo, possibilitando que um mesmo mundo seja visto por vários pontos de vista tomados de dentro. Tal noção, não apenas remove o fundamento básico da ciência moderna, baseado na oposição entre relativismo e realismo, como também dissipa o problema da tradução cultural. Ingold absorve, ainda, outras influências, como a de Maurice Merleau-Ponty (1971) e a fenomenologia da percepção, deslocando o foco de análise de um ser abstrato que dá sentido ao mundo, para um ser-*no*-mundo.” (EPE, 2011a, p.6).

- *Alteração da qualidade da água a jusante da barragem*

Durante as etapas de implantação da infraestrutura de apoio (acessos viários, implantação de canteiros e alojamentos) e construção das barragens haverá uma série de modificações nos materiais de recobrimento do terreno, além do desmatamento, que podem dar origem a movimentos de massas, associados, em especial, a cortes nas encostas, desmontes e escavações em solos e rochas, as escavações no sítio do barramento, construção de estradas, implantação das linhas de transmissão, limpeza da bacia de acumulação, exploração de áreas de empréstimo e da disposição de bota-fora.

Esses processos são dependentes também da suscetibilidade erosiva dos locais das obras, que se apresenta variável conforme condicionantes geológicos, de relevo, de uso do solo e cobertura vegetal.

A jusante do barramento, o impacto do carreamento de sedimentos poderá ser percebido pelos grupos indígenas por modificações nas características físicas da água, principalmente o aumento da turbidez e aumento de sólidos em suspensão. No caso de assoreamento do leito do rio, o impacto também poderá ser perceptível.

O regime fluvial natural de um curso de água corresponde às vazões em trânsito pelo rio, devido ao comportamento hidrológico resultante dos fatores geológicos, geomorfológicos, pedológicos, climatológicos e da cobertura vegetal, que marcam a permanência das vazões, bem como a sua variabilidade temporal, ou seja, a sequência e frequência dos períodos de cheia e estiagem. Nesse quesito, o rio Teles Pires, no local da UHE São Manoel, apresenta grande variação entre as vazões mínimas e máximas (567 a 9.159 m³/s), com período de estiagem bem marcado entre os meses de junho a outubro, e período úmido bem marcado de dezembro a maio.

A implantação de barragens para aproveitamentos hidrelétricos que funcionam a fio d'água ocasiona modificações no regime de vazões do rio somente durante o período de enchimento do reservatório, uma vez que não é feita regularização de vazões.

Sendo assim, o impacto sobre o regime de vazões do rio Teles Pires a jusante das barragens de São Manoel e Foz do Apiacás ocorrerá somente durante a fase de enchimento dos reservatórios. Os tempos de enchimento variam de usina a usina, sendo os seguintes para os empreendimentos em questão: São Manoel - 3 dias; Foz do Apiacás - 42 a 77 dias; Teles Pires - 26 dias.

A implantação da barragem também cria uma barreira física, ocasionando a retenção de sedimentos transportados por arraste. Além disso, as áreas das seções transversais são aumentadas, enquanto as velocidades da corrente líquida diminuem significativamente,

criando condições para a deposição dos sedimentos em suspensão.

No caso das UHE São Manoel, Foz do Apiacás e Teles Pires, espera-se que o impacto sobre o regime hidrossedimentológico seja de baixa intensidade, dado que os diagnósticos dos EIA das três usinas concluem que a bacia do rio Teles Pires não transporta grandes quantidades de sedimento, o que lhe confere um padrão de águas claras, característica que se estende também para o rio Tapajós.

Ainda assim, é importante destacar o caráter cumulativo dos impactos sobre o regime hidrosedimentológico decorrente de vários barramentos sequenciais. Por exemplo, a construção da UHE Teles Pires, se implantada antes da UHE São Manoel, faria a retenção de quase toda a carga sólida mais grossa (areias), alterando significativamente o aporte de sedimentos que chegam ao reservatório da UHE São Manoel. Somente depois de saturada a capacidade de retenção de areias no reservatório da UHE Teles Pires é que começaria a sedimentação com este tipo de material no reservatório da UHE São Manoel. Esse efeito é muito menor para os sedimentos de menor granulometria, que normalmente ficam em suspensão. O regime operativo e o tempo de residência da água no reservatório são as principais variáveis que irão determinar as modificações no regime hidrosedimentológico.

3.3.3 Elementos Etnoecológicos Associados

Para os índios Kaiabi, Apiaká e Munduruku, a sazonalidade do fluxo do rio Teles Pires é um fator importante para a manutenção dos seus modos de vida. Em primeiro lugar, o ritmo da vida desses povos está fortemente vinculado ao ciclo hidrológico e à sazonalidade da vazão do rio Teles Pires. Em geral, eles associam a maior parte das suas atividades produtivas às percepções que têm sobre as modificações cíclicas naturais do ambiente ao seu redor.

De acordo com a Revisão do Conteúdo Antropológico do ECI, o ritmo do Teles Pires orienta e também é orientado por uma grande variedade de “sinais” da natureza. Para os Kaiabi, os elementos naturais parecem estar todos imbricados numa continuidade comum que move seu mundo e com ele, as mudanças cíclicas que indicam o andamento do ano, baseado em seus princípios de interação com o ambiente.

Alguns exemplos dessa intrincada teia de percepções são citados na Revisão do Conteúdo Antropológico do ECI. Para os índios Kaiabi, por exemplo, um primeiro sinal observado de que o rio não subirá mais é a presença em grande quantidade das borboletas amarelas (panã-panã) nas margens dos rios. Na aldeia Kururuzinho, os Kaiabi observam quando as águas alcançam duas mangueiras próximas ao porto principal, identificando o ponto máximo de alagamento quando atingem suas raízes, formando a linha que chamam de *ywit*. A estação seca se inicia quando o nível do rio Teles Pires atinge certa estabilidade, após ter baixado

durante as últimas semanas do mês de março, coincidindo geralmente com a queda dos últimos ouriços de castanha.

Ainda em relação aos Kaiabi, a manifestação visual da duração e intensidade dos períodos de inundação é o fator primário utilizado para marcar o início de uma estação e o término de outra. Isto se evidencia pelo discernimento dos dois principais micro-ambientes *yapopet* (floresta inundável na época das chuvas) e *ka'areté* (floresta de terra firme que nunca inunda). O micro-ambiente com vegetação mais baixa que cobre as praias e ilhas (*ypo'o*) também recebe um estatuto diferenciado, consideravelmente sujeito às influências fluviais, podendo apresentar caráter efêmero, surgindo ou desaparecendo com o passar das estações. Portanto, a influência das relações fluviais tanto na diferenciação dos sub-ambientes como na passagem do tempo e ciclo da vida anual dos Kaiabi é de fundamental importância.

De forma análoga, os artifícios de subsistência do povo Apiacá estão relacionadas a um refinado conhecimento das unidades de paisagem e unidades de recursos, das etnoespécies da flora e da fauna presentes em cada uma delas, do comportamento reprodutivo das plantas, do padrão de atividade e dieta dos animais, do uso das unidades de paisagem pela fauna e também do comportamento (sazonalidade) dos rios. O conhecimento sofisticado dos processos ecológicos permite aos Apiaká realizar interferências que asseguram a manutenção da biodiversidade, respeitando-se as características e limitações e favorecendo as potencialidades do meio ambiente.

A organização das atividades produtivas nas aldeias Apiaká pauta-se pelo regime das águas, distinguindo duas grandes unidades de tempo: o inverno (época das chuvas, que vai de outubro a março) e o verão (período em que chove menos, que vai de abril a setembro).

Apesar dos Kaiabi conhecerem perfeitamente a passagem dos meses e do ano, também se orientando pelo calendário gregoriano, quando estão na aldeia o ritmo de vida é regido por essa outra dinâmica. É, portanto, seguindo o ritmo das estações do ano (tempo do sol e o tempo da chuva) que os Kaiabi interagem com o ciclo anual de cheia e vazão do Teles Pires. Conforme já mencionado nesse relatório, a mobilidade dos Kaiabi, assim como as atividades de caça, pesca, coleta e roça estão todas fortemente vinculadas a esse ciclo de cheia e vazão do Teles Pires, cada qual com suas particularidades.

Para os Kaiabi, a influência do ciclo da água também é reconhecida de forma relevante na dimensão espacial e se expressa através da identificação de ambientes segundo o grau de hidromorfismo como, por exemplo, a identificação dos *ka'apapawet* (mato na beira das lagoas), o *yatarã* (planícies pantanosas, constantemente alagadas, no interior das florestas de terra firme), o *ywyantã* (ponto máximo onde a água alcança, quando se iniciam as terras mais altas, onde ficam os animais como anta, paca e tatu), ou o termo *ywit*, que se refere à

orla ou linha que estabelece o limite entre o *yapopet* e o *ka'areté*.

No mesmo sentido, os Apiacá classificam o ambiente em 12 unidades de paisagem, combinando os critérios: forma da superfície terrestre, tipo de solo, ocorrência de espécies de flora e fauna e modo de interação entre elas e regime das águas. Alguns ambientes são sazonais, ou seja, só ocorrem em determinada época do ano, como é o caso do igapó, que aparece no inverno, e da praia e da várzea, que aparecem no verão.

É importante dar destaque ainda aos aspectos cosmológicos e simbólicos associados ao rio Teles Pires. Um exemplo proveniente da cultura Kaiabi é o mito em que Tuiararé (o mais poderoso e antigo demiurgo) cria os Kaiabi e vários outros grupos, próximo às margens do rio Teles Pires. Esse mito possui aspectos rituais e lingüísticos que estão presentes em muitas outras histórias contadas pelos anciãos. Esses aspectos são cruciais para compreender os valores relativos ao seu modo de vida e territorialidade.

3.4 Aumento da incidência de doenças na população indígena

3.4.1 Descrição do Impacto

Este impacto específico sobre o componente indígena está associado à exposição dos povos indígenas a vetores de contaminação. Contempla a sua fragilidade em relação a doenças comuns aos não índios, seja por contágio direto (doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo) ou indireto (doenças de veiculação hídrica, entre outras). A partir dos possíveis impactos sobre a saúde identificados nos Estudos de Impacto Ambiental das UHE de São Manoel e Foz do Apiacás, foram avaliadas as possíveis consequências para os índios, naturalmente potencializadas pelas alterações na dinâmica demográfica.

Uma das questões preocupantes no contato das populações indígenas com não índios é a sua exposição a novos agentes de contaminação, para os quais podem não possuir qualquer tipo de imunidade. No caso dos novos empreendimentos, esse contato tende a aumentar significativamente, em função dos contingentes populacionais atraídos e do consequente aumento na circulação de pessoas nas proximidades da Terra Indígena Kayabi.

No que se refere aos recursos hídricos, a deterioração da qualidade da água a jusante das barragens pode expor os índios a contaminações de diversas naturezas, uma vez que se trata de um recurso importante para muitas atividades, inclusive para o consumo humano direto.

Na avaliação também é levada em conta a possibilidade de maior disseminação de doenças nos arredores dos empreendimentos. O processo de desmatamento que tem início na fase de implantação das usinas, a entrada de pessoas em ambiente de mata e a posterior formação do reservatório tendem a aumentar a possibilidade de incidência de doenças como malária,

leishmaniose, dengue, febre amarela e outras. Diante da maior proximidade entre índios e não índios e do possível aumento da prostituição, pode aumentar o risco dos índios contraírem doenças sexualmente transmissíveis.

Neste contexto, deve-se conceder atenção ainda maior aos índios isolados na área do Pontal, naturalmente mais frágeis aos novos vetores de contaminação. Apesar de mais distantes das áreas dos empreendimentos, as mudanças previstas os colocam em uma situação de maior risco, uma vez que é possível o deslocamento de outros grupos indígenas que tenham tido contato com não índios.

Trata-se, então, de um impacto de natureza **negativa** que tem início na fase de **planejamento**, a partir da atração dos primeiros fluxos migratórios. Acentua-se na fase de **implantação**, por conta das condições favoráveis à proliferação de insetos durante a construção, da maior exposição de trabalhadores à contaminação e do contato mais frequente dessas pessoas com os índios. Na fase de **operação** este impacto pode se atenuar, com a redução do número de trabalhadores em contato com os índios. É um impacto **permanente e reversível**. Sua intensidade e a probabilidade de ocorrência variam de acordo com o porte dos empreendimentos e o número de trabalhadores durante as obras, a distribuição e concentração dos Kaiabi, Munduruku e Apiaká nas proximidades dos empreendimentos, bem como as relações estabelecidas entre cada uma das etnias e os não índios.

3.4.2 Processos Impactantes

O impacto específico na saúde das populações indígenas foi avaliado a partir dos impactos referentes à saúde da população local e de migrantes, previstos nos Estudos de Impacto Ambiental das UHE de Foz do Apiacás e São Manoel. São eles:

- *Aumento da incidência de doenças*
- *Alteração na estrutura dos habitat de dípteros hematófagos*
- *Incremento das populações de entomofauna vetora*
- *Proliferação de vetores de esquistossomose*
- *Alteração da qualidade da água a jusante da barragem*
- *Disponibilização do mercúrio para a cadeia alimentar*
- *Acréscimo da prostituição*
- *Alteração na dinâmica demográfica*

Os impactos listados contribuem de alguma forma para aumentar os vetores de contaminação aos quais as populações indígenas estão expostas. É necessário considerar, como importante agravante, a *alteração na dinâmica demográfica*, na medida em que a concentração de pessoas nas redondezas da Terra Indígena Kayabi está diretamente relacionada ao risco de

contaminação dos índios que circulam na região³. O aumento da incidência de doenças, particularmente aquelas transmitidas por insetos, pode ser relacionado à alteração na estrutura dos habitat de dípteros hematófagos e ao conseqüente incremento das populações da entomofauna vetora. O resultado é o aumento no número de insetos transmissores de diferentes doenças, principalmente na área em que haverá maior concentração de população.

Segundo os EIA, uma das causas iniciais para o crescimento de mosquitos é a formação de um amplo lago com espelho d'água sem variação de nível, com bordas recortadas e grande quantidade de vegetação inundada, em um ambiente mais protegido do vento. Ao redor do reservatório deverão ser formados ambientes rasos e semissombreados favoráveis à proliferação de diferentes espécies de mosquitos. Na fase de implantação, a supressão da vegetação, a limpeza da área de inundação e das áreas do canteiro de obras e apoio, assim como o desvio do curso do rio e o barramento de água favorecem o surgimento de novos criadouros para insetos. Durante as atividades de desmatamento e terraplenagem os trabalhadores ficam expostos a infecções como febre amarela, leishmaniose tegumentar, malária e outras moléstias veiculadas por insetos hematófagos. O mesmo ocorre durante as atividades de abertura, ampliação e melhoria do sistema viário, de energia e de comunicações, continuando após as ações de desmate, pois a presença humana e os ambientes desmatados aumentam o alcance desses insetos. Também estão sujeitos à contaminação por insetos os profissionais responsáveis pelas atividades do cadastro físico, socioeconômico e avaliação das propriedades na área do reservatório.

Como agravante, as poças de água formadas no solo pela movimentação de automóveis e demais equipamentos, assim como pequenos depósitos de água formados em máquinas ou em materiais descartados podem servir de criadouros para várias espécies. A formação de áreas alagadas, como pântanos e brejos, em função do possível aumento do nível do lençol freático nas áreas em torno do reservatório também cria ambientes com características favoráveis ao incremento da população de vetores.

Outro aspecto apontado pelos EIA é a aglomeração de pessoas em centros urbanos, ou em pequenos núcleos próximos às obras, que aumenta as chances de infestação pelo mosquito *Aedes aegypti*, vetor da dengue. Caso esteja localizado dentro do raio de voo de vetores da malária, o local também pode estabelecer condições para uma epidemia da doença. A proliferação de ambas as moléstias é facilitada no caso de haver corpos d'água estagnados próximos às comunidades.

³ Durante o período de pico das obras, serão mobilizados cerca de 4.000 trabalhadores em São Manoel, 2.100 em Foz do Apiacás. Soma-se a isso o contingente de população atraída em função das expectativas.

Há possibilidades, ainda, de *proliferação de vetores da esquistossomose* por conta da formação dos reservatórios e da alteração das características hidráulicas do escoamento. O nível estável da água favorece a introdução e o crescimento dos moluscos vetores da esquistossomose, que se alimentam de comunidades aderidas à vegetação alagada, às macrófitas aquáticas e às rochas submersas.

Além das doenças transmitidas pelos insetos, o maior contato entre migrantes e a população local pode facilitar a propagação de outras doenças infectocontagiosas comuns entre os não índios, dentre as quais merecem destaque as DST (doenças sexualmente transmissíveis), cujo risco de contaminação cresce em função do possível *acréscimo da prostituição* na região. A prostituição pode ser estimulada pela presença predominante da população masculina, que tende a se concentrar nos centros urbanos e nos canteiros de obra, muitos deles próximos à Terra Indígena Kayabi. Considerando que os índios, sobretudo Kaiabi e Munduruku perambulam pela região e têm contato com a população de não índios, poderá haver aumento da incidência de DST sobre a população indígena. Cabe mencionar, ainda, a maior exposição dos índios a bebidas alcoólicas e drogas.

Outro fator importante a ser considerado no que se refere aos riscos à saúde das populações indígenas está associado à *alteração da qualidade da água a jusante da barragem*, utilizada para consumo humano direto ou outros usos que possam oferecer riscos de contaminação. A construção de usinas hidrelétricas causa grandes intervenções no sítio de construção para a implantação das obras. Inúmeras atividades alteram a estrutura do solo, deixando-o mais susceptível à erosão ou desmoronamentos. Além disso, a usina de britagem é uma fonte constante de resíduos finos, facilmente carregados por enxurradas. Todos esses processos podem provocar aumento da turbidez da água do rio Teles Pires.

De acordo com os EIA, ainda podem ser identificadas outras fontes de poluição, como óleos e graxas utilizadas para a manutenção de veículos e maquinário, resíduos de alimentos da produção de refeições para os operários, resíduos líquidos decorrentes da limpeza dos utensílios e efluentes sanitários provenientes de escritórios e alojamentos. Sem contar a produção significativa de lixo, como papel e embalagens de produtos diversos, que também podem ser descartados esporadicamente na margem do rio. Todos esses resíduos podem ser levados diretamente para o rio Teles Pires por meio do escoamento superficial, ou infiltração no solo poroso do sítio das obras e dos alojamentos.

O EIA da UHE São Manoel indica a possibilidade de deterioração ainda maior da qualidade da água do rio Teles Pires com a inundação de antigas áreas de garimpo pelo reservatório. O histórico da região aponta o uso intensivo de mercúrio na exploração de ouro, nas décadas de 1980 e 1990. Em princípio, o mercúrio metálico não é nocivo à saúde. Porém, em condições especiais de grande concentração de matéria orgânica e ausência de oxigênio, a ação

bacteriana pode provocar a metilação do mercúrio metálico. Trata-se de um processo lento, mas que pode ter efeito cumulativo ao longo da cadeia alimentar e contaminar os peixes consumidos pelos índios.

O cenário descrito resulta na possibilidade de aumento da incidência de doenças na população indígena com a implantação dos empreendimentos. Nesse contexto, torna-se necessário lembrar a fragilidade dos índios isolados, ainda que estejam mais distantes das usinas. Como mencionado anteriormente, os deslocamentos internos na Terra Indígena pode colocá-los em contato com outros grupos que já tenham contraído algum tipo de doença dos não índios. A contaminação de índios isolados pode provocar epidemias que reduzam significativamente o número de indivíduos desses grupos.

3.4.3 Elementos Etnoecológicos Associados

Para compreender a dimensão deste impacto, é importante considerar episódios que ocorreram no passado, em que epidemias contribuíram para o decréscimo populacional de algumas etnias. Segundo o A Revisão do Conteúdo Antropológico, a chegada da atividade seringalista na Amazônia meridional foi marcada por conflitos violentos que envolveram os povos que viviam na área de confluência dos rios Juruena e Teles Pires. A frente da borracha reunia indígenas numa área extensa para o sistema de trabalho forçado dos seringais, espalhando doenças contagiosas, inviabilizando a vida ritual tradicional, impondo o uso exclusivo da língua portuguesa, reunindo arbitrariamente pessoas de etnias distintas e avalizando violências de toda espécie. É nesse contexto que se deu a drástica redução de indivíduos da etnia Apiaká, o que pode ser associado não somente aos massacres sofridos, mas às epidemias que os atingiram.

É importante lembrar, ainda, a morte de muitos Kaiabi por epidemias de sarampo na região do Teles Pires, antes da sua transferência para o Xingu, na década de 1950. Naquela época, a decadência dos postos do Serviço de Proteção ao Índio (atual FUNAI) no Teles Pires levou os Kaiabi a procurarem apoios assistenciais na Missão Cururu, no rio Cururu, para troca de produtos. Lá, alguns deles foram infectados com o vírus do sarampo, resultando em uma epidemia desastrosa para o grupo que tentava se estabelecer no Baixo Teles Pires.

Esses episódios são apenas exemplos da sensibilidade das populações indígenas a doenças com as quais nunca tiveram contato. Apesar das relações existentes entre índios e não índios naquela região, o aumento da população nos arredores da Terra Indígena Kayabi aumentará a probabilidade de introdução de novos vetores de contaminação. Nesse sentido, torna-se a enfatizar a situação dos índios isolados que vivem na região e que são mais propensos a contrair doenças contagiosas. As chances de contato dos isolados com não índios ou com índios que se relacionem com não índios aumentam conforme cresce a população em torno da

Terra Indígena. Um eventual contato pode resultar em consequências danosas para as populações indígenas.

3.5 Criação ou intensificação de conflitos territoriais

3.5.1 Descrição do Impacto

Este impacto está relacionado à disputa por território entre os índios e os não índios presentes nas proximidades das Terras Indígenas, e aos conflitos pelo uso dos recursos naturais disponíveis na região. Trata-se de um contexto fundiário complexo, conforme descrito de forma detalhada na Revisão do Conteúdo Antropológico e também exposto a frentes de ameaça pela expansão de atividades produtivas, como indica a Caracterização de Microbacias e Indicação das Áreas de Vulnerabilidade (uma das frentes de ameaça identificada exerce pressão ao Sul da TI Kayabi). De um lado, a luta dos índios pela demarcação e homologação das terras que afirmam ocupar há mais de dois séculos e, do outro, a reivindicação de não índios para que seja reconhecida a legitimidade de suas atividades e o direito à propriedade de áreas que, no passado, foram incentivados a ocupar. Além do alcance político desta questão, que extrapola o âmbito regional, tais conflitos se traduzem, localmente, em ocupações irregulares e invasões, ou na extração ilegal e uso de recursos disponíveis dentro dos limites das Terras Indígenas, em um ambiente de ameaças e crescente tensão. Os conflitos obedecem a uma dinâmica particular de uma rede de relações complexas entre as diversas etnias e entre índios e não índios que desenvolvem diferentes atividades na região, como pousadeiros, garimpeiros, posseiros, fazendeiros e madeireiros. Acredita-se que a introdução de um novo vetor de desenvolvimento em uma região tensa e frágil, do ponto de vista fundiário, poderá desencadear novos conflitos e acirrar aqueles existentes, uma vez que provoca um aumento significativo da população e tende a estimular as atividades ali presentes, como a pecuária, o turismo, a pesca, o garimpo e a extração de madeira, assim como a compra e venda de terras para fins especulativos.

Trata-se de um impacto **negativo**, que tem início na fase de **planejamento** dos empreendimentos e se estende pelas fases de **implantação** e **operação**. Todavia, a tendência é que este impacto seja mais intenso na fase de implantação, em função da presença de um maior número de trabalhadores e da realização simultânea de diversas atividades. Este impacto é **permanente**, mas **reversível**. A intensidade e a probabilidade de ocorrência foram avaliadas de acordo com a proximidade das usinas em relação à área em que se concentram os principais conflitos, a situação fundiária das Terras Indígenas envolvidas e a sua distância

dos empreendimentos⁴, a distribuição e concentração de aldeias das diferentes etnias, bem como o grau de envolvimento de cada uma delas nestes conflitos.

3.5.2 *Processos Impactantes*

A criação ou intensificação de conflitos territoriais pode ser associada a diversos impactos identificados e avaliados nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) das UHE de São Manoel e Foz do Apiacás. A análise individual dos impactos dos EIA não é suficiente para ilustrar a real dimensão deste impacto específico sobre o Componente Indígena, o que torna necessária uma abordagem integrada que contemple os diferentes impactos associados aos empreendimentos previstos para a região. Ao analisar o conteúdo dos dois estudos foi possível estabelecer uma relação clara com os seguintes impactos:

- *Alteração da dinâmica demográfica*
- *Geração de expectativas na população*
- *Valorização e especulação imobiliária*
- *Dinamização da economia*
- *Melhoria do sistema viário*
- *Modificação das relações sociais e culturais*

De um modo geral, quando se considera o aumento populacional em uma determinada região e suas consequências sobre a demanda por moradia, trabalho, bens e serviços, não é difícil visualizar a influência que este processo pode ter sobre as relações humanas, nas esferas social, ambiental, política e econômica. Além dos resultados positivos das interações entre atores sociais de interesses distintos, é viável considerar a possibilidade de aumento de conflitos de diversas naturezas.

Ao se tratar de uma região que apresenta um histórico relevante de conflitos fundiários, ainda longe de uma possível solução, pode-se esperar que a expectativa em relação a novos investimentos, oportunidades de trabalho e negócios e a consequente atração de população deverão potencializar estes conflitos, com grandes chances de criar novos pontos de tensão, antes inexistentes.

Nesse contexto, a *alteração da dinâmica demográfica* está associada aos grandes contingentes de população atraídos em função da expectativa em relação aos postos de trabalho gerados pelas obras principais das novas usinas, ou em busca de novas oportunidades de negócio e ocupação em atividades de apoio às obras⁵. No caso das UHE de São Manoel e

⁴ O limite sul da TI Kayabi dista cerca de 1,3 km do empreendimento e a TI Munduruku dista cerca de 63 km.

⁵ O canteiro de obras da UHE São Manoel mobilizará cerca de 4.000 trabalhadores, enquanto o canteiro de obras da UHE Foz do Apiacás mobilizará cerca de 2.000 trabalhadores no período do pico da obra.

Foz do Apiacás, a tendência é que haja uma concentração nas áreas urbanas, principalmente em Alta Floresta, Paranaíta, Apiacás e Nova Monte Verde, assim como em áreas próximas aos empreendimentos e ao longo das vias de acesso. A análise integrada dos impactos identificados nos EIA permite notar que a *alteração da dinâmica demográfica*, ou o aumento populacional derivado da *geração de expectativas na população* tem forte relação com a *dinamização da economia* e com a *valorização e especulação imobiliária*, pois a população atraída constitui parte importante da demanda que sustenta estes dois processos.

Diante da perspectiva de implantação de grandes projetos hidrelétricos, a *geração de expectativas na população* tem início ainda nas fases de planejamento, quando são realizados os primeiros estudos associados ao desenvolvimento das novas usinas. Geralmente vinculadas à divulgação e circulação de informações oficiais e não oficiais, as especulações podem se estender até as fases de implantação e operação dos projetos, e tendem a se reduzir conforme os investimentos previstos se materializam. Em uma região de baixa densidade demográfica e pouco desenvolvida economicamente, a realização de grandes obras e a consequente atração de novos contingentes populacionais têm maiores chances de potencializar os conflitos territoriais, na medida em que o aumento da demanda por áreas promove variações no valor da terra, o que altera a dinâmica das atividades existentes e as condições de uso e ocupação do solo. Este processo de *valorização e especulação imobiliária*, sustentado pelas expectativas geradas nas fases de planejamento e implantação dos empreendimentos, estimula a ocupação de novas áreas, mais distantes, muitas vezes desprovidas de infraestrutura e, por isso, mais baratas. Essa expansão da ocupação resulta, em muitos casos, no aumento da pressão sobre áreas preservadas e legalmente protegidas, como Unidades de Conservação e Terras Indígenas, especialmente quando se trata da região amazônica.

Vinculado às fases de implantação e operação dos empreendimentos, o processo de *dinamização da economia* intensifica a *geração de expectativas na população* e a *valorização e especulação imobiliária*, contribuindo para o agravamento dos problemas fundiários na região. Além de estimular de forma mais intensa a atração de população e os movimentos especulativos, promove a expansão de atividades produtivas que tendem a ocupar novas áreas, como a extração de madeira, o turismo, a extração mineral, a pesca, a agricultura e a pecuária. Vale destacar que este efeito de expansão das atividades produtivas não se restringe às regiões próximas aos empreendimentos, uma vez que estas atividades dependem de recursos disponíveis regionalmente e a distância não consiste necessariamente em restrição para a sua viabilidade econômica. Nesse sentido, torna-se importante mencionar a *melhoria do sistema viário*, que terá efeitos diretos sobre a circulação de mercadorias e pessoas na região, com destaque para a melhoria dos acessos que ligam os centros urbanos aos novos empreendimentos, próximos à Terra Indígena Kayabi. Ao mesmo tempo em que

facilita o processo de *dinamização da economia*, a melhoria das condições de acesso cria novos vetores de ocupação e também contribui para o aumento da pressão sobre áreas preservadas e protegidas.

Como possível agravante para os conflitos territoriais, vale mencionar a *modificação das relações sociais e culturais* das populações que habitam a região em que se localizarão os empreendimentos. Sabe-se que a relação dessas populações com o local em que vivem transcende a dimensão física do território, o que fica mais evidente no caso dos povos indígenas. O convívio entre populações de modos de vida e hábitos distintos pode resultar em conflitos que se reflitam territorialmente, acentuando os problemas fundiários existentes.

Soma-se às relações estabelecidas entre os impactos analisados a contribuição importante, apesar de menos expressiva, de outros impactos identificados nos EIA das UHE de São Manoel e Foz do Apicás para a criação ou intensificação dos conflitos territoriais. Entre eles, pode-se destacar:

- *Interferências em áreas de processos minerários*
- *Modificação das condições de extração mineral*
- *Perda de terras e benfeitorias*
- *Modificação das condições atuais para pesca comercial, esportiva e de subsistência*
- *Modificação das condições para atividades turísticas*
- *Pressão sobre a Reserva Estadual de Pesca Esportiva do Rio São Benedito/Rio Azul*

Estes impactos estão associados a alterações nas condições em que algumas atividades econômicas são realizadas, como possíveis restrições espaciais, intensificação do uso de recursos e desrespeito à capacidade de suporte de ecossistemas, deslocamento compulsório de propriedades e mudanças nas técnicas utilizadas em determinadas atividades. Esses efeitos se justificam pela localização dos reservatórios das usinas e outras estruturas, além dos impactos causados pelos empreendimentos sobre os meios físico e biótico. Nesse contexto, é plausível considerar a contribuição destas interferências para o aumento dos conflitos existentes, particularmente quando se leva em conta o fato de que estas atividades estão no centro da questão fundiária que envolve os índios e não índios na região. A expectativa é que as atividades impactadas busquem novas áreas, o que pode aumentar a pressão sobre as Terras Indígenas e acentuar os conflitos territoriais.

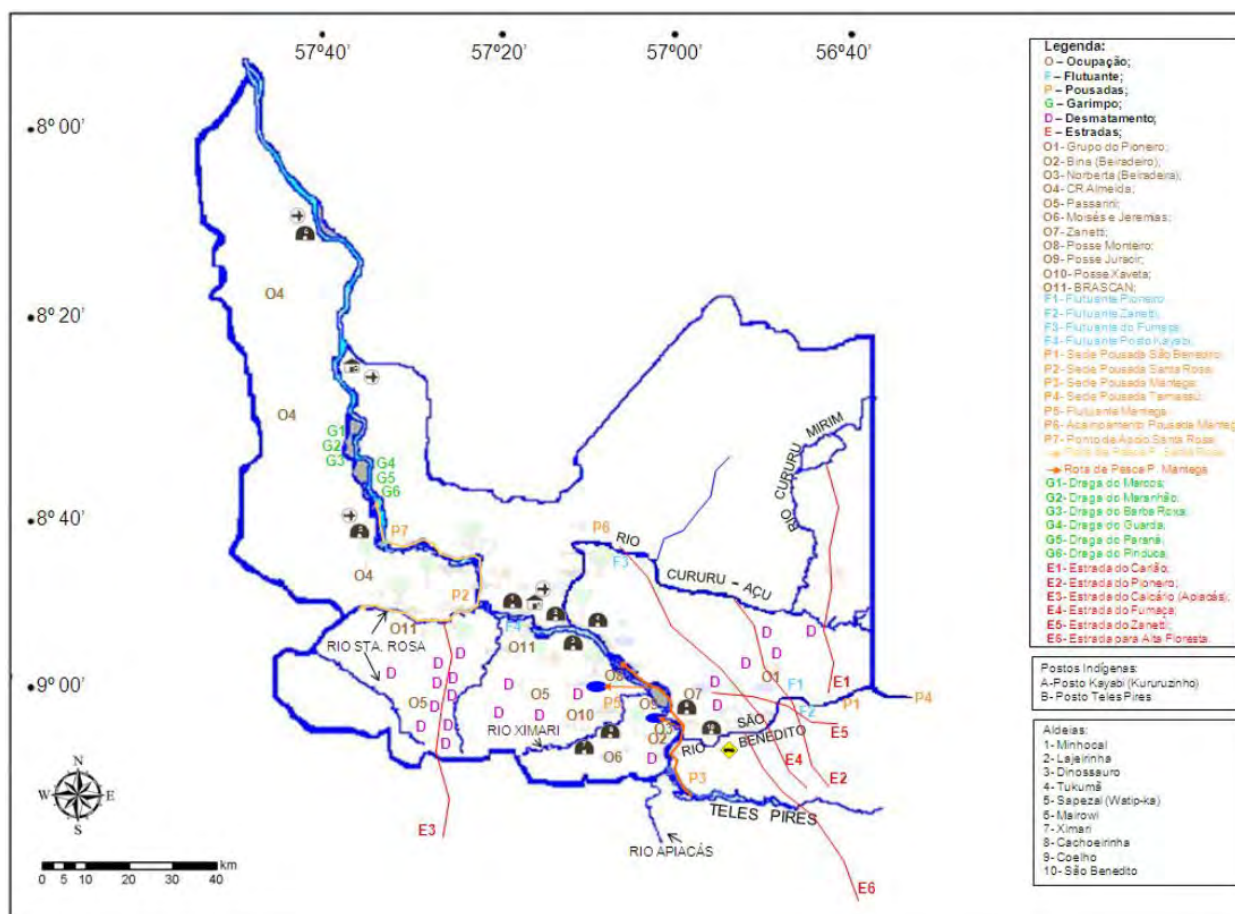
Diante deste cenário de instabilidade, no qual a dinâmica socioeconômica da região tem forte influência sobre a situação fundiária das Terras Indígenas, é importante destacar, por fim, a possibilidade de que a disputa por áreas e recursos naturais crie conflitos entre os próprios grupos indígenas. Isso porque o aumento da população, principalmente na região sul da Terra Indígena Kayabi, e o acirramento dos conflitos naquela área podem obrigar os povos

indígenas a se deslocarem dentro de suas terras em busca de novas áreas para fixar aldeias ou realizar suas atividades.

3.5.3 Elementos Etnoecológicos Associados

Para avaliar a possibilidade de criação ou intensificação dos conflitos territoriais que envolvam as populações indígenas presentes na região, é fundamental que se tenha elementos que permitam a compreensão das relações que os índios estabeleceram, ao longo de sua existência, com o ambiente e o território em que vivem.

Os conflitos socioambientais em terras indígenas não podem ser efetivamente compreendidos a partir de uma análise referente apenas à disputa por recursos naturais como água, madeira, minerais, caça ou peixes, apesar da importância de cada um destes recursos. É preciso considerar a percepção territorial dos atores envolvidos, seguida das lutas, em diversas



Fonte: OLIVEIRA 2010.

Figura 6 - Sobreposição de invasões aos locais de utilização dos recursos

escalas, e pela afirmação de suas percepções particulares, que constituem o componente sócio-natural chave para um entendimento mais abrangente destes conflitos. No caso dos Kaiabi, por exemplo, o costume de dar nomes aos lugares e conectá-los com a história oral transmitida entre as gerações serviu durante séculos como a estratégia básica para constituírem sua “região”. Permitiu que estabelecessem uma relação emocional estável com o ambiente e construíssem sua territorialidade. As complexas relações ecológicas estabelecidas estão intimamente relacionadas com sua história cultural e seus mitos de criação. Essa história cultural e os padrões de significação territorial é que orientam e definem os movimentos espaciais e as novas fixações de aldeias ou lugares de importância. Para eles, a perda desse território equivale à perda do seu fator central de identificação.

Portanto, trata-se de um conflito de percepções, ou uma disputa sobre a maneira mais adequada de compreender e interagir com a terra, fundada, especialmente, nos relacionamentos que os atores desempenham com o ambiente em que vivem.

Durante os séculos que viveram no rio dos Peixes e no Alto, Médio e Baixo curso do rio Teles Pires, os índios passaram por inúmeras guerras e situações conflituosas a fim de afirmar o território em que viviam⁶. De acordo com a Revisão do Conteúdo Antropológico, há um histórico relevante de casos em que a chegada desordenada de pessoas de diferentes regiões em terras indígenas provocou a desestruturação de sua organização social. Não somente os conflitos territoriais, mas a dependência não controlada de bens de mercado, o desinteresse dos jovens pelos valores tradicionais, o alcoolismo e a violência são fatores que se fazem notar em pouco tempo. Processos dessa natureza, no passado, resultaram na quase extinção dos Kaiabi e dos Apiaká.

Assim, para definir a dimensão dos conflitos que podem ser gerados ou agravados com a implantação dos empreendimentos, é preciso entender a situação fundiária que caracteriza a região atualmente. A Figura 6 evidencia a sobreposição de invasões aos locais de utilização de recursos, permitindo visualizar a espacialização desses conflitos.

No centro dessa questão está a luta política pela demarcação e homologação da Terra Indígena Kayabi, habitada também pelos Muduruku e Apiaká. Estes últimos, apesar de nem

⁶ Vale destacar a transferência dos Kaiabi para o Parque do Xingu, no início da década de 1950, que representou tanto uma saída providencial para aqueles que vinham sofrendo com assassinatos e mortes por doenças provenientes das relações com os brancos, como também uma separação radical, eivada de sofrimento, para os que tinham o Teles Pires como sua terra sagrada. Os que resistiram à mudança, particularmente os habitantes do Baixo Teles Pires, chegaram muito próximos de serem extintos nessa região, devido às epidemias de sarampo e à falta de assistência do SPI, que entrara em recesso. Se por um lado, os relacionamentos com seringueiros, gateiros, garimpeiros, missionários e funcionários do SPI trouxeram uma série de dificuldades e transformações ao sistema social desse grupo, em contrapartida também contribuíram para o fortalecimento de um projeto particular de territorialidade e afirmação étnica, fundado, sobretudo, na resistência heróica do grupo de remanescentes, contando com as ligações afetivas e ecológicas estabelecidas com o ambiente do rio Teles Pires.

sempre atuarem de forma coordenada com os Kaiabi, também são favoráveis à demarcação, por possuírem ligações históricas e afetivas particulares com essa região. O processo já se estende por décadas e, atualmente, a demarcação encontra-se suspensa devido à reivindicação de outros grupos de interesse que protestam por direitos relativos a supostas propriedades no interior da Terra Indígena e pelo reconhecimento de formas distintas e conflitantes de usufruir da terra. Ao longo do tempo constatou-se que, conforme o processo de regularização fundiária se adiantava, o desmatamento aumentava cada vez com mais intensidade sobre as florestas delimitadas como constituintes da Terra Indígena.

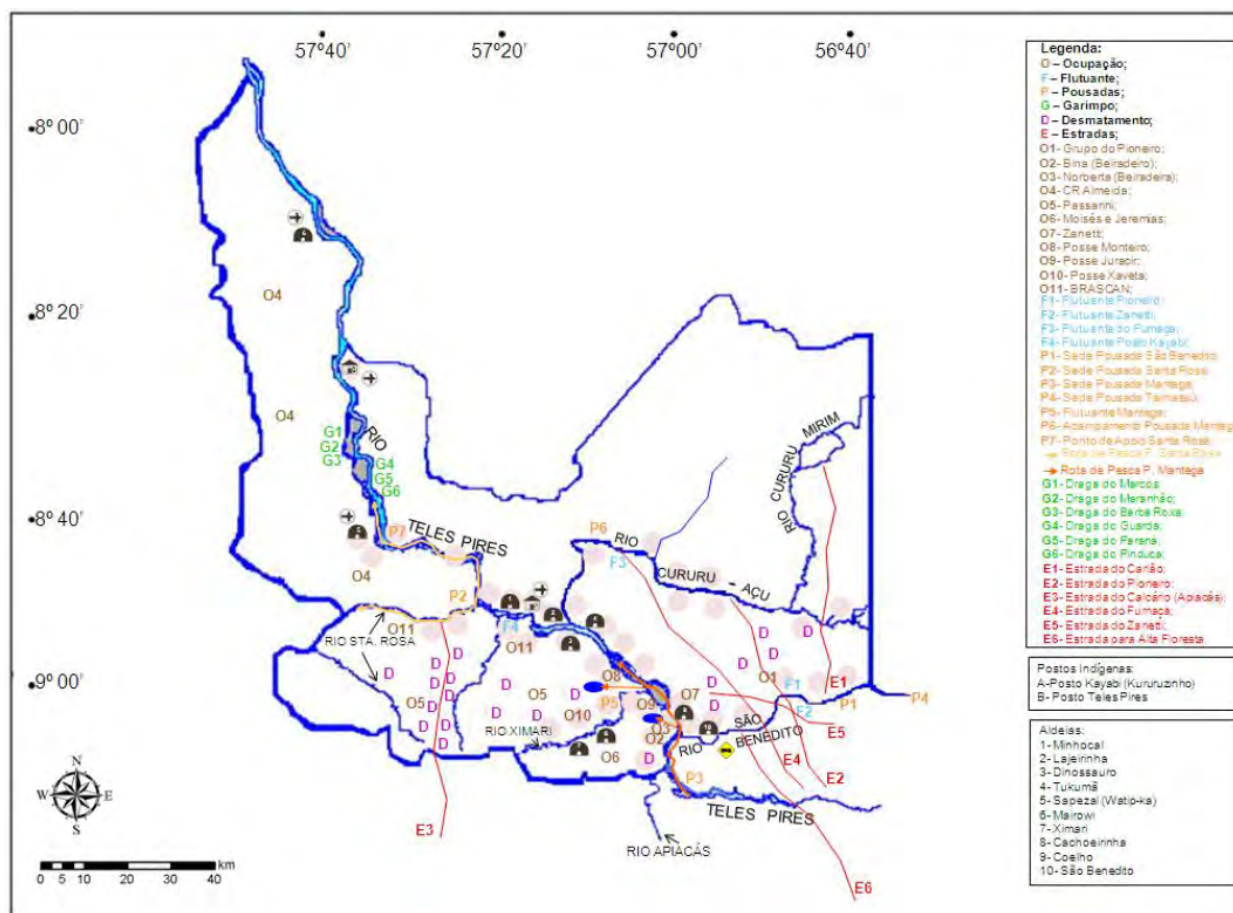
As atividades desenvolvidas pelos ocupantes se iniciaram com a exploração madeireira, seguida da pecuária extensiva. No caso dos fazendeiros e madeireiros, há uma questão particularmente importante, apontada pelos índios como a causa central do conflito. Aqueles que ocuparam áreas no lado de Mato Grosso apresentam oposição aberta aos Kaiabi, que vêm sofrendo restrições de acesso a recursos e lugares sagrados daquele lado do rio e perdendo o controle sobre pontos tradicionalmente utilizados para caça, pesca e coleta. Entre os povos indígenas, a maioria reivindica a retirada dos fazendeiros, mas há quem acredite que, por já terem desmatado a floresta, possam permanecer mediante o aluguel do pasto, com o compromisso de não desmatarem mais.

Há casos específicos que retratam esses conflitos. A aldeia São Benedito, situada próxima ao Porto do Meio, local de acesso ao rio São Benedito, vem sofrendo pressões por parte de madeireiros e fazendeiros, que avançam com o desmatamento dentro da Área Sul da TI Kayabi. Em outra situação, os Kaiabi têm sofrido restrições de acesso ao Morro do Jabuti e ao rio Santa Rosa, áreas importantes para a caça e que estão inseridas em uma área requerida pela empresa BRSCAN. Segundo os índios, a empresa exige que peçam autorização para entrada na área, o que se recusam a fazer.

Conflito semelhante ocorre em áreas ocupadas por outro grupo, composto por pequenos posseiros, que se estabeleceram dentro da Terra Indígena em razão de assentamentos realizados pelo INCRA, sem a devida consulta prévia à FUNAI. São ocupantes do lado do Pará e definidos como de índole violenta, por conta inúmeros encontros mais intensos e ameaças de morte. Há unanimidade entre os índios a respeito de sua saída. É importante ressaltar, também, as atividades de garimpo e turismo realizadas no interior da Terra Indígena Kayabi. Há dragas de garimpo remanescentes do período aurífero que ainda operam no Teles Pires, assim como pousadas de pesca esportiva que se estabeleceram dentro da Terra Indígena, ou possuem rotas de pesca em seu interior. Apesar de percebidos como invasores e causarem problemas eventuais, os pousadeiros e garimpeiros possuem um estatuto diferenciado de parceiros, pois compensam os índios financeiramente ou com mercadorias, em troca da utilização da área. Porém ambos disputam a confiança dos índios e têm os rios como

elemento chave para seus negócios, naturalmente incompatíveis. A Figura 7 aponta espacialmente a sobreposição de invasões aos locais de importância e aldeias antigas.

Os garimpeiros compartilham uma concepção similar à dos fazendeiros e posseiros, de que a natureza deve ser explorada com técnicas adequadas para gerar algum tipo de receita. Entretanto, não operam em um território definido, o que não impõe qualquer tipo de conexão particular com a terra. Afirmam ter conhecimento de que os índios habitavam essa região há muito tempo e se dizem favoráveis à demarcação, com esperança de poderem trabalhar de forma legalizada dentro da Terra Indígena.



Fonte: OLIVEIRA 2010.

Figura 7 - Sobreposição de invasões aos locais de importância e aldeias antigas

Os pousadeiros também se dizem favoráveis à demarcação da Terra Indígena, pois acreditam que esta é a melhor alternativa para preservar a beleza natural da região. Seu interesse principal é ter acesso livre a áreas conservadas e com maior incidência de peixes

considerados exóticos. Vale mencionar a forte concorrência entre as pousadas para terem o acesso privilegiado a locais situados dentro da Terra Indígena, especialmente ao rio Cururuzinho.

Esse caso do rio Cururuzinho merece certo destaque, uma vez que é considerado sagrado pelos Kaiabi e está envolvido em potenciais conflitos de uso. Além de disputado pelos pousadeiros, é alvo de pescadores que utilizam práticas ilegais, como o uso da “malhadeira” mesmo no período da piracema. Esta atividade foi apontada pelos Kaiabi como a principal responsável pela diminuição do número de peixes.

No que se refere ao uso de determinados locais, os desentendimentos entre pousadeiros e garimpeiros são frequentes e acabam por envolver de alguma forma os povos indígenas. Pode ser citado como exemplo o interesse das pousadas em estender suas rotas de pesca abaixo da cachoeira Rasteira, enquanto os garimpeiros têm o desejo de subir a Rasteira para terem acesso a uma porção valorizada e pouco explorada do rio. Enquanto os Munduruku e Apiaká são mais favoráveis aos garimpeiros e determinam que as pousadas também lhes proporcionem compensações financeiras, os Kaiabi são mais favoráveis aos pousadeiros e exigem que os garimpeiros aumentem o valor mensal de contribuição, caso queiram explorar áreas acima da cachoeira Rasteira.

Além de casos específicos em que os conflitos entre índios e não índios podem se acentuar com a chegada das novas usinas, é importante considerar a possibilidade de criação de conflitos entre os grupos indígenas que habitam a região. Sob a pressão dos novos contingentes populacionais e da movimentação constante nos arredores da Terra Indígena Kayabi, pode-se esperar que parte da população indígena se desloque para áreas mais distantes dos empreendimentos. O aumento da competição por novos locais para a fixação de aldeias e por recursos naturais, em particular a caça e a pesca, pode colocar os diferentes grupos em conflito. Essa possibilidade de agravar os conflitos socioambientais entre os povos indígenas é particularmente preocupante no caso dos índios isolados, que se encontram naturalmente em uma situação de maior vulnerabilidade.

A partir da complexa relação entre os atores envolvidos diretamente nos conflitos, é possível compreender o motivo pelo qual dificilmente se alcança uma solução satisfatória para todas as partes. Diante das controvérsias inerentes aos processos sociais de ocupação territorial, das histórias regionais e dos relacionamentos entre as pessoas e a natureza, cada um dos grupos em disputa acredita estar no seu mais amplo direito de defender suas territorialidades da maneira que mais lhes convém. Não somente suas demandas e interesses, mas os principais sentimentos, valores e concepções da natureza que embasam seus posicionamentos tornam legítimas suas reivindicações e contribuem para a perpetuação do conflito.

Segundo a Revisão do Conteúdo Antropológico, as expectativas dos índios sobre a implantação das UHE são de que estes empreendimentos chegam para trazer mais um grupo de interesses voltados para prejudicar seu modo de vida tradicional, sem qualquer tipo de benefício em curto prazo. Como a Terra Indígena Kayabi ainda se encontra em processo de regularização, esse fato pode gerar mais conflitos com outros atores e trazer insegurança aos índios em relação à demarcação prevista na Portaria Declaratória 1149 de 2002, após mais de 20 anos de luta.

De fato, o agravamento da frágil situação fundiária em que se encontra a região sul da Terra Indígena Kayabi, mais próxima dos principais centros urbanos da região e dos novos empreendimentos, pode dificultar seu processo de regularização, aumentando a incerteza da população indígena com relação à garantia da sua territorialidade, que constitui seu fator central de identificação e viabiliza sua reprodução física, produtiva e cultural.

3.6 Alteração nas relações dos índios com as atividades econômicas

3.6.1 Descrição do Impacto

Há inúmeros casos de envolvimento de índios em atividades econômicas que não fazem parte da sua cultura. Segundo a Revisão do Conteúdo Antropológico, ao longo dos anos o contato e o envolvimento gradativo com os modos de vida dos não índios foram responsáveis pela criação de certa dependência econômica por parte de alguns grupos indígenas. No caso da região ao sul da Terra Indígena Kaiabi, na qual estarão localizados os empreendimentos, esta dependência se manifesta na relação dos índios com as atividades de turismo e garimpo, que destinam determinada quantia em dinheiro ou fornecem insumos e equipamentos para algumas aldeias, como forma de compensar o uso de recursos existentes em suas terras, ou pela simples condição de exercerem atividades no interior da Terra Indígena sem serem perturbados. Diante dos novos empreendimentos e das interferências positivas e negativas sobre as atividades econômicas existentes, é possível que haja mudanças, principalmente, na relação dos índios com os pousadeiros e garimpeiros. Esses dois grupos, apesar de vistos como invasores, são considerados parceiros pelos índios, na medida em que suprem parte de suas carências financeiras, materiais e de locomoção.

Uma vez que os empreendimentos previstos terão grande efeito sobre a dinâmica econômica da região, é também importante avaliar as oportunidades de envolvimento direto dos índios em novas atividades, especialmente naquelas ligadas aos Programas Socioambientais associados aos novos empreendimentos, que demandam conhecimentos específicos da região. Este impacto sobre o componente indígena representa tanto as mudanças na relação dos índios com as atividades econômicas existentes, quanto o seu possível envolvimento em novas atividades. Além da geração de postos de trabalho que possam ser absorvidos pelos índios,

as novas intervenções podem estimular as atividades atualmente consolidadas na região, beneficiando indiretamente os índios que recebem apoio dos empresários. Ao mesmo tempo, é possível que ocorra o efeito inverso, que os empreendimentos venham a restringir espacialmente algumas dessas atividades e estas deixem de dar apoio financeiro aos índios.

Trata-se de um impacto **ambivalente**, assumindo um caráter positivo ou negativo de acordo com a situação específica. Tem início na fase de **implantação** do empreendimento e se estende pela fase de **operação**, associado às atividades de acompanhamento dos empreendimentos e à nova dinâmica econômica. Entretanto, a tendência é que seja mais intenso na fase de implantação, quando há maior estímulo à economia da região, bem como uma movimentação mais intensa de recursos e de trabalhadores. Este impacto é **permanente** e **reversível**. A intensidade e a probabilidade de ocorrência foram avaliadas de acordo com o efeito que cada uma das usinas poderá ter sobre a economia local e regional, as restrições que cada uma delas poderá impor sobre as atividades econômicas existentes, a distribuição e concentração de aldeias das etnias Kaiabi, Munduruku e Apiaká, bem como o grau de envolvimento de cada uma delas com as referidas atividades econômicas.

3.6.2 *Processos Impactantes*

A avaliação deste impacto específico sobre o componente indígena resulta da análise integrada de diferentes impactos identificados e avaliados nos Estudos de Impacto Ambiental das UHE de São Manoel e Foz do Apiacás, a saber:

- *Dinamização da economia*
- *Geração de empregos*
- *Modificação das condições para atividades turísticas*
- *Modificação das condições atuais de extração mineral*

Para a compreensão deste impacto, é importante levar em conta duas óticas distintas. Enquanto os três empreendimentos são capazes de estimular de forma intensa a economia e gerar empregos, ao analisá-los de outra perspectiva percebe-se que podem gerar restrições e até levar ao encerramento de atividades econômicas consolidadas.

Ao considerar a capacidade de *dinamização da economia* associada aos novos empreendimentos, os índios podem se beneficiar de um incremento nas atividades que já lhes dão algum tipo de suporte financeiro, como é o caso do turismo e do garimpo. Segundo os EIA, é esperado um grande aumento na massa monetária circulante, bem como na demanda por bens e serviços derivados direta ou indiretamente da obra, o que pode estimular diferentes setores, entre eles o de extração mineral e o de turismo. Vale lembrar a tendência de amenização desse efeito com o término das obras, o que pode afetar a renda associada a tais atividades na fase de operação das usinas.

Ainda no campo positivo, é importante considerar a possibilidade de envolvimento dos índios em atividades que venham a surgir por conta dos novos empreendimentos. Nesse caso, merece destaque a participação em diversas ações socioambientais necessárias, principalmente, durante as fases de implantação e operação, como os programas de monitoramento, acompanhamento e fiscalização, além do suporte a programas de conservação de fauna e flora, entre outros. Vale destacar o fato de que essa possível ocupação da mão de obra indígena tende a durar por toda a vida útil das usinas.

Do ponto de vista negativo, a possível alteração nas relações dos índios com as atividades econômicas está associada às interferências diretas nas atividades econômicas que prestam apoio financeiro aos índios. Nesse caso é interessante analisar alguns impactos identificados nos EIA, que atuam no sentido contrário da dinamização da economia, mas de forma pontual. É o caso da *modificação das condições para atividades turísticas* e da *modificação das condições atuais de extração mineral*, que representam o possível deslocamento compulsório de pousadas e áreas de garimpo por causa dos reservatórios, ou da infraestrutura de apoio necessária às obras.

3.6.3 Elementos Etnoecológicos Associados

A definição do quadro atual das relações dos índios com as atividades econômicas é o ponto de partida para a avaliação deste impacto. Sabe-se que existe um acordo dos índios com os garimpeiros e os pousadeiros, que os compensam financeiramente ou com mercadorias, por estarem utilizando a área. Apesar de terem consciência de que o garimpo polui o rio e os pescadores acabam matando peixes, os índios consideram importante a ajuda que eles lhes oferecem.

Após viver o seu auge em 1984, a decadência da exploração aurífera se confirmou entre os anos de 1989 e 1994, principalmente em razão do esgotamento das jazidas, da desvalorização do preço do ouro e da conjuntura econômica desfavorável ao consumo. Dragas e balsas foram deixadas no leito do rio e a maioria dos garimpeiros abandonou a região. No entanto, algumas dragas remanescentes ainda operam no interior da Terra Indígena Kayabi, abaixo da cachoeira Rasteira. Os garimpeiros possuem um acordo com os índios que os permitem atuar desde a Cachoeira Rasteira até a foz do Teles Pires.

Os garimpeiros assumem uma postura de indiferença e buscam assistir os índios em muitas de suas demandas, com o propósito de serem reconhecidos como parceiros. A estratégia principal para continuar suas atividades é se aproximar dos índios, ouvindo suas reivindicações e adquirindo seu apoio. Qualquer desentendimento de maior proporção pode interromper seus trabalhos, pois as dragas ficam próximas às aldeias dos Munduruku e Apiaká, principalmente. Assim, para garantir a continuidade de suas atividades, se afirmam no campo

local pelo relacionamento diário com os índios e ocupam um posicionamento estável, a partir de posturas assistencialistas.

Segundo a Revisão do Conteúdo Antropológico, as seis dragas contribuem mensalmente com 100 gramas de ouro e 400 litros de combustível, além de patrocinarem regularmente os movimentos políticos dos Kaiabi na cidade. A fim de tentar consolidar sua relação de parceria com os Kaiabi, difundem constantemente o discurso de que são os maiores aliados dos índios na Terra Indígena e no processo de demarcação.

No caso das pousadas de pesca esportiva que se situam ou atuam na Terra Indígena Kayabi, todas passaram a operar justamente após a decadência das atividades garimpeiras no Baixo Teles Pires, quando as dragas e balsas deixaram o rio. Duas delas possuem sede fora da Terra Indígena (Pousada Thaimaçú - no rio São Benedito e Pousada Mantega - no rio Teles Pires, pouco abaixo do Salto Sete Quedas), com rotas de pescaria em seu interior, ao passo que a Pousada Santa se situa bem próximo da aldeia Kururuzinho.

Os pousadeiros se definem como pessoas ligadas à preservação da Amazônia e alegam que as belezas naturais estão no centro das motivações que trazem os turistas do sudeste e sul do Brasil para região. De forma semelhante aos garimpeiros, procuram consolidar a relação de parceria com os índios e manter suas atividades por meio de atitudes assistencialistas. Com o argumento de que se interessam pela preservação da floresta e da Terra Indígena, suas atuações estão regularmente voltadas para o plano local, a fim de manter os índios sob certo controle e dependência.

A Pousada Santa Rosa contribui com um valor mensal variável, além de ter comprado a casa sede da Associação Indígena Kawaip Kayabi, situada na cidade de Alta Floresta e que serve de apoio aos índios em trânsito. A Pousada Mantega, contribui com valor mensal pago em espécie e o fornecimento de combustível, além da aquisição de um veículo F-4000, um barco com motor de popa e um gerador a diesel.

A relação dos índios com o turismo pode se desenvolver de formas diferentes. O turismo da forma como é realizado hoje pode ser intensificado a partir do aumento populacional e das facilidades de acesso à região. Alguns índios já trabalham como “piloteiros” das pousadas e essa participação pode aumentar. Caso os reservatórios venham a incrementar as atividades turísticas e de lazer, é possível que haja efeitos positivos para os índios, inclusive na prestação de serviços.

No contexto dos efeitos negativos da alteração nas relações dos índios com as atividades econômicas, pode-se cogitar a possibilidade de encerramento ou deslocamento das atividades de garimpo e turismo para outras áreas, o que interfere na relação assistencialista que

mantêm com os índios. Como exemplo, podem ser citadas as pousadas que funcionam na área do futuro reservatório da UHE de São Manoel e que prestam apoio a algumas aldeias. Segundo o EIA desta usina, três pousadas que hoje contribuem com o sustento dos índios deverão ser relocadas.

Por fim, vale lembrar o potencial de contratação de indígenas em atividades relacionadas aos empreendimentos, por conta do grande conhecimento que possuem da região. A sua forte relação com o ambiente natural poderá ser de grande utilidade para a elaboração e execução dos programas de apoio aos novos empreendimentos que tenham como base a compreensão da dinâmica dos ecossistemas locais, ou o conhecimento específico das características da fauna e da flora. Apesar de não dispensar a devida capacitação técnica, os índios poderão se envolver em programas de monitoramento ambiental e outras atividades que tenham relação com suas ocupações tradicionais, ou que possam convergir com o seu interesse na preservação da região.

3.7 Alteração na Paisagem e Perda de Referenciais Socioespaciais e Culturais

3.7.1 Descrição do Impacto

Conforme mencionado na descrição do impacto referente aos conflitos territoriais, os povos indígenas que habitam a região do Baixo Teles Pires costumam estabelecer relações entre lugares específicos e a sua história, construindo sua territorialidade e estreitas relações com o ambiente circundante. A partir dessa relação com o ambiente natural, intimamente ligada à sua história cultural e aos mitos de criação, é que foram definidos os padrões de significação territorial que os orientam e definem seus movimentos espaciais. De forma similar, os fenômenos e os ciclos naturais funcionam como indicadores e orientam uma série de atividades cruciais para a sua sobrevivência. Para avaliar este impacto, é importante compreender que a relação dos povos indígenas com o ambiente natural que os cerca vai além da dimensão espacial e da extração dos recursos naturais disponíveis. Envolve relações emocionais e simbólicas que fortalecem o sentimento de pertencimento em relação àquela região em particular.

Segundo a Revisão do Conteúdo Antropológico, quando os índios se afastam de suas aldeias, os rios adquirem importância fundamental na sua orientação e na definição do espaço como lócus de sociabilidade, apesar de serem reconhecidos pelo perigo e limitações que oferecem. As direções acima e abaixo nada têm a ver com os pontos cardeais norte e sul, mas seguem o fluxo do rio, de modo que as nascentes estão localizadas acima e sua foz abaixo. Os principais rios, igarapés, lagos, corredeiras, cachoeiras e morros possuem algum tipo de denominação. Assim, a abundância de algum animal ou vegetação nas margens de um rio, algum tipo de

configuração visual peculiar, ou o local de alguma batalha que tenha ocorrido no passado são boas razões para a escolha de nomes para os rios e pontos em seus arredores. Logo, o conhecimento dessa toponímia está em estreita consonância com o conhecimento prático do território daqueles que por ele caminham. O rio Teles Pires, em particular, está inextricavelmente ligado ao mito de criação e às formas de afirmação territorial desses povos.

Nesse contexto, o impacto associado à alteração na paisagem e perda de referenciais socioespaciais e culturais, específico sobre o componente indígena, está relacionado a todas as alterações consequentes dos novos empreendimentos, particularmente no campo do visível, que possam afetar a cultura ou o modo de vida dos povos indígenas. Assim, contempla a interferência nas atividades realizadas pelos índios, associadas de alguma forma a fenômenos e elementos da natureza que, ao serem impactados, provocam alterações temporárias ou permanentes na dinâmica destas atividades. Além das interferências diretas sobre a paisagem, são considerados os impactos sobre a fauna, a flora e o regime fluvial.

Trata-se de um impacto de natureza **negativa** relacionado, principalmente, às alterações na paisagem decorrentes da **implantação** e **operação** dos empreendimentos. Apesar dos impactos identificados e avaliados nos EIA das duas usinas estarem associados, em sua maioria, à fase de implantação, o impacto sobre o componente indígena é considerado **permanente** e **irreversível**, uma vez que alguns locais e referenciais importantes serão modificados de forma definitiva. Neste caso, a intensidade e a probabilidade de ocorrência variam de acordo com as características de cada uma das usinas e os impactos sobre os elementos que compõem a paisagem, a importância destes elementos para os Kaiabi, os Munduruku e os Piaká, a distribuição e concentração destas etnias na região, bem como a relação de cada uma delas com o território em que incidirão os impactos.

3.7.2 Processos Impactantes

A análise integrada dos processos associados a este impacto específico sobre o componente indígena sugere a associação de uma série de impactos identificados nos EIA sobre os meios físico e biótico, os quais podem ser potencializados por impactos socioeconômicos. Além daqueles que afetam diretamente a paisagem, é importante avaliar as relações diretas e indiretas entre os impactos relacionados à cobertura vegetal, à fauna, aos rios e ao uso do solo de uma maneira geral, todos importantes para os índios do ponto de vista referencial e simbólico. Assim, foram considerados na análise os seguintes impactos, retirados dos Estudos de Impacto Ambiental das UHE de São Manoel e Foz do Apicás:

- *Alteração da paisagem*
- *Perda de cobertura vegetal*

- *Perda de habitat da fauna local*
- *Aumento da pressão antrópica sobre a fauna terrestre*
- *Redução da riqueza e abundância de espécies da fauna*
- *Instabilização de encostas, ocorrência de processos erosivos e carreamento de sedimentos*
- *Alteração do regime fluvial*
- *Alteração da qualidade da água à jusante da barragem*

Diante da complexa rede de relações entre os impactos listados, eles foram tratados de forma conjunta na análise, agrupados em impactos sobre a flora, a fauna e a dinâmica fluvial, de modo a facilitar a compreensão do texto.

Conforme descrito nos EIA, a *alteração da paisagem* pode ser entendida como uma modificação no domínio do visível, ou toda interferência na estrutura da paisagem de um dado território, causando a perda de referências sócio-espaciais e culturais da população local. Os impactos sobre a paisagem relacionados com as UHE variam de acordo com as etapas. Durante a implantação da infraestrutura de apoio, o impacto na paisagem está associado, principalmente, à degradação relacionada aos movimentos de terra que podem, inclusive, causar erosão dos terrenos envolvidos nas construções e consequente assoreamento de corpos hídricos próximos. Na etapa de construção da obra principal, as modificações na paisagem estão relacionadas à exploração de jazidas, escavações e disposição de bota-fora, além da construção das estruturas do empreendimento. Na etapa de fechamento da barragem e formação do reservatório, a transformação da paisagem se completa com a formação do lago.

A *perda de cobertura vegetal* tem uma relação muito próxima com a *alteração da paisagem* e ambos convergem para uma mesma direção, uma vez que a perda de vegetação constitui-se em uma alteração dos aspectos paisagísticos. É necessário retirar a vegetação para implantação de toda a infraestrutura de apoio às obras, o que inclui as vias de acesso, canteiro de obras e bota-fora, além das áreas que darão lugar aos empreendimentos propriamente ditos, principalmente os reservatórios. Da mesma forma, a *Instabilização de encostas, ocorrência de processos erosivos e carreamento de sedimentos* decorrentes de ações relacionadas à abertura ou melhoria de acessos viários, implantação de canteiros e alojamentos e de escavações no sítio construtivo podem contribuir para a alteração da paisagem. Cabe ressaltar que esses processos do meio físico são dependentes da suscetibilidade erosiva dos locais das obras, que se apresenta variável conforme condicionantes geológicos, de relevo, de uso do solo e cobertura vegetal. Apesar disso, sempre implicam em alterações significativas na paisagem.

A supressão da cobertura vegetal e o alagamento das áreas a serem ocupadas pelos reservatórios provocam a *perda de habitat da fauna local*, o que implica em deslocamento, mudança de comportamento e até desaparecimento de determinadas espécies, conforme apontam os EIA. Além de serem parte integrante e indissociável da paisagem, os animais se comportam de formas particulares que servem de referência para algumas atividades dos índios, principalmente a caça. O *aumento da pressão antrópica sobre a fauna terrestre* e a consequente *redução da riqueza e abundância de espécies da fauna* contribui neste mesmo sentido, com possíveis efeitos sobre o comportamento e a disponibilidade de espécies utilizadas como alimento. Estas relações são tratadas com mais detalhes no item 3.1, referente à Interferência sobre a flora e fauna terrestre e os recursos de caça.

É importante considerar, ainda, a capacidade do adensamento populacional em potencializar o processo de desmatamento. Com a dinamização da economia e as consequentes mudanças na dinâmica demográfica, é provável que se estabeleçam novos vetores de desmatamento e ocupação, o que poderá alterar a paisagem de áreas ainda preservadas e interferir no comportamento da fauna.

No que se refere à dinâmica fluvial é preciso considerar todas as interferências temporárias ou permanentes sobre o rio Teles Pires, principalmente, no qual serão instalados os empreendimentos. Além de se tratar de uma referência importante do ponto de vista espacial e simbólico, é também um referencial de tempo, na medida em que a dinâmica sazonal do ciclo das águas orienta o plantio das roças. As três usinas irão operar a fio d'água, o que ocasiona modificações no regime de vazões do rio somente durante o período de enchimento do reservatório, uma vez que não é feita regularização de vazões. Assim, a *alteração do regime fluvial* pode interferir nas atividades realizadas pelos índios, mas de forma temporária. Outro aspecto que merece atenção é a *alteração da qualidade da água à jusante da barragem*, pois os processos envolvidos na implantação das usinas podem provocar a poluição e o aumento da turbidez da água do rio, ambos facilmente perceptíveis pelos índios.

Há outros impactos identificados nos EIA que contribuem para a compreensão deste fenômeno, especialmente no que se refere à qualidade da água, como a Instabilidade de encostas, ocorrência de processos erosivos e carreamento de sedimentos, a alteração das características hidráulicas do escoamento e a retenção de sedimentos no reservatório. As relações entre esses impactos e suas consequências sobre a dinâmica fluvial são analisadas com mais detalhes no item 3.3 deste relatório, alteração da dinâmica fluvial.

É indispensável acrescentar uma questão tratada de forma superficial nos EIA, que diz respeito à perda de referenciais simbólicos em função das áreas a serem alagadas ou desmatadas pelos inúmeros processos desencadeados a partir da construção das novas usinas. Considerando a sua forte relação com o ambiente natural, o possível desaparecimento de

locais que possam ter valor histórico e cultural para os povos indígenas, como praias, cachoeiras, ilhas e matas com características específicas, será sentido de forma negativa. A simples percepção das interferências físicas no rio Teles Pires e a presença de estruturas de grande porte em áreas antes preservadas tem efeitos negativos importantes para os índios, especialmente do ponto de vista simbólico. Ao incidirem diretamente sobre a flora, a fauna ou os recursos hídricos, os impactos analisados estão inevitavelmente relacionados a possíveis alterações na paisagem e resultam na perda de referenciais socioespaciais e culturais para os povos indígenas da região.

3.7.3 Elementos Etnoecológicos Associados

Conforme indicado anteriormente, os índios possuem uma relação emocional estável com o ambiente em que vivem e no qual construíram, ao longo do tempo, a sua territorialidade. A compreensão deste impacto exige que a análise incorpore a complexidade das relações ecológicas e simbólicas que constituem a história e a cultura dos povos indígenas. É fundamental o reconhecimento da importância visual dos elementos que compõem a paisagem para o modo de vida dos índios. O rio Teles Pires, por exemplo, possui um papel fundamental nesse sentido e está inextricavelmente ligado ao mito de criação e à formas de afirmação territorial Kaiabi. O seu ritmo orienta e também é orientado por uma grande variedade de “sinais” da natureza. Os Kaiabi estão sempre atentos às mudanças que orientam suas atividades.

Alguns exemplos de como a “leitura” do ambiente é importante para os índios são descritos nos itens referentes aos impactos sobre a dinâmica fluvial, os recursos de caça e de pesca (itens 3.1, 3.2 e 3.3). Entre eles, as borboletas amarelas (panã-panã), cuja presença nas margens indica que o rio não subirá mais, as mangueiras da aldeia Kururuzinho, que indicam o ponto máximo de alagamento pela altura da água em relação às suas raízes, a relação do nível do rio Teles Pires com a queda dos últimos ouriços de castanha e o canto de certos pássaros que, junto com o amarelecimento e queda das folhas da árvore yagyp, indicam a chegada do verão.

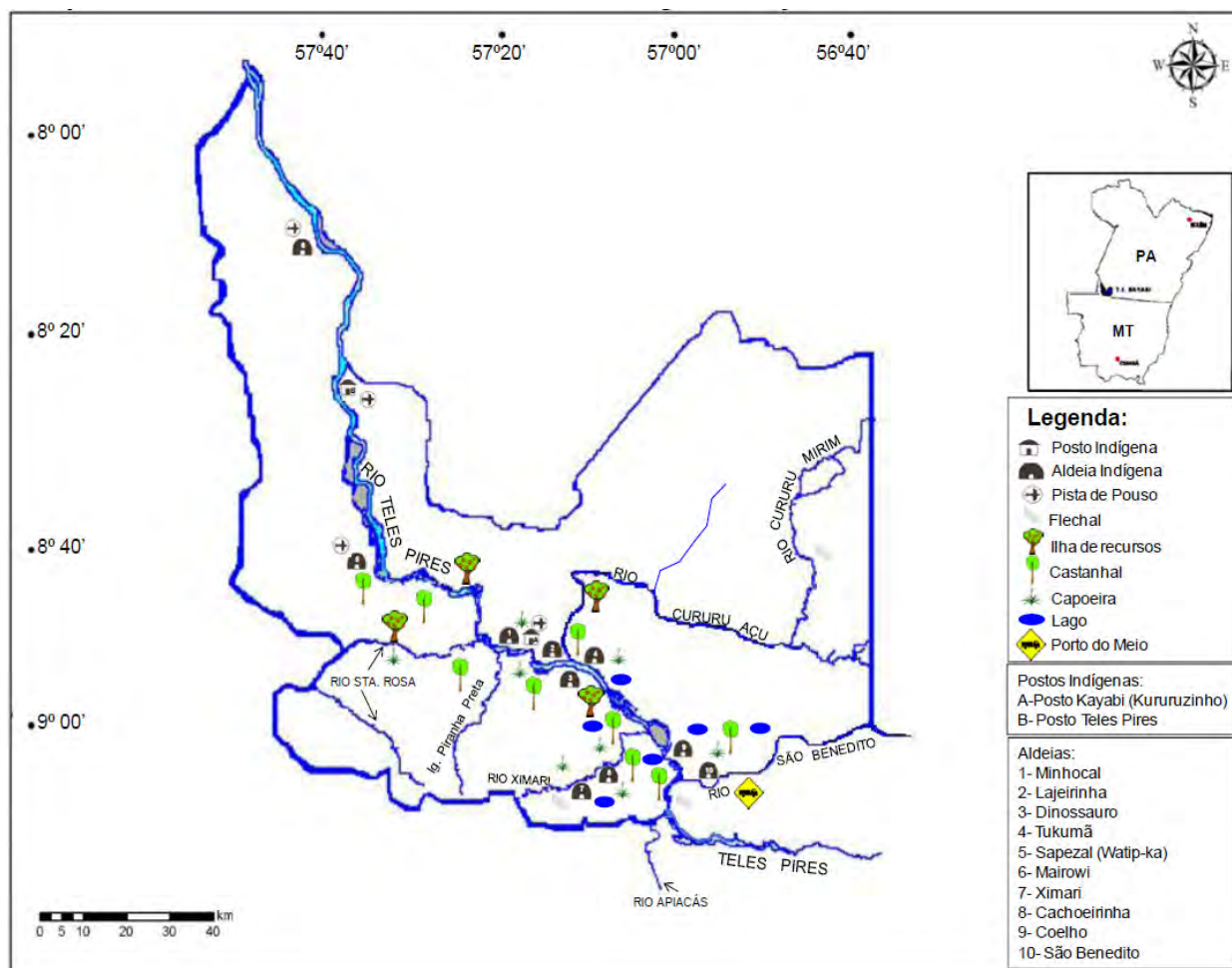
A manifestação visual da duração e intensidade dos períodos de inundação é o fator primário utilizado para marcar o início de uma estação e o término de outra. Isto se evidencia pelo discernimento dos dois principais microambientes: yapopet (floresta inundável na época das chuvas) e ka'areté (floresta de terra firme que nunca inunda). O microambiente com vegetação mais baixa que cobre as praias e ilhas (ypo'o) também recebe um estatuto diferenciado, sujeito às influências fluviais, surgindo ou desaparecendo com o passar das estações. Outras duas configurações que caracterizam marcadamente o visual paisagístico no Teles Pires são nomeados de wytyt e wytyti'í, sendo o primeiro relacionado aos morros e o

segundo aos morros menores.

Para os Kaiabi, o ciclo da água também é muito importante para a dimensão espacial e permite a identificação de ambientes como os ka'apapawet (mato na beiras das lagoas), o yatarã (planícies pantanosas, constantemente alagadas, no interior das florestas de terra firme), o ywyantã (ponto máximo onde a água alcança, quando se iniciam as terras mais altas, onde ficam os animais como anta, paca e tatu).

Entre os locais preferidos dos Kaiabi está o Lago do Jabuti (ou Morro do Jabuti), local preferido para a coleta, a caça e a busca de materiais para artesanato. O Lago do Jabuti é considerado um lugar verdadeiramente sagrado dentro da Terra Indígena. Segundo a Revisão do Conteúdo Antropológico, muitas são as histórias contadas pelos mais velhos a respeito do espírito de um pajé que vive dentro de uma caverna na base do morro. Além disso, existem muitos antepassados enterrados nas redondezas do lago. A Figura 8 ilustra os principais locais de coleta da TI Kayabi.

Há também a microrregião Tabuleiro, que condensa pelo menos três aldeias antigas, entre elas a aldeia Tabuleiro, situada abaixo da foz do rio Apiacás, descendo o rio Teles Pires. É um dos locais onde os Kaiabi encontram um tipo específico de bambu, chamado de taquari, bastante utilizado na confecção de flechas.



Fonte: OLIVEIRA, 2010

Figura 8 - Mapa de coleta e extrativismo - Terra Indígena Kayabi

Nem todos os locais de importância se situam dentro dos limites territoriais da Terra Indígena Kayabi, apesar da sua relevância cultural e simbólica. Como exemplo, pode ser citado o Salto Sete Quedas, cuja transposição e “conquista” pelos seus ancestrais tem grande importância histórica para os Kaiabi. Apesar de não terem estabelecido aldeias na região abaixo do Sete Quedas, ela já era conhecida pelos mais velhos, narrada em várias histórias e tida pelos Kaiabi como região de perambulação e também território de influência dos Munduruku.

Outro local importante é a cachoeira Rasteira, reconhecida como uma espécie de perímetro imaginário que separa os Kaiabi não apenas das outras etnias que vivem mais abaixo, mas também estabelece um tipo de limite entre sua região e o espaço que não consideram muito propício para sua forma padrão de habitação. De forma similar, o rio Cururuzinho é tido pelos Kayabi como um rio de importância sagrada, por abrigar em suas cabeceiras o “chefe dos bichos” (mama'é), que dá origem a todos os seres vivos da floresta. Apesar de estar um pouco mais distante dos barramentos estipulados para as UHE's São Manoel e Foz do Apiacás, tem

grande importância como local de pesca e caça durante todo o ano.

Há outros rios de importância diferenciada para índios, como o São Benedito e o Apiacás. As margens do rio São Benedito abrigam capoeiras e sítios arqueológicos que compõem um inventário de outro local de ocupação antiga e estabelecimento de cemitérios. É nas proximidades deste rio que existe o Lago Azul, local de grande abundância de antas, que os Kaiabi costumavam utilizar em suas caçadas no passado. As praias que aparecem nas margens desses rios nos meses de verão são os locais onde os índios costumam coletar ovos de tracajá e tartaruga, que compõem uma das principais bases alimentares de sua dieta na estação seca.

No que se refere às relações dos elementos paisagísticos com a pesca, a turbidez da água é uma das características que influencia nas decisões sobre a época e os locais mais adequados para a pesca. Apesar de ser realizada durante todo o ano, a atividade se torna mais fácil ao longo do verão, época em que os rios estão mais baixos e a água mais clara, sendo possível percorrer distâncias maiores. No inverno, ou tempo das chuvas, as dificuldades para conseguir peixes maiores aumentam, o que faz com que concentrem a atividade de pesca no Teles Pires, nas proximidades da aldeia ou em igapós que se formam ao longo da margem do rio. Os Kaiabi conhecem os lugares mais propícios para pescar determinados tipos de peixes, havendo um consenso maior quanto às praias e remansos. O Lago do Jabuti, juntamente com o Lago do Kaipá são constantemente mencionados como referências para pesca de tucunaré.

De forma análoga aos Kaiabi, os artifícios de subsistência do povo Apiaká também estão relacionados ao seu conhecimento das unidades de paisagem, bem como da flora e da fauna presentes em cada uma delas. O conhecimento sofisticado dos processos ecológicos, como o comportamento dos rios, a reprodução das plantas e o padrão de atividade e dieta dos animais, permite aos Apiaká realizar interferências que asseguram a manutenção da biodiversidade, respeitando-se as características e limitações e favorecendo as potencialidades do meio ambiente. A organização das atividades produtivas nas aldeias Apiaká também é pautada no regime das águas, distinguindo o inverno do verão em função da frequência das chuvas. Os Apiaká classificam o ambiente em 12 unidades de paisagem, combinando os critérios de forma da superfície terrestre, tipo de solo, ocorrência de espécies de flora e fauna e modo de interação entre elas, além do regime das águas. Não só para eles, mas para as outras etnias, os ambientes sazonais têm grande importância. É o caso do igapó, que aparece no inverno, e da praia e da várzea, que aparece no verão.

A descrição das relações dos povos indígenas com os elementos da paisagem permite perceber a sensibilidade dos índios em relação a modificações no ambiente em que vivem. Ao mesmo tempo, sabe-se que alguns locais situam-se longe dos empreendimentos e provavelmente não serão impactados.

De qualquer forma, não basta avaliar as interferências nas unidades de paisagem existentes, como o alagamento de áreas importantes e o desmatamento. É preciso dar a devida importância à introdução de elementos que não fazem parte do ambiente natural a que os índios estão acostumados, como é o caso das barragens e estruturas necessárias para o funcionamento das usinas. Deve-se considerar, assim, o impacto visual que essas novas estruturas terão sobre os povos indígenas que transitam naquela área, assim como a sua percepção em relação às interferências sobre a dinâmica dos ecossistemas da região e, conseqüentemente, sobre suas atividades e modos de vida.

3.8 Matrizes de Impacto

A seguir, são apresentadas as matrizes de impacto das UHE São Manoel e Foz do Apiacás resultantes da avaliação de impactos (Tabela 5 e Tabela 6). As matrizes são compostas pelos impactos específicos sobre as populações indígenas, nas linhas, e pelas categorias analíticas utilizadas na avaliação de impactos. A conceituação dessas categorias e os critérios para classificação são apresentados na Tabela 2, no Capítulo 2. Cada matriz é segmentada por etnia nas categorias “probabilidade de ocorrência”, “intensidade”, “significância” e “importância”. Esse recurso foi adotado com o objetivo de oferecer um quadro geral dos impactos de cada usina paralelamente à avaliação de como cada etnia deve ser afetada pelos impactos das usinas.

Tabela 5 - Matriz de Impactos sobre o Componente Indígena - UHE São Manoel

Impacto sobre o CI	Etapa	Natureza do Impacto	Prazo de Permanência	Reversibilidade	Kaiabi				Munduruku				Apiaká			
					Probabilidade de ocorrência	Intensidade	Significância	Importância	Probabilidade de ocorrência	Intensidade	Significância	Importância	Probabilidade de ocorrência	Intensidade	Significância	Importância
Interferência sobre a fauna e flora terrestre e os recursos de caça	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Muito Provável	Média	Alta	Alta	Pouco Provável	Baixa	Alta	Baixa	Pouco Provável	Baixa	Alta	Baixa
Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca à jusante da barragem	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Certa	Alta	Alta	Alta	Certa	Alta	Alta	Alta	Certa	Alta	Alta	Alta
Alteração da dinâmica fluvial ⁷	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Certa	Baixa	Alta	Média	Certa	Baixa	Alta	Média	Certa	Baixa	Alta	Média
Aumento da incidência de doenças na população indígena	C/O	Negativa	Permanente	Reversível	Provável	Média	Alta	Alta	Provável	Baixa	Alta	Média	Provável	Baixa	Alta	Média
Criação ou intensificação de conflitos territoriais	P/C/O	Negativa	Permanente	Reversível	Muito Provável	Alta	Alta	Alta	Pouco Provável	Baixa	Alta	Média	Pouco Provável	Baixa	Alta	Média
Alterações nas relações dos índios com as atividades econômicas	C/O	Ambivalente	Permanente	Reversível	Muito Provável	Média	Média	Média	Provável	Baixa	Baixa	Baixa	Provável	Baixa	Baixa	Baixa
Alterações na paisagem e perda de referenciais socioespaciais e culturais	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Certa	Média	Alta	Alta	Certa	Baixa	Alta	Média	Certa	Baixa	Alta	Média

⁷ Embora o impacto sobre a dinâmica sedimentológica seja permanente e irreversível, o impacto sobre o regime hidráulico a jusante da barragem é temporário e reversível.

Tabela 6 - Matriz de Impactos sobre o Componente Indígena - UHE Foz do Apiacás

Impacto sobre o CI	Etapa	Natureza do Impacto	Prazo de Permanência	Reversibilidade	Kaiabi				Munduruku				Apiaká			
					Probabilidade de ocorrência	Intensidade	Significância	Importância	Probabilidade de ocorrência	Intensidade	Significância	Importância	Probabilidade de ocorrência	Intensidade	Significância	Importância
Interferência sobre a fauna e flora terrestre e os recursos de caça	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Muito Provável	Média	Alta	Alta	Pouco Provável	Baixa	Alta	Baixa	Pouco Provável	Baixa	Alta	Baixa
Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca à jusante da barragem	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Certa	Alta	Alta	Alta	Certa	Alta	Alta	Alta	Certa	Alta	Alta	Alta
Alteração da dinâmica fluvial ⁸	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Certa	Baixa	Alta	Média	Certa	Baixa	Alta	Média	Certa	Baixa	Alta	Média
Aumento da incidência de doenças na população indígena	C/O	Negativa	Permanente	Reversível	Provável	Média	Alta	Alta	Provável	Baixa	Alta	Média	Provável	Baixa	Alta	Média
Criação ou intensificação de conflitos territoriais	P/C/O	Negativa	Permanente	Reversível	Muito Provável	Alta	Alta	Alta	Pouco Provável	Baixa	Alta	Média	Provável	Baixa	Alta	Média
Alterações nas relações dos índios com as atividades econômicas	C/O	Ambivalente	Permanente	Reversível	Provável	Baixa	Média	Média	Provável	Baixa	Baixa	Baixa	Provável	Baixa	Baixa	Baixa
Alterações na paisagem e perda de referenciais socioespaciais e culturais	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Certa	Média	Alta	Alta	Certa	Baixa	Alta	Média	Certa	Baixa	Alta	Média

⁸ Embora o impacto sobre a dinâmica sedimentológica seja permanente e irreversível, o impacto sobre o regime hidráulico a jusante da barragem é temporário e reversível.

4 CUMULATIVIDADE E SINERGIA

Este item tem por objetivo identificar e caracterizar a cumulatividade e/ou sinergia dos impactos sobre o componente indígena decorrentes dos processos impactantes associadas aos aproveitamentos hidrelétricos Foz do Apiacás, São Manoel e Teles Pires.

Antes de iniciar a análise propriamente dita é indispensável apresentar a conceituação de cumulatividade e sinergia adotada nesse estudo. No contexto da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), esses dois conceitos muitas vezes se confundem e a fundamentação científica, seja da cumulatividade ou da sinergia, ainda é assunto controverso. Questões como: qual escala temporal e espacial a considerar; qual o nível de análise; o que considerar como efeito; impacto individual de ação ou impacto cumulativo; qual a diferença entre interação, somatória e sinergia; se existe diferença entre efeito, impacto e mudança ambiental cumulativa; entre outras, são elementos cruciais para uma boa definição conceitual, mas que ainda carecem de consenso para que seja construída uma definição conceitual única (OLIVEIRA, 2008).

Diante desse contexto, foram adotadas nesse trabalho as definições de cumulatividade e sinergia apresentadas na Tabela 7:

Tabela 7 - Definições dos conceitos de cumulatividade e sinergia

Conceito	Definição
Cumulatividade	Compreende a situação em que os processos impactantes provocados por um empreendimento hidrelétrico, acrescidos dos processos impactantes gerados por outros empreendimentos hidrelétricos, concorrem para uma intensificação (caráter aditivo) dos efeitos esperados ⁹ caso os processos impactantes de cada usina fossem avaliados isoladamente. Um exemplo é a retenção de sedimentos por barramentos em sequência.
Sinergia	É identificada sempre que um ou mais processos impactantes provocados por um empreendimento hidrelétrico, somados aos processos impactantes, de mesma natureza ou não, de outros empreendimentos hidrelétricos na bacia hidrográfica, provoquem efeitos distintos daqueles esperados ⁵ caso os processos impactantes fossem avaliados individualmente, ou cujos efeitos não apresentem caráter aditivo, podendo extrapolar a somatória dos efeitos individuais ou resultar num efeito atenuado. Um exemplo desse tipo de efeito resulta do impacto sobre a dinâmica fluvial provocado por vários barramentos consecutivos ao longo do rio, apresentando efeitos adversos sobre a diversidade da ictiofauna que são maiores que a simples somatória dos efeitos de cada usina.

⁹ O termo “efeito esperado” corresponde ao termo “impacto sobre o CI” utilizado ao longo de todo o relatório.

A análise de cumulatividade e sinergia tem por objetivo avaliar as interações existentes entre os diferentes processos impactantes e a forma com que a implantação simultânea dessas três usinas podem intensificar ou atenuar o impacto sobre o componente indígena.

Nesse sentido, a cumulatividade ou a sinergia não devem ser entendidas como características dos impactos sobre o componente indígena, mas sim como os desdobramentos esperados em decorrência da interação entre os processos impactantes de uma ou mais usinas, de forma a alterar a probabilidade de ocorrência ou a intensidade com que incidem os impactos sobre o componente indígena.

Além de considerar a interação entre os processos impactantes e a simultaneidade da implantação das usinas, avalia-se também a existência de outros vetores de desenvolvimento e atividades econômicas que poderão ser deflagradas ou incrementadas pelos aproveitamentos hidrelétricos em questão.

É importante ressaltar que, para alguns dos impactos sobre o componente indígena, a distância entre os elementos impactados (aldeias, locais de interesse, referências socioespaciais, etc) e a área de origem dos processos impactantes (canteiro de obra, alojamentos, áreas de empréstimo, etc) é de fundamental relevância, enquanto para outros, essa variável tem importância secundária na análise.

O principal resultado da análise de cumulatividade e sinergia foi a construção da matriz de impacto considerando a incidência em paralelo dos processos impactantes gerados pelas três usinas e os consequentes efeitos cumulativos e sinérgicos aqui identificados.

De forma sintética, a Tabela 8 apresenta a expectativa de geração de efeitos cumulativos ou sinérgicos no cenário de implantação das três usinas.

Tabela 8 - Efeitos cumulativos e sinérgicos entre as UHE São Manoel, Foz do Apicás e Teles Pires associados Às populações indígenas

Impacto sobre o CI	UHE		
	Foz do Apicás	São Manoel	Teles Pires
Interferência sobre a fauna e flora terrestre e os recursos de caça	S	S	
Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca à jusante da barragem	S	S	S
Alteração da dinâmica fluvial	C	C	C
Aumento da Incidência de doenças na população indígena	S	S	S
Criação ou intensificação de conflitos territoriais	S	S	S
Alterações nas relações dos índios com as atividades econômicas	C	C	C
Alterações na paisagem e perda de referenciais socioespaciais e culturais	C	C	C
Legenda:			
C - Efeito cumulativo entre as usinas			
S - Efeito sinérgico entre as usinas			

4.1 Avaliação e Descrição

A seguir, são apresentadas as descrições da cumulatividade e sinergia entre usinas segundo impactos específicos para as populações indígenas.

4.1.1 Interferência sobre a Fauna e Flora Terrestre e Recursos de Caça

Conforme a descrição desse impacto, no item 3.1, os impactos sobre a caça são decorrentes, principalmente, da perda de cobertura vegetal proporcionada pelas obras da usina e também da pressão antrópica sobre a fauna local como resultado do aumento do contingente populacional da região. Esse tipo de impacto depende diretamente da distância entre os locais de incidência dos processos impactantes e os locais de caça utilizados pelos índios.

Pela proximidade existente entre as usinas de Foz do Apicás e São Manoel, no caso de implantação simultânea, a atuação conjunta dos processos impactantes de ambas usinas podem potencializar o impacto sobre o componente indígena, representado

pelo desequilíbrio ecológico e possível alteração da disponibilidade e distribuição das espécies da fauna importantes para as atividades de caça dos índios, sobretudo dos índios Kaiabi, cujas aldeias e locais de caça encontram-se mais próximos dessas duas usinas. Por considerar que a distância entre a UHE Teles Pires e a TI Kayabi é relativamente grande, considera-se que, para esse impacto sobre o componente indígena, os efeitos de Teles Pires não são cumulativos e tampouco sinérgicos com os efeitos das duas demais usinas.

Pela dificuldade de se predizer o caráter aditivo do impacto sobre o componente indígena, por haver circunstâncias em que esses efeitos possam ser atenuados ou potencializados e também pela relação que esse impacto pode apresentar com o a criação ou intensificação de conflitos territoriais, classificou-se o efeito das usinas Foz do Apiacás e São Manoel sobre a fauna e flora terrestre e recursos de caça como sinérgico.

4.1.2 Interferência sobre a Disponibilidade dos Recursos de Pesca a Jusante da Barragem

De acordo com o item 3.2 desse documento, o barramento do rio é capaz de provocar um grande impacto sobre a ictiofauna, especialmente sobre as espécies migradoras. Ao avaliar o efeito de uma ou mais usinas sobre a ictiofauna os aspectos mais importantes são: a existência de rotas migratórias a jusante dos barramentos, a existência de obstáculos naturais ou artificiais ao longo dos rios barrados e as espécies existentes.

Ainda que o impacto sobre a ictiofauna seja classificado como certo, é muito difícil afirmar exatamente com que intensidade o ecossistema aquático será afetado pelo barramento do rio, ou fazer previsões detalhadas a respeito da disponibilidade e diversidade de peixes depois de instaladas as usinas. Ainda assim, nesse caso, o impacto provocado por uma, duas ou mais usinas deve ser classificado como de alta intensidade.

No caso das usinas de São Manoel e Foz do Apiacás é importante notar que enquanto a primeira interrompe a rota migratória principal dessa bacia hidrográfica, o rio Teles Pires, a segunda interrompe o que seria a principal rota migratória alternativa, o rio Apiacás. Nesse caso, é evidente que a implantação concomitante das duas usinas podem potencializar os impactos sobre a ictiofauna migradora. A principal rota alternativa, nesse caso, passaria a ser o rio São Benedito. Porém, esse rio pode não garantir a manutenção dos estoques atuais, devido ao seu menor porte.

Normalmente os aproveitamentos hidrelétricos estão localizados em locais onde existem saltos topográficos de grande vulto. Nos rios, esses saltos topográficos se expressam na forma de rápidos e cachoeiras que dependendo da altura e da morfologia fluvial podem ser considerados obstáculos naturais para o fluxo migratório da ictiofauna. Na bacia em questão, o salto Sete Quedas, a ser alagado pela UHE Teles Pires, apresenta esse tipo de característica pelo menos para a grande maioria das espécies migradoras existentes no rio Teles Pires, ou seja, o efeito cumulativo sobre a ictiofauna que poderia ocorrer em razão da construção de mais de uma usina no mesmo rio (São Manoel e Teles Pires) tende a ser atenuado pela existência do Salto Sete Quedas. Nesse sentido, o próprio impacto da usina de São Manoel, individualmente, tende a ser atenuado caso a UHE Teles Pires seja construída anteriormente.

Por todas essas razões foi considerado que a implantação concomitante das UHE Foz do Apicás, São Manoel e Teles Pires provoca efeitos sinérgicos sobre a ictiofauna e os recursos pesqueiros a jusante da barragem.

4.1.3 Alteração na Dinâmica Fluvial

A construção de várias barragens hidrelétricas consecutivas num mesmo rio pode causar alterações drásticas na dinâmica fluvial dependendo do arranjo construtivo e da regra operativa da usina. Seguindo o conceito de dinâmica fluvial adotado no item 3.3, deve-se avaliar de que forma os barramentos propostos irão interferir, em conjunto, sobre o regime de escoamento hidráulico e sobre a dinâmica sedimentológica do rio.

Como as três usinas avaliadas nesse documento serão operadas em regime a fio d'água, não são esperadas alterações no regime de vazões do rio Teles Pires, mesmo que sejam implantadas as três usinas. A única exceção é o período de enchimento dos reservatórios, no qual se prevê uma redução sensível da vazão por um prazo determinado. Sendo assim, não foram identificados efeitos cumulativos ou sinérgicos relacionados ao escoamento hidráulico.

No que diz respeito à dinâmica sedimentológica, vários barramentos em sequência concorrem para uma maior retenção de sedimentos se comparado ao efeito de um reservatório individualmente. Nesse encadeamento, o reservatório a montante retém a maior parte do sedimento transportado por arraste, efeito esse que se acumula caso haja outros reservatórios a jusante, ficando evidente, portanto, o caráter cumulativo desse efeito.

Embora a UHE Foz do Apiacás não esteja no mesmo rio que as duas demais usinas, a retenção dos sedimentos transportados pelo rio Apiacás, por se tratar de um afluente do Teles Pires, soma-se à retenção dos sedimentos do rio Teles Pires, intensificando os efeitos a jusante dos barramentos de São Manoel e Foz do Apiacás.

Diante dessas circunstâncias, considerando a implantação das três usinas, classificou-se o efeito sobre a dinâmica fluvial como cumulativo.

4.1.4 Aumento da Incidência de Doenças na População Indígena

Como relatado no item 3.4, o principal fator causador de um possível aumento da incidência de doenças sobre os índios da região é a alteração da dinâmica demográfica da região de entorno das terras indígenas, principalmente o contingente populacional atraído pelas UHE São Manoel e Foz do Apiacás, mais próximas a TI Kaiabi. Esse fator, associado a um possível favorecimento das condições de proliferação de vetores de doenças em função das características das obras e dos próprios reservatórios das hidrelétricas, podem provocar um aumento de doenças como a malária, leishmaniose, dengue, febre amarela e outras, inclusive DSTs.

Considerando, isoladamente, o aspecto do aumento do contingente populacional, poder-se-ia considerar o efeito sobre a incidência de doenças como cumulativo. Entretanto, é pouco provável que a relação entre população atraída e proliferação de vetores ocorra de forma linear, sendo difícil prever o caráter aditivo do efeito que a construção das três usinas teria sobre a incidência de doenças nas populações indígenas. Entretanto, é inegável que o efeito seja de intensificação e que esteja associado às três usinas, pois os efeitos desse tipo de impacto se propagam regionalmente.

Destaca-se também o caráter cumulativo dos efeitos relacionados à *alteração da qualidade da água*, principalmente aqueles relacionados ao eventual lançamento de óleo, graxas, resíduos líquidos decorrentes da limpeza de utensílios e efluentes sanitários provenientes de escritórios e alojamentos, além do lançamento de lixo no rio, durante a etapa de construção. No cenário de implantação das três usinas em paralelo, os efeitos sobre os índios poderão ser potencializados.

Por esses motivos, foi considerado que a instalação das três usinas provoca efeitos sinérgicos no que diz respeito ao aumento na incidência de doenças, sobretudo no caso de construção simultânea, pois esse tipo de impacto é mais intenso na fase de construção das usinas.

4.1.5 Criação ou Intensificação de Conflitos Territoriais

O item 3.5 apresenta as relações existentes entre os processos impactantes que, no contexto socioeconômico e sociopolítico da região, podem contribuir para a criação ou intensificação de conflitos territoriais. Em boa medida, esses conflitos estão relacionados à alteração na dinâmica demográfica, expressa pelo aumento significativo da população na área de entorno dos empreendimentos, sendo mais expressivo durante o período de construção dos empreendimentos.

Obviamente, o cenário de construção de três usinas, somando toda a população atraída pelo empreendimento decorrente da geração de empregos diretos e indiretos e a conseqüente dinamização da economia, deverá potencializar a criação ou intensificação de conflitos territoriais. Embora possa se somar o contingente populacional, essa soma por si só não reflete necessariamente os efeitos sobre a criação ou intensificação de conflitos territoriais, pois há uma grande variedade de desdobramentos possíveis.

Esses desdobramentos dependem não somente do aumento do contingente populacional, mas também dos efeitos de vários outros processos impactantes que possam de alguma forma interferir nas relações territoriais hoje existentes. É o caso da pressão antrópica sobre a fauna e flora terrestre, a pressão antrópica sobre a ictiofauna, a valorização e especulação imobiliária, a modificação das relações sociais e culturais, entre outros.

Por todos esses fatores, considera-se que a construção das três usinas provocarão efeitos sinérgicos sobre a criação e intensificação de conflitos territoriais.

4.1.6 Alteração nas Relações dos Índios com as Atividades Econômicas

De acordo com o item 3.6, a construção das usinas poderá interferir nas relações dos índios com as atividades econômicas que ocorrem no entorno dos empreendimentos, fora das TI e, em alguns casos, dentro da TI Kayabi. Hoje, os índios Kaiabi estão mais envolvidos com atividades do setor de turismo e os Munduruku estão mais envolvidos com as atividades de garimpo.

Com relação às atividades de turismo, o empreendimento de São Manoel, especificamente, alagará as áreas onde hoje existem algumas pousadas que oferecem como atrativo a pesca esportiva. Essas pousadas deixarão de existir, podendo se restabelecer em outro local, mas não necessariamente próximo à TI Kayabi. Trata-se

de um impacto negativo, mas sem caráter cumulativo ou sinérgico, pois envolve somente a usina de São Manoel.

Um efeito que deverá ocorrer é a geração de oportunidades de trabalho ligadas diretamente às usinas, principalmente São Manoel e Foz do Apiacás, que estão mais próximas a TI Kayabi. Essas oportunidades de trabalho ocorrem, sobretudo, em atividades mais afeitas ao perfil dos índios, como a execução e acompanhamento de programas de mitigação, compensação e monitoramento. Espera-se que a UHE Teles Pires contribua no mesmo sentido, porém em menor proporção em relação às outras duas. Considera-se, portanto, que esse efeito é positivo e apresenta caráter cumulativo envolvendo as três usinas.

Outro fenômeno que deve ocorrer decorrente da dinamização da economia é o estímulo às atividades que hoje já dão suporte aos índios, como o turismo e a extração mineral, que poderão oferecer novas possibilidades de geração de renda para a população indígena. Entretanto é difícil prever exatamente em que medida esse efeito ocorrerá em função da construção e operação das usinas. Apesar disso, é provável que esse efeito seja sinérgico e envolva as três usinas.

Por considerar que a abertura de oportunidades de trabalho em atividades relacionadas aos empreendimentos é mais relevante nesse contexto, optou-se por classificar os efeitos sobre as relações dos índios com as atividades econômicas como cumulativos, envolvendo as usinas de São Manoel, Foz do Apiacás e Teles Pires.

4.1.7 Alteração na Paisagem e Perda de Referenciais Socioespaciais e Culturais

Tomando como base o item 3.7 pode-se afirmar que haverá uma alteração sensível na paisagem do entorno da TI. Se considerado o cenário de implantação das usinas de São Manoel, Foz do Apiacás e Teles Pires, o efeito sobre a paisagem, expresso pelos desmatamentos, pela formação dos reservatórios, pela movimentação de homens e máquinas e pelas possíveis mudanças nas atividades econômicas existentes, apresenta propriedades de permitem classificá-lo como cumulativo.

As perdas de referenciais socioespaciais e culturais apresentam comportamento análogo. De acordo com a Revisão do Conteúdo Antropológico do ECI, os índios Kaiabi têm o Rio Teles Pires como um de seus mais importantes referenciais socioespaciais e culturais. Sendo assim, o simples barramento do rio e a conseqüente formação do reservatório, mesmo que fora da TI, representará uma perda significativa para os índios. Isso se aplica tanto para as usinas individualmente, quanto para a o conjunto de duas ou três usinas, seja qual for a configuração final.

No caso da UHE Teles Pires, existe ainda um agravante devido ao alagamento do Salto Sete Quedas, considerado como um importante marco espacial para a cultura Kaiabi. Esse salto é frequentemente citado nas estórias contadas pelo povo Kaiabi, representando a barreira que foi transpassada por seu povo, quando assumiu o risco de serem mortos pelos Munduruku, e “dominaram” os brancos (seringueiros).

Os elementos apresentados permitem classificar o efeito sobre a alteração da paisagem e perda de referenciais socioespaciais e culturais como cumulativo, associado às três usinas em questão.

4.2 Matriz de Impactos

A seguir, é apresentada matriz de impactos cumulativos e sinérgicos, considerando em conjunto as UHE São Manoel, Foz do Apicás e Teles Pires. A matriz apresenta os impactos individualizados por etnia. Ela está representada na Tabela 9.

Tabela 9 - Matriz de Impactos sobre o Componente Indígena - UHE São Manoel, Foz do Apiacás e Teles Pires

Impacto sobre o CI	Etapa	Natureza do Impacto	Prazo de Permanência	Reversibilidade	Kaiabi				Munduruku				Apiaká			
					Probabilidade de ocorrência	Intensidade	Significância	Importância	Probabilidade de ocorrência	Intensidade	Significância	Importância	Probabilidade de ocorrência	Intensidade	Significância	Importância
Interferência sobre a fauna e flora terrestre e os recursos de caça	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Muito Provável	Alta	Alta	Alta	Pouco Provável	Média	Alta	Média	Pouco Provável	Média	Alta	Média
Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca à jusante da barragem	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Certa	Alta	Alta	Alta	Certa	Alta	Alta	Alta	Certa	Alta	Alta	Alta
Alteração da dinâmica fluvial ¹⁰	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Certa	Média	Alta	Média	Certa	Média	Alta	Média	Certa	Média	Alta	Média
Aumento da Incidência de doenças na população indígena	C/O	Negativa	Permanente	Reversível	Muito Provável	Alta	Alta	Alta	Provável	Média	Alta	Média	Provável	Média	Alta	Média
Criação ou intensificação de conflitos territoriais	P/C/O	Negativa	Permanente	Reversível	Muito Provável	Alta	Alta	Alta	Pouco Provável	Baixa	Alta	Média	Provável	Média	Alta	Média
Alterações nas relações dos índios com as atividades econômicas	C/O	Ambivalente	Permanente	Reversível	Muito Provável	Alta	Média	Alta	Muito Provável	Média	Baixa	Média	Muito Provável	Média	Baixa	Média
Alterações na paisagem e perda de referenciais socioespaciais e culturais	C/O	Negativa	Permanente	Irreversível	Certa	Alta	Alta	Alta	Certa	Média	Alta	Media	Certa	Média	Alta	Media

¹⁰ Embora o impacto sobre a dinâmica sedimentológica seja permanente e irreversível, o impacto sobre o regime hidráulico a jusante da barragem é temporário e reversível.

5 PROGRAMAS E MEDIDAS

De acordo com a Revisão do Conteúdo Antropológico, o ponto chave ao se planejar os programas de mitigação e compensação ambiental a serem implantados pelas usinas hidrelétricas de São Manoel e Foz do Apicás é não permitir que o ciclo ecológico (em conjunto com o ciclo social), orientado pelo regime anual das águas, seja radicalmente alterado, de modo a prejudicar o modo de vida tradicional dos Kaiabi, Apiaká e Munduruku.

Nesse sentido, é importante reforçar que o regime operativo das três usinas, a fio d'água, não provocará alterações na sazonalidade natural da vazão do rio Teles Pires, não exigindo ações específicas nesse sentido. Por outro lado, conforme detalhado na descrição dos processos impactantes, uma série de outros efeitos poderão ocorrer em razão da construção e operação das usinas, afetando de alguma maneira os ecossistemas nos arredores das usinas e, eventualmente, no interior das Terras Indígenas, sobretudo a TI Kayabi.

Paralelamente, percebe-se claramente que o aumento sensível do contingente populacional na região das duas usinas poderá ser um importante vetor de criação ou intensificação de conflitos territoriais, que hoje já se constituem como um problema de grande relevância para os índios.

Assim, este item apresenta a revisão dos programas socioambientais propostos nos EIA e o conjunto de atividades que irão mitigar os impactos que poderão ocorrer junto às populações indígenas, primando, dessa forma, pelo uso sustentável dos recursos naturais, a garantia da manutenção das relações socioculturais, etno-ecológicas e econômicas das três etnias. A partir da Revisão do Conteúdo Antropológico, então, foram elencadas as diretrizes básicas a serem seguidas e a proposição de quatro novos programas específicos aos modos de vida indígenas.

5.1 Diretrizes para Complementação de Programas

Vários dos programas propostos pelos EIA das usinas de São Manoel e Foz do Apicás poderão minimizar os impactos sobre o meio físico, biótico e socioeconômico. Porém, a proposição de um único programa denominado “Programa de Apoio às Comunidades Indígenas” parece não abordar todas as especificidades ou necessidades das populações indígenas que vivem próximas às usinas frente às alterações que serão desencadeadas pelos empreendimentos em questão.

A Revisão do Conteúdo Antropológico fornece vários subsídios para a formulação de diretrizes para o desenvolvimento de programas ou adaptação dos programas propostos pelos EIA de São Manoel e Foz do Apiacás, com o objetivo de minimizar os impactos específicos sobre as populações indígenas. Ademais, a Revisão da Avaliação de Impacto nos permite identificar quais são os impactos que devem receber maior importância nesse processo de mitigação ou compensação.

As principais diretrizes que podem ser formuladas, diante desse contexto, são as constantes na Tabela 10.

Tabela 10 - Diretrizes básicas para complementação de programas e medidas associados às populações indígenas

Diretrizes Básicas
Garantir o uso dos recursos naturais das terras indígenas no sentido de preservar as relações etnoecológicas das diferentes etnias.
As principais questões, dúvidas e expectativas das comunidades indígenas deverão ser consideradas na proposição das atividades integrantes dos programas ambientais propiciando, por intermédio de um processo democrático e participativo, a incorporação das comunidades indígenas no processo decisório, tal como preconizado na Convenção Sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (C169) da Organização Internacional do Trabalho - OIT.
Inclusão dos índios no processo de concepção e desenvolvimento dos programas de monitoramento, valorizando seus saberes tradicionais.
Contratação preferencial de mão de obra indígena pelas UHE nas fases de construção e operação, especialmente em atividades de monitoramento, recuperação de áreas degradadas e outras que possam utilizar os conhecimentos tradicionais dos índios.
Utilização de metodologias apropriadas à linguagem e sociabilidade das diferentes etnias.
Adaptação dos relatórios de monitoramento para versões didáticas adequadas às diferentes línguas para que possam ser apropriados pela comunidade escolar e os postos de saúde indígenas.
Os programas deverão primar pela segurança territorial e socioeconômica das populações indígenas.
Valorização das manifestações culturais das diferentes etnias.

Tendo em mente essas diretrizes, procurou-se identificar quais seriam as oportunidades de melhoria a serem incorporadas nos programas e medidas propostos pelos EIA de São Manoel e Foz do Apiacás, de modo a minimizar os impactos sobre as populações indígenas.

5.2 Programas Específicos

Para cada programa apontado no EIA, foram identificadas as interfaces com os impactos sobre o componente indígena no intuito de verificar se tais programas seriam capazes de mitigar ou atenuar esses impactos e, em caso negativo, se haveria alguma adaptação viável.

Em alguns casos, foi identificada a necessidade de propor novas medidas e programas além das diretrizes básicas propostas na Tabela 10. Os programas específicos ora propostos deverão passar por detalhamento e consolidação nas fases subsequentes à obtenção da licença prévia dos empreendimentos, sempre por intermédio de consulta e aval das três etnias.

5.2.1 Programa de Gestão Ambiental Indígena

No intuito de viabilizar a sinergia entre os processos de licenciamento e implantação dos programas propostos, os empreendedores deverão atuar de forma integrada junto aos grupos indígenas.

Para que as ações complementares previstas na Tabela 11 passem pelas etapas comumente constantes em qualquer sistema de gestão, quais sejam, de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de resultados, recomenda-se a elaboração de um programa específico denominado “Programa de Gestão Ambiental Indígena” que consistirá na consolidação sistemática de todas as estratégias, metodologias e ações que dizem respeito aos impactos nas populações indígenas a serem mitigados pelos programas integrantes dos EIA, de forma a garantir a aplicação das diretrizes antes mencionadas. Nesse sentido, todos os programas integrantes dos EIA que atuarem direta ou indiretamente sobre as condições de vida das três etnias deverão ter suas atividades adaptadas junto ao Programa de Gestão Ambiental Indígena. Para isso, será necessário o redimensionamento dos recursos humanos e materiais, metodologias, cronogramas, metas e indicadores de resultados de cada um dos programas exclusivamente para as populações indígenas. A estruturação do Programa de Gestão Ambiental Indígena deverá ser feita pelo empreendedor e realizada mediante consulta e deliberações junto às organizações e lideranças indígenas, órgãos ambientais, FUNAI, FUNASA, órgãos da administração pública federal, estadual e municipal.

A responsabilidade de implantação do programa é do empreendedor. No entanto, deverá ser gerido por uma comissão composta por representantes do empreendedor, lideranças e organizações indígenas, órgãos ambientais, FUNASA, FUNAI, órgãos

complementares da administração pública municipal e estadual e demais instituições apontadas pela referida comissão.

O pressuposto de formulação de um novo programa de gestão ambiental exclusivamente indígena que compile as atividades dos outros programas integrantes dos EIA é o de que os grupos indígenas possuem formas de organização próprias capazes de integrar os processos de gestão de seus territórios e deverão estar incluídos como protagonistas no desenvolvimento dos programas socioambientais em suas terras.

Para estabelecer um canal de comunicação adequado, será necessária a criação de uma Equipe de Relacionamento Comunitário, composta de lideranças indígenas, educadores indígenas, agentes de saúde indígenas, representantes da FUNAI, FUNASA, órgãos ambientais e do empreendedor, que terá como responsabilidade realizar essa interlocução. Com isso, será possível incluir os interesses indígenas em todas as etapas de implantação dos programas de gestão ambiental dos empreendimentos e avaliar os resultados das atividades de forma participativa, negociada e transparente.

Tabela 11 - Programas propostos nos EIA de São Manoel e Foz do Apiacás cujas estratégias deverão estar inseridas no escopo do Programa de Gestão Ambiental Indígena

Eixos dos Planos dos EIAs	Programas que deverão ter suas estratégias inseridas no Programa de Gestão Ambiental Indígena
Programas vinculados às obras	Plano Ambiental para Construção - PAC
	Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto
	Resgate de Peixes nas Áreas Afetadas pelas Ensecadeiras
	Contratação e Desmobilização de Mão de Obra
Programas de Monitoramento, Controle, Manejo e Conservação	Monitoramento da Sismicidade
	Monitoramento da estabilidade das encostas marginais sujeitas a processos erosivos
	Acompanhamento das atividades minerárias
	Monitoramento das águas subterrâneas
	Monitoramento climatológico
	Resgate e salvamento científico da fauna

Eixos dos Planos dos EIAS	Programas que deverão ter suas estratégias inseridas no Programa de Gestão Ambiental Indígena
	Monitoramento limnológico e da qualidade da água
	Salvamento de Germoplasma vegetal e implantação de viveiro de mudas
	Monitoramento de entomofauna bioindicadora
	Monitoramento da malacofauna de interesse médico
	Monitoramento de herpetofauna aquática
	Monitoramento da avifauna
	Monitoramento de quirópteros
	Monitoramento de mamíferos semi-aquáticos
	Monitoramento de primatas
	Monitoramento da Ictiofauna
	Monitoramento da Flora
	Conservação da Flora
	Controle e prevenção de doenças
	Plano de Ação e controle da malária
Preservação do Patrimônio Cultural Histórico e Arqueológico	
Programas Compensatórios	Implantação da Área de Preservação Permanente do reservatório - APP
	Recomposição Florestal
	Compensação Ambiental - Unidade de Conservação
	Reforço à infraestrutura e equipamentos sociais
	Apoio à reinserção e fomento das atividades econômicas locais
	Apoio à revitalização e incremento da atividade de turismo
Apoio ao Plano de Gestão Ambiental	Interação e Comunicação Social Educação Ambiental
Programas Especiais	Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de reservatório artificial

Eixos dos Planos dos EIAS	Programas que deverão ter suas estratégias inseridas no Programa de Gestão Ambiental Indígena
Novos Programas propostos	Programa de Monitoramento Participativo Programa de Auxílio à Fiscalização Ambiental Programa de Gestão Ambiental Indígena Programa de Valorização das Manifestações Culturais das Populações Indígenas

5.2.2 Programa de Monitoramento Participativo

O Sistema de Gestão Ambiental proposto pelos EIA de São Manoel e Foz do Apiacás prevê a realização de várias atividades de monitoramento. O programa ora proposto tem o objetivo de incluir representantes indígenas nessas atividades com vistas a tornar esse processo mais participativo e, ao mesmo tempo, incluir os conhecimentos tradicionais das etnias Kaiabi, Munduruku e Apiacá.

Deverão ser realizadas atividades de monitoramento específicos das espécies descritas e das áreas de caça conforme a Revisão do Conteúdo Antropológico do ECI, monitoramento da ictiofauna no interior da TI Kayabi, monitoramento limnológico e da qualidade da água, entre outros monitoramentos que estejam de alguma forma relacionados com os impactos sobre as Terras Indígenas.

É ideal que os relatórios de monitoramento sejam referendados pelas populações indígenas. Nesse sentido, todos esses relatórios deverão ser adaptados para versões adequadas às diferentes línguas e padrões culturais, respeitando as especificidades etnoculturais e linguísticas de cada etnia. Além disso, no âmbito das atividades de educação ambiental indígena, deverão ser elaborados materiais socioeducativos apropriados às diferentes faixas etárias, que incluam informações sobre o processo de monitoramento participativo.

5.2.3 Programa de Auxílio à Fiscalização Ambiental

Os programas propostos pelos EIA Foz do Apiacás e São Manoel, de uma forma geral, não oferecem garantias específicas de segurança territorial e socioeconômica das terras indígenas. Esse programa procura preencher essa lacuna por meio de uma participação ativa do empreendedor nas atividades de fiscalização ambiental em conjunto com os órgãos competentes para esse tipo de atividade.

Para tanto, o empreendedor deverá manter uma **Equipe Permanente de Auxílio à Fiscalização Ambiental**. Espera-se que essa equipe atue no interior e entorno da TI

Kayabi, com o objetivo de contribuir para a minimização dos desmatamentos ilegais, a caça furtiva bem como outros crimes ambientais que coloquem em risco o equilíbrio ecológico. O empreendedor deverá fornecer os equipamentos necessários para a realização dessa atividade.

É fortemente recomendada a participação de índios nessa equipe permanente, que deverá atuar em conjunto com a FUNAI, os órgãos ambientais, e organizações indígenas na gestão desse programa.

5.2.4 Programa de Valorização das Manifestações Culturais das Populações Indígenas

O Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico proposto nos EIA não aponta a relação estreita com o patrimônio indígena. Conforme preconizado pela Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (promulgada no Brasil pelo Decreto nº6.177, de 1º de agosto de 2007), a diversidade cultural constitui patrimônio comum da humanidade e deve dispor de mecanismos que a proteja e valorize.

Especialmente nas análises dos impactos *criação ou intensificação de conflitos territoriais e alterações na paisagem e perda de referenciais socioespaciais e culturais*, foi identificada a necessidade de desenvolvimento de atividades específicas para a valorização das manifestações culturais dos índios, principalmente em função do risco de modificação das relações sociais e culturais a partir da construção das usinas. Os conhecimentos tradicionais dos grupos indígenas constituem-se como importante fonte de riqueza material e imaterial, sendo fundamental a garantia de sua proteção.

O objetivo do Programa de Valorização das Manifestações Culturais das Populações Indígenas é valorizar o patrimônio histórico e cultural das etnias por intermédio de projetos culturais a serem identificados em diagnósticos culturais, como, por exemplo, o apoio ao registro e documentação de manifestações culturais indígenas, publicações do histórico etno-cultural, integração com as políticas públicas culturais em nível federal, estadual e municipal e demais atividades de valorização de seu patrimônio imaterial que as populações indígenas avaliarem como relevantes.

Os projetos de valorização das manifestações culturais indígenas a serem apoiados pelos empreendedores terão forte interface com a formação da **Equipe de Relacionamento Comunitário** para o estabelecimento de diálogo adequado junto aos interesses indígenas. Todas as atividades de valorização cultural a serem

desenvolvidas no âmbito das TI estarão em consonância à legislação de direito autoral e imagem (como a portaria FUNAI nº177/2006 que trata da entrada em terra indígena em relação ao direito autoral e de imagem).

5.3 Matriz de Reversibilidade

A Tabela 12, a seguir, contém a matriz de reversibilidade dos impactos específicos sobre as populações indígenas das Terras Indígenas Kayabi e Munduruku. Essa matriz correlaciona os impactos identificados, os programas previstos nos EIA, as medidas complementares necessárias e a expectativa de reversibilidade dos impactos.

Como resultado dessa análise, foi elaborada a Tabela 12, a seguir.

Tabela 12 - Medidas complementares aos programas propostos nos EIA

Impacto sobre as Populações Indígenas	Programas e Medidas indicados pelos EIA	Propostas de Medidas Complementares	Expectativas de Reversibilidade
<p><u>Interferência sobre a flora e fauna terrestre e os recursos de caça</u></p> <p>Perda de cobertura Vegetal</p> <p>Perda de Habitats da Fauna local</p> <p>Aumento da pressão antrópica sobre a fauna terrestre</p> <p>Aumento da pressão antrópica sobre a vegetação</p> <p>Alteração dos Níveis de Pressão Sonora e Vibração</p>	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Contratação e de Desmobilização da Mão de Obra Programa de Interação e Comunicação Social Programa de Educação Ambiental Plano Ambiental para Construção Programa de salvamento de germoplasma vegetal e implantação de viveiros de mudas Recuperação de Áreas Degradadas Programa de Conservação da Flora Programa de Compensação Ambiental - Unidade de Conservação Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto Programa de Resgate e Salvamento Científico da Fauna Programas de monitoramento da Fauna Programa de Monitoramento da Flora Plano de uso e ocupação do entorno (PACUERA) 	<ul style="list-style-type: none"> Contratação preferencial de mão de obra indígena pelas UHE nas fases de construção e operação, especialmente em atividades de monitoramento, recuperação de áreas degradadas e outras que possam utilizar os conhecimentos tradicionais dos índios. Treinamento dos trabalhadores da obra sobre as particularidades da região, inclusive das Terras Indígenas e etnias nelas presentes. Equipe treinada para manter o contato com as comunidades indígenas (Equipe de Relacionamento Comunitário) com representação de lideranças indígenas. As atividades de educação ambiental deverão dispor de metodologias apropriadas à linguagem e sociabilidade das diferentes etnias. Consultar as populações indígenas sobre a seleção de áreas degradadas prioritárias para recuperação no interior das TI Kayabi e Munduruku. Deverá ser realizada atividade de monitoramento específico das espécies descritas e das áreas de caça conforme a revisão do conteúdo antropológico, contando com participação ativa da população indígena. Os relatórios de monitoramento deverão ser referendados pelas organizações indígenas. Todos os relatórios de monitoramento produzidos deverão ser adaptados, em versões didáticas adequadas às diferentes línguas e padrões culturais, respeitando as especificidades etno-culturais e linguísticas de cada etnia. Além disso, no âmbito das atividades de educação ambiental, esses materiais didáticos deverão ser apropriados pela comunidade escolar e os postos de saúde indígenas. Programa de auxílio à fiscalização ambiental - O empreendedor deverá manter uma equipe permanente de auxílio à fiscalização ambiental no interior e entorno da TI Kayabi, com o objetivo de minimizar os desmatamentos ilegais, a caça furtiva bem como outros crimes ambientais que coloquem em risco o equilíbrio ecológico. O empreendedor deverá fornecer os equipamentos necessários para a realização dessa atividade. É fortemente recomendada a participação de índios nessa equipe permanente, que deverá atuar em conjunto com a FUNAI, os órgãos ambientais, e organizações indígenas na gestão desse programa. 	<p>As complementações propostas atuam no sentido de fortalecer os programas voltados para a conservação da fauna e da flora, de forma a reduzir os impactos sobre os recursos de caça utilizados pelos índios.</p> <ul style="list-style-type: none"> O conhecimento dos índios sobre o território, a distribuição e o comportamento de plantas e animais da região poderá contribuir de forma importante para o planejamento e a operação de atividades de monitoramento, fiscalização e recuperação de áreas degradadas, direcionando-as para os locais mais críticos e tornando-as mais eficientes. Permitirá, ainda, que os programas sejam voltados prioritariamente para a preservação das espécies utilizadas pelos índios como alimento. A criação de um canal de diálogo com a população indígena e o treinamento dos trabalhadores em relação às particularidades da região e dos povos que a habitam deverão contribuir para a redução das atividades predatórias sobre a fauna e a flora local. As ações de fiscalização atuarão neste mesmo sentido, coibindo atividades ilegais, como a caça furtiva e o desmatamento. As ações de educação ambiental e a adaptação da linguagem de documentos e relatórios facilitarão a compreensão por parte dos índios de todo o processo de desenvolvimento em que estarão envolvidos, bem como a sua inserção e participação efetiva neste processo, o que poderá garantir maior atenção aos seus interesses específicos. A expectativa é que as complementações sugeridas possam atenuar este impacto, reduzindo a sua intensidade e probabilidade de ocorrência.

Impacto sobre as Populações Indígenas	Programas e Medidas indicados pelos EIA	Propostas de Medidas Complementares	Expectativas de Reversibilidade
<p>Interferência sobre a disponibilidade dos recursos de pesca à jusante da barragem</p> <p>Interferência em rotas migratórias para a ictiofauna</p> <p>Alteração da estrutura populacional da ictiofauna a jusante da barragem</p> <p>Mortalidade de peixes nas turbinas</p> <p>Aumento da pressão antrópica sobre a fauna aquática</p> <p>Aprisionamento de peixes em áreas ensecadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar sistema de transposição de peixes - STP e monitorar a eficiência deste dispositivo • Programa de Monitoramento da Ictiofauna • Programa de Educação Ambiental • Plano Ambiental para Construção • Programa de Resgate de Peixes nas Áreas Afetadas pelas Ensecadeiras 	<ul style="list-style-type: none"> • Deverá ser realizada atividade de monitoramento específico da ictiofauna no interior da TI, contando com participação ativa da população indígena. Os relatórios de monitoramento deverão ser referendados pelas organizações indígenas. Todos os relatórios de monitoramento produzidos deverão ser adaptados, em versões didáticas adequadas às diferentes línguas. Além disso, no âmbito das atividades de educação ambiental, esses materiais didáticos deverão ser apropriados pela comunidade escolar e os postos de saúde indígenas. • Programa de auxílio à fiscalização ambiental - fiscalização da pesca predatória 	<p>As complementações propostas atuam no sentido de garantir a disponibilidade de recursos de pesca utilizados pelos índios com alimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A participação dos índios nas atividades de monitoramento da ictiofauna poderá ser mais eficiente do que a utilização de pessoas que não estejam tão familiarizadas com o ambiente e não tenham o mesmo interesse na preservação destes recursos, ou dependam deles para sobreviver. Além de importante na fase de operação, os índios poderão indicar os locais mais comuns de ocorrência de determinadas espécies, especialmente aquelas utilizadas por eles, facilitando o processo de planejamento destas atividades. De forma semelhante, terão mais facilidade em identificar e acessar os locais em que se realiza a pesca predatória. • A adaptação da linguagem de documentos e relatórios facilitará a compreensão por parte dos índios e facilitará o diálogo com os outros agentes envolvidos, sendo fundamental para viabilizar a sua participação nesse processo. • O auxílio à fiscalização ambiental irá otimizar os recursos materiais e humanos necessários para a gestão ambiental adequada das TI e áreas fronteiriças, nesse caso, especialmente na coibição ao crime de pesca predatória, com participação indígena na Equipe Permanente de Auxílio à Fiscalização Ambiental. • A expectativa é que as complementações sugeridas possam atenuar este impacto, reduzindo a sua intensidade e probabilidade de ocorrência.
<p>Alteração da dinâmica fluvial</p> <p>Instabilidade de encostas, ocorrência de processos erosivos e carreamento de sedimentos</p> <p>Alteração das características hidráulicas do escoamento</p> <p>Retenção de sedimentos no reservatório</p> <p>Alteração da qualidade da água a jusante da barragem</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Ambiental para Construção • Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos • Programa de Recuperação de Áreas Degradadas • Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico • Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade das Águas Superficiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Deverá ser realizada atividade de monitoramento hidrossedimentológico e da qualidade da água no interior da TI, contando com participação ativa da população indígena. Os relatórios de monitoramento deverão ser referendados pelas organizações indígenas. Todos os relatórios de monitoramento produzidos deverão ser adaptados, em versões didáticas adequadas às diferentes línguas. Além disso, no âmbito das atividades de educação ambiental, esses materiais didáticos deverão ser apropriados pela comunidade escolar e os postos de saúde indígenas. 	<p>As complementações propostas atuam no sentido de facilitar o monitoramento da dinâmica fluvial.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A participação dos índios nas atividades de monitoramento hidrossedimentológico será limitada à coleta de informações, uma vez que o processo envolve análises técnicas específicas. Ainda assim, a sua participação poderá tornar o processo mais eficiente, uma vez que os pontos de amostragem estarão no interior das Terras Indígenas, próximos às aldeias. • Nesse caso, a adaptação da linguagem de documentos e relatórios também será fundamental para a efetiva participação dos índios e para permitir um diálogo eficiente com os outros agentes envolvidos. • As complementações sugeridas não terão efeitos diretos sobre o impacto, apesar de facilitarem o monitoramento e permitirem a identificação mais rápida de possíveis alterações. Assim, não se espera que tenham efeitos sobre a intensidade ou a probabilidade de ocorrência deste impacto.

Impacto sobre as Populações Indígenas	Programas e Medidas indicados pelos EIA	Propostas de Medidas Complementares	Expectativas de Reversibilidade
<p><u>Aumento da incidência de doenças na população indígena</u></p> <p>Alteração na dinâmica demográfica</p> <p>Aumento da incidência de doenças</p> <p>Alteração da Estrutura dos Habitats de Dípteros Hematófagos</p> <p>Incremento das populações de entomofauna vetora</p> <p>Proliferação de vetores de esquistossomose</p> <p>Alteração da qualidade da água a jusante da barragem</p> <p>Disponibilização do mercúrio para a cadeia alimentar</p> <p>Acréscimo da prostituição</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Contratação e de Desmobilização da Mão de Obra • Programa de Comunicação Social • Programa de Educação Ambiental • Plano Ambiental para Construção • Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água • Programa de Monitoramento da entomofauna vetora • Programa de Monitoramento da Malacofauna de Interesse Médico. • Programa de Controle e Prevenção de Doenças • Plano de Ação e Controle da Malária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento dos trabalhadores da obra sobre as particularidades da região, inclusive das Terras Indígenas e etnias nelas presentes, especialmente quanto às formas adequadas de contato com a população indígena. • No âmbito do Programa de Controle e Prevenção de Doenças as equipes de relacionamento comunitário deverão, por intermédio de metodologias participativas apropriadas, realizar campanhas de controle e prevenção de doenças junto aos grupos indígenas, respeitando seus hábitos e costumes tradicionais. • As atividades relacionadas à prevenção e controle de doenças deverão seguir as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº254/2002 que reconhece aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais e seus direitos territoriais. Nesse Programa de Controle e Prevenção de Doenças deverá, portanto, conter o eixo Atenção à Saúde Indígena englobando a saúde da mulher e da criança, vigilância alimentar e nutricional, saúde bucal, vigilância e controle da malária, vigilância ambiental, saúde mental indígena, assistência farmacêutica, acidentes com animais peçonhentos, medicina tradicional, biossegurança e doenças não transmissíveis. • O Programa de Controle e Prevenção de doenças deverá ser complementado com atividades que garantam a saúde da população indígena. Para isso, deverá ser estabelecido estreito canal com as entidades competentes: FUNASA, FUNAI, Postos de Saúde Indígenas, órgãos de saúde estaduais e organizações indígenas. Além disso, o empreendedor deverá reforçar a infraestrutura, os equipamentos sociais e os serviços associados à questão da saúde indígena. • Todos os programas de monitoramento previstos pelos EIA relacionados à prevenção e controle de doenças deverão ter participação indígena ativa. Os relatórios de monitoramento deverão ser referendados pelas organizações indígenas. Todos os relatórios de monitoramento produzidos deverão ser adaptados, em versões didáticas adequadas às diferentes línguas. Além disso, no âmbito das atividades de educação ambiental, esses materiais didáticos deverão ser apropriados pela comunidade escolar e os postos de saúde indígena. 	<p>As complementações propostas atuam no sentido de minimizar os riscos de incidência de doenças na população indígena.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O treinamento adequado dos trabalhadores sobre as condições sanitárias em que serão realizadas as obras e, principalmente, sobre as fragilidades dos povos indígenas será fundamental para reduzir os riscos de contaminação a que estarão expostos os índios. • A participação dos índios em campanhas preventivas e as atividades de educação, principalmente nas escolas, serão fundamentais para informá-los sobre os riscos a que estão expostos e possíveis ações preventivas. • O envolvimento de instituições da área de saúde nas atividades de prevenção e controle é indispensável para reduzir as chances de contaminação ou contágio dos índios. • A expectativa é que as complementações sugeridas possam atenuar este impacto, reduzindo a sua intensidade e probabilidade de ocorrência.

Impacto sobre as Populações Indígenas	Programas e Medidas indicados pelos EIA	Propostas de Medidas Complementares	Expectativas de Reversibilidade
<p><u>Criação ou intensificação de conflitos territoriais</u></p> <p>Alteração da dinâmica demográfica</p> <p>Geração de expectativas na população</p> <p>Valorização e especulação imobiliária</p> <p>Dinamização da economia</p> <p>Melhoria do sistema viário</p> <p>Modificação das relações sociais e culturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Ambiental para Construção - PAC • Programa de Contratação e de Desmobilização da Mão de Obra • Programa de Interação e Comunicação Social • Acompanhamento das atividades minerárias • Implantação da Área de Preservação Permanente do Reservatório - APP • Compensação Ambiental - Unidade de Conservação • Apoio à reinserção e fomento das atividades econômicas locais • Apoio à revitalização e incremento da atividade de turismo • Reforço à infraestrutura e Equipamentos Sociais • Compensação pela perda de Terras, deslocamento compulsório da População e Desestruturação e atividades econômicas • Educação ambiental • Plano Ambiental de Conservação e Uso do entorno do reservatório 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a participação dos índios no planejamento e desenvolvimento de atividades econômicas que façam uso de áreas com relevância sociocultural para as etnias, ainda que fora dos limites da TI. • Estimular e apoiar atividades econômicas que possam consistir em alternativa de renda para os povos indígena como, por exemplo, projetos de turismo e artesanato na Terra Indígena, com gestão autônoma dos índios. • No âmbito da melhoria do sistema viário, é importante que se leve em conta a proximidade das novas vias em relação aos limites da Terra Indígena Kayabi. O planejamento do traçado deve evitar a facilitação do acesso à TI. • Programa de apoio a fiscalização ambiental • Reforço da infraestrutura e equipamentos sociais utilizados pelos índios nas TI, sedes distritais e sedes urbanas. • Treinamento dos trabalhadores da obra sobre as particularidades da região, inclusive das Terras Indígenas e etnias nelas presentes, especialmente quanto aos limites das TI. • Instalação de placas de identificação e sinalização dos limites da TI Kayabi para informar a população não indígena sobre a proibição de entrada. 	<p>As complementações propostas poderão contribuir positivamente para a questão fundiária na região, podendo evitar a criação de novos conflitos territoriais e minimizar os existentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A participação das populações indígenas no planejamento e desenvolvimento de atividades econômicas que façam uso dos recursos naturais poderá ajudar a redirecionar essas atividades para áreas com menor relevância sociocultural para os índios. A sua participação efetiva em algumas atividades, como roteiros das pousadas ou guias, também pode contribuir nesse sentido. Pode, ainda, fazer com que as atividades sejam realizadas de forma menos agressiva ao ambiente. • Ao levar em conta os limites da Terra Indígena Kayabi, é possível que o planejamento da melhoria do sistema viário seja feito de forma a não facilitar o acesso a essa área. Evitar que o acesso às fronteiras desta TI seja facilitado será fundamental para não fragilizá-la ainda mais em relação a possíveis ocupações. • Ações de fiscalização ambiental eficazes e direcionadas para as áreas mais sensíveis aos conflitos fundiários poderão contribuir para coibir a expansão do uso e ocupação irregular do solo. • O treinamento e a conscientização dos trabalhadores sobre as particularidades e problemas da região, os povos indígenas e seu histórico de luta pelo território que habitam deverão contribuir para reduzir novas ocupações irregulares e atividades ilegais no interior da Terra Indígena. • Apesar de importantes, as complementações sugeridas podem não repercutir de forma significativa sobre a delicada situação fundiária da região, demasiadamente complexa para o alcance destas medidas. Não são esperados efeitos muito expressivos sobre a intensidade ou a probabilidade de ocorrência deste impacto.

Impacto sobre as Populações Indígenas	Programas e Medidas indicados pelos EIA	Propostas de Medidas Complementares	Expectativas de Reversibilidade
<p><u>Alterações nas relações dos índios com as atividades econômicas</u></p> <p>Dinamização da economia Geração de empregos Modificação das condições para atividades turísticas Modificação das condições atuais de extração mineral</p>	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Contratação e de Desmobilização da Mão de Obra Programa de Comunicação Social Programa de Educação Ambiental Apoio à reinserção e fomento das atividades econômicas locais Apoio à revitalização e incremento da atividade de turismo Acompanhamento das atividades minerárias Plano Ambiental de Conservação e Uso do entorno do reservatório 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a participação dos índios no planejamento e desenvolvimento de atividades econômicas que façam uso de áreas com relevância sociocultural para as etnias, ainda que fora dos limites da TI. Estimular e apoiar atividades econômicas que possam consistir em alternativa de renda para os povos indígenas como, por exemplo, projetos de turismo e artesanato na Terra Indígena com gestão autônoma dos índios. Contratação preferencial de mão de obra indígena pelas UHE nas fases de construção e operação, especialmente em atividades de monitoramento, recuperação de áreas degradadas e outras que possam utilizar os conhecimentos tradicionais dos índios. 	<p>As complementações, neste caso, foram propostas para maximizar as oportunidades de envolvimento dos índios em novas atividades que possam reduzir a situação de dependência econômica em que se encontram hoje.</p> <ul style="list-style-type: none"> A participação das populações indígenas no planejamento e desenvolvimento de atividades econômicas irá criar alternativas de renda para os índios. Da mesma forma, o estímulo e a organização de atividades como artesanato, extrativismo e até mesmo o turismo ecológico criarão novas oportunidades de ocupação. O envolvimento e a contratação dos índios nos programas de monitoramento e fiscalização associados aos empreendimentos serão mais uma alternativa de renda importante e que pode contribuir de forma significativa para reduzir a dependência dos índios de compensações pelo uso irregular dos recursos existentes em suas terras. As complementações sugeridas poderão ter efeitos importantes sobre a intensidade e a probabilidade de ocorrência deste impacto.
<p><u>Alteração na Paisagem e perda de referenciais socioespaciais e culturais</u></p> <p>Alteração da paisagem Perda de cobertura vegetal Perda de habitat da fauna local Aumento da pressão antrópica sobre a fauna terrestre Redução da riqueza e abundância de espécies da fauna Instabilização de encostas, ocorrência de processos erosivos e carreamento de sedimentos Alteração do regime fluvial Alteração da qualidade da água à jusante da barragem</p>	<ul style="list-style-type: none"> Plano Ambiental para Construção (PAC) Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais sujeitas a Processos Erosivos Programa de Recuperação de Áreas Degradadas Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico Recomposição da vegetação marginal e outras ações voltadas para a minimização da alteração da paisagem (PACUERA). 	<ul style="list-style-type: none"> Programa de valorização das manifestações culturais das populações indígenas. Esse programa tem forte interface com a formação da Equipe de Relacionamento Comunitário. O objetivo é produzir o registro e documentação de manifestações culturais das três etnias, entre outras ações de valorização do patrimônio histórico e cultural das comunidades. Contratar os indígenas que possuem maior conhecimento do território e pesquisadores especializados para auxiliar nesse levantamento e inventário do patrimônio arqueológico. Contratar os indígenas para a execução do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas. 	<p>As complementações propostas poderão amenizar a pressão sobre a paisagem, especialmente nos locais de maior interesse para os índios.</p> <ul style="list-style-type: none"> O auxílio dos índios na identificação e localização de pontos de relevância sociocultural e simbólica poderá evitar que sejam afetados pelas atividades associadas aos novos empreendimentos. Será mais fácil, também, incorporar esses locais no planejamento das intervenções necessárias. O envolvimento dos índios nos programas de recuperação de áreas degradadas poderá facilitar o direcionamento das ações para áreas de maior interesse da população indígena. Ações de fiscalização ambiental serão fundamentais para a preservação destes locais mediante a pressão antrópica e atividades ilegais que possam interferir diretamente na paisagem ou em referenciais socioespaciais importantes. As complementações sugeridas, se bem articuladas com outros programas direcionados para a conservação, terão efeitos expressivos sobre a intensidade e a probabilidade de ocorrência deste impacto. Vale ressaltar que algumas alterações na paisagem serão inevitáveis em função do porte físico dos empreendimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresentou os resultados da Revisão da Avaliação de Impactos dos Estudos do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz do Apiacás. Os impactos identificados pelo ECI foram reavaliados com base na revisão e complementação do conteúdo antropológico, na análise dos EIA das UHE São Manoel, Foz do Apiacás e, complementarmente, Teles Pires.

O principal elemento da redefinição dos impactos específicos sobre as populações indígenas das etnias Kaiabi, Munduruku e Apiaká, habitantes das Terras Indígenas Kayabi e Munduruku, foi a incorporação efetiva de informações de cunho antropológico, com destaque para a interação entre padrões de sociabilidade das comunidades e o meio físico-biótico. Essa reavaliação foi pautada, portanto, pela identificação de expectativas de perturbação da reprodutividade social das populações indígenas estudadas, tendo em vista os processos impactantes induzidos pelas UHE São Manoel e Foz do Apiacás. Dentro desse enfoque, os elementos etnoecológicos, especialmente a função do rio Teles Pires nos diferentes sistemas de representação, tiveram papel de destaque. Esse procedimento resultou na descrição de impactos mais aderentes a aspectos de ordem simbólica e a práticas sociais das populações indígenas.

A reavaliação de impactos foi finalizada com revisão das matrizes de impacto do ECI, que foram aperfeiçoadas com a diferenciação por etnia. O mesmo procedimento foi adotado para a matriz de impacto que considerou a implantação em conjunto das três usinas e que foi resultado da análise de cumulatividade e sinergia.

Com base nas análises anteriores, os programas propostos no ECI e nos EIA foram revistos e lhes foram propostas diretrizes para complementação, tendo em vista as especificidades das populações indígenas. Quatro programas específicos também foram propostos. O diferencial das complementações propostas em relação aos programas tais quais formulados anteriormente é a forte interação sugerida entre as partes interessadas: empreendedor, o poder público - por meio de órgãos e instituições variadas - e as populações indígenas. Essas, atuando como protagonistas e gestores dos programas que tiverem interferência em seus modos de vida, respeitando-se o aparato legal e as suas características etno-culturais e ecológicas. Nesse sentido, o Programa de Gestão Ambiental Indígena proposto irá atuar como catalisador de todas as atividades propostas facilitando seu acompanhamento, a intervenção participativa das três etnias e o monitoramento e avaliação de seus resultados de forma integrada.

Os resultados obtidos na revisão da avaliação de impactos, em conjunto com a revisão e complementação do conteúdo antropológico e a caracterização e identificação das áreas de vulnerabilidade das microbacias, atendem às solicitações e comentários manifestados pela Funai.

7 BIBLIOGRAFIA

- BRASIL, 2002. Decreto Legislativo nº2519, de 16 de março de 1998, Brasília, 1998.
- BRASIL, 2002. Decreto Legislativo nº143, de 120 de junho de 2002, Brasília, 2002.
- BRASIL, 2007. Decreto Legislativo nº6.177, de 1º de agosto de 2007, Brasília, 2007.
- EPE. Empresa de Pesquisa Energética, 2007. Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Teles Pires. Rio de Janeiro: EPE.
- EPE. Empresa de Pesquisa Energética, 2010a. Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de São Manoel. Rio de Janeiro: EPE.
- EPE. Empresa de Pesquisa Energética, 2010b. Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Foz do Apicás. Rio de Janeiro: EPE.
- EPE. Empresa de Pesquisa Energética, 2010c. Estudos do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz do Apicás. Rio de Janeiro: EPE.
- FUNAI, Fundação Nacional do Índio, 2006. Portaria FUNAI nº177, de 16 de fevereiro de 2006.
- FUNAI. Fundação Nacional do Índio, 2010. Base Cartográfica Delimitação das Terras Indígenas do Brasil. Disponível em: <http://mapas.funai.gov.br/> Acesso em: fevereiro de 2010.
- MS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002. Portaria do Ministério da Saúde nº254, de 31 de janeiro de 2002.
- OLIVEIRA, Valéria Regina Salla de., 2008. Impactos cumulativos na avaliação de impactos ambientais: fundamentação, metodologia, legislação, análise de experiências e formas de abordagem. Dissertação de mestrado em Engenharia Urbana/UFSCAR. São Carlos.
- OLIVEIRA, F. C. B., 2010. Quando resistir é habitar: lutas pela afirmação territorial dos Kaiabi no Baixo Teles Pires. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Brasília, DF: Universidade de Brasília.

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Mauricio Tiomno Tolmasquim
Amilcar Guerreiro

Coordenação Executiva

Flavia Pompeu Serran

Coordenação Técnica

César Maurício Batista da Silva

Sociólogo

Equipe Técnica

Ana Dantas Mendez de Mattos
Carina Renno Siniscalchi
Carolina Maria Heliadora de G. A. F. Braga
Daniel Dias Loureiro
Diego do Nascimento Bastos
Glauce Maria Lieggio Botelho
Gustavo Fernando Schmidt
Marcos Ribeiro Conde
Silvana Andreoli Espig
Verônica Souza da Mota Gomes

Engenheira Florestal
Engenheira Ambiental
Socióloga
Oceanógrafo
Economista
Engenheira Florestal
Engenheiro Civil
Engenheiro Ambiental
Engenheira Florestal
Bióloga

Consultoria

Frederico César Barbosa de Oliveira

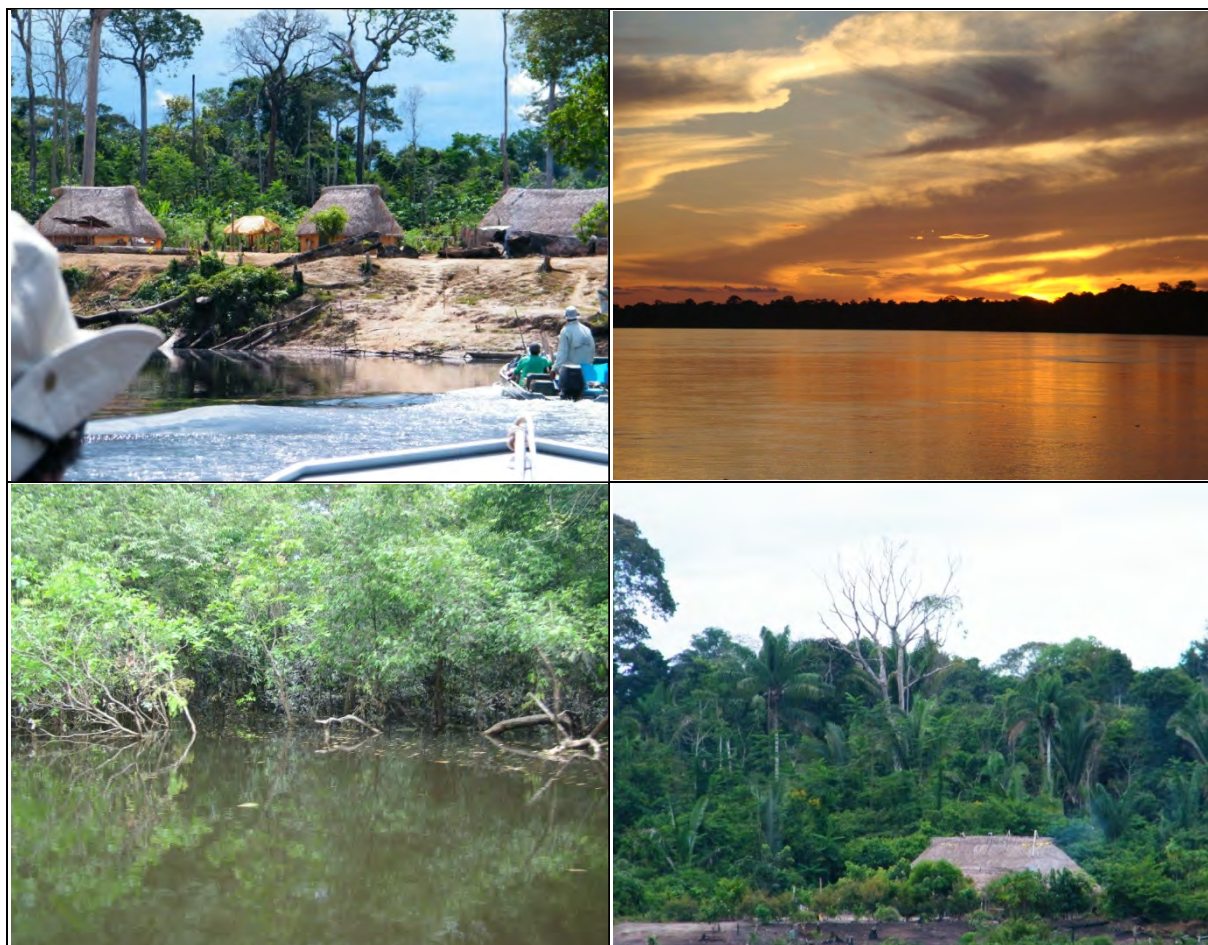
Antropólogo

ESTUDOS DO COMPONENTE INDÍGENA DAS UHE SÃO MANOEL E FOZ DO APIACÁS

REVISÃO E COMPLEMENTAÇÃO

Parte IV Estudos complementares – Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.

Terras Indígenas Kayabi, Munduruku e Pontal dos Apiaká



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco para o adequado alinhamento de páginas na impressão com a opção frente e verso - “*double sided*”)

Estudos do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz do Apicás Revisão e Complementação

Parte IV Estudos Complementares - Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO _____	327
2	CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS CORPOS HÍDRICOS DAS TERRAS INDÍGENAS _____	328
	2.1 Recursos Hídricos: Caracterização da Bacia do rio Teles Pires _____	328
	2.2 Avaliação complementar dos impactos das usinas sobre a ictiofauna____	337

1 INTRODUÇÃO

A Parte IV deste relatório apresenta as informações relativas ao atendimento dos temas relacionados à avaliação complementar da qualidade da água dos corpos hídricos nas Terras Ind e dos aspectos relacionados a ictiofauna. Estas complementações requereram investigações de campo e foram comuns às exigências feitas à Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A., licitante vencedor do leilão da usina hidrelétrica Teles Pires, justo a montante do projeto de São Manoel, no curso principal da bacia.

Os textos apresentados a seguir reproduzem, integralmente, as informações do documento “UHE Teles Pires. Reformulação dos Estudos do Componente Indígena. Relatório Final” conforme encaminhado pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A e realizados pela JGP Consultoria e Participações Ltda, tendo sido alterada somente, a itemização de forma a manter a coerência deste relatório e facilitar a verificação do atendimento às solicitações da Funai.

Dessa forma, as complementações solicitadas puderam ser atendidas, sem a necessidade de levantamentos adicionais e sucessivos ingressos nas terras indígenas, otimizando os recursos e eventuais interferências nessas populações.

2 CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS CORPOS HÍDRICOS DAS TERRAS INDÍGENAS

2.1 Recursos Hídricos: Caracterização da Bacia do rio Teles Pires

2.1.1 *Classificação dos Corpos Hídricos dentro da TI Kaiabi*

A presente seção descreve a avaliação direta da qualidade da água em trechos do rio Teles Pires e seus tributários, localizados na Terra Indígena Kayabi, na Área de Influência Indireta (Ali) do empreendimento. Ressalta-se aqui que privilegiou-se uma análise integral do rio, de modo que nesta seção também constarão os dados referentes à qualidade da água da aldeia Maiowy (ponto 08).

A avaliação tem foco na análise dos parâmetros indicadores estabelecidos na Resolução CONAMA n°. 357 de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, em todo o território nacional, além de determinar os padrões de lançamento.

Os principais objetivos da avaliação da qualidade da água são:

- Caracterizar a qualidade da água do rio Teles Pires e seus tributários, localizados na TI Kayabi, considerando a análise dos parâmetros inorgânicos, orgânicos, biológicos e bacteriológicos, relacionados na Resolução CONAMA n°. 357/2005;
- Identificar as características limnológicas e sanitárias dos corpos d'água presentes na TI Kayabi.

O critério utilizado para definição do enquadramento do corpo d'água em estudo baseou-se no Artigo 42° da Resolução CONAMA n°. 357/05, que considera como Classe 2 todo corpo de água doce cujo enquadramento legal permanece indefinido. É importante ressaltar, que não existem classificações específicas para os corpos de água de domínio dos Estados do Mato Grosso e do Pará. Portanto, o critério de avaliação dos resultados analíticos basear-se-á no Artigo 15° da Resolução CONAMA n°. 357/2005, que estabelece as condições e padrões para águas de Classe 2.

Para avaliação da qualidade da água em trechos do rio Teles Pires e em seus tributários foram considerados os resultados da análise obtida durante as campanhas realizadas em oito estações de amostragem nos dias 28/05/2011 (pontos P01, P02, P03, P04, POS, P06,

P07 e P08) e 09/06/2011 (ponto P09). Os locais amostrados são de relevância para as populações indígenas em estudo.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a localização das estações amostrais no rio Teles Pires e seus tributários para qualidade de água superficial.

Tabela 1 - Descrições e respectivas localizações geográficas (UTM) das estações amostrais do Rio Teles Pires e seus tributários localizados na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento

Estação de Coleta	Rio	Coordenadas	Localização	Análise
P01	Apiacás	492178/8983696	Rio dos Apiacás, cerca de 500 m da foz.	Em superfície.
P02	São Benedito	504835/8993234	Rio São Benedito, localizado a cerca de 10 km da foz, nas proximidades da Aldeia São Benedito.	Em superfície.
P03	Ximari	488641/9001502	Rio Ximari, próximo a confluência com o rio Teles Pires, a montante da Aldeia Kururuzinho, localizada na terra indígena Kayabi.	Em superfície.
P04	Cururu-Açu	472453/9015946	Rio Cururu-Açu, próximo a confluência com o rio Teles Pires, a montante da Aldeia Kururuzinho, localizada na terra indígena Kayabi.	Em superfície.
P05	Teles Pires	464096/9017865	Ponto de coleta localizado a jusante do eixo do barramento e a montante da Aldeia Kururuzinho, próximo ao ponto de coleta de água para abastecimento da aldeia.	Em superfície
P06	Santa Rosa	4541899020313	Rio Santa Rosa, próximo a confluência com o rio Teles Pires, a jusante da Aldeia Kururuzinho, localizada na terra indígena Kayabi.	Em superfície.
P07	Teles Pires	463876/9017969	Ponto de coleta localizado a jusante do eixo do barramento e a jusante da Aldeia Kururuzinho.	Em superfície.
P08	Teles Pires	407840/9120495	Ponto de coleta localizado a jusante do eixo do barramento e a montante da aldeia Mairowy, na terra indígena Kayabi.	Em superfície.

As análises químicas das amostras de água foram realizadas pelo laboratório Aquanálise Análises de Água e Consultoria Ltda., com sede em Cuiabá – MT. Durante o monitoramento foram investigados os seguintes grupos de parâmetros:

- Inorgânicos;
- Orgânicos;
- Bacteriológicos (Coliformes Fecais e Totais);
- Biológicos (Clorofila a, Feofitina);

As análises foram realizadas de acordo com os métodos da 20ª Edição do “Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater” - APHA/AWWA e os procedimentos técnicos adotados para obtenção das amostras foram baseados nos seguintes documentos:

- CETESB (1988) - Guia de Coleta e Preservação das Amostras de Água;
- NBR 9898 (1987) – Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores, ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Instruções para Coleta, Preservação e Transporte de Amostras, elaborado pelo Laboratório Aquanálise.

As amostras coletadas foram devidamente armazenadas em frascos e acondicionadas em isopores com gelo, conforme os procedimentos técnicos estabelecidos pelo laboratório Aquanálise.

2.1.2 Resultados

Os resultados analíticos dos parâmetros físico-químicos e inorgânicos investigados na campanha de amostragem realizada nos dias 28/05/2011 e 09/06/2011 estão apresentados na Tabela 2. Os resultados dos parâmetros bacteriológicos e biológicos estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 2 - Resultados analíticos - Parâmetros físico-químicos e inorgânicos dos pontos de amostragem localizados na TI Kayabi. Em destaque os valores que não atendem aos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA n°. 357/05 para águas de Classe 2

Parâmetros	Unidade	L.D.	Resultados								V.M.P.
			P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	
<i>Parâmetros físico-químicos</i>											
Alcalinidade	mgCaCO ₃ /L	1,0	7	6	6	8	6	3	6	6	-
pH	-	0,1	7,28	6,77	6,94	6,80	6,98	6,10	7,07	6,14	6,0-9,0
Turbidez	UNT	2,0	19	4	10	3	2	3	9	6	100
Cor	mg/L	2,0	62	74	42	206	63	70	68	26	75
Dureza total	mg/L	2,0	11	16,5	12,1	25,3	17,6	8,8	15,4	14,3	-
Condutividade elétrica	µS/cm	0,01	221	22,8	20,2	26,5	19,1	10,5	19,2	21,3	-
Salinidade	dS/cm	0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	-
Oxigênio Dissolvido	mg/L	0,2	(¹)	(¹)	(¹)	(¹)	8,20	(¹)	8,40	8,20	5,0
Cloreto total	mg/L	0,5	4	3	2	2	3	4	2	3	250
Carbono Orgânico Total	mg/L	1,0	<1,0	1,4	<1,0	2,2	1,0	6,8	1,4	1,8	-
Carbono Orgânico Dissolvido	mg/L	1,0	<1,0	1,2	<1,0	1,9	<1,0	6,0	1,3	1,4	-
DBO	mg/L	1,0	2	2	3	2	1	1	2	2	5,0
DQO	mg/L	1,0	2	9	3	3	9	23	2	7	-
Nitrato	mg/L	0,010	0,04	0,046	0,026	0,074	0,030	0,042	0,071	0,053	10
Nitrito	mg/L	0,001	0,007	0,007	0,008	0,004	0,008	0,002	0,007	0,008	1,0
Nitrogênio Kjeldahl	mg/L	0,010	0,143	0,178	0,196	0,175	0,629	0,376	0,305	0,080	-
Nitrogênio Amoniacal	mg/L	0,010	0,052	0,110	0,105	0,048	0,058	0,027	0,167	0,073	3,7
Nitrogênio Orgânico	mg/L	0,010	0,091	0,068	0,091	0,127	0,571	0,349	0,138	0,007	-
Fósforo Total	mg/L	0,010	0,218	0,159	0,080	0,065	0,161	0,136	0,097	0,117	0,1
Fósforo Orgânico	mg/L	0,010	0,203	0,147	0,080	0,049	0,161	0,136	0,097	0,117	-
Ortofosfato	mg/L	0,010	0,015	0,012	<0,010	0,016	<0,010	<0,010	<0,010	<0,010	-
Sulfato	mg/L	0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	250
Sílica Solúvel	mg/L	0,010	1,839	1,116	1,137	0,860	1,309	0,837	1,372	0,808	-
Fluoreto	mg/L	0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	<0,02	1,4
Sólidos Dissolvidos	mg/L	10,0	18	<10	50	42	35	<10	32	57	500

Tabela 2 - Resultados analíticos - Parâmetros físico-químicos e inorgânicos dos pontos de amostragem localizados na TI Kayabi. Em destaque os valores que não atendem aos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA n.º 357/05 para águas de Classe 2

Parâmetros	Unidade	L.D.	Resultados								V.M.P.
			P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	
Totais											
Sólidos Totais	mg/L	10.0	60	70	60	108	142	140	117	92	-
Óleos e graxas	mg/L	10,0	<10	<10	<10	<10	<10	<10	<10	<10	Virtualmente ausente
Índices de Fenóis	mg/L	0,001	0,002	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	0,003
<i>Parâmetros inorgânicos</i>											
Alumínio Dissolvido	mg/L	0,0001	0,0139	0,0184	0,0364	0,0500	0,0248	0,0229	0,0347	0,0722	0,1
Arsênio Total	mg/L	0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	0,01
Bário Total	mg/L	0,0005	0,0433	0,0247	0,0382	0,0250	0,0274	0,0193	0,0273	0,0258	0,7
Boro Total	mg/L	0,0005	<0,0005	0,0016	<0,0005	<0,0005	0,0038	<0,0005	0,0200	0,0009	0,5
Cádmio Total	mg/L	0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	0,001
Cálcio Total	mg/L	0,01	1,36	2,00	1,17	2,33	1,07	0,73	1,51	1,04	-
Chumbo Total	mg/L	0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	0,01
Cobalto Total	mg/L	0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	0,05
Cobre Dissolvido	mg/L	0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	0,009
Cromo Total	mg/L	0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	0,05
Ferro Dissolvido	mg/L	0,0005	0,0629	0,0447	0,1156	0,0600	0,0921	0,0743	0,1071	0,1073	0,3
Lítio Total	mg/L	0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	2,5
Magnésio Total	mg/L	0,01	0,5067	1,3300	0,7286	1,6300	0,7520	0,5080	0,8149	0,919	-
Manganês Total	mg/L	0,0001	0,0327	0,0077	0,0254	0,0105	0,0190	0,0086	0,0218	0,0157	0,1
Mercúrio total	mg/L	0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	0,0002
Níquel total	mg/L	0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	<0,0001	0,025
Potássio	mg/L	0,01	1,88	0,72	1,25	0,51	1,10	0,61	1,03	0,74	-
Sódio	mg/L	0,0100	1,6700	0,4265	1,0600	0,2565	0,9375	0,3271	0,9884	0,5200	-
Vanádio total	mg/L	0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	<0,0005	0,1
Zinco total	mg/L	0,0001	0,0296	0,0378	0,0222	0,0454	0,0180	0,0228	0,0206	0,0018	0,18

Fonte: Aquanálise Análises de Água e Consultoria. L.D.-Limite do método; (1) – não foi possível realizar a análise devido a presença de bolhas de ar nos frascos; V.M.P.- Valor Máximo Permitido, conforme a Resolução 357/05 do CONAMA para rios de Classe 2

Tabela 3 - Parâmetros bacteriológicos e biológicos dos pontos de amostragem localizados na TI Kayabi

Parâmetros	Unidade	L.D.	Resultados								V.M.P.
			P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	
Coliformes Totais	NMP/100mL	1	3470	2410	1840	3970	1300	2600	1540	>4.838	-
<i>Escherichia coli</i>	NMP/100mL	1	15	20	15	19	8	48	4	19	1000
Clorofila a	µg/L	0,001	5,328	<0,001	5,328	<0,001	10,656	<0,001	5,328	<0,001	30
Feofitina	µg/L	0,001	29,952	11,232	18,720	7,488	41,184	7,488	22,464	3,744	-

Fonte: NMP – Número Mais Provável; L.D. – Limite de Detecção do método; V.M.P. – Valor Máximo Permitido, conforme a Resolução 357/05 do CONAMA para rios de Classe 2.

A partir dos resultados das análises químicas dos parâmetros investigados durante as campanhas e da comparação dos mesmos com os valores estabelecidos no Artigo 15 da Resolução CONAMA n° 357/05, para águas de classe 2 (dois), foi possível constatar que as concentrações de Fósforo Total nos pontos P02, P03, P05, P06 e P08 apresentaram concentrações em desconformidade com os limites máximos permitidos na legislação.

O parâmetro Cor no ponto P04 apresentou valor acima do permitido pela Resolução CONAMA n° 357/05. A cor de uma amostra de água está associada ao grau de redução de intensidade que a luz sofre ao atravessá-la, devido à presença de sólidos dissolvidos. Alguns compostos inorgânicos dissolvidos na água como óxidos de ferro e o manganês são capazes de causar alterações na cor da água (CETESB, 2009). É importante ressaltar que a coleta da água no ponto P04 foi realizada no Rio Cururu-Açu, próximo a confluência com o Rio Teles Pires, num local de bastante correnteza, o que pode ter influenciado na coloração da água devido a presença de sólidos em suspensão.

Foram registrados valores elevados em cinco pontos para o parâmetro Fósforo Total, essa alteração pode ter origem de fontes naturais como intemperismo das rochas e decomposição da matéria orgânica, uma vez que dentro da TI Kayabi, não foram identificadas áreas de agricultura, emissão de esgotos domésticos e industriais ou outras fontes poluidoras. Segundo a CETESB (2009), as águas drenadas em áreas agrícolas e urbanas podem provocar a presença excessiva de fósforo em águas naturais.

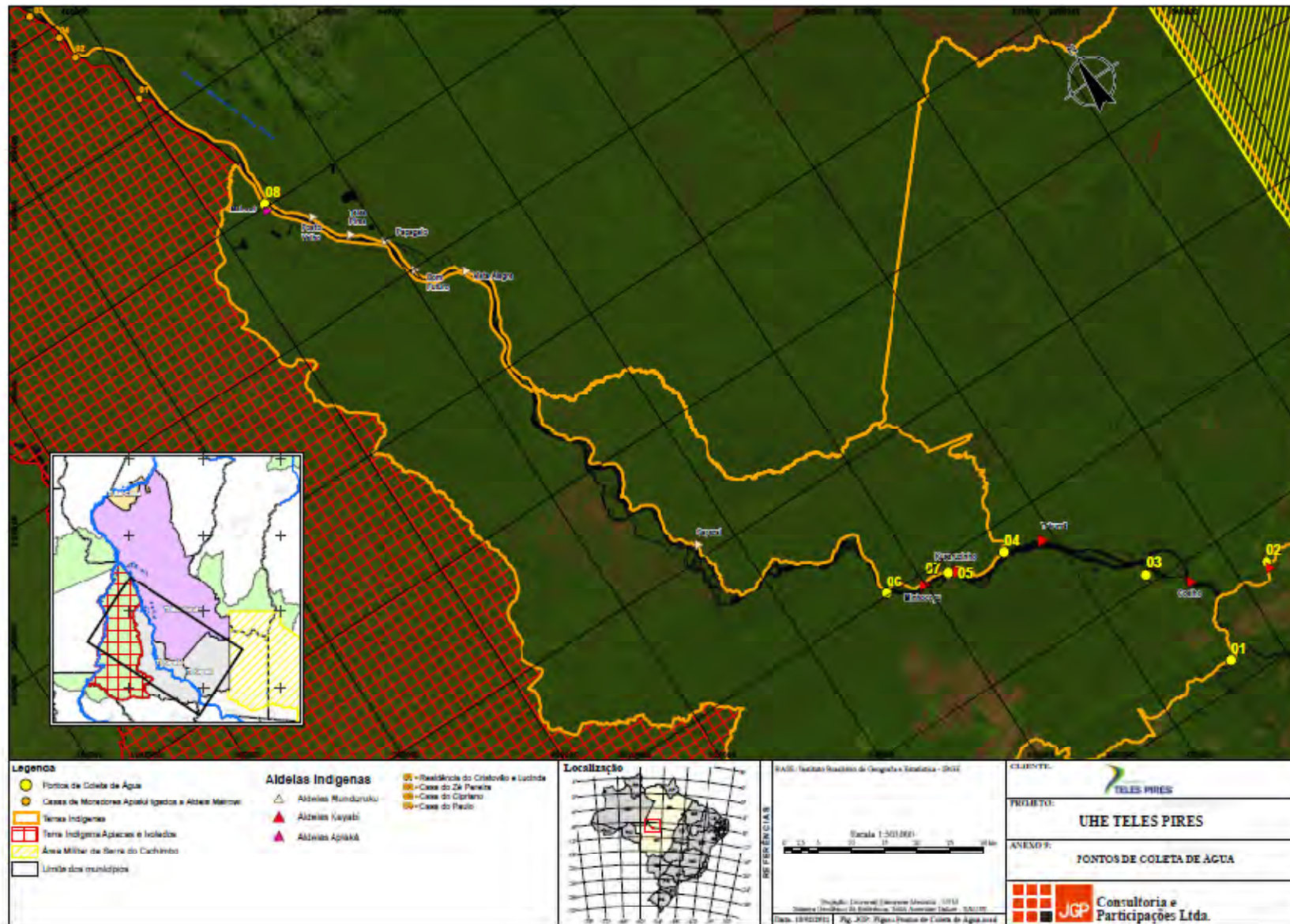
Os parâmetros Salinidade, Sulfatos, Óleos e Graxas, Arsênio Total, Cádmiio Total, Chumbo Total, Cobalto Total, Cobre Dissolvido, Cromo Total, Lítio Total, Mercúrio Total, Níquel Total e Vanádio Total apresentaram concentrações abaixo do limite de detecção do aparelho analítico utilizado pelo laboratório.

Os parâmetros bacteriológicos (Coliformes Totais e Escherichia coli) e biológicos (Clorofila a e Feofitina) apresentaram concentrações abaixo dos valores permitidos pela legislação, em todos os pontos analisados.

As observações realizadas durante o estudo complementar, em conjunto com os resultados das análises químicas realizadas nas amostras de água superficiais coletadas nos oito pontos amostrados permitem estabelecer algumas considerações, que são apresentadas a seguir.

Durante o levantamento para o estudo complementar não foram identificadas fontes de poluição difusa ou pontual que possam vir a comprometer significativamente a qualidade

da água do Rio Teles Pires e dos rios tributários dentro da TI Kayabi. De modo geral, não foram observadas condições de toxicidade nos corpos d' água estudados. Em relação às condições sanitárias os pontos analisados apresentaram condições satisfatórias.



2.2 Avaliação complementar dos impactos das usinas sobre a ictiofauna

2.2.1 Aspectos da ictiofauna local: pontos de pesca, preferências de consumo, formas de captura e hábitos migratórios - Kaiabi

Durante as atividades de campo foi possível à equipe técnica acompanhar representantes das comunidades indígenas em trajetos de barco pelo rio Teles Pires e pelos seus tributários a fim de observar os locais de pesca comumente utilizados pelos Kaiabi. No decorrer do trajeto foram marcados, com o auxílio de um GPS, os principais rios tributários, utilizados para pesca pelos moradores das Aldeias Kururuzinho e Mairowy. Além da marcação dos pontos de pesca, alguns moradores das aldeias apontaram os rios e igarapés que os peixes utilizam para a reprodução. Essa atividade foi importante por permitir construir o mapa que evidenciasse os principais pontos utilizados pelos Kaiabi tanto no rio Teles Pires quanto nos principais tributários e igarapés.

Além disso, o trabalho de campo permitiu perceber que entre os Kaiabi, a pescaria é uma atividade exercida tanto pelos homens quanto pelas mulheres e crianças. Desde cedo, o exercício desta atividade é incentivado, de modo que as crianças brincam com anzóis e linhas nos portos da aldeia. Conforme Oliveira (2010:238), os Kaiabi passaram a dar maior importância para as atividades ao redor da pesca após a sedentarização do grupo nas calhas de rios como o Teles Pires em razão dos contatos mais intensivos com os seringueiros. Foi também após essa mudança que teria ocorrido a introdução de apetrechos como linhas de náilon e anzóis.

Durante o trabalho de campo, que coincidiu com o período de trabalho nas roças, e mais especificamente a coivara, foi possível observar a realização daquilo que os moradores da aldeia Kururuzinho chamavam de pesca comunitária. Nesse período de trabalho intenso, o atual cacique e vice-cacique elaboraram uma organização social do trabalho que distribuía os homens tanto nas atividades das roças quanto na pesca e/ou caça: enquanto a maioria seguia para o trabalho de limpeza dos terrenos, outros eram escolhidos pelas lideranças para pescar grandes quantidades de peixe para que fosse possível preparar refeições (almoço, merenda e jantar) de toda a comunidade.

Nessas pescarias, os índios saíam bem cedo em dois barcos carregando varas, anzóis e iscas, retomando para a aldeia no meio da tarde com barcos cheios de peixes e, em algumas ocasiões, animais de caça. Os destinos eram sempre variados, como, por exemplo, os rios Cururu-Açu ou o Santa Rosa e as embarcações e combustível para a realização dessas atividades eram dos moradores da própria aldeia.

Ao encostar as voadeiras no porto, os pescadores chamavam as mulheres que seriam as responsáveis pela cozinha comunitária para que realizassem a limpeza dos animais. Os peixes eram limpos na beira do rio com o auxílio de um facão; primeiro, a barrigada era retirada com a mão e arremessada no rio, o que terminava por servir de alimento para outros peixes e aves. A limpeza e o corte dos peixes eram realizados de acordo com o modo de preparo, ou seja, se o peixe era assado as cozinheiras só retiravam as escamas e a barrigada, mas se o peixe fosse cozido, todo o peixe era limpo e cortado em várias partes. Além disso, alguns peixes tinham destinos específicos, como, por exemplo, a traíra (*Hoplias malabaricus*), que eram pescadas para preparar o mutap, espécie de mingau feito com peixe e farinha de mandioca puba, e a farinha de peixe, feita a partir de um peixe cozido em caldo temperado que, depois de seco, é pilado até desfazer-se e virar uma farinha.

As questões levantadas no estudo ao redor do conhecimento taxonômico dos peixes entre os Kayabi revelou o conhecimento de um sistema complexo de classificações sobre a ictiofauna local construído pelos índios, sistema este que era composto por informações a respeito do comportamento dos peixes, sua distribuição, reprodução, alimentação e migração, além de um conjunto de informações sobre os melhores apetrechos e estratégias de captura do pescado.

Observou-se que esses conhecimentos foram adquiridos empiricamente ao longo da vida através da prática da pesca. Pode-se pensar em uma aplicabilidade possível desse conhecimento na escolha de determinado apetrechos de pesca, para ser utilizado em uma única espécie de peixe, em um determinado período hidrológico. A escolha e utilização de diferentes apetrechos são importantes, principalmente no período da cheia, quando os peixes estão mais dispersos entre a água e a mata inundada, sendo mais difícil capturá-los. Além disso, foi possível perceber um conhecimento particular aos Kaiabi quando perguntou-se sobre os diferentes hábitos alimentares dos peixes. Conforme nossos interlocutores, para pescar peixes de hábito alimentar piscívoro, os kayabi utilizam como isca tanto um tipo de minhoca conhecida como minhocuçu (*Glossoscolex sp.*) quanto peixes que não são muito apreciados para o consumo próprio. Para pescar peixes herbívoros ou onívoros são utilizadas frutas de diferentes árvores (Sarandi, Jauari, Apuí e Açaí). O período da utilização das frutas como isca se limita aos meses de janeiro a março, durante o período chuvoso.

Uma questão que marca a pescaria realizada na região do rio Teles Pires é o consumo do pescado a partir das variações ecológicas sazonais e pela oferta de captura durante as pescarias. Assim, a partir das entrevistas realizadas com os moradores das aldeias kayabi,

foi elaborada uma lista de espécies com ocorrência reconhecida pelos índios. No total foram listados 66 táxons, dos quais 54 são pescados e consumidos, conforme é possível verificar na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 - Listagem taxonômica contendo o nome científico, o nome vernacular e o nome em Kayabi, das espécies de peixes reconhecidas pelos moradores da Aldeia Kururuzinho e pelas aldeias próximas

Familia	Espécie	Nome Kayabi	Nome venacular
CLASSE CHONDRICHTHYES			
ORDEM MYLIOBATIFORMES			
Potamotrygonidae	<i>Potamotrygon</i> sp.	raia	Arraia, Raia
CLASSE ACTINOPTERYGII			
ORDEM CHARACIFORMES			
Anostomidae	<i>Leporinus brunneus</i>		Piau, Aracu
	<i>Leporinus desmontes</i>		Piau, Aracu
	<i>Leporinus friderici</i>	Piaui	Piau-três-pintas, Piau cabeça-gorda
	<i>Leporinus julii</i>		Piau cascudo
	<i>Leporinus maculatus</i>		Piau, Aracu
	<i>Leporinus vanzoi</i>		Piau, Aracu
	<i>Sartor</i> sp.		Piau, Aracu
	<i>Synaptloemus</i> sp.		Piau, Aracu
	Characidae	<i>Brycon falcatus</i>	
<i>Brycon pesu</i>			Matrinchã
<i>Hyphessobrycon</i> sp.			Piaba
<i>Hyphessobrycon heliacus</i>			Piaba
<i>Jupiaba meunieri</i>			Piaba
<i>Jupiaba poranga</i>			Piaba

Tabela 4 - Listagem taxonômica contendo o nome científico, o nome vernacular e o nome em Kayabi, das espécies de peixes reconhecidas pelos moradores da Aldeia Kururuzinho e pelas aldeias próximas (continuação)

Família	Espécie	Nome Kayabi	Nome vernacular
Characidae	<i>Jupiaba polylepis</i>		Piaba
	<i>Moenkhausia grandisquamis</i>		Piaba
	<i>Moenkhausia colletti</i>		Piaba
	<i>Moenkhausia</i> sp.		Piaba
	<i>Microschemobrycon</i> sp.		Piaba
	<i>Myleus rhomboidalis</i>		Pacu-açu
	<i>Myleus torquatus</i>		Pacu-açu
	<i>Mylesinus paucisquamatus</i>		Pacu
	<i>Myloplus rubripinnis</i>		Pacu
	<i>Myloplus schomburgkii</i>		Pacu
	<i>Myloplus torquatus</i>		Pacu-caranha
	<i>Myloplus</i> sp.		Pacu
	<i>Serrasalmus</i> sp.	Piranha Pacui	Piranha
	<i>Serrasalmus rhombeus</i>	Piãula-preta	Piãula-preta
	<i>Tometes</i> sp.	Pacu	Pacu
<i>Tetragonopterus</i> sp.		Tetra	
Curimatidae	<i>Sieindachnerina fasciatus</i>		
Crenuchidae	<i>Melanocharactidum</i> sp.		Canivete
Ctenoluciidae	<i>Boulengerella curvieri</i>		Bicuda
Cynodontidae	<i>Hydrolicus armatus</i>		Cachorra
Erythrinidae	<i>Hoplias malabaricus</i>		Traira
	<i>Hoplias aimara</i>		Trairão
	<i>Hoplerethrims unitaeniatus</i>		Jeju
Prochilodontidae	<i>Prochilodus nigricans</i>		Corimbata
	<i>Prochilodus britskii</i>		Corimbata
ORDEM SILURIFORMES			
Auchenipteridae	<i>Agoniosus ucayalensis</i>		Mandubé
	<i>Tocantinsia piresi</i>		Cabeça-de-pedra

Tabela 4 - Listagem taxonomica contendo o nome científico, o nome vernacular e o nome em Kayabi, das espécies de peixes reconhecidas pelos moradores da Aldeia Kururuzinho e pelas aldeias próximas (continuação)

Família	Espécie	Nome Kayabi	Nome venacular
Loricariidae	<i>Hysconotus</i> sp.		Cascudinho
	<i>Hypostomus emarginatus</i>		Cascudo, Bodó
	<i>Hypostomus rondoni</i>		Cascudo, Bodó
	<i>Pseudancistrus</i> sp.	Ĩĩã	Cascudo, Bodó
	<i>Peckoltia</i> sp.		Cascudo, Bodó
	<i>Nemadoras leporinus</i>		Cascudo, Bodó
Pimelodidae	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>		Piraíba, Filhote
	<i>Leiarius marmoratus</i>		Jandiá
	<i>Pharactocephalus hemipliterus</i>		Pirarara
	<i>Platynemichthys notatus</i>		Piranambu
	<i>Pseudoplatystoma</i> sp.		Cachara
	<i>Pseudoplatystoma punctifer</i>		Pintado
	<i>Pimelodella</i> sp.		Mandi-mole
	<i>Pimelodella cristata</i>		Mandi-mole
	<i>Pimelodus albofasciatus</i>		Mandi
	<i>Pimelodus ornatus</i>		Mandi
	<i>Sorubim</i> sp.		Jurupensen
	<i>Zungaro zungaro</i>		Jau
ORDEM GYMNOTIFORMES			
Sternomygidae	<i>Sternopygus macrurus</i>		Tuvira, Arapó
ORDEM PERCIFORMES			
Cichlidae	<i>Aequidens rondoni</i>		Cará
	<i>Cichla miriana</i>		Tucunaré-fogo
	<i>Cichla pinima</i>		Tucunaré
Scianidae	<i>Pachyurus</i> sp.	Macupá	Corvina
	<i>Plagioscion squamosissimus</i>		Corvina, Pescada

Especificamente na aldeia Kururuzinho, a maior parte dos entrevistados observou que os principais peixes consumidos pelos moradores são:

- Tucunarés (*Cichiapinima* e *Cichia miriana*),

- Matrinchãs (*Brycon falcatus* e *Brycon pesu*),
- Piau (*Leporinus friderici*, *L. julii*, *L. desmontes*, *L. vanzoi*, *L. brunneus*, *L. maculatus*,
- *Sartor* sp. e *Synaptloemus* sp.),
- Pacu (*Tometes* sp.)
- Pintado (*Pseudoplatystoma punctifer*)

Por meio de um exame desta lista, nota-se uma preferência por peixes de escamas para o consumo em detrimento dos chamados peixes de couro.

Para realizar a pesca, a preferência ou o gosto por uma determinada espécie que querem consumir é uma referência para os Kaiabi escolherem o local/rio, tipo de apetrecho e tipo de isca a serem levados. Os moradores da Aldeia Kururuzinho preferem pescar nos rios Ximari, Curucu-Açu e Santa Rosa, todos esses tributários do Teles Pires que são menores, mais rasos e de fácil acesso para os indígenas. Segundo um dos entrevistados da Aldeia Kururuzinho,

“no período de seca é bom pescar matrinchã e cachara no rio Ximari, porque esses peixes ficam presos nos poções que se formam entre as pedras próximas da cachoeira. O rio Curucu-Açu é bom para pescar tucunaré, pacu e corimbatá. Já o rio Santa Rosa é bom para pescar matrinchã, piauboca-grande e pacu “ (D. Kaiabi, informação pessoal. Aldeia Kururuzinho, junho 2011)

Para pescar peixes de hábito alimentar carnívoro, os índios kayabi, utilizam a tuvira (*Sternopygus macrurus*) como isca. Além disso, utilizam a traíra (*Podocnemis unifilis*) como isca para pescar o tracajá. Para fazer a isca, eles secam o peixe e preservam a carne com sal. Finalmente, para pescar peixes de hábito carnívoro e onívoro eles utilizam peixes e a já mencionada minhoca minhocuçu como isca. Um entrevistado kayabi contou que

“para pescar o pacu eles utilizam como isca o fruto do Sarandi ou Tartaruginha nos meses de janeiro e fevereiro. No mês de março eles utilizam o fruto do Jauari quando não tem esses frutos, eles usam as folhas do Apuí como isca“ (D. Kaiabi, informação pessoal. Aldeia Kururuzinho, junho 2011)

Os principais apetrechos de pesca utilizados pelos kayabi são a vara e o anzol e o arco e flecha, mas também foi registrado que um morador da Aldeia Kururuzinho utiliza a rede malhadeira na época chuvosa, período considerado mais difícil para capturar os peixes. Conforme este morador “a rede é colocada no rio com o barco, depois a gente afugenta os peixes na direção da rede para pescar”.

O uso do arco e flecha é feito principalmente, entre os meses de novembro a fevereiro, período de piracema, para pescar o corimbatá (*Prochilodus nigricans*), pois, conforme afirmado, “durante o período de chuva, os corimbatás nadam na superfície, subindo o rio, fazendo barulho e borbulhas na água. O barulho é alto e chega a dar medo”.

Dentre as 66 espécies reconhecidas pelos Kayabi, o jaú (*Zungaro zungaro*), o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), o peixe-cachorro (*Hydrolycus armatus*), a pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), os matrinhãs (*Brycon pesu* e *B. falcatus*), os corimbatás (*Prochilodus nigricans* e *Prochilodus britskii*), os pacus (*Tometes sp.*, *Myelus rhomboidalis*, *M. torquatus*), o pintado (*Pseudoplatystoma punctifer*), a cachara (*Pseudoplatystoma sp.*) realizam migração na época de enchente e cheia para se reproduzir.

Além da migração reprodutiva as espécies de matrinhã (*Brycon pesu* e *B. falcatus*) e o pintado (*Pseudoplatystoma punctifer*), também realizam migrações tróficas durante a seca, entre junho e agosto, quando vão à busca de novos locais para alimentação (MELO et al. 2005).

Os Kaiabi mostraram conhecer as migrações realizadas por alguns peixes no período chuvoso e os locais utilizados para a reprodução. De acordo com um morador da aldeia Kururuzinho, “os peixes sobem o rio Teles Pires e entram nos rios Cururu-Açu, Ximari e São Benedito para por os ovos”. Na aldeia Tucumã, por sua vez, foi possível registrar que “o corimbatá⁵ e o jau⁶ sobem o rio Apiacás para se reproduzir e o pacu-açu sobe o rio São Benedito.” (B. Kaiabi, informação pessoal. Aldeia Tucumã, junho 2011)

A pesca é realizada durante todo o ano, mas várias vezes foi enfatizado de que ao longo do verão os rios estão mais baixos e a água se torna mais clara, algo que facilitaria a atividade. E nesse período também que os Kaiabi aproveitam para realizar suas viagens com a família para conhecerem o território, contar histórias para os mais novos e passear pelas praias que se formam nos rios da região para coletar ovos de tracajá, tal como observado por um Kaiabi a Oliveira

“tem a época em que nós saímos da aldeia e vamos para as praias. Esse é um costume que a gente tem faz muito tempo [”

nós passamos uma ou duas semanas nas praias e voltamos para casa. Essa é uma época em que estamos tirando sementes, isso também é aprendizado para os jovens, porque eles aprendem a pescar, afazer acampamentos e a coletar sementes que usamos nas roças e no nosso artesanato “ (Oliveira 20 10:240)

O conhecimento taxonômico da ictiofauna local se completa quando se analisa concepções ao redor da alimentação reveladas em falas como

“mulher que acabou de ter nenê não pode comer as espécies de cascudo porque pode ter sangramento.”

“quando uma pessoa se fere, tem que arranhar o local do ferimento com os dentes do peixe cachorro para sair o sangue, a pessoa tem que arranhar o lugar para sair o sangue ruim.”

“quando a pessoa é ferroadada [por arraia], uma mulher corajosa, deve encostar o seu genital no local da ferida para curar a dor.”

Menos do que “superstições” ou “crenças”, essas falas apontam para o fato de que, na concepção kaiabi o nascimento não é a etapa final do processo de fabricação das pessoas sendo necessário ainda outro tipo de investimento do grupo de parentes que deve ser realizado para dar forma e destino ao corpo da criança. Um desses investimentos diz respeito às interdições e tabus alimentares, pois como observou Fausto (2002), o corpo do recém-nascido corre o risco de ser feito igual ao corpo de outros tipos de pessoas, ou mesmo de animais, de modo que essas restrições são necessárias para diferenciar os corpos humanos dos corpos dos animais, os quais, com exceção dos bichos de estimação, jamais recebem um investimento do grupo para que sejam modelados.

Nesse sentido, essas restrições que apareceram nas falas dos interlocutores deste estudo devem ser entendidas menos como recomendações isoladas para o tratamento específico de alguns tipos de ferimento e sim como elementos que fazem parte de uma concepção de mundo que diz respeito a uma intensa tentativa, feita pelas pessoas, de tentar controlar um cosmos que é cheio de perigos e, como visto anteriormente, de sujeitos como os Ma ‘it e os seres mitológicos cuja espécie é outra que não a humana.

2.2.2 Aspectos da ictiofauna local: pontos de pesca, preferências de consumo, formas de captura e hábitos migratórios - Apiaká

Durante o levantamento de campo na Aldeia Mairowy, para o estudo complementar do Componente Indígena, foram visitados vários locais de pesca ao longo do Rio Teles Pires, alguns lagos e igarapés. Os locais usados para pescar e as principais espécies que ocorrem em cada ponto estão apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5 - Locais de pesca indicados pelos índios da Aldeia Mairowy e principais espécies capturadas em cada ponto

Locais de pesca	Espécies mais pescadas
Lago da Tartaruga	tucunaré, pacu, piranha-amarela, piranha preta
Lago do Tijucu	tambaqui, pacu, piranha-amarela, piranha-preta, piranha-branca, matrinhã, piau, piraiba, pirarara, pintado, piranambu e cachara
Poção do Rio Teles Pires (margem direita)	piranha-roxa, piranha-preta, pitando
Foz do Igarapé do Boto	barbado e pintado
Igarapé do Boto	tucunaré, matrinhã, jacundá
Lago do Boto	Piau
Lago Grande	Tucunaré, matrinhã, pacu
Lago do Tambaqui	tucunaré, pacu, piau, piranha, matrinhã, pintado, pirarara, barbado e jandiá
Área de remanso no Rio Teles Pires (margem direita)	pacu, pirarara, filhote, barbado, piranambu e jaú
Praia do Jaburu	pacu e piranha-preta

Locais de pesca	Espécies mais pescadas
Ilha do Tentém	tambaqui, pirarara, pacu e jacundá
Igarapé do Pinto	piou, matrinhã, piranha e peixe cachorra
Igarapé do Munhuçu	piou-cabeça-gorda, matrinhã e pacu
Três Marias	barbado e piranha-branca
Praia do Saco	pintado
Lago do Bubuiá (poção no Rio Teles Pires)	pirarara, filhote e corimbata
Poção do Castanhal	pirarara e filhote
Lago do Mutum	jandiá e tambaqui

Visitando os locais apontados pelos moradores da Aldeia Mairowy como pontos de pesca, pode-se perceber que os índios têm o conhecimento da distribuição das espécies ao longo do rio e conhecem o hábito das espécies. No entanto, os Apiaká não souberam responder questões relativas às espécies migradoras e os locais de reprodução, ou seja, não souberam pontuar os possíveis locais utilizados pelos peixes para a reprodução, recorrendo à informações genéricas como, por exemplo, “os peixes botam os ovos por aqui mesmo”.

Durante as entrevistas e as visitas nos locais utilizados para pescar pelos índios Apiacá da Aldeia Mairowy foi elaborado uma listagem taxonômica aonde foram reconhecidas 73 táxons (Tabela 6).

Tabela 6 - Listagem taxonômica contendo o nome científico e o nome vernacular das espécies de peixes reconhecidas pelos moradores da Aldeia Mairowy

Família	Espécie	Nome vernacular
CLASSE CHONDRICHTHYES		
ORDEM MYLIOBATIFORMES		
Potamotrygonidae	<i>Potamotrygon sp.</i>	Arraia, Raia
CLASSE ACTINOPTERYGII		
ORDEM CHARACIFORMES		
Anostomidae	<i>Leporinus brunneus</i>	Aracu-do-rabo-vermelho
	<i>Leporinus desmontes</i>	Piau, Aracu
	<i>Leporinus fasciatus</i>	Aracu-flamengo
	<i>Leporinus friderici</i>	Aracu-branco
	<i>Leporinus julii</i>	Aracu-cascudo
	<i>Leporinus maculatus</i>	Aracu-cagão
	<i>Leporinus vanzoi</i>	Piau, Aracu
	<i>Sartor sp.</i>	Piau, Aracu
	<i>Synaptloemus sp.</i>	Piau, Aracu

Tabela 6 - Listagem taxonômica contendo o nome científico e o nome vernacular das espécies de peixes reconhecidas pelos moradores da Aldeia Mairowy (continuação)

Família	Espécie	Nome vernacular
Acestrorhynchidae	<i>Acestrorhynchus acutus</i>	Aruanará, Cachorra
	<i>Acestrorhynchus falcatus</i>	Aruanará, Cachorra
	<i>Acestrorhynchus microlepis</i>	Aruanará, Cachorra
Characidae	<i>Brycon falcatus</i>	Matrinchã
	<i>Brycon pesu</i>	Matrinchã
	<i>Bryconops caudomaculatus</i>	Sarda
	<i>Colossoma macropomum</i>	Tambaqui
	<i>Cynopotamus juruena</i>	Cachilenga
	<i>Jupiaba apenina</i>	Piaba
	<i>Jupiaba meunieri</i>	Piaba
	<i>Jupiaba poranga</i>	Piaba
	<i>Jupiaba polylepis</i>	Piaba
	<i>Moenkhausia grandisquamis</i>	Piaba
	<i>Moenkhausia colletti</i>	Piaba
	<i>Metynnis</i> sp.	Pacuí
	<i>Myleus rhomboidalis</i>	Pacu-açu
	<i>Myleus torquatus</i>	Pacu-açu
	<i>Mylesinus paucisquamatus</i>	Pacu
	<i>Myloplus rubripinnis</i>	Pacu
	<i>Myloplus schomburgkii</i>	Pacu
	<i>Myloplus torquatus</i>	Pacu-caranha
	<i>Myloplus</i> sp.	Pacu da escama fina
	<i>Mylopleus</i> sp.	Pacu-pintado
	<i>Serrasalmus</i> sp.	Piranha-amarela
	<i>Serrasalmus rhombeus</i>	Piranha-preta
	<i>Serrasalmus</i> sp.1	Piranha-branca
<i>Serrasalmus</i> sp.2	Piranha-roxa	
<i>Tometes</i> sp.	Pirapitinga	
Cynodontidae	<i>Hydrolicus armatus</i>	Cachorra
	<i>Hydrolycus tatauaia</i>	Cachorra
Erythrinidae	<i>Hoplias malabaricus</i>	Traira
	<i>Hoplias aimara</i>	Trairão
	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>	Jeju
Hemiodontidae	<i>Hemiodus</i> sp.	Charutinho
Prochilodontidae	<i>Prochilodus nigricans</i>	Corimbata
	<i>Prochilodus britskii</i>	Corimbata
ORDEM SILURIFORMES		
Auchenipteridae	<i>Ageneiosus ucayalensis</i>	Mandubé
	<i>Tocantinsia piresi</i>	Cabeça-de-pedra
	<i>Hypostomus emarginatus</i>	Cascudo, Bodó
	<i>Hypostomus rondoni</i>	Cascudo, Bodó
	<i>Pseudancistrus</i> sp.	Cascudo, Bodó
	<i>Peckoltia</i> sp.	Cascudo, Bodó

Tabela 6 - Listagem taxonômica contendo o nome científico e o nome vernacular das espécies de peixes reconhecidas pelos moradores da Aldeia Maiowy (continuação)

Família	Espécie	Nome vernacular
Pimelodidae	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Piraiba, Filhote
	<i>Hemisorubim platyrhynchus</i>	Jurupoca
	<i>Pharactocephalus hemiolipterus</i>	Pirarara
	<i>Platynemateichthys notatus</i>	Piranambu
	<i>Pseudoplatystoma</i> sp.	Cachara
	<i>Pseudoplatystoma punctifer</i>	Pintado
	<i>Pimelodella</i> sp.	Mandi-mole
	<i>Pimelodella cristata</i>	Mandi-mole
	<i>Pimelodus albofasciatus</i>	Mandi
	<i>Pimelodus ornatus</i>	Mandi
	<i>Pinirampus pinirampu</i>	Barbado
	<i>Sorubim</i> sp.	Bico-de-pato
	<i>Zungaro zungaro</i>	Jáú
	<i>Rhandia</i> sp.	Jandiá
Doradidae	<i>Pterodoras granulosus</i>	Charroque
ORDEM GYMNOTIFORMES		
Gymnotidae	<i>Electrophorus electricus</i>	Poraquê
Sternopygidae	<i>Sternopygus macrurus</i>	Tuvira, Arapó
ORDEM PERCIFORMES		
Cichlidae	<i>Aequidens rondoni</i>	Caratinga
	<i>Cichla miriana</i>	Tucunaré-amarelo
	<i>Cichla pinima</i>	Tucunaré
	<i>Crenicichla saxatilis</i>	Jacundá
Scianidae	<i>Pachyurus</i> sp.	Corvina
	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	Corvina, Pescada

Entre as espécies de peixes listadas pelos índios Apiaká que moram na aldeia Maiowy, os peixes que foram citados como os mais pescados e apreciados para o consumo foram:

- Pacu,
- Piranha,
- Matrinchã,
- Tucunaré,
- Corvina,
- Corimbatá,
- Pintado,
- Pirarara,
- Piraíba,
- Piranambu,
- Surubim,
- Barbado.

A utilização das diversas técnicas de pesca está associada às estações do ano: no inverno, quando o rio está cheio, os homens pescam em remansos com a canoa parada, valendo-se de caniço, linha e anzol e da isca preferida pelo peixe visado; à noite, armam espinhel, uma armadilha feita com linha de náilon e isca; durante o dia, fazem armadilha com linha de náilon e isca. No verão, dirigem-se às quedas d'água para pescar peixes grandes com arpão ou arco e flecha; colocam tapagens (armadilhas) em igarapés; em noites de luar, saem para pescar com zagaia. Tracajás são pescados com linha e anzol ou com arpão.

Outra forma relatada ocorre com a utilização do timbó, a raiz cujo sumo produz um efeito entorpecedor no peixe, um tipo de pesca que, como observado pelos Apiaká, “*era coisa dos Munduruku*”.

Os Apiaká são bastante seletivos em sua dieta alimentar; entre os peixes citados, a raia (*Potamottygon sp.*), a tuvira (*Sternopygus macrurus*) e o poraquê (*Electrophorus electricus*) não eram apreciados para o consumo, enquanto o peixe cachorra (*Ácestrorhynchus acutus*, *Acestrorhynchus falcatus*, *Acestrorhynchus microlepis*) era “*bom para preparar a farinha de peixe*”. O tracajá (*Podocnemis unjfihis*) era considerado uma iguaria, sendo pescado por meio de uma isca especialmente preparada com a carne da traíra (*Hoplias malabaricus*). Conforme um de nossos interlocutores, a traíra era pescada e preservada com sal, sendo posteriormente utilizada como isca em vara e anzol ou linhada e anzol. Outra forma de pescar o tracajá é realizada sem o uso de um apetrecho de pesca e de isca. De acordo com um entrevistado da Aldeia Kururuzinho, “*quando o tracajá é visto na água, a pessoa que está dirigindo a voadeira, começa a navegar em círculo, em torno do animal, aí o caçador pula na água e captura o cágado com as mãos*”. Além da carne, os ovos também são coletados para consumo nos bancos de areia que se formam ao longo do rio Teles Pires, no mês de agosto.

De acordo com os entrevistados, a pesca é realizada utilizando pequenas embarcações, conhecida como voadeiras. O principal apetrecho utilizado para a pesca é a vara e anzol ou linhada e anzol e diferentes tipos de iscas.

Somente em uma das casas que estão fora da aldeia conhecida como Casa do Seu Cristóvão, localizada próxima a Aldeia Mairowy, foram observados outros apetrechos de pesca, como o arpão, zagaia, sararaca (flecha), espinhel e a rede de espera. Nessa mesma residência observamos uma canoa que está sendo construída pelo filho do Seu Cristóvão para ser usada para pescar.

O minhocoçu (*Glossoscolex sp.*) é comumente utilizado pelos índios Apiacá para pescar diferentes espécies de peixes. A espécie *Hemiodus sp.*, conhecido popularmente como charutinho, é utilizado pelos índios, como isca, para pescar peixes de hábito alimentar

carnívoro. Para pescar peixes onívoros e herbívoros, como pacu, tambaqui e piau, eles utilizam o fruto da Tartaruginha ou Sarandi (*Sebastiania sp.*), o fruto do Jauari (*Ástroca, yumjauari*) (Família Arecaceae) e o açai (*Euterpe oleracea*) como isca.

A pesca na Aldeia Mairowy é realizada principalmente pelos homens, às vezes, as mulheres acompanham. De acordo com a professora Rosa, *“Os homens pescam mais do que as mulheres, mas quando os homens vão trabalhar longe as mulheres saem pescar”*.

No decorrer das entrevistas, os índios comentaram que no final do mês de setembro, o rio começa a encher e a pescaria se torna mais difícil. Segundo o cacique Raimundo, *“no mês de janeiro o rio está bem cheio e nessa época é mais fácil pescar pacu”*.

